HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

II
O BRASIL MONÁRQUICO

2
DISPERSÃO E UNIDADE

DIFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de **SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA**, assistido por **PEDRO MOACYR CAMPOS**, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P.

Publicada sob os auspícios da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Tomo I (2 v.)

A ÉPOCA COLONIAL

1.º volume
DO DESCOBRIMENTO À EXPANSÃO TERRITORIAL

2.º volume
ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, SOCIEDADE

Tomo II (5 v.)

O BRASIL MONÁRQUICO

1.º volume
O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

2.º volume
DISPERSÃO E UNIDADE

3.º volume
REAÇÕES E TRANSAÇÕES

4.º volume
DECLÍNIO E QUEDA DO IMPÉRIO

5.º volume
DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

Tomo III

A REPÚBLICA

DIFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO

História Geral da Civilização Brasileira

A iniciativa de publicar a presente *História Geral da Civilização Brasileira* apenas será compreendida em tôda a sua extensão, se a relacionamos com um empreendimento já levado a cabo pela *Difusão Européia do Livro* a edição brasileira da *História Geral das Civilizações*, dirigida por M. Grouzet. Deveras, uma apresentação da história do Brasil em novos moldes, orientada pela "preocupação de mostrar a continuidade do processo histórico em seus diversos ramos", objetivando uma reconstituição do passado brasileiro no seu conjunto, sem atribuir precedência a qualquer setor de atividades — política, econômica etc. — sòmente terá real sentido se puder enquadrar-se numa visão semelhante da história geral. Não nos exporemos, assim, ao perigo de encarar o panorama brasileiro como algo autônomo, no quadro de uma história em que não há lugar para autonomias desta ordem. Pois o próprio processo histórico é — essencialmente — constituído pelo infinito entrelaçamento de relações entre elementos das mais diversas origens, e só através delas podemos pretender compreendê-lo. História do Brasil, sim Mas com a possibilidade de ajustá-la no amplo cenário de uma história geral concebida em têrmos que satisfaçam às exigências do mundo presente. As duas coleções da *Difusão Européia do Livro*, portanto, completam-se, integram-se harmoniosamente uma na outra. E nisto reside um mérito considerável. Feliz, também, a entrega da *História Geral da Civilização Brasileira* à direção de Sérgio Buarque de Holanda. Difìcilmente imaginamos alguém de vistas mais largas, de horizontes mais rasgados. Sua curiosidade sempre alerta, sua cultura geral assentada em invejáveis alicerces, sua vivacidade

intelectual, sua capacidade de trabalho transformaram-no no historiador que todos conhecemos e admiramos. As linhas pelas quais pautou sua nova obra recomendam-no, ainda mais, aos nossos encômios. Encabeçando uma equipe de especialistas, timbrou em deixar-lhes tôda liberdade, reservando-se, sòmente, a elaboração do plano geral, o direito da escolha dos colaboradores e de harmonização dos capítulos de cada um dêles. Não impôs restrição, não reclamou obediência a qualquer norma, nem de longe procedeu segundo qualquer preconceito. Demonstrou, com isto, sua descrença em critérios infalíveis, em soluções definitivas, que se revelam, quase sempre, tão inçadas de perigos para o leitor pouco prevenido. *A História Geral da Civilização Brasileira* não tem pretensões a propor o assunto segundo um esquema fechado: o público, em geral, empenhado no enriquecimento de sua cultura, terá, por intermédio dela, a oportunidade para uma visão larga do processo formativo do país: alguns, certamente, encontrarão aí um estímulo para novas pesquisas, levando-a a constituir-se numa etapa dos estudos de história brasileira, proporcionando novas sugestões, favorecendo novas idéias, fertilizando a mente dos jovens que se sintam atraídos por êste ramo de estudos. Lembra-nos ela, enfim, a passagem de Capistrano de Abreu, numa de suas cartas a João Lúcio d'Azevedo, em que se distinguiam as seguintes palavras: "O ideal da história do Brasil seria uma em que o lugar ocupado pelas guerras flamengas e castelhanas passasse a sucessos estranhos a tais sucessos. Talvez nossos netos consigam ver isto". Parece-nos, efetivamente, que a obra colocada sob a responsabilidade de Sérgio Buarque de Holanda é uma contribuição para que se concretizem estas esperanças.

PEDRO MOACYR CAMPOS

HISTÓRIA GERAL
DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

COLABORARAM PARA ÊSTE VOLUME:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

PAULO PEREIRA DE CASTRO, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (A "experiência republicana", 1831-1840 *e* Política e administração de 1840 a 1848).

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (São Paulo *e organização e direção de conjunto*).

FRANCISCO IGLÉSIAS, *da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais* (Minas Gerais).

WANDERLEY PINHO, *da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Bahia* (A Bahia, 1808-1856).

AMARO QUINTAS, *da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Pernambuco* (O Nordeste).

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS, *historiador, Rio de Janeiro* (O Grão-Pará e o Maranhão. Mato Grosso e Goiás. A província do Rio de Janeiro e o Município Neutro. O Espírito Santo).

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de *SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA* e *PEDRO MOACYR CAMPOS*,
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P.

Publicada sob os auspícios da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

---

TOMO II

O BRASIL MONÁRQUICO

2.º Volume

DISPERSÃO E UNIDADE

POR

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, PAULO PEREIRA CASTRO, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA,
FRANCISCO IGLÉSIAS, WANDERLEY PINHO, AMARO QUINTAS, ARTHUR CÉZAR
FERREIRA REIS

3.ª edição

DIFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO
SÃO PAULO
1972

DISPERSÃO E UNIDADE

LIVRO PRIMEIRO

A REGÊNCIA

CAPÍTULO I

A "EXPERIÊNCIA REPUBLICANA", 1831-1840

1. A DESRADICALIZAÇÃO DO 7 DE ABRIL

A vanguarda revolucionária

DESDE 1829 certos grupos, portadores de "idéias liberais muito avançadas", reunidos em sociedades secretas, como a *Sociedade dos Amigos Unidos* do Rio de Janeiro, preparavam uma revolução contra o regime monárquico. Já então eram conhecidos como *farroupilhas*, alcunha que talvez não se tenha inspirado na de *sans culottes* como parecia a Evaristo da Veiga, mas na indumentária deliberadamente rústica de Cipriano Barata, que em trajes matutos insistia em mostrar-se brasileiro nas ruas de Lisboa. O chapéu de palha nativo manter-se-á como um distintivo farroupilha ainda nos primeiros tempos da Menoridade.

José Bonifácio defendeu-se em carta ao Marquês de Barbacena da imputação de estar ligado aos *farroupilhas* e, pouco depois, após a ruptura com o Imperador, era o próprio Marquês que tinha de se esquivar às propostas dos grupos republicanos.

Concessão tática

A revolução de 1830 na França, tendo produzido o efeito de um *choque elétrico* no país, inspirou, como uma solução de transação que foi, uma reformulação dos planos dos revolucionários brasileiros que tornasse possível, sob a bandeira nativista, uma composição com os amplos setores da opinião, que iam do monarquista liberal ao constitucionalista conservador. Passando a admitir uma solução monárquica, o programa farroupilha pràticamente se confunde com o dos monarquistas liberais se se põe de lado a deliberação — por causa dela serão chamados de *exaltados* — de alcançar as reformas desejadas através da revolução armada. Os demais — os *moderados* — até o último momento tenderão a contar com um ajuste pacífico. Isso explica que os *farroupilhas* tenham precedido os *moderados* e que por isso mesmo tenham ido muito mais longe do que êles no aliciamento de apoio nas Fôrças Armadas.

As duas linhas

A exemplo dos *"poly techniciens"* na revolução de julho contra Carlos X, no Brasil os artilheiros foram os que corresponderam com mais entusiasmo à convocação revolucionária. Na falta

de uma opção ideológica, da mesma forma que no mundo civil, o equívoco nativista serviu à propaganda da revolução. Mesmo no resto da tropa a hostilidade em relação às tropas de mercenários estrangeiros já havia despertado entre oficiais e praças, de um lado, e a população miúda da Côrte, de outro lado, um sentimento de solidariedade nativista. Mas as praças de pré e a pequena população, na sua maioria formadas de mestiços e prêtos livres, confundem a linha nativista com a linha de côr. Há, pois, nessa solidariedade uma perigosa duplicidade de conceitos e essa duplicidade impõe aos *farroupilhas* uma bifurcação de sua linha de propaganda que não deixou, como é inevitável, de afetar a integridade ideológica. Há, de um lado, os *liberais puros* de inspiração jeffersoniana, como Borges da Fonseca e Teófilo Otoni e, de outro, o *agitador* que toca nos ressentimento de classe e de raça e acena com promessas de uma nova ordem social, como Cipriano Barata e Ezequiel Correia dos Santos.

Um chefe estranho ao movimento

Decidido a precipitar a revolução, a despeito das hesitações dos moderados, os exaltados procuram um chefe capaz de arrastar aquêles. Primeiramente entraram em entendimento com o Marquês de Barbacena, que recusou a chefia oferecida. Depois recorreram, ao que tudo indica, a Vergueiro. Cristiano Benedito Otoni recolheu o testemunho de Ezequiel Correia dos Santos e Balbino José da França, segundo o qual êstes dois chefes *exaltados* e mais Borges da Fonseca aparecem tomando a Vergueiro a palavra de ordem logo após a abdicação. — E agora, Sr. Vergueiro, a quem vamos nós dar vivas no campo? — É muito provável que D. Pedro I o fizesse sabendo-o chefe do movimento quando mandou Lopes Gama à busca do senador para nomeá-lo ministro.

O pretexto

O Marquês de Barbacena havia dito aos chefes moderados que fàcilmente se levaria o Imperador à abdicação. O grito de "Viva D. Pedro II" com que foi recebido no dia do aniversário da Constituição em São Francisco de Paula indica que já se havia cogitado da eventualidade de uma menoridade. Mas não é provável que se contasse como certa a abdicação nem que se pretendesse expulsar à viva fôrça o Imperador, apesar de ter sido aventada a hipótese. Não há maior prova disso do que os objetivos limitadíssimos que se fixou a insurreição — a volta do ministério demitido a 5 de abril. A *Aurora Fluminense*, de 8 de abril, referindo-se ao caráter surpreendente dos acontecimentos do dia anterior, dizia "que ainda se esperava que pudessem ser evitados os horrores de uma guerra civil". Sem a menor dúvida já havia um movimento programado desde muito antes da queda do ministério. No Sêrro do Príncipe, em Minas Gerais, Teófilo Otoni levantava a bandeira da revolta a 3 de abril e na Bahia se fazia o mesmo a 4. Ainda mais: o Parlamento havia sido convocado para uma sessão extraordinária a ser aberta a 3 de abril. Entretanto, a 7 ainda a maioria dos deputados permanecia nas respectivas províncias, aguardando a marcha dos acontecimentos e só chegaria à

Côrte já pelo fim do mês. A falta coletiva à sessão extraordinária de abril só se explica, admitindo-se que havia expectativa de acontecimentos graves coincidindo com a data da abertura dos trabalhos.

A tática revolucionária

Pouco se sabe sôbre a organização da insurreição. O grito de rebeldia — Viva o Imperador, enquanto constitucional — não implicava o programa reformista liberal, mas, por outro lado, não pressupunha necessàriamente um recuo em relação a êle. Possìvelmente, até mesmo tirando partido da dubiedade do lema, poderiam ter em mente ou o fato mais tarde aduzido nas discussões parlamentares de que as reformas eram admitidas no próprio texto constitucional ou, o que será uma idéia cara a Teófilo Otoni, que a Carta só se transformaria numa *Constituição* depois de que o vício da outorga se tivesse redimido através de um *referendum popular*, que apenas uma assembléia com expressos podêres constituintes poderia representar. A limitação dos objetivos do movimento de 7 de abril não autoriza, como já foi dito acima, a admissão de que se visava o destronamento do Imperador. Parece que o que se pretendia era desfechar uma série de golpes de alcance parcial e dessa forma manietar a reação governamental e franquear ao povo agir *de motu proprio* nas províncias, conquistando êle próprio as autonomias federativas. Os golpes, dentro de um precedente bem estabelecido no Primeiro Reinado, sob a forma de *petições da tropa*, de *representações*, de *votos do povo e tropa* determinam mudanças de comandos, proscrições de indivíduos considerados prejudiciais à causa popular, a adoção de medidas administrativas etc., como na Bahia a 4 de abril, ao exigir-se a substituição do General Callado e na própria Côrte ao exigir-se a volta de um ministério. No movimento do Sêrro, os insurretos juraram os "Artigos do Compromisso", pelos quais se obrigaram a ações precisas tais como empregar a fôrça para impedir ou anular prisões ilegais, prestar serviço militar, contribuir para a *caixa militar* etc. É possível que também no Rio de Janeiro o movimento obedecesse a um regimento preciso, jurado segundo o rito maçônico como então era costume. As relações entre os chefes exaltados e Vergueiro, pelo menos, sugerem um regime de estrita disciplina, ao qual submetem mesmo as suas opiniões políticas.

Em um desempenho dessa natureza os exaltados levavam tôdas as vantagens sôbre os moderados. Constituindo grupos ativistas, com suas organizações secretas nos principais centros do país, tenderiam a liderar tôdas as ações comuns, mesmo quando os chefes eram recrutados entre os moderados.

A "journée des dupes"

A abdicação veio inverter a situação. A responsabilidade pela conservação passava bruscamente para os que estavam empenhados na revolução. Ora, as pessoas indicadas para tal responsabilidade eram inteiramente outras. Faltava aos exaltados uma reserva de valôres no plano civil para organizar com elementos seus uma nova administração. Foi nisso que o 7 de Abril representou uma ver-

dadeira *journée des dupes*. Teófilo Otoni, que assim o qualificou, foi dos primeiros a reconhecer que havia necessidade de ceder o passo "para não arriscar o muito que já haviam conseguido pelo pouco que restava a conseguir". Borges da Fonseca também o compreendeu e foi um dos que clamaram por amplo congraçamento.

Cisão entre as duas linhas revolucionárias

Nos dias que se seguiram ao 7 de Abril, os *liberais puros* se distanciam dos *exaltados* que agora se reduzem aos *agitadores* e seus aderentes nos quartéis e na população miúda. São êstes agora que se apresentam como os *farroupilhas*. Passam a chamar-se também *jurujubas*, do nome da praia de onde vinham os magotes populares que rumavam para o Campo de Santana a 7 de abril. Inconformados em perder a posição na crista dos acontecimentos, lançam-se a uma ação direta descontrolada, ao sabor da anarquia militar. Soldados e moços com o chapéu de palha farroupilha, reforçados por uma malta de desordeiros, irrompem em pequenos grupos nos mais diferentes pontos da cidade, cometendo agressões e naturalmente o saque em nome do antilusitanismo.

O congraçamento

O recuo da ala liberal no grupo *exaltado* foi um fato característico do clima político logo após a abdicação. A facilidade da vitória foi uma revelação repentina da fragilidade da ordem estabelecida.

Tornava-se imprescindível uma acomodação, pelo menos provisória, de tôdas as rivalidades, para evitar-se uma comoção que chegasse aos quartéis. Isso não escapou sequer ao Brigadeiro Francisco de Lima e Silva que comandara o pronunciamento. Sua primeira preocupação parece ter sido a de circunscrevê-lo à exigüidade do pretexto que o motivara para que o quotidiano pudesse retomar seu curso.

Ao receber o documento da abdicação, como não havia ministério onde se escolhessem os membros da Regência Provisória, segundo os têrmos da Constituição, apressou-se em transferir a solução da questão para o poder civil, dirigindo-se ao Paço do Senado, onde na mesma manhã do dia 7 se reuniam os parlamentares das duas casas que se encontravam na Côrte. Segundo afirmou mais tarde, partiu dêle a recomendação de que a Regência Provisória reunisse elementos das várias tendências, como expressão de uma política de congraçamento. Os parlamentares, de outro lado, entenderam — homenagem à sua atuação ou constatação de um poder de fato impossível de ignorar — que seu nome era obrigatório na composição. Vergueiro foi incluído como representante da revolução; o Marquês de Caravelas, como representante da tradição; e, entre os dois, Lima e Silva foi chamado a emprestar sua espada para fiel da balança.

Fizera-se a revolução por causa da demissão de um ministério. Vitoriosa a revolução, nada mais natural do que chamá-lo de volta ao Govêrno. E foi o que a Regência Provisória procurou fazer. Com exceção de Holan-

da Cavalcanti, que não quis voltar para a Fazenda e foi substituído por José Inácio Borges, o ministério da Regência Provisória foi o mesmo *ministério popular* que D. Pedro I demitira a 5 de abril. Ocupava a pasta da Guerra o General José Manuel de Morais com quem Lima e Silva tinha velhas diferenças que vinham do tempo das *Comissões Militares*. Um e outro inclinavam-se, no âmbito do exército, a formar em facções extremadas. Apesar disso não se recorda ordinàriamente nenhum gesto de Lima e Silva visando a afastar do govêrno seu desafeto e adversário.

Os *liberais puros* aproximam-se dos *moderados*, apoiando-lhes as medidas de ordem e reclamando em contrapartida as reformas constitucionais. A ação mais destacada nesse setor é a de Borges da Fonseca. Êle, Odorico Mendes e Evaristo da Veiga estabeleceram essa espécie de compromisso reformista — ao que parece sòmente implícito — entre os elementos exaltados liberais e os moderados.

O instrumento mais eficaz dessa composição política foi a *Sociedade Defensora da Liberdade* e *Independência Nacional*, fundada por Borges da Fonseca, nos moldes da *Sociedade dos Defensores da Liberdade* e *Independência Nacional*, organizada em Santos, pouco antes do 7 de Abril. O congraçamento político realizado pela Sociedade parece que alcançou âmbito muito mais amplo do que teria sido o programa do seu fundador. Apesar da relutância tenaz de Borges da Fonseca que queria que se conservasse o mesmo nome da organização-modêlo de Santos — Sociedade dos Defensores — prevaleceu o nome de Sociedade Defensora, que evidentemente tem implicações muito mais vagas quanto aos precedentes políticos dos associados.

Membros da Regência e do Parlamento, militares, agitadores políticos, filiam-se à Sociedade. Uma carta de José Manuel de Almeida, ministro da Marinha da Regência Provisória, é um impressionante documento da importância que ela assume na vida pública do país: "Sr. Antônio Borges da Fonseca. Rogo-lhe a admissão, se é possível, na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e que releve o não ir pessoalmente fazer esta súplica ou a minha apresentação. S. C. 12 de maio de 1831".

A Sociedade atuava através das *representações* que dirigia à Câmara ou ao Govêrno e acima de tudo através do aliciamento pelo contato pessoal das opiniões dos membros do Parlamento, do Ministério e da Regência. Dela disse Abreu Lima: "Foi em realidade outro Estado no Estado; porque sua influência era a que predominava no Gabinete e nas Câmaras; e sua ação, mais poderosa que a do Govêrno, se estendia por todos os ângulos do Império".

A adesão indiscriminada de representantes de tôdas as tendências que Borges da Fonseca, ao que parece, queria evitar, diluiu em grande parte o tom revolucionário inicial da Defensora. Quando ela inicia suas atividades em fins de maio já parece dominante a linha conservadora.

2. A PRIMAZIA DA ORDEM CIVIL

Dificuldades com as Fôrças Armadas

O perigo militar que subvertera o Primeiro Reinado continuava a pesar sôbre o nôvo regime. A tropa a custo foi recolhida aos quartéis após a *abdicação* — em boa parte permaneceu no Campo de Santana até a partida do ex-Imperador.

Pensou-se em dissolver os corpos que haviam tomado parte no levante, particularmente os de artilharia de posição, que eram os que estavam mais indisciplinados. Mas qualquer iniciativa nesse sentido havia de ser baseada na fôrça. As primeiras dissoluções de corpos de tropa vieram em atendimento aos desejos das fileiras e não obedecendo a uma política de prudência: foram dissolvidos corpos de mercenários estrangeiros que entretanto eram justamente os que poderiam servir de apoio ao Govêrno em caso de algum motim, infensos que eram às unidades nativas.

Por outro lado, o fato de que Lima e Silva se mantivesse inarredável, como regente, passando da Regência Provisória para a Permanente, é uma indicação de que não era só a insubordinação da soldadesca que se temia no setor militar.

Mas as duas faces do perigo militar — as ambições do comando e a insubordinação da tropa — tinham perdido o ritmo uníssono que havia tornado o 7 de Abril possível. A tropa adquiria iniciativa e escapava ao comando; "... qualquer tribuno aliciava soldados e levava-os de carabina ao ombro a cometer desatinos..." (Moreira de Azevedo.)

O perigo para a ordem pública era sem dúvida maior, mas para a sobrevivência da ordem civil era uma ameaça muito menos grave do que a de um exército internamente disciplinado. Além disso, os esforços do Govêrno no sentido de organizar bases de segurança independentes das Fôrças Armadas e que normalmente poderiam ter despertado ciúmes no comando militar, encontraram aí boa acolhida e disposição de cooperar, dada a preocupação de opor algum obstáculo à insubordinação. Quando sobreveio a grande crise militar de julho, já contava o Govêrno com um mínimo de fôrça organizada que lhe permitiu sobreviver.

O fortalecimento do Poder Executivo

A preocupação dessa fôrça e a própria existência de podêres que a aplicassem foi uma das preocupações fundamentais de Evaristo. Argumentava contra o liberalismo que pretende "abater por tal modo o Govêrno que êste não possa preencher os fins para que foi instituído". Não concebia um Govêrno sem um chefe de personalidade marcante cuja autoridade não tivesse nenhuma dependência política em relação ao Parlamento. Possìvelmente o presidencialismo norte-americano lhe proporcionasse o modêlo de um regime cuja fórmula brasileira seria a monarquia constitucional onde o soberano

deveria exercer em pessoa a chefia do Executivo, como aliás previa a Constituição de 1824.

Em relação à Regência, insiste também Evaristo em considerar fundamental para a segurança do Estado uma decisiva preponderância do Poder Executivo e particularmente insiste em que a independência dêste seja firmada em base política própria. Dizia do govêrno regencial "que despojado de todo o prestígio da Realeza, entregue a homens eletivos, é fraco de sua natureza e convém antes dar-lhe fôrça do que tirar-lha". Evaristo teve entretanto a fazer-lhe frente um jovem adversário que já se projetava como um dos chefes *moderados* de maior prestígio — Honório Hermeto Carneiro Leão. Possìvelmente por razões próprias — êle era aparentado com os Carneiro Leão que gozavam da intimidade do Paço desde os tempos do rei — Honório apoiava a Evaristo nas manobras tendentes a afastar da tutoria José Bonifácio; mas suas vistas eram completamente contrárias a um govêrno pessoal. Talvez estivesse menos disposto que Evaristo a fazer concessões ao reformismo liberal no que se refere à vitaliciedade do Senado, pois, sentindo-se ligado à nobreza nascente do Império, deve ter sido favorável à preservação do elemento aristocrático na Constituição. Aproximava-se mais dos liberais, entretanto, em pretender que a Constituição de 1824 fôsse interpretada tal como o tentara o Marquês de Barbacena, com a atribuição de uma certa preponderância ao Legislativo. Aliás, cumpre notar que as tendências de Evaristo e de Honório estão mais na conduta do que nos pronunciamentos de cada um. Evaristo, sempre muito ligado aos chefes liberais, tende a ir mais longe, em teoria, nas concessões ao programa reformista do que, na prática, lhe determina o instinto político. Honório, com uma profunda reverência pela idéia monárquica, não chega a formular com tôda a clareza suas inclinações parlamentaristas. Das duas posições decorrerão mais tarde, depois da Maioridade, as facções opostas dos *Palacianos* e *Parlamentares*: à frente dêstes estará ainda Honório; aquêles se apresentarão sob a chefia de Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho que foi, sob muitos aspectos, o herdeiro político de Evaristo.

A tendência parlamentarista

Coube a Honório, tendo como companheiros de comissão Costa Carvalho e Paula Sousa, a preparação do projeto de lei da Regência. Seu projeto privava os regentes de parte importante do exercício do Poder Moderador, particularmente o direito de dissolver a Câmara dos Deputados e de decretar a suspensão das garantias constitucionais. Apesar da empenhada oposição de Evaristo, o projeto veio a transformar-se na lei de 14 de junho de 1831.

Atribui-se também a Honório a fórmula da Regência Trina Permanente que deveria ser eleita de acôrdo com a lei: êle teria baseado sua combinação de nomes, não num critério político como na Regência Provisória, mas num critério geográfico: o Norte, representado por Bráulio Muniz, e o Sul, representado por Costa Carvalho.

Com a vitória do pensamento político de Honório no estabelecimento das relações entre a Regência e o Parlamento, preparou-se uma fase de predomínio do Legislativo, um verdadeiro parlamentarismo embrionário. Se êsse esbôço de parlamentarismo não se desenvolveu mais completamente foi principalmente porque faltou à própria Câmara a disposição para fazê-lo. E, sem dúvida, nisso deve ter pesado em muito a influência de Evaristo.

O ministério de Feijó

Contornando de certa forma a situação criada pela lei da Regência, êle fêz da *Sociedade Defensora* um dispositivo de pressão sôbre a Câmara, capaz de criar para o Govêrno um apoio político de fato que vinha de fora da Câmara. Mas foi a nomeação de Feijó para o Ministério da Justiça que trouxe mais cabal neutralização do esquema de funcionamento da Regência imaginado por Honório. Não é impossível que essa nomeação tenha sido sugerida por Evaristo. Ela se liga às representações das municipalidades contra os agitadores na Côrte; representações que podem ter sido provocadas pela ação da *Sociedade Defensora* através das sociedades filiadas. De qualquer forma, Feijó recebeu de Evaristo uma acolhida entusiástica. As estranhíssimas condições a que submetera êle a aceitação do convite governamental não devem ter sido menos bem recebidas. Em Feijó podia casar-se o pensamento liberal com a idéia de um Executivo forte e independente pòlìticamente. Tratava-se, numa palavra, de substituir a Regência tripartida arquitetada por Honório pelo Executivo tal como o concebia Evaristo. A Regência concordara em transferir para Feijó a indicação eventual de um substituto interino e concedera mesmo que a demissão de qualquer ministro só poderia ter lugar quando contra êle se manifestasse " a verdadeira opinião pública" e que nesse caso a substituição seria provida em Conselho em que os regentes votariam em igualdade de condições com os demais ministros. A surpreendente fórmula da *verdadeira opinião pública* punha de lado, ao mesmo tempo, a Regência e o Parlamento, apelando para grupos de pressão do tipo da *Sociedade Defensora.*

Centralização do poder de repressão

Além disso, a lei de 5 de junho de 1831 havia previsto a criação de um sistema repressivo centralizado no Ministério da Justiça que constituía esta pasta no elemento de fôrça do Gabinete. Dada a situação especial atribuída pela Regência a Feijó, o Ministério da Justiça tenderia a assumir o caráter de uma verdadeira ditadura legal. O artigo 10 daquela lei autorizava o Govêrno a constituir milícias civis, alistando, armando e empregando como tais cidadãos com as condições de eleitor (entre outras uma renda mínima). O artigo em questão foi regulamentado pelo decreto de 14 de junho que determinou a formação, em cada *Distrito de Paz,* de um corpo de *Guardas Municipais,* dividido em esquadras, sob o comando do juiz de paz. A medida só aparentemente correspondia a uma tendência liberal. Na realidade, a atribuição do comando de uma fôrça armada ao juiz de paz, longe de fortalecer sua autoridade, ligava-o a uma organização disci-

plinar sob o alto contrôle do ministro da Justiça. A mesma lei de 5 de junho atribuía ao Govêrno a faculdade de suspender os juízes de paz *negligentes* ou *prevaricadores* e substituí-los, naturalmente, por indivíduos devotados à política governamental. Após a grande crise militar de julho, Feijó acrescentou ainda a determinação de que se processassem como cúmplices os juízes de paz que por seu lado não processassem os culpados. O juiz de paz que fôra a "autoridade anárquica" dos fins do Primeiro Reinado era assim convertido num agente do Govêrno.

A lei de 5 de junho decorreu de proposta de Evaristo depois das agitações que haviam abalado a cidade nas noites de 26 a 29 de abril. Tratava-se de constituir uma milícia provisória enquanto não se ultimava a aprovação da lei de criação da Guarda Nacional. Esta só veio a ser aprovada a 18 de agôsto e assim foi com os podêres que lhe conferia a lei de 5 de junho que o Govêrno pôde fazer face à crise militar em julho.

A crise de julho

A crise de julho foi a prova decisiva do regime e irrompeu poucos dias depois de Feijó ter sido nomeado. Ela está ainda mal esclarecida: quanto ao sentido da insurreição — ao que parece, os objetivos discordantes reduziram-na a um monstruoso tumulto — e quanto ao alcance das medidas repressivas do Govêrno — há indicações de que houve transição com elementos ligados à insurreição.

No dia 12 sublevou-se o 26.° Batalhão de Infantaria que estava aquartelado no Mosteiro de São Bento, mas foi prontamente cercado e dominado por 600 guardas municipais e dois dias depois embarcado para a Bahia. O Corpo de Polícia, entretanto, desde o dia 13 realiza manifestações de solidariedade aos sediciosos e a 14 toma posição em franca revolta no Campo de Honra — como depois de 7 de abril passou a chamar-se o antigo Campo de Santana. Aí instalam seus quartéis os *agitadores exaltados*, atraindo grupos de populares, e ao cair da tarde tôda a guarnição da Côrte vem agregar-se ao Corpo de Polícia. Apenas a artilharia da Marinha, o 1.° Corpo da Artilharia de Posição e uma parte do 2.° Corpo conservam-se fiéis ao Govêrno.

A Guarda Municipal, sentindo-se incapaz de fazer face à situação, recolhe-se a seus quartéis, deixando a cidade despoliciada.

A *tropa* e o *povo*, reunidos no Campo de Honra, faziam, como a 7 de abril, uma *representação* ao Govêrno. Queriam a deportação de 89 cidadãos, entre os quais contavam-se alguns senadores, a destituição de funcionários públicos que apontavam como contrários à causa nacional e a suspensão por 10 anos da entrada de portuguêses no país. Feijó, que ocupava a pasta da Justiça desde o dia 6 do mesmo mês, pediu que formulassem por escrito suas pretensões para que o Govêrno e a Câmara pudessem deliberar sôbre elas.

Nôvo gabinete

A Câmara reuniu-se em sessão permanente desde o dia 15 até o dia 20 de julho, transferindo-se para o Paço da Cidade, juntamente com o Senado, o Ministério e a Regência. Feijó pediu uma

sessão secreta que se realizou na noite de 15 para 16. Quase certamente como resultado da sessão secreta, reforma-se a 16 o Gabinete que até aí com exceção de Feijó, era o mesmo da Regência Provisória. O ministro da Guerra do Gabinete que era demitido, havia no dia anterior enviado um ofício à Câmara, informando que as tropas de 1.ª linha se haviam dirigido à Praça da Constituição por ordem do comandante de armas, José Joaquim de Lima e Silva, irmão do regente, e que de lá haviam seguido para o Campo de Honra mas que, no dia 15, em que era firmado o ofício, já se haviam recolhido aos quartéis.

Na formação do nôvo Gabinete, a nomeação de Lino Coutinho que insistira em exculpar os agitadores dos tumultos anteriores ao dia 12, que apresentara projetos de lei antilusitanos, e que movera tenaz oposição a Feijó, desde que êste subiu ao Ministério, e a de Manuel da Fonseca Lima e Silva, irmão do comandante de armas, parece que se relacionam com alguma transação que a revolução impôs. Além de José Joaquim Rodrigues Tôrres indicado para a Marinha, a outra nomeação foi a de Bernardo Pereira de Vasconcelos para a Fazenda, que pode ter sido feita com vistas à questão monetária agitada nas manifestações anteriores do dia 12 de julho.

Só depois da sessão secreta é que Feijó encaminhou à Câmara a representação dos revoltosos que é repelida pelas Comissões de Constituição e Justiça Criminal "por inconstitucional e absurda". A atitude desassombrada das Comissões indica, sem dúvida, que a essa altura já se sabia em que terreno se pisava. A 22 anunciava-se o restabelecimento da ordem e a 23 Vasconcelos apresentava a *Exposição de Princípios do Ministério*, que implicava pela sua simples apresentação a confissão de que não houvera apenas uma reorganização ministerial mas que se inaugurava uma nova política.

A conduta do comandante de armas

No dia 25, atendendo uma solicitação da *Aurora Fluminense*, José Joaquim de Lima e Silva divulga uma explicação pessoal sôbre os acontecimentos dos dias 13, 14 e 15. Na sua exposição, atribui a agitadores a sublevação da tropa, mas não consegue explicar satisfatòriamente, nem por que fêz sair tôdas as tropas do quartel, nem por que permitiu que se fizesse a representação à Câmara. No mesmo dia publicava em folheto avulso um comunicado em que explicava sua conduta, o grupo que colhêra na tropa as assinaturas para a representação. A representação à Câmara, disseram êles, foi uma maneira de ceder no que era de justiça às reclamações de caráter muito mais grave que eram feitas pela tropa e afirmaram mais que o "general, comandante de armas, muitos oficiais e alguns deputados se acharam presentes ao ato de fazer-se a representação e foram por êles mesmos lembrados nesta ocasião alguns dos inclusos na lista, cujos nomes estavam em esquecimento". A lista a que se referem são os 89 cidadãos a serem deportados e os funcionários a serem demitidos que cons-

tavam da representação. A rigor, as duas versões não diferem essencialmente quanto aos fatos admitidos. O General não confessa sua disposição de colaborar com os autores da representação nem menciona a presença e a participação de deputados na feitura dela.

Coincidem os testemunhos ao mencionar a circunstância de que a insubordinação da tropa foi muito além do ato de pressão política consubstanciada na representação. Degenerou em manifestações diretas contra o comando e contra o regime disciplinar baseado em penalidades corporais e em afirmação de solidariedade aos companheiros do Corpo de Polícia e do 26.º Batalhão.

O ágio do cobre

Entre os promotores da representação que assinam o comunicado figuram Ezequiel Correia dos Santos e Balbino José da França Ribeiro, que a 7 de abril recebiam de Vergueiro a palavra de ordem.

Uma circunstância permite admitir-se que os tumultos isolados que se repetiam pela cidade desde os últimos dias de abril se inscrevessem como ações preparatórias no mesmo plano da grande insurreição de 12 a 20 de julho. Espalhavam os agitadores que se tratava de aumentar o ágio do cobre e os manifestantes gritavam: câmbio abaixo! A correlação entre agitações de rua e problemas monetários é, sem dúvida, um fenômeno raro na história das revoluções brasileiras. Ora, verifica-se que entre os promotores da representação à Câmara formavam o grupo profissional mais importante os *comerciantes de ouro* e *prata*, aquêles justamente cujos interêsses seriam mais diretamente afetados pelas variações da cotação do cobre amoedado. O govêrno formado a 16 de julho, que por vários aspectos, como já se viu, parece ter representado uma transação imposta pela sedição militar, já a 27 de julho anunciava a suspensão da cunhagem do cobre, embora tenha sido posteriormente obrigado "pelo império da lei da necessidade" a voltar atrás dessa decisão.

Dispersão das Fôrças Armadas

Depois dêsses acontecimentos, dificilmente se pode afirmar que a segurança do Estado tenha voltado a ser sèriamente ameaçada pelas Fôrças Armadas. Haverá apenas intentonas restritas que serão fàcilmente debeladas. Com a suspensão do recrutamento e o franqueamento das baixas individuais, com a dissolução de alguns corpos e remoção de outros para diferentes pontos do País, a guarnição militar da Côrte se foi reduzindo a quase nada. Uma parte importante do oficialato se pôs à disposição do govêrno civil, por iniciativa do General José Manuel de Morais, constituindo um corpo composto exclusivamente de oficiais, o *Batalhão dos Oficiais Soldados Voluntários da Pátria*, ou como os chamou Evaristo, os *Bravos da Pátria*.

Por outro lado, as milícias civis passaram satisfatòriamente pela prova. Foram, pela primeira vez, empregadas em massa, em operações militares. Já a 12 eram mobilizados 600 guardas municipais contra o 26.º Batalhão.

A 16 o Govêrno era autorizado a nomear um comandante-geral para a guarda, recaindo a escolha em Sebastião do Rêgo Barros.

A Guarda Nacional e os Permanentes

A lei de criação da Guarda Nacional surge sòmente a 18 de agôsto quando a grande ameaça já havia sido conjurada. Essa lei declarou extintos os corpos de milícias e ordenanças que dependiam do Ministério da Guerra e os substituía pela Guarda Nacional que dependia do Ministério da Justiça.

Também a Guarda Municipal era declarada extinta mas Feijó, posteriormente, pela lei de 10 de outubro, transformou-a na Guarda Municipal Permanente, a Guarda dos Permanentes, como foi popularmente designada. A Guarda Nacional só a 12 de fevereiro de 1832 pôde ser apresentada ao público, quando desfilou fardada, com 2 mil homens a pé e 400 a cavalo. Em maio do mesmo ano, Feijó anunciava que a guarnição militar da Côrte havia sido completamente extinta e que todos os serviços de segurança eram desempenhados pela nova Guarda.

Ao lado das medidas destinadas a constituir uma fôrça material a serviço da ordem civil, Feijó encontrou também na lei de 5 de junho medidas para desencorajar a desordem e a agitação.

As limitações à liberdade de reunião e às garantias individuais estabelecidas naquela lei (proibição de ajuntamentos noturnos de mais de 5 pessoas e cassação de fiança em caso de flagrante delito) foram por êle complementadas pela suspensão das *Cartas de Seguro* e pela ordem de que fôssem processados os agitadores que trabalhavam a tropa.

Já durante a crise havia convidado os estrangeiros para armarem-se e participar da defesa da ordem. Depois, distribuiu armas e cartuchame aos comerciantes em locais desertos e afastados e também a 3 mil cidadãos em condições de serem eleitores.

Os jornais *exaltados*, não de todo sem razão, denunciavam a inversão de situação a que levara a política repressiva do Govêrno. O *Clarim da Liberdade* dizia que "todos os garrafeiros de março" estavam armados e prontos para varar o peito aos patriotas "com as balas mandadas repartir pelo ministro da Justiça, o Sr. Feijó". De seu lado, afirmava a *Matraca dos Farroupilhas* que o "farroupilhíssimo Padre Feijó *d'in illo tempore*", tornara-se no "herói dos Capitalistas de Rocha e Quartilho".

Insatisfação nos meios militares

Nos mesmos jornais refletia-se a insatisfação nos meios militares com a nova situação. Dizia o *Clarim* que Feijó reunira na Guarda Nacional "monstros que derramaram sangue humano" e que para oprimir os liberais "desmanchara os batalhões, desarmara as fortalezas, e organizara os Bravos da Pátria e a Polícia Permanente". O incidente de 28 de setembro de 1831 tinha o mesmo sentido. No Teatro São Pedro, ponto de reunião habitual dos exaltados, o juiz de paz, Saturnino de Sousa Oliveira, deu ordem de prisão contra dois

oficiais que haviam brigado e provocado tumulto. O Major Miguel Frias, com um grupo de *moços de chapéu de palha*, interveio para impedir a efetivação da prisão. Por ordem do juiz de paz, a Guarda Municipal fêz evacuar o teatro, usando de desnecessária violência e Feijó fêz recolher presos a várias fortalezas os oficiais implicados e com êles o Major Frias. O fato era de natureza a provocar impressão tanto maior, quanto estava ainda na lembrança de todos o papel do Major Frias, a galope entre o Campo de Santana e São Cristóvão, como emissário do povo e do exército junto ao Imperador, na madrugada de 7 de abril.

Um sintoma da situação foi a facilidade com que Cipriano Barata, que estava prêso por crime de imprensa, conseguiu levantar a 6 de outubro a Presiganga e o Grupo de Artilharia da Marinha da Ilha das Cobras. Tratava-se de uma das poucas unidades que se haviam mantido fiéis ao Govêrno na insurreição de julho. Submetido agora o Grupo de Artilharia pelos *Oficiais Soldados* e pela Guarda Municipal, foi em seguida dissolvido.

A liga de matérias repugnantes

A insatisfação nos meios militares canalizou-se para as duas Sociedades que congregavam as facções extremadas que os dividiam. A *Sociedade Federal*, fundada a 16 de outubro, em Pernambuco, entre outros, pelo Brigadeiro Francisco de Paula Vasconcelos e instalada no Rio por Ezequiel Correia dos Santos, a 31 de dezembro, congregava os *farroupilhas*. A *Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira*, fundada no Rio em inícios de 1832, reunia os que desejavam a volta de D. Pedro — os *restauradores* ou *caramurus*. As duas Sociedades tinham uma repercussão mínima no meio civil, muito menor pelo menos do que as opiniões que pretendiam representar. Correspondendo a posições tradicionalmente antagônicas, teriam planejado uma ação comum em pacto secreto firmado na loja maçônica do vale do Passeio Público. Evaristo denunciou como uma "liga de matérias repugnantes", tão impossível de manter-se como a do óleo e da água. Boatos correram de que a revolução explodiria na noite de 2 para 3 de abril e que seriam assassinados os regentes e os ministros. No dia 2 de abril à noite foram espalhadas proclamações em nome do exército e do povo, acusando a Regência de não impedir que se tramasse a volta do ex-imperador e apontando para substituí-la os nomes de Antônio Carlos, Pedro Maynard e Paes de Andrade. Mas no dia seguinte a esperada insurreição limitou-se à ação do Major Frias que levantou pequeno número de companheiros de prisão nas fortalezas de Villegagnon e de Santa Cruz e, desembarcando em Botafogo, rumou para o Campo de Santana. Uma carga de 20 cavaleiros dispersou os rebeldes. Escapando à prisão, o Major Frias conseguia embarcar alguns dias depois para os Estados Unidos.

A 17 do mesmo mês, uma intentona caricata é promovida por criados do Paço, alguns guardas nacionais do Engenho Velho, estrangeiros e alguns militares, sob o comando de um aventureiro que se intitulava falsa-

mente Barão de Bülow. Somando apenas 250 pessoas e conduzindo dois canhõezinhos de brinquedo que haviam pertencido a D. Pedro e a D. Miguel, quando crianças, saíram de São Cristóvão, dando vivas a D. Pedro I; mas depois de recuar ante a cavalaria de Minas, foram dispersos fàcilmente pelos Permanentes comandados por Luís Alves de Lima e Silva. Segundo se disse, tratava-se do elemento *caramuru* que havia falhado no dia 3.

Utilização política das milícias civis

Êstes levantes que envolveram efetivos muito limitados e que foram prontamente dominados, o Govêrno procurou pintá-los em côres exageradas, insistindo principalmente em demonstrar com êles a necessidade de medidas extraordinárias. É surpreendente a apaixonada incoerência com que Feijó clama contra a "impunidade que a fraqueza das leis, a negligência e a prevaricação de alguns magistrados protegem", a propósito de movimentos como o da Ilha das Cobras e do Major Frias, iniciados um e outro por um levante de presos que cumpriam pena por crimes políticos. Em relação ao primeiro chegou ao extremo de ameaçar a Câmara dos Deputados com os 6 mil cidadãos armados, *proprietários* e *industriais*, que estariam indignados com a falta de disposição desta para armar o Govêrno com meios mais poderosos de repressão. Feijó queria simplesmente a aplicação do § 35 do artigo 179 da Constituição que previa a suspensão das garantias individuais. A Câmara rejeitou o pedido e censurou o ministro pela ameaça sem que lhe resultassem disso conseqüências mais graves. Em relação à mascarada de 17 de abril, entretanto, Feijó não quis ficar só nas palavras e mobilizou os seus *cidadãos armados* na tentativa de suscitar um verdadeiro pronunciamento das milícias civis, em julho de 1832.

O golpe de Estado de 1832

O fato é conhecido como o *Golpe de Estado de 1832* muito embora não tenha passado de uma tentativa malograda. Seu desenvolvimento é apresentado de forma extremamente obscura e não é impossível que isso se deva em parte a que mesmo os participantes diretos dos acontecimentos tenham sido levados sem bem saber ao que iam, confiados cegamente no tirocínio político de Feijó. Êste, por sua vez, parece ter sido movido antes por impulsos e rancores do que por um plano amadurecido. Suas declarações anteriores permitem perceber que já repassava em mente a idéia do emprêgo da Guarda Nacional numa solução de fôrça; mas parece que não se fixara sequer um objetivo claro a atingir.

As Comissões de Justiça e Constituição, apreciando o relatório por êle apresentado a 10 de maio, concluíram pela necessidade de afastar do Paço a José Bonifácio. A Câmara dos Deputados aprovara o parecer mas o Senado o rejeitou a 26 de julho.

A tentativa do golpe teve como pretexto esta votação do Senado. Planejou-se então que a Câmara dos Deputados se proclamaria Assembléia Nacional Constituinte, o que implicaria naturalmente na derrogação da

Constituição de 1824 e de todos os órgãos que ela instituía, entre outros o próprio Senado.

No mesmo dia da votação demitia-se o Ministério e a 30, alegando não poder formar nôvo govêrno, a Regência o acompanhava na renúncia. Uma comissão da Câmara especialmente constituída para dar parecer sôbre a situação concluiu pela transformação da Câmara em Assembléia Nacional, de acôrdo com os planos do golpe. A Câmara estava já inclinada a aprovar o parecer, quando uma intervenção de Honório produziu uma reviravolta de opinião e o parecer foi rejeitado. A Regência acedeu em retirar sua renúncia e os efeitos do projetado golpe ficaram com isso reduzidos à queda de Feijó e seus companheiros de Ministério.

Entre o dia 26 em que se deu a renúncia do Ministério e o dia 29 em que a Regência discutiu em Conselho de Estado a situação, os deputados do *Partido Moderado* realizaram sucessivas reuniões secretas na Chácara da Floresta, residência do deputado por Minas Gerais, Padre José Custódio Dias. Os testemunhos sôbre o que se acertou nessas reuniões são imprecisos e não convincentes.

Os principais articuladores do golpe eram, além de Feijó e do próprio dono da casa, mais dois outros padres — José Bento Ferreira de Melo e José Martiniano de Alencar — e ainda Evaristo, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho e Antônio Pinto Chichorro da Gama. Aureliano foi o Intendente-Geral de Polícia durante o Ministério de Feijó e tanto êle como Chichorro eram muito ligados a Evaristo. Tratava-se, pois, em poucas palavras, do grupo de Evaristo e de um grupo de padres ultraliberais. Entre os dois grupos, Feijó era o elemento de ligação. Cada grupo parece que via o golpe sob um prisma próprio e isto deve ter sido o ponto fraco do plano. Para Evaristo e seu grupo o essencial do golpe seria o afastamento de José Bonifácio da tutoria e a instituição da Regência Una que certamente deveria ser confiada a Feijó. Para os padres ultraliberais o essencial seria o golpe contra o Senado — a aprovação à sua revelia das reformas constitucionais que já haviam passado na Câmara e a abolição de sua vitaliciedade que as reformas previam. Para Feijó — que mais tarde confessaria que com um pequeno empenho poderia ter obtido votação favorável do Senado — o essencial, embora não o confessasse, seria a mobilização das milícias civis a serviço do jôgo político.

É possível que a brusca debandada da maioria governamental no preciso momento da conclusão do projetado golpe tenha sido provocada pela tomada de consciência dos riscos que êsses equívocos envolviam. O golpe teria implicado a passagem de uma situação de direito para uma situação de fato na qual inevitàvelmente o arbítrio caberia a Feijó que tinha por si a fôrça.

Numa "espontaneidade" òbviamente dirigida, no dia 30, a Guarda Nacional começou a reunir-se em várias partes da cidade e foi o próprio

Feijó quem o anunciou em ofício dirigido a seu comandante, o General Pinto Peixoto. As ameaças que fizera à Câmara pareciam concretizar-se numa tomada de contas de parte dos *cidadãos armados*. Como a tropa de linha a 14 de julho do ano anterior, a Guarda Nacional fazia uma *representação* à Câmara. Com muito maior comedimento do que aquela, é verdade, temperando a *mágoa* com a *resignação*, sua mensagem não deixava de conter a sugestão de um expurgo político, ao oferecer cobertura de fôrça para as medidas destinadas a anular os efeitos da "oposição de alguns membros da Assembléia Geral e principalmente do Senado, a tôdas as luzes coniventes com a facção restauradora".

Dirigida à Câmara, mas manifestando confiança tão-sòmente aos deputados que haviam "sustentado o Govêrno", a *representação* é um documento impressionante do caráter faccioso que Feijó havia conferido à Guarda Nacional. A própria maioria governamental deve ter ficado atônita ao percebê-lo. Optar pelo golpe teria sido encerrar-se no interior do cordão sanitário que a Guarda parecia querer estabelecer entre ela e o resto da Câmara e o Senado. O espetáculo de fôrça dado pelo Padre Feijó, com suas milícias partidárias, se por um momento o magnetizou, logo em seguida precipitou seu recuo. O resultado foi uma guinada conservadora que arrastou quase tôda a Câmara. As amplas concessões feitas ao Senado no que se refere à lei de reforma da Constituição, votada ainda no mesmo ano de 1832, refletem êsse estado de espírito.

A atitude dos regentes sugere à primeira vista conivência com os conspiradores. Mas os fatos posteriores tendem a indicar ao contrário que tenha havido da parte dêles acima de tudo pusilanimidade. Já em seu ofício de renúncia há uma nota de amargura — "outros poderão vencê-los em habilidades e talentos políticos; mas desafiam a qualquer que possa excedê-los em boa fé, zêlo e pureza de intenções" — na qual transparece claramente uma situação de constrangimento. E depois, ao definir-se o malôgro do golpe, os articuladores dêste e a Regência aparecem em campos opostos. Evaristo, naturalmente por sentir sua própria posição comprometida em relação a ela, empenha-se em obter que se lhe mantivesse a aceitação da renúncia; mas também nessa manobra não tem êxito. Por proposta de Honório, ela foi convidada a prosseguir em seus esforços para formar nôvo govêrno. Foi chamado, então, para formá-lo Araújo Lima, que ocupava na Câmara o pólo oposto em relação a Evaristo e Feijó. Como Araújo Lima não conseguisse maioria, pouco mais de um mês depois, dirigiu-se a Regência a Honório, que tomara posição contrária aos conspiradores. Só em maio de 1833, com a subida de Aureliano, voltariam êstes a participar do govêrno.

3. REFORMA E TRANSAÇÃO

As três fases do Partido Moderado

Nos primeiros tempos que se seguiram à *Abdicação*, o Partido Moderado se definia como uma ampla frente única dos cidadãos ordeiros em contraposição à ação irresponsável dos anarquistas. Foi a época da política de congraçamento. Depois passou a apresentar-se como o Partido do Centro que continuava a dar combate aos anarquista e farroupilhas, num extremo, ao mesmo tempo em que entrava em choque com os restauradores ou caramurus, no extremo oposto. Evaristo denunciou então que os dois extremos se tocavam, caracterizando o fato como a "liga de matérias repugnantes".

Finalmente, o Partido fêz o que hoje se denominaria uma *abertura à esquerda*, apresentando-se como o *partido da Revolução*, em oposição aos *restauradores* ou *caramurus*. Fixou-se o Partido na linha reformista, com um programa reputado satisfatório mesmo para os que eram tidos como liberais mais avançados e que foi consagrado na lei de 12 de outubro de 1832. No Rio Grande do Sul, onde predominava o elemento militar, o processo levou a uma polarização das correntes políticas nas direções extremadas — de um lado os farroupilhas e de outro lado os caramurus. Sem nenhuma expressão entre as duas grandes correntes, naquela Província, o Partido Moderado foi alcunhado de *chimango* — caça com a qual não vale a pena gastar chumbo — e a alcunha teve logo excepcional fortuna em todo o país. Muito a propósito os chefes moderados se aproveitaram dela para fazer esquecida a antinomia entre *moderados* e *exaltados* e apresentaram-na como o designativo oposto a *caramuru*. "Não há senão dois partidos no Brasil", diria Evaristo, "*chimangos* ou amigos da Revolução e *caramurus* ou inimigos dela".

A abertura à esquerda implicou naturalmente o acolhimento das reivindicações dos elementos exaltados que a desradicalização da revolução deixara à margem e o conseqüente deslocamento de representantes do regime passado que, graças à política de congraçamento, ainda se mantinham em seus cargos.

A mudança na orientação política dos moderados parece coincidir com a chegada, em novembro de 1831, de Miguel Calmon du Pin e Almeida que vinha da Europa, apontado por José Joaquim da Rocha da legação de Paris, como "partidário de D. Pedro", e que aqui reatou velhas relações políticas com José Bonifácio.

As pressões contra os elementos do regime decaído eram antigas. Com a chegada de Calmon, começou a ter organização política a reação contra elas. Daí o aparecimento do que se chamou de *Partido Restaurador* ou *Caramuru*.

A restauração do Imperador deposto, se era uma aspiração, só em casos isolados chegou a ser encarada como programa partidário.

A *Sociedade Conservadora*, fundada pelo General José Manuel de Morais nos inícios de 1832, era apontada como a organização caramuru que correspondia à *Sociedade Defensora* entre os moderados. Um projeto de lei de reforma e aposentadoria dos militares e funcionários que serviram sob o antigo regime, embora não aprovado, deu pretexto para sua fundação. Tratava-se, embora sem a gravidade daquele caso, de uma situação paralela à da crise militar de julho de 1831, quando o mesmo General Morais havia congregado, no corpo dos *Oficiais Soldados*, a parte do oficialato não comprometida com a indisciplina, para enfrentar os agitadores que reclamavam um expurgo no Govêrno e nas Fôrças Armadas.

Com a fundação da Sociedade Conservadora, passou o General a ser tido como o chefe dos caramurus. O programa ostensivo de sua Sociedade era o que dizia sua denominação oficial — *Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira*. Entretanto, o que terá sido efetivamente a *Conservadora*, o paralelo com a situação de 1831 e a sua substituição em 11 de agôsto de 1833 pela *Sociedade Militar* parecem indicá-lo: uma congregação de militares cujo principal empenho era a neutralização das pressões que tendiam a promover uma renovação nas fileiras.

Era contra ela e sua sucessora que se encarniçavam os farroupilhas. Mas para os *chimangos* os dois grandes redutos caramurus eram o Paço Imperial, sob a direção de José Bonifácio, e o Senado. No golpe de 30 de julho de 1832, Feijó e os liberais de Minas Gerais tentaram dar uma solução única para os dois problemas.

Contra José Bonifácio, muito mais do que as suspeitas de restauração, pesavam ódios herdados do grupo de Gonçalves Lêdo trazidos por Evaristo; ciúmes palacianos representados por Honório e Aureliano; e, acima de tudo, a transposição para o plano nacional das antigas rivalidades de bernardistas e andradistas por Feijó e os companheiros da bancada de São Paulo. Depois do malôgro do golpe de 30 de julho, só quando a desastrada viagem de Antônio Carlos à Europa deu foros de verdade às acusações já desmoralizadas de seu envolvimento em conspirações restauradoras, foi o velho Andrada substituído na tutoria em fins de 1833 pelo Marquês de Itanhaém. No que se refere ao Senado, o malôgro do golpe de 30 de julho obrigou a Câmara a entrar em transação com êle para a realização de seu plano de reformas. Disso resultou que a política de moderação de Evaristo tornava-se vitoriosa neste setor, no mesmo momento em que se concretizava a abertura à esquerda no campo das alianças políticas. A resistência do Senado passou a ser apresentada como uma escusa aceitável para que os liberais consentissem, sem maior relutância, em abrir mão das reformas que subordinariam o Govêrno ao sistema representativo e permitissem que fôssem sacrificadas as autonomias locais.

A obsessão federalista

Estas últimas, que haviam sido a pedra de toque das opiniões liberais do Primeiro Reinado, estavam agora relegadas a um plano secundário. Enquanto a nação inteira era abalada pela idéia do *federalismo* e enquanto elementos representativos do pensamento liberal chegavam a pensar no recurso à fôrça das milícias civis para impor reformas inspiradas nessas idéias, corria normalmente pelos trâmites ordinários a aprovação do *Código de Processo Criminal*, como uma medida obscura, que não merecesse sequer a mobilização da oposição. Entretanto, o Código preparado por Alves Branco iria corresponder à mais ousada experiência de legislação liberal jamais tentada no País. Consagrava no mais amplo sentido os ideais de autonomia local e autogovêrno, incorporando, precisando e ampliando as conquistas fundamentais da opinião liberal no Primeiro Reinado.

A indiferença da opinião pela sua sorte no Parlamento não pode ser explicada pelo fato de o Código ser em grande parte consolidação de legislação mais antiga. De preferência se poderia dizer que ela correspondia à estimativa de certo modo leviana de que se tratava de questões obsoletas.

Um retrocesso do liberalismo

O exame e a aprovação do Código do Processo no Parlamento já fôra aliás precedido por uma legislação que representava um retrocesso em relação às conquistas liberais no Primeiro Reinado.

Extorquidas a D. Pedro I — que, comprometido com as idéias liberais em Portugal, não poderia sustentar idéias opostas no Brasil — leis, como a dos juízes de paz, foram autênticas armas de revolução forjadas com êsse propósito — qualquer que fôsse o seu efetivo desempenho; e desta dizia por isso Bernardo Pereira de Vasconcelos, na Circular aos Eleitores, que "se esperavam grandes coisas".

A legislação repressiva da Regência Provisória anulou entretanto tal caráter. A lei de 5 de junho de 1831 e os atos complementares de Feijó ignoravam a inviolabilidade que o mandato popular, dentro de uma concepção liberal, deveria conferir ao juiz de paz, no exercício de suas funções. A faculdade concedida ao Govêrno, na execução dos próprios planos políticos, de suspendê-lo, substituí-lo e compeli-lo penalmente desnaturava num sentido totalitário sua função representativa.

O juiz de paz que a 7 de abril dirigia a D. Pedro I uma verdadeira intimação popular, se transformava, sob a Regência, num agente policial do Govêrno.

O *Código do Processo Criminal* estabelecia, em essência, a justiça democrática, isto é, a justiça confiada na mais ampla medida às magistraturas de escolha popular. O papel da justiça togada quase se pode dizer que ficava reduzida a uma assistência pericial.

A escolha do juiz de paz era por eleição direta pelos eleitores de paróquia. Os jurados eram alistados por uma junta composta do juiz de

paz, do pároco e do vereador mais votado. O promotor e também os juízes de órfãos e juízes municipais eram nomeados pelo Govêrno, mas de listas tríplices propostas pelas Câmaras Municipais.

O juiz de paz que recebia seu mandato da delegação imediata do voto popular, constituía a peça mais importante do sistema. Acumulava funções judiciais e policiais. Além da justiça primária das conciliações, é também juiz nas contravenções e nos crimes sujeitos às penalidades mínimas. Cabe-lhe em exclusividade a formação de culpa e a pronúncia. Procede como *polícia judiciária* dos criminosos; e como *polícia administrativa,* nas diligências de proteção à segurança individual e de manutenção da ordem.

Como Tribunal Criminal é instituído o Júri. Respeitadas as exceções constitucionais (a Família Imperial, o Legislativo etc.) não eram reconhecidos foros privilegiados: todos os crimes e todos os criminosos estavam sob a jurisdição dêsse tribunal. Não se excetuavam nem mesmo os crimes de responsabilidade de funcionários públicos, se êsses crimes estivessem inclusos no Código Penal.

Legislação contraditória

O *Código do Processo Criminal* é publicado a 29 de novembro de 1832, mês e meio depois da publicação da lei de 12 de outubro de 1832 sôbre as bases da reforma constitucional. Nessas bases, que representavam o acôrdo a que haviam chegado a Câmara dos Deputados e o Senado, já se previa a anulação das autonomias locais, com o estabelecimento da tutela das Assembléias Legislativas Provinciais sôbre os municípios, tal como o estabeleceria o *Ato Adicional.* A incongruência entre as duas leis, votadas quase ao mesmo tempo pelos mesmos legisladores, é um resultado da caprichosa semântica da terminologia política. A equação do liberalismo e do federalismo havia transformado, para os legisladores de 1832, o autogovêrno e as autonomias locais em palavras sem sentido. Mesmo a um liberal de grande coerência ideológica, como Teófilo Otoni, parecia razoável fazer transações quanto a êsses pontos, na composição com os moderados. "Cercear as fatais atribuições do Poder Moderador, organizar em Assembléias Provinciais os Conselhos Gerais das Províncias, abolir a vitaliciedade do Senado", eram para êle as reformas de primeira importância. Teófilo Otoni chega mesmo a significar implícita desconfiança na viabilidade do autogovêrno.

"Trezentos anos de escravidão", diz êle poucos dias após o 7 de Abril, "não podem bem preparar um povo para entrar no gôzo da mais perfeita liberdade. Um povo educado sob o despotismo, sem idéias algumas sôbre a organização do corpo social, demais imbuído pelos seus tiranos em princípios errôneos, fautores do despotismo, precisa de ótimos guias para se não desvairar e perder nas ignoradas veredas, que devem conduzi-lo ao templo da divina liberdade. Maus guias podem levá-lo aos horrores da anarquia, ou entregá-lo de nôvo às garras do poder absoluto."

O projeto de reforma da Constituição

A Câmara dos Deputados na sessão de 1831 foi além do programa de Otoni. O *projeto substitutivo de Miranda Ribeiro*, que a partir de outubro foi tomado como base de discussão, adotava e desenvolvia os três pontos de Otoni e previa ainda a *autonomia municipal*. O *Poder Moderador* seria extinto: algumas de suas atribuições deveriam passar para o Executivo responsável. O *veto imperial* ficaria sujeito ao contraste do Legislativo. Seria supresso o *Conselho de Estado*. O Senado seria renovável na têrça parte a cada legislatura. Os *Conselhos Gerais* seriam transformados em *Assembléias Legislativas* divididas em duas casas, como a Assembléia Geral. Seria assegurada a *autonomia financeira* das províncias mediante a *divisão dos podêres tributários* entre o Parlamento Nacional e as Assembléias Provinciais e a *discriminação de rendas públicas nacionais* e *provinciais*. Os municípios teriam uma autonomia em relação às províncias igual à das províncias em relação à União. O Govêrno-Geral se faria representar ante as Assembléias Provinciais por um presidente de sua nomeação e, da mesma forma, as Assembléias Provinciais indicariam um *intendente* junto a cada Câmara Municipal.

As resistências do Senado

O projeto Miranda Ribeiro foi aprovado com o aditivo de que "o govêrno do Império do Brasil será uma Monarquia Federativa" e logo a seguir remetido para a apreciação do Senado. Aí, sob a alegação da necessidade de se ouvirem as comissões especializadas, a discussão foi adiada para o ano seguinte.

Havia, naturalmente, grandes desconfianças de que um tal projeto pudesse ser aceito no Senado. Se não houvesse outra razão, porque o projeto atingia diretamente os privilégios senatoriais. Teófilo Otoni, ao formular os três pontos básicos da reforma, manifestava que a abolição da vitaliciedade do Senado era uma exigência imediata.

Transação ou desfôrço

O adiamento das discussões pareceu uma confirmação dêsses pontos de vista: as reformas não poderiam ser alcançadas por simples transação com o Senado. Seria necessário um desfôrço. Em inícios de 1832, Otoni fundou em Vila do Príncipe a *Sociedade Promotora do Bem Público* com o objetivo de suscitar o que designou como um "golpe de Estado eleitoral", conferindo-se podêres constituintes aos legisladores da legislatura vindoura, para que reformassem a Constituição, na forma do projeto já aprovado na Câmara dos Deputados, independentemente do Senado. A Sociedade fêz distribuir pelas sociedades patrióticas e pelas municipalidades de todo o país a circular que Evaristo denominou de *Encíclica Promotora*. Insistia Otoni em seus pontos de vista iniciais lembrando "... existir no Senado o primeiro escolho a evitar", pois "conseqüente com a influência que na sua eleição exercitou o despotismo, esmera-se continuamente em excogitar tropeços ao andamento das instituições que possuímos, e ao estabelecimento daquelas de que necessitamos".

O *golpe eleitoral* seria desfechado, naturalmente, no caso de o Senado persistir em sua atitude de resistência e a modalidade de sua execução seria obter dos *eleitores de província* que passassem procurações aos deputados para que votassem as reformas.

A *Encíclica Promotora* foi recebida com acrimônia pelo govêrno de Feijó que determinou a interdição da *Sociedade Promotora* e a suspensão da circulação do jornal de Teófilo Otoni —*A Sentinela do* Sêrro.

Entretanto, no golpe de 30 de julho as idéias da Encíclica Promotora são acolhidas pelo Govêrno. A chamada *Constituição de Pouso Alegre,* que o Padre José Bento Ferreira de Melo trouxera impressa das oficinas de seu jornal O *Pregoeiro Constitucional,* quase certamente terá sido preparada tendo em vista a manobra preconizada por Otoni. Como já se fêz notar, seria materialmente impossível que o texto já não estivesse preparado quando surgiram as circunstâncias que levaram o Govêrno à tentativa de golpe. O apoio dos liberais de Minas Gerais foi possìvelmente condicionado à promoção da reforma no sentido da que fôra proposta por Teófilo Otoni, embora numa tramitação exclusivamente parlamentar.

A transação

Com o malôgro do golpe parlamentar de 30 de julho, e a conseqüente "debandada" da maioria governista, a Câmara dos Deputados, inclinando-se a ceder alguma coisa do radicalismo que adotara no seu projeto do ano anterior, iria tornar vitoriosa a idéia de uma transação.

Evaristo, que havia sido também derrotado a 30 de julho, dá uma surpreendente prova de habilidade e senso de oportunidade política, usando a própria derrota para a aprovação de idéias que havia sacrificado à conjuntura.

O Senado inicialmente rejeita a maior parte das reformas da Câmara mas opta afinal por uma atitude mais prudente, acedendo à realização de sessões conjuntas com a Câmara nos dias 17 a 28 de setembro, de acôrdo com a proposta de Evaristo. Foi então encontrada uma fórmula de compromisso da qual resultou a *lei de 12 de outubro de 1832.* A lei de um único artigo autoriza os eleitores a concederem aos deputados da legislatura de 1834-37 podêres especiais para reformar os artigos ou parágrafos que são expressamente declarados reformáveis.

Concordou-se com a supressão do *Conselho de Estado,* mas conservou-se o Poder Moderador; foi mantida a vitaliciedade do Senado; os Conselhos Gerais poderiam ser transformados em *Assembléias Legislativas;* a Província onde estava instalado o Govêrno-Geral, também teria sua Assembléia Legislativa e capital própria, passando a constituir-se a sede do Govêrno-Geral em *Município Neutro;* foram aceitas a discriminação de rendas e a divisão dos podêres tributários; foi rejeitada a autonomia municipal; a Regência poderia tornar-se una.

A Constituição de Pouso Alegre já marcava um recuo em relação ao substitutivo Miranda Ribeiro, na medida em que confiava à legislação ordinária a fixação das atribuições dos podêres municipais e que definia as autonomias provinciais em quadros muito mais restritos. Limitava também as autonomias provinciais. As decisões das Assembléias Provinciais dependiam em vários casos da aprovação pela Assembléia Geral e não se previa a instituição de um Município Neutro como sede do govêrno-geral, o que implicava a atribuição de um caráter de Província Metropolitana àquela em que êste se instalasse. A lei de 12 de outubro admitia um federalismo em base quase tão ampla quanto o do substitutivo Miranda Ribeiro, mas ao mesmo tempo que inferiorizava o Poder Legislativo em relação ao Executivo, acompanhava a tendência já manifestada na Constituição de Pouso Alegre de subordinar os podêres municipais às Assembléias Provinciais.

O Código do Processo que insistira em basear-se no princípio da autonomia local, desde 1833, poucos meses após sua publicação, cuidava-se em reformá-lo.

4. RECONCILIAÇÃO NO PARTIDO MODERADO

A volta dos golpistas de 30 de julho

As bases políticas para o acôrdo que tornou possível a aprovação da lei de 12 de outubro de 1832 e do Código do Processo foram proporcionadas pelo Gabinete de 13 de setembro de 1832 que se constituiu sob a chefia de Honório, na qualidade de ministro da Justiça. A formação do Gabinete é devida à ação conciliatória do regente Costa Carvalho, o qual manteve relações com Evaristo e Feijó, mesmo depois do malogrado golpe de 30 de julho. Costa Carvalho cultivava de longa data a amizade de Feijó, como freqüentador habitual que era do círculo político de Itu. Nessa cidade do interior paulista, durante a Semana Santa e nas festas de Natal, encontravam-se habitualmente os principais chefes liberais paulistas — Feijó, Vergueiro, Paula Sousa, Álvares Machado e o próprio Costa Carvalho — uns porque aí residiam e outros que aí vinham ter a pretexto de visitas familiares. O Padre José Bento era também um dos freqüentadores habituais do grupo e, por seu intermédio, o grupo se relacionava com os liberais de Minas. Além de Bernardo de Vasconcelos e Limpo de Abreu, destacavam-se entre êstes o próprio Padre José Bento e o Padre Custódio Dias, amigos íntimos de Feijó e companheiros de 30 de julho. Outro padre que se havia envolvido diretamente no golpe, o Padre José Martiniano de Alencar, do Ceará, havia sido atraído pelos dois padres mineiros que o fizeram eleger deputado por Minas Gerais na legislatura 1830/1833. Embora optasse pela bancada de sua Província, Alencar tornara-se associado costumeiro dos liberais do Sul: partilhava no Rio de Janeiro sua residência com o Padre José Bento.

A interdição política dos caramurus

Logo após o 3 de Julho, Honório chegara a aceitar o apoio da ala chefiada por Calmon — uma aliança caramuru que antecipava, segundo um historiador (Valadão), a fundação futura do *Partido Conservador* — ala que lhe dera a maioria necessária para frustrar o golpe. A comissão incumbida de levar à Regência o apêlo para que retirasse sua renúncia fôra escolhida tôda na bancada baiana, Calmon como relator. A escolha havia sido significativa pois viera logo em seguida a um discurso de Calmon em que êste defendia a volta da *política de congraçamento*.

Depois Honório recuou. O apoio caramuru seria contraproducente eleitoralmente. Apesar de os caramurus estarem ganhando terreno no município da Côrte, no resto do país sucedia o contrário. Assim é que Calmon não conseguirá mais do que uma suplência para a legislatura de 1834/1837. O perigo para Honório era maior, pois sua base política estava em grande parte entre os barões da cana-de-açúcar e do café do interior fluminense. Muitos dentre êles eram aderentes da undécima hora à revolução de 7 de abril e era exatamente para êstes que a volta do ex-Imperador inspirava os maiores receios. Recusando unir-se a Calmon em apoio do Gabinete Araújo Lima, Honório redimira-se em parte da *traição* de 30 de julho.

Infiltração dos golpistas no govêrno

Chamado então para o govêrno, sua indicação foi festejada por Evaristo, como se correspondesse à própria volta do Partido Moderado ao poder. Honório empenhou-se em dar realmente êste significado a sua passagem pelo govêrno, mas encontrou entre os moderados uma mal disfarçada hostilidade. Sua atuação em relação ao malogrado golpe de Estado deixara-o marcado. Mesmo o apoio que encontra em Evaristo é um apoio sem entusiasmo. Ao defendê-lo dos ataques da imprensa farroupilha, respondeu Evaristo enumerando-lhe sem muita convicção as qualidades pessoais e especialmente as domésticas, não sem conceder pé às acusações, ao admitir, como uma reserva, o gênio impetuoso do nôvo ministro. Em carta a Costa Carvalho, iria mais longe e falaria do "descrédito total" do "nosso amigo Honório".

Costa Carvalho, influído ao que parece pelos seus encontros políticos de Itu, incluíra Vergueiro no Ministério ao lado de Honório, para confiar-lhe em caráter efetivo o Império e em caráter interino a Fazenda. Vergueiro podia passar por insuspeito de simpatias pelo golpe de 30 de julho porque era senador, mas na realidade converteu sua pasta num verdadeiro *cavalo de Tróia* do grupo de Feijó. Estreitamente ligado a Feijó e a Evaristo, o senador parece ter agido muito deliberadamente para deixar Honório de mãos atadas em relação à *Sedição de Ouro Prêto*, ignorando ou fingindo ignorar as bases pessoais da questão. Ora, cabiam a êle, como ministro do Império, as nomeações nas províncias, e não seria portanto possível nenhuma ação efetiva da pasta da Justiça sem sua colaboração leal.

A Sedição de Ouro Prêto. Caramurus à fôrça?

Os relatos tradicionais da *Sedição de Ouro Prêto* são ordinàriamente baseados na documentação fornecida pelo grupo do Padre José Bento que estava interessado em apresentar a sedição como tendo sido incitada do Rio de Janeiro por elementos caramurus. Parece, entretanto, que alegam para comprová-lo tão-sòmente a presença de dois oficiais de Engenharia, ligados ao Paço Imperial, um dos quais, aliás — João Reinaldo de Verna e Bilstein — relacionado precisamente com a facção do Paço contrária a José Bonifácio. Infere-se também que os rebeldes pretendiam estar resistindo a "um nôvo 30 de julho" que deveria ser promovido pelo presidente de Minas Gerais, Manuel Inácio de Melo e Sousa, sob a influência de dois membros do Conselho Geral da Província, Bernardo de Vasconcelos e o Padre José Bento.

Os relatos tradicionais têm geralmente dificuldades em explicar a decisão do General Pinto Peixoto de precipitar uma luta armada, quando os rebeldes estavam dispostos a passar-lhe o Govêrno; ou a proclamação de Vasconcelos, concitando os populares em armas ao massacre dos rebeldes vencidos; ou ainda a explosão de antilusitanismo que compeliu a fuga para o Rio de Janeiro de numerosos portuguêses residentes na Província.

Os rebeldes aprisionaram os dois membros do Conselho Geral da Província e, como o presidente se declarou coacto, entregaram o govêrno a Manuel Soares do Couto, o vice-presidente imediato. Além do comandante da Guarda Nacional e, portanto, subordinado à pasta da Justiça, o vice-presidente era cunhado de Honório. Quase certamente os rebeldes esperariam por uma intervenção dêste para resolver a situação, pois incumbiram especialmente o vice-presidente de transmitir sua representação ao Govêrno.

Acêrto de contas dos golpistas

Essa situação proporcionaria aos *golpistas de julho* ocasião para darem a Honório o trôco por sua atuação naquele episódio. Foi incumbido da repressão, naturalmente sem que essa fôsse a preferência de Honório, o General Pinto Peixoto, o mesmo exatamente que Feijó convocara para assumir o comando da Guarda Nacional no golpe de 30 de julho. Honório havia escrito ao cunhado, ordenando-lhe que entregasse o govêrno ao General e êste levava instruções no mesmo sentido.

Entretanto, Pinto Peixoto, de acôrdo com os partidários do Padre José Bento, retardou de dois meses sua entrada em Ouro Prêto, para caracterizá-la como uma vitória militar da Guarda Nacional sôbre a tropa de linha sediciosa. O fato de Honório ter escrito uma carta ao cunhado foi alardeado como um crime de alta traição. Pinto Peixoto recebera cópia da correspondência trocada entre os dois, a êle remetida pelo próprio Couto, que estava interessado na justificação de Honório. Declarou que a carta tinha "mais de leviandade do que traição" mas ainda assim viu nela moti-

vo para levantar uma *questão de dignidade* do govêrno imperial contra qualquer solução que não fôsse a submissão dos rebeldes pela fôrça das armas. A cidade foi reduzida à fome pelo cêrco de mais de três mil guardas nacionais que convergiram contra ela de várias partes da Província. Algumas surtidas desesperadas tentadas pelos assediados deram a nódoa de sangue, de que, ao que parece, se necessitava para a inculpação dos responsáveis pelo movimento.

Hibernação política de Honório

Sentindo-se impossibilitado de agir e suspeito de traição, Honório estava completamente derrotado mas, aceitando a derrota com uma fleuma que desmente o temperamento desabrido que se lhe atribuía, recusou-se a aceitar a ruptura que lhe queriam impor. Deixava o govêrno, mas apegava-se ao Partido.

Poucos dias após sua demissão, ou porque a Regência se houvesse apercebido do êrro de sua nomeação ou porque já tinha feito o que tinha a fazer, também Vergueiro se demitia.

As duas pastas vagas, provàvelmente com o apoio de Honório, pois não se considerou ter havido mudança de Gabinete, foram ocupadas por Aureliano. Parece que Honório, convencido de que seu interêsse pelos rebeldes de Ouro Prêto poderia antes agravar-lhes a situação, resolveu definir a Aureliano todos os meios de ação, afetando desinteressar-se daqueles acontecimentos, ao mesmo tempo em que se colocava inteiramente ao lado do Partido Moderado e do Govêrno, para afastar do Paço a José Bonifácio.

Aureliano era íntimo de Evaristo e de Feijó e participara como Intendente-Geral de Polícia da conspiração preparatória para o golpe de 30 de julho. Seu irmão Saturnino fôra um dos mais ativos comandantes da Guarda Municipal, depois da Guarda Nacional, na execução da repressão de Feijó. Paulo da Silva Barbosa, seu sócio de tôdas as emprêsas, acompanhou voluntàriamente na qualidade de ajudante-de-ordens a Pinto Peixoto, em Ouro Prêto.

Ao contrário de Honório, todos os precedentes de Aureliano afastavam qualquer hipótese de cumplicidade caramuru. Ora, o cabeça do movimento de Ouro Prêto, João Reinaldo de Verna e Bilstein, era sobrinho de D. Mariana de Verna Magalhães, sua parenta, ama do pequeno Imperador e parte principal na conspiração contra a permanência de José Bonifácio na tutoria imperial. Tal circunstância o levaria certamente a tomar uma atitude benévola em relação aos rebeldes de Minas.

Os 4 padres de 30 de julho e o declínio de Evaristo

A ação governamental de Aureliano foi realmente em grande parte marcada por essa atitude. Enquanto se empenhava na Côrte em combater — quem sabe se não o inventava — o movimento caramuru, em Minas tentou aplicar anistia e a comutação das penas.

Ao que parece, escolhendo Aureliano, Honório tentara escudar-se em Evaristo contra os adversários mineiros. Mas o grupo de Feijó já havia adquirido autonomia em relação ao redator da *Aurora*.

Incompreensìvelmente — a idéia mal poderá ser atribuída a Aureliano — foi nomeado Limpo de Abreu, presidente para pacificar a Província. Limpo assumiu o cargo em fins de 99. Primo por afinidade de Manuel Inácio, o presidente que havia sido deposto pelos rebeldes, isso certamente não o tornava mais indicado para a missão. De fato, como se poderia esperar, êle se fêz o procurador das vinditas pessoais que já haviam antes suscitado o movimento rebelde. Desconheceu mandados de *habeas corpus* em benefício de presos políticos, opôs-se — seguindo, aliás, a linha que Feijó apoiava — a medidas de anistia preconizadas pelo Govêrno e finalmente negou-se a cumprir as ordens dêste relativas à comutação de penas impostas ao chefe rebelde João Reinaldo.

O conflito entre Limpo de Abreu e Aureliano, cujas idéias sôbre a anistia haviam sido esposadas por Evaristo, poderia converter-se numa grave crise entre os chimangos.

Bernardo de Vasconcelos tentou aproveitar-se da situação para voltar ao govêrno com o sacrifício de Aureliano. Jamais se conformara com o ter de abandonar a pasta da Fazenda em julho de 1832. Combateu a gestão de Cândido de Araújo Viana no Ministério Honório e esperou ser reconduzido a ela quando êste se demitiu. Aureliano entretanto preferiu deixá-la em longa interinidade nas mãos de seu colega do Império, Antônio Pinto Chichorro da Gama.

Em 1834 Vasconcelos concorreu à vaga senatorial aberta com a morte de Jacinto Furtado de Mendonça, figurando na lista tríplice ao lado do Padre José Bento e de Manuel Inácio. A escolha da Regência recaiu sôbre o Padre. Vasconcelos, já exasperado pela longa expectativa em relação ao Ministério, acusou Aureliano de ter influído na sua preterição. Apoiado pelo grupo liberal mineiro e naturalmente também pelo Padre José Bento, embora concorrentes recentes à senatoria, Vasconcelos manobra contra Aureliano, sempre com vistas à ambicionada pasta. Êste, ou por sentir sua situação insustentável, premido ao mesmo tempo por Limpo de Abreu e por Vasconcelos, ou para evitar que seu conflito com o grupo mineiro se generalizasse como uma crise partidária, resolve-se a repetir a manobra de Honório que em situações idênticas o conduziria ao govêrno. Atrai para o Ministério o grupo cearense do Padre Alencar, oferecendo justamente a pasta da Fazenda a Manuel do Nascimento Castro e Silva.

Talvez se relacione com a manobra o fato de o grupo de Alencar constituir nesta época, ao lado de Evaristo, a mesa diretora da Sessão Central da Sociedade Defensora. Pouco tempo depois, em janeiro de 1835, Aureliano abandonava o govêrno, deixando-o nas mãos daquele grupo. Contra o prestígio do Padre Alencar foram impotentes as manobras de Vascon-

celos. Mas se Aureliano pensou que poderia deslocar também a Limpo de Abreu, o executor meticuloso da política do Padre José Bento, seus cálculos foram frustrados. A solidariedade que unia os quatro eclesiásticos de 30 de julho estava acima das alianças políticas, até mesmo da aliança entre Evaristo e Feijó.

A tragicomédia da repressão aos caramurus

A ação contra o Paço teve desfecho no mesmo ano de 1833. A viagem de Antônio Carlos à Europa, divulgada logo que Aureliano subiu ao govêrno, criou o clima favorável para a intervenção. Teve grande repercussão o registro da passagem do viajante pela Inglaterra, publicado a 12 de agôsto no *Albion* de Liverpool. Antônio Carlos era referido como um *agente particular influente no Brasil* e dizia a nota que Palmerston e Talleyrand conferenciavam a respeito da volta de D. Pedro. Entre os papéis deixados pela Condêssa de Itapagipe, há uma tradução manuscrita da notícia do *Albion* (1) que provàvelmente a Condêssa anotara para fazer correr entre as comadres no Paço. Ao que parece, mesmo no Paço Imperial, a viagem de Antônio Carlos só podia ser seguida através de noticiário da imprensa internacional, o que dá bem a medida da insignificância dos planos de restauração. A inconveniência do sistema ficou patente quando o *Jornal do Comércio* de 21 de dezembro publicou a tradução da carta de Antônio Carlos ao *Times*, comunicando que estava afastado de cogitação qualquer plano de restauração no Brasil. José Bonifácio já havia sido obrigado, uma semana antes, a afastar-se do Paço e recolher-se prêso a sua residência em Paquetá.

A ocupação do Paço foi efetuada como um ato preventivo do Govêrno, decretado a 14 de dezembro de 1833, quando já se havia iniciado o recesso parlamentar. Precederam-na tumultos de rua, onde se pode suspeitar a ação dos agitadores farroupilhas, com a tolerância, senão com a conivência do Govêrno. Depredou-se a sede da *Sociedade Militar* sob pretexto, que se verificou falso, de que se expunha uma efígie de D. Pedro I. Foram empastelados jornais caramurus.

Durante o ano de 1834, enquanto se preparava o projeto do Ato Adicional, a Câmara confirmava a destituição de José Bonifácio da tutoria. Pouco antes o Patriarca havia sido absolvido, por falta de provas, da acusação de conspiração, tendo sido comprovadas falsas as cinco testemunhas indicadas pelo Govêrno.

Ainda em 1834, foi aprovado na Câmara, mas rejeitado depois no Senado, um projeto de Henrique de Resende, ao qual Honório ligou seu nome,

---

(1) No Ms. da Condêssa de Itapagipe, pertencente à coleção do Sr. Pedro Calmon, e citado por êsse autor em *História do Brasil*, vol. V (Rio de Janeiro), pág. 1 597, nota, não se alude aparentemente à circunstância de tratar-se de simples tradução do texto inglês.

declarando D. Pedro I impedido de voltar a pisar território brasileiro e pelos fins do ano, antes de se conhecer no Brasil a notícia da morte do ex-Imperador, ocorrida a 23 de setembro no Pôrto, mas só divulgada no Brasil a 28 de novembro, o General Antero de Brito ainda ordenava o fechamento da *Sociedade Militar*.

O Ato Adicional

A Câmara que se reunia em 1834 trazia podêres constituintes para realizar a reforma constitucional prevista na lei de 12 de outubro de 1832. De seu trabalho resultou o *Ato Adicional* publicado a 12 de agôsto de 1834. Apesar da importância da tarefa, as discussões são rápidas. A comissão especial — Vasconcelos, Limpo de Abreu e Paula Araújo — nomeada logo no início da sessão legislativa, apresentou o projeto do Ato Adicional dentro de um mês. De 14 a 18 de junho passava em primeira discussão; a 22 e 23 de junho, em segunda; a 29 em terceira; a 6 de agôsto era aprovada a redação final.

O programa de reformas já fôra estabelecido na lei de 12 de outubro, o Senado já manifestara sua concordância em relação ao mesmo e só havia em aberto questões de pormenor. No decorrer das discussões poder-se-ia fixar o grau maior ou menor das autonomias provinciais, mas já havia ficado decidido que não se adotaria a *monarquia federativa*, o que marcava como que um teto às ousadias dos constituintes. As grandes questões de princípio ficavam portanto à margem e por isso tendiam a predominar as questões políticas.

A posição do Senado

Paula Sousa e o Marquês de Caravelas o reconheceram ao tomar posição contra José Saturnino da Costa Pereira que requerera a rejeição das reformas por parte do Senado. Justificaram sua posição alegando que a questão não devia ser tratada quanto à legalidade mas do ponto de vista político. Entendiam que era *político* não entrar em choque com a Câmara dos Deputados. Feijó, surpreendentemente acompanhado de Cairu, propôs que o Senado se abstivesse de pronunciar-se, porquanto não recebera comunicado sôbre as reformas realizadas na outra Câmara. Naturalmente, com isso não excluía que o Senado se pronunciasse quando recebesse a comunicação da outra Câmara.

Alguns dos maiores líderes do país estavam no Senado e, não havendo uma estruturação partidária, faltavam-lhes porta-vozes na Câmara que lhes transmitissem o pensamento sôbre as reformas. Feijó era justamente um dêsses líderes e tinha sua palavra a dizer sôbre elas, como depois o manifestou em várias ocasiões. Na Câmara dos Deputados fôra discutida logo de início a questão da participação do Senado na votação do projeto de reformas. Os 15 votos a favor da idéia foram certamente recolhidos na ala anti-reformista que ou tentava uma desesperada manobra de obstrução, ou simplesmente consignava seu protesto.

A questão não chegou a criar dificuldades entre a Câmara e o Senado como Paula Sousa e o Marquês de Caravelas temiam. Feijó recuou do

implícito propósito de opinar que sua proposta pressupunha e a Câmara veio-lhe ao encontro, fazendo a 20 de agôsto solene comunicação da promulgação do Ato Adicional em ofício do primeiro-secretário que encaminhava ao Senado uma cópia do autógrafo do nôvo texto constitucional.

Requerendo Alencar que a casa se manifestasse contra ou a favor do texto, Paula Sousa propôs que se rejeitasse o antigo requerimento de Saturnino e que se respondesse à Câmara dos Deputados que o Senado reconhecia as reformas como parte da Constituição do Estado.

A ausência de uma liderança

A participação do Senado na aprovação do Ato Adicional seria òbviamente injustificável mas não por consideração de *política*, como alegou Paula Sousa, e sim em têrmos de *legalidade*, pois lhe faltavam os podêres constituintes de que só a Câmara dos Deputados fôra investida, como salientou Evaristo. A admitir uma concessão política, teria sido oportuna aquela participação. Faltou nas discussões da Câmara a liderança firme que levasse as opiniões a uma clara definição. Apesar da delimitação da matéria a discutir, predominaram nos trabalhos a dispersividade e a desorientação doutrinária.

Evaristo declaradamente não concordava com as idéias de seus liderados.

O bloco monarquista tradicional isolou-se, formando em redor de Honório, José Joaquim Rodrigues Tôrres e Cândido José de Araújo Viana o grupo da *maromba*, em franca oposição.

O numeroso grupo dos liberais agiu descoordenadamente, introduzindo modificações que desfiguraram o anteprojeto preparado por Vasconcelos.

Erros de princípio

Acumularam-se erros de princípio e de doutrina que criaram pontos de colisão entre as províncias e a União: por exemplo, as províncias decidiam sôbre a criação de circunscrições cujo provimento dependia do govêrno-geral. Foi assim confiado às Assembléias Provinciais o estabelecimento das divisões judiciárias e eclesiásticas.

A lei de 12 de outubro não admitia a autonomia municipal. Baseados nisso, os legisladores de 34 estabeleceram um regime de rigorosa concentração administrativa em âmbito provincial, fazendo depender das Assembléias Provinciais tôda a vida econômica municipal, mesmo as providências mais simples como a criação de empregos, a fixação dos respectivos ordenados, as desapropriações etc.

A experiência republicana

As discussões mais vivas foram as que se travaram a propósito da Regência. Esta era a perspectiva tangível que todos tinham diante de si. Assentado como estava que a Regência seria una, as questões levantadas em relação ao assunto foram, de um lado, se ela deveria ter mandato permanente ou renovável periòdicamente e, de outro lado, sôbre as bases de sua eleição. Na primeira questão foi vencida a fórmula proposta pela comissão e defendida

por Evaristo. A tese da Regência Permanente era lògicamente a preferida pelos partidários da situação que contavam eleger o regente e a do mandato periódico preferida pela *maromba*. Entretanto, a idéia de um chefe de govêrno eleito periòdicamente como o presidente norte-americano tinha para a maioria dos liberais uma sedução muito forte para que resistissem a ela. A mesma razão explica a vitória do ponto de vista de Evaristo no que se refere à modalidade da eleição. Honório, de acôrdo com a posição parlamentarista que mantinha desde 1831, mobilizou a *maromba* para sustentar que a eleição do regente deveria ser feita pela Câmara dos Deputados. Os federalistas extremados propuseram a eleição por voto de Província, sem fazer distinção entre pequenas e grandes. Finalmente, a posição de Evaristo, favorável a que o Govêrno tivesse bases políticas independentes da Câmara, era pela eleição por eleitores de Província. Essa solução correspondia, sem dúvida, mais de perto à modalidade da eleição presidencial norte-americana e teve por isso a preferência da mesma maioria que apoiara a renovação periódica dos mandatos.

Ainda sôbre a modalidade de eleição da Regência, determinou-se que cada eleitor votasse em dois nomes, um dos quais obrigatòriamente estranho à sua Província. A medida, destinada naturalmente a limitar a dispersão de votos, obrigando o eleitorado a fixar-se em alguns nomes de projeção, revela ao mesmo tempo que se supunha o eleitor da época de vistas muito limitadas ao âmbito de sua Província.

A eleição periódica do Regente por votação nacional surgiu para a imaginação da época como meio de realização de uma *experiência republicana*. O próprio Feijó o repetiu, dizendo que o prazo de oito ou nove anos de tal experiência "convenceria os brasileiros da necessidade da monarquia".

A eleição do regente único

Cumprindo a estipulação do Ato Adicional, realizou-se a 7 de abril de 1835 a eleição do regente único. Apesar da multiplicidade dos candidatos, resultante da predominância já antecipada das preferências regionalistas, destacam-se duas correntes: os chimangos ortodoxos que apóiam a candidatura Feijó, recomendada oficialmente em circular da Sessão Central da Sociedade Defensora, e a *facção holandesa*, uma heteróclita combinação de fôrças arquitetada por Honório e que apóia a candidatura Holanda Cavalcanti. A candidatura Feijó era um velho plano de Evaristo. Logo após o malôgro do golpe de 30 de julho, retirando-se Feijó para São Paulo, Evaristo teria dito que êle voltaria brevemente e eleito regente único. Na realidade levou mais de três anos para que se realizasse o vaticínio, mas o ponto de vista de Evaristo a respeito continuou inalterado. Imediatamente após a aprovação do Ato Adicional, êle voltara a manifestar-se naquele mesmo sentido e na *Aurora* de 19 de setembro de 1834 falava do mêdo que causava aos *anarquistas* a perspectiva de que Feijó viesse a ocupar a Regência.

A candidatura de Feijó

A 9 de outubro a candidatura Feijó já era coisa assentada e pública, segundo se depreende de uma carta de Honório a Costa Carvalho.

Parece que Feijó não chegou a assumir um compromisso em relação à candidatura que os aliados *chimangos* promoviam. Preparou um documento cujo contexto sugere tratar-se de uma circular reservada para ser submetida aos promotores da candidatura, sob o título geral de *Declaração de Feijó Para Aceitar a Regência.* O documento não tem data mas seu texto tende a indicar que foi redigido quando se considerava eleito. Entretanto traduz ainda hesitação quanto a aceitar ou não o cargo.

Sem embargo disso, em pleno período pré-eleitoral, Feijó fêz imprimir um semanário, *O Justiceiro,* que, embora não tenha sido apresentado como tal, destinava-se sem dúvida à promoção da própria candidatura. Seriam *idéias de combate* como, por exemplo, quando afirma que se deveria revogar a lei de abolição do tráfico e que, para acabar com a escravidão, a medida indicada seria a fundação de escolas normais de agricultura e a contratação de colonos: uma política que teria certamente a plena aprovação de traficantes e escravocratas. É entretanto em seus temas prediletos que Feijó insiste com particular freqüência. A questão do celibato clerical, críticas à magistratura etc. são temas que reaparecem quase infalìvelmente nas páginas de *O Justiceiro.*

A facção holandesa

A facção holandesa corresponde a uma fixação final depois de uma série de tentativas de Honório na escolha de um nome capaz de polarizar o maior número possível de correntes em oposição a Feijó. A 9 de outubro, Honório escrevia a Costa Carvalho com o fim de convencê-lo a fazer-se candidato. Já nessa época realizara gestões consideráveis e julgava-se em condições de prometer o apoio de algumas grandes influências do Norte — os Cavalcanti, Araújo Lima, Barreto, Galvão. Como Costa Carvalho não se mostrasse decidido a arriscar-se em campanha contra Feijó, Honório passou a cogitar de outros nomes. Segundo revelou mais tarde, antes de fixar sua escolha em Holanda, ensaiara a promoção do irmão dêste, Luís Cavalcanti, que lhe pareceria preferível eleitoralmente.

Na ocasião da carta a Costa Carvalho, D. Pedro I já havia morrido, mas no Brasil não havia ainda chegado a notícia. A decisão de Honório de tomar partido contra Feijó e de organizar num sistema de alianças correntes políticas de tôdas as filiações, mesmo quando acusadas de antiabrilistas como a que Araújo Lima chefiava, não decorre, portanto, daquele acontecimento.

Honório abandonou a passividade política que adotara após a *Sedição de Ouro Prêto* e afrontou os riscos de ser anatematizado como *caramuru,* para pôr-se à frente de quantos se resolvessem a romper a servidão que o grupo de Feijó fazia pesar sôbre o Partido Moderado. Vasconcelos não

entrou como líder nessa arregimentação inicial. Antes de aparecerem os primeiros resultados do pleito, ainda tomava atitudes divergentes como a de votar contra a anistia em Minas Gerais em maio de 1835.

A votação Participaram da eleição cêrca de 6 mil eleitores, cada um com dois votos. A apuração foi muito lenta. Em junho os resultados começaram a indicar francamente a vantagem de Feijó e em julho já se tinha como certa sua vitória. Mas a apuração oficial dos resultados só será realizada em outubro, encerrando-se a 9 dêsse mês.

Feijó contou com 2.826 votos. Logo a seguir, com 2.251, veio Holanda. Segue-se uma longa lista de candidatos menos votados, nenhum dêles tendo alcançado o milhar de votos. Se se admitir não ser provável que tenha havido muitos eleitores comuns de Feijó e Holanda, os resultados terão revelado uma polarização muito precisa da opinião numa época em que não havia pràticamente organização partidária e em que os meios de propaganda eram pràticamente inexistentes.

Os dois candidatos antagônicos recolheram juntos mais de 5 mil votos num eleitorado de 6 mil. A dispersividade predominou em relação ao *companheiro de chapa* previsto na lei, aliado de um ou de outro dos dois candidatos principais nas diferentes combinações de âmbito regional.

A posse Corriam boatos de que Feijó não tomaria posse porque sabia que não contava com apoio parlamentar. Álvares Machado, numa carta a Costa Carvalho, afirmava-o em fins de julho e já falava em novas eleições. Entretanto os prognósticos não se confirmaram. No próprio dia 9 em que se encerraram os resultados, pretendeu-se empossá-lo, mas por motivo de doença a posse só foi possível a 12 de outubro. Dois dias depois Feijó apresentou seu gabinete e no dia 24 dirigiu um manifesto à Nação.

A sessão legislativa havia sido prorrogada até 20 de outubro para o procedimento das apurações. A 25 realizou-se a sessão de encerramento.

Feijó disporia de todo um interstício parlamentar para realizar sondagens políticas e para chegar a uma composição que assegurasse apoio ao govêrno que organizava. Mas nada fêz nesse sentido. Já na sessão de 1836 tornar-se-ia patente que seu govêrno seria inviável.

Quis interpretar a *experiência republicana* em têrmos de um *presidencialismo,* como aliás os liberais esperavam. Mas não foi por isso que malogrou. Não se preocupou jamais em contornar *pollticamente* as dificuldades que se levantaram na Câmara, o que teria sido um cuidado mínimo em qualquer regime presidencialista. Agiu impelido por ressentimentos e rancores que o opunham à parte mais capaz e mais combativa da Câmara, procurando aprofundar em vez de aplainar as diferenças que os separavam. Mesmo sua aliança com Evaristo se revelou afinal um equívoco.

A renúncia tornou-se para êle um imperativo.

O surpreendente e ainda não esclarecido na sua deserção é que os *chimangos* tenham também renunciado com êle, deixando de indicar um nome partidário para sua sucessão.

5. A DESAGREGAÇÃO DO PARTIDO MODERADO

A candidatura de Vasconcelos à Regência

A 9 de outubro de 1835, Honório assinalava em carta a Costa Carvalho que Vasconcelos "estava brigando com Feijó e seus admiradores". A escolha de Castro e Silva para ministro da Fazenda fôra dois dias antes. Admite-se que a briga de que fala Honório fôsse decorrente da preterição de Vasconcelos em relação a um Ministério que já havia sido prometido. Entretanto a quebra de compromisso em relação ao Ministério deve ter sido, acima de tudo, o pretexto para a explosão de ressentimentos mais profundos.

Diz Honório que, em relação ao pleito para a Regência, Vasconcelos trabalharia "para si e contra Feijó". Tratava-se da postulação de dois votos de cada eleitor e portanto, segundo Honório, Vasconcelos estava disposto a acolher como *companheiro de chapa* qualquer nome que tivesse possibilidades contra Feijó, embora òbviamente sua própria candidatura lhe importasse em primeiro lugar.

Seu nome teria sido cogitado pelos chefes *moderados*, mas em atenção a seu estado de saúde teriam mudado a escolha (Almeida Magalhães). Verifica-se de qualquer forma que em 1834 Vasconcelos se põe mais do ponto de vista de regente do que de parlamentar e ministro. É de 19 de agôsto dêsse ano, quando tinha acabado de dar à Nação sua lei fundamental, a declaração de que "hoje é o poder legislativo que quer usurpar a autoridade dos outros podêres" e que "não existe mais no Estado Poder Executivo".

A insistência de Vasconcelos em obter a pasta da Fazenda possìvelmente se relacionasse a seus planos pré-eleitorais. Assim é que, em 1837, não terá pretensões em relação a ela.

Os resultados das eleições regenciais trouxeram-lhe só motivos de amargura. Seu nome não teve nenhuma repercussão em âmbito nacional e mesmo em Minas Gerais Feijó foi muito mais votado do que êle. A enorme votação do padre de Itu naquela Província implica que muitos dos eleitores de Vasconcelos também contribuíram para ela.

Feijó não escondia, de seu lado, sua animadversão por Vasconcelos. A êsse propósito é que Honório diz que Vasconcelos sabia não ter esperanças de *valimento* junto ao padre. Honório, que falava de experiência própria, invertia os têrmos do julgamento dêste. Feijó afirmou de Vascon-

celos que pensava dêle muito bem quanto ao talento e muito mal quanto ao caráter e que era livro para ser lido e lançado ao fogo. Em têrmos mais chãos, Honório confiava a Costa Carvalho que *pelo lado de perverso* Vasconcelos teria muito a merecer de Feijó mas que *como não era bêsta* não poderia ser bem acolhido. Sem corroborar a maligna versão de Honório, não será naturalmente nos defeitos de caráter de Vasconcelos — sôbre os quais Honório e Feijó pareciam concordar — que se deve procurar explicações para a animadversão de Feijó.

O ressentimento nas atitudes de Feijó

São bastante transparentes os ressentimentos de Feijó; e Vasconcelos correspondia com precisão ao papel de figura exponencial da ordem de valôres contra os quais êles se dirigiam. Feijó se apresentava como *homem do mato* — certamente em oposição ao que estudou em Coimbra — destituído de dons retóricos e cuja causa era prejudicada por essa condição. Êsse tipo de autodefinição provocou e ainda provoca simpatias generalizadas, tanto na medida em que se identifica com um *ressentimento sertanejo* como enquanto aparece como a *situação legítima* no conceito de uma civilização urbana insegura que se desconfia *falsa*. Mas em Feijó essa projeção de seu ressentimento correspondia a uma posição bem definida em relação à estrutura social e política do país. Alguns traços de arcaísmo nessa estrutura — a religião de Estado, a administração pública baseada nas divisões territoriais eclesiásticas, a falta de instituição do casamento civil, o sistema eleitoral na dependência da organização paroquial etc. — conferiam ao clero secular o caráter de um notariado ambíguo entre os campos espiritual e temporal. Entre as populações do interior do país, em que o acesso ao bacharelado era proibitivo antes da criação dos Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda, o ingresso no clero era um meio de que normalmente lançavam mão as famílias dominantes das pequenas localidades para assegurar sua supremacia social e política.

A influência do clero cedia à da magistratura nos grandes centros e nas regiões mais próximas do litoral e, de uma forma geral, ela tendia a regredir a partir da fundação dos Cursos Jurídicos. No campo político, essa tendência só se manifestaria concretamente através da renovação das gerações e da evolução das instituições, mas desde logo deixava sua marca na atitude ressentida do clero secular.

Na Câmara dos Deputados de 1834 o clero, com 23 representantes, pràticamente se equilibrava com os 22 representantes da magistratura. Apesar da importância numérica dêstes últimos, Feijó nunca se coibiu de manifestar claramente seu menosprêzo por tôda a corporação que representavam e na sua campanha eleitoral, nas colunas de O *Justiceiro*, não hesitava em fazer dos ataques à magistratura um de seus temas prediletos. Êsses ataques não chegavam a uma definição explícita de oposição entre o clero e a magistratura, mas a surpreendente polarização do eleitorado em relação às duas candidaturas opostas em 1835 assenta em grande parte no

fato de que as duas corporações se haviam definido em campos opostos. Parece significativa a êsse respeito a repartição geográfica da votação dos dois candidatos. Feijó venceu geralmente no interior, particularmente em Minas Gerais, onde maiores eram as dificuldades de acesso ao bacharelado. Holanda Cavalcanti venceu em Santa Catarina, Rio de Janeiro e ao longo da fachada atlântica desde a Bahia até à Paraíba. Mesmo em São Paulo, a vitória de Feijó foi assegurada pelo interior: na Capital, no Vale do Paraíba, em Santos, em Iguape, em Paranaguá, Feijó perdeu. Ao longo do litoral, as grandes exceções a favor de Feijó foram alguns verdadeiros *feudos eclesiásticos* — o Ceará dos Alencares, o Rio Grande do Norte de Brito Guerra e mesmo o Espírito Santo, cuja única cadeira na Câmara dos Deputados foi ocupada por padres ininterruptamente de 1834 a 44.

Vasconcelos em busca de uma definição

Ao romper com Feijó, Vasconcelos não demonstrou entretanto ter consciência de uma divisão de fôrças dêsse tipo. É através da própria ação política que êle foi pouco a pouco definindo sua *ideologia*. Inicialmente, sua ação não teve outro sentido do que a autodefesa. Procurou apoio naquelas áreas que se haviam definido como as mais infensas a Feijó. Aproximou-se de Calmon e, por intermédio dêle, de D. Romualdo, o arcebispo da Bahia, que de longa data combatia as idéias heterodoxas de Feijó sôbre a disciplina clerical. O contato com D. Romualdo deve ter sido decisivo para que compreendesse o significado da posição política de Feijó e em particular, o que mais o interessava, quais as bases de seu surpreendente prestígio político.

As idéias de Feijó que D. Romualdo combatia, como, por exemplo, a dispensa do celibato clerical, estavam longe de constituir o fruto isolado de cogitações pessoais. Elas traduziam as aspirações de grande parte do clero e exatamente daquela parte mais *politizada* que entendia sua função na sociedade como a de uma espécie de classe liberal, à qual estava reservado um importante papel na vida política. Ampla participação no processo eleitoral assegurava-lhes, em larga margem, o seu contrôle. A liderança de Feijó decorria de uma franca e corajosa definição das aspirações da *classe* e, mais especialmente, das promessas de concretização das mesmas através de um entendimento entre o Império e a Santa Sé.

O plano da Regência de D. Januária

Inicialmente, Vasconcelos concebeu a aliança com D. Romualdo como uma conjuração passageira com um objetivo limitado. O primeiro pensamento que os aproximou foi o de elevar à Regência a Princesa D. Januária. Vasconcelos, D. Romualdo e Calmon conferenciaram a respeito, desde que a marcha das apurações começou a afastar as possíveis dúvidas quanto à vitória de Feijó. Em fins de julho já Álvares Machado o denunciava a Costa Carvalho. Segundo aquêle liberal paulista, tratava-se de uma conspiração do *partido holandês* que contava com a maioria na Câmara dos Deputados e baseado nela queria "fazer uma espécie de 30 de julho", declarando a

maioridade da Princesa e confiando-lhe a Regência. Pùblicamente acusado de manter tais entendimentos, Vasconcelos não achou melhor desculpa do que alegar que a escadaria do Mosteiro de São Bento era muito alta para que êle, um paralítico, a pudesse transpor. Mais tarde admitiria que a idéia lhe ocorrera mas que não passara dos limites do pensamento.

Na verdade, por muito tempo havia incerteza quanto à posse de Feijó. O próprio Álvares Machado, ao mesmo tempo em que dava a sua denúncia, tinha como certo que Feijó não aceitaria a Regência. Naturalmente foi na base dessa expectativa que se ensaiou a *conspiração* pela Regência de D. Januária. O meio palaciano afeto à Princesa representaria provàvelmente, para o arcebispado, uma garantia contra as tendências de apoio à heterodoxia de Feijó que prevaleciam no *Partido Moderado* e, para Vasconcelos, a influência de Honório naquele meio poderia oferecer garantias de que o partido de Feijó seria neutralizado.

A posse de Feijó afastou o plano de qualquer cogitação mais séria, embora ainda em inícios de 36 Vasconcelos tenha afirmado, na Assembléia Provincial de Minas Gerais, que a idéia da Regência de D. Januária poderia ser sustentada constitucionalmente.

O combate à heresia

Na sessão de 1836, Vasconcelos voltava com idéias mais bem formuladas: comunica a D. Romualdo que descia de Minas disposto a dar combate à heresia e à anarquia.

Tratava-se de minar a própria base *ideológica* de Feijó, denunciando ao clero a incompatibilidade das idéias de Feijó com a disciplina da Igreja e, ao mesmo tempo, de lançar contra o clero secular organizado sob Feijó a autoridade e o prestígio do episcopado.

O *Partido Moderado* havia encampado em seu programa partidário os pontos de vista de Feijó sôbre a organização do clero. Nessa linha, apoiara a nomeação de um dos padres deputados aliados de Feijó — Antônio Maria de Moura — bispo do Rio de Janeiro. A nomeação, realizada sob o ministério de Honório, fôra impugnada pela Santa Sé e desde então a questão estava pendente e sob a gestão de Aureliano tendera a degenerar num conflito diplomático. Alegava a Santa Sé, em justificação de sua recusa, que o padre sustentava idéias inaceitáveis, não sòmente quanto ao celibato clerical, mas também na medida em que negava o caráter sacramental do casamento. Tratava-se de nomeação caracterìsticamente *política* e as fôlhas da oposição não perderam a oportunidade de combatê-la, acusando o padre de ser dado à embriaguez. Outro ponto em que a Santa Sé baseou sua impugnação foi o fato de o Padre Antônio Maria ser filho de pais incógnitos — exposto em casa do Capitão José Nascentes, seu padrinho. A impugnação ferira Feijó ao vivo. A filiação ilegítima não era rara entre os padres seculares brasileiros. Era o caso do próprio Feijó. Parece mesmo ter sido habitual nas grandes famílias encaminhar para o sacerdócio os filhos naturais, ou porque a santidade da condição apagaria a

mácula da origem, ou porque na falta de herança assegurava-se uma qualificação social satisfatória. Talvez em relação a essa situação é que se pensou em sustentar o caráter não sacramental do casamento como um ponto de vista do govêrno imperial. José Inácio Borges, nas suas instruções ao encarregado de Negócios do Brasil em Roma, afirmava que o Padre Antônio Maria professava idéias contrárias às da Santa Sé, mas inteiramente de acôrdo com as idéias do govêrno imperial. Quando Feijó assumiu a Regência, já encontrou a situação em têrmos muito graves: sob Aureliano se falara na hipótese de um rompimento com a Santa Sé. Entre as incumbências que Feijó deu ao Marquês de Barbacena, estava a de procurar jogar com influências em Roma para obter do Papa uma solução favorável, ameaçando, em caso de malôgro, de "restabelecer a antiga disciplina da Igreja". Nas suas instruções, José Inácio Borges era mais preciso e ameaçava a Santa Sé com a proibição aos prelados brasileiros de recorrerem a ela.

Entre os parlamentares era geral o apoio à política governamental, mesmo por parte daqueles que haviam rompido com Feijó, como Honório. A questão com a Santa Sé era considerada do ponto de vista das *regalias da coroa* e não em têrmos de relação entre o Estado e uma confissão religiosa. Vasconcelos, assessorado por D. Romualdo, sob a aparência de uma posição ultramontana, sustentou os direitos da consciência individual contra o paternalismo estatal.

O insustentável arcaísmo das concepções que estavam na base da política do Govêrno não exigiu nenhum esfôrço dialético para seu desmantelamento. Vasconcelos recorreu de preferência aos aspectos ridículos da questão. O ponto culminante de seu ataque foi a revelação ao plenário de que uma nota do Govêrno à Santa Sé fôra plagiada de nota de Lorde Strangford à Sublime Porta. A informação partiu do legado pontifício Fabrini, que descobrira o plágio ao consultar o *Curso de Estilo Diplomático* de Meisel, onde a nota de Lorde Strangford era dada como exemplo de estilo violento. A frase de Strangford — "A Sublime Porta está em êrro" — reaparecia na nota da legação brasileira — "a Santa Sé está em êrro" — petulância surpreendente por parte de um govêrno chefiado por um padre!

Dentro do mesmo capítulo do combate à heresia, Vasconcelos denuncia ainda que Feijó, sempre avêsso às ordens regulares, de acôrdo com o pensamento da maior parte do clero secular, mandara contratar na Europa a catequese dos índios com os *Irmãos Morávios*. Vasconcelos e Calmon salientam que os *Irmãos* são luteranos fanáticos, e sua contratação descabida da parte de um país católico.

O isolamento do Regente

Os resultados do ataque foram imediatos. Demoliu-se de pronto a auréola de respeitabilidade que até aí cercara Feijó. Irritado contra a Câmara que acolhêra as acusações, êle tende a incompatibilizar-se com ela. Torna-se inábil para apoiar-se em

alguns grandes prestígios individuais que se haviam manifestado inclinados a uma colaboração no govêrno. Araújo Lima, inicialmente disposto a assumir uma pasta, desiste. O próprio Marquês de Barbacena, que já havia aceito a pasta do Império, não pôde assumi-la. Feijó acabava de vetar o nome de Melo Matos indicado por Limpo de Abreu para o Ministério, sob o pretexto de não estar êle de contas quites com o Tesouro. Ora, Barbacena ainda não pudera acertar as suas próprias contas, pendentes desde o Primeiro Reinado, por causa de dificuldades criadas por Castro e Silva. Embora o denunciasse a Feijó, êste não quis tomar providências, possìvelmente para não ferir Alencar, justamente no momento em que os pontos de vista comuns sôbre a disciplina eclesiástica eram o alvo de tão vivos ataques.

Fora Limpo de Abreu que era sustentado pelos amigos de Minas, os padres José Bento e José Custódio Dias, e fora também Alves Branco que só teve duas rápidas passagens pelo Ministério, Feijó não teve senão mediocridades no govêrno. Até fins de 1836, experimentou três diferentes Gabinetes, jogando apenas com oito nomes que se substituíam e revezavam. Evaristo manteve-se na Câmara como líder do Govêrno durante tôda a sessão parlamentar de 1836. Mas no fim do ano, tomando como pretexto a constituição do Gabinete de 1.º de novembro, decidiu afastar-se.

Desde os inícios da sessão parlamentar dêsse ano, confiara Feijó a amigos que seu próprio desejo era abandonar a Regência mas que não o faria para não dar a seus inimigos o prazer de dizerem que o haviam enxotado de seu pôsto. Entretanto, não havia ainda uma atitude de intransigência por parte da Câmara dos Deputados. Na questão com a Santa Sé, por exemplo, Honório se havia pronunciado em apoio ao Govêrno. A barreira parlamentar que tornou inevitável a renúncia só se formou mais tarde.

A superioridade parlamentar da oposição

Foi a imensa superioridade parlamentar da oposição sob a liderança de Vasconcelos que retirou tôda a iniciativa das mãos do Govêrno, reduzindo-o a uma posição defensiva inútil e humilhante. Apenas Limpo de Abreu, entre os elementos do Govêrno, tinha dotes parlamentares e por isso, após a retirada de Evaristo, Limpo deixou o Ministério para assumir a liderança na Câmara.

Depois de uma fase apagada de pequenas intrigas e grandes submissões durante os anos de 31 a 34, Vasconcelos redescobria a vocação que revelara durante o Primeiro Reinado. O *Correio Oficial*, de 11 de junho de 1837, descreve sua ação na sessão legislativa de 36:

> "O exímio parlamentar com suas longas arengas, com seus adiamentos, requerimentos, interpolações, emendas supressivas, substantivas, aditivas, explicativas, urgências simples, mais urgentes, urgentíssimas e com outros meios fornecidos por seu fecundo engenho, concorreu mais que algum outro para que nada ou quase nada se fizesse naquela sessão."

Ficou famosa como o cúmulo da desproporção de fôrças num embate parlamentar a discussão entre Vasconcelos e o ministro da Marinha do último gabinete de Feijó, Tristão Pio dos Santos. Enquanto Vasconcelos o ironizava atrozmente, usando a terminologia náutica para descrever em tom de paródia a ação governamental, o bom homem pedia que "não o apertassem" ao mesmo tempo em que se felicitava por se estar saindo "tal e qual" quando tinha pela frente "um Vasconcelos que fazia tremer a qualquer um".

Vasconcelos volta à posição parlamentarista

Depois de ter, em agôsto de 35, sustentado que o Legislativo estava exorbitando de suas funções e que anulara o Executivo, Vasconcelos voltava a uma posição definidamente parlamentarista e, ainda no mesmo ano, interpelava a Feijó sôbre o conteúdo do manifesto que êste dirigira à Nação, a 24 de outubro, poucos dias após a posse na Regência. No manifesto, como programa da Regência, Feijó incluía as atribuições ministeriais da política administrativa. Vasconcelos rejeitava a invasão da *vontade irresponsável* do Regente na esfera própria da *vontade responsável* do Ministério. Feijó retrucou, sustentando uma interpretação restrita do texto constitucional e acoimou de inconstitucionalidade o que êle chamou de *govêrno das maiorias*. No ano seguinte, Vasconcelos voltou ao ataque e sustentou, em interpelações ao ministro da Guerra, Salvador José Maciel, que o Govêrno deveria organizar-se em estilo parlamentarista, sôbre a base da confiança das Câmaras. Feijó, afirmou Vasconcelos, enfeixava em mãos maiores podêres do que D. Pedro I nos últimos anos de seu reinado.

> "Será êste o govêrno que conquistamos em 7 de abril? Viria a revolução para beneficiar a alguém com os mesmos ou ainda mais graves abusos, do que aquêles que lhe deram causa? Valerá mais quem hoje governa, do que o primeiro Imperador?"

Os liberais que haviam geralmente apoiado a Feijó constatavam com surprêsa a definição de posição a que levavam os debates. A incoerência entre as teses do Regente e a ideologia que invocaram não podia mais ser dissimulada. Um decreto do Govêrno a 18 de março de 37 sôbre os crimes da liberdade de imprensa suscitou resistência mesmo no setor liberal.

Desde que tomara posse como regente, Feijó vinha manifestando poucas atenções ao Parlamento. No manifesto à Nação que Vasconcelos combateu não havia sequer referência a êle. Em 36 as Falas do Trono passam a refletir a irritação e o ressentimento do Regente. Na Fala do Trono, no encerramento da Assembléia Geral daquele ano, pretendeu-se ver uma repetição atenuada do laconismo ofensivo da célebre Fala do Trono de D. Pedro em 1829. Certamente a oposição se apressava em envenenar as intenções de Feijó, mas êste, por seu lado, nada fazia de positivo para desfazer as desconfianças no Parlamento.

O *Correio Oficial* publicou um artigo, que foi logo atribuído a Feijó, no qual parecia vislumbrar-se uma ameaça de dissolução. Dizia o artigo "que as atribuições constitucionais do Imperador foram gravìssimamente cerceadas pela lei orgânica da Regência que (não sabemos por que razão) se entende aplicável ao atual Regente" e qualificava a aplicação da lei da Regência como "ilegítima e danosa". A doutrina defendida no artigo era plenamente sustentável, visto que a lei da Regência de 1831 se referia à Regência Trina. O Ato Adicional substituíra-a pela Regência Una, respondendo à tendência antiparlamentarista que arrastava na época de sua aprovação a maioria dos legisladores, inclusive o próprio Vasconcelos. Aquela lei, que respondera a intenções inteiramente opostas, poderia pois ser considerada, com boas razões, como ab-rogada. Entretanto o clima parlamentarista voltava a dominar e Honório encontrou plena receptividade ao denunciar o artigo como uma ameaça e ao declarar que resistiria a qualquer decreto inspirado nas idéias que êle formulara.

O conflito entre o Regente e a Câmara

A resposta à Fala do Trono na abertura da sessão de 1837 só foi aprovada após muitos dias de discussão. Ela manifestava ao Regente que a cooperação da Câmara dependia da harmonia e confiança entre os podêres do Estado. Isso implicava a exigência da adoção de normas parlamentaristas e Feijó recebeu por isso de forma não protocolar a comissão incumbida da apresentação da resposta:

"Como me interesso muito pela prosperidade do Brasil e pela observância da Constituição, não posso estar de acôrdo com o princípio emitido no segundo período da resposta à fala do trono; e sem me importar com os elementos de que se compõe a Câmara dos senhores deputados, prestarei a mais franca e leal cooperação à Câmara, esperando que ao menos desta vez cumpram as promessas tantas vêzes repetidas de tomar em consideração as propostas do Govêrno."

As palavras do Regente foram recebidas na Câmara "como uma declaração de guerra" e marcam o início da liquidação final da situação que não duraria muito mais de dois meses.

Desde novembro de 1836, Evaristo se convencera da impossibilidade de aceitar-se o arbítrio do Regente na formação do govêrno, embora continuasse a relutar em aceitar as teses parlamentaristas. "Não sei o que farei", — escrevia ao irmão João Pedro — "é mais fácil discriminar em todos os grupos o mau do que é bom, porém me é impossível sem labéu sustentar tão mal organizado e esquisito ministério".

Parecia-lhe incompreensível que Feijó quisesse basear-se nos "talentos parlamentares de Manuel da Fonseca e nas virtudes do Pantoja", como irônicamente caracterizava o Ministério de 1.° de novembro de 36. Voltando da viagem que empreendeu ao interior de Minas, não quis mais continuar ligado ao Govêrno. Chamado por Feijó para uma entrevista, expôe-lhe francamente suas reservas e a entrevista termina com o rompimento.

A 12 de maio de 37, oito dias após o encontro com Feijó, Evaristo morria. Teria confiado a alguns íntimos a intenção de filiar-se ao nôvo partido que se formava com Vasconcelos à frente. A decepção em relação a Feijó foi o desmoronamento do que lhe parecia a obra de sua vida. Quando Feijó assumiu o poder, Evaristo julgou poder considerar sua missão como cumprida, encerrando a publicação da *Aurora Fluminense* a 30 de novembro de 1835. A Nação parecia-lhe ter chegado a pôrto seguro.

O desacôrdo entre Evaristo e Feijó

Feijó, ao lado de suas convicções federalistas, reclamava bases autoritárias para o govêrno central e, talvez por isso, Evaristo esperava dêle que *conciliasse a liberdade com a autoridade*, estimando o autoritarismo como um antídoto do federalismo. Nunca Evaristo concordara com a concessão às províncias de autonomias mais amplas do que as previstas pela Constituição de 1824. As reformas consagradas no *Ato Adicional*, êle as admitira mais como modificações formais do que como reformas de fundo. Sustentara, nas discussões travadas a respeito em 1834, que o federalismo no Brasil correspondia a uma tendência divergente e centrífuga, portanto em oposição ao que acontecera nos Estados Unidos, onde fôra convergente e centrípeto, obedecendo ao imperativo de união das colônias a partir do isolamento inicial. A partir dessa diferença, chega-se à conclusão de que no Brasil a autonomia provincial só poderia ser sustentada em têrmos de uma técnica administrativa e não em têrmos de direito. Muito em oposição a isso, Feijó havia sustentado, já ante as Côrtes de Lisboa, que lá não havia deputados do Brasil e sim deputados das várias províncias de ultramar, representando, cada uma, soberania distinta. Na sua aversão pela magistratura e no seu empenho em abater as Fôrças Armadas, podia-se notar que mesmo depois da Independência êle persistia em negar a tudo o que representasse a União Nacional em oposição à segregação política do rincão provincial. Suas idéias sôbre a disciplina clerical conformavam-se com êsses pontos de vista. Os planos de reforma em relação a êsse setor e que êle reunira sob o nome de "Constituição Eclesiástica" previam uma diocese em cada província, onde os párocos se fariam representar, com direito de voto, constituindo o bispo uma espécie de paralelo eclesiástico do presidente. Cada província gozaria de uma autonomia eclesiástica comparável à sua autonomia política, cabendo-lhe, por exemplo, decidir se adotaria ou não a obrigatoriedade do celibato clerical.

Nas *Declarações Para Aceitar a Regência*, Feijó manifestava claramente que era partidário de uma interpretação muito ampla do federalismo do Ato Adicional. Propunha-se a "manter as reformas com lealdade" e via um "espírito de ciúme" na aplicação que o govêrno central vinha fazendo delas. O Regente e, naturalmente com muito maior razão, o Imperador deveriam saltar por sôbre a Assembléia Geral para entrar em relações diretas com as Assembléias Provinciais. Os presidentes de Província eram seus representantes pessoais junto a elas. Isso implicava a atribuição de

um papel bastante apagado à Assembléia Geral, tanto mais quanto, mesmo onde os negócios eram considerados como da União e não das províncias, dependiam da iniciativa do Imperador. O Ministério não passaria, na realidade, de um secretariado pessoal. O que aproximava na prática o pensamento de Feijó ao de Evaristo era que também em âmbito provincial faltava um ministério. Feijó estimava que, no exercício da Regência, cabia-lhe "exortar e ensinar os presidentes" sôbre os objetos mais importantes a propor às Assembléias Provinciais". Tratava-se, em suma, de um govêrno pessoal ao qual se subordinavam as soberanias provinciais. A união nacional realizava-se na coroa comum e no poder pessoal do monarca.

A diferença irresolúvel entre Evaristo e Feijó surge no que se refere à autodeterminação das províncias, que para êste era o direito inalienável do qual decorria a própria unidade do Império e para aquêle era uma simples delegação da soberania nacional. Acima de tudo, Feijó acrescentava a isso uma concepção estreita e, como hoje se diria, *bairrista* dos quadros políticos do Império. Além do simples reconhecimento de amplos direitos de autonomia provincial, manifestava indiferença, senão mesmo simpatia, pela idéia da secessão. Apesar de suas firmes alianças políticas no Ceará e no Rio Grande do Norte, êle repetidamente se referia ao Brasil como uma estrutura dualista e pouco coerente formada pelo *Sul* e pelo *Norte*. Parecia-lhe da própria natureza das coisas a inevitabilidade de uma bipartição em futuro próximo. "No caso de separação das províncias do Norte, segurar as do Sul", dizia êle nas suas *Declarações*. É verdade que o encontramos empenhado com tôda a energia em reprimir a insurreição no Pará, enquanto que, em relação ao Rio Grande do Sul, dava tempo ao tempo e procurava evitar uma solução sangrenta. Já na época a oposição caracterizou-lhe com precisão a diferença de comportamento em relação a um e outro caso. A insurreição no Pará tinha características de levante barbaresco, de uma guerra nativa — era uma guerra de castas, segundo a expressão de um panfleto da época e o govêrno logo declara que arrancaria a ferro e fogo a Província das "feras que a dominavam". No Rio Grande do Sul, diz o mesmo panfleto, a luta era em tôrno de princípios e nesse ponto o Govêrno adotava "uma indiferença criminosa".

Reconhecendo o direito de autodeterminação da Província, Feijó não poderia na realidade recorrer a outro meio a não ser o da persuasão para conduzi-la de volta ao Império. Em dezembro de 1835, escrevia ao Marquês de Barbacena: "O que mais me assusta é o Rio Grande... Vai-me parecendo inevitável a separação da Província, pôsto que com o tempo ela tornaria a voltar, se o respeitável público consentisse nas medidas que se proporiam à Assembléia Geral..." Feijó acreditava que seria possível atrair de volta a Província para o Império através de reformas na Constituição dêste. Isso mesmo aliás já estava mencionado nas suas *Declarações Para Aceitar a Regência*: "no caso de separação das províncias do

Norte segurar as do Sul e dispor os ânimos para aceitarem êsse momento para as reformas que as necessidades de então reclamarem".

A questão sul-rio-grandense

Foi precisamente a questão do Rio Grande do Sul que acarretou o rompimento entre Evaristo e Feijó. A nomeação de Manuel da Fonseca Lima e Silva, primeiramente para a pasta da Guerra, e depois, com grande estranheza de Evaristo, para a pasta do Império, deve ter sido feita com vistas à reconciliação dos sediciosos sul-rio-grandenses. Manuel da Fonseca era, dentre os Lima e Silva, o que gozava de maior prestígio na tropa e desde os fins do Primeiro Reinado era visto como o elemento que arrastava os demais irmãos para as posições liberais (Armitage). Sua ascendência sôbre os elementos *farroupilhas* nas Fôrças Armadas devia ter sido abalada por sua colaboração na *repressão* de 1831, como membro do ministério de Feijó, mas um de seus irmãos, João Manuel de Lima e Silva, estava entre os rebeldes gaúchos e o próprio ex-regente, Francisco de Lima e Silva, carteara-se confidencialmente com Bento Gonçalves às vésperas da eclosão da revolta. A oposição, que denunciara repetidamente a impropriedade da escolha do ministro, sem admitir a probabilidade de uma reconciliação pacífica, tendera a interpretar a posição de Feijó como decorrente de cumplicidade com a revolução. Marciano Pereira Ribeiro, um dos principais chefes revolucionários, era aparentado com o Regente e por isso a suspeita parecia ter bases concretas. Não é mesmo de afastar a hipótese de que Feijó possa ter mantido contatos diretos com os chefes da revolução, ainda que não necessàriamente por intermédio de Marciano. Entre êsses chefes foi declarada reiteradamente a intenção de reatar os laços com as demais províncias do Império, sob a forma de uma confederação de repúblicas. Nessa intenção talvez não fôsse estranha a aspiração de voltar a incorporar ao Brasil, por uma livre opção, a Província Cisplatina. Feijó podia aceitar tôdas essas idéias, menos num ponto. Era favorável à monarquia. Entretanto, conforme ao que êle próprio afirmava em O *Justiceiro*, o País, após a experiência republicana da Regência, convencer-se-ia da superioridade do regime monárquico e isso naturalmente parecer-lhe-ia também válido para os sul-rio-grandenses. Daí a sua política de contemporização, com tergiversações inexplicáveis para quem não se pusesse de seu ponto de vista. Aos próprios *farrapos* êle terminou por irritar com sua coerente expectativa.

A idéia de secessão do Norte

Sabe-se que também a Francisco de Lima e Silva a idéia de separação do Norte não repugnava. A 14 de setembro de 1833, enquanto Regente, êle fazia uma sondagem de opiniões sôbre uma proposta de uma federação do Norte do Brasil tendo por centro Pernambuco.

As fontes em que se informara Lima e Silva quanto à conspiração secessionista do Norte seriam possìvelmente as mesmas que davam a Feijó

as informações que êle transmitia a Barbacena em 35: "notícias vagas há de que em Pernambuco trata-se de promover a separação e de que emissários nesse sentido se têm enviado à Bahia, onde a idéia não encontra muita simpatia; contudo, Sergipe, Alagoas e Paraíba farão côro com o Pernambuco". Tais *notícias vagas* não parecem ter sido motivo de apreensão para Feijó. "Lá se avenham; Deus as ajude" — foi o seu comentário.

A fuga de Bento Gonçalves

Não faltaram, portanto, motivos para que a oposição parlamentar, engrossada agora pelos aderentes imediatos de Evaristo, como Odorico Mendes, Aureliano, Chichorro, Paulo Barbosa, acreditasse que a fuga de Bento Gonçalves da prisão a que estava recolhido na Bahia fôsse resultado da cumplicidade do Govêrno. Não faltariam sequer indícios que inculpariam a Montezuma que, no último govêrno organizado por Feijó, ocupava as pastas dos Estrangeiros e da Justiça. O fato de Montezuma ler ante a Câmara uma carta do caudilho, dando uma versão de sua fuga esculpativa para o Govêrno, teve antes o efeito de afirmar as suspeitas do que desfazê-las. Não é impossível que o próprio Feijó se tenha julgado traído. Quando se divulgou a notícia da fuga ocorrida a 11 de setembro, Feijó se decidiu definitivamente pela renúncia. Queixava-se de ataques nervosos que o faziam banhar-se em suor, quando lhe vinham tratar de qualquer assunto relacionado com a Regência. Entretanto não quis renunciar traindo o partido que o havia eleito. Chamou os principais chefes políticos do Partido Chimango — Limpo de Abreu, Costa Ferreira, Aureliano, Alves Branco e Paula Sousa — e nenhum dêles quis aceitar a nomeação para a pasta do Império que os tornaria sucessores legais do Regente. Diante disso, seguindo o conselho de Paula Sousa, nomeia para o Império a Araújo Lima.

6. ARAÚJO LIMA E OS NOVOS PARTIDOS

Acreditou-se por um momento entre os partidários de Feijó que a indicação de Araújo Lima poderia ser-lhes pològicamente proveitosa. Na falta de outra opção, seu nome seria naturalmente indicado para uma sucessão que tinha caráter interino e que lhe conferia bàsicamente apenas a responsabilidade de presidir as eleições do regente efetivo, pois ocupara a presidência da Câmara até as vésperas da renúncia. Em outros tempos já havia sido chamado para substituir o mesmo Feijó em outra renúncia — a de julho de 1832. Naquela época, êle representava as fôrças adversas. Agora, entretanto, era visto sob luz diversa. Era um prestígio individual capaz de opor-se a Holanda Cavalcanti, a figura em tôrno da qual se congregara a maioria parlamentar. Já em 1835 Feijó cogitara do nome de Araújo Lima para o Ministério. A 20 de maio de 1837, ficara a dever-lhe a frustração de uma manobra contra a Regência que fôra urdida na Câmara, sob a forma de um projeto de antecipação da maioridade do Imperador,

apresentado por Vieira Souto. Embora os líderes da oposição se tenham negado a um endôsso ostensivo do projeto, êle fôra recebido favoràvelmente na imprensa que lhes seguia a inspiração, e na Câmara, fôra apoiado por Holanda. Ao ver que alguns companheiros das bancadas nortistas, como Maciel Monteiro e Figueira de Melo, tomavam partido na mesma direção, Araújo Lima deixou a presidência da mesa para manifestar-se enèrgicamente em contrário, fazendo abortar a trama.

A 5 de setembro, poucos dias antes de ser indicado para a sucessão da Regência, foi nomeado senador por Pernambuco. Figura na lista tríplice ao lado dos dois irmãos, Holanda e Francisco de Paula Cavalcanti, e, apesar de ter sido o último em votação, foi o escolhido por Feijó. Se a escolha pode ter parecido inicialmente um simples acinte a Holanda, dias depois ela se configuraria como parte de uma linha política. Ao fazer ao Regente a visita de agradecimento, Araújo Lima recebe o convite para a pasta do Império que o habilitaria para a sucessão com a próxima renúncia.

Esperava-se, naturalmente, de Araújo Lima, que se constituísse em nôvo centro de convergência para as correntes políticas e que tornasse possível isolar-se a cúpula dirigente da antiga facção holandesa, resguardando com isso a unidade do Partido Moderado.

O Gabinete Parlamentar

A 19 de setembro, recebeu o pedido de renúncia de Feijó e assumiu interinamente a Regência. Como não poderia deixar de ser, nomeou desde logo um ministério, de acôrdo com a maioria parlamentar. Exatamente um mês depois, Alencar, interpretando possìvelmente o pensamento de Feijó, iniciou gestões para nova combinação política. Contava poder remover o Ministério e propunha aos companheiros de partido que votassem em massa no regente interino para reconduzi-lo ao cargo, em caráter efetivo, "porque, dizia êle, ficando-nos obrigados, se lançaria para o nosso lado".

A ascensão de Araújo Lima à Regência constituiu-se, entretanto, numa consagração da vitória da maioria parlamentar. Ela implicou o afastamento de Holanda, como Feijó parece ter esperado, mas, em vez de trazer com isso a desagregação da maioria, ao contrário a consolidou. Qualquer expectativa diversa se terá baseado num grave êrro de estimativa. Holanda havia sido uma candidatura de oportunidade. As bases da maioria eram bases doutrinárias, estranhas para Holanda e perfeitamente em consonância com o pensamentto político de Araújo Lima.

O Ministério nomeado pelo nôvo regime a 19 de setembro foi arquitetado por Honório como uma expressão da maioria e era por isso comumente designado como o *Gabinete Parlamentar*. Foi uma combinação política que timbrou pela exclusão de Holanda. A chefia coube, como era natural, a Vasconcelos, que acumulou as pastas da Justiça e do Império. A Calmon e Rodrigues Tôrres foram confiadas, respectivamente, a Fazenda e a Marinha. Finalmente, num desvio em relação à linha parlamentarista

da combinação ministerial, reservam-se duas pastas à bancada de Pernambuco, como concessão à política pessoal do Regente: Maciel Monteiro com os Negócios Estrangeiros, e Sebastião do Rêgo Barros com a Guerra.

O regresso

Muito longe de tender a um apaziguamento político, o *Parlamentar* foi um ministério de luta que só concorreu para aprofundar as divisões partidárias já esboçadas. Trazia o Ministério um programa reformista cuja inspiração política vinha das campanhas parlamentares dirigidas por Vasconcelos contra Feijó.

O programa é formulado oficialmente na *Fala do Trono* de abertura da sessão legislativa de 1838 e nos relatórios das pastas da Justiça e do Império apresentados à mesma sessão.

Tratava-se de reformar o *Código do Processo de 1832* e — sob o sofisma de uma *interpretação* — o *Ato Adicional*, com vistas principalmente a subtrair às Assembléias Provinciais e devolver ao Poder Central o contrôle do sistema judicial. Na realidade, não eram novas as idéias do programa. O *Código do Processo* foi aprovado em fins de 1832 e já se pensou em reformá-lo poucos meses depois, quando Aureliano veio ocupar a pasta da Justiça. O *Ato Adicional*, combatido em projeto por Honório e Rodrigues Tôrres, apenas chegara à redação final e já Vasconcelos, que fôra seu principal autor, o apontava como a "carta da anarquia", por causa das emendas que haviam feito a seu texto original. Essas objeções não haviam suscitado grande repercussão ao serem levantadas, mas já correspondiam às manifestações isoladas do pensamento político da magistratura. Vasconcelos as reformulou depois como elemento de uma ideologia partidária.

Inspirado nos publicistas franceses contemporâneos que valorizavam as posições reacionárias, Vasconcelos denominou a frente parlamentar que liderava de *Partido do Regresso* e definiu-lhe a linha política como um recuo em relação ao que lhe parecia ser a *anarquia* de um liberalismo excessivo. Numa paráfrase pouco ajustada ao caso brasileiro, disse uma vez que "a idéia do mundo não é a do movimento e melhor lhe pode caber a denominação de idéia de resistência". O lema do *regresso* não foi, entretanto, bem aceito no Partido e tiveram preferência as denominações de *Partido da Ordem* e, mais tarde, *Partido Conservador*.

A oligarquia

O núcleo do Partido era a *oligarquia*, grupo político fluminense, chefiado por Rodrigues Tôrres. Pertenciam à *oligarquia* Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queirós, enquanto Costa Carvalho a representava em São Paulo.

As memórias do Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira proporcionam preciosos detalhes sôbre a sua constituição. Poderosas famílias aliadas do Rio de Janeiro e de São Paulo que guardavam, em alguns casos, estreitas relações com a parentela de Portugal, procuraram atrair por meio de alianças matrimoniais os bacharéis futurosos e especialmente os magistrados de destacada carreira, ao que parece com um propósito muito

deliberado de assegurar-se uma representação política na nova Côrte do Rio de Janeiro, talvez da mesma forma como antes o teriam feito em relação à velha Côrte de Lisboa. Formou-se em redor dessas famílias uma verdadeira constelação de estadistas estreitamente unidos por laços de afinidade.

O programa do *Regresso* foi em grande parte ditado pela *oligarquia*, por intermédio de Paulino que era seu principal teórico. O *Ato Adicional* determinara a criação do *Município Neutro* da Côrte e o estabelecimento de uma administração separada do govêrno central para a Província do Rio de Janeiro. Rodrigues Tôrres e Paulino ocuparam sucessivamente a presidência da Província entre a aprovação do *Ato Adicional* e 1840, cabendo-lhes, portanto, organizar a partir do nada a nova administração. Aí puderam examinar, sem a interferência de nenhuma rotina estabelecida, o mecanismo das relações entre a Assembléia Provincial e o govêrno central e colhêram assim os subsídios para a informação de uma revisão da legislação que regulava aquelas relações. Esta última parte coube a Paulino. A idéia de resolver-se o problema por uma *interpretação* que contornasse as dificuldades e delongas que uma reforma constitucional implicaria é digna, sem dúvida, da imputação de *jesuitismo* que insistentemente se fazia àquele estadista.

A lei de Interpretação do Ato Adicional

Ao tomar assento na Câmara, em 1837, antes mesmo da queda de Feijó, Paulino apresentara, como relator, seu projeto de *interpretação*, o qual foi também subscrito por Honório e Calmon.

O art. 20 do *Ato Adicional* atribuía à Assembléia Legislativa a incumbência de interpretar os artigos daquele texto cujo sentido pudesse dar lugar a dúvida. Confrontando hàbilmente suas incongruências à luz de princípios gerais de legislação, Paulino chegou através de sua *interpretação* a uma reforma radical do *Ato Adicional*. As alterações versavam principalmente sôbre três pontos: 1.°) retirava às Assembléias Provinciais o poder de definir atribuições aos agentes previstos no Código do Processo; 2.°) os cargos criados por lei geral e sob responsabilidade do Tesouro da União eram retirados da competência das mesmas Assembléias; 3.°) distinguia-se a polícia administrativa da polícia judiciária e subordinava-se essa última ao govêrno-geral. O efeito dessas alterações foi fundamentalmente transferir para o govêrno central todo o sistema judicial e policial.

A Reforma do Código do Processo

O complemento obrigatório da *interpretação* foi a *Reforma do Código do Processo*. Embora tenha sido apresentado por Vasconcelos, o projeto da lei da Reforma trai ineludìvelmente a inspiração das instruções dirigidas por Aureliano à Comissão que nomeara em 1833 para que estudasse as modificações que deveriam ser introduzidas no Código. Paulino fizera parte da Comissão e certamente terá levado para o Partido o resultado de seus estudos. O pro-

jeto de Reforma só foi levado ao Legislativo em 1839. Sua tardia apresentação explica-se por considerações de ordem tática. Ela revelava em tôda a sua extensão o alcance da *interpretação* e por isso mesmo só poderia tornar maiores as dificuldades para a aprovação desta.

A *Reforma do Código do Processo* despojou o juiz de paz da maior parte de suas funções, reduzindo-o pràticamente a suas atribuições notariais. Suas funções policiais mais importantes foram transferidas para os chefes de polícia e para os delegados que eram os agentes locais dêstes. As atribuições judiciais e criminais do juiz de paz passaram para os juízes municipais. As atribuições do *júri* foram consideràvelmente reduzidas e êsse tribunal popular ficou pràticamente sob a tutela do juiz de direito. O juízes municipais e promotores passaram a ser de nomeação direta do govêrno central. Em resumo, a Reforma anulava o princípio eletivo no sistema judicial, subordinando-o inteiramente à magistratura togada.

Só quando a tramitação parlamentar da *interpretação* estava pràticamente concluída é que Vasconcelos ofereceu à discussão o projeto da *Reforma*. A declaração antecipada da maioridade impôs uma pausa entre a aprovação das duas medidas. O projeto de *interpretação* transformou-se em lei a 12 de maio de 1840 e a *Reforma do Código do Processo* só a 3 de dezembro de 1841.

O Partido Liberal

Em relação à *interpretação* é que se definiu a divisão de fôrças parlamentares no fim do período regencial. Os *chimangos* ortodoxos uniram-se contra ela desde 1838, quando a *Fala do Trono* endossara-lhe os objetivos. Teófilo Otoni, em um substitutivo, aliás rejeitado, ao projeto de resposta à *Fala*, repelia o sofisma de Paulino e insistia na necessidade do acatamento ao *Ato Adicional*, como parte integrante da Constituição, requerendo fiel observância de seu sentido literal. Rezava o substitutivo que

> "é principalmente da escolha de delegados esclarecidos e fiéis que muito depende a ascendência moral do Govêrno nas províncias" e proclamava que "a Câmara dos Deputados, fiel aos seus juramentos, está firmemente decidida a sustentar o *Ato Adicional*, hoje parte integrante da Constituição do Estado".

Os chimangos congregaram-se em apoio ao substitutivo que foi tomado como uma definição da linha partidária. Por proposta de Montezuma adotaram como lema a *Defesa das Franquezas Provinciais*. Em oposição aos conservadores que apoiavam o programa do *Retrocesso*, invocavam a fidelidade aos ideais do 7 de Abril e se apresentavam como o *Partido Liberal*. O movimento pela antecipação da maioridade foi desencadeado pelos liberais precisamente com o fito de interromper o retrocesso iniciado com a *interpretação*. A *Reforma do Código do Processo* só se converterá em lei depois da efêmera passagem dos liberais pelo Govêrno em conseqüência da vitória do movimento. É principalmente a pretexto de resistir contra

a aplicação da *Reforma* que São Paulo e Minas Gerais se levantarão em armas em 1842.

A magistratura estava interessada quase em pêso na realização do programa do retrocesso e alistava-se por isso em grande parte com os conservadores. Contavam-se nela, além disso, as clientelas dos grandes prestígios individuais que participavam na Côrte dos meios palacianos. Essas clientelas não-partidárias eram particularmente importantes na Bahia. Desde a destituição de José Bonifácio da tutoria imperial, Aureliano havia conservado em mãos o contrôle da organização do Paço. Nessa qualidade, procurava coordenar o apoio político dos meios palacianos cujas tendências coincidiam com o *retrocesso*. A fronteira entre a área palaciana e a *oligarquia* de Rodrigues Tôrres — aliás não menos ligada ao Paço — era indecisa e variava de acôrdo com a situação política e com os azares das intrigas pessoais. Sem embargo das diferenças pessoais, deve-se à área palaciana, quase tanto quanto à *oligarquia*, a aprovação da *interpretação* e da *Reforma do Código*.

Para a *oligarquia*, o programa de reformas tinha ainda uma conotação política particular. O Ato Adicional retirara à Província do Rio de Janeiro a posição de Província Metropolitana de que gozava antes, em face das demais províncias. Grandes interêsses havia, entretanto, que eram comuns ao Rio de Janeiro e às províncias limítrofes de São Paulo e Minas Gerais. A centralização do sistema judiciário e policial, que as reformas pressupunham, atendia a êsses grandes interêsses que, por intermédio da oligarquia, poderiam assim manter sob seu domínio político aquelas províncias, baseado em Costa Carvalho em São Paulo e na aliança com Honório e com Vasconcelos em Minas.

As correntes políticas no Norte

A política de Araújo Lima no Norte foi criar bases semelhantes de domínio político através da magistratura. Dela resultou uma tríplice divisão do campo político. A defesa das autonomias provinciais foi tomada por Holanda que representava por excelência uma grande influência local. Era um tipo de grande senhor cujo melhor paralelo, no Sul, seria um Rafael Tobias de Aguiar. Tinha, além disso, atrás de si todo o imenso clã dos Cavalcanti. Por isso êle se diz *liberal* e representa para os liberais do Sul uma firme aliança. Araújo Lima procurou sustentar os Rêgo Barros, em tôrno dos quais se congregava a parte mais europeizada das grandes famílias pernambucanas, constituindo como que uma débil réplica da oligarquia do Sul. A situação de um Nabuco de Araújo em relação aos Rêgo Barros se assemelha à de Paulino na *oligarquia*. Entretanto, enquanto os Cavalcanti e os Rêgo Barros resolviam sua oposição em conchavos familiares, os *liberais históricos* do Norte adotavam uma linha de maior intransigência. Filiavam-se à Confederação do Equador mas, em oposição ao predomínio feudal dos Cavalcanti, apoiavam as reformas centralizantes, acom-

panhando, assim, de preferência, ao *Partido da Ordem*, representado pelos Rêgo Barros.

A política pessoal de Araújo Lima

As dificuldades para a aprovação do programa de reformas, a despeito da ampla convergência de opiniões a favor, provieram principalmente da instabilidade dos governos da Regência Araújo Lima. Mesmo o *Gabinete de 19 de setembro*, com todo o prestígio de sua origem parlamentar, não contou com demonstrações firmes e constantes da confiança do Regente. Os gabinetes que vieram depois não passaram de combinações efêmeras. O Regente alimentava veleidades de dirigir uma política própria e, como lhe faltavam meios para tanto, ficou como um joguête de influências palacianas. A impressão de desgovêrno, que resultava de semelhante situação, contribuiu, sem dúvida, decisivamente para a consolidação da opinião e, portanto, para que a antecipação da maioridade viesse interromper a execução do plano.

Alencar não estava, com efeito, muito longe da verdade quando fazia cálculos baseados na queda do *Gabinete Parlamentar* e na concentração da votação em Araújo Lima. Já o simples fato de o Regente ter reservado para a própria política duas pastas naquele Ministério mostra até que ponto êle foi o *rei constitucional* que a lenda propala. As eleições com a convergência de votos trazidos pela adesão dos partidários de Feijó foram um êxito político que o entusiasmou a tentar esquemas mais ambiciosos.

Realizadas em abril de 1838, só em outubro terminaram as apurações. Araújo Lima recolhera 4.308 votos, enquanto Feijó havia obtido na eleição precedente apenas 2.826. Holanda teve ainda a surpreendente votação de 1.981 sufrágios, concorrendo apenas com os restos da propaganda das eleições anteriores. Seguramente seus votos, na maior parte êle os recebeu como *companheiro de chapa* de Araújo Lima. Antônio Carlos que, depois de ter voltado da Europa, se havia filiado, com o mano Martim Francisco, ao Partido Conservador, havia também apresentado sua candidatura. Pouca atenção, entretanto, ela mereceu de seus novos correligionários, o que concorreu para que, não muito tempo depois, êle e o irmão passassem para o lado liberal.

A vitória eleitoral marca o início na dissociação dos destinos do Ministério e do Regente. O notável êxito dêste contrastava com a fase de declínio político do Gabinete. O afastamento dos Andradas não foi o primeiro golpe. Ainda no primeiro semestre de 1838, as Fôrças Imperiais haviam sofrido um grave revés militar no Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Os meios palacianos agitaram-se. Particularmente os Marqueses de Paranaguá e Barbacena e o Conde de Lajes passaram a fazer uma pressão sem tréguas contra o Gabinete. Ao lado disso, a situação se complicou com dissensões entre os próprios ministros a propósito da política em relação ao Prata. Com tôda a certeza Aureliano não foi estranho a essas dificul-

dades na vida do Gabinete e não é impossível que o próprio grupo dos oligarcas tenha visto sem desprazer configurar-se a queda do Govêrno porque com ela se livraria da tutela de Vasconcelos.

Vasconcelos apoiara ostensivamente a candidatura de Calmon para a vaga senatorial pelo Rio de Janeiro aberta com a morte de Lúcio Teixeira Gouveia. Como Calmon havia sido incluído na lista tríplice, na qualidade de membro do Govêrno, sua nomeação se impunha como prova da confiança da Regência. Araújo Lima preferiu, entretanto, Lopes Gama, que fôra apoiado por Aureliano e provocou com sua escolha a queda do gabinete. Já em janeiro de 1839, Lopes Gama havia anunciado que chegara a ser convidado para organizar nôvo ministério, mas que um acôrdo posterior acomodara os antigos ministros com o Regente. Êste manifestação pública de desconceito recebeu uma espécie de confirmação ao definirem-se as preferências de Araújo Lima na lista senatorial. Por isso Vasconcelos, acompanhado de todos os companheiros, se demitiu a 16 de abril de 1839.

O plano de Alencar surtia efeito retardado e não em proveito dos liberais, mas dos grupos palacianos sem vinculação partidária precisa. Araújo Lima, pretendendo realizar uma política própria, vai aos tateamentos pela área palaciana em duas tentativas de curta duração. Primeiramente experimenta com Almeida e Albuquerque — que um ano antes êle havia nomeado senador por Pernambuco — uma composição que não chega a completar-se, baseada na área palaciana de onde partira a pressão contra o *Gabinete Parlamentar*. Pouco mais de quatro meses depois, chamava Lopes Gama que procurou estender aquêle apoio ao grupo baiano, com Alves Branco, Ramiro de Assis Coelho e Manuel Antônio Galvão. A campanha da *Maioridade* levou-o finalmente a entregar o Ministério aos *oligarcas* e êstes, por sua vez, no último momento, de nôvo a Vasconcelos.

7. A RESISTÊNCIA LIBERAL: ALENCAR E OS LIBERAIS DO SUL

O malôgro da tentativa de envolvimento do Regente levou Alencar a reconsiderar a idéia de uma ação extraparlamentar como a da antiga *Sociedade Defensora* nos tempos áureos de Evaristo. Uma ação dêsse tipo pressupunha, entretanto, um clima de tensão que o programa de resistência às reformas reacionárias não parecia ser suficiente para criar. A idéia de uma verdadeira *conspiração* para deslocar a situação conservadora se baseou nos projetos de antecipação da maioridade que, desde 1835, de tempos em tempos vinham à tona. Propôs Alencar, nesse sentido, a fundação de uma *Sociedade Promotora da Maioridade*, com o caráter de uma sociedade secreta. A 15 de abril realizou-se a sessão de fundação da Sociedade. Esta logo se desformalizou e nas atas das sessões já é mencionada simplesmente como *Clube da Maioridade*. Os estatutos da Sociedade pre-

viam um amplo desenvolvimento em todo o país e revelavam uma preocupação predominante pela arregimentação de aderentes. As atas do clube implicam apenas uma ação de âmbito parlamentar e palaciano. A modificação na concepção original de Alencar resultou de proposta de Holanda Cavalcanti. A presidência do clube foi confiada a Antônio Carlos e ao Imperador o clube foi apresentado como um movimento dos "Andradas e seus amigos". Alencar perdeu completamente o contrôle do movimento que evoluiu para direções imprevistas. Sob a direção de Antônio Carlos, acentuou-se seu caráter palaciano, certamente contra as expectativas do fundador. Alencar parece desinteressar-se do movimento na sua fase final, figurando nêle apenas como um aderente obscuro.

Para êle, a idéia da maioridade deve ter sido apenas um pretexto para dinamizar a vida partidária através da ação extraparlamentar das sociedades políticas. Em 1841 repetirá sua tentativa com a fundação da *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis* mas, também nesse caso, seu pensamento foi desvirtuado pelos liberais do Sul que fizeram da Sociedade uma base para os levantes armados de 1842.

A Maioridade

A Maioridade, impròpriamente definida como um golpe parlamentar, foi, na realidade, um golpe palaciano no qual o elemento decisivo foi a manifestação da vontade do jovem príncipe. Êsse aspecto da questão foi muito bem caracterizado por Teófilo Otoni na sua *Circular aos Eleitores.* É embaraçoso confrontar-se a narrativa do tribuno mineiro com as formais negativas do próprio Imperador quanto ao seu assentimento prévio aos planos dos *maioristas.* Mas não se pode deixar de acatar aquela versão, pelo menos na parte em que é confirmada pelas atas do clube do Padre Alencar. Um golpe, em todo caso, senão urdido, pelo menos levado a efeito na base do assentimento do Príncipe, contra êle os conservadores sentiram-se completamente inermes. É que os liberais se aproveitaram do próprio impulso dado pelos conservadores ao ideal monárquico para voltar ao poder do qual haviam sido apeados com a renúncia de Feijó. Desde que Araújo Lima assumira a Regência, empenhara-se em projetar para o primeiro plano o Imperador-menino, restabelecendo uma etiquêta e cerimônia cortesãs de há muito negligenciadas pelo espírito revolucionário do *7 de Abril.* É possível que o tenha feito por um rigor nunca conhecido nas Côrtes bem pouco formalistas de Pedro I e D. João VI, pois agora se tratava não do cumprimento de uma exigência formalista mas da execução de um desígnio político. As idéias de regressão política sustentadas pelos conservadores necessitavam do prestígio do trono para atrair, de um lado, os descontentes com o *7 de Abril,* e de outro lado, para lograr aceitação popular. Em oposição à singeleza ascética do tempo das Regências Trinas e de Feijó, esmerou-se Araújo Lima em realçar a pompa real em suntuosas solenidades públicas e deliberadamente recolhia-se à penumbra, permitindo que o prestígio do Príncipe fizesse esquecida sua própria posição. Foi restabelecido o *beija-*

-*mão*, saudação que simboliza o reconhecimento do monarca como *senhor natural* de seus súditos. Na festa da Santa Cruz, à porta da igreja, o Regente inclinou-se ante o Imperador e beijou-lhe a mão ostensivamente para o testemunho de numerosos circunstantes. O fato produziu, segundo Justiniano José da Rocha, sensação imensa "de exaltação em uns, de indignação em outros, de surprêsa em todos". A importância desproporcionada dessa repercussão, bem como os longos debates suscitados pela referência ao estado de saúde dos membros da Família Imperial na *Fala do Trono* de 1838, mostram que a oposição liberal compreendera que os dois atos, na aparência insignificantes, anunciavam "nova era, marcavam que uma nova direção ia ser dada aos espíritos, aos trabalhos da legislação, aos atos do Govêrno". A pompa, a etiquêta, o protocolo, ao mesmo tempo que deviam acenar para a imaginação popular, tinham também outra função. Tornavam o Imperador mais inacessível. A *Circular* de Otoni, maliciosamente interessada em atribuir ao Imperador um espírito dissimulado e sagaz, pinta-o quase como prisioneiro, sob a vigilância do pessoal do Paço e dos próprios chefes da situação que êle, entretanto, hàbilmente mistifica. O quadro não deve ser aceito ao pé da letra mas sim como um exagêro caricatural. Entretanto, a correspondência dos diplomatas europeus acreditados na Côrte brasileira confirma a figura do príncipe "que fêz da dissimulação um instinto de sua natureza", entre cortesãos intrigantes e suspicazes. Embora caricatural, o quadro expõe uma situação que é a decorrência lógica do sistema. Se se fazia da pessoa do Imperador o ponto de apoio da situação política, não podia haver maior necessidade política do que mantê-la sob contrôle. Uma anedota relatada por Otoni ilustra os dois lados da questão. O Imperador estava em conferência com um deputado *maiorista* quando Honório entra no recinto. Como era necessário manter ocultos os entendimentos com os *maioristas*, o Imperador abandona seu interlocutor e, tomando pelo braço o chefe conservador, passeou longamente com êle. Tanto bastou para que depois Honório "alardeasse seu validismo", certo de que seria escolhido ministro caso a maioridade viesse a ser antecipada. A tal ponto se contava de antemão com a condição futura do Imperador, que se podia dizer que a Rêgência tendia a reduzir-se a uma simples formalidade legal se não houvesse, ligado à sorte dela, um partido.

A posição contraditória dos conservadores

Aí estava, naturalmente, o ponto fraco do arcabouço político dos conservadores. Senhores da maioria parlamentar, não podia interessá-los a abolição antecipada do regime regencial, pois era a lei que o regulava, limitando o exercício do Poder Moderador no que se referia à dissolução da Câmara temporária, que lhes assegurava a estabilidade do domínio. A Maioridade necessàriamente os deixaria entre o arbítrio imperial, de um lado, e a opinião pública, de outro — essa opinião que tudo haviam feito para canalizar em direção da pessoa do Imperador. Naturalmente foi, acima de tudo, por

isso que tentaram resistir ao movimento desencadeado pelos liberais, caindo na embaraçosa situação de serem apontados como inimigos da Monarquia que êles tanto se empenharam em exaltar.

Ao primeiro rebate procuraram elidir a questão; depois procuraram contemporizar; finalmente hesitaram entre reagir e transigir, quando já nenhuma solução era possível. Tentaram elidir a questão quando, a 7 de maio, a Comissão de Resposta à *Fala do Trono* apresentou um projeto que submetia à Câmara uma referência expressa ao "aproximar-se a maioridade de V. M. I.". A rigor, a referência não implicava por seus têrmos qualquer alusão a uma maioridade não constitucional. Mas, naturalmente como os membros da Comissão — Aureliano, Antônio Carlos e Montezuma — estavam nas vistas da maioria como possíveis participantes da conjura *maiorista,* a referência foi logo tomada como suspeita e Honório apressou-se em apresentar emenda supressiva sem contudo empenhar-se em combatê-la, limitando-se a referir-se a ela como "algumas frases que considerava menos próprias". A emenda de Honório seria aprovada num momento em que a apresentação de dois projetos de Holanda Cavalcanti — decretação de maioridade imediata e criação de um Conselho de Estado — na Câmara Alta, já havia caracterizado seu alcance político. A escassa maioria com que êsses projetos foram repelidos levou Montezuma a concluir que a causa *maiorista* estava às vésperas do triunfo. Entretanto, a 18 de maio, Honório executara uma manobra de contemporização que conseguiu paralisar exatamente por dois meses a agitação parlamentar. Apresentou um projeto de lei pelo qual os eleitores concederiam aos deputados à próxima legislatura procuração especial para reformar o artigo 121 da Constituição que fixava em 18 anos a maioridade do Imperador. Como se alegasse que a próxima legislatura só entraria em função em 1842 e que já no ano seguinte o Imperador completaria a idade requerida, respondeu Honório que estava em mãos da Câmara antecipar a nova legislatura, autorizando o Govêrno à dissolução. A manobra fôra hábil. Dificilmente os *maioristas* optariam por uma dissolução que os privaria das bases parlamentares do movimento. A discussão se deslocou para o terreno do Direito Constitucional e nêle permaneceu em ponto morto até que Teófilo Otoni, já a 17 de julho, cortou a questão, sustentando a prioridade do interêsse nacional sôbre a observância da letra da Constituição.

No mesmo dia pela manhã uma festa realizada na Capela Imperial serviu de pretexto a uma manifestação *maiorista* que causou a mais profunda impressão às duas Câmaras do Parlamento. Naturalmente, deve ter sido divulgado então o segrêdo da conivência do Imperador com o movimento. Na sessão da Câmara dos Deputados, no dia seguinte, duas graves defecções abalaram o lado governista. José Clemente Pereira e Honório pronunciam-se de acôrdo com Otoni. Honório vai mais longe e requer a retirada de seu projeto cuja inviabilidade imputa ao Senado que se havia demorado em submetê-la à consideração.

A partir do dia 20 de julho, o tumulto começou a reinar na Câmara. As galerias, sob o comando do deputado Navarro de Abreu, mantinham-na em verdadeira coação.

No dia 21 uma vitória *maiorista* indica que se havia invertido a situação na Câmara Baixa. Como não podia mais contar com Honório, o Regente pensou então em Vasconcelos. Fora do Govêrno, o grande tribuno, segundo uma insinuação de Teófilo Otoni, teria tentado, sem êxito, uma aproximação com os maioristas, cuja vitória pressentira como certa. Entretanto, não desdenhou do convite de Araújo Lima que, na noite de 21 para 22, lhe foi transmitido por Rodrigues Tôrres. Nomeado para a pasta do Império, regeu-a por 9 horas e disse mais tarde terem sido as mais gloriosas de sua vida. Reúne-se o Gabinete na manhã de 22. Decide-se por unanimidade pelo adiamento da Assembléia para 20 de novembro e, ato contínuo, o Regente dirige-se ao Imperador para notificá-lo de que o adiamento não tinha outro propósito do que o de preparar convenientemente a proclamação da maioridade ainda naquele ano.

A Câmara dos Deputados havia acatado o decreto do adiamento, mas no Senado o Marquês de Paranaguá se opusera à leitura do mesmo. Conclamados por Antônio Carlos, alguns deputados se dirigiram para a casa do Senado e aí se decide constituir uma comissão que levasse ao Imperador o pedido para que concordasse em ascender ao trono.

Araújo Lima teria a tenção de renunciar à Regência, passando o cargo a Vasconcelos, seu substituto legal, para que se incumbisse da repressão da agitação que das duas casas do Parlamento ganhara as ruas. Depois muda de idéia e, como lhe chegasse notícia da ida da comissão de deputados e senadores ao Paço da Boa Vista para receber a palavra de ordem do Imperador, para lá se dirige novamente acompanhado de Rodrigues Tôrres. Solicita do jovem príncipe que decidisse entre proclamação imediata, como era o desejo da comissão parlamentar, ou a 2 de dezembro, conforme sua sugestão anterior. O príncipe responde concisamente com o famoso — Quero já! — aplainando num momento tôdas as dificuldades políticas que desde abril se vinham erguendo no encaminhamento da questão.

A mudança de política

A 24 de julho era anunciado o *Gabinete da Maioridade*, onde figuravam os dois irmãos Cavalcanti, os dois Andradas, Aureliano e Limpo de Abreu.

Enquanto os elementos ligados ao Paço tendiam a reduzir ao mínimo as conseqüências da elevação do Imperador ao trono — e em sã consciência ninguém poderia esperar realmente que, com quinze anos apenas, entrasse em funções efetivas — os liberais, ao contrário, insistiam em considerar o sucedido como uma inversão política consagrada informalmente pela adesão da Nação. Realizando-se a 26 a festa comemorativa do ato, Montezuma, na qualidade de relator da comissão encarregada de apre-

sentar congratulações ao Imperador, incluiu na sua mensagem, à revelia dos colegas de comissão, palavras de censura à Regência Araújo Lima. Divulgou-se, além disso, que nas sessões secretas preliminares do nôvo gabinete, Limpo e os Andradas haviam sustentado que a Câmara fôsse dissolvida, para que se fizesse nova consulta à Nação — Teófilo Otoni mais tarde afirmará que não tê-lo feito foi o vício de origem da Maioridade — mas que, ante a oposição de Aureliano e dos dois Cavalcanti, concordaram em transigir com o Parlamento durante o resto daquela legislatura. Ficara estabelecido que o Ministério governaria na base da unidade de vistas e da solidariedade de atos, realizando uma política de conciliação e congraçamento, cuja expressão imediata foi a anistia para os crimes políticos durante a Regência. Parece, entretanto, que Antônio Carlos, realizando uma política de partido, procurou furtar-se a dar um testemunho público do pacto sôbre o qual o *Ministério* se baseava. Convidado pela Câmara para assistir às discussões de orçamento do Império, deixara primeiramente de comparecer, alegando negócios urgentes. Tendo sido então propostos o adiamento da discussão e nôvo convite ao ministro, Montezuma combateu a proposta, afirmando ser desnecessária aquela convocação. Mas a Câmara aprovou as propostas por grande maioria, tornando-se inevitável uma explicação de Antônio Carlos. Interessada em evitar uma dissolução, a Câmara apegou-se às boas promessas que êle lhe fêz e, abstendo-se de qualquer oposição sistemática, aprovou as leis ânuas. A 15 de setembro, a sessão era suspensa.

As eleições do cacête

Independentemente de uma dissolução da Câmara, as eleições para a legislatura que deveria inaugurar-se em 1842 poderiam assegurar para os liberais sua consolidação no poder. Por muito que sejam suspeitas as notícias sôbre essas eleições, há uma unanimidade na tradição que as fêz tristemente célebres sob o nome de *eleições do cacête*. Aliás, o próprio Antônio Carlos defendeu o princípio de que o Govêrno, como expressão de um partido, tinha o direito de intervir no processo eleitoral. Procurando a vitória de princípios através de uma eleição irregular e fraudulenta, não se fazia mais do que um passo em relação ao precedente criado pelo golpe da maioridade.

Tratou-se inicialmente de substituir o pessoal que seria encarregado de fiscalizar as eleições. São nomeados novos presidentes para as províncias, são removidos juízes de direito e chefes de polícia; são suspensos oficiais superiores da Guarda Nacional e aos substitutos dêstes é ordenado o recrutamento de 4.000 novos guardas. Decretou-se o recrutamento às vésperas das eleições e finalmente suspenderam-se os juízes de paz que presidiam o pleito. Passou-se, depois, à violência. Maltas de valentões, com a conivência da polícia, quando não dirigidos por ela, assaltavam as mesas eleitorais. Identificavam-se pelo uso de um laço amarelo ao pescoço, ficando por isso conhecidos como *papos amarelos*. Assassínios e espancamentos foram assinalados em todo o País. A fraude completa o

5

quadro dessas eleições. Na qualificação dos eleitores aceitam-se meninos, escravos, pessoas imaginárias e trocas de identidade. No recolhimento dos votos os eleitores de paróquia são impedidos de votar e as urnas cheias com votos preparados. Noutros casos, o conteúdo das urnas é substituído. Frauda-se a apuração com a alteração na contagem de votos, com a falsificação das atas e, finalmente, na qualificação do eleitor de província. O elemento suspeito na *lenda negra* dessas eleições é que a apuração final estêve longe de revelar a mesma unanimidade que caracterizou outras eleições menos celebradas. Nota-se, entretanto, que foram as eleições de 1840 que marcaram o primeiro precedente de vitória sistemática do partido situacionista. De qualquer forma, as alegações contra a sua legitimidade abalaram o prestígio do Gabinete e, indiretamente, precipitaram sua dissolução.

Apêlo às armas

A 23 de março de 1841, o *Gabinete Maiorista* era substituído pelo *Gabinete Palaciano*, que ainda naquele ano concluiu o programa de *retrocesso* que a Maioridade interrompera: a restauração do Conselho de Estado, a 23 de novembro, e a *Reforma do Código do Processo*, a 3 de dezembro. A rápida tramitação das duas leis exigira a substituição da presidência da Câmara e a reforma do regimento. Essas medidas tornaram tenso o clima na sessão de 41. Os liberais depositavam suas esperanças na legislatura que se reuniu em 42. Entretanto, quando ainda em verificação de podêres de seus membros, a nova Câmara foi dissolvida.

Alencar, prevenindo o caso desde o ano anterior, recorrera novamente ao expediente das sociedades secretas, fundando a *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis*. A Sociedade ramificou-se pelas províncias, através de *Conselhos Patriarcais* nas capitais e de *Círculos Patriarcais* nas localidades. Os Conselhos Patriarcais se relacionam através dos *Patriarcas Fundadores* na Côrte.

Como a antiga *Sociedade Defensora*, os Patriarcas procuram mobilizar as Câmaras Municipais em manifestações de protesto contra as reformas. Embora concebida como uma organização de âmbito nacional, apenas em São Paulo e Minas consegue a Sociedade uma sensível penetração. Representam contra as leis da Câmara Municipal de Barbacena e a Assembléia Provincial de São Paulo. Esta última enviou uma comissão encarregada de transmitir manifesto ao Imperador, mas o ministro do Império se recusa a recebê-la. Finalmente, ante a dissolução da Câmara, os Patriarcas decidem recorrer às armas. Irrompe o movimento em São Paulo a 17 de maio e em Minas a 10 de junho.

Não se pretendia derrubar o Govêrno pela fôrça das armas. A demonstração armada era uma forma de compelir o Imperador a medidas apaziguadoras que implicariam a demissão do Ministério e a suspensão das reformas. É significativo que tenha sido escolhido, para chefiar o movi-

mento em Minas, José Feliciano Pinto Coelho, sobrinho do Marquês de Itanhaém, o antigo tutor imperial e que havia tomado parte importante na conjura palaciana da maioridade. Na Côrte a ação dos *Patriarcas* era espalhar boatos sôbre pretensas vitórias revolucionárias. O antigo Regente, Francisco de Lima e Silva, formava também entre os derrotistas, pretendendo fazer crer no Paço Imperial que seu filho, o jovem Barão de Caxias, havia sido batido pelas fôrças revolucionárias em São Paulo. A ação repressiva do Govêrno foi drástica. Enquanto se desmoronavam as fôrças revolucionárias nas províncias sublevadas, decretava-se na Côrte a suspensão das garantias constitucionais. Os principais chefes liberais são presos e transportados para Lisboa a bordo da fragata *Paraguaçu* e lá conservados a pedido do govêrno brasileiro sem direito de locomoção.

Sufocada a rebelião, o julgamento dos rebeldes tornou-se um dos mais importantes temas políticos até o ano de 1844, quando foi decretada a anistia. Durante êsse tempo o Partido Liberal não teve existência legal no Sul do País. Essa fase de interdição explica o esfriamento de relações entre os liberais do Sul e Alencar, e a passagem dêste para a esfera de influência dos *liberais históricos* de Pernambuco que já começavam a ser conhecidos como os *praieiros*. A nova posição implicava, naturalmente, que o chefe cearense abrira mão da resistência às leis reacionárias.

DISPERSÃO E UNIDADE

LIVRO SEGUNDO

AS PROVÍNCIAS DO NORTE E DO OESTE

CAPÍTULO I

O GRÃO-PARÁ E O MARANHÃO

1. O GRÃO-PARÁ

O Estado do Grão-Pará e Rio Negro

A AMAZÔNIA, ao iniciar-se o século XIX, compreendia, no plano político-administrativo, duas Capitanias, a do Grão-Pará, pròpriamente dita, com sede em Belém, e a do Rio Negro, subordinada àquela e com sede em Barcelos mas, na realidade, já as autoridades tendo as suas preferências voltadas para Lugar da Barra, hoje a cidade de Manaus. A carta régia de 20 de agôsto de 1772 criara o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, pondo fim ao velho Estado do Grão-Pará e Maranhão. Governava, na oportunidade, o Pará, o Capitão-General Sousa Coutinho, e o Rio Negro, o Coronel José Antônio Salgado.

Êste padecia um desgaste alarmante. O Governador Lôbo d'Almada, entre 1779 e 1794, impulsionara-o vivamente. Seus sucessores, no entanto, não lhe haviam prosseguido na ação construtiva: Salgado distinguira-se pela preocupação de destruir o que marcara o período de Almada, por quem nutria uma inveja imensa; seu sucessor, José Joaquim Vitório da Costa, antigo demarcador, recebido por entre grandes esperanças, nada faria que lhe creditasse o govêrno. Constituiria mais uma desilusão para os povos da Capitania, que representaram aos capitães-generais do Pará para que lhe viesse em socorro, salvando-a da decadência.

Com Sousa Coutinho e seu sucessor D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, o Pará, ao contrário do Rio Negro, experimentou progresso. As comunicações com Mato Grosso e Goiás, pelo Madeira e pelo Tocantins, passaram a exercer-se com maior intensidade, assegurando-se segurança, aos que a realizavam, através de estações ao longo dos dois rios para socorro e abastecimento das monções. O crescimento demográfico prosseguiu também. Em 1799, o censo oficial acusava 83.454 habitantes, sendo 67.978 no Pará pròpriamente dito e 14.480 no Rio Negro. As relações mercantis interiores e com Lisboa ativavam-se. Em 1800 a exportação somava 628:494$650 e a importação 418:379$989. Aquela constava de cacau, arroz, café, algodão, açúcar, aguardente, couros secos e salgados, cravo fino e grosso, canela, salsaparrilha, puchiri, anil, óleo de copaíba e de andiroba, urucu, castanha, madeiras em toros e pranchas. O pêso maior era o da produção agricultada, isto é: o cacau, o café, o arroz

e o algodão. A "droga do sertão", que explicara a expansão territorial e levara o parco contingente de colonos reinóis, em harmonia com o indígena e o mestiço locais, ao mais distante do litoral, não tinha o pêso anterior. O esfôrço por criar uma economia agrícola produzia resultados evidentes. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, um autêntico irmão do Conde de Linhares nos programas desenvolvimentistas, projetava o crescimento de sua Capitania.

D. Marcos (1803-1806), não menos diligente, atuara com decisão, atento à pacificação de silvícolas, melhoramentos na cidade de Belém, linhas de correio para o interior e capitanias vizinhas, fomento ao criatório no Marajó, reaparelhamento das fôrças militares. A Amazônia aos seus olhos não passava, no entanto, numa visão imediatista muito limitada, de mundo bárbaro sôbre que falhava todo o esfôrço civilizador de Portugal.

Os efeitos sôbre as duas capitanias da Côrte de D. João VI

Com a presença da Côrte no Brasil, o Pará não perdeu o ímpeto de progresso. O Rio Negro, todavia, não conheceu melhoria de qualquer espécie. E tanto assim que o Governador Manuel Joaquim do Paço, empossado a 10 de outubro de 1818, em relato ao Capitão-General do Pará, traçava um quadro desalentador da região, o que significava o descalabro administrativo reinante e a perda de substância que a Capitania experimentava sem cessar. E numa tentativa de recuperação ou de impulsionamento do progresso, ao mesmo tempo que endereçava ao Monarca as suas "Reflexões sôbre os melhoramentos da Capitania", fazia movimentar as Câmaras Municipais para que solicitassem a S. Majestade, como medida preliminar, o desligamento do Rio Negro de sua subordinação ao Pará. Joaquim do Paço, no entanto, em pouco esquecia os propósitos progressistas enveredando pelos desatinos administrativos, o que levara o Conde de Vila Flor a mandar proceder a rigorosa devassa, de que incumbiu o Major José de Brito Inglês.

Entre 1810 e 1817, o Pará fôra governado por uma Junta de três membros que se desmandou, provocando inquietações ao Príncipe. Seguira-se-lhe o Conde de Vila Flor, substituído em sua ausência no Rio de Janeiro por outra Junta, que não alcançou melhor fama que a anterior. Êsses maus governos não foram, no entanto, um impedimento para o avanço do Estado, como se pode aferir dos algarismos da produção, sempre em crescente. Assim é que, em 1819, a exportação alcançara os 452:715$633 e a importação a 299:103$013. A população somava 79.730 habitantes, dos quais 24.500 em Belém. Esta cidade, na descrição de Spix e Martius, apresentava uma feição urbana agradável. A mão-de-obra para a criação da riqueza repousava no indígena. A contribuição do africano era muito menos expressiva. Havia estabelecimentos industriais montados no interior e mantidos pelo Estado. O estaleiro de Belém continuava produzindo para as necessidades do tráfico interior e exterior. O Major José de Brito Inglês, que em 1819 apresentara ao Ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal

interessante memória acêrca das condições da Capitania, mandado proceder a inquérito rigoroso sôbre a realidade regional, ia executá-lo, escrevendo relatórios parciais, ainda inéditos na seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, pelos quais se pode verificar o que ocorria naqueles estabelecimentos, refletindo o ambiente de trabalho em tôda a região. A vida era primitiva, mas revelava um esfôrço intenso para dominar a agressividade do ambiente físico e disciplinar o social. Os núcleos urbanos, como tal, não tinham sentido. Todo o diário se processava no sítios agrícolas ou na vastidão dos latifúndios, que conformavam ali os tipos de propriedade. No particular das idéias, as autoridades, tanto no Grão-Pará pròpriamente, como no Rio Negro, haviam tomado uma série de precauções de caráter militar e policial a fim de evitar a penetração de ideologias que pusessem em perigo o exercício manso da soberania portuguêsa ou servissem para perturbar o funcionamento do poder absoluto.

Em guarda contra as idéias "subversivas"

A revolução pernambucana de 1817 não ecoara nas duas capitanias. Seus governantes, tomando-se de receios, haviam providenciado para que nada ocorresse. O Bispo D. Manuel de Almeida, em pastoral que lançou, condenou o movimento, que lhe causara pasmo ao espírito disciplinado e fiel ao regime e a S. Majestade.

A vizinhança com os franceses de Caiena e os hispano-americanos em armas para a conquista da independência constituíam, no entanto, uma vizinhança realmente perigosa. Proibiu-se a entrada de tais vizinhos e ordenou-se um serviço de vigilância constante.

No alto Rio Negro e em Tabatinga, os comandos militares foram alertados: deveriam evitar que os grupos em choque penetrassem no território. No alto Rio Negro, a situação era efetivamente de molde a exigir a atenção particular. Os rebeldes aproximavam-se da fronteira, procurando negociar, numa tentativa de reconhecimento de sua existência e, mais que isso, de sua organização como sociedade política. Os contatos que se operavam eram contatos medrosos. O comandante da fronteira em Marabitanas, Tenente Pedro Miguel Ferreira Barreto, procurou evitar incidentes. Sua atuação foi intensa, devendo-se-lhe a preservação das posições luso-brasileiras. Paez e Bolívar, por seus representantes, com êle se avistaram, procurando aproximação e o próprio reconhecimento da independência venezuelana. Ferreira Barreto manteve-se firme, nem por isso deixando de parecer suspeito aos olhos de seus superiores, à acusação de que por fim estava sendo contaminado pelo liberalismo revolucionário.

O regime democrático em Portugal e o pronunciamento de Belém

Com o advento do regime democrático em Portugal, a situação alterou-se rápida e intensamente. Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, paraense, que se bacharelara em Coimbra, chegando a Belém, espalhou a semente revolucionária. E a 1.º de

janeiro de 1821, por ocasião da parada que as tropas realizavam, o Alferes de Milícias Domingos Simões da Cunha gritou ao 1.º Regimento de Infantaria — "Viva a Religião Católica", "Viva El-Rei", "Viva a Constituição". Outros o acompanharam no pronunciamento. O comandante do regimento, Coronel João Pereira Vilaça, respondeu "Vivam as Côrtes", sendo correspondido pela tropa. As outras unidades aderiram.

A explosão era o resultado de uma conspiração, urdida na loja do comerciante José Batista da Silva. Pondo-se à frente da fôrça armada, o Coronel Francisco José Rodrigues Barata promoveu a deposição da Junta que administrava o Pará. O Coronel era um homem nervoso, cheio de serviços à região e com uma alta dose de decisão que se revelava nas atitudes que assumia.

No Palácio do Govêrno, presentes o povo e a tropa, o Senado da Câmara de Belém, o vigário capitular Romualdo Antônio de Seixas, por proposta do Coronel Barata, foi escolhido o negociante Manuel Joaquim do Nascimento para, na qualidade de juiz do povo, "inquirir quais os cidadãos que o mesmo deseja para o nôvo govêrno constitucional provisório".

Sob aclamações, ficou organizada a Junta Provincial, que prestou juramento perante o Senado da Câmara, integrando-a: o vigário Romualdo Antônio de Seixas, que até a hora do movimento permanecia inteiramente alheio ao que se planejava, presidente; juiz-de-fora Joaquim Pereira de Macedo, vice-presidente; Coronéis Francisco José Rodrigues Barata e Giraldo José de Abreu, proprietários José da Fonseca Freitas e José de Abreu, comerciante Francisco Gonçalves Lima e Tenente-Coronel Francisco José de Faria, vogais.

Não se registrou qualquer reação no momento. O governador do Rio Negro, Coronel Manuel Joaquim do Paço, que se mostrara indeciso, foi deposto a 1.º de março, sendo sucedido por uma Junta de sete membros. Dirigiram o pronunciamento, ocorrido em Lugar da Barra, o Major José de Brito Inglês e o ouvidor Domingos Nunes Ramos Ferreira, aclamados, respectivamente presidente e vice-presidente. Essa Junta foi posteriormente reorganizada, dela saindo o Major Brito Inglês, chamado a Belém e substituído pelo Coronel Joaquim José Gusmão, que assumiu o comando da guarnição da Capitania.

A ação de Patroni em Lisboa

Patroni, que fôra a alma do pronunciamento de Belém, mas deixara de integrar o Govêrno Provisório, cedo começou a criar dificuldades. Pretendeu comparecer às Côrtes, representando o Pará. A Câmara Municipal de Belém fugiu do assunto, sob a alegação de que lhe faltava competência para credenciá-lo. A Junta Provisória, contra a qual o agitado idealista entrara a fazer campanha, em manobra hábil despachou-o para Lisboa, não na condição de deputado, como parecia desejar, mas na de procurador das aspirações regionais. A representação popular às Côrtes tinha de ser escolhida me-

diante eleições. Em manifesto, pedindo que houvesse prudência, calma, sossegassem os espíritos, a Junta apelou para a congregação de todos, pondo-se fim aos desentendimentos. Já, contra ela, mandavam-se representações tachando-a de incapaz e de opressora. Patroni, em Lisboa, fazendo-se eco das vozes insurgentes, ajudou na campanha. Pelas colunas de O *Indagador Constitucional*, examinou a situação do extremo-norte, advogando um tratamento especial, dadas as peculiaridades que o distinguiam no quadro geográfico da América portuguêsa. Sustentava, então, a necessidade das Côrtes, que o haviam autorizado a estar presente às sessões, convocarem, o mais ràpidamente possível, a representação do Brasil, cuja ausência poderia levar a um distanciamento cada vez maior em relação à velha metrópole peninsular. Patroni, sempre agitado, dizendo que desejava ser o "Penn do Pará", indo à presença de D. João VI, reclamou melhor tratamento para a ex-colônia e seus filhos. Disse-lhe, sem restrições:

"Falemos claro, Senhor, todos querem obedecer à lei e não ao capricho: todos querem ser bem governados. Se um ministério pela sua negligência ou despotismo, apresenta um govêrno tirano, os povos desesperam e sacodem o jugo. Os povos não são bêstas, que sofrem em silêncio todo o pêso que se lhes impõe. O Brasil quer estar ligado a Portugal; mas se o ministério do reino-unido, pela sua frouxidão, contribuir para consistência e duração da antiga tirania, o Brasil em pouco tempo proclamará a sua independência."

A malcriação custou-lhe o afastamento violento. A Junta, de seu lado, a propósito de suas críticas à sua ação, não o poupava na correspondência com a Assembléia e com o Executivo lisboeta.

As agitações dos Irmãos Vasconcelos

Sob sua inspiração, os irmãos João, Julião e Manuel Fernandes de Vasconcelos, paraenses, moços como êle, também idealistas, regressando do Reino, deram começo em Belém, em outubro de 1821, a uma propaganda intensa contra o regime. Fizeram circular uma proclamação anônima, a serviço dessa ideologia, concitando os paraenses a romper em hostilidade contra os portuguêses. Fizeram circular outros papéis incendiários, que fomentavam a indisciplina e preparavam o advento da independência. De Patroni era uma circular, encimada por uma mão branca e outra negra, entrelaçadas, simbolizando a união das duas raças, concitando o Cônego João Batista Gonçalves Campos, a quem se imputava o crime de, na própria residência, praticar abusos, que se percebe seriam conciliábulos políticos. Os irmãos Vasconcelos, sério perigo aos interêsses portuguêses, denunciados pela Câmara Municipal da capital e pelo comerciante português José Ribeiro Guimarães, foram presos em novembro, submetidos a processo e remetidos para Portugal. O presidente da Junta, o vigário D. Romualdo Antônio de Seixas, já era apontado como um elemento reacionário ou demasiado simpático aos de Portugal. Uma Junta Censitária, sob a direção do Dr. Antônio Correia de Lacerda, médico, naturalista, criada para proceder à censura

do que se fizesse circular em matéria de reflexão política, não logrou qualquer sucesso. Seu presidente deixou o cargo. É que crescia o número de papeluchos que insultavam, combatiam, negavam, prenunciando dias difíceis. Premida pela oposição que faziam e sem meios de vencê-la senão empregando a violência, a Junta do Govêrno pretendeu demitir-se perante as Côrtes.

Volta de Patroni e a fundação de "O Paraense"

Patroni, descontente com o que observava em Lisboa, onde a irreflexão dos dominadores com relação aos negócios do Brasil era cada vez mais intensa, regressava, a essa altura, a Belém, onde aportou em janeiro de 1822. A pretexto de cabeça de mazorca, que se afirmava planejada pelos irmãos Vasconcelos, fôra-lhe expedido mandado de prisão, revogado pela própria Junta, que não sentira coragem de executar a ordem que baixara. Precedera-o Domingos Simões da Cunha, seu colega de procuradoria na Constituinte Portuguêsa, agora agraciado com o pôsto de tenente-coronel pela atitude assumida por ocasião dos sucessos de 1.º de janeiro. Simões da Cunha fizera-se acompanhar do tipógrafo e impressor Daniel Garção de Melo, trazendo o material necessário à montagem de uma tipografia, a primeira que a Amazônia conheceu. Patroni vinha encontrar o ambiente carregado. A 10 de dezembro de 1821, depois de uma série de hesitações, de embaraços, tinham sido eleitos em Belém os deputados que o Grão-Pará deveria enviar à Constituinte, reunida em Lisboa: D. Romualdo de Sousa Coelho e o Dr. Francisco de Sousa Moreira, tendo como suplente o Desembargador Joaquim Clemente da Silva Pombo. Os eleitos eram o que realmente a Capitania possuía como expressão de inteligência e tato político. Uma nova Junta, agora presidida pelo Dr. Antônio Correia de Lacerda, e integrada, mais, pelo secretário João Pereira da Cunha e Queirós, chantre Joaquim Pedro de Morais Bittencourt, Capitão-de-Fragata José Joaquim Rodrigues Lima e Capitão Manuel Gomes Pinto, empossara-se a 12 de março. Como de praxe, proclamou, pedindo a reflexão e a pacificação dos espíritos, que se deviam manter fiéis a Lisboa.

Patroni, pondo-se à frente dos descontentes, fez então circular *O Paraense* que foi, assim, o primeiro jornal da região. Sem medir as conseqüências de seu gesto, iniciou campanha contra o absolutismo que ainda estava vivo, prenunciando a Independência. Seus artigos provocaram sensação. Os escravos ouviam-lhes a leitura com o maior interêsse. Patroni pregava a igualdade entre os homens. Aos magotes, induzidos pelas novidades revolucionárias do panfletário, os escravos começaram a fugir para o interior, onde organizavam mocambos. Os que representavam o poder econômico, no momento, votavam, por isso mesmo, ao môço idealista, verdadeiro ódio, acusando-o do que estava sucedendo e do que poderia vir a suceder se os abusos que cometia não fôssem cortados. A 25 de maio foi prêso. Uma devassa, procedida em Lisboa, a propósito daquelas palavras fogosas que proferira perante o Soberano, explicou a medida

drástica, decretada e cumprida pelo ouvidor Francisco Carneiro Pinto Vieira de Melo. Patroni, como cidadão, no Grão-Pará, no juízo da Junta, que assim se divorciava inteiramente do espírito hostil que caracterizava sua antecessora, merecia considerações: tinha cometido crime em Lisboa; em Belém, todavia, por que prendê-lo sem ao menos lhe ser dado conhecimento do processo instaurado para que pudesse apresentar defesa? Por que remetê-lo a Lisboa se o Corregedor do Crime da Côrte não solicitara a medida, de todo ponto arbitrária?

Aumenta o fôsso entre reinóis e paraenses

A situação, todavia, eliminado Patroni, remetido para Lisboa, não se alterou senão no sentido da agitação em escala maior. O divórcio entre reinóis e paraenses crescia. Num banquete a que só haviam comparecido os da terra, as iguarias servidas eram apenas as nacionais; as que lembrassem a Península tinham sido jogadas fora.

A correspondência e instruções de D. Pedro e José Bonifácio para que o Pará escolhesse representação ao Conselho de Procuradores não foi divulgada. Repelindo-a, a Junta manifestou-se para Lisboa fiel ao Reino, num desafio aberto ao espírito de autonomia que se vislumbrava por tôda parte. Ela própria, falando para Lisboa, confessara estar a preocupar-se pela intensidade por que êle se afirmava.

O Brigadeiro José Maria de Moura e sua luta contra "O Paraense"

A essa altura, surgia no quadro político regional um militar de temperamento violento: o Brigadeiro José Maria de Moura, vindo de Pernambuco, onde não se pudera impor. Autoritário, mas cumpridor de seus deveres como soldado dominado pela idéia de submissão a Portugal, assumindo o comando militar da Amazônia, tratou de controlar a onda autonomista.

Na direção de O *Paraense*, estava agora o Cônego João Batista Gonçalves Campos, que não se arreceava de prosseguir na campanha iniciada por Patroni.

Além do que se escrevia em O *Paraense*, circulavam também papeluchos atacando o Brigadeiro. Êste, indignado, por seu agente tentou o subôrno dos companheiros do jornalista. Falhando, tentou o empastelamento do periódico, o que não se chegou a consumar. Batista Campos, no entanto, não escapou a uma agressão de oficiais portuguêses. Não era suficiente. E a 12 de outubro, o Brigadeiro dirigiu-se à Junta denunciando uma conspirata, chefiada pelo Cônego, exigindo que êle e os demais conjurados fôssem presos. Eram êles o bacharel Miguel Joaquim de Nogueira, Capitão-mor Amadeu José de Oliveira Pantoja, Pedro Rodrigues Henriques e João Anastácio da Cunha. Uma devassa procedida, por exigência de Maria de Moura pelo ouvidor da Comarca da capital, nada apurou de concreto. O Cônego, sem ceder aos perigos a que se expunha, às ameaças dos militares reinóis, prosseguiu com impetuosidade na campanha pela Independência,

editando as proclamações de D. Pedro e mais documentos que importavam na mudança do processo político nacional em marcha acelerada para a Independência. Dizia o sacerdote que "os papeluchos e discursos do Rio de Janeiro hão de também pouco a pouco preparar o sistema no Sul para haver a mudança que convier ao Brasil". Nova denúncia e nova detenção do Cônego, que se prestigiava cada vez mais, não serviram para fazê-lo calar. À saída da prisão, foi aclamado e conduzido à casa sob vivas dos companheiros de jornada cívica. Ao seu lado, no aliciamento de civis e militares, formavam o Cônego Silvestre Antunes Pereira Serra e José Batista da Silva. Jornais e boletins trazidos do Rio circulavam clandestinamente.

D. Romualdo de Sousa Coelho, deputado às Côrtes, em pastoral, apelou para que se acalmassem os espíritos. Outra peça, lançada com o mesmo objetivo, era a "Proclamação da famosa Velha Amazonas aos seus netos luso-americanos". Ambos nenhum efeito produziram. A consciência nacionalista afirmava-se aceleradamente.

A Junta, expondo para o Reino a situação, confessava-se inquieta. Se é certo que não violentara os nacionalistas prendendo-os, nem por isso deixara de vigiá-los, fazendo apreender a correspondência que chegava do Sul e podia servir à semendeira revolucionária. No seu afã de fidelidade a Lisboa e ao que o Reino representava para a continuidade das ligações entre o Ultramar e a Península, procurou uma aproximação mais íntima com os governos do Maranhão, Goiás e Mato Grosso, visando a fortalecer os laços de solidariedade com a Monarquia em sua forma peninsular, para que constituiriam uma frente de reação às idéias revolucionárias da Independência.

Em luta aberta com o Brigadeiro, que se considerava o homem providencial para a hora difícil e interferia em tudo, excedendo-se em suas atribuições como se fôsse a autoridade máxima ou mesmo única, a Junta aos poucos perdeu terreno. Em memoriais a D. Romualdo Coelho, ao Ministro do Reino em Lisboa, às Côrtes denunciou os excessos do Brigadeiro, responsabilizando-o pelo agravamento da situação, que confessava ser tensa e com perspectivas de maior agravamento. Como remédio, para as aflições do momento, ou a substituição do comandante militar ou a sua própria por um govêrno mais forte, prestigiado, capaz de impor disciplina e dominar a situação.

O apogeu da crise

Ao iniciar-se o ano de 1823, a crise atingia o ápice. Foi quando chegou a nova sensacional: o Brigadeiro devia passar o comando ao oficial de maior graduação e retirar-se para a Europa. A 7 de janeiro, em representação à Câmara de Belém, 211 pessoas comprometidas com o passado político que desmoronava, pediram que Maria de Moura fôsse mantido no pôsto a fim de manter-se a ordem e salvar-se a pátria. Rendendo-se aos argumentos de pressão a que se

juntou a manifestação das fôrças armadas, o Brigadeiro decidiu ficar. A Junta representou contra, demitindo-se a seguir. A 27 de fevereiro, no entanto, realizando-se a eleição para a composição de nôvo govêrno municipal de Belém, nenhum português obteve sufrágios suficientes. A "Câmara Constitucional", nome que recebera na terminologia política vinda de Lisboa, integrada só por nacionais, empossou-se sob o foguetório e os vivas da multidão. Os vereadores apresentaram-se para o ato levando ramos de louros verdes, em demonstração clara de adesão ao Sete de Setembro. À noite, as casas de brasileiros iluminaram-se.

Às 6 horas da manhã de 1.º de março, no entanto, a guarnição, às ordens do Coronel João Pereira Vilaça, depôs a Câmara e a Junta, aclamando nôvo Govêrno, sob a presidência de D. Romualdo Antônio de Seixas, tido como simpático à causa reinol. Os militares em armas lançaram proclamação, explicando o movimento. Os nacionalistas mais conhecidos e visados foram presos; Batista Campos e alguns outros, contudo, conseguiram fugir, escapando à sanha dos vencedores do momento. Confiscada a tipografia onde se imprimia O *Paraense*, foi êste substituído por O *Luso-Paraense*, sob a direção de José Ribeiro Guimarães, o denunciante dos irmãos Vasconcelos. Vencida a partida?

Pouco antes dêsses sucessos, estivera em Belém um agente de José Bonifácio, de nome José Luís Airosa. Procurado intensamente, não foi encontrado. Um grupo de comerciantes portuguêses, entusiasmados com o êxito fácil do pronunciamento armado, organizou-se em "Guarda Cívico-Nacional Voluntária de Cavalaria da Cidade".

O movimento de 14 de abril

Às 4 horas da manhã de 14 de abril, todavia, parte do 2.º Regimento de Infantaria, sob o comando do Capitão Boaventura Ferreira da Silva, que dêsse modo procurava cumprir o que fôra assentado em reuniões havidas na residência do emigrado italiano João Batista Balbi e resultara de compromissos assumidos com Airosa, atacou o quartel de artilharia, de que se apoderou. No 3.º Regimento, o movimento começou a alastrar-se, mas foi dominado. À frente de contingentes fiéis, o Tenente-Coronel José Antônio Nunes enfrentou os rebeldes perdendo a vida. O pronunciamento foi, porém, vencido. A 14 de abril, em Muaná, na Ilha do Marajó, rebeldes que haviam escapado de Belém, apoderando-se da vila, proclamaram a Independência, mas a 7 de junho sofreram derrota final. Os focos de Santarém, Cametá, Macapá, Monte Alegre e Vigia, onde a idéia de independência crescia, não puderam assumir atitude imediata. Para o interior foram então deportados os elementos apontados como suspeitos. Produziu efeitos contrários. Porque onde chegavam, os deportados criavam novos núcleos de conspiração.

A 16 de maio, uma Junta de Justiça proferiu sentença, condenando à morte os implicados no movimento de 14 de abril. D. Romualdo de Seixas,

discordando da sentença, reuniu em palácio grande assembléia que decidiu opor-se à execução dos rebeldes, comutando a pena em degrêdo para Portugal. Na galeota *Andorinha do Tejo* seguiram para Lisboa, a fim de serem recolhidos à prisão de S. Julião da Barra, 267 patriotas, dos quais 217 militares e 50 civis.

A reação de Moura Moura e seus simpatizantes exasperaram-se. Sentiram que lhes fugia das mãos a Amazônia. As medidas de exceção que tomara não pareciam de efeitos certos. Apelaram para o comércio, a fim de ter recursos para a ação militar. E para o interior expediram, continuadamente, fôrças volantes que deveriam destruir mocambos de escravos que continuavam a fugir aos senhores, criando intranqüilidade. As notícias que chegavam ao Maranhão eram, ademais, alarmantes. Como solução imediata, de natureza política, propondo a situação para Lisboa, o Brigadeiro sugeriu a criação de uma Regência, que governasse a Amazônia e o Maranhão, restaurando-se o antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão. O deputado João Francisco de Oliveira apresentara às Côrtes, em março, um projeto, que recebera o aplauso das representações do Pará e Rio Negro, estabelecendo um govêrno autônomo no extremo-norte, tipo vice-reinado.

Com a chegada de D. Romualdo de Sousa Coelho, vindo de Lisboa, estourou a nova sensacional: restabelecera-se o absolutismo em Portugal. O Brigadeiro viu o momento oportuno para uma ação decisiva. D. Romualdo Antônio de Seixas precisava, porém, de maioria decisiva. E com a ajuda de pessoas ponderadas, conseguiu, em reunião realizada em palácio, que se adiasse qualquer decisão, aguardando informações oficiais do Reino. É preciso registrar que em Belém se haviam efetuado novas eleições (5-1-1823) para a representação em Lisboa, agora não mais para as Côrtes, mas para a Assembléia Legislativa que sucedera àquelas como órgão parlamentar normal no sistema político que constava da Carta Constitucional portuguêsa aprovada. Haviam sido eleitos Francisco da Silva Moreira, Mateus Valente do Couto, professor de Matemática em Lisboa, José Joaquim Martins, vigário da freguesia de Santana, e Francisco José Rodrigues Barata, coronel do 2.º Regimento de Linha.

A Amazônia era, assim, a êsse tempo, o único trecho da nação brasileira que se mantinha em ligação política com a metrópole, possuída pelos que dispunham do poder, que insistiam em ignorar que o Brasil já se desligara da subordinação e se constituíra em Império soberano. Os deputados paraenses e rio-negrinos haviam sido dos poucos que deixaram de abandonar Lisboa para integrar-se no movimento nacional que levara ao Sete de Setembro. A Junta, em demonstração de fidelidade, repelira o convite formulado, em nome de D. Pedro, por José Bonifácio, para que a Amazônia se reunisse às demais unidades na composição do Império.

A missão de Grenfell

Seis dias decorridos da reunião (11 de agôsto), fundeava no pôrto de Belém o brigue de guerra *Maranhão*, sob o comando do Capitão John Pascoe Grenfell. Arvorava o pavilhão brasileiro. Vinha em missão do Almirante Cochrane, que ficara em S. Luís. À altura de Salinas, recebera prático da barra, um caboclo paraense que concordara em trazê-lo ao fundeadouro da capital.

Grenfell intimou a Junta a aceitar o fato consumado da Independência. A cidade movimentou-se. Os nacionalistas, que já preparavam nôvo pronunciamento armado e já haviam expedido para o Rio, a fim de solicitar recursos visando à derrocada dos elementos portuguêses, os patriotas João Alberto Aires Carneiro, Joaquim de Macedo e José Batista da Silva, entraram a agir. O Brigadeiro, de seu lado, procurou manter-se com os seus comandados em ação. Convocou a oficialidade e a Junta para o quartel-general. A Junta recusou comparecer. Uma assembléia que reuniu à noite, no palácio governamental, decidiu aceitar a Independência. Votaram contra, o Brigadeiro Moura e o Tenente-Coronel Teodósio Constantino de Chermont. O Brigadeiro não se conformou, no entanto, com a derrota. Tentou articular um movimento de reação, com a cooperação financeira de comerciantes portuguêses. Descoberto o plano, foi prêso, juntamente com o Coronel Pereira Vilaça, sendo recolhidos ambos ao brigue *Maranhão*.

A 15 de agôsto, em ato solene, na sala dossel do Palácio do Govêrno, Belém prestou o juramento de fidelidade ao Imperador e de integração da Província ao Império. Seguiu-se Te-Deum na Catedral.

*
* *

Os dias que se seguiram ao juramento de fidelidade

Os primeiros tempos da vida amazônica, logo após a incorporação ao Império nascente, foram tempos de provação. A ordem pública estêve alterada, tanto em Belém como no interior. Em Belém, porque o elemento reinol, isto é, português, não se retirava das coisas públicas, forçando uma presença considerada extemporânea, nos quadros da administração. Os portuguêses representavam o poder econômico. Eram êles os comerciantes, os proprietários rurais, os latifundiários, diríamos hoje, dispondo, assim, de recursos em dinheiro essenciais na partida que se estava a jogar. A própria tropa, de certo modo, ainda mantinha, em seus quadros, muita gente ligada a Portugal ou lá nascida.

A Junta que governava a Província, após a solenidade do juramento de fidelidade a S. Majestade D. Pedro I, passou a estudar a própria situação em face do momento. Deveria permanecer à testa da administração pública ou providenciar para a constituição de nôvo govêrno?

Com as demais autoridades presentes ao juramento de fidelidade ao Imperador, a Junta deliberou "transformar a assembléia em um grande Conselho Deliberativo para receber alvitres e tomar decisões".

"Formado o Conselho, apresentaram vários cidadãos uma representação que pediram fôsse lida antes de qualquer resolução. Atendendo ao requerimento, mandou o presidente proceder a sua leitura, depois da qual o capitão da segunda linha José Ribeiro Guimarães propôs uma indicação que prevaleceu. Resumia-se esta na convocação da assembléia dos eleitores da Capital, para escolha por meio de listas (cédulas), de uma nova Junta de Govêrno, a constituir-se de um presidente, de um secretário e três vogais, indicando cada lista o cargo e o nome do votado, sendo o pleito efetuado perante o Senado da Câmara como mesa eleitoral apuradora e reconhecedora. A eleição deveria ser marcada para o dia seguinte e apurada imediatamente, para ter lugar a posse no dia 18 de agôsto."

Feriu-se o pleito em meio à agitação partidária. De um lado formavam os patriotas, cheios de entusiasmo, dispostos ao ajuste de contas de que se entendiam credores fartos de razões. De outro lado, o elemento reinol, assustadiço, mas irritado. Terceira corrente, a dos moderados, orientada pelo bispo D. Romualdo de Sousa Coelho, via o momento em suas côres graves. Pendia, por isso mesmo, para uma harmonia da família regional.

Batista Campos e Félix Antônio Clemente Malcher, êste porta-bandeira, com o nome inscrito entre os exaltados da Independência, dirigiam a primeira facção. A Junta deveria constituir-se, propagandeavam, com os elementos reconhecidamente brasileiros. Chegara a hora de entregar-se a Amazônia aos seus filhos. Mas o prestígio dos exaltados não se apresentava forte. Os moderados pareciam dispor de maiores recursos. E certamente por sentirem a possibilidade da derrota, aquêles passaram a uma atividade criminosa. Fraudaram escandalosamente a eleição, apoderando-se de cédulas que continham nomes de moderados e de reinóis, para substituí-los pelos de seus candidatos. Trocaram-se doestos ,agitou-se a assembléia, que tomou aspecto tumultuoso, abandonando-a "os cidadãos mais respeitáveis", narra testemunha ocular, "para não sofrerem em suas pessoas".

Mesmo assim, a vitória não foi conquistada pelos jacobinos. Saíram eleitos, presidente, Coronel Giraldo José de Abreu, moderado; secretário, Capitão José Ribeiro Guimarães, que denunciara os irmãos Vasconcelos e agora conchavava com os nativistas; vogais, Batista Campos e Clemente Malcher, exaltados; e Capitão João Henrique de Mattos, moderado, conquanto suspeito de não simpático aos reinóis.

A Junta Provisória do Govêrno-Geral da Província do Pará, como passou a chamar-se a nova administração, foi empossada a 17 de agôsto. Constituída de figuras heterogêneas pela ideologia que as distinguia, fatalmente teria de haver-se com embaraços quase irremovíveis. Ninguém admitia ilusões. Cedo ou tarde começaria a anarquia.

Primeiras obras da Junta

No intuito de recompor a situação, que se apresentava assim delicada, o Coronel José de Araújo Roso e o Tenente-Coronel Ambrósio Henriques da Silva Pombo, homens da melhor sociedade, abastados, de honrosas tradições, promoveram uma indicação aos novos governantes no sentido de se esquecerem rivalidades, malquerenças, para o bem da coletividade. Mas o jacobinismo intransigente dos patriotas não concordou com a indicação, sugerindo, em contraposição,

"o afastamento e destituição dos cargos públicos de todos os portuguêses aderentes e dos próprios brasileiros, antes ligados à causa portuguêsa, indicando desde logo a demissão imediata de quarenta e um oficiais de 1.ª linha, vinte e quatro de milícias, cinco empregados da Junta de Fazenda e da sua Contadoria, cinco da Alfândega, cinco dos armazéns, bem como dos quatro administradores do sêlo, do correio, das dízimas e das fazendas de gado."

A Junta não agiu pendendo por êste ou aquêle grupo. Procurou contemporizar, decidindo adiar a solução do assunto. Política maneirosa, que não agradou, porém, pois todos julgavam necessário um pronunciamento aberto por êste ou aquêle partido. Logo a seguir, a 20, deu a Junta um ar de independência mandando repor a Câmara Constitucional que os militaristas do Brigadeiro Moura e Coronel Vilaça tinham violentamente, a 1.º de março, feito substituir pelos que os acompanhavam nas dedicações a Portugal.

A 21, no entanto, o corpo de artilharia rompeu as hostilidades, contra o Major Antônio Ladislau Monteiro Baena e outros oficiais da unidade. Baena era português, boa expressão de cultura, geógrafo, historiador, autor, mais tarde, do *Ensaio Chorographico* e do *Compêndio* das *Eras,* livros fundamentais para o conhecimento das origens amazônicas. Com um passado de serviços à região, mas intransigente nas suas convicções políticas. Acusavam-no, e aos outros, de andar envolvido em conspiração contra o regime. Acusavam-nos "de maquinar a deposição da Junta Provisória". Houve o inquérito de lei. O que ficou apurado, dos depoimentos de testemunhas naturalmente suspeitas ou sob a influência do meio no momento, examinado depois pela Relação do Maranhão, para onde apelaram os réus, foi, pelo tribunal, tachado de monstruoso.

O atentado a Grenfell: o caso das prêsas de guerra

O certo, porém, é que na noite dêsse mesmo 21 de agôsto, Grenfell foi vítima de um atentado. Um embuçado, no momento em que o comandante inglês tomava o escaler para regressar ao seu navio, feriu-o a "arma branca curta", nas costas. Belém alarmou-se. Segundo uns, o marujo inglês sofria as conseqüências de suas arbitrariedades, apoderando-se das embarcações surtas no pôrto como prêsas de guerra. Para outros, tratava-se, inegàvelmente, de um episódio da conjuntura dos portuguêses contra a independência.

É o momento de estabelecer a verdade quanto ao caso das prêsas de guerra. Grenfell não foi o pirata que aparece na história, ao tempo de sua estada nas águas guajarinas. Muito ao contrário, procedeu com lisura, obedecendo a certas ordens de Cochrane. Certas ordens. Porque, ao invés de apoderar-se das embarcações portuguêsas, fundeadas no pôrto de Belém, como lhe autorizavam as instruções de Cochrane, apresou-as de acôrdo com a Junta, o ouvidor da comarca da capital, a comissão do almirantado organizada para decidir sôbre as prêsas, de acôrdo, ainda, com o juiz da alfândega, então José Tomás Nabuco de Araújo, que viria a ser avô de Joaquim Nabuco, tudo se processando dentro das normas jurídicas, sem as precipitações tão comuns em momentos como aquêles.

O que se infere da leitura dos cronistas da época e das peças documentais que nos restam, é que Grenfell, pela manha posta em prática para integração da Amazônia ao Império, criou tremenda animosidade entre os portuguêses, irritadiços, inconformados. Eliminá-lo deve ter-lhes parecido a vingança melhor. Do pensamento passaram à execução.

Movendo-se em tômo do momentoso caso, a Junta determinou rigorosa devassa, sendo pronunciados os comerciantes Marcelo José Fernandes e Domingos de Almeida e Silva e dois marinheiros do brigue *General Noronha*, há pouco entrado do Tejo.

Outro pronunciamento

Tudo isso foi criando uma insatisfação inquietante. Falava-se sem rodeios em revolução. Os exaltados não escondiam os seus ressentimentos em face da permanência de portuguêses, suspeitos, nos cargos públicos. Nas próprias reuniões do Govêrno, cessara a harmonia que a princípio parecia reinar.

A festa comemorativa do aniversário de D. Pedro (13 de outubro) correu sem incidentes. Embora circulassem os boatos mais aterradores. "Na noite do dia 15, quando dava dez horas o relógio da Catedral, ouviu-se tocar rebate no quartel do segundo regimento". Um foguetão cortara os ares pouco antes. O Segundo Regimento de Artilharia rebelara-se. As demais unidades aderiram. Foi deposto o Coronel Giraldo José de Abreu, que presidia a Junta, sendo aclamado, para substituí-lo, o Cônego Batista Campos, que foi trazido de casa por um piquete de cavalaria.

Cêrca de três mil pessoas, aglomeradas em frente ao palácio governamental, deram a sua solidariedade ao pronunciamento. Dava-se, como razão da quartelada, "a demora em atender e resolver sôbre as demissões requeridas à Junta do Govêrno pelos chamados militares".

A figura de Batista Campos, seu líder

Batista Campos, ânimo impetuoso, palavra eloqüente que agitava as massas, teria sido a alma do movimento, afirmou-se logo. Preparara-o com Malcher e outros, vencendo a indecisão de uns e a serenidade de muitos. Ambicionando a direção da Junta, escreveu-se, tinha-a agora para a orientação

que desejava, na política de hostilidades ao reinol, de cujas perseguições não se mostrava esquecido.

Uma vez empossado, cuidou em fazer serenar os ânimos, prometendo atender às exigências dos levantados, determinando à tropa o regresso ao quartel, o que não pôde conseguir de todo. Durante a noite registraram-se excessos, arrombadas e saqueadas casas de portuguêses. A turba desenfreava-se "em graves atentados contra o sossêgo público".

Essa excitação prosseguiu no dia e noite seguintes. O alarme foi geral. O comércio fechou. Batista Campos, o caudilho da hora, sem a colaboração dos colegas da Junta, agiu nervosamente, excluindo os oficiais apresentados como inimigos da Pátria e ordenando-lhes a expulsão da Província, juntamente com os civis arrolados no mesmo crime. Em breve, porém, o próprio Batista Campos, que providenciara para a restauração da ordem pública, compreendeu que cedera demais. Os excessos dos amotinados tomavam um aspecto de alta gravidade. Já não lhe atendiam às ponderações. O meio para contê-los, já que a própria tropa participava do desenfreamento, foi o apêlo a Grenfell. Batista Campos julgou-se impotente.

O comandante do *Maranhão*, no primeiro momento do levante, comparecera ao local dos sucessos, mas se retirara imediatamente para o seu navio. Chamado a restabelecer a ordem, não se demorou. Deu desembarque com a sua marujada e a dos navios mercantes surtos no pôrto, iniciando o desarmamento e prisão dos agitadores. Na execução da providência, envolveu quantos encontrou pelas ruas de Belém. Severo, habituado à disciplina, decidiu da situação com a energia de sua ação pronta e eficaz. Foi violento.

Batista Campos, figura central dos acontecimentos, no entender de seus colegas de administração, no entender de Grenfell, por solicitação dêste foi prêso, em casa, onde se recolhera, à ordem da Junta, em nome de D. Pedro. Conduzido a um navio, o *Maranhão*, após o processo conveniente foi remetido para o Rio de Janeiro.

Dos amotinados, cinco, cabecilhas, padeceram a pena do fuzilamento. Os demais, em número de 256, recolhidos à prisão ,tentando sublevar-se foram passados, a pedido da Junta, para bordo do *Diligente*, que tempos adiante se chamaria *Palhaço*. Ali, segundo a tradição, sedentos, fechados no porão, sem ar, agitaram-se, no desespêro, uns contra os outros. Tentaram mesmo subir ao tombadilho. A guarnição tiroteou-os após lhes ter dado a beber a água de uma tina. A seguir, fala aqui a tradição, de vez que os documentos silenciam sôbre o episódio, lançou-lhes cal. Pela manhã de 22, havia com vida apenas quatro indivíduos.

Para uns, encontramos em Batista Campos a direção, a autoria intelectual do levante. Outros procuram inocentar o sacerdote, atribuindo-lhe impotência para conter os sucessos. Batista, no Rio, acusado impiedosa-

mente, defendeu-se de tudo. Na barra do tribunal e nos panfletos que fêz circular. Submetido a julgamento, obteve absolvição. O processo que lhe moveram em Belém, naturalmente sob o deflagrar de paixões insopitadas, não resistiu ao exame dos funcionários de justiça da Côrte.

Batista Campos, percebe-se, porém das próprias defesas que circularam ao tempo de sua prisão na Côrte, algumas da lavra de Patroni, seu velho amigo, foi o animador da explosão, senão diretamente, pelo menos com os gestos que vinha exibindo nas reuniões da Junta, gesto que alentaram os extremistas. Não teve fôrças para conter, depois, os arruaceiros. Responsável moral pela atitude que assumira no govêrno, compreende-se esta atendendo-se ao estado de ânimo em que vivia a Amazônia. Batista Campos não conseguira vencer os ódios que votava aos seus algôzes de ontem. Batista Campos, para os exaltados, era a figura máxima, capaz de materializar-lhes as aspirações violentas. Vinha das agitações da Independência. Naturalíssimo que o fôssem buscar para dirigir a Província e ajustar contas com os dominadores de ontem.

Quanto aos horrores do *Palhaço*, circulou que a água fornecida aos prisioneiros fôra envenenada e a Grenfell cabia a responsabilidade do trágico acontecimento. O marujo inglês protestou enèrgicamente. A Junta mandou abrir a devassa costumeira. E de seu lado, eximiu-se de culpa e pena, lançando proclamação ao povo.

Alastra-se o movimento de revolta pelo interior

O rigor trágico da lição sangrenta não conseguiu, contudo, implantar a normalidade. Ao contrário, mais carregados ainda ficaram os ânimos. A própria Junta, pronunciando-se sôbre a atmosfera carregada que se observava, confessava:

"sentimos não poder afirmar, que a tranqüilidade está inteiramente restabelecida porque ainda temos a temer, principalmente a gente de côr, pois que muitos negros e mulatos foram vistos no saque de envolta com os soldados, e os infelizes que se mataram a bordo do navio, entre outras vozes sediciosas deram vivas ao Rei Congo, o que faz supor alguma combinação de soldados e negros".

Pelo interior começava a lavrar intensa agitação. Porque o elemento nativo não admitia, positivamente, o reinol nas posições. Os incidentes entre ádvenas e nativos amiudavam-se. A campanha jacobina tomava vulto, irradiando ràpidamente. As populações nativas esperavam, com a Independência, uma liberdade completa. "Liberdade constitucional mal entendida", dir-se-ia mais tarde. No entanto, continuava o regime da escravidão, das violências. Em Cintra, por exemplo, "verificaram-se verdadeiros atentados à liberdade dos naturais", que reagiram, registrando-se cenas violentas.

Nos municípios de Tocantins, na zona bragantina, no Marajó, a exaltação tomava corpo. Para lá tinham fugido os que conseguiram escapar ao

regime de ferro do recrutamento ordenado pelo Brigadeiro Moura. Os sucessos do *Palhaço*, naturalmente narrados com excessos, vieram aumentar a excitação. Nas suas explosões, os nativos já se viravam contra os brancos, que lhes pareciam, pela pigmentação, reinóis ou adeptos dêles. Continuava, ademais, a agitação provocada pelos escravos, que não cessavam de fugir.

Em Cametá, desde a adesão à Independência, observava-se grande nervosismo nos habitantes. Os nacionais tinham impôsto a demissão sumária dos *estrangeiros*, que exerciam função pública. Repetiam o episódio de Belém. A parcialidade cristalina do juiz Joaquim Correia da Gama e Paiva, português, enviado pela Junta para conhecer dos sucessos, dera fôlego aos reinóis, que se mostravam arrogantes, como se o Pará ainda fôsse domínio de Portugal. Justamente ali se tinham formado, em maior porção, os mocambos dos negros que fugiam contagiados pelas idéias de liberdade pregadas por Patroni e pelos continuadores de sua ideologia social. Os ressentimentos dos cametaoaras com os reinóis vinham de mais longe, é certo, mas avultavam agora. Cametá vivera, até a hora da Independência, momentos cheios de dúvidas. As atitudes violentas do povo, esclareciam os responsáveis pela ordem pública, eram "apoiadas pela dolorosa experiência, das injustiças e despotismo que o mesmo povo tem sofrido das depostas autoridades".

Com a chegada dos fugitivos das refregas de outubro em Belém, espalhara-se que tudo quanto estava ocorrendo obedecia ao plano de restabelecer a condição de colônia. Cametá insurgiu-se, sob o comando do Capitão-de-Milícias, José Francisco Alves.

A Junta de Belém alarmou-se. Não se sentia segura, pelo que ocorria fora da capital nem pelo que percebia prestes a dar-se ali. A excitação era grande. A tropa, contaminada, não merecia confiança. Para o ministro do Império, a 3 de novembro, traçando um panorama da situação crítica do extremo-norte, a Junta expusera, circunstanciadamente, a hora delicada que vivia, assinalando, quanto às condições econômico-financeiras, que os cofres imperiais estavam exaustos pela estagnação do comércio e outras causas. Uma assembléia de notáveis, reunida a 19 de janeiro de 1824, para deliberar sôbre o momento, concorreu para proclamar o estado de alarma, em que se estava, reafirmando, todavia, confiança aos homens do Govêrno.

A quartelada do trem de guerra e a ascensão de Malcher

A 26 de janeiro de 1824, registrou-se, porém, a quartelada do trem de guerra. O Major Inácio Pereira, que o comandava, dizendo-se em nome do povo, intimou a Junta a demitir-se. Propusera a entrega do govêrno a Grenfell. Êste negou-se peremptòriamente a aceitar o cargo. Pretenderam os levantados organizar nova Junta. A situação ficou momentâneamente dominada com a prisão dos facciosos, dominados com o

apoio votado pela Câmara de Belém à Junta enfêrma. Dias depois, no entanto, a 31, Clemente Malcher exigiu, com aprovação de seus colegas, que nenhum dos membros da magistratura fôsse designado para a devassa sôbre os fatos de 26, por suspeitos, todos, de adeptos da corrente reinol. Principalmente contra Gama e Paiva se atirou a indignação de Malcher. Realmente, Gama e Paiva era um europeu que odiava os brasileiros e procurava diminuir a Junta, promovendo tôda sorte de embaraços ao nôvo regime.

Não morreu, nesse gesto, todavia, a gravidade da hora. A 6 de fevereiro, realizando os objetivos de Batista Campos, o mesmo Malcher, agora à testa da coluna intransigente, impôs a demissão de 101 oficiais e funcionários portuguêses, afirmando a existência de um partido que tramava reduzir a Amazônia a colônia de Portugal. Atenderam-no. A pátria estava em perigo. E na medida, a salvação da Província: "único meio de a salvar da iminente ruína", esclarecia o chefe exaltado.

Ribeiro Guimarães e o Dr. Correia de Lacerda, que substituíra Batista Campos na Junta, sentiram-se, então, à vista do que ocorria, no dever moral de renunciar, o que não foi aceito. Malcher, depois dos sucessos que terminaram pela prisão de Batista Campos, em reunião do Govêrno, a 20 de outubro, convém conhecer-se o episódio, acusara com energia os colegas. Detivera-se na pessoa do Presidente Giraldo de Abreu, emprestando-lhe a culpabilidade de todos os horrores que já envolviam a Província. Malcher, outra personalidade singular, não escondia suas idéias. Dispondo a seu talante da Junta, começou a realizar o que Batista Campos não pudera. Atendia aos reclamos da massa popular de sua terra, que refletia, no fim de contas, o ambiente carregado das demais unidades do Império.

O bombardeio de Cametá e suas conseqüências

Dois barcos de guerra, em novembro, sob o comando do Tenente Victor James Subrá, imediato de Grenfell, no *Maranhão*, enviados com um parlamentar da Junta, o Capitão Fernando Ferreira Ribeiro, fugindo às instruções para promover, em benefício da paz, entendimentos com os levantados, tinham bombardeado Cametá, provocando verdadeiro pânico e a evacuação da vila. Resultara, passado o primeiro instante da violência, um estado de alarme que levara os patriotas, reunidos nas proximidades da vila, a decisões extremas, travando-se um encontro entre legais e revolucionários, com a vitória dêstes, que dispunham de efetivos superiores a dois mil indivíduos. Na sede do município, os legais, para se defenderem, tinham aberto trincheiras nas ruas. Reinóis, de braço com os legais, davam-se ares de donos do lugar, o que mais ainda exasperava os exaltados. Ao chamado às armas das autoridades governistas ninguém se apresentava para combater contra os patriotas.

Os excessos, afinal, se haviam avolumado. Os barcos de guerra pouco efeito produziram, todavia, sôbre as hostes rebeldes. Porque estas

tinham ocupado os barrancos do rio, que eram muito altos. As balas dos canhões apenas os furavam e, quando a artilharia atirava em elevação, atingia o cimo das árvores.

A essa altura, agentes de Cametá tinham obtido a solidariedade de Baião, Oeiras, Portel, Melgaço, Anapu, Igarapé-Mirim, Moju, Conde, Beja e Marajó, celebrando-se um acôrdo para salvar a Província dos homens que representariam o passado. Os que faziam a revolução eram lídimas expressões da sociedade local e dispunham, para a atitude que assumiam, do apoio da massa popular. Cametá, encabeçando-a, traduzia, encarnava, a vontade das populações da Provínvia. Os patriotas de Cintra, também em armas, em exposição-protesto, riscando o quadro das próprias atribulações e anseios ,tinham riscado um retrato das atribulações e anseios, que tôda a Província conhecia.

D. Romualdo de Sousa Coelho, em nome de Deus e dos homens, servindo-se de seu imenso prestígio entre as massas de Cametá, de onde era filho, com delegação das autoridades constituídas, procurou pessoalmente apagar a fogueira, indo ao encontro dos revolucionários. Lançou-lhes, a 5 de dezembro de 1823, uma longa e santa pastoral, pedindo-lhes serenidade. O efeito fôra milagroso. "logo tudo mudou de face, recolheram-se alegres e satisfeitos os chamados facciosos, desfez-se a reunião dêles, apresentaram-se muitos desertores e tôda vila só respirou alegria e muita satisfação". Violências de legalistas, quando ajustada a obra de paz, provocaram, porém, o fracasso da missão de D. Romualdo. Em S. Caetano de Odivelas, onde a agitação vinha, também, das horas movimentadas da Independência, chocavam-se os rebeldes, senhores da vila, e as fôrças de Vigia, que se pronunciara contrária ao movimento. Em Cintra, cujos revolucionários tinham marchado sôbre Salinas, o Cônego André Fernandes de Sousa, vulto de destaque nas letras amazônicas, futuro vigário-geral do Alto Amazonas, maneiroso, conseguiu persuadi-los de que não deveriam continuar em armas. Êstes os dois únicos triunfos alcançados pelo Govêrno. A anarquia começava a estender-se pelos demais pontos da hinterlândia.

Grenfell deixa o pôrto de Belém: ameaça de guerra civil

Justamente em instante tão delicado (4 de março) John Pascoe Grenfell deixou o pôrto de Belém, obedecendo ao chamado de Cochrane, então em S. Luís. Grenfell preparara, de acôrdo com o Govêrno, uma grande expedição para vencer a insurreição cametaoara. Concertara a providência em nova assembléia de notáveis, a 14 de fevereiro. Cinco barcos de guerra e navios-transportes, conduzindo as tropas disponíveis, deviam, com elementos enviados de outros pontos da Província, impor a ordem e vencer o movimento. Na fôrça naval depositavam-se grandes esperanças. A retirada do bravo marujo inglês surtiu o efeito de uma bomba. Abalou profundamente.

Tanto a Junta como a Câmara de Belém ergueram o seu protesto. Enèrgicamente, depois de terem intimado Grenfell a permanecer em Belém, responsabilizando o comandante da frota pelas conseqüências danosas que logo se imaginaram, apelando para os seus sentimentos cívicos e humanos e denunciando-o, por fim, aos ministros do Império, da Guerra e da Marinha. A tudo Grenfell fôra indiferente. As ordens de seu superior valiam-lhe mais: "nada me pode induzir a faltar às ordens imperiais com que eu estou confiado". Na assembléia de 14 de fevereiro, proclamara-se "por voto geral, que a Província se achava em perigo iminente de ser desmembrada do Império". Devido à maquinação dos portuguêses e às desordens dos conluiados das vilas do sertão. Reconhecia-se a existência de duas facções, que causavam a desordem: de um lado, os reinóis, de outro os patriotas extremistas. Agora, mais que nunca, prenunciava-se êsse desmembramento, guerra civil, cuja sombra tanto vinha alarmando o Govêrno. Comerciantes inglêses que compunham, desde novembro, um destacamento de cavalaria, para ajudar no policiamento da cidade de Belém, à declaração da Junta, de que não poderia mais garantir a vida e a propriedade de quem quer que fôsse, solicitaram passaportes e retiraram-se para Barbados. Os cofres públicos estavam depauperados e não havia quem dispusesse de capitais, confessava o Govêrno.

Verdadeiramente desesperadora a situação. Ninguém se entendia. A barafunda campeava. A Junta, apesar de integrada por figuras realmente notáveis no meio amazônico, não estava à altura do momento. Clemente Malcher, com sua política extremista, arrastava-a a fraquezas comprometedoras. Invocando, do ministro do Império, a ajuda necessária, a Junta apontaria o momento a côres negras: "esta bela e rica Província do Grão-Pará vai tocar a sua última ruína se não é prontamente socorrida de maneira que suspenda a precipitada marcha com que vai a despenhar-se".

Prenúncios de paz

Já a 24 de janeiro enviara a Cametá, em nova missão conciliatória, o Capitão Antônio Ferreira Barreto. Antes, a 29 de outubro de 1823, apelara para a atuação do Tenente-Coronel José Justiniano de Morais Bittencourt, prestigiosa figura da vila, no sentido de cooperar com o Capitão Fernando Ribeiro, o primeiro parlamentar, em tôrno da pacificação. Prometera-se, a êsse tempo, um perdão aos soldados que não fôssem cabeças da tormenta, anistia aos que não tivessem tomado a direção do movimento. Agora, faziam-se novas propostas de amizade. Ferreira Barreto ficara prisioneiro. Não havia confiança na palavra de agentes do poder público. E quanto as propostas? Os rebeldes de Cametá tinham impôsto condições: nova Junta de Govêrno, anistia, pagamento das despesas feitas com o movimento, aprovação de todos os atos da Câmara e demais autoridades da vila, moratória aos habitantes da zona conflagrada, demissão dos portuguêses etc. Foram aceitas, com exceção da mudança do Govêrno. Malcher e outros escreveram aos próceres da insurreição conclamando-os à deposição das armas. Os meios fortes não surtiram efeito.

Atendidos na quase totalidade de suas exigências, os patriotas cederam às solicitações. Belém encheu-se de alegria. *Por três dias, houve luminárias nas casas.* Uma salva de vinte e um tiros deu ao povo a nova da paz.

Mais de mil portuguêses, sentindo o ambiente carregado, hostil, às suas atividades, retiraram-se do Pará, viajando em doze navios mercantes. Dêsses, duzentos e quinze seguiram deportados para Lisboa, pela Junta, a bordo do *Maria*. Cidadãos, para exteriorizarem mais exuberantemente sua hostilidade a quanto lembrasse Portugal, acrescentavam, aos respectivos nomes tirados à flora, à fauna, à gentilidade amazônica, sintoma palpitante do amanhã que se avizinhava. Os jabocinos dominavam.

A paz, todavia, realmente ainda estava por ser alcançada. É que, estendendo-se, a revolução que atingira a chamada região do Salgado, isto é, na terminologia geográfica paraense, a zona dos centros urbanos ligados ao mar, no litoral da Província, atingira por fim o Baixo Amazonas. E já se avizinhava do Alto Amazonas, quando ocorreu o imprevisto.

Novas inquietações e revoltas

Em Santarém, as autoridades locais preparavam-se para reagir. Foi constituído uma espécie de Govêrno Provisório, uma Junta Militar. Em nenhum livro relativo à história da Amazônia há referências a êsse episódio. Nem Rayol, nem Araújo Amazonas, nem os outros cronistas menores, antigos, nem os historiadores modernos, como Hurley ou Ernesto Cruz. Em nenhum dêles encontramos a menção do sucedido. E, no entanto, a documentação é abundante, na seção de manuscritos, da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, onde a compulsamos, faz alguns anos.

A Junta Militar, presidida pelo Tenente-Coronel Francisco Ricardo Zany, que baixara do Lugar da Barra com destino a Belém e fôra surpreendido pela onda revolucionária que avassalava o Baixo Amazonas, movimentou quanto pôde. Chamou às armas as populações dos arredóres. Apelou para o Alto Amazonas, que compareceu imediatamente, atendendo ao pedido, com um forte contingente armado.

Considerando-se em condições de passar à ofensiva, as fôrças de Santarém, Óbidos e Alto Amazonas desceram para enfrentar os rebeldes. Feriu-se o primeiro encontro em Monte Alegre, onde tudo estava preparado para a reação. Na sede do município, aliás, os rebeldes, ao se apoderarem do núcleo, haviam praticado tôda sorte de excessos contra o elemento português que habitava a vila. Apoderando-se dela, na madrugada de 12 para 13 de março, saquearam-na. Mais: três das mais importantes figuras da sociedade local foram assassinadas, seus corpos retalhados e a seguir amarrados a rabos de cavalos e arrastados pelas ruas do pequeno burgo. O ataque dos santarenos a Monte Alegre ocorreu à madrugada de 20 de março. Três horas. Aguardando o romper do dia para atuar, a fôrça atacante não soube aproveitar a oportunidade da escuridão e a surprêsa. E o resultado foi ter sido atacada com tal impetuosidade que dis-

persou, abandonando o teatro das operações, as armas e perdendo muitos mortos, inclusive um tenente. Havia nas suas fileiras 30 feridos.

Com a chegada de reforços vindos do Rio Negro, inclusive artilharia, três escunas armadas em guerra, pessoal bastante, mais reforços da vila de Óbidos e do Tapajós, Monte Alegre passou a ser bloqueada. Os ataques armados eram fortuitos. Mas as fileiras rebeldes engrossavam. Tudo prenunciava um encontro de grandes propoções. A presença de um nôvo comandante da expedição punitiva, o Tenente-Coronel José Coelho de Miranda Leão, que seria raiz de um dos clãs mais expressivos da vida amazonense, homem decidido, mas ao mesmo tempo com a capacidade para os entendimentos de paz, consertou-se a situação. E após muita troca de ofícios, muito contato direto, inclusive a ida de Miranda Leão ao quartel-general dos rebeldes, a 9 de junho fumava-se o cachimbo da paz.

A situação na Capital

Em Belém haviam ocorrido, porém, alguns fatos da maior gravidade. Na manhã de 29 de abril, o Coronel Giraldo José de Abreu, presidente da Junta Governativa, e o arcediago Romualdo Antônio de Seixas, contra os quais sempre se erguia a antipatia dos exaltados, tinham sido presos. Passara a substituir o Coronel Giraldo o Dr. Correia de Lacerda. No dia seguinte, tumultuosamente, fôra escolhido um Conselho Provincial que prenunciava uma adesão ao republicanismo que envolvia o Nordeste. Estavam envolvidos na trama os membros da Junta Provisória, exceção do Coronel Giraldo, e marcada para o dia 30 a proclamação do sistema republicano no Pará. Foi quando chegava a Belém, na qualidade de presidente, José de Araújo Roso que trazia instruções especiais do ministro do Império. No Rio, à sua saída, já se conheciam as aflições da Província. O presidente deveria agir enèrgicamente. Para o comando das armas vinha o Coronel José Inácio Borges.

A administração de Roso

Assumindo, a 2 de maio de 1824, a presidência da Província, por nomeação do Imperador, Roso prometeu anistia, aceita por todos os grupos em armas. A revolução, que se propagara a quase tôda a Província, terminava agora realmente. Deu-se um crédito de confiança ao filho da terra que vinha inaugurar a nova fase da vida pública do país no extremo-norte. Embora ligado mais diretamente à corrente reinol, pois descendia de um poderoso comerciante português, não se lhe podia opor qualquer resistência. A Amazônia, pela primeira vez, era confiada a alguém que nela nascera e tinha, portanto, a obrigação de amá-la e servi-la.

Roso, que fôra nomeado a 25 de novembro de 1823, pela legislação em vigor, não devia governar com podêres amplos, mas com podêres que encontravam limitação nas deliberações e sugestões de um conselho, o Conselho do Govêrno, que êle presidiria, mas cujos votos valiam como expressão da vontade popular. Em conseqüência, precisava mandar eleger o Conselho, para o que convocaria o eleitorado de paróquia, do interior

e da capital. Já, porém, adiantando-se, quase precipitadamente, procedera-se à eleição, na capital, dispensando-se a contribuição do interior, sob a alegação de que as perturbações da ordem estavam impedindo qualquer comunicação com êsse mesmo interior para a presença, em Belém, em época imediata, do corpo eleitoral. Na realidade, tal Conselho, escolhido por uma minoria escandalosa, sem o voto dos demais colégios, não apresentava organização amparada em lei, embora os que o integrassem fôssem, na verdade, homens que tinham significação na sociedade, na política e na inteligência regionais.

Roso não quis, no entanto, começar sua administração criando um caso com os homens que possuíam, àquela altura, a direção da vontade coletiva. Embora certo de que o Conselho não estava amparado em lei, para funcionar, não duvidou em aceitá-lo como o organismo legislativo necessário ao exercício de suas funções e à boa marcha dos negócios da Província. E escrevendo para a Côrte, acêrca das primeiras impressões colhidas dos negócios locais, ao mesmo tempo que relatava a ausência de legalidade por que o Conselho fôra constituído, comunicava seu propósito de não o convocar para deliberação, deixando que o tempo se encarregasse de lhe preparar o terreno para uma eleição mais firmada nos dispositivos constitucionais. Para evitar, porém, que se registrasse algum incidente com os membros do Conselho, ordenou que seu vice-presidente, que pela lei seria c vice-presidente da Província, recebesse, dos contingentes militares, as continências e homenagens a que tinha direito. Era uma contemporização ou, mais justamente, uma manobra que desviava de sôbre seus atos qualquer suspeita por parte dos conselheiros, trazendo-os à suposição de que o presidente lhes aceitava o fato consumado da eleição.

A outra fogueira inicial que Araújo Roso teve de saltar, logo no início de sua administração, foi o empossamento do Brigadeiro José Inácio Borges. Argumentava-se que dividir o Govêrno, aceitando a existência de poder civil e poder militar, era como ainda há bem pouco, quando funcionava uma Junta civil e o Comando Militar, representado no absolutismo e na desenvoltura de José Maria de Moura. Inácio Borges não poderia repetir as façanhas de Moura, criando intranqüilidade, abrindo incidentes, procurando imiscuir-se na administração como se êle é que fôsse a autoridade suprema local?

Acedendo aos argumentos de que a "pátria estaria em perigo" se ocorresse a divisão do Govêrno, Roso não opôs resistência à deliberação do Conselho para que Inácio Borges ficasse suspenso dos podêres de comandante militar, percebendo seus vencimentos integrais, até que S. Majestade se manifestasse, aprovando ou não a atitude da assembléia.

Inácio Borges, de seu lado, não correra a quartéis para solicitar a fôrça suficiente a fim de assumir o exercício de suas funções. Homem calmo, com uma experiência dolorosa dos sucessos revolucionários de 1817 no Rio Grande do Norte, preferiu recorrer ao meio hábil dos protestos, solici-

tando, ao mesmo tempo, que Roso lhe dissesse, por escrito, no "verso de sua patente", a razão que havia para seu não empossamento no cargo para que fôra nomeado por D. Pedro I. O Conselho, novamente reunido, manteve sua decisão anterior. E Roso, de acôrdo, recusou satisfazer a solicitação do Brigadeiro.

Pruridos republicanos no Nordeste: a reação de Roso

Pouco depois, começaram a fervilhar, na cidade, os boatos em tôrno aos sucessos republicanos que tinham por teatro Pernambuco e o Ceará. Falava-se na possibilidade de um pronunciamento do Pará, pronunciamento a que não estariam estranhos o comandante Inácio Borges e outros elementos considerados como amigos da desordem e das novidades políticas que começavam a abalar o edifício imperial. Roso sobressaltou-se. Não era um homem sereno para a conjuntura. Suas ligações com os moderados e, de certo modo, com os sebastianistas do momento, talvez lhe trouxessem os receios que o atormentavam e atormentaram durante todo seu govêrno. Demais, veio-lhe às mãos um ofício de Tristão de Alencar Araripe, que subira ao poder, no Ceará, pela vontade dos republicanos. Nesse ofício, Tristão convocava a Amazônia a acompanhar as demais unidades nortistas no seu pronunciamento contra o Império e o absolutismo que Pedro I manifestara com a dissolução da Assembléia Nacional Constituinte.

As notícias que chegavam do interior da Província, contidas na correspondência de comandantes militares e das Câmaras, que na generalidade lhe aplaudiam a ascensão, mas, quase unânimemente, traziam informes circunstadiados do clima pesado que se vivia por todos os cantos da Província, valiam por um retrato da situação delicada que precisava vencer.

Abandonando a política conciliatória de aceitação do fato consumado, Roso ordenou providências imediatas para salvar a ordem, na Capital, e impedir que a propaganda republicana tomasse o vulto que os conspiradores desejavam com tanta sofreguidão. Sua atuação, nesse particular, não foi pequena. Ao contrário, evidenciou-se por certa rapidez e intensidade, culminando na detenção e punição dos que se apontavam como os responsáveis pelo estado de alarme que pairava sôbre Belém, por fim remetidos ao Rio de Janeiro, porque Roso receava deixá-los no Maranhão, onde a paz estava também em perigo e onde, com relativa facilidade, poderiam regressar a Belém.

Inácio Borges, que combatera os republicanos em 1817, mas agora apontado como um dos elementos comprometidos na intentona em preparo, também foi prêso, recolhido à Fortaleza da Barra e após expedido à Côrte. Sua permanência, mesmo em custódia, considerava-se perigosa.

O recurso à imprensa

Uma arma importante para equilibrar ou orientar a opinião seria a imprensa. Já na Província havia evidentes provas dos efeitos das campanhas jornalísticas. Roso sabia disso

muito bem. E decidindo-se a utilizar a máquina poderosa do jornal, chamou para a direção da fôlha oficial, denominada *Verdadeiro Independente*, o arcediago Romualdo Antônio de Seixas, fiado em seu patriotismo, probidade e sabedoria, ao mesmo tempo que entregava a direção material do "periódico" a Antônio Espírito Santo Calças.

O *Verdadeiro Independente* vinha substituir O *Independente*, fôlha que obedecera à direção política do Padre João Lourenço de Sousa e, durante algum tempo, servira aos interêsses do grupo exaltado. Adquirido pela facção moderada, prestaria relevantíssimos serviços, procurando conduzir a opinião pública, salvando-a dos conselhos subversivos dos "republicanos" e dos jacobinos.

Para mantê-lo, sem sangria nos cofres públicos, mesmo diante da necessidade coletiva que valia um imperativo acima de qualquer dúvida, Roso dirigiu-se, por seu secretário, Nabuco de Araújo, às Câmaras do interior ,solicitando que obtivessem o favor das populações mediante assinaturas e contribuições que renderam, por tôda a parte, o suficiente para as pequenas despesas da fôlha, cujas oficinas eram propriedade do Estado.

Os efeitos das publicações dirigidas do *Verdadeiro Independente*, cujo nome já era um reflexo da política de paz e de concórdia que pregaria, se não produziram os efeitos imediatos e com a extensão desejada, não foram de molde a desacreditar-se no prestígio do jornal ou na inutilidade da tentativa.

Incidentes no interior: a ação pacificadora de Roso

Roso, de sua vez, correndo à solução dos múltiplos incidentes que lhe foram chegando ao conhecimento, incidentes entre as facções nas vilas, incidentes entre autoridades, nessas mesmas vilas, incidentes alguns de pequena significação, mas que lhe vinham ao conhecimento através da descrição vincada de paixão dos que acusavam ou dos que se defendiam, aconselhava, advertia, mandava emissários para apurar do fundamento das denúncias, convocava ao bom caminho os desavindos, num esfôrço realmente notável, que se pode examinar do documentário que se guarda na seção de manuscritos da Biblioteca Estadual paraense.

O mais grave dêsses incidentes registrou-se em Turiaçu, então parte integrante do Pará, em agôsto de 1824, quando as populações do núcleo depuseram o comandante militar e, depois de violências contra os elementos brancos locais, apoderando-se de Bragança, que era a sede do Município, mataram o comandante militar Ferreira Barreto, praticando violências de tôda espécie. Bandos de índios das redondezas e grupos de escravos que aproveitaram o momento para ajustar contas com os senhores, uniram-se aos rebeldes. Roso expediu fôrças para combatê-los. Venceu mais essa partida com relativa facilidade.

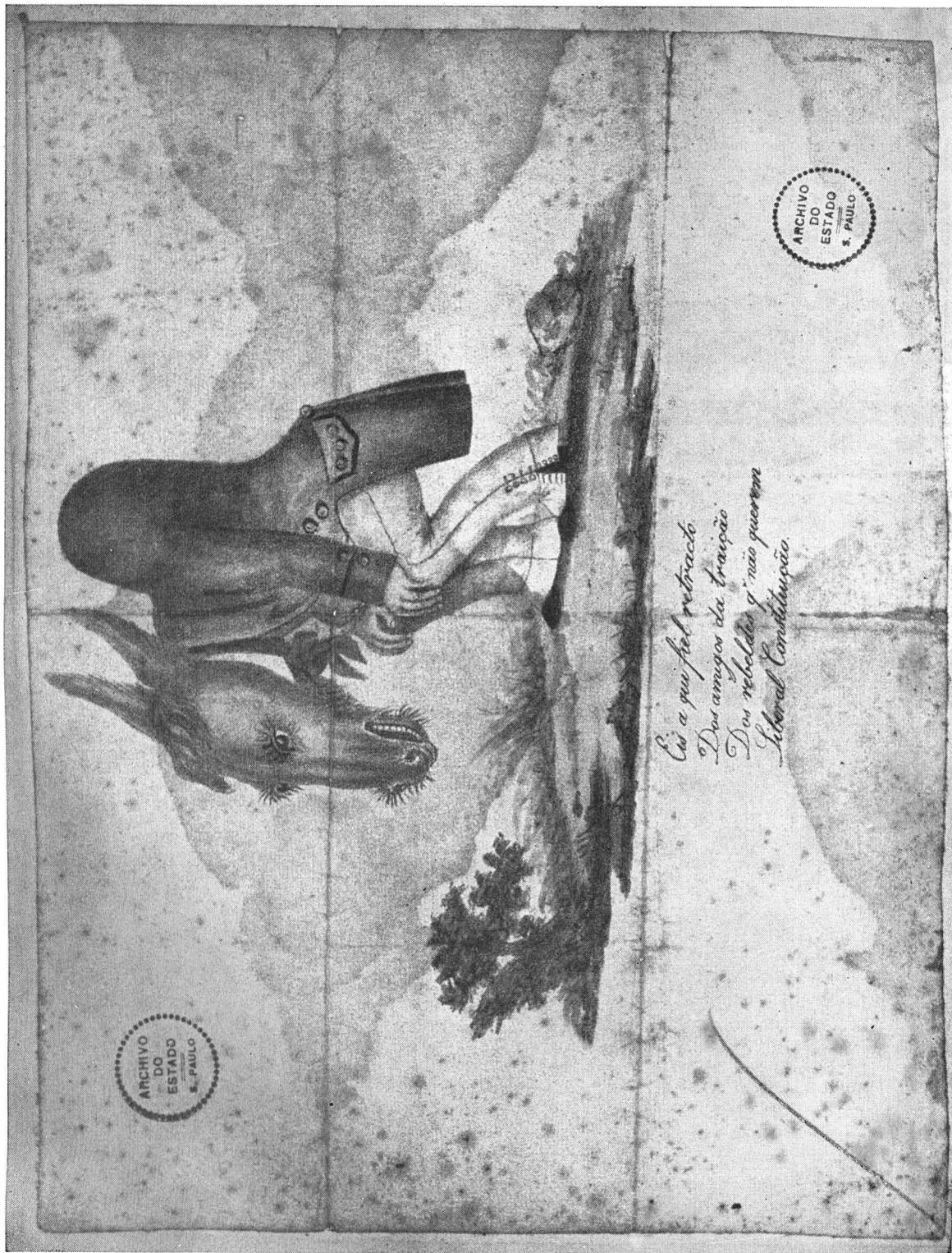
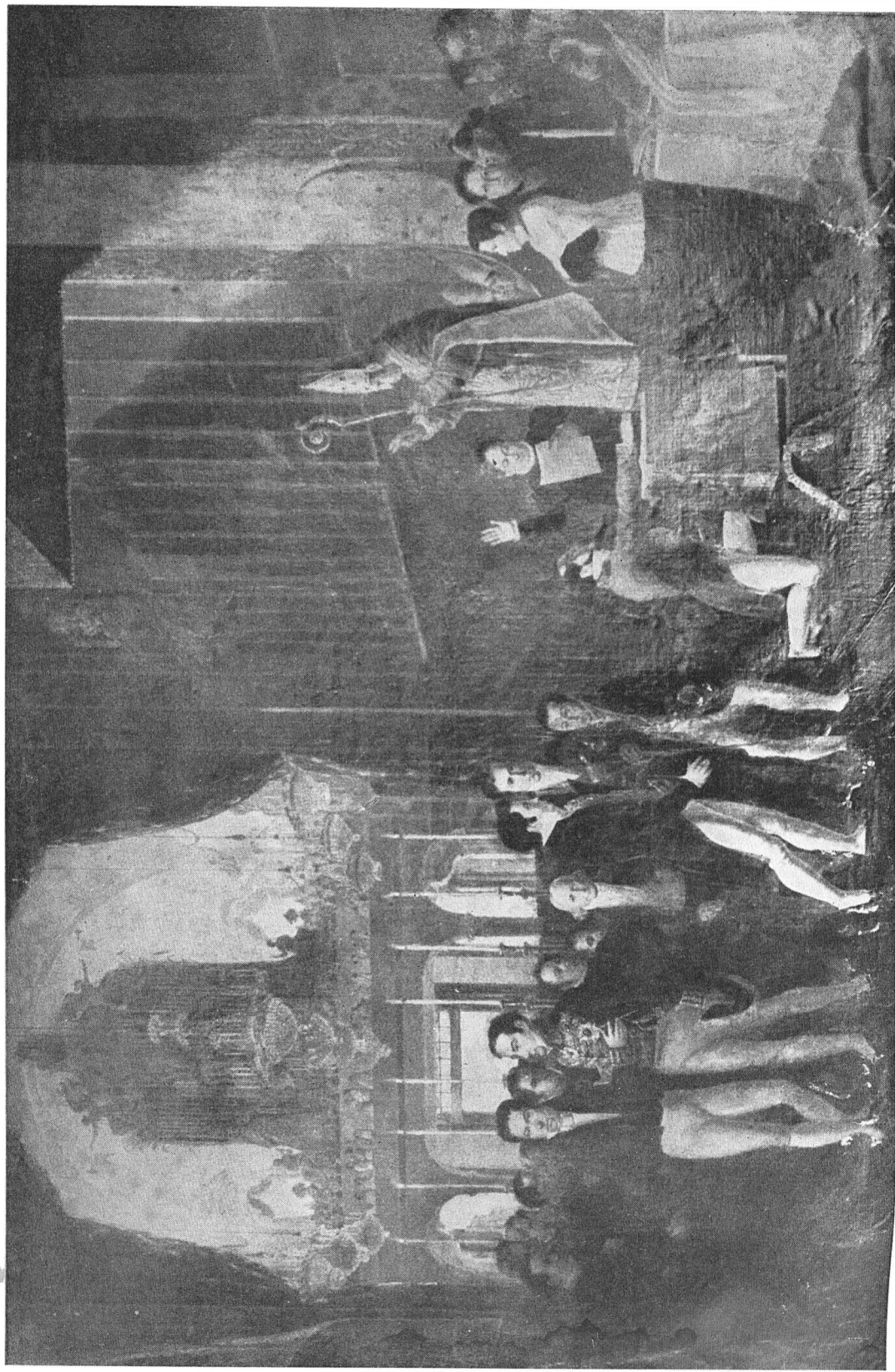
Outros episódios lamentáveis, que falavam expressivamente do estado de espírito reinante ocorreram no Baixo Amazonas, Faro, Óbidos, Alenquer

e Santarém. Incidentes domésticos, resolvidos sem maiores atropelos, mas que exigiram certas providências militares que deram resultado positivo em benefício da paz pública. Era a paz, afinal?

Outra vez, as idéias republicanas

Em agôsto de 1824, Belém voltou a sentir os efeitos das novidades republicanas exportadas de Pernambuco. Nesse mês regressara à Capital paraense o Padre Batista Campos, que vencera a campanha que contra êle tinham urdido junto ao trono logo após o 15 de agôsto de 1823, e trazia o arciprestado da Catedral e a insígnia da Ordem do Cruzeiro que S. Majestade lhe concedera em agradecimento pelos serviços à causa da Independência. Com o regresso do sacerdote, principiara a falar-se sem rebuços, novamente, em República. Soldados e homens do povo, como na Bahia de 1789, "gentalha", como chamava Araújo Roso, em entendimento com o padre, murmuravam coisas suspeitas. Dizia-se que Batista Campos avistara-se, em Pernambuco, com Manuel de Carvalho Pais de Andrade.

Justamente quando dêsse murmúrio que amedrontava as autoridades, chegaram às mãos do Govêrno Municipal de Belém, remetidas de Fortaleza, "algumas proclamações e outros papéis incendiários", convocando o Pará a acompanhar as províncias nordestinas que se levantavam para instalar a República. Essas proclamações e papéis incendiários constavam, entre outros, de "Falas" do presidente cearense Tristão de Alencar, de Frei Caneca e de dois números do *Diário do Ceará*.

A Câmara, alarmada com a ousadia dos revolucionários, tratou de correr a Araújo Roso, entregando-lhe os impressos perigosos, que se guardam em ótimo estado de conservação na seção de manuscritos da Biblioteca Estadual paraense. Roso, imaginando mil perigos, viu em Batista Campos o homem que poderia levantar a Província, desligando-a do Império. Abriu-se devassa. Depôs muita gente. Batista Campos, por medida inicial de precaução, foi prêso e recolhido à charrua *Gentil Americana*. "Será preciso atalhar o progresso de males tão graves!" Em tôrno de seus gestos fêz-se uma série de conjeturas, inclusive que trazia instruções dos republicanos para implantar a semente nova nas terras amazônicas. Com a detenção do padre, guardado incomunicável, tôdas as possibilidades de um pronunciamento da Província pareceram mortas. Batista Campos, no entanto, tivera tempo de trabalhar à vontade. E tanto assim que a sua simples detenção não foi suficiente para impedir a desenvoltura republicana de civis e militares. Daí, o pronunciamento que ocorreu na madrugada de 26 de dezembro de 1824, quando o Corpo de Artilharia de Linha, que aquartelara nos baixos do palácio presidencial, se declarou em rebelião. Levantando-se, o Corpo dirigiu-se ao quartel, onde encontrou o Regimento Imperial de Infantaria, que sob o comando do Tenente-Coronel Francisco Marques d'Elvas Portugal, o intimou a regressar a palácio e a depor as suas armas. Receando sofrer os horrores dos que haviam, no ano ante-

1. *CARICATURA REPRESENTANDO UM ABSOLUTISTA REINOL*

2. *MONTE ALEGRE PRESTA JURAMENTO À CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO*

rior, sido afixados no *Palhaço*, o Corpo de Artilharia hesitou. Nenhuma outra fôrça da cidade se lhe juntara. O plano revolucionário, evidentemente, falhara. Os chefes não apareciam para tomar a frente da jornada, encabeçada por um simples soldado. Sentindo-se abandonado, compreendendo o passo em falso que dera, começou a debandar.

Roso, avisado dos acontecimentos, refugiara-se a bordo da charrua *Gentil Americana*, para onde remetera Batista Campos. Passado o perigo, desembarcou, entrando a providenciar para a captura dos rebeldes. O Ouvidor de Belém, chamado a palácio, teve ordens para iniciar uma devassa em regra. E a devassa foi realizada, envolvendo todos quantos podiam ser indicados como adeptos dos princípios republicanos.

Prisão e julgamento dos implicados na Dezembrada

Vinte e quatro soldados foram pronunciados na devassa e enviados ao Maranhão, em cuja Relação deviam ser julgados. Batista Campos, que Roso, em ofício dirigido a S. Majestade, considerava "devorado pela ambição de figurar", não alimentando "outros desejos senão de governar um dia, ainda que seja sôbre as ruínas da sua Pátria, a fim de pôr em execução os seus planos de vingança e roubo", também foi mandado para S. Luís, à barra da Relação. A devassa concluíra que tôda a responsabilidade da Dezembrada, como todos os rumôres de índole republicana, partiam dêle, que teria recebido instruções, em Recife, para agitar a Província. A devassa apurara, mais, que os rebeldes planejavam assassinar Roso e entregar a presidência da Província a Batista Campos.

O Cônego, em tôrno de cuja atuação circulavam tantas versões, foi expedido para julgamento aos cuidados de Lorde Cochrane, que contra êle já fôra trabalhado por John Pascoe Grenfell. Roso, em ofício ao Almirante, pintava o sacerdote-político como um tipo perigoso, que convinha ter em segurança, que convinha mandar para a Côrte, do contrário a Amazônia jamais poderia viver em paz. Se êle é que vinha agitando e orientando todos os casos graves que movimentavam a vida regional! Se possuía tôdas as qualidades de caudilho! Para o Rio foram remetidos o Cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, o Tenente-Coronel Félix Antônio Clemente Malcher, e para o presídio de Crato, zona insalubérrima no Madeira, o Padre Gaspar de Siqueira e Queirós, além de outros, todos, porém, figuras de projeção na sociedade paraense.

A defesa dos implicados torna-se acusação de Roso

Clemente Malcher e Batista Campos, como Silvestre Antunes Pereira da Serra, uma vez chegados ao Rio de Janeiro, trataram de defender-se e de acusar Roso. Escreveram contra o presidente vários folhetos que circularam por todo o País, pintando-o como um truculento, perseguidor dos povos, inimigo do regime, absolutista inveterado, enfim, um homem que subira para saciar ódios de lusitanos contra os patriotas que haviam trabalhado pela Independência. Atingindo a vida privada de Roso, indicaram-no à ruidosa

condenação pública como um desavergonhado que transformara o palácio em alcouce, citando casos, minuciando episódios. Incapaz de uma atitude independente, servia dòcilmente aos interêsses do pai, um comerciante português. Demais, dava ouvidos a quanto lhe vinham contar envolvendo os que não formavam na grei a que se filiara. Para conseguir um denunciante contra Antunes, Malcher e Batista Campos, comprara um Julião da Costa e Sousa pela importância de 200$000, pagos em prestações na casa comercial de seu pai. "Boneco enfeitado", chamavam-lhe.

Até um grupo de senhoras da sociedade paraense endereçou a S. Majestade um memorial contra o presidente que precisava, segundo elas, a bem da segurança da coletividade, ser substituído.

O incidente da negativa de posse ao Brigadeiro José Inácio Borges não criara para Roso ambiente amigo na Côrte. Sua Majestada mandara desaprovar a resolução do Conselho, resolução que Roso admitira e com a qual se beneficiara, acumulando a presidência e o comando militar da Província. Apesar de tôdas as defesas que apresentou de seus atos, os quais a distância do tempo permite compreender sem o travo das paixões de então, como atos que foram um reflexo de seu temperamento, aqui e ali perturbado pela rudeza da luta política, não conseguiu impor-se à confiança dos supremos dirigentes do Estado nacional.

Roso, na correspondência que manteve com as autoridades imperiais e do interior da Província, foi rude nas referências a seus inimigos. Nunca desceu, todavia, à linguagem virulenta dos memoriais que aquêles escreveram.

Substituição de Roso: Pereira de Burgos

A 26 de janeiro de 1825, teve sucessor na pessoa de José Félix Pereira de Burgos, sendo chamado ao Rio para defender-se num processo vagaroso, que correu perante a mais alta Côrte de Justiça do Império. Apesar das dificuldades que encontrou, pôde triunfar, depois de uma exposição minuciosa do que fôra sua atribulada governança, sinal evidente de que não administrara mal.

José Félix Pereira de Burgos, sucessor de Araújo Roso, era maranhense. Trazia um ativo forte, conquistado nas lutas para a adesão de sua Província ao sistema imperial. Combatera os redutos lusitanos em hora incerta no Norte. Ascendera à presidência da Junta Governativa Provisória, que se estabelecera no Itapicuru para dirigir a Província ainda em mãos dos dominadores estrangeiros. Enfrentara, depois, uma guerra sem tréguas com seus desafetos políticos, mas conquistara a simpatia do Imperador, donde o pôsto nôvo a que ascendia agora. E empossou-se em Belém, na presidência da Província, a 28 de maio de 1825, provocando mesmo certo contentamento. Apesar de tôdas as reservas que se lhe podiam fazer, dados os acontecimentos na política maranhense, política cujos ecos chegavam ao Pará com uma facilidade imensa a ponto de, muitas vêzes, certas ocorrên-

cias provocarem em Belém comoção idêntica à que se registrava na vizinha capital.

José Félix, apesar de tudo, era um golpe no prestígio de Roso, conseqüentemente, à primeira vista, um golpe na gente que formava nas fileiras moderadas, o que vale dizer, nas fileiras dos sebastianistas.

Seguramente percebendo o clima pesado de Belém, mesmo que não se sentisse à vontade com os exaltados, mas tendo vindo para, de certo modo, satisfazê-los, face aos incidentes que haviam sustentado contra Roso, forçoso lhe foi portar-se de maneira a torná-los simpáticos, acomodados, recuados um pouco em seus propósitos extremados. E para dar-lhes uma barretada, ordenou a reintegração de todos quantos tinham sido afastados de cargos, ao tempo de Roso, por motivos políticos.

Na correspondência que manteve com o ministro do Império, acêrca do govêrno de Araújo Roso, dois longos ofícios, referiu-se, porém, à administração de seu antecessor com os louvores mais abertos. Em seu entender, Roso esgotara todos os meios prudentes e normais para governar. O partidarismo estreito dos que se lhe opunham é que o haviam forçado a praticar certos atos que, portanto, deviam ser compreendidos em seu sentido imediato de uma defesa do princípio da ordem e da autoridade, ameaçada pela desenvoltura de agitadores que não mediam meios e modos para triunfar.

A administração de Pereira de Burgos estendeu-se até 14 de abril de 1828. Dois anos e onze meses, empregados, apesar dos pequenos casos políticos que perturbaram a quietude da Província, apesar de um ou outro incidente que quebrou a paz no interior, como uma comoção em Cametá, onde um desertor de nome Antônio Vieira Barbosa, à frente de bando de desordeiros, praticou desatinos que exigiam ação enérgica das autoridades. Atribuindo-se um papel na solução dos problemas políticos da Província, o bandoleiro teve de ser combatido com energia, contra êle e os seus, movimentando o govêrno fortes contingentes de terra e uma flotilha que bombardeou os redutos dos amotinados, por fim vencidos e punidos, apesar dos antecedentes de Burgos que todos imaginavam um enamorado perigoso da trica partidária, conseqüentemente um homem distante das preocupações que não fôssem agradar ou servir a gente de seu bando.

A administração política de Pereira de Burgos

A primeira administração de Pereira de Burgos, levada a têrmo por entre uma preocupação indiscutível de manter a ordem e de introduzir na Província uma consciência de trabalho que a condicionasse à vida livre longe dos sobressaltos que a vinham fazendo padecer desde as vésperas do constitucionalismo, examinada sem paixão, não pode ser acusada de vincada por excessos políticos. Porque, na realidade, durante a passagem de Burgos pela administração paraense, os casos de natureza política não tiveram aquêle tom vibrante, marcial, que se verificou durante o período de seu anteces-

sor. Os incidentes que se registraram foram mais uma conseqüência do desejo ardente do chefe do Estado para criar clima governativo ausente de partidarismo e jamais uma decorrência de politiquismo, mas de raízes profundas na Amazônia de então.

Dominado pela idéia de que o Pará era um mundo que exigia cuidados especiais, compreendendo com muita argúcia os problemas regionais, só atritou com certa violência com o ouvidor-geral, Dr. Joaquim Mariano Ferreira, que êle suspendeu e contra o qual argüiu denúncia, fundado em que o juiz não sabia atuar isento de parcialidade, parcialidade que dava em resultado não haver, nos processos que conduzia, elementos que permitissem a condenação de presos políticos.

Êsse incidente, que teve seu estrépito na atitude do ouvidor, que respondeu à suspensão, efetuada pelo presidente contra êle, suspendendo o presidente, estrépito nas ruas de Belém, ficou encerrado com a decisão do Conselho Provincial, que ouviu as considerações de Burgos e lhe aprovou a conduta, mantendo a penalidade aplicada ao magistrado.

Pereira de Burgos, que não foi um homem de govêrno manchado por parcialidades manifestas, a 13 de abril deixou o poder, entregando-o ao Barão de Bagé.

O govêrno do Barão de Bagé

Brigadeiro, Bagé, nomeado por carta imperial de 7 de abril de 1827, viajara, demandando a capital paraense, pela fragata *Tetis*, que logo ao fundear no Guajará foi a estaleiro sofrer reparos urgentes e graves. Sua escolha fôra feita à sua revelia. D. Pedro, sem consultá-lo, mandara nomeá-lo, no que, aliás, o contrariara deveras. Mas, disciplinado, não se escusara do encargo que compreendera pesado, mas que podia granjear-lhe uma situação mais amiga junto ao imperante.

Paulo José da Silva Gama, Barão de Bagé, era homem sóbrio. Fugia dos louvores, que os palacianos de tôdas as épocas sabem dirigir aos que comandam o govêrno. Vivendo para as suas obrigações, e fora delas para seu lar, trazia para a Província uma tradição de inteireza moral de que se deviam sentir felizes os paraenses.

O Barão de Bagé governou o Pará até 14 de julho de 1830.

Inicialmente procurando conhecer as condições particulares da Amazônia, informou-se acêrca de tudo e de todos. Foi, nesse particular, prudente para os passos que devia dar. No exame dos homens com os quais teria de lidar mais constantemente, encontrou, de pronto, um elemento que não lhe pareceu utilizável: o comandante das armas, João Paulo dos Santos Barreto, contra o qual dirigiu longa representação para a Côrte. Homem inteligente, conhecedor de suas obrigações, considerado um dos oficiais que sabiam o seu ofício dentro do espírito científico de sua época, esquecia, todavia, que sua ação não devia ser exercida eqüidistante da ação política

do presidente, que, pela lei, tinha ingerência sôbre todos os assuntos, de qualquer natureza que fôsse, dentro da Província. Os assuntos militares e navais, embora hoje nos pareça isso absurdo, não tinham sido excetuados. Os comandantes das armas, em conseqüência, não constituíam uma autoridade autônoma, que ignorasse, para sua atuação, a existência de um superior na pessoa do presidente.

João Paulo, porém, desde o período anterior, de Pereira de Burgos, vinha-se colocando fora da alçada do governante civil. Burgos, militar de patente inferior ao comandante, suportara sem protesto essa atitude. O Barão, porém, mais cioso de seus podêres, entendeu logo que essa autonomia tinha o caráter de uma desobediência, que precisava quanto antes ser dominada, para evitar excessos futuros que prejudicassem a ordem coletiva.

Entre outras coisas, acusava-se João Santos de nomear para o interior comandantes militares, com jurisdição nas vilas e podêres que lhes davam uma fôrça demasiada. Êsses comandantes, em conseqüência, julgavam-se superiores às autoridades administrativas e judiciárias, abrindo incidentes com elas, a propósito de tudo, o que fazia lavrar uma inquietação tremenda por tôda a hinterlândia. Santos Barreto, prestigiando seus subordinados, por sua vez recusava aceitar as observações que o presidente e os funcionários judiciários graduados lhe apresentavam.

O Barão de Bagé, por tudo isso, reconhecendo o valor técnico do comandante, denunciou-o ao ministro da Guerra, solicitando a retirada do funcionário que podia criar maiores dificuldades.

Logo dias depois de seu empossamento, o Barão de Bagé dirigia-se a Pedro de Araújo Lima, então ministro dos Negócios do Império, expondo-lhe as impressões que a Província lhe estava causando. Ofício longo, êsse em que falava abertamente de seu deslumbramento e de seus receios em tômo da Amazônia.

De comêço, confessou suas dúvidas para a realização de um govêrno à altura dos problemas que exigiam solução ou atenção preliminar. Porque não podia contar com rendas bastantes para a execução de qualquer plano de trabalho: "a falta de rendas públicas suficientes, o que na verdade paralisa as melhores intenções e põe obstáculos a quanto se pode imaginar em utilidade pública".

"Nenhuma Província do Brasil tem mais quantidade de meios naturais para ser rica, e opulenta, porém nenhuma talvez se apresente em maior decadência do que esta, em tudo devido por um lado às contínuas agitações em que ela tem flutuado e por outro à falta de braços que cultivem as terras e possam tirar partido de quanto oferece um terreno sempre pronto a produzir quanto se semeia e onde nunca se experimentam as sêcas do Ceará e das outras províncias do Cabo de Santo Agostinho para Oeste."

Os movimentos de tropas durante o govêrno de Bagé

A tranqüilidade em Belém, durante a governança do Barão de Bagé, foi alterada por duas vêzes. A primeira, a 1.º de julho de 1829. A segunda, a 24 de julho de 1830. Em ambas as vêzes, conseqüente a pronunciamento de batalhões ainda contaminados da velha politiquice, que não podia dar um passo para a consecução de seus intuitos sem recorrer ao elemento militar.

O estouro de 1.º de julho ocorreu entre as sete e as oito horas, quando noventa praças do 25.º Batalhão de Caçadores, entrando dois cabos, à voz do soldado Vicente Ferreira, levantaram-se no quartel, armaram-se, dirigindo-se ao arsenal, que procuraram ocupar. Ali, todavia, encontraram as portas trancadas e a reação dos que guardavam a praça.

Os atacantes, não tendo encontrado a facilidade que parecia lhes ter sido assegurada antes, não debandaram, preferindo tomar posição nas proximidades do arsenal, seguramente para operar o sítio do estabelecimento, onde se fartariam do material necessário aos seus objetivos.

Vizinho ao arsenal, estava aquartelado o 24.º de Caçadores. Não tendo participado da intentona, veio à rua para acabar com a desordem, marchando sôbre o 25.º, que foi cercado e intimado à rendição, sendo obrigado a entrar no quartel do 24.º e lá desarmado e prêso. Então já não estavam em armas senão 70 homens. Os demais se haviam pôsto em fuga, inclusive o cabeça da sedição, o soldado Vicente Ferreira.

No quartel do 25.º, a êsse tempo, os oficiais que compareciam para cumprir seus deveres, constituindo uma guarda, foram aprisionando os rebeldes que haviam fugido do 24.º e procuravam esconder-se ou defender-se dentro de sua unidade.

A outra quartelada ocorreu no 24.º de Caçadores, cujo comandante estava de férias. A sedição fôra denunciada em tempo para as providências visando evitar o pronunciamento. Bagé, à notícia do movimento, dirigiu-se ao quartel, dominando rápida e pessoalmente a situação.

Outra vez Pereira de Burgos no govêrno

Deixando o govêrno, o Barão recebeu manifestações de simpatia de quantos viviam na Província. Seu substituto foi, a 14 de julho de 1830, José Félix Pereira de Burgos, que teria, como da presidência que exercera anteriormente, dificuldades a vencer. Para o comando das armas, fôra nomeado o Brigadeiro Soares de Andréia.

A tropa não era paga. Os pronunciamentos armados repetiam-se devido, portanto, fundamentalmente a essa falta de pagamento. Os recursos obtidos no Maranhão serviam apenas para diminuir temporàriamente a tensão, com o licenciamento de soldados.

Os inimigos de Burgos, agora agraciado pelo Imperador com o título de Barão de Itapicuri-Mirim, não o poupavam. Êle, de seu lado, vigiava-os,

procurando evitar que lhe perturbassem a administração. Sucede que Andréia em breve criava o primeiro caso, entrando em conflito com o Govêrno Municipal e com o Conselho Provincial a propósito das prisões de civis e militares, que deveriam ficar sob custódia à disposição dêle.

Burgos tentou conciliar os ânimos, servindo de intermediário. Andréia, no entanto, recusou revogar as instruções que baixara.

O efeito, em Belém, do 21 de Abril

Com a nova da abdicação do Imperador, nova conhecida em Belém a 22 de maio, a situação piorou muito. Porque tanto Burgos como Andréia, aos olhos dos exaltados, não passavam de servidores leais do passado. Não podiam merecer confiança à nova ordem que se inaugurava. Já na Côrte ,os inimigos dos dois estavam trabalhando ativamente. O Major Joaquim Antônio de Macedo Tupinambá e o escrivão aposentado João Anastácio, de mãos dadas, agiam sem cessar para o afastamento dos dois. Nas acusações utilizavam tudo, para dar uma idéia aos novos senhores da situação de que o Pará precisava quanto antes de um govêrno nôvo, que fôsse fiel à situação que se abria.

Entre outras coisas, Tupinambá e Anastácio diziam que Burgos cometera imprudências administrativas, no tocante aos dinheiros públicos. Quando de sua chegada a Belém, os "caramurus", nome que se dava aos reinóis e seus colaboradores, teriam vivado Portugal e dado morras aos brasileiros patriotas. Num escrito, de 26 artigos, catalogavam o que êles chamavam os desatinos de Burgos, espalhando o folheto na Côrte a ver se provocavam ambiente.

A 25 de maio, logo pela manhã, o Conselho Municipal de Belém reuniu-se em sessão extraordinária para ouvir a leitura de uma representação do vereador Manuel Sebastião de Melo Marinho Falcão, que acompanhava a facção nacionalista e obedecia à inspiração político-ideológica de Batista Campos. Essa representação continha uma denúncia contra Soares de Andréia, que estaria preparando um movimento de tendências restauradoras com o concurso dos elementos reinóis, que teimavam em não aceitar, como um fato consumado, a Independência nacional, e concluía com uma indicação no sentido da edilidade tomar a seu cargo a salvação da Província, do que daria ciência a Pereira de Burgos.

A indicação foi objeto de discussão. Alguns vereadores a combateram, alegando que nada havia que desse motivo a ela. O Brigadeiro Andréia não andava aliciando civis ou militares para intentonas. A tranqüilidade pública não se achava ameaçada. Por que, portanto, a Câmara meter-se a atitudes que importavam em politiquismo, em autêntica convocação à desordem? A conseqüência dessas considerações foi a indicação cair, embora o presidente Marinho Falcão, que a redigiu, declarasse que, conquanto fôsse aquêle o resultado, iria à presença do Conselho Presidencial levá-la e defendê-la por julgá-la necessária e urgente. A êsse mesmo tempo, o Conselho estava reunido, pela solicitação feita a Burgos por Batista Campos,

José Batista Camecran e Antônio Manuel de Sousa Trovão, que pleiteavam a imediata suspensão de Andréia, que êles indicavam como elemento suspeito, inimigo da nova situação nacional. Como no Conselho Municipal, a indicação foi objeto de discussão, achando três conselheiros que tudo aquilo era infundado e não exigia aquela providência, na verdade imprudente. Como no Conselho Municipal, a indicação caiu, o que parecia significar ainda muito prestígio dos vencidos pelo Sete de Abril.

No decorrer dos debates do Conselho Presidencial, o edil Marinho Falcão aparecera para fazer a entrega de uma representação. Alegara que sua atitude decorria de sua condição de presidente da municipalidade belemita. Essa alegação deu em resultado a recusa da representação, de vez que as edilidades, de acôrdo com a lei de 1.° de outubro de 1828, que dera fundamento e sistemática à vida municipal no Império, proibia às Câmaras falar em nome das coletividades regionais. Marinho Falcão voltara ao assunto, como presidente do Conselho. Nada conseguira. A manobra, evidentemente, falhara.

Antes de encerrar-se a sessão, trinta cidadãos entregaram a Burgos um protesto de defender a pátria em qualquer emergência. Batista Campos, por sua vez, num despistamento interessante, louvou a conduta dos adversários, que assinavam o protesto.

Os ânimos, na cidade, todavia, começavam a agitar-se. Os boatos cresciam de intensidade a tôda hora. Adotivos e naturais, tomando posição, como que se preparavam para um encontro em que jogassem ou decidissem quem deveria ficar senhor da praça.

Nôvo pronunciamento das tropas

A 1.° de junho, as coisas tomaram uma direção ainda mais nervosa. A uma denúncia recebida pelo comandante Andréia, foi prêso o alferes de segunda linha João Batista Balbi, que se apontava como agente dos exaltados para um levante da guarnição. Outras denúncias, recebidas por outras autoridades, davam como em andamento o plano de um pronunciamento das tropas, que deveriam depor Burgos e Andréia a serem substituídos, respectivamente, pelo Cônego Batista Campos e pelo coronel reformado Marinho Falcão, o mesmo que presidia a edilidade belemita. Tanto Burgos como Andréia, ante tais perspectivas, acautelaram-se.

A 2 de junho o 24.° de Caçadores levantou-se. Intimados a depor as armas explicando a razão do pronunciamento, os soldados do 24.° responderam que tinham tomado aquela atitude conscientemente e só regressariam à ordem se lhes fôssem pagos os soldos, e as autoridades constituídas deixassem o poder, concedendo-lhes, antes, por escrito, anistia. Queriam, mais, que a Câmara Municipal reunisse para conhecer dos sucessos, o que dava a perceber certa cumplicidade da Câmara, presidida por Marinho Falcão, que chefiava abertamente a corrente hostil a Pereira de Burgos e Soares de Andréia.

As exigências, como era de esperar, não foram aceitas. O que Burgos e Andréia desejavam era a rendição incondicional e imediata. Ante a resposta dos rebeldes, o caminho único estava traçado — o ataque às posições que êles mantinham. E assim foi feito, com energia, colaborando com os legais o brigue *Três de Maio*, que tomou posição atrás do Arsenal de Guerra, pronto a bombardeá-lo, no caso de oferecer resistência às fôrças atacantes.

O choque entre os dois grupos foi rápido. Durou alguns minutos. Menos de dez. Sem chefe que os conduzisse com capacidade, os homens do 24.º foram colhidos com ímpeto, sem poder realizar a menor manobra defensiva. Faltava-lhes tudo para uma reação. Seguramente, os que os haviam induzido ao levante tinham prometido adesões. E essas não lhes apareceram. Mais uma vez, o 24.º de Caçadores caiu dominado, sem poder escrever uma página de bravura na manutenção de suas razões ou de seus ideais.

Os dias de Pereira de Burgos estavam, porém, contados. Recebendo, êle e Andréia, ordem para deixar o govêrno, ordem emanada da Regência, tentaram, para atender à facção a que estavam filiados, permanecer nos postos.

Os inimigos de Burgos não quiseram criar novos casos. Porque lhes teria sido fácil correr com o intruso, fundados na letra das ordens imperiais, elevando à presidência o homem que lhes inspirava confiança e era o comandante intrépito, o caudilho de batina que levantava massas populares, Cônego Batista Campos. Aguardando a chegada do substituto de Burgos, nem por isso deixaram de agitar Belém e o interior, prenunciando novidades que seriam a queda dos que zombavam dêles e se tinham julgado onipotentes.

A administração de Bernardo José da Gama

O substituto de Burgos era um tipo agitadiço. Chamava-se Bernardo José da Gama. Trazia um ativo de serviços à nova situação proclamado abertamente pelos que o chamavam a realizar a obra da revolução do Pará. Suas instruções, apesar das proclamações prudentes da Regência, que falava em união, em congraçamento, em aproximação com os derrubados pelo Sete de Abril, eram positivas: a vitória dava direitos e, como tal, os vencidos deviam pagar pelo feio crime da queda e da derrota.

Apresentando-se em Belém a 19 de julho de 1831, encontrou a cidade muito inquieta. Caramurus e constitucionais como que se preparavam para chocar-se. Os caramurus diziam, com relação a Burgos: não há de sair. Os constitucionalistas afirmavam: há de sair. A chegada e empossamento de Gama foi uma ducha fria. Todos se aquietaram, aguardando os atos que revelariam a administração do nôvo presidente. Bernardo José da Gama sentiu que a Província não se integrara ainda ao sistema nacional — "parece não pertencer ao Império Brasileiro". Havia nela, a sete fôlegos,

um sebastianismo, que decidiu "desvanecer para a chamada à ordem das cousas presentes". E com êsse propósito, deu mão forte à gente de Batista Campos, que o sucessor do Visconde chamaria de "punhado de indivíduos quase todos de baixa condição, entre os quais se notavam alguns mulatos e prêtos de má qualidade", grupo que êle não considerava um partido, e que só teria "fins sinistros".

Durante as ocorrências do govêrno de Burgos, criara-se, por decisão do Conselho da Província, um Corpo ou "Guarda Nacional", integrado pela chamada elite local, que ostentava, para distingui-la, um laço de veludo verde e galão amarelo. Os adeptos do Cônego, peticionando ao Presidente, pediram-lhe a extinção da corporação. Gama não decidiu. Deixou passar os dias. Os da Guarda dirigiram-lhe pedido para que não se procedesse à extinção. Os conflitos começaram nas ruas de Belém. À noite era perigoso andar só.

A queda do nôvo presidente

A 7 de agôsto, a guarnição da Capital rebelou-se, sob a chefia do próprio comandante das armas, o Coronel José Maria da Silva Bittencourt. O Conselho foi convocado. O Presidente, sem apoio militar, foi deposto, prêso e embarcado na fragata *Campista* e enviado à Côrte, formando-se-lhe processo a pedido do povo e tropa. O Cônego, aprisionado, foi deportado para o presídio do Crato, no Rio Madeira. Vários de seus amigos, expedidos para Marabitanas, no alto Rio Negro. Assumiu o govêrno o segundo vice-presidente, Dr. Marcelino José Cardoso, homem moderado, que procurou serenar os ânimos.

A repercussão dos acontecimentos no interior não foi imediata. Os partidários do Cônego, que haviam conseguido escapar à ação dos rebeldes, por onde passavam espalhavam intranqüilidade. Em Abaeté e Muaná, negociantes portuguêses foram mortos e roubados. A pronta ação das novas autoridades restabeleceu, no entanto, aparentemente, a ordem. No Baixo Amazonas, várias Câmaras Municipais consideraram ilegal o afastamento do Cônego, que foi por elas reconhecido, na qualidade de primeiro vice-presidente, como presidente legítimo. Batista Campos, fugindo em caminho, homiziara-se em Óbidos. Os outros deportados também escaparam. Prenunciava-se, dêsse modo, uma reação de proporções incomensuráveis.

Nomeação do Brigadeiro Machado de Oliveira

O Govêrno Regencial, uma vez informado do que ocorrera, desaprovou o golpe militar. E nomeou para a presidência um elemento inteiramente estranho às lutas que ensangüentavam a Província, o paulista Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, homem de boas letras, historiador e militar com boa tradição na caserna e nos campos da batalha dos entreveros platinos.

Empossado a 27 de fevereiro de 1833, lançou proclamação anunciando a decisão de pacificar, sem transigência com a desordem, mas com o espírito liberto de paixões. A seguir, mandou libertar os presos políticos, cha-

mando a Belém o Cônego Batista, providências que logo o fizeram suspeito aos desafetos daquele.

As Câmaras do Baixo Amazonas, a essa altura, reclamavam ao Presidente uma providência drástica: punição dos que haviam praticado a sedição de 7 de agôsto. E no Rio Negro, a Comarca, como vemos em outro lance dêste capítulo, rebelava-se, desligando-se do Pará para erigir-se em Província do Império.

Sua administração

Tentando pôr fim à inquietação e à desordem que poderia estalar novamente, Machado de Oliveira concedeu baixa da tropa a quantos já tivessem completado o tempo de serviço, desarmou a Guarda Nacional, organizando, com elementos tidos como insuspeitos de partidarismo, um Corpo de Guardas Municipais Permanentes, que devia encarregar-se da manutenção da ordem. O Govêrno Regencial, preocupado com os sobressaltos em que vivia o Pará, deu-lhe ordem terminante para que agisse com serenidade, mas com a decisão precisa para recompor a paz, reorganizando os quadros sociais, criando condições para a recuperação e o impulsionamento econômico da região. Nesse particular, revelou diligência ponderável. Sem ter, todavia, êxito maior. O esfôrço que empreendeu, visando a fazer funcionar a máquina administrativa, não conheceu limites. Os serviços estavam emperrados. O Maranhão ,alegando a não existência de dispositivo orçamentário, recusava a remessa dos quarenta contos de réis anuais com que contribuía para o pagamento dos servidores paraenses. Moeda falsa, introduzida clandestinamente da vizinha Província e dos Estados Unidos criava, ademais, uma situação difícil. Por fim, os serviços fazendários mantinham-se rotineiros e falhos, não permitindo arrecadação para o normal dos encargos oficiais. No particular do congraçamento da sociedade paraense, conseguiu que muitas famílias, dominadas pela paixão partidária, voltassem ao bom entendimento capaz de trazer a tranqüilidade, essencial ao processo vital do meio. Em suas "Falas" ao Conselho Provincial, como nas exposições e ofícios ao ministro de Estado, ao mesmo tempo que registrava a decadência que lavrava na Província, propunha medidas, naquelas apelando para o civismo dos que lhe poderiam dar cooperação no órgão colegiado. O regime de vida regional parecia-lhe primitivo demais. As paixões não serenavam. Ademais, os chamados partidários do regresso de D. Pedro I, os *caramurus* da terminologia política da época, já o apontavam como um suspeito. Segundo êle próprio comunicara para a Côrte, os caramurus não desciam do alto de sua soberbia, não se conformando com a perda do poder. A conseqüência imediata era o recrudescimento dos conflitos, que sobressaltavam Belém e já começavam a ocorrer no interior.

A criação da Guarda Nacional, que substituiu os corpos de segunda linha e de ordenanças, pareceu permitir a formação de unidades capazes de impor a ordem, servindo à causa da recuperação da Província. Em muitos

lugares, no entanto, houve protestos, a pretexto de que seria um pêso sôbre a coletividade o pagamento daquela fôrça militar. A execução, em 1833, do Código do Processo Criminal do Império, pelo Conselho Provincial, considerou o problema da subdivisão e reorganização da Província em comarcas e têrmos, municípios e lugares. Também provocou insatisfação. Porque muitas vilas perderam o predicamento, passando à condição de simples povoado, enquanto vários dêstes ascenderam àquela graduação política.

Machado de Oliveira, conquanto não se arreceasse de condenar os excessos partidários, não cessava no seu empenho de aglutinar e de convocar a sociedade dividida para o bem coletivo. A um convite de Goiás para que o Pará se juntasse às províncias que se coligavam para pôr têrmo à desordem que lavrava no País e dar-lhe o conteúdo de bem-estar que conduzisse o Império a destino certo, aplaudiu a idéia, coadjuvado pelo Conselho Provincial. E indo além, dirigiu apêlo ao Maranhão para ampliação do movimento de união nacional.

O Pará, aos seus olhos, era a região ideal para nela criar-se uma vida intensa e útil ao Império. Tudo nêle lhe parecia convidando à energia criadora de seus habitantes, que precisavam deixar o estado de barbárie em que se estiolavam e caminhar para o progresso social e econômico.

Substituição de Machado de Oliveira: dificuldades à posse do nôvo presidente

Com o objetivo da paz pública, Machado de Oliveira organizou então a Sociedade Federal, instalada sob sua presidência a 13 de março de 1833. A Sociedade foi apontada como um reduto de inimigos dos caramurus. Dêstes, três, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, Marcos Antônio Rodrigues Martins e João Soares de Azevedo, haviam fugido de Belém e publicado um opúsculo, O *Pará, em 1832*, em que acusavam o Presidente de estar a serviço de uma facção e, em conseqüência, ser um governante parcial que fomentava a intranqüilidade. A campanha contra Machado de Oliveira, tomando corpo, serviu de pretexto para a sua substituição, sendo nomeado presidente o Desembargador José Mariani e comandante das armas o Tenente-Coronel Inácio Correia de Vasconcelos. Os caramurus exultaram, imaginando novas perseguições; os *filantrópicos* prepararam-se para reagir. Endereçaram petições, por intermédio de juízes de paz dos distritos de Belém, a Machado, para que permanecesse no govêrno. Na hipótese de recusa, entregasse-o ao Conselho Provincial. Em nenhuma hipótese a José Mariani.

Machado de Oliveira tentou impedir o impossível, demovendo, os que lhe exigiam a permanência ou a não-entrega do poder a Mariani, de seus propósitos. Sentia, porém, que essa entrega significaria o êxito de uma facção cheia de ódio, de desejos de ajuste de conta com a multidão nativa, acusada de jacobinismo.

O Conselho do Govêrno reuniu para decidir sôbre a situação. Resolveu que, em vista da gravidade da situação e da importância da delibera-

ção a tomar, seria conveniente a participação de maior número de pessoas. A essa altura, grupos armados dos caramurus, chefiados pelo guardião do Convento de Santo Antônio, o Cônego Monteiro de Carvalho, tomou posição, oficiando a Mariani para que se empossasse e ao Conselho comunicando-lhe a disposição de dar cobertura às novas autoridades. A assembléia que reuniu a 7 de abril, depois de longo debate, assentou que Machado de Oliveira e o comandante das armas deviam permanecer em seus postos. Uma representação enviada a José Mariani para notificá-lo da decisão e apelar para que compreendesse o movimento nos perigos que existiam, regressou com a declaração de que era o presidente legal, estava disposto a assumir e, só se lhe faltasse recursos materiais, deixaria de cumprir a missão de que estava investido pela Regência do Império. A exaltação dominando a reunião, Machado de Oliveira foi intimado a aceitar o pronunciamento da assembléia, que o responsabilizou na hipótese de recusa, pelos males que ocorressem a seguir. O comandante das Guardas Nacionais, João Batista Camecran, que também era membro do Conselho Provincial, comunicou que os seus companheiros não hesitariam, para evitar a subida dos filantrópicos, que representavam o passado colonial, na separação da Província. Por fim, compreendendo o perigo da desordem que, à sua saída, envolveria a Província, Machado de Oliveira cedeu. E cedeu, comunicou à Regência, "tão-sòmente pelo motivo de que em semelhante situação seria melhor obedecido do que êle".

Luta aberta entre Mariani e Machado: permanência do paulista

O comerciante Joaquim Afonso Jales, português, inconformado com a marcha dos acontecimentos, ofereceu a Mariani a cobertura material para que desembarcasse e entrasse na posse do govêrno. Mariani, dirigindo-se a Machado de Oliveira, comunicou-lhe que iria empossar-se. O presidente em exercício deu, do fato, ciência ao Conselho, à Câmara Municipal de Belém e mais autoridades. A Câmara reuniu imediatamente, deliberando manter a decisão anterior do Conselho. Consultada a fôrça armada, sentiu Machado de Oliveira que não seria obedecido se concordasse na transferência do govêrno. Várias vêzes convocado, o Conselho do Govêrno não reuniu. Manifesto lançado por Machado, pedindo paz, confiança e respeito à vontade do govêrno imperial, não produziu o menor efeito. A Guarda Nacional e a Guarda Municipal, de Belém, a que se juntaram a Guarda Municipal do Acará e populares armados, opondo-se aos grupos *filantrópicos* que se prepararam também para uma ação de fôrça.

Na manhã de 16 de abril chocaram-se com êstes. Jales, revidando a uma intervenção de autoridade judiciária, abriu fogo contra a escolta que lhe batera à porta. A luta que se travou resultou na morte e ferimentos de 95 combatentes. Jales perdeu a vida. Os caramurus, que conseguiram escapar, refugiaram-se a bordo dos navios mercantes surtos no pôrto, alguns seguindo para o Maranhão e outros para Lisboa. Mariani, à vista do

insucesso da operação violenta de seus partidários, desistiu, retirando-se de Belém.

No interior, a notícia do motim provocou excitações. Em várias vilas e povoados, os chamados "adotivos" sofreram violências, sendo mortos comerciantes e proprietários. Machado de Oliveira, ao mesmo tempo que agia com energia para restabelecer a ordem, punindo culpados, conclamou à pacificação dos espíritos. Em julho, em exposição ao ministro do Império, já podia dizer-lhe que a situação melhorava consideràvelmente, restabelecendo-se a paz pública e reconciliando-se famílias que viviam distanciadas pela paixão partidária. Falando ao Conselho Provincial em dezembro, comunicara-lhe, cheio de satisfação, essa impressão e registrando o crescimento das rendas públicas, embora explicadas por motivação momentânea.

A confiança do Presidente em sua ação disciplinadora não encontrou apoio, todavia, na verdade dos fatos. Porque seus antigos adeptos, à frente dêles Batista Campos, não dispondo no govêrno de um elemento que lhes satisfizesse integralmente às conveniências e desejos políticos, contra êles passaram a agir. Machado de Oliveira reagiu. Na Sociedade Federal, a sete de junho, provocou um ato público de juramento de fidelidade ao regime vigente e de repúdio ao antigo Imperador. Batista Campos não compareceu. Sua ausência serviu à acusação de que era partidário de Pedro I, portanto suspeito de contrário aos interêsses nacionais e apenas um entusiasta de seus próprios ímpetos e desejos de mando. Travou-se polêmica de imprensa. O *Publicador Amazônico*, do Cônego, O *Vigilante*, do Cônego Gaspar de Siqueira e Queirós, *A Luz da Verdade*, do Cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, o *Desmascarador*, de Antônio Feliciano da Cunha e Oliveira, o *Correio do Amazonas* e outros periódicos da época participaram do entrevêro.

Lôbo de Sousa substitui a Machado de Oliveira

A substituição de Machado de Oliveira pelo deputado Bernardo Lôbo de Sousa, que já presidira outras províncias, impediu que os incidentes culminassem levando a nova e mais grave tormenta. Para comandante das armas chegava o Tenente-Coronel Joaquim José da Silva Santiago. A 2 de dezembro de 1833 assumiram os respectivos postos. Vinham precedidos da fama de violentos, intratáveis, incapazes, portanto, de qualquer atuação visando à paz coletiva em meio tão trabalhado pela paixão partidária e pelas distâncias sociais e econômicas. Não eram homens próprios para o momento ou para o meio convulso. Embora, Lôbo de Sousa tentou, nos primeiros tempos, proceder com tranqüilidade: pôs fim a uma série de abusos que se cometiam contra o pequeno comércio do interior; esforçou-se por manter a tropa e os servidores civis com os seus soldos e vencimentos pagos em dia; procurou resolver o problema do abastecimento de carne-verde a Belém, lutando contra o recrutamento e a incorporação provisória da Guarda Nacional e Municipal, chamadas a preencher claros na tropa regular; solu-

cionou o problema, criado com a proibição do uso da moeda de cobre, através da emissão de conhecimentos ou cédulas de valor de um a cem mil-réis.

Sem tato no campo político para atuar numa sociedade que se dividia tão violentamente, Lôbo de Sousa, apesar daquelas providências, incidentou inicialmente com o Cônego Batista Campos. A seguir, com o bispo D. Romualdo de Sousa Coelho, a propósito, neste caso, de uma pastoral em que o antístite condenava a Maçonaria. A pastoral foi retirada, mas Batista Campos divulgou-a em seu periódico, embora as relações entre o Cônego e o chefe da Igreja não fôssem das mais amistosas. O Bispo era um pastor de almas; o Cônego, um caudilho tropical.

Lôbo de Sousa começara, então, a receber notícias de que se preparava um grande movimento contra o seu govêrno. E na pastoral, acrescentavam, estaria o estopim para a insurreição. D. Romualdo foi ameaçado de prisão. O Bispo crescia contìnuamente na admiração de seus rebanhos. Era homem virtuoso, que se esforçava pelos meios de que podia dispor, para tirar o clero da luta política e criar o clima de paz que permitisse o bem coletivo. Paraense, de Cametá, dispunha de vasto prestígio nas camadas populares, a que se habituara a servir humildemente. O desrespeito, que sofrera, serviu para dar o primeiro conteúdo à explosão que ia ocorrer.

Apressando-se em agir, para evitar a surprêsa, Lôbo de Sousa reorganizou a fôrça armada, de terra e mar. O mal-estar voltou a reinar. Uma insubordinação, a 1.º de agôsto, no quartel do Corpo de Municipais Permanentes, que reclamavam pagamento de soldos em atraso, foi prontamente dominada. Outros incidentes serviam para refletir que a quietude reinante estava finda, e os tempos de agitação voltavam.

Luta entre Lôbo de Sousa e Batista Campos

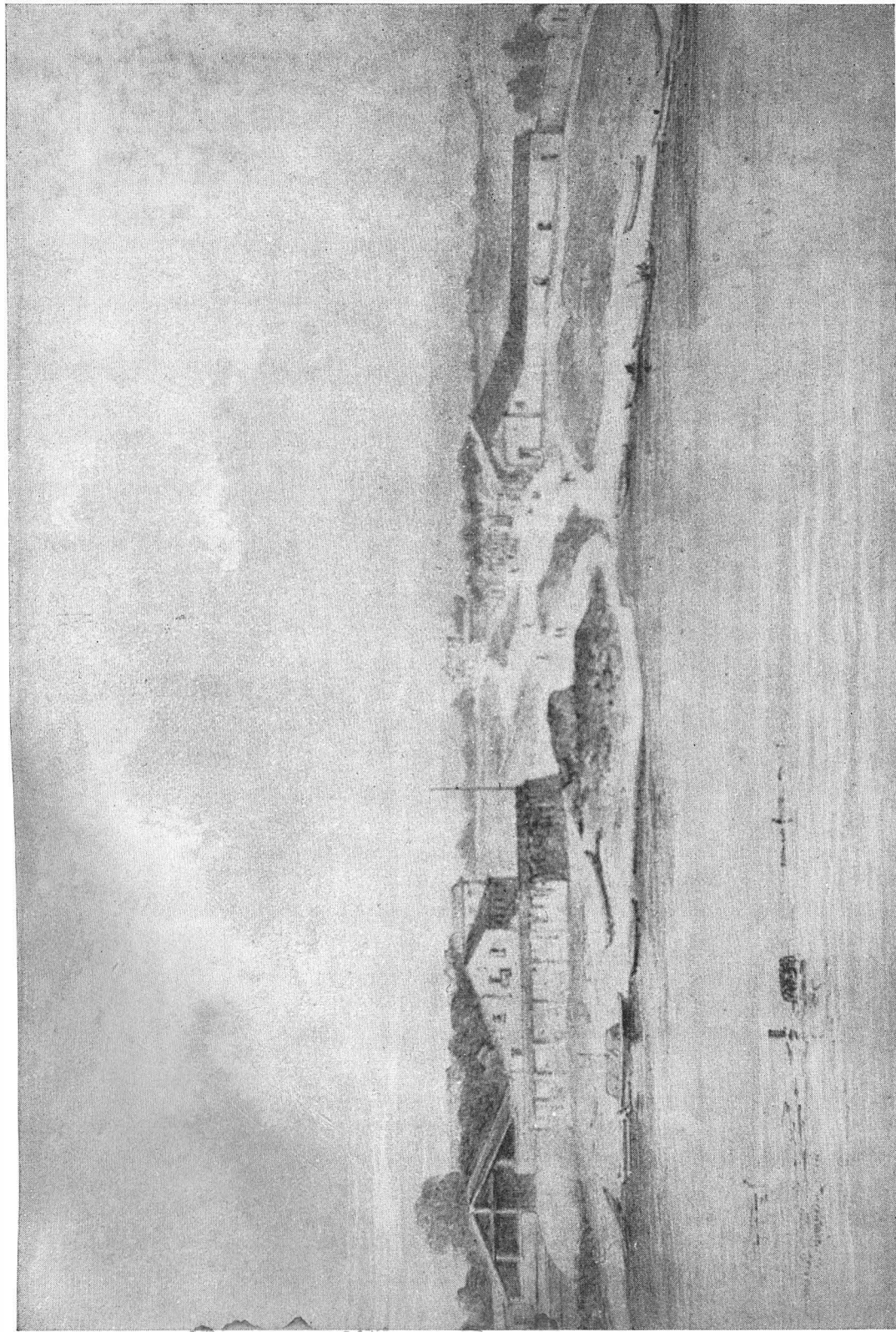
Batista Campos, que rompera com Clemente Malcher desde os acontecimentos de 1823, reconciliou-se com o militar, com êle concretizando a deposição do Presidente que lhe vinha movendo intensa perseguição e o desrespeitara em sessão do Conselho Provincial. Sem possibilidades de êxito o plano, o Cônego imaginara violenta campanha de imprensa que excitasse o governante e o levasse a aceitar a provocação e a reagir com a exaltação que o caracterizava. Para isso, fêz vir de S. Luís o panfletário cearense Vicente Ferreira Lavor Papagaio que, sob a responsabilidade de outro cearense, Camilo José Moreira Jacarecanga, lançou o periódico *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará*, em que bombardeou com extremos de linguagem o Presidente e lançou a idéia da federação republicana. Do jornal circularam apenas dois números. Lôbo de Sousa, desrespeitado pelo foliculário, mandou prendê-lo e apreender a tipografia. A ordem dada às autoridades judiciárias não foi cumprida. A autoridade policial executou-a. Lavor Papagaio e seus companheiros conseguiram, todavia, escapar, refugiando-se em

fazenda de Clemente Malcher. A residência de Batista Campos, onde Lavor residia e onde se imprimia o jornal, foi vasculhada. O fato causou escândalo. Lôbo de Sousa fôra apelidado de "o Malhado", porque havia em sua cabeleira malha de cabelos brancos. A alcunha irritava-o. Batista Campos, dizia-se, não desejava mais a solução das armas. Com o Ato Adicional, devia compor-se a Assembléia Provincial, em cujo seio esperava obter maioria. Nela poderia proceder à destruição regular do Presidente, assumindo êle o cargo por decisão da Casa.

Lôbo de Sousa convidou-o para um encontro, no qual decidissem da retirada de Lavor Papagaio, da Província, a bem da paz pública. Batista Campos nem sequer recebeu o convite. No sítio de Malcher, localizado no Rio Acará, começaram, a essa altura, sem que da decisão tivesse participação o Cônego, os preparativos para a insurreição: uma fôrça mandada para dissolver o ajuntamento, sob a chefia do subcomandante dos Municipais Permanentes, caiu prisioneira, sendo morto o comandante. Informado do que acontecera, assustado com as perspectivas que se abriam, Lôbo de Sousa preparou-se para a reação. A tropa de linha era pequena. As Guardas Nacional e Municipal da capital recusaram-se a participar da nova expedição organizada para combater os sediciosos. O êxito daquela foi completo — a fazenda de Malcher foi incendiada, e os sediciosos não capturados debandaram. Malcher caía em mãos dos legais no Rio Castanhal, para onde escapara. Manuel Vinagre, que o acompanhava e se constituíra, com os irmãos, figura de projeção no pronunciamento armado, foi morto. O Coronel Manuel Sebastião Marinho Falcão, que comandava a fôrça armada, perdeu a vida pouco depois, no Goiabal, sendo substituído na direção das operações pelo Capitão-de-Fragata James Inglis, que já dirigia a pequena fôrça naval empregada na operação. O ataque a destruição da fazenda de Malcher, no entanto, foi façanha do Major Francisco de Siqueira Monte Roso.

Batista Campos, no entanto, recebido aqui, escondido ali, conduzido para mais longe, pela magnanimidade de amigos e correligionários que possuía, escapava à perseguição policial.

Lôbo de Sousa, sem descanso, mobilizou todos os elementos humanos e materiais de que podia dispor. Ordenou buscas, apreensões, prisões, armou milicianos, preparou as fortificações da cidade, preparando-se para o que desse e viesse. O recrutamento ordenado por Lôbo de Sousa, depois de autorizado pelo Conselho Provincial, criou-lhe tremendas oposições. Era feito indiscriminadamente.

A 31 de dezembro de 1834, acontecia, no entanto, o imprevisto: Batista Campos falecia. Cortara, barbeando-se, uma espinha carnal sob o queixo. Não se pudera tratar de imediato, foragido que andava. Os socorros que os amigos lhe remeteram não foram bastantes ou não chegaram a tempo suficiente. Estava, no momento, refugiado na Fazenda Boa Vista, no furo

3. *VISTA DO PÔRTO DE CUIABÁ*

4. *CIDADE DE GOIÁS*

Atiteua, no distrito de Barbacena, em cuja capela-mor da igreja da vila o enterraram, receosos seus companheiros de trazer-lhe os restos a Belém ante a fúria de seus desafetos, entre êles o Presidente.

Nova intentona rebenta em Belém

Com a sua morte, a fôrça que controlava a situação findava e todo o furor das multidões recalcadas ia explodir com a violência natural em tais momentos. E tanto assim que, à nova de seu desaparecimento, Belém encheu-se de temores, prenunciando a sangueira que viria. Lôbo de Sousa e Silva Santiago, sem disporem de uma visão penetrante dos acontecimentos mas, sentindo-os no imediatismo de sua expressão material, cuidaram de precaver-se para evitar que se registrassem novos fatos delituosos, não o fizeram, no entanto, na extensão necessária. E o resultado foi que aos poucos os elementos que o repudiavam e agora se juntavam, seduzidos pela idéia da vindita, abandonaram o simples desejo de oposição às duas autoridades e de sua expulsão da Província. Aos poucos foram chegando à capital, formando reuniões em vários pontos da cidade e examinando os meios de uma ação direta, rápida e de sucesso. Os irmãos Vinagre (Francisco Pedro, Antônio, Raimundo e José), que se julgavam obrigados a vingar a morte de Manuel, Eduardo Nogueira Angelim, João Miguel de Sousa Leal Aranha, Germano Máximo de Sousa Aranha, o juiz de paz José dos Passos, o Capitão da Guarda José Bernardino Nunes, o Sargento de Municipais Permanentes Lourenço Antônio Gomes, o juiz de paz Padre Casemiro Pereira da Serra, João Pedro Gonçalves Campos, parente do Cônego, iniciaram a preparação do movimento. A fiscalização policial não foi suficiente para impedir a articulação que se fêz por tôda a parte. Na madrugada de 7 de janeiro de 1835 eclodiu o movimento. Apoderando-se do quartel de caçadores e de artilharia os amotinados mataram os oficiais que resistiram ou recusaram acompanhá-los. Cercado o Palácio do Govêrno, foi assassinado o comandante das armas Silva Santiago. Lôbo de Sousa estava fora. Caçado, perdeu a vida ao voltar à sede do Govêrno para acompanhar a sorte de Santiago. O comandante Inglis também perdeu a vida. O edifício da Maçonaria, saqueado e destruído. Quantos não se mostraram solidários com os seus propósitos de vingança, sofreram violências. O arsenal de guerra rendeu-se sem um tiro. Os navios de guerra surtos no pôrto tampouco agiram para pôr fim à sedição. As autoridades civis, convocadas para tomar conhecimento do que estava ocorrendo, recusaram-se a comparecer. Malcher, que se encontrava prêso no Forte da Barra, declarado Presidente, foi empossado. Demitiu os chefes de serviço. Nomeou-lhes substitutos, escolhendo-os entre os promotores do movimento. Os cadáveres de Lôbo de Sousa e de Santiago, expostos à execração dos vencedores, afinal tiveram sepultura na Igreja das Mercês.

Malcher, presidente

A euforia dos primeiros dias de vitória não durou muito. Se os vencidos emigravam ou se escondiam para escapar às perseguições, aos ajustes de contas, do lado dos que estavam agora sa-

tisfazendo seus melhores sonhos de poder, as coisas também não corriam muito satisfatórias. O tesouro provincial estava exausto. Os apetites para vingança, sem conta; as possibilidades para satisfazer a todos que haviam participado da jornada sangrenta tinham limites. Malcher, ademais, homem enérgico, que conhecia de experiência própria o que eram movimentos como aquêle, de indisciplina, de ódio rebentado por tôda parte, não se dispunha a ceder na competência que se lhe entregara. Era ambicioso. Conspirara pela Independência e logo após participara do Govêrno Provisório. Então, de porta-bandeira do regimento dos ligeiros, ascendera, em menos de um mês, ao pôsto de tenente-coronel, numa série velocíssima de promoções. Proprietário rural, representava, de certo modo, a burguesia da terra. Mas credenciara-se por seus gestos cordiais com as multidões nativas e sua filiação aos filantrópicos.

Assumindo a direção do Estado, proclamou visando à dispersão dos bandos armados. A seguir, determinou o pagamento da tropa de linha, que aderira ao movimento não disparando um só tiro contra os amotinados. Ordenou, depois, o processo contra os que, na anterior ordem legal, se haviam excedido. Reintegrou, com vencimentos aumentados, apesar das observações do tesoureiro provincial, de que lhe faltava competência para o aumento, os servidores que Lôbo de Sousa demitira à suspeita de acumpliciados com os amotinados. Para conter a desordem que, aqui e ali, no interior, começava a despontar, enviou destacamentos com instruções drásticas.

Para o policiamento de Belém, à noite, apelou para o funcionalismo civil, que devia cooperar em rondas constantes, mas sem prejuízo dos serviços normais, burocráticos, do dia.

A luta pelo poder entre Malcher e Vinagre

Vinagre, a quem nomeara comandante das armas, em breve abria luta contra êle. Era a disputa do prestígio. Os intrigantes criaram clima. Os rumôres de um nôvo pronunciamento andavam no ar. As restrições a Malcher aumentaram em conseqüência da rigidez por que procedera punindo companheiros que se excediam. Circulavam pasquins acusando-o e concitando o povo a depô-lo. Na manhã de 20 de janeiro de 1835, ocorreu o primeiro incidente de gravidade. Malcher, suspeitando de Vinagre, ordenava o desarmamento dos que êste vinha preparando para a empreitada. Vinagre, porém, avisado em tempo, pôs em marcha os que lhe eram fiéis e cercou o palácio. Eduardo Angelim conseguiu evitar o ataque armado e vindo à presença de Malcher com Vinagre, obteve a reconciliação necessária. Reconciliação momentânea, porque pasquins mais violentos voltaram a aparecer. Lavor Papagaio, Jacarecanga e Francisco da Silva, apontados como autores, foram presos e deportados para o Maranhão. Os ânimos continuaram a ferver. Os pasquins não cessavam, atribuindo-se-lhes agora a autoria a Eduardo Angelim, que repeliu a acusação. Em Bajuru, registrando-se um

movimento de insubordinação, Malcher agiu prontamente, conseguindo evitá-lo nos efeitos que poderia produzir. E para evidenciar a sua disposição de luta e para dominar, demitiu Vinagre do comando das armas. O choque violento entre os dois estêve iminente, às portas do palácio governamental. Não foi adiante à intervenção de amigos comuns. Dias depois (19-1), Malcher ordenou a prisão dos irmãos Angelim, com os quais altercou, exasperado. Depois foi a vez de Vinagre, contra o qual expediu ordem de prisão. Êste, sublevando a tropa de linha, apoderou-se do Arsenal de Guerra. Malcher, por sua vez, concentrou-se no Castelo, valendo-se, inclusive, da marinhagem dos barcos de guerra fundeados no pôrto. Travou-se combate entre as duas fôrças. Malcher ficou sitiado no Castelo, desbaratados nas ruas os seus soldados. Asilando-se num dos navios da esquadra, ordenou o bombardeio da cidade, no que foi obedecido. Na manhã de 21, grande parte da fôrça do Castelo ou se passara para Vinagre ou desertara. Cessado o fogo, Eduardo Angelim, prêso a bordo do brigue *Cacique*, foi mandado a terra com proposta de paz: cessação da luta e entrega do govêrno ao membro mais votado do Conselho do Govêrno. Reunido êste, deliberou colocar no govêrno a Vinagre, que acumularia o comando das armas e permaneceria no cargo até a chegada de quem viesse substituí-lo por nomeação legal. Um incidente, cujo culpado nunca se apurou quem fôsse, reabriu o conflito armado. O Castelo e o hospital militar foram tomados, sendo assassinados, além do comandante da praça, Tenente Costa Cabedo, quantos não puderam escapar jogando-se ao rio.

Desembarcado Malcher, que seria recolhido prêso no Forte da Barra, foi também assassinado, como seu ajudante-de-ordens. Belém ficou entregue à sanha dos vencedores e só a muito custo Vinagre e Eduardo Angelim conseguiram conter os excessos, restabelecendo a ordem. Começara a página dramática da "Cabanagem".

*
* *

A consciência política da população

É preciso, a essa altura dêste registro de acontecimentos que vinham abalando o extremo-norte do Brasil, sustar a narrativa para recapitular alguns fatos, tentando interpretá-los para a compreensão do que vai ocorrer em seguida. Comecemos recordando que a população da Amazônia era, três séculos depois de sua incorporação a uma soberania ocidental, no caso a portuguêsa, de raiz indígena, em estado cultural precário. Mestiços ou índios trazidos ao convívio do mundo que se politizava, êsses contingentes humanos tinham, como é muito natural, uma consciência primária das coisas, em particular daquelas que significavam poder político. Para êles, a Independência deveria ter-lhes trazido a posse imediata e total do govêrno, o que não ocorrera. No imediatismo de visão, de outro lado, parecia-lhes que o

poder econômico, representado na propriedade territorial, na habitação mais confortável, de mesa mais farta, no uso e gôzo de privilégios sociais, também lhes devia ter sido entregue. Ora, o que viam era tanto um como outro continuarem em mãos dos antigos dominadores. Quase ao findar o período colonial, um capitão-general, o Conde dos Arcos, confessara o seu desencanto com a região, que lhe parecia de uma barbárie impossível de possuir para as excelências da civilização. Os agentes do Govêrno Imperial, a não ser Roso, e êsse ligado à tradição burguesa reinol, estranhos ao processo social, na forma mais selvagem por que se apresentava, também tinham tido a mesma impressão. Nenhum dêles havia compreendido a extensão da importância e da gravidade que êle oferecia para uma política que os orientasse para evitar-lhe a transfiguração. Machado de Oliveira sentira-o e fôra a grande exceção. Propusera-o mais de uma vez. Encontrara, por exemplo, em plena vigência, a exploração do homem pelo homem. Em Monte Alegre, teve ocasião de advertir as autoridades locais, trabalhadores indígenas eram tratados como escravos, o que não poderia permitir como súditos do Império. Décadas antes, o Major Brito Inglês, em comissão oficial, percorrera o Baixo e o Alto Amazonas, visitando os estabelecimentos governamentais de produção. Encontrara o mesmo quadro — exploração da mão-de-obra indígena por métodos, técnicas que valiam como prática de escravismo.

As lutas políticas, que separavam a sociedade paraense, não refletiam, em conseqüência, um estado d'alma apenas partidário. Havia nelas muito mais viva, de um lado, a defesa de privilégios centenários, posições conseguidas com dureza, é certo; de outro, a aspiração de destruí-los para que passassem a desfrutá-los os que tinham vivido como marginais. Aquêle retrato feito por Machado de Oliveira e atrás registrado, dos que integravam a facção filantrópica, valia muito pelo realismo que expressava. Handelman, balanceando os sucessos do Pará, na Cabanagem conseqüente, escrevia que ela era a revolução dos que não tinham contra os que tinham. E não tinham nem encontravam possibilidades de ter se não destruíssem a estrutura sócio-econômica vigente. Na ação que desfecharam, poder-se-á encontrar a confirmação da tese. Nos manifestos que lançaram, nas decisões que tomaram, nos atos que praticaram e êsses geralmente indicados pelas penas governamentais, aquêle objetivo não se externaria em tôda a sua extensão e plenitude. Fala-se em reivindicações políticas, em reação a autoridades estranhas às suas necessidades e problemas, jura-se fidelidade ao Imperador menino, não se pretende em nenhum momento romper a unidade da Pátria. Examinando-se, no entanto, o movimento, no que êle expressa como explosão de multidões mestiças e indígenas da Província, contra a vida e a propriedade dos que desfrutavam o poder político, o poder econômico e a projeção social, compreende-se que a Cabanagem não pode ser inscrita na história nacional como um episódio a mais da aspiração meramente política que distinguiu outros pronunciamentos ocorridos no

Brasil na primeira década após a Independência. Os homens que o integraram e o dirigiram não foram recrutados nas elites da Província. São todos, chefes e soldados, homens do povo, das camadas humildes da população.

*

* *

Eleição do nôvo presidente O govêrno de Vinagre foi agitado. Os atos que praticou, visando ao restabelecimento da ordem, não produziram os efeitos desejados. As proclamações que lançou não sossegaram o interior, onde se registraram conflitos de proporções ponderáveis. A Câmara Municipal de Belém declarou-se contra sua presença à frente da administração. Navios de guerra franceses fundearam no pôrto para exigir satisfações pela busca realizada na residência do Vice-Cônsul de França. Não ficaram satisfeitos na exigência, é certo, mas significaram que a agitação na Província já está criando situação que extravasa as fronteiras do país. Ademais, os pruridos autonomistas eram visíveis.

A eleição dos deputados à Assembléia Provincial dera margem a uma solução legal para o movimento, uma vez que se entregasse o poder a um dos escolhidos pelo voto popular. E foi o que sucedeu. O Dr. Ângelo Custódio Correia, médico, formado em Paris, era o mais votado. Seu nome significava ordem. Como tal, foi recebido, sendo instado a assumir o govêrno.

Uma fôrça naval, vinda do Maranhão, sob o comando do Capitão-Tenente Pedro da Cunha, que recebera instruções do Presidente Costa Ferreira, daquela Província, não cedeu às ordens de Vinagre para regressar a S. Luís, preparando-se para uma ação bélica. Vinagre tentou, parlamentando, consertar a situação. Pedro da Cunha resistiu às insinuações da manobra. E dirigindo-se a Ângelo Custódio, que reconheceu como presidente legítimo, convidou-o a empossar-se, para o que lhe daria a necessária cobertura armada. A Câmara de Cametá prontificou-se a atender à causa da legalidade, servindo a vila de sede provisória do poder constituído. Vinagre tentou a ação militar. Pedro da Cunha ordenou o bombardeio de Belém ao menor sinal de hostilidade partida da terra. Um desembarque de legais para a recuperação de Belém não obteve êxito.

No interior da Província, no entanto, já haviam recomeçado as inquietações. Nas vilas, a Guarda Municipal e a Guarda Nacional estavam em armas para a decisão violenta. Ângelo Custódio, que não conseguira ocupar o govêrno em Belém, instalou-o em Cametá. Foi quando chegou o nôvo presidente, Marechal Manuel Jorge Rodrigues, nomeado pela Regência, alarmada com os acontecimentos, em especial à nova de que a Província separara-se do Império. Recebendo o poder de Ângelo Custódio, o Marechal, a seguir, entendeu-se com Vinagre, com êle concertando

a entrega da capital, o que ocorreu a 26 de julho quando desembarcou, sob a promessa de cessar pràticamente a luta que fazia correr sangue.

A Cabanagem

A lua-de-mel entre os cabanos e o Marechal durou pouco. Um assalto, repelido pelos habitantes, à Vila da Vigia, pelos cabanos, que haviam evacuado Belém, seguido de nôvo ataque de que resultou o assassínio de figuras de projeção na vida local e o abandono do burgo pelas populações em pânico, serviu para o comêço de nova prova de sangue. A 14 de agôsto de 1835, apesar de todos os esforços feitos para impedir o recrudescimento das paixões, o conflito recomeçou. Uma pastoral do Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio de Seixas, tampouco servia à pacificação. O Marechal ordenara a punição dos chefes cabanos. Francisco Vinagre e alguns outros caíram nas mãos das autoridades. Eduardo Angelim e Antônio Vinagre, no entanto, conseguiram escapar, pondo-se à frente de milhares de companheiros que marcharam sôbre Belém. Atacaram-na e aos poucos se foram apoderando das fortificações. A reação legal diminuindo, em breve começou a defecção. O filho do Marechal perdeu a vida. O governante, sem mais o contrôle da situação, refugiou-se na fragata *Campista,* capitânia da esquadra, esta sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra John Taylor. Na Ilha de Tatuoca, nas cercanias da capital, instalou o govêrno. Em Belém, os revoltosos aclamaram presidente Eduardo Angelim. Na refrega pereceu Antônio Vinagre. Os reveses para as armas legais foram continuados. Os rebeldes, de seu lado, pelo interior, praticavam excessos, invadindo vilas e propriedades onde ajustavam contas com os adotivos e com os que compunham a chamada nobreza local, isto é, os proprietários e comerciantes de mais evidentes raízes peninsulares. Reforços vindos de Pernambuco não modificaram o quadro. Os cabanos mostravam-se senhores da situação. Baixo e Alto Amazonas mantinham-se, senão como estranhos, pelo menos numa quietude estranha.

Feijó, a êsse tempo à frente da Regência, na sua decisão de, com mão de ferro, estabelecer a ordem no Império, nomeou então para o Pará outro militar, Marechal Soares de Andréia, que já passou-se no govêrno, em Tatuoca, iniciando preparativos para a retomada da Capital.

Os cabanos, a essa altura e aos poucos, já se estavam assenhoreando da Província. Quando, em alguns distritos, encontravam reação mais viva, abandonavam o ataque. Infiltrando-se nas vilas e povoados, espionavam e espalhavam notícias alarmantes, envenenando, intrigando e solapando as resistências. Conhecedores exímios dos menores detalhes da terra e dos cursos fluviais, usavam de técnicas apropriadas para as incursões que realizavam. Transportavam-se em embarcações de todos os portes, preferindo, todavia, as de menores proporções para escapar às perseguições dos legais, geralmente, a utilizar os lanchões e outros tipos de barcos. Por tôda parte tinham adeptos fervorosos. Formavam multidões e eram recrutados nas classes mais humildes da população — mestiços, índios, negros escravos.

Seus chefes ocupavam os postos como decorrência da capacidade que revelavam em liderança dos grupos. Não havia programas que lhes definissem os objetivos. Nas proclações, no entanto, deixavam claro as suas diferenças políticas, sociais e econômicas com os que lhes pareciam contrários aos seus sentimentos e desejos primários. O ódio contra o antigo dominador e seus descendentes era incrível. Como o propósito de destruição da estrutura social e econômica que culpavam de todos os seus males. O sentido político que pretendem encontrar no movimento, fundamentalmente de massa, não possui a expressão que se lhe pretende descobrir. Aquêles pronunciamentos contra governantes não significaram, realmente, uma demonstração de que visavam reforma na estrutura política.

A figura de alguns chefes em luta

A reação a êsse estado e a essa consciência ocorria, no entanto, com a mesma intensidade. Surgiam, em vários pontos da Província, pequenos chefes locais que, autênticos caudilhos, comandavam resistência ou tiveram a iniciativa da ofensiva que assegurava, à ordem legal, áreas territoriais e comunidades que poderiam, assim, escapar ao envolvimento revolucionário. Ambrósio Aires, cognominado o Bararoá, no Alto Amazonas, Fonseca Coutinho em Borba, no Madeira, padres Prudêncio das Mercês Tavares, em Cametá, e Sanches de Brito, em Óbidos, foram as figuras mais distintas no lado legalista. Coordenaram a cooperação de grandes contingentes de nativos, que os acompanhavam sem hesitações e com os quais criaram tremendos obstáculos à irradiação do movimento, pelo que, contra êles, se dirigia a particular atenção dos cabanos. Dos quatro, apenas Bararoá perdeu a vida nas guerrilhas de que participavam, acossado em ataque que sofreu na região de Autazes, no Amazonas.

Do mesmo modo surgiam e desapareciam ràpidamente chefes cabanos, que perdiam a vida no calor da refrega. Um dêles, Miguel Maparajuba, tornou-se lendário pelo ímpeto das ações e pelo espírito de resistência que apresentou: ataques e operações de resistência em Icuipiranga, no Tapajós.

Eduardo Angelim, cearense, com vinte e um anos de idade, seringueiro, desfrutando de grande popularidade entre os seus companheiros nem por isso, todavia, estava podendo contê-los em muitos dos excessos que a hora nervosa poderia explicar. Homem de fibra, com uma honestidade admirável no trato dos dinheiros públicos, senso de responsabilidade, patriotismo ardentíssimo, governou exemplarmente. Repeliu a insinuação do comandante de uma fôrça naval britânica, que pretendia fazer exigências sôbre insultos feitos a inglêses e roubos cometidos em barco pilhado na área em mãos dos legais, insinuação para aproveitar a oportunidade e separar a Amazônia da comunhão imperial. Como, ao deixar a cidade, fêz chegar às mãos de Andréia os dinheiros que existiam nos cofres da tesouraria provincial e não utilizados nos dias do govêrno que exercera.

Soares de Andréia, comunicando aos ministros da Guerra e do Império as suas primeiras impressões, confirmava que a situação era realmente muito difícil, uma vez que a Província tôda mergulhara em desordem. Os núcleos urbanos maiores e menores caíam em poder dos cabanos, que promoviam, dêsse modo, uma guerra civil de gigantescas proporções. Andréia trouxera uma grande fôrça naval, sob o comando do Capitão-de-Fragata João Frederico Mariath. Transferindo a sede do govêrno legal de Tatuoca para Arapiranga, iniciou os preparativos de recuperação da Capital, primeiro grande passo para a restauração da ordem. Proibiu o contato com a terra ocupada pelos cabanos. Convocou os que podiam participar da operação, concitando os núcleos que resistiam a se manterem firmes.

A vitória pende para os legais

Eduardo Angelim, pulso forte, encontrou entre os companheiros oposição que crescia. Os irmãos Vinagre, desejosos de mando e dominados pelo espírito de vingança, criaram-lhe dificuldades. D. Romualdo Coelho tentou a pacificação sugerindo a entrega de Belém à autoridade legal. Angelim estava de acôrdo. Os companheiros mais exaltados, no entanto, opunham-se à solução. Tentaram, no auge do desespêro, julgando-se traídos, incendiar a cidade. D. Romualdo, que já lhes falara no palácio governamental, mostrando-lhes a necessidade da deposição das armas, embora enfêrmo, amparado por dois sacerdotes, compareceu aos locais de maiores desatinos, exigindo que o fogo fôsse apagado, no que lhe prestaram obediência. Angelim, falando ao Bispo, confessou-lhe que já não dispunha do poder para impedir os excessos.

Um pedido a Andréia, do Bispo e de Angelim, êste autorizado pelos oficiais de sua fôrça, para anistia prévia visando à cessação da luta, foi recusado. Angelim propôs a cessação do fogo de parte a parte até o pronunciamento da Assembléia Nacional sôbre pedido de anistia que lhe fôsse dirigido. Andréia voltou a recusar, dizendo, em ambos os casos, que lhe faltava autoridade para aceitar as propostas. Na oportunidade concitou o chefe cabano a deixar Belém, retirando-se para algum ponto da Província, onde não seria molestado, mas onde não deveria criar posição fortificada enquanto o Parlamento decidisse. Obrigava-se o Presidente a levar o assunto à consideração imediata do Imperador.

Em face do sucedido e sem esperanças de recursos organizados para resistir, Angelim decidiu evacuar a Capital, o que ocorreu entre 12 e 13 de maio, depois de um ligeiro encontro na Pedreira. Nova troca de ofícios entre êle, o Bispo e Andréia, procurando facilitar a retirada e assegurar menores perigos aos rebeldes, falhou. Andréia, seguro da vitória, mostrava-se intransigente, exigindo submissão.

Na tarde dêsse mesmo dia 13, um grande destacamento enviado por Andréia, sob o comando do Major Francisco Luís de Sousa e Capitão-de-

-Fragata Mariath desembarcou no pôrto de Santo Antônio, iniciando a ocupação da cidade. Restava, dos contingentes cabanos, estimados em 5.000 homens, apenas uma pequena fôrça de 200 rebeldes, que foram dominados e presos.

A 14, Andréia fazia a sua entrada em Belém. Havia na cidade quase ùnicamente mulheres.

Segundo o descritivo de Raiol, "a cidade despovoada apresentava por tôda parte um aspecto sombrio e contristador. Os rebeldes se tinham descuidado inteiramente da limpeza pública. As ervas e arbustos invadiam as ruas, as praças e as estradas. As valas nem mais davam esgôto às águas; entulhadas de areia e lôdo, formavam verdadeiros tremedais em vários pontos. Reconheceu-se então o grande estrago causado pela artilharia dos navios de guerra durante os nove dias de fogo no mês de agôsto. As casas estavam abertas e em estado de ruínas, com raras exceções; umas quase demolidas, outras destelhadas e esburacadas ameaçavam desabar, não tendo muitas nem portas, nem janelas; os facciosos as haviam arrancado para servir-lhes de combustível nos diferentes misteres da vida, durante os oito meses e dezenove dias que estiveram senhores da Capital".

A ocupação de Belém não encerrava o drama da Cabanagem. Os rebeldes, escapando naquele primeiro momento da vitória dos legais, prosseguiriam nas guerrilhas em que se revelavam mestres. A rêde hidrográfica e a floresta eram-lhes aliados certos e seguros. Andréia compreendeu o problema na sua extensão e gravidade. E iniciou as operações de recuperação da Província.

A recuperação da Província

As garantias constitucionais haviam sido suspensas pelo Govêrno Imperial, por seis meses, na Província convulsa. Andréia estava autorizado a prender, sem culpa formada, e a conservar em prisão, sem processo regular, no decorrer daquele prazo, os indiciados "em qualquer dos crimes de resistência, conspiração, sedição e homicídio", e a retirar da Província quantos fôssem considerados como fatôres de desordem ou perigosos ao restabelecimento da paz coletiva.

No uso dessa competência excepcional, Andréia praticou os atos que julgou necessários. Salvou vidas, evitou desatinos, conteve excessos dos que se queriam vingar dos cabanos, mostrando sua autoridade sem a menor hesitação. Revelou-se chefe decidido, justo, mas sereno. Levado à sua presença, em palácio, por exemplo, o Tenente-Coronel Manuel Joaquim Peixoto Feio, comandante do destacamento do Moju, salvou-lhe a vida, evitando que, enfurecidos, os presentes ao ato o justiçassem imediatamente. O oficial cabano cometera as seguintes monstruosidades: mandara atear fogo à casa de palha onde estavam escondidos dois rapazes, fugidos de Belém por ocasião da retirada do Marechal, os quais morreram queimados; fizera fuzilar, friamente, 80 legais que capturara, assistindo à matança sentado em uma cadeira.

Os sucessos da guerra civil, em episódios como êste, somavam muitas dezenas de casos. Como que um furor sangrento apoderara-se de cabanos e de legais também. Um ódio imenso marcava o movimento, dividindo a sociedade imatura.

A recuperação da Província ia ser emprêsa demorada e difícil. Soares de Andréia, em uma de suas exposições ao Ministro da Guerra, dizia:

"A insurreição foi geral. Por tôda parte aonde houve um homem branco ou rico a quem matar e alguma coisa que roubar aparecia logo quem se quisesse encarregar dêsse serviço, e dêste modo ainda hoje estão em rebeldia todo o Alto e Baixo Amazonas e tôda a Ilha do Marajó e estamos às mãos com rebeldes por todos os lugares." Noutro relato, escrevia: "Por muito tempo estará a agricultura nesta Província quase em abandono porque todos fogem do campo e os rebeldes que vão sendo destroçados ficam espalhados aos quatro e seis e ainda matando e incendiando sem que seja possível encontrá-los e mesmo encontrando-os e sendo presos não podem ser processados, porque êles só é que são testemunhas de seus crimes e assim nunca serão punidos. O único remédio só poderá ser conservarem-se os moradores nas suas casas e irem caçando êles como as feras; mas além disto não ser legal esta gente está tão acobardada, que uma dúzia é capaz de fugir a dois." Descrevendo os horrores de que era teatro a Província, afirmava: "Tôdas as mais vilas, lugares, fazendas, casas e choupanas desta Província, ou ficarão habitados por cabanos, se seus donos o eram; ou seus donos se não fugiram foram mortos e as casas ficaram ocupadas por cabanos, conservando--lhes em algumas as mulheres e filhos dos proprietários, muitos dos quais foram obrigados a rir e bailar à roda dos cadáveres de seus parentes."

A essa situação de insegurança e de pavor, Andréia somava a perspectiva de fome, que êle antevia "terrível", e para debelá-la impunham-se providências imediatas capazes de, sem desservir às fôrças em operações, permitir o suprimento das populações ordeiras, sôbre o que deveria recair o ônus da restauração.

Prisão de Angelim

A preocupação maior, uma vez que seria meio caminho para a vitória fácil, era a captura de Eduardo Angelim, que o Presidente considerava "um rapaz de pouco mais de vinte anos que, sem instrução e só pela sua audácia e coragem, soube manter-se entre malvados e assassinos e teve prestígio para ser chamado Presidente e obedecido até ser prêso decorrendo cinco meses de reveses e desgraças que êle continuamente experimentou".

As operações para a prisão, por isso mesmo, constituíram-se da maior importância. Sabendo que o chefe cabano refugiara-se no Acará, para lá expediu fôrça sob o comando do Tenente-Coronel Joaquim José Luís de Sousa. Angelim foi atacado, ferido, conseguindo, no entanto, escapar. O Acará parecia, a Andréia, a região credenciada para refúgio do chefe rebelde e para a preparação de novos contingentes com que lançar-se sôbre Belém.

Organizada, em setembro, outra expedição, num total de 730 homens, que viajaram em flotilha de oito embarcações, capitaneada pela corveta

Regeneração, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Mariath, o acampamento de Eduardo Angelim sofreu ataque, sendo ocupado. Havia nêle, além de dezenas de famílias que o haviam acompanhado de boa vontade ou obrigadas, seiscentos escravos. Angelim escapou ainda desta vez, internando-se em direção às cabeceiras do Capim, protegido e ferido, com seus familiares por índios aliados.

No dia 30 de outubro, cercado o lugar onde se escondia, margens de um lago chamado Ponta Real, aprisionados os que o acompanhavam, foi procurado. Andava caçando. Ao voltar, descoberto, não reagiu, sabendo do aprisionamento da espôsa e dos irmãos. Trazido para Belém, foi levado à presença de Soares de Andréia que assim descreve a cena, em ofício de 7 de junho de 1830 ao ministro da Guerra: "Êste rapaz tem uma daquelas almas, que segundo as circunstâncias da vida dos que as possuem tornam-se ou grandes homens ou grandes malvados. Quando se me apresentou e em tôdas as respostas que me deu mostrou sempre firmeza, decência mesmo, e nem por sombra o mais pequeno sinal de abatimento de espírito".

Transferido para Fortaleza da Barra, uma vez que havia receio de que a bordo da *Defensora*, onde estavam recolhidos trezentos rebeldes, êstes se levantassem às suas ordens, seguiu para a Côrte.

A revolta continua

O fim da guerra civil não estava, porém, alcançado. Os grupos de cabanos, espalhados pelo interior, não cessavam nas investidas. No Baixo Amazonas, no Tapajós, no Marajó, praticavam tôda sorte de atentados. A recuperação da Ilha do Marajó, o assalto bem sucedido a Icuipiranga, nas cercanias de Santarém, foram êxitos alentadores para as armas governamentais. Nem por isso significavam o sucesso final. Porque prosseguiu a luta, sem quartel de parte a parte, praticando-se barbaridades, que revelaram um estado de excitação coletiva, de difícil domínio.

Os conflitos eram violentos. Falara-se até em secessão da Província, uma vez que o Govêrno Imperial não se mostrava suficientemente forte para vencer. Emigrados para Caiena, segundo a suspeita de Andréia, teriam ali dados sinais de que a intervenção estrangeira, a proteção de potência forte como a França e a Inglaterra, seria bem acolhida pela população ordeira, cada vez mais atemorizada. Falava-se em projeto de constituir-se uma República independente no Alto Amazonas, idéia que teria sido levantada pelo vigário de Óbidos e líder da reação legal ali, Padre Antônio Manuel Sanchez de Brito.

Fôrças do exército regular, vindas do Ceará e de Pernambuco, além de contingentes de soldados estrangeiros, alemães, engajados, empregadas sem cessar, não apresentavam o rendimento esperado. Ignoravam o meio físico. Oficiais e soldados adoeciam constantemente, atacados de malária. A base humana para a ação militar, em conseqüência, tinha de ser fundada

nos próprios elementos locais, mobilizados, mas sempre sob a suspeita de simpatizantes dos cabanos, ou não dispostos, por mêdo de vingança futura, a uma atitude mais firme.

Soares de Andréia não desejava a violência. Proibia, em constantes ordens e instruções a seus comandados, o uso de métodos contrários às leis de guerra. Nem sempre era obedecido, nesse particular. Em seu entender, militar que era, a pacificação só seria alcançada se nos pontos mais importantes da Província fôssem localizados comandos militares devidamente aparelhados para a severidade das lições marciais. Com êsse propósito, dividiu a Província em áreas militares. E em Santarém, como centro principal do Baixo Amazonas, localizou a sede da chamada "Expedição do Baixo Amazonas", entregando-a à direção do Tenente-Coronel Manuel Muniz Tavares. Seria suficiente? Confessava Andréia: "Esta rebelião precisa uma lei particular que não exija mais cerimônias para acabar com êles..."

A intriga no meio da soldadesca legal criava problemas. O sôldo não era pago em dia. Os boatos aterradores circulavam, inclusive em Belém. Urdui-se mesmo um atentado contra a vida de Andréia, acusados de sua preparação elementos legalistas que estavam em choque com o presidente.

O curto govêrno de Sousa Franco

Em 8 de abril de 1839, Andréia passou o govêrno ao seu substituto, Dr. Bernardo de Sousa Franco, que era, assim, o terceiro paraense a ter a direção da Província. Confessava que em alguns pontos, como no Alto Amazonas, ainda só se podia conservar a paz com armas nas mãos.

Sousa Franco, que atingira altos postos na vida política do Império, como parlamentar, presidente de províncias e ministro de Estado mais de uma vez, sentindo que a simples movimentação de fôrças não importava em sucesso visando à paz, pediu ao Govêrno Imperial a decretação da anistia. Insistiu na conveniência da medida. Esta veio nos decretos de 4 de novembro de 1839 e de 22 de agôsto de 1840, ampliado a todos quantos, para todo o Império, se achavam culpados de crimes políticos.

Balanço

A 20 de fevereiro de 1840, empossado na Presidência o Dr. João Antônio de Miranda, comunicava a 8 de maio ao ministro da Guerra: "ao Govêrno desta Província acabam de se entregar apresentando-se às autoridades de Luzéia novecentos e oitenta rebeldes com as suas competentes armas, reúnas, clavinas, arcos e flechas". Comandava a praça de Luzéia, hoje Maués, o Tenente-Coronel José Coelho de Miranda Leão. Os rebeldes obedeciam a Gonçalo Jorge de Magalhães. O ato ocorreu a 25 de março. Pouco antes, em janeiro, outro grupo rebelde rendera-se, na foz inferior do paraná do Ramos, ao Capitão João Valente de Couto; mais de trezentos rebeldes. Em outros pontos da Província, à nova de anistia ampla, depuseram as armas os cabanos vencidos.

Segundo Raiol, cêrca de 30.000 pessoas haviam perecido nos choques, ou em conseqüência de ferimentos recebidos. Os excessos cometidos não tinham conta. De parte a parte, se haviam praticado brutalidades incríveis. Além daquelas atribuídas aos cabanos, os legais possuíam as suas contas no grande haver de horrores:

"rebeldes, verdadeiros ou supostos, escreve Raiol, eram procurados por tôda parte e perseguidos como animais ferozes! Metidos em troncos e amarrados, sofriam suplícios bárbaros que muitas vêzes lhes ocasionavam a morte. Houve até quem considerasse como padrão de glória trazer rosários de orelhas sêcas de cabanos".

*
* *

O desenvolvimento material da Província

No decorrer do Primeiro Reinado, o Pará experimentara uma evolução difícil, marcada muito mais pelos sucessos de natureza político-partidária que pelas mudanças econômicas. Os três governantes que passaram pela direção do Estado viram-se obrigados, pela gravidade do momento e pela exaltação cívica, a dedicar preferentemente a sua atenção para as coisas da ordem pública comprometidas incessantemente. Na correspondência com os ministros do Rio, confessando as suas apreensões, em nenhum momento, no entanto, desacreditaram das possibilidades da Província para recuperar-se e progredir. O desenvolvimento material da Província, em conseqüência, não ocorreu na extensão desejada. Como o progresso espiritual, representado no desenvolvimento do ensino. O método lancasteriano, em vigor, constituiu a maior experiência pedagógica, com sucesso de muito pouco relêvo. A rêde escolar não cresceu. De maior importância foi um curso prático de Cirurgia criado na presidência de Araújo Roso, lecionado pelos médicos oficiais, mais um ensino visando a preparar pessoal assistente para os hospitais que pròpriamente um instituto de sentido universitário.

Os viajantes que estiveram em Belém, nos depoimentos que transmitiram, foram unânimes em registrar os aspectos de grandiosidade da Capital no que ela possuía vindo do passado recente, nada indicando, no entanto, como obra de relêvo da nova fase de vida criada com a Independência. As atividades criadoras, mesmo as de iniciativa privada no campo econômico, refletiam a instabilidade que se criara. Os receios de todos e a insatisfação coletiva não autorizavam as realizações acima da rotina. Os recursos para o pagamento dos servidores públicos não eram suficientes e vinham provocando as quarteladas. Ao Maranhão, de quando em vez, os presidentes do Pará solicitavam, por isso, o necessário que lhes permitisse satisfazer os mais prementes compromissos do erário provincial. Aos próprios homens do comércio e da indústria locais, mais de uma vez haviam solicitado, também, a ajuda financeira. A emissão de moedas de prata e

de cobre serviu, por fim, como solução encontrada para diminuir as crises. Houve, para tal, a autorização imperial. Mas a maquinaria para a emissão não era de boa qualidade. Pereira de Burgos, valendo-se de suas relações em Lisboa, conseguiu ali instrumental melhor, que permitiu um cunho menos rústico.

O Jardim Botânico, criado no govêrno do Capitão-General Sousa Coutinho, como o Arsenal de Marinha, que substituiu a Casa das Canoas, dos primeiros tempos da colonização, e onde se haviam construído barcos, para o tráfico de homens e mercadorias a longa distância, da Companhia do Comércio, e barcos para a frota do Govêrno português, constituindo dois motivos de certo orgulho local, deviam ser cuidados pelo Govêrno como peças do mecanismo do Estado. Apesar de tôdas as dificuldades existentes, foram atendidos no essencial. No Arsenal, construiu-se um barco de guerra, a escuna *D. Januária,* quilha batida a 29 de julho de 1824 e lançada à água a 6 de janeiro de 1835, com oito peças de artilharia; fizeram-se reparos nas embarcações da armada nacional e iniciou-se a construção de outros navios, solicitados pelo Ministério da Marinha.

No Jardim Botânico, chamado a dirigi-lo o Dr. Correia de Lacerda, naturalista que elaborou uma história natural e uma geografia médica regionais, fizeram-se obras de recuperação e de intensificações de trabalhos científicos, experimentando-se espécies e ampliando-se as áreas de cultura do hôrto.

As fortalezas da cidade, com o que os recursos permitiam em dinheiro e pessoal especializado, foram reparadas. Procedeu-se ao estudo da navegabilidade de alguns rios para embarcações de maior calado que os da frota fluvial, dos "ubás" às "cobertas". Essa frota era fundamental à vida regional. Representavam um imenso capital e asseguravam as comunicações e os transportes com os portos mais distantes da Província. Em 1826 fundeava em Belém o *Amazonas,* navio a vapor, pertencente à New York Society, incorporada nos Estados Unidos, por iniciativa do encarregado dos negócios do Brasil nos Estados Unidos, Conselheiro José Silvestre Rebêlo. Pretendia subir o rio, iniciando a revolução comercial com o uso de uma nova embarcação. A região reagiu à iniciativa progressista. É que, se o *Amazonas* entrasse a navegar, seguido de outros da mesma companhia estrangeira, ocorreria o desemprêgo em massa dos que tripulavam as pequenas embarcações da rotina fluvial, paralisadas pela concorrência que surgia. O impacto seria violento demais, numa economia que crescia lentamente. E o resultado imediato foi a negativa da permissão solicitada, resolução adotada por uma assembléia convocada pelo Presidente Burgos.

As diferenças sociais

As diferenças sociais, sejam aquelas que se avaliam pelo uso e abuso do poder econômico, sejam as que resultam no acesso às posições, inclusive as da administração pública, não

haviam sofrido alterações sensíveis. Na correspondência daqueles governantes com o ministro do Império ressalta bem viva e bem clara a aflição que os assaltava, compreendendo que a situação se agravava com êsse distanciamento social. A terra continuava em mãos dos antigos dominadores ou seus descendentes mais diretos. Econômicamente, eram êles a fôrça visível. E se passamos à constatação do que se estava sucedendo quanto aos postos de comando na vida regional, a conclusão é a mesma — os de raiz mais visìvelmente indígena não haviam ascendido. O clero, êsse sim, compunha uma exceção: era clero formado no Seminário local e recrutado nas classes mais humildes. Como os postos de menor categoria nas Fôrças Armadas. Sentiam-se lesados os da terra. O clima de mal-estar, não o poderemos encontrar, portanto, apenas nas exaltações partidárias, mas naqueles sintomas sociais de perigo à vista.

Em memorial ao Govêrno Imperial, os três governantes haviam indicado à magnificência imperial, nomes de afeiçoados que lhes pareciam merecedores de títulos e mercês. Em petição ao Imperador, os que haviam pegado em armas ou favorecido as agitações ideológicas, de seu lado, tentavam o mesmo pedindo as mercês do Trono. Batista Campos, por exemplo, apesar dos protestos de Araújo Roso, conseguira a Ordem do Cruzeiro. Cinqüenta e quatro paraenses, em longo abaixo-assinado, datado de 28 de agôsto de 1823, e que se guarda na seção de manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fizeram o perfil do Cônego, insistindo na sua atuação como "um dos primeiros cidadãos da Província do Pará que desenvolveram denodadamente aderência ao sistema de Independência Política do Império do Brasil". A Ordem fôra concedida em paga a êsses serviços à causa nacional.

A vida política

No plano político é de assinalar que a Constituição fôra jurada nos Conselhos municipais sem a menor dificuldade, em atos públicos solenes. Houve, em muitas vilas do interior, Tedeuns, pregando os respectivos vigários sôbre a excelência do texto e a necessidade da união de todos pelo bem comum.

No tocante à composição do Parlamento, o Pará elegeu, como seus primeiros representantes: José Tomás Nabuco de Araújo, secretário de Roso; Francisco de Sousa Moreira, procurador da Fazenda Nacional e ex-deputado às Côrtes de Lisboa; Arcebispo Romualdo Antônio de Seixas; José Joaquim Nabuco de Araújo, tio de José Tomás e figura de importância no Paço Imperial; João Severiano Maciel da Costa, ex-intendente da Guiana Francesa, futuro Marquês de Queluz e ministro de Estado; Pedro Henrique, proprietário, falecido pouco depois do pleito.

A Assembléia Provincial, criada pelo Ato Adicional, só em 28 de fevereiro de 1838 foi instalada. Integraram-na, realmente, figuras expressivas do meio social e econômico: padres, proprietários rurais, servidores do Estado. Eleita regularmente, teve de enfrentar o estado de guerra criado

pela Cabanagem, o que lhe impediu o funcionamento regular antes daquela data. Sua missão não se restringia àqueles atos de rotina legislativa para manter em exercício pleno a máquina administrativa, mas, na conjuntura política delicada, conseguir as condições essenciais a que as autoridades executivas pudessem bem cumprir os seus deveres. Nesse particular atuou com coragem e eficiência. Deu, ao Presidente Soares de Andréia e seus dois sucessores imediatos, aquêles recursos que êles solicitaram. Aprovou o primeiro Orçamento da Província, datado de 8 de maio de 1838, lei n.º 6. A receita não pode ser estimada à falta de segurança na arrecadação a fazer-se, mas a despesa somava 247:770$000. Encerrado o ano financeiro, verificou-se que essa reduzia-se a 138:783$489, enquanto a receita alcançou os 230:799$524.

A vida econômica

A economia provincial, nessa fase, isto é, o período regencial, não experimentou qualquer melhora. Não podia experimentar. A guerra civil tudo destruíra. As áreas rurais e de pecuária sofreram não apenas na perda de mão-de-obra, solicitada para as ações militares, mas na própria destruição das culturas e morte do gado, incêndio das propriedades.

"Em alguns lugares do Baixo Amazonas e do Marajó, onde a criação de gado constituía, *grosso modo*, o fundamento da vida das populações, fazendeiros que possuíam, no começo da triste jornada política, entre cinco e seis mil cabeças de gado, se viam reduzidos a doze vacas. As lavouras de cacau, algodão, café, tabaco, cana estavam destruídas."

Milhares de embarcações do giro mercantil ou se perderam ou não entraram em atividade, receosos os seus donos de as perderem nos conflitos que envolviam o interior. Para atender às exigências do Tesouro, a Assembléia autorizou a emissão de 400 contos de réis em vales, a serem aceitos como moeda corrente em tôdas as repartições. No interior, os moradores recusavam o papel-moeda. As moedas de cobre eram recebidas com certas restrições, enquanto as de prata tinham aceitação total.

A idéia de utilização de barcos a vapor para transporte de passageiros e mercadorias, não pôde ser realizada. Faltava a base financeira necessária. Os recursos locais eram escassos.

Na sua primeira sessão, a Assembléia aprovou 13 leis, justamente aquelas essenciais à recomposição da vida administrativa. No particular da ordem social, a população, ao invés de crescer, diminuía por efeito da grande comoção. Dezenas de pequenos núcleos deixaram de existir. Escravos, seduzidos pelas liberdades que anteviam na revolução, incorporaram-se aos grupos em ação, deixando os senhores. Na composição da sociedade, não se alteraria o quadro clássico, uma vez que não chegou, para alterar-lhe a fisionomia, o contingente estrangeiro que veio mais tarde. Além de portuguêses encontravam-se alguns franceses, inglêses e italianos,

espalhados na imensidade regional. O grosso da população constava de tapuios. Os índios pacificados somavam também algarismos elevados. Os brancos descendiam de portuguêses. Em Belém moravam, entregues a pequeno comércio, alguns judeus, que sofriam constantes insultos e maltratos físicos. Havia, na capital, quatro agentes consulares: inglês, francês, norte-americano e português.

A vida religiosa

A situação da diocese paraense, que compreendia as Vigararias-Gerais do Baixo e Alto Amazonas, aquela com sede em Santarém e esta em Manaus, não eram boas. Acompanhavam o ritmo da decadência que envolvia a Província em todos os setores. Em 1838, conforme se verifica do relatório apresentado ao presidente da Província, não havia sacerdotes bastantes para as paróquias. As igrejas apresentavam aspecto decadente. Desmoronavam muitas delas. A pobreza das populações criara para essas freguesias aperturas dolorosas. Os cofres do Estado, devido aos incidentes da Cabanagem, não podiam socorrê-las. As côngruas não eram pagas. As ordens religiosas que tinham feito a maior obra de cristandade na Província, no período colonial, também não possuíam gente para satisfazer as socilitações do prelado. Os franciscanos da Província de Santo Antônio reduziam-se a dois frades decrépitos! No Seminário, de tradições tão interessantes na história espiritual da região, contavam-se apenas quatro estudantes, mantidos pela Fazenda Pública com 200$000 anuais.

Na Catedral, deviam normalmente ter exercício quatro dignitários, quatorze cônegos e oito beneficiados. Pois só havia cinco cônegos e um beneficiado. A morte e a velhice encarregaram-se de abrir claros fundos para os quais não se conheciam remédios.

O comércio externo

Ainda em 1841, as condições da Província eram difíceis. Às unidades militares mobilizadas para as operações de guerra devia o Tesouro 31 meses de sôldo. Da tesouraria da Bahia, durante seis meses vieram vinte contos de réis. Entre dezembro de 1839 e abril de 1840 o Ministério da Fazenda remeteu, em três parlecas, 170 contos. A receita para 1840-41 estava orçada em 341:408$277 e a despesa em 834:946$192.

O intercâmbio com o exterior, desde a abertura dos portos do Brasil ao comércio mundial, desenvolvera-se regularmente. Com a guerra perdeu intensidade. Processava-se com Lisboa, Pôrto, Londres, Liverpool, Barbados, Caiena, Alexandria, Nantes, Salen, Gibraltar, Índias Ocidentais, Havre, Boston, Nova Iorque, Gênova, Guadalupe. As relações pelo litoral brasileiro efetivavam-se com S. Luís, Fortaleza e Recife. A exportação consistia de cacau, castanha, salsa, piaçava, café, algodão, açúcar, cravos, sementes oleaginosas, borracha, arroz, grude e sapatos de borracha, de incipiente indústria local e com mercado nos Estados Unidos. A impor-

tação constava do essencial à vida diária e ia dos alimentos aos objetos de uso doméstico, roupas, utensílios variados.

2. RIO NEGRO

Condição política da Província

No decurso dêsses anos de dura experimentação política na Amazônia, o Rio Negro vivera uma vida senão particular ou estranha aos sucessos que vinham marcando o momento, pelo menos já com acentuada distinção. É que, pela condição administrativa, a Capitania subordinada estava aspirando a desvincular-se do Pará, defendendo o princípio de que, para que seus escassos e pobres habitantes se sentissem em melhores condições existenciais e a própria Capitania experimentasse um progresso veloz, ou menos lento, talvez seja melhor dizer, era preciso graduá-la como Província. À condição política, portanto, ligava-se a solução dos problemas de desenvolvimento econômico e de bem-estar social.

Mandando representante à Constituinte, que se reuniu em Lisboa, começara a sua experiência ideológica com certa desenvoltura: depusera o Governador Manuel Joaquim do Paço, que representava o absolutismo e escolhera governantes, organizados em Junta. Não se manifestara em demonstrações de rebeldia, como sucedera com o Pará, que pulsara abertamente contra a permanência do domínio português e desafiara os militares que serviam àquela causa, mas aceitara o fato consumado da Independência na esperança de que o Govêrno Imperial lhe atendesse aos anseios, reconhecendo-o como Província.

Sucede, porém, que, inexplicàvelmente, não foi essa a solução dada. Se é certo que no projeto de Constituição, submetido à Constituinte Brasileira, ao falar-se na base físico-política do Império, considerava-se o Rio Negro, quando, mais tarde, depois da dissolução da Assembléia, foi outorgado pelo Imperador o texto magno a vigorar para o País, já não houve a mesma referência específica. E a seguir, nomeando os presidentes das províncias, D. Pedro não deu ao Amazonas um titular como fêz em relação ao Pará e às outras capitanias menores como o Rio Negro.

A Capitania amazonense, em conseqüência, passou a ser tida e havida como parte integrante do Pará. Não mais naquela condição anterior, de Capitania subordinada, mas como área política no máximo considerada como Comarca.

A situação que se criou era, realmente, uma situação *sui generis*. Não sendo mais Capitania, e não tendo sido reconhecida como Província, e as demais capitanias o haviam sido, que era o Amazonas no quadro político-administrativo do Império nascente?

Dissemos acima que passou a ser considerado como Comarca do Pará. Foi essa a interpretação que os presidentes do Pará adotaram. Baseados em algum texto de lei? Evidentemente, não, pois que nada havia a respeito. O silêncio da Constituição estava gerando, porém, aquela interpretação tôda especial.

Luta de poder entre as autoridades

Os amazonenses, logo depois da adesão ao Império, o que sucedeu a 9 de novembro de 1823, escolheram govêrno próprio, elegendo uma Junta sob a presidência de um oficial de milícias e proprietário rural, de nome Bonifácio João de Azevedo. Essa Junta fêz proceder ao juramento da Constituição outorgada, que lhe suprimia, inclusive, a existência legal. Mas nem por isso se julgou extinta. Em conseqüência, continuou a funcionar, trocando correspondência com os presidentes do Pará, que, de seu lado, nada fizeram, no primeiro momento, para dissolvê-la ou ignorá-la como poderia parecer razoável.

Exercia as funções judiciárias, no Lugar da Barra, hoje Manaus, o Ouvidor Domingos Nunes Ramos Ferreira, que fôra um dos cabeças do movimento que depusera o governador Paço. Entendendo que a Junta não podia continuar a funcionar e era êle a maior autoridade na região, decidiu opor-se a que continuasse, indefinidamente, daquele modo, a vida política local. E ajudado pelo Tenente-Coronel Francisco Ricardo Zany, que também participara da deposição de Paço, iniciou a campanha visando derrocar a Junta. Dirigiu-se aos presidentes do Pará, sustentando a sua tese. E recusou qualquer aproximação com a Junta. As escaramuças foram aumentando de tom. Os boatos de alteração da ordem chegaram a Belém, para onde se dirigiu Ricardo Zany, que levou a incumbência de obter o concurso das autoridades do Pará.

Presidia a Província José Félix Pereira de Burgos. Informado do que estava ocorrendo e receando que a anarquia envolvesse o Amazonas, Burgos despachou para Manaus um barco de guerra, a escuna *Carolina*, do comando do Primeiro-Tenente Antônio Maximiano de Chermont Costa Cabedo, a que deu instruções severas. E em ofício ao ouvidor, determinava-lhe:

> "Logo que esta lhe fôr entregue pelo 1.º Tenente da Armada Nacional Imperial, Antônio Maximiano de Chermont Costa Cabedo, Comandante da Escuna de Guerra *Carolina*, V. S.ª reassumirá em si o Govêrno Civil e Militar dessa Província; que atualmente é exercitado pela Junta Provisória, que ficará imediatamente extinta. Depois de dar as providências competentes a fim de pôr-se os Negócios dessa Província em Ordem Muito Principalmente a respeito do Sossêgo público, em que deve manter êsses Povos com respeito às Leis do Império; V. S.ª procederá a uma Devassa sôbre a conduta dos Membros da referida Junta Provisória, que consta protegem facções, e espalham ou consentem, que se espalhem palavras subversivas e incendiárias."

A Junta Governativa

Costa Cabedo chegou a Manaus na noite de 16 de junho. Fundeou, escusando-se de qualquer contato com terra. A Junta alarmou-se. As conjeturas foram as mais variadas.

Em Manaus, após o 9 de novembro, quebrara-se aquela quietude anterior, registrando-se um visível mal-estar. Anunciavam-se hostilidades, violências contra os antigos dominadores lusitanos. Confundiam-se, êstes, com os que não consideravam a Junta Governativa funcionando legalmente. E já haviam representado para Belém, denunciando perseguições e perspectivas negras no tocante à segurança física de todos êles. Em Moura, por exemplo, pequeno núcleo urbano do Rio Negro, acima de Manaus, verificara-se uma demonstração pública de nacionais contra portuguêses. Falava-se, à bôca pequena, que D. Pedro ordenara não apenas a expulsão daqueles, mas também o seu assassínio, num banho de sangue que significasse a afirmação definitiva dos brasileiros em se manterem livres, inteiramente livres.

A Junta, procurando esclarecer-se sôbre o que poderia significar a presença da escuna, mandou um emissário a bordo. Foi infrutífera a providência. Porque Costa Cabedo não se dignou atender ao esclarecimento que lhe pediram. E só no dia seguinte compareceu à sede do Govêrno para dizer ao que vinha. Fê-lo com clareza. Nada, no entanto, apurou. Os boatos eram muitos. As reclamações contra a Junta, acusada de violenta, eram abundantes. Nada mais que isso. O mais grave continuava a ser a desavença entre o Ouvidor Ramos Ferreira e os membros do Govêrno. Costa Cabedo de tudo ia prestando informação a Pereira de Burgos. Por fim, certo de que não havia motivos para maiores receios, regressou a Belém.

José Félix Pereira de Burgos, quando mandou a Manaus o comandante Costa Cabedo, na escuna *Carolina*, com aquelas ordens drásticas de aprisionamento da Junta Governativa local, já procurara encontrar, suavemente, uma solução para o problema amazonense. E essa solução constara de um apêlo dirigido à Junta e ao ouvidor.

Falando-lhes de alma aberta, o presidente da Província dissera-lhes que era preciso pôr têrmo às contendas em que viviam, a bem da tranqüilidade e do progresso da coletividade. A manutenção da desafeição que os separara não traria bem-estar à região. Se todos lhe falavam das condições críticas, de ordem econômica, que afligiam a antiga Capitania, pedindo-lhe recursos e providências para, pelo menos, sustar o prosseguimento da decadência, por que não se entendiam, dêsse modo passando a contribuir para encerrar ou diminuir a crise?

O Presidente Burgos, em face das informações que recebera de Costa Cabedo e de todos os mais dados de que dispunha, decidiu agir com nova decisão, o que não importava em violência. Que fêz? Aboliu a Junta. E ordenou ao ouvidor que atuasse na sua competência exclusiva de magistrado. Quanto aos assuntos militares, designou o Capitão Hilário Pedro Gurjão para o comando das armas. Mas, para não deixar os amazonenses desalentados nos seus anseios de uma administração própria, determinou que a Câmara Municipal de Barcelos descesse de sua sede para Lugar da

Barra, para exercer ali o govêrno puramente municipal, conquanto Lugar da Barra não fôsse vila.

Essas providências deviam ser comunicadas ao ministro do Império, então Estêvão Ribeiro de Resende, para aprovação de Sua Majestade. A 23 de julho de 1825 fêz a comunicação. Sugeriu, então, que fôsse nomeado para o Rio Negro um presidente subordinado ao do Pará, o que evidentemente não podia ocorrer sem ferir-se a Constituição.

A 8 de outubro de 1825, o ministro do Império, em nome do Imperador, comunicou a Pereira de Burgos que estavam aprovadas as providências que tomara, no tocante à situação política do Amazonas.

A Junta Governativa substituída pela Câmara de Barcelos

A Câmara de Barcelos, em cumprimento às ordens do Presidente, não se demorou a descer para Manaus. E a 3 de dezembro de 1825 instalou-se, recebendo, da Junta, o Govêrno Civil da Comarca. Pela lei, suas atribuições não iam muito longe, restringindo-se à administração municipal. Em face, porém, do ofício do presidente da Província e da situação tôda especial da região, entendeu que seus podêres eram mais amplos: caber-lhe-ia um govêrno de fato, não apenas de âmbito municipal, mas, muito mais extenso — o de tôda a antiga Capitania, ansiosa pela condição de Província do Império. E sob êsse estado de consciência, intitulou-se Câmara Governativa. Sucessora, assim, da Junta Provisória. Que iria acontecer? O Ouvidor Ramos Ferreira e seu companheiro de jornada política, o Tenente-Coronel Francisco Ricardo Zany, como se comportariam? O Capitão Hilário Pedro Gurjão, de seu lado, a que papel se deixaria relegar? Sim, porque, como comandante militar, sua ingerência nos negócios políticos não tinha cabimento. Mas a volúpia do poder não o levaria a atitudes mais largas? Não aspiraria a uma posição mais definida e de maior relêvo?

A situação não piorou. Também não melhorou. Continuou a mesma. O Ouvidor desentendeu-se com a Câmara Governativa. Esta entrou em conflito com o Capitão Gurjão, que, por sua vez, se chocou com o Tenente-Coronel Ricardo Zany, a propósito da posição militar de cada um. A solução adotada pelo Presidente Burgos, evidentemente, não produziu os frutos imaginados. A Câmara, dirigindo-se a êle, pediu o afastamento do ouvidor Ramos Ferreira que, de sua parte, investiu contra a Câmara, acusando-a perante o Presidente. Em longa exposição ao Imperador, Ramos Ferreira, a 24 de dezembro de 1824, denunciara a situação do Amazonas, nos seus aspectos políticos e na sua delicada estrutura econômica, pedindo a decretação de medidas que pusessem fim a tudo, encerrando a fase de dificuldades que se vivia no extremo norte.

A 8 de novembro de 1825, expedia-se, do Rio, portaria em nome do Imperador para que se executasse tôdas as medidas cabíveis visando a soerguer o Rio Negro, começando pela restauração do parque manufatu-

reiro e das outras iniciativas de objetivo econômico que haviam consagrado o Governador Lôbo d'Almada na memória de seus jurisdicionados.

Deveria ser ouvido, como informante avisado e conselheiro capaz, o vigário-geral, Cônego André Fernandes de Sousa, que escrevia as *Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro*, divulgadas, em 1848, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo X.

Quanto à exposição de Ramos Ferreira, a 31 de agôsto de 1826, o Visconde de Baipendi dizia ao presidente do Pará, remetendo-a para exame em nome de Sua Majestade, que adotasse as medidas necessárias à cassação dos conflitos e a assegurar bem-estar aos amazonenses e progresso à região.

O ouvidor Ramos Ferreira foi, porém, pouco depois, substituído pelo Dr. Manuel Bernardino de Sousa e Figueiredo, que recebeu instruções, a 8 de maio de 1827, para enfrentar a situação econômica de maneira objetiva, realística.

A Hilário de Gurjão, mantido no pôsto, deram-lhe instruções de idêntica finalidade. Como que se assentava a execução de uma política estatal, para criar condições existenciais novas ao Amazonas.

Convém referir aqui que aquêle mal-entendido entre Ramos Ferreira, a Câmara Governativa e o comandante das armas não assumira as mesmas proporções dos incidentes anteriores. Em dado momento, até, as três autoridades, em conjunto, se haviam dirigido ao Presidente Burgos sôbre a política de fomento a adotar-se na Comarca.

Em 1827, uma vez que as medidas projetadas não estavam correspondendo à expectativa, os amazonenses decidiram passar à ação imediatista, usando do direito de petição. E ao invés de baterem à porta do Govêrno, em Belém, dirigiram-se ao próprio Imperador. O memorial foi impresso em Belém, na tipografia de Daniel Garção de Melo. Era a "Representação dirigida a S. Majestade o Imperador por Joaquim Antônio de Macedo por si, e na qualidade de procurador de alguns cidadãos da Província do Rio Negro". Não produziu, no entanto, qualquer resultado.

Recurso às armas

Representava a região amazônica, no Parlamento imperial, a essa altura, D. Romualdo Antônio de Seixas. Paraense, com uma grande fôlha de serviços prestados à sua terra, inscrito o seu nome nos acontecimentos que haviam marcado a hora grave do início do liberalismo no extremo norte, seu conhecimento dos problemas locais era o mais completo. Não se reduzia, na sua missão eclesiástica, ao papel de cura das almas. Auscultara os anseios cívicos de seus concidadãos, dêles se fazendo uma voz eloqüente e uma ação enérgica, objetiva e rendosa. O caso amazonense, êle o sabia nas suas particularidades. E foi justamente porque o sabia nessas particularidades e o considerou no realismo por que êle se apresentava, é que se dicidira a intervir. Intervir a favor da tese dos amazonenses, porfiando ao lado dêles para que obtives-

sem a autonomia que desejavam. Com êsse propósito, a 27 de maio de 1826, apresentou à consideração da Câmara um projeto de lei, transformando a antiga Capitania de S. José do Rio Negro, agora mera Comarca do Pará, em Província imperial, com capital na cidade da Barra, hoje Manaus, prelazia independente do Bispado do Pará.

O assunto não foi, porém, objeto de cogitações imediatistas. E o resultado de tôda aquela procrastinação foi o apêlo para a solução violenta. Isso ocorreu em 1832. E começou com o pronunciamento da guarnição que, a 12 de abril, se levantou, pondo têrmo à vida do comandante militar, o Coronel Joaquim Filipe dos Reis, que se notabilizara por seus gestos de hostilidade ao pensamento liberal dos amazonenses. O Tenente-Coronel Francisco Ricardo Zany, escapando a um atentado, fugiu para Belém.

O movimento militar tem sido explicado como decorrência do estado de ânimos que estava dominando a soldadesca, sem pagamento de seus soldos e contaminada pela politicagem desenfreada que atingira os quartéis e ali se formava para as quarteladas de finalidades partidárias. Pouco antes dos sucessos, haviam passado, por Manaus, vários presos políticos, mandados de Belém, para cumprir pena no presídio do alto Rio Madeira. Alegou-se que êsses presos, em contato com a unidade militar que tinha sua sede na capital da Comarca, contaminaram-na do mal partidário, trazendo-a para a sua grei.

É possível que tais razões possam ser invocadas para a explicação imediatista do pronunciamento armado. A solidariedade dos soldados com os sentimentos cívicos, visando à autonomia dos amazonenses, no entanto, é a explicação mais profunda e mais sensível. Porque, logo a seguir, registrou-se uma segunda demonstração revolucionária. E esta, sem sombra de dúvidas, autonomista — a proclamação da Comarca na condição de Província, a escolha de seu primeiro presidente, o ouvidor Bernardino de Sousa e Figueiredo, que conquistara a confiança de todos pela maneira hábil por que lidava e pelo interêsse que manifestara na solução dos problemas locais, constantemente propondo a Belém a gravidade da situação da Comarca. Foi alma do movimento o juiz de paz João da Silva e Cunha. Os padres João Pedro Pacheco e Gaspar Rufino Delgado tiveram também atuação destacada. Os carmelitas Inácio Guilherme da Costa, Joaquim de Santa Maria e José dos Santos Inocentes, numa participação efetiva, coordenaram a arregimentação de fôrças e a preparação dos meios de resistência. Frei Joaquim organizou a defesa. Com exceção da Vila de Borga, todos os demais núcleos da Comarca solidarizaram-se com o movimento. Frei José dos Santos Inocentes, tendo recebido a incumbência de dirigir-se, por Mato Grosso, à Côrte, para pleitear perante o Parlamento e S. Majestade o reconhecimento da nova Província, tentou o cumprimento da incumbência, mas teve os seus passos embargados em Cuiabá, onde provocaria intensa agitação ideológica.

Reação do govêrno do Pará

A reação das autoridades paraenses ocorreu, como era natural. Tratava-se de uma insurreição, que atentava contra a estrutura política do País. Ora, essa reação não foi total. Não foi total porque o Conselho do Govêrno, em reunião especial, convocada para tomar conhecimento dos graves acontecimentos, deliberou que nenhuma medida drástica fôsse executada. Ao contrário, deveria aguardar-se a palavra do Imperador, do Conselho de Ministros e do próprio Parlamento. Mas as Câmaras do Baixo Amazonas paraense manifestaram-se solidárias com as populações amazonenses, dirigindo ao presidente da Província no sentido de respeitar a decisão impetuosa, nervosa, daquelas.

Governava o Pará o Brigadeiro Machado de Oliveira, o futuro historiador do passado de sua Província. Em correspondência com as autoridades da Côrte, revelou-se inteiramente contrário às aspirações dos amazonenses, ou pelo menos hostil ao processo que haviam adotado para adquirir a autonomia. Enquadrado o movimento no ciclo revolucionário que vinha agitando a Amazônia desde 1821, ignorava, nesse episódio, os seus fundamentos especialíssimos. Homem da legalidade, não poderia admitir que a revolução amazonense vingasse. E agiu pela fôrça.

Uma expedição militar, sob o comando do Tenente-Coronel graduado Domingos Simões da Cunha Baiana, dirigiu-se a Manaus, onde os revolucionários preparavam a resistência. Pelo caminho, a tropa de Cunha Baiana excedeu-se. Houve protestos perante o Presidente, que advertiu o comandante, exprobando-lhe o procedimento, mandando-o regressar a Belém. Entre outros, Baiana aprisionara sacerdotes, um dêles vigário de Parintins, que foi arrancado do altar, com as vestes com que celebrava o ato religioso da missa e jogado no porão de um dos barcos da expedição punitiva.

Nas cercanias de Manaus, no lugar denominado Lajes, registrou-se o encontro entre legais e rebeldes. Venceram aquêles, que dispunham de maiores recursos e, após bombardearem a posição amazonense, apoderaram-se da Capital. As autoridades revolucionárias fugiram. A velha ordem política foi restaurada. Mas, para evitar novos conflitos, assumiu a direção da coisa do Estado, como comandante militar, o Capitão Hilário Pedro Gurjão. Homem ponderado, desfrutava de gerais simpatias no Amazonas pela atuação anterior a que já nos referimos. E foi realmente graças à sua ação branda que tudo se normalizou, seguindo o processo de autonomia o seu curso normal.

Seu substituto não teve o mesmo sucesso. Foi Gaspar Valente Cordeiro, que não soube fazer-se estimar nem se revelou com as condições precisas para os assuntos graves que vicejavam por tôda a região. Entrando em choque com a população, receoso da reação que se esboçava, fugiu para Belém.

Declínio da Província

A decadência do Rio Negro acentuava-se dia a dia. As providências ordenadas de Belém nenhum efeito surtiram. A execução do Código Criminal do Império veio aumentar o mal-estar. É que, num golpe de mestre nas aspirações autonomistas, o Conselho do Govêrno estabeleceu a Comarca do Alto Amazonas, com sede em Lugar da Barra, um juiz de direito que acumulava as funções de chefe de polícia. O comandante militar, com o poder efetivo, devia exercer o cargo em entendimento pacífico, harmonia com a autoridade judiciária, não podendo sobrepor-se a ela em qualquer oportunidade que não fôssem aquelas criadas por acontecimentos que exigissem intervenção de fôrça armada. As vilas criadas no período colonial eram pràticamente extintas (Serpa, Silves, Borba, Moura, Tomar, S. Paulo de Olivença e S. José do Javari).

Lugar da Barra, com o nome de Manaus, e Luzéia, antigo povoado de Maués, na Mundurucânia, passavam a ser vilas, sedes de têrmos, com Tefé e Mariuá mantidas na graduação política de municípios.

O primeiro juiz de direito nomeado foi Henrique João Cordeiro, escolhido para juiz dos órfãos, não possuía o título de bacharel e exercera o juizado de paz local. Homem enérgico, sabia agir no momento preciso com decisão e impetuosidade. Assumindo, interinamente, o juizado de direito, revelou-se não apenas um magistrado, mas um coordenador de vontades e de aspirações.

O nervosismo que dominava a Província atingira, como era natural, a nova Comarca. As Câmaras Municipais, na conjuntura, assumiram atitudes de quase rebeldia, recusando-se a obedecer às ordens emanadas de Belém, consideradas prejudiciais aos interêsses da coletividade.

A situação no Alto Amazonas

O Presidente Lôbo de Sousa, temeroso de que a fogueira que crepitava a seus pés envolvesse o Alto Amazonas, expediu para Manaus, na barca *Independência*, um nôvo comandante militar, Manuel Machado da Silva Santiago. A Câmara de Manaus protestou contra a vinda da barca. O presidente tranqüilizou-a: não enviara a fôrça naval para castigar ou ofender, mas para cooperar na defesa da ordem.

O assassínio do presidente e do comandante das armas ecoou na Comarca, provocando o sentimento de reação. Henrique João Cordeiro assumiu a liderança do movimento, convocando os munícipes e as demais unidades legislativas para que se juntassem a Manaus. Um contratempo, a fuga do comandante militar, que, irmão do comandante das armas, assassinado em Belém, temia sorte idêntica, não modificou os sentimentos cívicos do Alto Amazonas. Foi quando surgiu no cenário local uma nova figura, espécie de caudilho, Ambrósio Aires, que cumpria, no Rio Negro, pena de degrêdo por sua participação em pronunciamentos políticos no Nordeste.

Era pernambucano. Tomou nome de guerra, Bararoá, denominação do lugar, no Rio Negro, onde vivia.

A ação militar do Alto Amazonas, cujas fôrças estavam sob o comando da Bararoá, ocorreu em Icupiranga. O avanço dos cabanos não foi, porém, contido. Apoderaram-se de Serpa e de Luzéia. Na tarde de 6 de março de 1836 foi a vez de Manaus. Bernardo de Sena comandava a fôrça atacante. Tefé e todo o Solimões caiu em poder dos cabanos. No Madeira, todavia, o têrmo de Borba encabeçou a reação. O vigário-geral João Pedro Pacheco, acamaradado com os insurgentes, propunha-se viajar à Côrte para pedir anistia e, no particular da Comarca, a sua graduação como Província do Império.

Em agôsto, a Comarca sacudia o domínio dos cabanos. Tefé deu o sinal. Manaus restaurou-se a 21 de agôsto. Os cabanos voltaram a atacá-la mas foram derrotados. Luzéia, onde os colonos resistiram, por fim caiu, sob o ataque de Bararoá. Assumindo o comando militar da Comarca, sofreu a acusação de atribulário, entrando em conflito com a Câmara de Manaus. Andréia confiava em seus dotes militares e lhe deu a maior cobertura para que afirmasse a legalidade no Alto Amazonas. Nas proclamações que lançou, revelou-se consciente de seus deveres e orgulhoso de seu nascimento. Não dava quartel a cabanos que lhe votavam, por isso mesmo, tremendo ódio.

A 6 de agôsto de 1837, todavia, perdeu a vida nos Autazes, numa cilada que lhe armaram os cabanos. Sua morte causou grande transtôrno na ação das fôrças legais. As correrias dos cabanos não cessaram, sobressaltando as populações pacíficas. Vivia-se um estado de guerra permanente. Índios, escravos negros, egressos das Fôrças Armadas, compunham agora os últimos grupos de rebeldes. Visando à pacificação, a Câmara de Manaus endereçou exposição à Regência pedindo a decretação de anistia que não contemplasse, no entanto, os que se mantinham à frente dos bandos armados. Com a rendição do Paraná do Ramos e Luzéia, cessada a guerra civil, a Comarca tomaria impulso?

Os comandantes militares e as autoridades civis que tiveram nas suas mãos a ordem coletiva e o bem-estar das populações, em suas manifestações escritas aos presidentes do Pará, foram unânimes em pintar com um realismo cru o quadro da Comarca. O Brigadeiro João Henriques de Matos, que nela nascera, no "Relato do estado atual da decadência em que se acha o Alto Amazonas", apresentado a 25 de outubro de 1845, descrevia-a a viver dias amargos. Dezenas de pequenos núcleos haviam desaparecido. O trabalho construtivo fôra perturbado com os anos de insegurança. A solução seria a criação da Província. Soares de Andréia e seus substitutos na governança do Pará pensavam do mesmo modo. O próprio Legislativo paraense via a providência como da maior significação. A idéia sustentada perante o Parlamento Nacional por deputados da região como

Sousa Franco e Tenreiro Aranha, aos poucos ia criando uma consciência entre os responsáveis pelos destinos do Império. O ministro do Exterior, Honório Hermeto Carneiro Leão, discursando na Câmara, a 7 de maio de 1843, sugeria a divisão do Pará em duas províncias. Por fim, a 5 de setembro de 1850, a Comarca conseguia a maioridade política, elevada à categoria de Província. Sua evolução processara-se sem que se experimentassem progressos razoáveis. De mais importante na vida local podia registrar-se a criação, a 14 de maio de 1848, do Seminário de Manaus, obra do Bispo do Pará, D. José Afonso de Morais Tôrres. A população branca continuava escassa. O grosso recrutava-se entre as pessoas de direta raiz indígena ou nas mestiças. Os grupos de africanos também não tinham significado. Manaus, por exemplo, em 1850, era o maior centro demográfico, somando uma população reduzida a 8.700 almas, das quais 900 brancos, 2.500 mamelucos, 4.080 indígenas, 640 mulatos e 380 escravos prêtos. A tarefa agrícola não apresentava qualquer manifestação de desenvolvimento. A economia de coleta florestal continuava a ser a que constituía o grande fundamento de vida. Como a apanha e salga do pescado para utilização na dieta alimentar ou para as operações de exportação.

3. MARANHÃO E PIAUÍ

A carta régia de 20 de agôsto de 1772 separara Grão-Pará e Maranhão, desfazendo o Estado criado no século XVII. Agora organizava-se o Estado do Maranhão e Piauí, integrado pelas duas unidades, com sede em São Luís, e o do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém. Joaquim de Melo e Póvoas, o dinâmico estadista que se iniciara na direção da coisa pública no Rio Negro e mostrou a mesma diligência construtiva no Maranhão desde 1761, fôra mantido à frente da administração. Sete capitães-generais lhe haviam sucedido, o último dos quais, D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, estava em exercício quando a Família Real chegou ao Brasil. Suspeito de contaminado pela ideologia francesa, arbitrário, acusado pela Câmara de São Luís perante o Príncipe Regente, sofreu sindicâncias. Era acusado, por exemplo, de, contrariando instruções recebidas da Côrte para manter severa vigilância no litoral a fim de evitar uma possível surprêsa dos franceses em guerra contra Portugal, desarmar as fortificações de S. Francisco e Ponta d'Areia, dispersando pelo interior a guarnição, de molde a não dispor de fôrças para enfrentar qualquer ataque inimigo.

O Piauí, na condição de capitania subordinada ao Maranhão, só em 1811 deixaria aquela situação secundária para graduar-se em capitania autônoma. Em 1808, governava-o Carlos César Murlamaqui, capitão de infantaria da legião de tropas ligeiras, Cavaleiro da Ordem de Cristo. Bom

militar e excelente governante, providenciou a organização das defesas do litoral da capitania em face do perigo de um ataque francês.

As duas capitanias, sob D. João, melhoraram suas condições. As rendas públicas aumentaram e às relações mercantis facilitadas para o exterior abriram-se melhores perspectivas. O algodão do Piauí, até então confinado ao uso local, começou a ser exportado. A criação de gado continuou, porém, a ser a constante a caracterizar a economia regional. A tributação recaía sôbre o criatório, sôbre o algodão e a arrematação das passagens do Parnaíba. Os rendimentos oficiais oscilavam entre 160 e 170 contos de réis, com largas vantagens para o erário régio. O comércio operava-se mais largamente com o Maranhão ou pelo Maranhão. Piratas que infestavam a costa dificultavam o intercâmbio regular com a Europa. A vila de Parnaíba, rivalizando com Oeiras, crescia e em assomos de coragem dirigia-se ao Príncipe, em julho de 1812, pedindo que a capital fôsse para ela transferida, assunto que vinha em pauta desde 1798, quando o Governador João de Amorim Pereira começou a pleitear a medida perante o Conde de Linhares. A população, mestiça em sua maioria, estimava-se em 80.000 indivíduos.

No Maranhão, a situação econômica era ainda melhor. O surto de progresso promovido pela atuação da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão não se extinguira. O algodão, arroz, couros, atanados não perdiam expressão na balança de exportação. Entre 1812 e 1820, o rendimento da Alfândega de São Luís acusava 2.982:439$604. O comércio processava-se com Lisboa, Pôrto, Inglaterra, França, Estados Unidos. Havia, em 1820, na capitania, 7 engenhos de açúcar, 230 teares de algodão, 18 serrarias, 23 máquinas de descascar arroz. Os escravos trazidos da África somavam 36.456. Só no ano de 1809, a exportação de algodão representou-se nas 402.000 arrôbas e a do arroz nas 376.000. A população somava 152.893 habitantes, dos quais 80.000 escravos negros. Os grupos indígenas não tinham expressão numérica. Aldeias Altas, hoje Caxias, segundo centro urbano da Capitania, crescia em importância demográfica e econômica. Somava 30.000 habitantes. Sua vitalidade vinha da cultura algodoeira. Os fardos, de seis arrôbas cada um, embarcados para a Capital, oscilavam entre 25 a 30 mil por ano.

Os quadros por que Spix e Martius descreveram as duas capitanias em 1820 são bastante esclarecedores sôbre as condições que as distinguiam.

No particular do Maranhão, as estatísticas divulgadas por Gayoso, Pereira do Lago e Garcia de Abranches refletiam o progresso constante que se registrava eram indicativos da intensidade de vida das duas unidades. Mais recentemente, porém, Soares de Sousa, com os elementos fornecidos pelo "Balanço Geral do Comércio do Reino de Portugal", atualizou os dados, completou-os, proporcionando mais ricas e mais atuais informações estatísticas. Por elas, tem-se a confirmação do desenvolvimento que

se operava e de que a produção local, as exportações e as importações falavam com tanta segurança. Vivia-se, realmente, uma atmosfera de bem-estar e de prosperidade. São Luís era o centro urbano de maior vitalidade, como sede do Govêrno. Prosperava a olhos vistos. Alcançara o quarto lugar entre as cidades brasileiras. As casas, de dois e três pavimentos, conforme o pronunciamento de Spix e Martius, são, na maioria, construídas de grés de cantaria, e a cômoda disposição de seu interior corresponde ao exterior sólido, do conjunto burguês. A cidade dividia-se em bairros. O mais antigo e populoso, chamado da Praia Grande, era justamente aquêle que oferecia o aspecto altaneiro do descritivo. As ruas, no entanto, sem serem bem alinhadas, ou eram mal calçadas ou não possuíam calçamento. O segundo bairro, o de Nossa Senhora da Conceição, estava constituído de residências circundadas de jardins e pomares. A população da cidade somava 30.000 pessoas. O elemento branco, de origem reinol, ou reinol nato, dispunha do poder político e do poder econômico. Estabelecimentos comerciais franceses e inglêses, o que justificava a presença de cônsules de França e Inglaterra, contribuíam para dar à cidade o nível cultural que a distinguia no país. Eram comum, já a essa altura, irem os filhos das famílias abastadas educarem-se em Portugal, França e Inglaterra. As mulheres apresentavam não apenas um comportamento exemplar como espôsas e mães de família, mas a dignidade do espírito, que as situava em certo pé de igualdade com os homens.

Alcântara era o segundo núcleo em importância social. Moravam nêle 8.000 pessoas. Havia casas sòlidamente construídas de pedra e cantaria e ativo comércio que assegurava grande bem-estar material aos habitantes.

Oeiras, no Piauí, Capital, no descritivo dos naturalistas bávaros, "era uma povoação insignificante, que consta de ruas irregulares com casas de barro caiadas de branco". O casario tinha distribuição irregular. Viviam na vila 14.074 pessoas. Parnaíba, pôrto de mar, concentrava menos de 6.000 habitantes. Campo Maior era o terceiro núcleo. Sua população era de cêrca de 13.000 moradores. A população da capitania somava, em 1819, 71.370 habitantes, dos quais 11.671 brancos, 21.526 negros e escravos e 38.173 mestiços. A grande vida processava-se nas fazendas de criar. O urbano era fenômeno de muito pequena expressão.

Sob o signo do constitucionalismo

Os ardores cívicos das duas capitanias não eram visíveis. As respectivas populações não pareciam politizadas. O movimento de 1817 não repercutira. As providências tomadas pelos governos locais para evitar a contaminação revolucionária tinham sido suficientes. Nada fôra, aliás, vislumbrado que pudesse permitir a suspeita de que houvesse um sentimento autonomista a brotar. Os sucessos revolucionários do Pôrto, em conseqüência, provocando agitações e o aparecimento de decisões políticas violentas, devem, por isso mesmo, ter provocado espanto.

Em São Luís, a notícia foi conhecida a 3 de abril de 1821, trazida da Bahia pela galera *Juquiá*. Em Oeiras, a 24 de maio.

Governava o Piauí o Coronel de Infantaria Elias José Ribeiro de Carvalho, que se empossara a 14 de julho de 1819, era Cavaleiro da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa e Comendador da Ordem de S. Bento de Avis. Vinha fazendo uma administração medíocre. Governava o Maranhão, empossado a 24 de agôsto de 1819, o Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, do Conselho de Sua Majestade, Comendador de S. Salvador de Vila Franca de Aguiar na Ordem de Cristo e honorário da Tôrre-Espada. Cercando-se de bons auxiliares, realizava administração magnífica. Logo ao assumir, expusera a situação da Capitania ao ministro do Reino, carregando nas côres nativas. Devia-se-lhe uma série de melhoramentos em São Luís e o incremento do comércio. Fizera levantar a carta topográfica da Capital e a Carta Geral da Capitania, tarefa atribuída ao Coronel do Real Corpo de Engenharia, Antônio Bernardino Pereira do Lago. Montava a primeira tipografia da Província, em que se editaria *O Conciliador*, primeiro jornal local, organizando, para mantê-lo, uma Administração da Imprensa. Fizera funcionar o Teatro União.

No Piauí, no primeiro momento houve as manifestações de júbilo com luminárias nas casas e proclamação do governador que ordenou às Câmaras do interior, por intermédio do ouvidor Bernardo José de Ávila, o cumprimento do decreto régio que aprovava a nova ordem criada.

A 6 de maio, no entanto, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins e o Capitão Manuel Pimenta de Sampaio denunciavam a preparação de um movimento que visava à deposição do governante, a instalação de uma Junta e era chefiada por Antônio Maria Caú, escrivão da Junta da Fazenda. Continuando a fomentação revolucionária, Caú foi prêso e deportado para Paraíba. Elias tentou contornar a situação, criando um conselho consultivo, integrado por elementos que representavam a opinião local e podiam ser úteis cooperando na solução dos problemas de natureza política e fazendo cessar o mal-estar que começava a manifestar-se. Uma tentativa de indisciplina da tropa, que exigia soldos iguais aos da Bahia e do Maranhão, foi contida pelo próprio governador que, relatando a situação para Lisboa, confessava-se sem fôrça para combatê-la, pelo que pedia, a S. Majestade, um substituto. A 24 de outubro, porém, ocorreu a constituição da Junta, de cuja presidência Elias se escusara, assim integrada: Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, presidente; Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, vice; Capitão Francisco de Sousa Mendes secretário; Capitães Agostinho Pires e Miguel Pereira de Roso; vigário-geral Matias Pereira da Costa, Dr. Bernardino José de Melo e Capitão Caetano Vaz Portela.

A eleição dos deputados às Côrtes de Lisboa processou-se plàcidamente. Foram êles Dr. Ovídio Saraiva de Carvalho, Dr. Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco e Padre Domingos da Conceição, êste suplente mas

que, pela renúncia do primeiro, assumiu o pôsto na Assembléia, nela se distinguindo por uma série de projetos beneficiando a Província.

Uma nova Junta, de acôrdo com a legislação vinda de Lisboa, eleita a 7 de abril e logo empossada, ficou composta do vigário-geral Matias Pereira da Costa, presidente; Francisco de Sousa Mendes, secretário; Sargento-mor José Antônio Ferreira; Capitão Miguel Pereira de Roso e Sargento-mor Caetano Vaz Portela. Essa Junta, como primeiro ato, nomeou para o comando das armas o Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins, preterindo desejos de seu irmão, Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que pretendera também participar do govêrno coligado. A incorporação do Piauí ao sistema constitucional português efetuou-se, assim, sem maiores ocorrências, tudo parecendo indicar que a agitação, que já lavrava pelas demais províncias, ali não encontrava eco.

No Maranhão, o Marechal Silveira, que recebera de Belém comunicação da Junta ali constituída e ocultara o fato, não podendo agora evitar a divulgação da nova sensacional, tentou a manobra política — de ordem sua, o ajudante-de-ordens Major Rodrigues Pinto Pizarro tomou contato com a fôrça armada, sugerindo a remessa de uma representação ao Capitão-General para que aceitasse o fato consumado da revolução portuguêsa, já vitoriosa no Pará e na Bahia. Louvando o pronunciamento sereno da tropa, Bernardo da Silveira convocou a Câmara de S. Luís, que se reuniu a 6 de abril e se declarou de acôrdo com os acontecimentos, jurando fidelidade ao Monarca, sua dinastia e às Côrtes. Procedendo-se ao exame da situação para que a administração não tivesse solução de continuidade, foi o Capitão-General mantido como governador provisório. A guarnição da Capital, reunida no Campo de Ourique, dera a sua adesão à solução encontrada.

Três dias decorridos, Bernardo da Silveira criou um Conselho Consultivo, sugestão de Câmara, uma vez que começavam as murmurações contra a permanência do antigo Capitão-General no poder, o que parecia um absurdo, pois que tanto no Pará como na Bahia o que houvera fôra a destituição pura e simples dos governantes e sua substituição por Junta, escolhida pelo povo soberano. O Conselho Consultivo, presidido pelo bispo D. Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, que se empossara no mitrado a 11 de maio do ano anterior, ficou integrado por: Desembargador Lourenço de Arrouchela Vieira d'Almeida Malheiros, Marechal-de-Campo Agostinho Antônio de Faria, Coronel-de-Milícias Antônio Rodrigues dos Santos, Desembargador Joaquim Antônio Vieira Belfort, Tenente-Coronel Manuel de Sousa Pinto de Magalhães, Major José Demétrio de Abreu, Capitão Manuel José Ribeiro da Cunha, Dr. Patrício José de Almeida e Silva e Antônio José das Mercês.

O Conselho não constituiu, no entanto, a providência capaz de serenar os ânimos. Presos o Major José Lourenço de Mesquita, o Brigadeiro Manuel José Xavier Palmeirim e o Capitão José Antônio dos Santos Monteiro, que

discordavam da permanência de Bernardo da Silveira, êste tentou nôvo golpe político, renunciando. Uma Junta Geral, presidida pelo Desembargador Francisco de Paula Pereira Duarte e juiz-de-fora José Bento da Rocha e Melo, reinvestiu no govêrno o Capitão-General, que foi levado à casa sob aclamação de seus amigos.

Na eleição para deputados da Província às Côrtes de Lisboa os escolhidos foram: Desembargador Joaquim Antônio Vieira Belfort, Dr. Raimundo de Brito Magalhães e Cunha, que teve substituto, por não se ter apresentado à Assembléia portuguêsa, no suplente, Cônego José João Beckman e Caldas, e aos quais se deram instruções sôbre o procedimento que deveriam ter em face dos problemas que o Maranhão experimentava.

Em face do decreto que mandava organizar Juntas nas províncias, o Marechal não pôde mais agir como vinha agindo. E depois de proclamar ao povo, fêz proceder à eleição de nôvo govêrno, o que ocorreu a 15 de fevereiro de 1822. O bispo teve a presidência da Junta. Seus outros companheiros — o Brigadeiro Sebastião Gomes da Silva Belfort, secretário, chefe de esquadra Filipe de Barros e Vasconcelos, Desembargador João Francisco Leal Tomás da Silva Fonseca, Coronel-de-Milícias Antônio Rodrigues dos Santos e Tenente-de-Milícias Caetano José de Sousa.

A Junta estava composta de elementos firmes no seu apoio à política de vinculação a Portugal. O bispo de Nazaré era, nesse particular, ferrenho adepto da submissão à Península. Por isso mesmo, procurando manter-se em contato com a Junta do Pará e do Piauí, visando à formação de uma frente de reação aos projetos de independência. A correspondência de D. Pedro e de José Bonifácio, recusada e retransmitida para Lisboa, não podia ser conhecida dos que já pensavam em têrmos de separação total. O bispo Nazaré, respondendo ao Príncipe Regente, que fôra seu aluno e apelara para sua ajuda no sentido de trazer o Maranhão para a comunhão brasileira, recusara e lhe exprobara o procedimento ao inclinar-se pela idéia de independência. Iludiam-se o bispo e seus colegas, imaginando que a Província não se deixaria contaminar do sentimento de independência. E tanto assim que, mesmo em S. Luís, um grupo, de que participavam, entre outros, o futuro Regente do Império, João Braulio Muniz, conspirava preparando um golpe revolucionário.

À nova de que na vila de Parnaíba, no Piauí, ocorrera o pronunciamento favorável ao Príncipe e à independência, caiu, por isso, como uma bomba no seio do Govêrno. Imediatamente providenciou vigilância rigorosa na Capital e no interior, prevenção na fronteira com aquela Província. E em proclamação que lançou, pediu fidelidade a Portugal, condenando a rebeldia da vila piauiense. Solicitou ao Pará e a Lisboa recursos em pessoal e material de guerra. O comandante militar, Marechal Agostinho Antônio de Faria, de seu lado, convocou milicianos e soldados que já haviam dado baixa, organizou a defesa da Província, expedindo destacamentos

para o interior, onde já começavam também as autoridades locais a preparar-se para enfrentar as dificuldades.

Caxias era ponto nevrálgico. Continuando a chegar notícias de ampliação do movimento no Piauí, foi nomeado comandante-chefe das fôrças em operações contra os rebeldes o Tenente-Coronel Manuel de Sousa Pinto de Magalhães que instalou o seu quartel-general naquele centro sertanejo.

Em Repartição, Leonardo de Carvalho Castelo Branco tentou obter o pronunciamento da guarnição local. Vencido, trazido para S. Luís, remeteram-no para Lisboa. O revés dos independentes não os intimidou. Porque no Vale de Itapicuru principiaram, no sistema de guerrilhas, a criar insegurança, provocando receios à Junta, cujos esforços para manter o contrôle da Província entrou a perigar. E tanto assim que, descoberta uma conspiração na própria Capital, a Junta prendeu vários personagens da maior importância na sociedade local, deportando-os para Lisboa. Entre êles, estavam o Comendador Honório José Teixeira, Cônego José Constantino Gomes de Castro, os brigadeiros Paulo José da Gama e Manuel José Xavier Palmeirim.

Os atos de fôrça criaram maior mal-estar. A guarnição de Caxias recusou-se a marchar contra os rebeldes do Piauí e do Ceará sendo, ao regressar a S. Luís, desarmada e remetida para Portugal. O arraial de Matões caiu em poder de contingentes piauienses. As providências que se seguiram para conter o ímpeto dos que desejavam a separação não lograram mais qualquer êxito.

O Piauí incorpora-se ao Império

Na vila de Parnaíba, a 19 de outubro de 1822, sabedores de que a vizinha vila cearense de Granja proclamara a sua adesão à Independência, os patriotas locais repetiram a façanha. Chefiou-os o Dr. João Cândido de Deus e Silva, magistrado, homem de boas letras, autor de um dos primeiros ensaios escritos no país sôbre o sentido do liberalismo político, mais tarde membro do Parlamento Imperial. Era paraense. Juntamente com Simplício Dias da Silva, talvez a maior fortuna do Piauí, possuidor de 1.800 escravos, grande proprietário e comerciante, afeiçoado às belas-artes, mais José Ferreira Meireles, Bernardo Antônio Saraiva e Joaquim Timóteo de Brito, Domingos Dias da Silva, Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas, tomara a decisão vencendo a resistência do grupo português do lugar, grupo que no mês anterior pedira, sem ressonância, providências capazes de evitar a eclosão revolucionária. Seguiu-se o levantamento de Campo Maior e Piracuruca.

A presença do brigue de guerra *Infante D. Miguel*, vindo do Maranhão, pôs fim ao pronunciamento, fugindo os que o haviam promovido para o Ceará, a buscar ajuda visando à reação.

Estava então no comando militar da Província o Brigadeiro João José da Cunha Fidié, que viajara de Lisboa com ordens expressas para atuar

com energia. Trazia bom nome no manejo das armas. Participara, no passado, das campanhas contra os exércitos de Napoleão. Partindo de Oeiras em direção a Parnaíba, não encontrou resistência no burgo do litoral. À sua saída da Capital, no entanto, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins preparava-se para agir. E na madrugada de 24 de janeiro, apoderava-se da Capital, prendendo as autoridades constituídas. Na reunião realizada na Câmara Municipal proclamou-se a incorporação da Província ao Império, jurou-se fidelidade a D. Pedro, organizando-se nôvo govêrno, integrado por: Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, presidente; Manuel Pinheiro de Miranda Osório, secretário; Capitão Inácio Francisco de Araújo Costa, Miguel José Ferreira e Tenente Honorato José de Morais Rêgo. Cientificando da ocorrência a Fidié, ordenando que as demais vilas aclamassem o Império, no que foi obedecida, a nova Junta dirigiu-se também ao Govêrno do Maranhão, intimando-o a não hostilizar a Província sob pena de suspender a remessa de gado, essencial ao abastecimento de São Luís.

A essa altura, a Junta do Govêrno Temporário do Ceará decidira cooperar na libertação do Piauí, para tal constituindo uma fôrça expedicionária que invadiu a Província visando três pontos: Oeiras, pelo Crato; Campo Maior por Inhamuns e Cratéus; Parnaíba, por Vila Nova, Vila Viçosa, Sobral e Granja.

Cunha Fidié, surprêso com os sucessos da Capital, deixou então Parnaíba, marchando contra Oeiras. A 13 de março, travou-se combate, duas léguas abaixo de Campo Maior, nas cercanias do Rio Genipapo. Fidié venceu a partida. Mas ao invés de atacar Oeiras, passou o Estanhado, penetrou no Maranhão, dirigindo-se para Caxias onde entrou a 17 de abril, fortificando-se no Morro da Taboca. Trazia um efetivo de 700 homens, artilharia, sendo recebido com a maior alegria pelos reinóis locais que o haviam convidado a acampar na vila e logo lhe proporcionaram tôda a ajuda para que pudesse atuar com eficiência. Do combate, haviam participado mais de 3.000 homens. Dos independentes, pereceram mais de 200, além de 542 prisioneiros. Fidié, no entanto, sofreu a perda de sua bagagem, começando, após, a deserção de seus comandados.

A derrota não desanimou os patriotas, que se recompuseram ràpidamente e pediram auxílio ao General Labatut, em operação na Bahia. Uma fôrça expedicionária cearense, de que alguns destacamentos já haviam isoladamente penetrado no Piauí, participando de encontros com as fôrças portuguêsas, inclusive no Genipapo, sob o comando do Coronel José Pereira Filgueiras, governador das armas do Ceará, fêz então a sua entrada no Piauí, visando-se, todavia, não mais esta, que já era Província Imperial, mas a Província vizinha, que se constituíra em centro de operações contra a idéia de independência.

Pela carta imperial de 16 de abril de 1823, Filgueiras e o Coronel Simplício Dias da Silva haviam sido encarregados de organizar a resistência

no Piauí e a libertação do Maranhão. Organizou-se então Junta Expedicionária, para dirigir as operações com fôrças piauienses e cearenses: Brigadeiro Filgueiras, presidente; Manuel de Sousa Martins, Coronel Joaquim de Sousa Martins, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e Luís Pedro de Melo César, êste como secretário. A 28 de maio, as fôrças combinadas do Ceará e Piauí iniciaram o cêrco de Caxias. Somavam os independentes 6.000 homens.

O Maranhão decide-se pela Independência

A Junta maranhense, numa teimosia sem limites, ao mesmo tempo que fazia efetuar prisões, organizava a defesa de S. Luís, lançava proclamações, destituía do comando oficiais suspeitos, reorganizava destacamentos, solicitava recursos materiais ao Pará, preparava-se para tomar a iniciativa de ação. Mobilizou todos os recursos de que podia dispor, tanto para a defesa da Capital como para esmagar os pronunciamentos que se registravam no interior. Imaginava, com a ajuda de Fidié, conter o ímpeto revolucionário. Era tarde. Na vila de Itapicuru-Mirim, cercado por 1.600 insurgentes, sob o comando do Capitão Salvador Cardoso de Oliveira, rendia-se, a 13 de junho, o comandante, Tenente-Coronel Ricardo José Coelho, ao Tenente-Coronel José Félix Pereira de Burgos, que abandonara os reinóis. A vila de Matões caíra, a 28 de abril, em poder de destacamento partido do Piauí. A 16 de maio fôra a vez da vila do Brejo. Em vários outros pontos da Província, registravam-se defecções entre os que compunham as fôrças da Junta, presidida pelo bispo de Nazaré, que não queria aceitar o fato consumado da derrota e a 4 de junho reuniu um conselho, na residência do Marechal Faria, para deliberar sôbre os meios de sustentar a fidelidade a Portugal. Votada essa decisão, novos preparativos se fizeram, já agora para a defesa de S. Luís, Guimarães e Alcântara, únicos núcleos onde ainda se exercia a ação da Junta.

Uma assembléia que reuniu, por convocação da Junta, as figuras mais importantes no momento em S. Luís, reexaminou a situação. Soubera-se que D. João VI readquirira, por golpe de Estado, os podêres absolutos. À assembléia compareceram elementos tidos e havidos como simpatizantes da Independência. Ficou assentado que se faria consulta à Câmara Municipal, a reunir no dia 14, pela manhã, a fim de decidir qual a atitude que a Província assumiria, procedendo-se, em seguida, à escolha de nôvo govêrno.

Na noite de 13 para 14, todavia, um grupo de soldados, sob o comando dos tenentes de primeira linha Francisco Antônio da Costa Barradas e José dos Reis, atacou a guarnição portuguêsa, sendo repelido. A Câmara reuniu-se sob grande tensão. Dissolveu-se, porém, sem deliberar, uma vez que fundeara no pôrto uma frota portuguêsa, conduzindo tropas que vinham da Bahia. O elemento reinol, sentindo-se forte, obstou a adesão à Independência, apoiado, ademais, pelo comandante das armas, Marechal Faria, que declarou ser o desejo da tropa, reforçada com as unidades desembarcadas, manter-se fiel a Portugal. A Câmara insistiu na outra solução. Não foi

atendida. A Junta ao mesmo tempo que oficiava a D. João VI, expondo longamente as circunstâncias difíceis que estava vivendo, pedindo-lhe socorro de tropas e de governantes fiéis ao Reino Ibérico, em nenhum momento sendo aconselhável que o poder estivesse em mãos de brasileiros, nos quais não podia haver confiança, decidia negociar um armistício com os insurgentes do interior, mandando-lhes parlamentares. Alegava que com a restauração dos podêres absolutos de D. João VI era possível o entendimento dêle com D. Pedro. Seria razoável, entendia, aguardar que os dois decidissem da posição política definitiva das duas partes.

A essa altura, porém, no Itapicuru-Mirim, fôra constituído um Govêrno Provisório, eleito em reunião da Câmara Municipal da vila. Os membros dêsse Govêrno eram: Padre Pedro Antônio Pereira Pinto do Lago, Antônio Joaquim Lamaguera Galvão, Fábio Gomes da Silva Belfort e Antônio Raimundo Belfort Pereira de Burgos. Decidiu-se que essa Junta seria completada em S. Luís, quando caísse a Capital. Para o comando militar, a escolha recaiu no Tenente-Coronel José Félix Pereira de Burgos. A 20 de julho, empossada essa Junta, foi imediatamente prestado juramento de fidelidade à Independência e ao Imperador. A seguir, contingentes partidos da vila, reforçados por novas adesões, avançaram sôbre a Capital, cujo abastecimento já se tornava precário.

A 26 de julho, à tarde, a frota do comandante Lorde Cochrane fundeava na baía da Capital, declarando sob bloqueio o pôrto e adjacências e intimando a cidade a declarar-se imediatamente pela Independência. A Junta reuniu-se prontamente, decidindo não demorar mais a incorporação da Província ao Império. A 27, ainda a bordo, a Junta cumprimentava o marujo britânico, assentando-se que o ato de adesão seria realizado no dia seguinte.

Um pequeno grupo de portuguêses ainda tentou dificultar a manifestação. Tropas desembarcadas por Cochrane puseram têrmo à manobra, ràpidamente.

A 28 de julho de 1823, às 11 horas, no Palácio do Govêrno, realizou-se a cerimônia final. Estavam presentes as mais importantes figuras locais, inclusive os membros da Junta, cujo mandato findava. À noite houve luminárias na cidade. Cochrane não compareceu ao ato, alegando doença. Teve igual procedimento o Marechal Faria, que também alegou enfermidade, mas na realidade não desejava solidarizar-se com a nova ordem política que se instalava. O *Conciliador*, que além de publicar os atos oficiais fazia a campanha de fidelidade a Portugal, deixou de circular. Substituiu-o a *Gazeta Extraordinária*, de 500 exemplares de tiragem e distribuição gratuita.

Em Caxias, Fidié, sem mais contar com a possibilidade de qualquer ajuda de S. Luís, inteiramente cercado pelas fôrças do Ceará, Piauí e con-

tingentes maranhenses, viu-se forçado a capitular a 28 de julho. Seguira-se a ocupação da cidade pelas tropas vencedoras, sendo, a 7 de agôsto, celebrada a cerimônia do juramento de fidelidade ao Império. Nessa mesma data, em S. Luís, procedia-se a igual demonstração pública, que completava a adesão efetuada a 28 de julho.

A composição do nôvo govêrno era medida imperiosa. A Junta organizada em Itapicuru-Mirim transladou-se para S. Luís, onde, a 7 de agôsto, foram escolhidos os nomes dos outros membros que a deviam completar: advogado Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, presidente; Lourenço de Castro Belfort e Coronel-de-Milícias José Joaquim Vieira Belfort. A 13 elegeu-se a primeira Câmara Municipal da Capital, no nôvo sistema, escolhendo-se para seu presidente o antigo Capitão-mor Luís Salgado de Sá e Moscoso. Quantos estavam recolhidos às prisões, em terra e a bordo, por suas simpatias pela causa nacional, foram soltos. Aos oficiais e fôrças que não desejassem servir ao Império, como aos civis que não se dispusessem a permanecer no Maranhão, Cochrane proporcionou uma embarcação para transportá-los a Lisboa.

Senhor da situação, Cochrane declarou então prêsa de guerra as propriedades dos portuguêses não residentes no Império, bem como a dívida pública ativa até 31 de julho. Os escravos que integravam a tripulação das embarcações armadas pela Junta anterior, para o serviço do Govêrno, também foram declarados boa prêsa. Como as mercadorias de portuguêses, encontradas na Alfândega, transportadas por ordem sua para bordo dos barcos de sua frota de guerra. Exigiu, ainda, o Almirante, o pagamento da importância de 424:196$500, que lhe deveriam ser entregues em cinco prestações, no prazo de um mês.

O exército libertador, que vencera em Caxias, de seu lado exigiu o pagamento de 204:182$799 para satisfazer as despesas com os soldos da tropa que devia ter baixa por cessação das operações militares. De São Luís foram remetidos 94:923$297, enquanto o demais impôs-se como tributo aos reinóis de Caxias, comerciantes poderosos que tinham financiado a campanha antinacionalista.

A Junta, que via os gestos de Cochrane sem muita coragem para reagir a métodos tão estranhos, por fim a êle se dirigiu, lembrando que o Maranhão não era terra inimiga que houvesse sido conquistada, mas parte integrante do Império, libertado em grande parte por seus próprios esforços.

As primeiras inquietações

A conquista da independência não significou paz. Porque poucos dias após a instalação da Junta, o comandante das armas, Pereira de Burgos, entrou em choque com o presidente da Câmara de S. Luís, Rodrigo Luís Salgado de Sá e Moscoso, ordenando-lhe a detenção. Moscoso, conseguindo escapar (14-11-1823), levantou a guarnição, fêz-se aclamar nôvo comandante das armas, convocando assembléia que deliberasse sôbre a situação. A 15 realizou-se a reunião,

sendo Moscoso confirmado no pôsto e determinada a expulsão de portuguêses, civis e militares, considerados inimigos da nova ordem, entre êles o Marechal Agostinho de Faria, Comendador Antônio José Meireles, Cônego Francisco da Mãe dos Homens Carvalho e o Bispo Nazaré. Êste protestou contra a medida violenta, dada a sua condição de chefe da Igreja. Não foram ouvidas as suas reflexões, pelo que teve de retirar-se. A assembléia deliberou ainda: uma gratificação à tropa, paga pelos elementos reinóis residentes em S. Luís, e renovação da Junta, a ser feita em data que Cochrane marcasse.

Reinóis, que se refugiaram a bordo da esquadra, surta no pôrto, conseguiram obter a simpatia de Cochrane, que oficiou à Câmara da Capital estranhando as deliberações, declarando ilegítima a graduação de Moscoso no comando militar e ameaçando transferir a sede do Govêrno para outro centro urbano. Moscoso declarou-se pronto para entregar o comando. Um oficial que Cochrane mandou a terra informou-o de que havia exageros nas informações dos reinóis, que se diziam sob ameaças em seus bens e vidas. Marcada a eleição para o dia 20 de outubro, na verdade o que houve nessa data foi apenas a proclamação de Moscoso para o lugar em que se investira, adiando-se a escolha da nova Junta.

Em Caxias a situação, em face dos acontecimentos da Capital, era de nervosismo. Filgueiras exigia de lá que a eleição da nova Junta fôsse procedida em tôda a Província. Na Câmara Municipal local, um vereador, José Narciso Ferro, propusera o desligamento do Sul para a formação de uma Província, com sede na vila e incluindo Pastos Bons e S. Bernardo.

A 25 de dezembro procedeu-se à escolha. Os eleitos foram: advogado Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, presidente; Coronel José Joaquim Vieira Belfort, Antônio Joaquim Lamaguera Galvão, Tenente-Coronel Rodrigo Luís Salgado de Sá e Moscoso, Arcipreste Luís Acácio da Luz e Sá, Capitão Sizenando José de Magalhães e José Lopes de Lemos, secretário. A Câmara Municipal não se conformou com o resultado das urnas, alegando irregularidades no pleito. O que realmente ocorrera fôra uma cabala intensa do grupo de Bruce para permanecer, o que conseguiu.

Moscoso, conquanto também participante do nôvo govêrno, empossado a 29 de dezembro, desejava sempre mais, em demonstrações visíveis de ambição política. Tendo recebido denúncia do clérigo Domingos Cadavila Veloso, de que Bruce e os seus preparavam um golpe para integrar a Província no regime republicano, e já em conflito com os demais membros da Junta, promoveu, a 16 de fevereiro, uma reunião de militares, aos quais expôs o que chamou de gravidade da situação. O Conselho aprovou a sugestão para aprisionamento dos pretensos republicanos, o que foi imediatamente executado.

Seguiu-se alarma geral na cidade. Na madrugada de 17 para 18 de fevereiro (1824), a guarnição sublevou-se. Moscoso foi prêso. Uma as-

sembléia que êle próprio fizera convocar para aprovar-lhe os atos e a reunir a 18, celebrou sessão, restaurando a Junta nos seus podêres e fazendo sair da Província o oficial que lhe perturbara a tranqüilidade.

A Junta, reposta sob reservas de parte da assembléia, que só a reconduziu para evitar males maiores, dominada por Bruce, já não dispunha mais do necessário prestígio para conduzir a coisa pública. Bruce revelava-se ambicioso, ligado a elementos que não se recomendavam, protetor de amigos e parentes, a quem aquinhoava com empregos e outros favores.

Por tôda a Província, experimentou-se, na oportunidade, um clima de desordem e de receios justificados. Ademais, o elemento reinol não se acomodava à nova situação criada com a Independência. A 29 de março, um conselho militar reuniu-se e examinou o momento, decidindo a expulsão dos portuguêses solteiros que não fôssem proprietários de bens de raiz, para o que se lhes dava o prazo de oito dias. No dia seguinte, alterando a decisão, ordenou a expulsão de todo estrangeiro não casado, no prazo de quinze dias.

O poder econômico continuou em mãos dos reinóis. A grande família maranhense, pelo menos em S. Luís, estava profundamente marcada pelo elemento português. Medidas drásticas daquele teor provocariam, era natural, reações imediatas. E foi o que sucedeu. Nova reunião da assembléia militar reconsiderou o assunto, assentando que a expulsão atingiria apenas os vadios, os sem ocupação definida e solteiros. De seu lado, os reinóis, homens de negócio, propuseram-se financiar o retômo dos maranhenses militares que haviam sido mandados presos para Portugal ao tempo da Junta do Bispo Nazaré, com o que sossegaram os espíritos, encerrando-se aquela página dolorosa.

O regresso do Tenente-Coronel Pereira de Burgos, agraciado pelo Imperador e nomeado comandante das armas da Província, veio reagitar. Pedro I nomeara Bruce primeiro presidente. Na Côrte, o problema maranhense estava criando grande preocupação. Na Biblioteca Nacional, na seção de manuscritos do Instituto Histórico Brasileiro, há vasta documentação impressa ou não sôbre êsse período, registrando o mal-estar que lavrara no Maranhão, denunciando pessoas, acusando homens que disputavam o poder, clamando por providências do Govêrno Imperial, evidenciando, por fim, que se fazia imperiosa uma ação direta e imediata do poder central para restabelecer a ordem e integrar a Província no sistema imperial.

Burgos, logo após a Independência, propusera-se à consideração e à simpatia do Monarca, indicando-se, e a seus familiares, como autores da independência no Maranhão. A Câmara de S. Luís, a 28 de fevereiro, decidira indicar à Côrte o guarda-mor da Relação, Joaquim da Costa Barrudas, "para fazer a S. Majestade uma fiel exposição dos acontecimentos políticos ocorridos na Província". A 13 de maio jurava-se solenemente a Constituição, na Capital, ordenando-se igual procedimento às Câmaras do interior.

Assumindo a direção militar da Província, Burgos não se mostrou o homem para o momento, que impunha serenidade. Desafeto de Bruce, temia-se que os dois se desaviessem, desservindo à Província. E foi realmente o que aconteceu. Os incidentes entre ambos amiudaram-se. Em Icatu, Rosário e Caxias, registrou-se o pronunciamento da fôrça armada. Burgos convocou, a 21 de maio, um Conselho Militar com cuja cooperação decidiu enfrentar a situação. A Junta criara um corpo policial. O Conselho dissolve-o. O chanceler da Relação, o tesoureiro da Junta da Fazenda e o intendente de Marinha, reunidos por solicitação de Burgos, desaprovaram-lhe, todavia, a atitude, entendendo que à Junta, como govêrno, é que competia tomar providências. Foi então convocada uma assembléia para 1.º de junho, mas a Junta recusou aceitar a solução sugerida. Burgos, sem mais conter-se, reuniu novamente a corporação dos oficiais, que lhe pleitearam a dissolução da Junta. Pasquins circularam contribuindo para a efervescência. A boataria era injusta. A Câmara Municipal, alertada pela Junta, reuniu-se, ouvindo relato de Burgos e o pedido, que lhe entregou oficial da parcialidade do comandante das armas, de dissolução da Junta.

Depostos e presos os membros que a integravam, a Junta foi substituída pelo presidente da Câmara, Capitão José de Araújo Cantanhede, do grupo de Burgos, que se fêz aconselhar por uma comissão especial, decidindo-se finalmente, para dar caráter menos subversivo a tudo aquilo, eleger o Conselho do Govêrno, de acôrdo com a lei n.º 20, de 20-10-23, e cujo membro mais votado deveria assumir o govêrno. A eleição procedeu-se a 2 de julho. A Antônio da Silva Nunes Belfort coube a presidência do Conselho e portanto da Província.

A 4, porém, a guarnição de S. Luís sublevou-se, libertou os membros da Junta que estavam presos e se reempossaram, capturando Burgos que fugira para Alcântara e foi deportado para o Rio juntamente com o Arcipreste Luís Maria da Luz e Sá e o presidente da Câmara, Araújo Cantanhede. O Arcipreste era acusado de conspirar para o restabelecimento do domínio português.

No interior, a essa altura, os destacamentos rebelados tomavam a decisão de organizar uma fôrça expedicionária, que marchou sôbre a Capital, intimando a Junta a deixar o poder e solicitando que a Câmara promovesse a eleição de governante que dirigisse a Província até a chegada da autoridade que S. Majestade nomeasse.

Bruce, compreendendo que se fazia necessária uma atitude decidida, obteve o pronunciamento da guarnição de S. Luís no sentido de que assumisse o govêrno, substituindo a Junta. Sabia-se que fôra o preferido pelo Imperador para dirigir o Maranhão. Tratava-se, portanto, apenas de uma antecipação de posse em face da conjuntura grave. A 9 assumiu o govêrno. A 12 empossou-se o Conselho Provincial, eleito a 8 e de que faziam

parte: Joaquim da Silva Freire, Dr. Francisco Gonçalves Martins, Dr. José Vicente Freire e Bruce, que substituiu o Dr. José Antônio Soares de Sousa, que recusou.

A guerra civil parecia iminente. Os rebeldes iniciaram o cêrco da Capital, enviando ao Rio o Dr. José Tomás da Silva Quintanilha a pedir providências ao Imperador. Agentes de Bruce, em revide, passaram a cometer excessos, fazendo correr sangue. Propôs aos rebeldes anistia. Recuaram. Foi quando agentes dos republicanos de Pernambuco procuraram atrair a Província para a Confederação do Equador, aproveitando a grande oportunidade do estado em que se encontrava. Os rebeldes não aceitaram o convite para aderir. Ao contrário, proclamaram os seus propósitos de fidelidade ao Império. A luta não oferecia perspectivas claras. De parte a parte havia hesitações nas operações de guerra.

A 9 de junho a esquadra de Cochrane fundeou no pôrto. Estava participando das manobras visando ao restabelecimento da ordem perturbada no Nordeste pelos republicanos e, às notícias do que sucedia no Maranhão, vinha pôr fim aos desatinos que se praticavam. Uma representação, assinada por 78 senhoras de S. Luís, foi endereçada ao Marquês do Maranhão, título que lhe conferira D. Pedro, acusando Bruce dos excessos que desfiguraram a vida da Província. Informando-se do que sucedia, o Almirante lançou proclamação intimando as fôrças em luta à imediata deposição de armas. E assumindo o comando das armas, às reclamações dos cônsules da França e Inglaterra e à veriicação dos excessos praticados pelos homens de Bruce, no interior, a 25 de dezembro, suspendeu-o, entregando o govêrno ao secretário Manuel Teles da Silva Lôbo. Entendendo Cochrane que não era possível deixar Bruce "no exercício dos podêres de tão importante cargo sem iminente risco de novamente fazer acender a guerra civil, acentuada violência e agressividade, e de envolver a Província em cenas de anarquia e sangue". "Bruce, acrescentava o Almirante, só se poderia sustentar por meios de uma fôrça militar, e por atos que não convêm ao bem público".

Os homens públicos do Maranhão, é momento de reflexionarmos, dividiam-se sem perspectivas de uma reaproximação para o bem coletivo. A uns acusavam de fiéis a Portugal, apenas aguardando hora de um golpe que fizesse a Província voltar ao domínio do velho Reino peninsular. A outros, apontavam o crime de tendências republicanas. Poucos eram tidos como súditos fiéis do Imperador. A correspondência oficial, que se guarda no Arquivo Nacional, e aquela literatura política existente na Biblioteca Nacional deixam ver claro a paixão que separava tão profundamente a sociedade daqueles dias experimentais da vida autônoma. Cochrane, na análise que fêz dos acontecimentos, em conversa escrita com o presidente do Pará, José de Araújo Roso, confiara o seu temor com relação ao futuro do Império — "as províncias, cada uma separadamente se acha disposta a

seguir o mesmo que tornaram desprezível e fraca a América Espanhola". E justificando-se da deposição de Bruce, explicava que tivera "desagradável necessidade" de assim agir. Bruce viajara para o Rio, a fim de justificar-se ali "das acusações que apresentam contra êle tôdas as classes da comunidade, de várias arbitrariedades e tirânicos atos e geralmente da má administração em todos os ramos do govêrno". O presidente interino era "um môço de muita boa educação e livre das antigas preocupações a favor do despotismo e govêrno arbitrário". Haveria de comportar-se de "uma maneira satisfatória ao povo de Sua Majestade Imperial".

Cochrane, ao mesmo tempo que recompunha a ordem, cobrava 106:000$000 da quarta parte do tributo que lançara no momento da Independência. Duvidada a legalidade da dívida, a Junta da Fazenda ficara indecisa. O Almirante convocou-a e intimou-a pessoalmente a executar-lhe os desejos, no que foi afinal atendido. No jornal O *Censor*, Garcia Abranches combateu a decisão, atacando Cochrane, cuja defesa era feita em O *Argos da Lei*, de Odorico Mendes. Em conseqüência, foi prêso, sob grande escândalo público, pelo que representava como inteligência, caráter, decisão e fôrça cívica, e mandado sair do território nacional como adverso da Independência.

A 5 de fevereiro de 1825, mais ou menos serenados os ânimos, chegava a S. Luís um nôvo presidente — Tenente-Coronel José da Costa Barros, que se distinguira ao lado da causa imperial nas jornadas republicanas no Nordeste. A população da Capital exultou. O nomeado era estranho às paixões e poderia realmente fazer cessar a agitação que a dividia. Marcada a posse para 7, Cochrane opôs-se, sob a alegação de que não havia ainda ambiente sereno. O presidente, desconhecendo o meio, poderia ser envolvido por alguma das facções em luta. Parecia-lhe conveniente aguardar um pouco, inclusive a chegada de reforços pedidos a Pernambuco e resposta de S. Majestade às cartas que lhe escrevera sôbre a Província e seus problemas políticos.

Silva Lôbo, receoso de ser acusado de desrespeito às ordens do Imperador, prontificou-se a entregar o govêrno. Cochrane não consentiu. Costa Barros com êle trocou ofícios a respeito. Cochrane manteve-se irredutível. No *Argos da Lei*, Odorico Mendes aplaudiu a atitude do Almirante. Dêste dizia-se que estava agindo assim para que a Fazenda Pública cedesse aos seus desejos, fazendo o pagamento do tributo, a que nos referimos atrás. Por fim, Cochrane, que abandonou pouco depois o Maranhão, intimou Costa Barros a sair da Província, dirigindo-se ao Pará, onde aguardasse as instruções finais de D. Pedro.

Procedendo-se às eleições para a primeira Câmara dos Deputados, saíram eleitos, além de Silva Lôbo, Odorico Mendes, João Bráulio Muniz e Francisco Gonçalves Martins. Procedendo-se à escolha do Conselho Provincial, os prefeitos foram: Dr. Patrício José de Almeida e Silva, presiden-

te; Ricardo Henriques Leal, Dr. Joaquim José Tobias, Capitão Manuel Gomes da Silva Belfort e Filipe Antônio de Sá.

Vindo ordem para o exercício de Costa Barros, enquanto não chegava de Belém, assumiu o govêrno, a 7 de julho de 1825, o presidente do Conselho que o entregou àquele a 2 de setembro. A administração de Costa Barros não se assinalou pela prudência. Não pôde separar-se das animosidades decorrentes das restrições que lhe haviam feito por ocasião de seu incidente com Cochrane. Pretendeu realizar um govêrno marcado pela lisura no trato dos dinheiros públicos. Sofreu guerra aberta da imprensa local. Excedeu-se nos atos de violência contra seus adversários que contra êle investiram na Côrte, onde teve de defender-se, por escrito, refutando as acusações, inclusive sôbre sua honestidade administrativa.

Eleito senador pelo Ceará, onde nascera, entregou o poder a 1.º de março de 1827 ao vice-presidente, Tenente-Coronel Romualdo Antônio Franco de Sá, que se conduziu com discrição, restabelecendo a tranqüilidade na Província.

Seu substituto foi o Marechal-de-Campo Manuel da Costa Pinto, que se empossou a 28 de fevereiro de 1828, governou até 13 de janeiro de 1829, revelando-se arbitrário e vingativo. Incidentou com a imprensa, prendendo e recrutando o jornalista José Cândido de Morais e Silva, diretor de O *Farol*, que lhe fizera críticas; fechou a tipografia oficial, para evitar que se imprimisse o *Despertador Constitucional*, de Odorico Mendes, que se solidarizara com José Cândido.

O episódio político de maior importância, no entanto, a marcar com certo ridículo o seu govêrno, foi a descoberta de um plano para a instalação de uma república em Pastos Bons. Haviam circulado, na vila, boletins concitando o povo a desobrigar-se de obediência ao Imperador e a adotar o regime republicano. Costa Pinto, narrando ao ministro do Império o episódio, deu-lhe um caráter de tal gravidade que o Parlamento Imperial dêle tomou conhecimento. As medidas de precaução mais rigorosas foram baixadas. A correspondência vinda e ida para o município sofreu censura. Apurou-se, porém, que tudo não passara de irreflexão passageira, sem maiores conseqüências. Em Pastos Bons não se criara núcleo republicano nem ocorreria perigo de mudança das instituições.

A "Setembrada" O Dr. José Cândido de Araújo Viana foi o substituto do Marechal. Seria mais tarde Marquês de Sapucaí. Era desembargador da Relação de Pernambuco, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Oficial da Ordem do Cruzeiro. Assumiu a 14 de janeiro de 1829. Terminou o período a 12 de outubro de 1832. Inicialmente fêz soltar José Cândido, com o que logrou conquistar a simpatia das fôrças liberais da Província. Procurou evitar que as paixões políticas recrudescessem. José Cândido, embora simpatizante, não cessou no combate aos elementos conservadores, na quase totalidade ligados aos reinóis, que dispunham, é con-

veniente não esquecer, do poder econômico e do conseqüente relêvo social. A divisão da sociedade continuava forte. Todos os esforços para a conciliação resultavam infrutíferos.

A Abdicação, como era fatal, ecoou na Província, provocando o desencadear de maiores separações. O presidente procurava evitar a comoção pública. Na noite de 12 de setembro de 1831, no entanto, explodiu a rebelião que começou no quartel da fôrça de linha, no campo de Ourique. Todos os demais corpos e grosso contingente de civis solidarizaram-se com o pronunciamento. Araújo Viana, certificado do que ocorria, apressou-se em convocar o Conselho da Província, aguardando, depois, que os revolucionários explicassem o que desejavam. Pela manhã, uma delegação de revolucionários apresentou-se em palácio, entregando uma representação do povo e tropa. Fôra redigido por José Cândido, alma de todo o movimento e entusiasmo mais sincero da causa nacionalista. Por ela, exigiam os extremistas que fôssem demitidos e expulsos da Província, por inimigos da nova ordem, os portuguêses que tivessem postos nas milícias ou na administração; expulsos os religiosos franciscanos e dois padres seculares comprometidos no grupo lusitano; demitidos os brasileiros adotivos e suspensos oito magistrados, inclusive o chanceler da Relação. Por fim, o movimento não devia ser considerado criminoso.

O Presidente Araújo Viana, cedendo a injunções momentâneas, homem hábil, político que sabia ladear dificuldades para agir mais adiante com segurança e êxito, dando a impressão de que estava de corpo e alma com os ideais dos revolucionários, na realidade preparava a sua hora de desforra. Principiou fazendo corpo mole, quando se pensou em executar o que a assembléia revolucionária havia impôsto ao calor das baionetas. Ora era hoje que se ia fazer dispensa dos apontados como inimigos da nova ordem, ora amanhã. E assim se iam passando os dias, sem que se desse passo definitivo para cumprir o que se assentara na conjuntura aflitiva de 13 de setembro. O Presidente contemporizava. Tempo ao tempo. Mas nem todos os que se haviam comprometido na partida tinham esmorecido ou cedido, pelo que seguiam para o interior, a prosseguir na luta, de armas na mão.

Os que haviam promovido e realizado a "Setembrada", com tanto sucesso e rigidez, viram-se logrados. Esperavam a oportunidade para exigir a concretização daquelas medidas drásticas. A prisão de oficiais, que se haviam integrado na "Setembrada", serviu de pretexto. A 19 de junho, a tropa rebelou-se novamente. José Cândido, apoiado por Francisco Magno de Abranches e Egídio Launé, pôs-se à frente do movimento. A reação do comandante Feliciano Antônio Falcão, com 80 granadeiros vindos de Caxias, a fôrça de marinha desembarcada dos navios surtos no pôrto, o corpo de artilharia e a indecisão dos rebeldes fizeram-no fracassar. Vários chefes foram presos. José Cândido e Launé, no entanto, conseguiram escapar. Odorico Mendes, que chegou da Côrte, onde participara da queda de Pedro I,

ocultou-se em casa. Odorico era deputado. Não lhe podiam dar busca na residência, o que servia à proteção dispensada aos dois.

À testa dos revolucionários colocou-se o cearense Antônio João Damasceno, que rumou com sua gente para o sertão, ameaçando várias cidades, vilas e povoados, sempre a receber adesões. Contido, porém, em todos os cantos, Damasceno decidiu promover nôvo pronunciamento na Capital sôbre que avançou e de cujo armazém de pólvora conseguiu apoderar-se, sendo, porém, vencido. Escapando com alguns companheiros, marchou sôbre Caxias, sendo novamente batido, marchou para o Piauí, de onde regressou ao Maranhão. No lugar Boqueirão sofreu a maior derrota. Seus companheiros caíram em poder dos destacamentos governamentais. E Damasceno pereceu na luta.

A essa altura, em S. Luís, José Cândido, foragido, não podia agir. Os magistrados e os indicados pelos revolucionários como inimigos do regime, de mãos dadas, com a conivência mansa do Presidente Araújo Viana, excediam-se, inventando mil incidentes, perseguindo os prisioneiros.

Tanta desordem, finalmente, chegou ao conhecimento da Côrte, impondo providências. No fim de contas, os partidários do Sete de Abril é que estavam sendo violentados. Odorico Mendes, da tribuna parlamentar do Império, acompanhado por Costa Ferreira, gritou em favor de seus co-provincianos. Clamou por justiça. Exigiu medidas que dessem sossêgo ao Maranhão e garantissem a liberdade de sua gente. Em São Luís, o Conselho Provincial, à invectiva da maioria do povo, que exigira paz e liberdade, enviou à Regência um memorial advogando anistia.

Joaquim Viana da Silva e Sousa, maranhense, foi mandado governar a Província, restabelecendo a ordem. Era homem sereno, que se preocupava em exercer o cargo sem paixões, visando à pacificação dos espíritos. Assumiu a 20 de novembro de 1832, passando o govêrno a 17 de fevereiro de 1834 ao vice-presidente Manuel Pereira da Cunha; e êste, a 3 de março, a Antônio José Queirós, que transmitiu o poder, a 9, ao Dr. Raimundo Filipe Lôbo, que se manteve no pôsto até 30 de outubro.

A 31 de janeiro de 1835, outro maranhense veio governar: Dr. Antônio Pedro da Costa Ferreira, que pautou os seus atos pela preocupação de manter a liberdade e administrar, assegurando melhores dias à Província. Criou a Tesouraria Provincial, a Polícia Rural, o Corpo de Polícia e organizou a Secretaria do Govêrno de maneira a ter nela um órgão capaz de assegurar ao chefe de Estado a cobertura necessária ao bom funcionamento do mecanismo administrativo.

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Bibiano da Costa foi o presidente que o substituiu (de 3-5-1837 a 3-3-1838). Seguiu-se Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo, em cujo período recomeçaria a agitação, agora em proporções de guerra civil e movimento de massa. Seria a Balaiada.

Os antecedentes da explosão A administração dos dois últimos presidentes não contribuiu para restituir ao Maranhão aquêle clima de tranqüilidade indispensável ao seu processo de desenvolvimento. Com as eleições realizadas em 1836, os chamados "bem-te-vis" haviam sido derrotados, ascendendo ao poder os "cabanos", denominação pejorativa que se dava aos rebeldes de Pernambuco e do Pará. A divisão partidária assumiu, porém, aspectos da maior gravidade. Porque os vencedores não se mostravam capazes de ceder nos seus propósitos de tratar os vencidos sem descer à prática de violências e humilhações. O passado recente de atribulações que a Província vivera não educara os homens que possuíam a direção política. As distâncias continuavam cada vez mais vigorosas. Pouco, muito pouco, frutificaram das lições que se deviam extrair das angústias vividas. A linguagem dos jornais que expressavam o pensamento das duas facções era uma linguagem por demais forte. De um lado, o *Bem-te-vi*, de Rafael de Carvalho, a *Sentinela*, dirigida por Antônio Pires de Castro e a *Crônica Maranhense*, de João Francisco Lisboa; de outro, a princípio, o *Constitucional*, e depois o *Investigador*, de Sotero dos Reis, gramático, polemista e crítico severo.

As condições que a Província experimentava no plano político, nas duas administrações, indicavam a existência de um clima propiciador de nova onda de desordens, como as que haviam ocorrido após a Independência. A insegurança, no interior, era o normal.

Quando, por isso, o Presidente Camargo pretendeu que o Legislativo provincial votasse a chamada "lei dos prefeitos", a oposição compreendeu que se avizinhavam horas ainda mais difíceis. Pela lei, em cada Comarca haveria um prefeito, em cada têrmo, um subprefeito e em cada distrito tantos comissários de polícia quanto o prefeito, por informação do subprefeito, julgasse necessários. A êsses funcionários atribuíam-se podêres imensos, inclusive aquêles que anteriormente cabiam aos chefes de polícia e aos juízes de paz. Dava-se-lhes uma competência total sôbre as vidas e bens dos habitantes das localidades. Instrumento de opressão, em mãos do governante partidário, importava na adoção de um regime de fôrça. Apesar do combate que sofreria o projeto, acabou por transformar-se na lei n.º 79, de 26 de julho de 1838. Em outras províncias, leis daquele tipo haviam provocado movimentos de opinião, que impediriam a consumação do pensamento dos que lhes advogavam a aprovação.

No Maranhão, os protestos foram em vão. As nomeações feitas, sempre entre os partidários dos cabanos, que exerciam o poder, significou a perseguição aberta e imediata aos bem-te-vis, por isso mesmo logo apontados como autores de quanto incidente ocorria. Meses antes de sua decretação (novembro de 1827), registrara-se, em Caxias, o assassínio do Tenente-Coronel Raimundo Teixeira Mendes. O crime ficara impune e dera margem a uma série de violências e outros assassínios.

Êsses tristes episódios haviam sido antecedidos pela notícia de que na cidade sertaneja conspirava-se em favor da República. O Presidente Bibiano assustara-se um pouco, verificando-se, porém, o infundado da nova sensacional. Caxias, no decorrer das investigações policiais, vivera agitada e receosa de maiores acontecimentos.

A todo êsse desacêrto que marcava a vida provincial na orla político-partidária, juntara-se a insatisfação social. O Maranhão compusera uma das regiões onde a mão-de-obra escrava crescera e com ela fôra possível efetuar o progresso econômico. O elemento de raiz africana e seus descendentes mestiços formavam, então, o contingente mais expressivo da população. Com a Independência, não se lhes abriram as portas para um nôvo *status*. Nem o poder político nem o poder econômico lhes viera às mãos. Êste continuava a ser desfrutado pelo poderoso grupo reinol ou dêle diretamente descendente ou a êle vinculado. Nas fazendas, como nos núcleos urbanos representados em São Luís, Caxias, Alcântara, Cururupu, Viana, Itapicuru, vivia essa "nobreza", que se elaborara cheia de vaidades e de bem-estar material, a contrastar com a situação de inferioridade dos que dêle não participavam. Milhares de negros, que fugiam aos maltratos dos senhores, aquilombavam-se nas matas, de onde saíam para surtidas rápidas e violentas sôbre propriedades agrárias. Os prefeitos e subprefeitos, entre as suas obrigações policiais, tinham a de organizar expedições punitivas sôbre os mocambos, contra os quais os podêres públicos ainda não haviam conseguido sucesso maior. A região entre Tutóia e o Preá estava "infestada de negros fugidos", excelente matéria-prima para fileiras rebeldes. Havia, portanto, uma área da sociedade que sofria os rigores impostos pela condição de côr, de origem. As tarefas mais humildes é que lhe cabiam: era composta de boiadeiros, trabalhadores domésticos, trabalhadores nos sítios e propriedades agrícolas, barqueiros, tripulantes das embarcações que freqüentavam os rios da Província — o Itapicuru, o Mearim, o Pindaré, o Paranaíba. Essa camada social, nos conflitos da Independência e nos episódios posteriores, compusera o quantitativo ponderável dos grupos em armas. E sem o freio de um exemplo que lhe viesse da parte dos que governavam, não podiam deixar de expressar o seu descontentamento, a sua revolta, senão no primarismo de atos vandálicos. As guerras e guerrilhas de que haviam participado serviram-lhes de grande escola para um ato de desespêro ou para um ajuste de contas, "dos que não tinham contra os que tinham", como Handelman constatara para a "Cabanagem".

A revolução em marcha

A 13 de dezembro de 1838, na vila de Manga, o mestiço Raimundo Gomes, à frente de um grupo de companheiros, assaltou a cadeia pública, para libertar o irmão, prêso sob a acusação de assassínio. Além do irmão, liberta os que ali se encontravam por decisão das autoridades locais. A guarda da cadeia não reagiu. Ao contrário, aderiu. Raimundo Gomes era vaqueiro, criado à lei da natureza. Trabalhava no Arari, na fazenda do Padre Inácio Men-

des de Morais e Silva. Nascera no Piauí. Não se filiava a partidos, nem podia filiar-se, pela incultura em que vivia. Seus antecedentes são pouco conhecidos. Pretende-se que tenha sido um combatente do "Exército Auxiliador" cearense ou um fugitivo às violências do Barão de Parnaíba. Passava por Manga, tangendo manadas do patrão, para vender, quando muitos de seus acompanhantes foram recrutados e o irmão aprisionado sob a acusação de assassínio. Sem encontrar deferimento ao seu pedido, apresentado ao subprefeito José Egito, "cabano", enquanto o padre era bem-te-vi, apelara para o ato de fôrça.

A notícia do episódio chegou a S. Luís. No primeiro momento, pareceu apenas um incidente a mais a somar à série em que a Província se fazia rica. Um destacamento, comandado pelo prefeito de Itapicuru-Mirim, e outro de Munim marcharam contra os rebeldes. Não os alcançaram. Haviam partido, em direção a Tutóia, que atingiram a 22 de janeiro de 1839, e onde o Capitão Alexandrino de Andrade deu-lhes combate obrigando-os a atravessar o Parnaíba, entrando no Piauí. Batidos naquela Província, retrocederam para o Maranhão, indo acampar no lugar denominado Mocambo.

Em S. Luís, anunciara-se, então o desbarato dos insurretos — "com o aniquilamento dêstes desordeiros ficara a Província no gôzo da mais completa tranqüilidade". Raimundo Gomes, no entanto, recebendo adesões por onde passava, organizava uma coluna com que castigou Belas Águas, Queimadas da Soledade, Espigão, Miritiba, Chapadinha, Mariquitas e Caiçara. Ampla área da parte ocidental da Província estava, portanto, em suas mãos.

O movimento, ampliando-se, seja no raio de ação geográfica, seja no quantitativo dos que a êle vieram trazer a sua participação, não possuía as características simplistas de mais um pronunciamento de políticos desejosos do poder. Era um explosão de velhas queixas, amarguras, dificuldades, ressentimentos e desencantos até então recalcados. Movimento de multidões, insista-se, seus chefes não se assentavam nas camadas politizadas, mas nos grupos humildes da Província. Seus nomes de guerra iam falar por si — Tigre, Raio, Caninana, Corisco, Sete Estrêlas, Teteú, Cafuso, Mulungueta, Jitirana, Riachinho, Andorinha, Ruivo, Relâmpago. Outros eram o Teixeira, o Silveira, o Coque, o Pedro de Moura, o Violete.

Dois encontros entre destacamentos de legais e rebeldes, em Mocambo e Laranjeiras, deu a vitória a êstes, o que provocou, na Capital, receios e levou à consciência de que a explosão não estava contida. Aquela afirmativa governamental de ordem restabelecida, portanto, não era exata.

Assumira a presidência da Província, a 3 de março de 1839, o Dr. Manuel Felizardo de Sousa Melo, do corpo de engenheiros do exército. Aceitando as informações de seu antecessor, comunicara para a Côrte que não havia inquietação na sua área de govêrno. Em face das novidades relativas aos desastres das armas oficiais, compreendera que afirmara demais.

E tratou de preparar-se para enfrentar a situação. Fôrça expedicionária, sob o comando do Major Feliciano Antônio Falcão, foi expedida para Icatu, escolhida para base das operações. Um iate e uma lancha armados, para policiar o rio, também se dirigiram para Itacu. Já a essa altura, informava-se que as colunas rebeldes somavam mais de 500 homens.

Os encontros feridos em Mutuns, Mocambo e Angicos resultaram em grandes perdas de ambos os lados, mas com a melhor para os rebeldes. Em Angicos (18-4-38) perdeu a vida, morto friamente depois de se haver rendido, o Capitão Pedro Alexandrino de Andrade.

Em face dos sucessos, o Presidente Manuel Felizardo iniciou providências de mais largo alcance, mobilizando quanto pôde dispor na Província e solicitando recursos às vizinhas e ao Govêrno central. Em S. Luís, prepararam-se defesas, organizaram-se os habitantes, convocados para uma ação defensiva na hipótese de um ataque.

As operações, de parte dos rebeldes, continuaram marcadas por êxitos sucessivos. Tutóia, Vargem Grande, Coroatá, uma a a uma, sofreram-lhe as incursões, marcadas por atos de vandalismo contra bens e pessoas. O mestiço Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, que desejava vingar a honra de uma filha, violentada pelo Capitão Antônio Raimundo Guimarães, aliou-se a Raimundo Gomes com seus amigos e seguidores. Fazia e vendia balaios. Chamavam-lhe "balaio". O nome passaria aos rebeldes. O movimento seria, por isso, a "Balaiada". Manuel, no auge de seu desespêro, jurara vingança aos que não eram de sua côr e condição social. Para o ajuste de contas, o caminho seria o das armas. O prêto Cosme, que se assinaria D. Cosme Bento das Chagas, evadido da cadeia de S. Luís, pondo-se à frente de 3.000 escravos, escapos às senzalas, constituía outra contribuição ponderável. Tinha também as suas contas a ajustar com os poderosos de então.

Ocupando Brejo, cujos defensores e habitantes a haviam abandonado, os "balaios" avançaram por várias frentes sôbre Caxias, iniciando-lhe o cêrco, a 24 de maio de 1839. A 1.º de agôsto a cidade rendeu-se. Mais de duzentos moradores pagaram com a vida. O saque generalizou-se. Os "balaios", entendendo que chegara a hora de uma definição de seus propósitos, organizaram-se em Conselho Militar e criaram uma Junta Provisória, integrada por elementos locais, estranhos ao movimento. A seguir, mandaram deputação à Capital, para entregar ao Govêrno condições para a pacificação: revogação da lei dos prefeitos e da que organizara a Guarda Nacional, anistia para os rebeldes, processo regular dos presos existentes nas cadeias, confirmação nos postos que se haviam concedido, expulsão dos portuguêses natos e restrição de direitos aos naturalizados, entrega de 80:000$00 para pagar o sôldo das fôrças rebeldes.

Para enfrentar a situação, que se compreendia agora na gravidade por que se apresentava, foi nomeado comandante-chefe das tropas legais o Te-

nente-Coronel Francisco Sérgio de Oliveira, vindo do Pará, onde lutara contra os "cabanos" no Baixo Amazonas. Reforços de Belém, da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí começaram a chegar. Uma fôrça naval, sob a direção do Capitão-Tenente Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré, fundeou no pôrto da Capital.

A luta prosseguiu sem sucesso definitivo para as duas partes e com crescente aumento dos contingentes em luta. Em Icatu, os balaios venceram, ameaçando a Capital. Venceram depois em Areias, Buriti-Cortado, Bacaba e Barro Vermelho, Lagoa, Morcêgo e Anajá. Perderam, porém, Manga, Veados, Pastos Bons, Mirador, Passagem Franca, S. José dos Matões, Formiga, Boa Vista, Mandacaru, Cajueiro, Pindoba, Alagoas do Carneiro, Maravilha, Nazaré, Ribeira, Guanaré Grande. Caxias, libertada, tornou a cair-lhe nas mãos. Como da vez anterior, continuaram ali violências sem conta, matando e destruindo vidas e propriedades. A luta apresentava, de parte a carte, o caráter de ferocidade. Para cúmulo de tudo, o Presidente Manuel Felizardo e o Tenente-Coronel Sérgio de Oliveira desentenderam-se, acusando-se mùtuamente de responsáveis pelas derrotas que cabiam às armas legais. Na imprensa da Capital a crítica aos governantes já tomavam o caráter de combate impiedoso. A tentativa de atribuir aos bem-te-vis a culpa do movimento, dando-lhe a característica de movimento partidário, perdera sentido. Porque em nenhum momento fôra possível encontrar provas de que estivessem ligados aos "balaios".

Luís Alves veio restabelecer a ordem

No Parlamento Imperial, o eco de quanto estava ocorrendo fazia-se sentir, do mesmo modo por que o próprio Govêrno Regencial se apercebia de que a explosão maranhense apresentava um tal sentido de gravidade, como reflexo de nova situação social, que não poderia mais ser a sua solução confiada apenas aos podêres locais com os recursos de que podia lançar mão. A 12 de dezembro de 1839 nomeava o Regente, para a presidência da Província, acumulando o comando das armas, o Coronel Luís Alves de Lima e Silva, que a 7 de fevereiro de 1840 iniciava a sua tarefa.

Proclamando a sua disposição de governar e restabelecer a ordem eqüidistante das intrigas locais e do estreitismo partidário, Luís Alves começou recuperando a administração por atos que lhe mostraram a têmpera e o propósito. Corrigiu os abusos, inclusive os que se praticavam à sombra da campanha. Enfático, falava claro, "mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam". Dispondo de efetivos que totalizavam 8.000 homens, organizou o seu plano de operações, criando a "Divisão Pacificadora", que dividiu em três colunas. A primeira, sob o comando do Tenente-Coronel Sérgio de Oliveira, para operar entre Caxias e Pastos Bons; a segunda, sob o comando do Tenente-Coronel José Tomás Henriques, para operar entre Vargem Grande e Brejo; a terceira, a princípio sob o comando do Tenente-Coronel Luís Antônio Favila, depois

substituído pelo Major Feliciano Antônio Falcão, para operar entre Icatu e Muritiba.

A guerra de movimentos rápidos ia iniciar-se com o maior sucesso. Luís Alves visitou o teatro de operações. Em Brejo, registrou-se a primeira grande derrota dos "balaios". Seguiu-se a dispersão dêles que, penetrando no Piauí, com Raimundo Gomes, não alcançaram ali qualquer sucesso. Ao contrário, além dos mortos, perderam mais de um milhar de prisioneiros, sendo forçados a retroceder para o Maranhão. Em Muritiba, Ribeira, Mata Grande, novos desastres. Raimundo Gomes pediu condições para render-se. Foram negadas. Cosme, a quem recorrera no desespêro das derrotas, aprisionou-o, assumindo a direção final e única do movimento. Intitulava-se "Tutor e Imperador das Liberdades Bem-te-vi". Balaio e vários outros chefes já haviam morrido em combate. O chefe Francisco Pedrosa, passando-se para os legais, atacou então Cosme, mas não conseguiu capturá-lo. A luta continuou, violenta, mas sem nenhum êxito para os "balaios". Principiaram as deserções, as fugas, as rendições. Luís Alves, em homenagem à maioridade de Pedro II, ofereceu anistia. O bispo D. Marcos Antônio de Sousa, lançando pastoral, apelou para que os balaios depusessem as armas. Raimundo Gomes, que escapara de Cosme, com alguns outros chefes ainda procurou resistir em combates isolados e tentativas de captura de centros importantes da rêde urbana da Província, sem, no entanto, qualquer resultado satisfatório. Afinal, a 15 de janeiro de 1841, entregou-se, sendo exilado para S. Paulo, falecendo em caminho. Perseguido, combatido, caçado, foi afinal Cosme aprisionado em Calabouço, no Maroim. Condenado à morte, foi enforcado em setembro de 1842, em Itapicuru-Mirim.

O decreto imperial de 22 de agôsto de 1840 concedeu anistia, registrando-se, em conseqüência, a rendição imediata, em vários pontos, de 2.500 balaios. A 19 de janeiro de 1841, Luís Alves publicou a ordem do dia n.º 68 anunciando o fim do movimento e a pacificação da Província. E a 13 de maio, entregando o Govêrno ao su substituto, o Dr. João Antônio de Miranda, dizia-lhe:

> "Não existe hoje um só grupo de rebeldes armados, todos os chefes foram mortos, presos ou enviados para fora da Província; restabeleceu-se a ordem, fui sempre respeitado e obedecido, não tive oposição de partido algum, todos os empregados e chefes de repartições desvelaram-se em cumprir os seus deveres durante o tempo do meu govêrno; mas não me ufano de haver mudado os corações e sufocado antigos ódios de partidos, ou antes de famílias, que por algum tempo se acalmam, e como a peste se desenvolvem por motivos que não prevemos ou não nos é dado dissipar."

E no retrospecto de seu govêrno afirmava:

> "Tomando posse no dia 7 de fevereiro de 1840 estabeleci logo, como regra do meu procedimento, manter rigorosa disciplina nas tropas do meu comando, fiscalizar e economizar as despesas da guerra, cumprir e fazer cumprir sem discrepância tôdas as leis do Estado, e não me envolver de modo algum em questões de partidos, distinguindo

os homens pelos seus merecimentos e qualidades, sem me importar com suas opiniões; servindo de paradeiro às exigências dos partidos, quebrei-lhes a fôrça; e ambos me coadjuvaram."

*

* *

Balanço

A evolução maranhense, no Primeiro Império e no período regencial, assinalado pelo deflagrar de paixões tão vivas, que lhe dividiram a sociedade em áreas quase irreconciliáveis, nem por isso deixou de permitir que a Província experimentasse as transformações decorrentes do fato primordial da perda da condição colonial. Mais, que a Província pudesse dar ao Império uma contribuição preciosa de figuras que engrandeceram o cenário político e cultural do país. Assim, no Primeiro Império, João Inácio da Cunha, Visconde de Alcântara, foi ministro do Império e ministro da Justiça; no regencial, além do regente João Bráulio Muniz, José Félix Pereira de Burgos, Barão de Itapicuru-Mirim, e Dr. Joaquim Vieira da Silva e Sousa, exerceram as pastas da Guerra, o primeiro, e as do Império e Marinha, o segundo.

Odorico Mendes, parlamentar, jornalista, político e poeta; Francisco Sotero dos Reis, filólogo e professor; Frei Custódio Serrão, naturalista, no campo da inteligência, criaram, nas suas especialidades, renome nacional, projetando a Província que, nos anos posteriores, proporcionaria, seja na área política, seja na área intelectual uma série bastante elevada de nomes que enriqueceram a galeria das figuras de relêvo do Império. A contribuição da Província para a vida nacional seria das mais ricas e expressivas.

A economia maranhense, no decorrer de todo aquêle ciclo agitadiço, comprometera-se profundamente. No período da Balaiada, no entanto, com o estado de insegurança que se criara e a destruição de propriedades, a perda da mão-de-obra, escrava ou não, se havia agravado essa situação. O produto básico, para exportação, continuava a ser o algodão, sôbre que a Província cobrava impôsto de cinco por cento.

O progresso material fôra interrompido. Luís Alves, em sua exposição a seu sucessor, expôs-lhe as necessidades vitais da Província, nesse particular: reconstrução dos edifícios públicos, igrejas, abertura de caminhos, limpeza dos rios, navegação a vapor naqueles em que fôssem possíveis embarcações de maior porte, construção de pontes.

No particular da instrução pública, criara-se, em 1838, o Liceu Provincial, confiado ao zêlo e à inteligência de Sotero dos Reis. Havia rêde de escolas primárias, de cadeiras de Língua Latina. A Província subsidiava o Seminário e o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, ambas a funcionar em S. Luís. Subsidiava, também, três estudantes em França.

Alcântara e Viana concentravam, rivalizando com a Capital, as maiores figuras da sociedade e da política. Caxias ascendera à condição de cidade em 1836 (5-7). A população crescia sem saltos expressivos — em 1841, 217.000 habitantes. O contingente mestiço era ponderável. A incorporação do Maranhão ao Império processava-se através de amarga experiência política.

*
* *

O Piauí experimenta as primeiras dificuldades

Os anos que se seguiram à Independência não foram assinalados, no Piauí, por acontecimentos políticos que lhe abalassem profundamente a paz pública e lhe houvessem criado o estado de insegurança que caracterizou a vida maranhense na mesma época.

A Junta do Govêrno que resultou da incorporação da Província ao Império, é exato que experimentou temores em conseqüência da exigência e de outras atitudes inconvenientes da fôrça expedicionária vinda do Ceará sob o comando do Coronel Filgueiras. Depois da capitulação de Caxias e das violências ali praticadas contra propriedades e vidas dos reinóis abastados, abandonara o Maranhão reentrando no Piauí. Filgueiras dirigiu-se para o Ceará. O exército que chefiava, no entanto, acampou em Campo Maior, impondo contribuição de guerra e a entrega dos prisioneiros portuguêses. Já recebera 19:356$068. Recebeu mais 3:000$000. Tristão de Alencar e o Capitão Luís Pedro de Melo e César, em nome de seus comandados, que fizeram circular a nova de que marchariam sôbre a Capital, apresentaram a exigência. A Junta, sem recursos materiais para reagir, concordou. Não dispunha de numerário. Nos cofres da Tesouraria havia apenas 1$920. Fêz empréstimo compulsório para poder cumprir a obrigação assumida, com o que se livrou da presença do "exército auxiliador", como se lhe chamava, o qual a 20 de dezembro de 1823 regressou aos seus quartéis no Ceará. À sua passagem, vindo de Caxias, cometera violências contra os próprios brasileiros. Em exposição, a Junta registrava

"que calamidade, que destrôço e irreparáveis males têm por aqui causado as tropas que se retiraram de Caxias. As fazendas estão de todo destruídas; o cavalar, êsse foi conduzido quase todo. Desgraçada ficou a nossa Província"... "O clamor dos povos toca, sensìvelmente, os nossos corações. Êles queixam-se de seu govêrno por falta de providências para a segurança de seus bens; os *auxiliadores* tacham-nos de ingratos quando se lhes apresenta a desolação da Província e, assim, não é possível saber como possamos satisfazer os nossos deveres".

Na retirada, essa tropa, sem a disciplina militar, como fôrça irregular que era, recrutada sem a menor preocupação seletiva, cometera várias violências, desobedecendo aos respectivos comandantes.

A Província estava exausta. Comprometera a sua maior riqueza, representada no gado, que fôra reduzido de muito. Milhares de vidas se haviam perdido nas refregas ou nas epidemias irrompidas nos quartéis. Uma sêca sem precedentes, e que se prolongaria até 1825, aumentava as aflições. Por fim, causando a maior tristeza, chegara a convocação, para a Assembléia Constituinte, atribuindo ao Piauí apenas um deputado, enquanto ao Maranhão concediam-se quatro. Em revide imediato, a Junta convocou uma assembléia que decidiu reformar as instruções recebidas para elegerem-se dois deputados e não um como lhe fôra determinado do Rio de Janeiro, resolução materializada, a seguir, na escolha de dois representantes, o Padre Antônio Pereira Pinto do Lago e o Dr. Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, que não tiveram oportunidade de participar da Constituinte em virtude de dissolução da mesma.

A Junta, do mesmo modo por que assim agia, revelando-se altiva na defesa do que lhe parecia um direito ferido pelo ato imperial, dirigia-se a S. Majestade expondo o seu espanto, a sua mágoa e comunicando a atitude que tomara.

O problema que se oferecia agora era o da restauração da tranqüilidade, da recuperação econômica e da organização nos novos moldes políticos criados pela Independência. Pelo decreto de D. Pedro estava nomeado presidente da Província Simplício Dias da Silva, sôbre cujo procedimento cívico a Junta, em 27 de outubro de 1823, fizera longa exposição ao Imperador. A mesma Junta, em 29 de agôsto, propusera ao ministro da Guerra os serviços prestados à causa nacional pelo Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, para êle pedindo a graduação ao pôsto de marechal-de-campo. E em dezembro, atendendo a um aviso do ministro do Império, comunicara a relação de quantos se haviam distinguido no serviço da pátria, por ela se decidindo para que a Província fôsse parte integrante do Império.

O Piauí na Confederação do Equador

Simplício Dias, que representava o poder econômico na Província, maior fortuna em mãos de um homem, entusiasta da Independência, não aceitou, porém, o pêso da governança. A 19 de setembro de 1824, em face de sérios acontecimentos políticos que ameaçavam a ordem, ficou decidida a escolha de um presidente temporário, o que logo foi providenciado, sendo eleito o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que se empossou no dia seguinte e lançou proclamação apelando para a compreensão dos piauienses, fidelidade à causa do Império e do Imperador. Na mesma ocasião empossou-se o Conselho do Govêrno, assim constituído: Padre Marcos de Araújo Costa, secretário; Tenente-Coronel Inácio Francisco de Araújo Costa, Capitão-mor João Nepomuceno Castelo Branco, Sargento-mor Inácio Madeira de Jesus, Sargento-mor Joaquim de Santana Ferreira e Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins.

De acôrdo com a Câmara Municipal da Capital, constituiu-se também uma Junta Defensiva, que cooperaria com o presidente temporário na organização da dèfesa da Província.

A 17 de junho, ocorrera em Oeiras a solenidade do juramento da Constituição outorgada pelo Imperador. As vilas de Parnaíba e Campo Maior se haviam recusado, porém, a aceitar o Código político, preferindo caminhar no sentido da República, dêsse modo acompanhando o pronunciamento de outros municípios nordestinos. A Confederação do Equador ecoava, dêsse modo, no Piauí.

Tristão de Alencar Araripe, que proclamou a adesão do Ceará ao movimento, pediu à Junta do Govêrno de Oeiras que o acompanhasse naquela decisão. Emissários cearenses, penetrando na Província, iniciaram a propaganda tentando o aliciamento de adeptos. O Padre Francisco de Paula Barros, em Parnaíba, encontrou o apoio decidido de João Cândido de Deus e Silva, Tenente-Coronel Domingos Dias da Silva e Major José Francisco Miranda Osório. Simplício Dias, que era a figura de maior projeção no cenário local, evitara participação no movimento, ausentando-se para suas propriedades. Dizia-se amigo do Imperador, conseqüentemente não podendo pegar em armas contra êle. A Câmara, sob a presidência de João Cândido, a 25 de agôsto de 1824, decidiu-se pela República, aceitando a representação que lhe fôra feita, assinada por dezenas de pessoas e a refletir também o desejo dos corpos de milícias. Campo Maior assumiu idêntica atitude dias depois. Manifestos e proclamações circulavam intensamente, concitando a Província a acompanhar a decisão republicana das demais unidades do Nordeste.

A Junta de Oeiras mostrou-se indecisa ante os primeiros sintomas de agitação. Recebendo denúncias de preparativos para o pronunciamento, se não cruzara os braços de todo, não agira de maneira a evitar que a idéia republicana contaminasse os piauienses. Tomara mesmo algumas providências que poderiam refletir um estado de ânimos vacilantes.

Ante a nova dos gestos de Parnaíba e Campo Maior, preferia transferir as responsabilidades ao presidente temporário então escolhido. Cabe aqui referir que essa solução resultou da atuação do Cônego Antônio Fernandes da Silveira, que fôra nomeado secretário do Govêrno por D. Pedro I pelos relevantes serviços prestados na Bahia por ocasião dos sucessos da Independência. Chegando a Oeiras, tomara a iniciativa de coordenar os espíritos, sustentando a necessidade da Província manter-se fiel ao Imperador e articulando a escolha do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que lhe parecia o homem com as qualidades que o momento exigia.

Nenhuma ação militar, no entanto, foi registrada. O Major José Francisco de Miranda Osório, emissário dos republicanos, procurando a adesão de Oeiras, foi prêso. Fôrças piauienses, antes de marchar contra as vilas

rebeladas, penetraram no Ceará, cooperando na restauração imperial em Inhamuns e Icó. Depois, organizou-se em coluna para restabelecer o princípio de fidelidade ao Imperador no Norte. O presidente brigadeiro conclamou as duas vilas a abandonarem a posição que haviam adotado. Em nenhum momento tentou, porém, impor-se pela violência. Pareceu suspeito. Falou-se que estava comprometido com os republicanos. Foi acusado perante o Imperador, defendendo-se e conseguindo a confiança de S. Majestade. Sousa Martins, evidentemente, não desejava ver a Província sob seu govêrno iniciar-se na vida política com banho de sangue como sucedia em outras partes do Nordeste. Contemporizava, tentava uma aproximação para pôr fim ao desentendimento. Nas mensagens que enviou às duas vilas, convidando-as a jurar a Constituição Imperial, convocou-as à deposição das armas. Foi obedecido. A 7 de novembro em Campo Maior. A 28 de outubro em Parnaíba. Uma devassa aberta contra os implicados no pronunciamento, vagaroso, pouco ou nada apurou.

As Câmaras foram suspensas. Pediram clemência a D. Pedro. A anistia, concedida em nome do Imperador pelo Almirante Cochrane, não foi cumprida por Sousa Martins que fêz capturar os mais implicados no movimento. Êle próprio, porém, passada a fase mais sensível, pleiteou do Monarca o perdão, alegando que em nenhum momento os implicados haviam praticado violências ou abusos.

O consulado do Visconde de Parnaíba

A 4 de abril de 1825, D. Pedro concedia a Sousa Martins o título de Barão da Parnaíba, e mais tarde (1841) o de visconde, nomeando-o a 1.° de dezembro de 1824, presidente da Província. Empossou-se para essa nova fase de seu govêrno a 1.° de maio de 1825. Manteve-se no poder até 9 de dezembro de 1828, quando assumiu o seu substituto, Tenente-Coronel Inácio Francisco de Araújo Castro, sucedido por João José Guimarães e Silva. A 4 de fevereiro de 1831 voltava ao poder, em que demoraria até 30 de dezembro de 1843.

Nos dois largos períodos de mando sustentou luta acesa contra seus desafetos, que não o pouparam. Entre êles, seu próprio irmão, Joaquim de Sousa Martins, que representou perante o Imperador contra seus atos, tachando-o de violento, vingativo, mau administrador. Foi chamado de "Frância do Piauí".

Acusado e defendido, o Visconde foi alvo de uma literatura violenta, de panfletos que se guardam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Entre outros, há ali os seguintes: "Suplemento ao amigo do Homem n.° 43, periódico da Província do Maranhão, no qual se recapitulam os atentados do Barão de Parnaíba, presidente do Piauí. Rio de Janeiro, 1824".

"Documentos contra a administração do Barão da Parnaíba. Rio de Janeiro, 1820."

"Defesa do Barão da Parnaíba, presidente encarregado do comando das armas da província do Piauí, por um baiano obscuro, que reside no Piauí há dois anos. Rio de Janeiro, 1827."

"Defesa que oferece ao público sensato do Barão da Parnaíba, como presidente da Província do Piauí, sôbre o recrutamento que lhe foi ordenado pelo ex-ministério. Rio de Janeiro, 1826."

Fêz-lhe o perfil Abdias Neves:

"Era Sousa Martins um tipo interessante de volitivo. Formando o caráter no sertão, em luta com a natureza, em sua situação quase selvagem, suas energias morais tinham-se caldeado em um temperamento frio e cruel. O contato freqüente com o índio fizera-o desconfiado e vingativo. O comércio com os escravos tornara-o despótico. O fetichismo supersticioso e grosseiro, elemento dinâmico de sua consciência religiosa, fazia-o gravitar entre pavores infernais e vinganças perversas. Eram os dois pólos — o cabo do punhal e as contas do rosário. Como alicerce, uma grande fortuna posta ao serviço dêsses impulsos e sentimentos. Essas qualidades e uma inteligência viva, apesar de inculta, davam-lhe ascendência crescente na opinião dos contemporâneos."

No seu consulado teve de defender a Província das tentativas de infiltração revolucionária partidas do Ceará e do Maranhão, em 1832. No primeiro caso, o pronunciamento de Pinto Madeira impediu que contaminasse o Piauí, colocando destacamentos nas fronteiras e remetendo para lutar contra o chefe rebelde uma fôrça de 500 praças, que atuou com êxito na região do Crato. No segundo, foi o episódio da explosão maranhense de João Damasceno que procurou atravessar o Parnaíba, sendo batido pelas fôrças piauienses e obrigado a retroceder.

Atendendo à sugestão do presidente maranhense Araújo Viana para uma liga das Províncias, visando ao restabelecimento da paz do Império, pondo-se fim ao ciclo revolucionário que enfraquecia a unidade e depauperava econômicamente o País, o Conselho Provincial, a 11 de setembro, concordou na participação, de que se deu ciência ao Govêrno Imperial.

Embora, não se encerrara o ciclo de agitação. No Piauí, é certo, êle não se registrava, como já dissemos, com aquela feição de violência que o distinguia no Maranhão e na Amazônia, mas nem por isso fôra encerrado. E tanto assim que, apesar de tôdas as medidas preventivas adotadas, a Província se viu envolvida nos acontecimentos da Balaiada. Suas condições de vida precárias facilitavam a ação revolucionária. O govêrno de Sousa Martins, acusado de arbitrário, era outro motivo para autorizar o eco que o movimento encontrou.

Um grupo de 180 a 200 rebeldes, sob o comando do próprio Raimundo Gomes, fêz a primeira incursão, atravessando o Parnaíba e dirigindo-se para Barra do Longá, onde uma fôrça legalista, sob o comando do prefeito de Parnaíba, Capitão Miranda Osório, atacou-o, bateu-o e obrigou-o a regressar ao Maranhão.

O movimento encontrou na Província, no entanto, um ardoroso adepto, Lívio Lopes Castelo Branco, que se tornou a figura mais prestigiosa, assumindo realmente, na Província, a direção das operações. Essas verificaram-se freqüentes ou quase ùnicamente no Norte.

Sousa Martins proclamou aos seus governados pedindo-lhes cooperação e anunciando disposição de luta. Faltava-lhe, porém, o essencial — material de guerra e recursos em dinheiro. Sem receio dos perigos a que todos estavam expostos, preparou-se para o que desse e viesse. Apelou para todos — que se unissem e viessem integrar os corpos governamentais para a reação. Convocou a Guarda Nacional e adquiriu quantas armas pôde encontrar em mãos de comerciantes.

Uma coluna, sob a chefia do Major Manuel Clementino de Sousa Martins, penetrando no Maranhão, forçou o abandono do cêrco em que os rebeldes haviam pôsto Caxias. Em Santa Rita, feriu-se um encontro. Os locais venceram. Lívio Lopes abandonou a luta, refugiando-se no Ceará. Em Baixão, feriu-se nôvo encontro. Nova derrota dos rebeldes. Os legais perderam, porém, o comandante Manuel Clementino.

Em Frecheiros, onde o movimento recebera a adesão calorosa, que levou os amotinados a atacarem Matões, cuja guarnição foi tôda morta, travou-se combate que durou cinco dias, de 15 a 19 de junho de 1840. Os legais, sob o comando do Tenente-Coronel Manuel Antônio da Silva, conseguiram a vitória. Haviam participado da operação fôrças combinadas da Província e do Maranhão e Ceará.

No Estanhado, todavia, os rebeldes puseram em dificuldade a coluna do Coronel Antônio de Sousa Mendes. Reorganizados os contingentes legais, assumiu-lhes a direção o Coronel José Feliciano de Morais Cid, que preparou grande ofensiva contra Raimundo Gomes. Êste, escapando do Maranhão, iniciou a resistência nas matas de Curumatá e Egito. Dispunha de 2.000 homens. A batalha durou 24 horas. Os balaios perderam 500 combatentes, entre mortos, feridos e prisioneiros. Dispersaram.

Em Paranaguá, o caudilho local era Manuel Lucas de Aguiar. Ofereceu resistência à coluna do Major José Martins de Sousa, mas foi vencido. Em outubro de 1840 morria em combate Manuel Lucas. A rendição, aos grupos, ocorria sem cessar.

A 22 de abril de 1841, o Barão da Parnaíba proclamou à Província anunciando o fim da violenta explosão. De parte a parte haviam sido cometidas as maiores atrocidades. A ordem expedida aos legais era: "sejam estuporados êsses tratantes. Não tenho onde guardá-los".

Da vida política à econômica

A organização administrativa da Província não sofreu, no período compreendido entre a conquista da Independência e a maioridade de Pedro II, alterações sensíveis. Em 1823, as vilas somavam oito. O município de maior categoria era o

da capital com três têrmos. Em 1832, os povoados de Poti, S. Gonçalo, Piranhas e Jaicós mereceram graduação na condição de vila, ocorrendo a instalação da primeira a 21 de novembro. Nesse mesmo ano o têrmo de Piracuruca foi desligado de Parnaíba e elevado a vila. Oeiras, que desde 1761 ascendera à condição de cidade, não prosperava. Continuava em marcha a idéia de uma nova capital. Em 25 de agôsto de 1844, a Assembléia Legislativa votou a transferência da Capital para a margem do Rio Parnaíba. Pela lei de 23 de agôsto de 1849 foi decretada a mudança, agora para o lugar onde se deveria edificar nova vila no município de Poti. No ano seguinte, todavia, o mesmo Legislativo voltava atrás, revogando aquela decisão. Só em 1853, no entanto, na administração do Presidente José Antônio Saraiva, aquela providência, revigorada por nôvo pronunciamento do Legislativo, de 21 de julho de 1852, a transferência tornou-se realidade, sob protestos de locais e aplausos dos habitantes dos demais centros urbanos da Província. Em 1831, os municípios já eram em número de dez.

O Conselho Provincial, que sucedera ao Conselho do Govêrno, só em 16 de agôsto de 1825 foi instalado, sob a presidência de Manuel de Sousa Martins. A Assembléia Provincial, de 20 membros, em 4 de março de 1835 teve a sua primeira sessão sob a presidência de Manuel Pinheiro de Miranda e realmente integrada pelas expressões de maior importância na vida regional. A Assembléia, que funcionou nessa fase de sessões até 4 de julho, votou, sendo decretadas mais de vinte e seis leis, tendentes a permitir um mais dinâmico avanço da Província.

Em matéria religiosa, o Piauí era uma vigararia-geral, pertencente ao bispado do Maranhão. Em 1830, surgiu o projeto de criação do bispado piauiense. A 30 de janeiro, o Conselho Provincial aprovou uma resolução nesse sentido. Dois anos depois, o mesmo Conselho voltou a nova decisão. Em 1833, insistia na deliberação, dirigindo-se o presidente da Província ao ministro da Justiça para encarecer a providência. A 6 de fevereiro de 1834, em exposição à Câmara dos Deputados, o Conselho mostrava a necessidade imediata do atendimento ao anseio da Província. E a 5 de junho de 1835, já agora a Assembléia Provincial praticava o ato, aguardando a nomeação do titular para a nova diocese, por parte do Imperador.

O ensino caminhava lentamente. Em 1823, havia apenas uma escola de primeiras letras funcionando precàriamente em Campo Maior. O deputado Domingo da Conceição, nas Côrtes de Lisboa, propusera a criação de sete escolas. O progresso que se fêz não apresentava qualquer indício de dinamização. A começar de 1829, criaram-se cursos de Latim em Oeiras, Campo Maior e Parnaíba e de primeiras letras em outras vilas. Em 1830, porém, estavam em exercício apenas três professôres, permanecendo vagas onze escolas de primeiras letras e três cadeiras de Latim. A despesa com a instrução estava orçada em 4:250$000. Dois anos depois, criadas as cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geometria e Francês, em

Oeiras, não puderam ser promovidas à falta de pessoal habilitado para regê-las. Em 1834, compreendendo a necessidade de criar nova perspectiva à sociedade local, o Conselho do Govêrno decidia conceder ajuda financeira aos jovens piauienses, para que freqüentassem colégios e academias existentes em outras províncias.

O primeiro jornal, O *Piauiense*, circulou em 1832. Nesse mesmo ano, o Conselho Provincial fêz editar um *Diário Geral*, vendido a oitenta réis. Só em 1839, com a publicação de O *Telégrafo*, houve imprensa regular.

A produção, passada a crise da Independência, recuperou-se também muito vagarosamente. O comércio continuava a operar-se através do Maranhão. O que saía pelo delta do Parnaíba não representava senão parte muito modesta do que a Província realizava econômicamente. As rendas públicas, em conseqüência, não cresciam senão muito lentamente. Em 1833, por exemplo, a despesa não passava de 59:725$000; em 1844, a receita estava orçada em 112:455$787, havendo um *deficit* de 14:232$253.

A população era avaliada, em 1826, em 94.948 habitantes, dos quais 21.945 eram brancos, 24.948 negros e 37.954 mestiços. Em 1831, crescera para 118.059 habitantes; em 1843, êsses algarismos haviam mudado para mais de 200.000.

A integração do Piauí ao Império, sem encontrar limitações ou restrições que refletissem qualquer sentimento de hostilidade ao princípio da unidade, processou-se sem grandes perturbações. O progresso material, econômico e intelectual realizou-se, porém, sem pressurosidade.

CAPÍTULO II

MATO GROSSO E GOIÁS

1. O CENTRO-OESTE

Preliminares

AS DUAS Capitanias eram um fruto da expansão paulista no *rush* do ouro. Vinculavam-se a São Paulo, de onde haviam vindo não apenas os descobridores e os primeiros povoadores, mas, igualmente, os representantes do poder público, para o início da disciplinação política da sociedade que se organizava.

Em 1749, a 2 de novembro, à conveniência de uma ordenação mais rápida e mais dinâmica, de vez que a conjuntura política e a econômico--financeira assumiam uma feição especial, a que se não podia mais atender com as autoridades que funcionavam para significar a presença de um fisco cheio de avidez e desatento aos demais aspectos que o meio social oferecia, criaram-se as duas capitanias, com govêrno próprio, desligado de S. Paulo e do Rio de Janeiro. E para exercer êsse govêrno, ao invés de simples governadores, vieram capitães-generais, o que significava a importância que assumiam aos olhos dos estadistas do Reino, conforme se verifica do pronunciamento do Conselho Ultramarino, como de rotina chamado a falar no processo pertinente. Pela carta régia de 14 de setembro de 1748, Goiás fôra confiada a D. Marcos de Noronha e Brito, então Capitão-General de Pernambuco, Conde dos Arcos. Pela carta régia de 25 de setembro de 1748, Mato Grosso fôra entregue ao zêlo de D. Antônio Rolim de Moura Tavares.

Em Goiás, a situação não era boa, devido aos desatinos dos núcleos sociais que não se comportavam bem. Em Mato Grosso, como zona de fronteira com os dominadores espanhóis, o problema era mais de segurança dessa fronteira para impedir o conflito armado com os confinantes e manter o território, evitando perdas que prejudicassem os interêsses do Império. As instruções baixadas aos dois governantes, em conseqüência, expressaram aquêles objetivos oficiais. A história das duas unidades processou--se, daí por diante, na sucessão de governantes, que procuravam, quase sem exceção, dar cumprimento àquele pensamento, assegurando ordem e impedindo as perdas territoriais. Em Mato Grosso, a obra dos capitães--generais, no que diz respeito à defesa da fronteira, foi admirável e cons-

titui página das mais emocionantes da crônica colonial. Aos ataques dos hispânicos de Santa Cruz, sempre ou quase sempre superiormente preparados para a ofensiva, souberam enfrentá-los com honra, repelindo-os e impondo-lhes sempre uma lição severa. Mato Grosso constituía, então, área de fricção das mais ativas e perigosas, o que explica a escolha cuidadosa dos homens preferidos para ter em seus ombros o pêso do govêrno.

No tocante à peculiaridade econômica, as duas capitanias haviam perdido a importância, como decorrência da queda da produção aurífera. Viviam, portanto, já não na base de exploração do subsolo, mas de uma lavoura de sustentação e de uma pecuária que se desenvolvia razoàvelmente. Ao principiar o século XIX, Mato Grosso e Goiás, como se pode verificar dos relatos de seus capitães-generais e da *Memória* que, sôbre a decadência das duas, mais a de Minas Gerais, escreveu o presbítero secular José Manuel de Siqueira, padeciam um decesso que atormentava seus habitantes e seus administradores. Os esforços que se faziam não encontravam reação benéfica. Pensava-se muito ainda numa restauração do prestígio do passado com o descobrimento de novas áreas auríferas.

O aproveitamento da região

À chegada ao Brasil do Príncipe D. João, a intensidade dos dias do *rush* havia desaparecido. As duas capitanias expressavam exaustão. Os dados estatísticos que podem ser analisados são ilustrativos. Registram o crescimento demográfico quase insensível e a atividade econômica sem índices que revelassem progresso. Em Goiás, tentava-se, através do Tocantins, criar novas condições. O rio seria, na ligação com o Pará, o caminho mais fácil para o Atlântico, portanto para um intercâmbio mais ativo com o exterior. Os resultados adquiridos não se mostravam, porém, em têrmos compensadores ou na medida do que fôra imaginado.

Em Mato Grosso, o acesso ao mar pelo Mamoré-Guaporé-Madeira-Amazonas não lograva assegurar o sucesso que as autoridades tinham vislumbrado. A viagem era difícil, arriscada, longa demais. Mato Grosso vivia, assim, pagando o tributo da distância do litoral, de onde emergia tôda a seiva da América portuguêsa. Com a revolução operada pela presença da Côrte no Rio de Janeiro, aquelas condições negativas seriam alteradas, integrando-se as duas capitanias na dinamização que se ia inaugurar. Sousa Cantinho, Conde de Linhares, nos seus planos de integração e de valorização do Império, em particular o Brasil, lançara suas vistas para o Centro-Oeste, programando-lhe o aproveitamento pela utilização dos caminhos líquidos, pacificação e aproveitamento dos bandos indígenas e a adoção de uma política que renovasse as técnicas de utilização do meio físico no que êsse meio físico proporcionasse naturalmente ou pudesse proporcionar como resultante de ação dos colonos, nas suas fainas agrárias, de criatório e mesmo de beneficiamento preliminar da produção de bens primários.

Governava Mato Grosso João Carlos Augusto de Ogenhausen e Gravenburg; Goiás, D. Francisco de Assis Mascarenhas, empossado em março de 1804 e administrador de mãos limpas, pulso firme e propósitos progressistas. Faria uma administração modelar, inclusive pela restauração da ordem comprometida em períodos anteriores. Aquêle permaneceria no pôsto até 1819, quando veio dirigir a Capitania Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho; êste foi substituído em 1806 por Fernando Freire Delgado de Castilho que, no entanto, só em novembro de 1809 chegou para empossar-se.

Em ambas, deu-se, para conhecimento da Côrte, como sucedeu com as demais capitanias do Brasil, um balanço da realidade que ofereciam. O nôvo Estado, que se criava com a Família Real instalada no Rio de Janeiro, devia começar pelo inquérito acêrca dessa realidade. Os dois capitães-generais comunicaram à Côrte o que eram as amargas condições das áreas de govêrno. No caso particular de Goiás, o Ouvidor Joaquim Teotônio Segurado apresentou reflexões "sôbre o melhoramento da Capitania de Goiás", complemento da memória sôbre o comércio da Capitania, elaborado dois anos anteriores (1806) (1). O progresso que experimentaram, com a nova situação criada, nem por isso se fêz ponderável. O ritmo de ascensão foi lento, tanto em Mato Grosso como em Goiás. Secionava-se o território com as rivalidades regionais. Cuiabá e Vila Bela rivalizavam, disputando as preferências dos capitães-generais. O Norte de Goiás, desmembrado da Ouvidoria com sede na Capital para compor outra unidade judiciária, com sede em S. João das Duas Barras, mas realmente em S. João da Palma, queixava-se de abandono, desvinculando-se aos poucos do Sul para as atividades mercantis com o Pará e o Maranhão, muito mais intensas, constantes e produtivas e prenunciando aspirações mais vigorosas de secessão.

Delgado, em 1820, foi substituído por Manuel Inácio Sampaio. Não se via cercado de respeito de seus governados, apesar dos esforços que fizera e que não constituiriam uma novidade, pois que, na Paraíba, deixara nome aplaudido pela obra administrativa realizada. Seu fracasso em Goiás motivava espanto.

Em Mato Grosso, Magessi tivera de enfrentar o perigo de vizinhança agitada pelas idéias de liberdade política. Encontrara instruções para evitar qualquer demonstração de simpatia por êste ou aquêle grupo em luta, mantendo a fronteira em estado de alerta. Ademais, sem essa vigilância podia contaminar-se a população da Capitania, levando-a a pensar em têrmos políticos contrários à ordem vigente nos territórios de S. Alteza

(1) As memórias do Ouvidor Segurado guardam-se no Arquivo Nacional. São cheias do maior interêsse e compõem peça muito comum nessa fase da vida do Brasil, quando foram escritas sôbre tôdas as várias regiões que integravam a América portuguêsa.

o Príncipe D. João. Sua ação, nesse particular, era uma ação enérgica. Estava convencido de que ninguém se arriscaria a experimentá-la. Com os fronteiros hispânicos, advertia às autoridades militares dos postos de observação, deviam contemporizar, ganhar tempo: "boas palavras, muitos agasalhos e poucas obras". Magessi não se cercava da admiração, ou mesmo da simpatia de seus governados. Era um administrador por demais severo, dominado pela idéia de que a Capitania se constituía uma grande caserna.

*

* *

O eco dos sucessos de 1820 em Portugal, com seus reflexos no litoral do Reino americano, fêz-se em Mato Grosso e em Goiás, evidenciando a existência de aspirações políticas surpreendentes. Porque até então não se verificara qualquer manifestação que significasse politização das duas sociedades. O pronunciamento de 1817 no Nordeste não encontrara a menor repercussão. As autoridades régias não haviam sentido qualquer motivo para alarmar-se. E o que ia ocorrer agora importava na explosão de sentimentos cívicos seguramente contidos até então.

A nova do pronunciamento liberal de fevereiro e março na Côrte chegou à Capital goiana na noite de 24 de abril de 1821 e a Cuiabá em maio. Tanto Sampaio como Magessi procuraram tomar-se de precauções, evitando que, com a publicidade não oficial, pudesse ocorrer comoção pública. Deram conta aos seus jurisdicionados do que estava havendo no País, mas invocando a conveniência de se manterem todos sem os excessos perigosos à ordem coletiva. O primeiro lançou proclamação a 25 de abril; o segundo, a 30, convocou as autoridades e o povo para, o que ocorreu normalmente, a 3 de julho prestarem juramento à Constituição que as Côrtes de Lisboa deviam elaborar.

2. MATO GROSSO

As duas Juntas e a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela

À chegada a Cuiabá do Coronel-de-Milícias Antônio Navarro de Abreu, que veiculou a notícia de que os governos nas capitanias estavam sendo substituídos por juntas aclamadas pelo povo e na própria Côrte a situação se alterava com os pronunciamentos de rua e de quartéis, movimentaram-se os espíritos mais irrequietos. Luís d'Alincourt, que Magessi trouxera para comandar a Legião criada por decreto de D. João, e na qual se haviam incorporado as fôrças militares existentes na região, oficial ilustrado que se distinguiria por uma série interessantíssima de trabalhos sôbre a geografia, a estatística e a economia da futura província, pondo-se à frente da guarnição e dos elementos que se deixaram contaminar pela novidade política, depôs o Capitão-General a 20 de agôsto de 1821.

Na Casa da Câmara e Paço do Conselho aclamou a Junta, que representava a vontade coletiva (tropa, clero, nobreza e povo), integrada realmente por figuras que compunham uma elite local — presidente, Bispo D. Luís, Padre Agostinho Luís Goulart Pereira, José da Silva Guimarães, André Gaudie Ley, João José Guimarães e Silva, Tenente-Coronel Félix Merme, Tenente-Coronel Jerônimo Joaquim Nunes, Capitão de Engenharias Luís d'Alincourt, Tenente-Coronel de Milícias Antônio Navarro de Abreu.

Vila Bela, capital da Capitania, informada dos acontecimentos, entendeu que o gesto de Cuiabá não merecia respeito, pois constituía uma usurpação. Na Capital é que devia ocorrer a escolha do Govêrno Provisório. E a 11 de setembro, organizou Junta composta do Padre José Antônio de Assunção Batista, presidente, Manuel Teodoro de Assunção Batista, Capitão Manuel Veloso Rabêlo e Vasconcelos, José da Silva Gama e Cunha, Joaquim Teixeira Coelho, Tenente Luís Antônio de Sousa, Capitão Joaquim Vieira Passos, Ajudante Mateus Vaz Pacheco e Quartel-Mestre João Francisco dos Guimarães.

A rivalidade entre as duas cidades explodia agora num fato da maior gravidade — a dualidade de governos, que solicitaram reconhecimento das autoridades do Rio e de Lisboa e pediram o apoio da população. A Junta de Vila Bela era reconhecida do forte do Príncipe da Beira ao registro de Jauru; a de Cuiabá tinha trânsito livre, portanto, em quase tôda a Capitania.

A rivalidade, criando mal-estar, não provocou, no entanto, conflitos de maior monta. A Junta de Vila Bela, procurando junto às Côrtes de Lisboa apoio que significasse, em última análise, o reconhecimento de sua condição de capital da Capitania, na troca de correspondência com a de Cuiabá deixou entrever que na condição de capital é que residia todo o desentendimento. Na hipótese da Junta de Cuiabá transferir-se para Vila Bela, cessariam os desentendimentos, sendo reconhecida como legalmente constituída. Esta, porém, não desejava sair da cidade-pioneira. E mantendo contato com o Rio de Janeiro, sustentava-se no poder, sem ceder às insinuações ou desejos dos povos de Vila Bela. Dois membros da Junta da capital, Vaz Pacheco e J. F. dos Guimarães, provocando escândalo, lançavam idéias revolucionárias — amor livre e libertação dos escravos.

Na Junta de Cuiabá, passado o primeiro momento de euforia, havia começado o desentendimento, as rivalidades entre os seus membros. Luís d'Alincourt parecia uma figura estranha, irrequieto e ambicioso. Seria arredado com a escolha para representar a Província na Assembléia Constituinte. Com o falecimento do Bispo D. Luís, e em face do descontentamento que lavrava, à acusação de que a Junta não solucionava os problemas que afligiam Mato Grosso, o Govêrno foi remodelado (20-8-1827). A presidência passou às mãos do Ouvidor A. J. Carvalho Chaves. Elementos novos foram: Capitão Antônio Correia da Costa, Capitão João Pupino Caldas, Coronel Vitoriano Lopes de Macedo, Padre Constantino José de

Figueiredo. Deixaram a Junta João José Guimarães e Silva, Agostinho Luís Goulart Pereira, José da Silva Guimarães.

Fim da dualidade de govêrno

O elemento reinol, de mãos dadas com os descontentes da hora, em memorial ao Príncipe Regente advogou o restabelecimento do govêrno forte, representado num homem e não no colegiado em experiência. A nova Junta, porém, tomando caminho diferente, aproximou-se de D. Pedro para acompanhá-lo nos seus gestos de autonomia. Agiu com decisão nesse particular, recusando obediência a Lisboa. E a 6 de janeiro de 1823, dava as suas primeiras demonstrações de apoio ao Sete de Setembro, com Te-Deum na Catedral e luminárias na cidade para, a 22 do mesmo mês, na mesma Câmara Municipal prestar o juramento de fidelidade ao Imperador.

Não havendo cessado a dualidade de governos, D. Pedro, ciente do que estava ocorrendo, ordenou que ambos se dissolvessem, elegendo um terceiro que os substituísse e permanecesse em Vila Bela. Procedida à escolha, a Capital deu três membros, Cuiabá dois, elegendo-se dois outros estranhos às juntas anteriores. Pupino Caldas e Félix Merme, de Cuiabá, não vieram empossar-se, importando a ausência na exteriorização do descontentamento com que os de lá haviam recebido a decisão do Imperador. O nôvo govêrno, empossado a 17 de agôsto de 1823, recebeu a presidência do Padre Manuel Alves, "que tinha a fama de ser a inteligência mais culta da Província", escreveu Virgílio Correia Filho. Durou pouco tempo. É que às Juntas sucediam, no cumprimento da nova ordem que se iniciava para a administração das Províncias, presidentes de livre nomeação do Imperador. Para o cargo D. Pedro escolheu a princípio D. Nuno Eugênio de Lossio e Seiblitz, que não se veio empossar, sendo substituído por José Saturnino da Costa Pereira, bacharel em Ciências Naturais pela Universidade de Coimbra, professor da Academia Militar da Côrte, homem de boas letras.

Anexação da zona de Chiquitos

Ocorrera pouco antes um fato de maior gravidade: a anexação da região de Chiquitos, na Bolívia, à Província. O governador daquele distrito alto-peruano, o Coronel Sebastião Ramos, não querendo aceitar o fato consumado da Independência, fiel à Espanha, preferiu entregá-lo ao Brasil, para o que se dirigiu à Junta, por intermédio de seu amigo Manuel Veloso Rabêlo e Vasconcelos, que comandava as fôrças armadas da Província, pedindo que aceitasse a incorporação. A Junta, na ausência de seu presidente, que viajara, presentes as demais autoridades e povo em geral, reunidos a 13 de abril de 1823, contra alguns votos de elementos mais esclarecidos, que entendiam ser necessária uma consulta ao Imperador, dada a gravidade do passo que se ia dar, aceitou a proposta, determinando que um destacamento da guarnição da Província penetrasse no território anexado para promover os atos materiais complementares. Chiquitos era uma vizinhança importuna. De lá, de quando em quando, partiam bandos de índios que perturbavam a quie-

tude da vida na fronteira. Ademais, o espírito de expansão, que dera fundamento à vivência da Província nos dias coloniais, encontrava agora uma nova oportunidade para realizar-se pragmàticamente. A 10 de maio, no entanto, recompusera-se a situação, revogando-se a decisão de 13 de abril. A intervenção provocaria protestos do General Sucre e, no Rio, um ato de D. Pedro estranhando o fato e "tornando nulo e de nenhum efeito quanto a êste respeito se praticou", além da declaração pública desaprovando o gesto impensado que permitiria, no exterior, explorações contra o Brasil, acusado de manobras imperialistas como nação que não interrompia o processo de expansão realizado na fase colonial contra as áreas de suposta soberania espanhola.

O presidente Saturnino

A essa altura, Mato Grosso experimentava condições de verdadeira penúria. O funcionalismo público estava em atraso nos vencimentos. A mineração entrara em decadência total. Uma Companhia de Mineração, criada ao findar o período colonial numa tentativa para impedir o encerramento do ciclo extrativista, não produzia frutos compensadores, extinguindo-se em outubro de 1824.

O Presidente Saturnino encontrou a Província sem ainda ter vencido as dissidências políticas. Os ânimos não esfriavam. E tanto assim que, à nova de sua vinda, elementos mais exaltados de Vila Bela pretenderam reagir, recusando entregar-lhe o poder. D. Pedro ordenara que o presidente se mantivesse em Cuiabá, apenas de quando em vez visitando a antiga Capital. O presidente da Junta, homem moderado, compreendendo que qualquer reação seria intempestiva, agravando ainda mais o quadro desalentador da Província, seguindo para Cuiabá, entregou ali a administração a Saturnino.

A pacificação dos espíritos seria uma preocupação do chefe do govêrno, é certo, para o que se mostrou sereno, deixando de pender para qualquer dos grupos que se digladiavam. Na direção da coisa pública, procurou mostrar-se diligente, tentando a restauração da economia e das finanças, bem como a criação de novos motivos de interêsse local. Assim, cuidou da instrução pública, com a introdução de métodos mais atuais; imaginou a criação de um jardim botânico, para o que buscou a ajuda dos técnicos da expedição Langsdorf, que visitava Mato Grosso de passagem para a Amazônia; iniciou a montagem de um estaleiro em Cuiabá, para a construção imediata de embarcações que servissem ao giro mercantil e à defesa e segurança da Província; pretendeu iniciar a cultura do guaraná, que constituía bebida de uso diário dos cuiabanos.

Com a instalação, a 7 de janeiro de 1826, do Conselho Provincial, que recebera a presidência do Coronel Jerônimo Joaquim Nunes, integrante da nobreza rural e velho servidor da Província, a vida político-administrativa pareceu tomar rumo nôvo. O Conselho, na medida de suas possibilidades e competência restritas, procurou cumprir o dever, indicando

providências, pleiteando reformas e serviços. Com o falecimento do primeiro senador, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, antigo Capitão-General, Saturnino da Costa Pereira logrou ser o preferido para a representação da Província, passando o govêrno ao Coronel Jerônimo, que era também o primeiro vice-presidente, empossado a 10 de abril de 1828. A êste, em janeiro de 1830, como mais votado do nôvo Conselho Provincial, sucedeu na presidência o antigo Capitão-mor André Gaudie Ley.

Inquietação política e abdicação de Pedro I

A inquietação política não fôra, no entanto, superada. A indisciplina da tropa era manifesta. A guarnição de Albuquerque, em janeiro do ano anterior, depusera o comandante da fronteira, Major Joaquim José da Silva Santiago. Em março de 30, era a vez da guarnição do forte do Príncipe da Beira, que se opunha à posse do comandante, Alferes Negrão. Gaudie Ley, homem decidido, procurou sustar a onda de desordens. Mandou processar o Padre José Joaquim Gomes da Silva, vigário da Vila Maria, de onde partira a idéia de transferência da sede do govêrno para aquêle núcleo. Acusava-se de trazer o religioso a inquietação em sua paróquia através de proclamações incendiárias.

A abdicação do Imperador, como era natural, ecoou na Província. Deu-se-lhe presidente na pessoa do Capitão Antônio Correia da Costa. Gaudie Ley passava como adepto de D. Pedro, constituindo a sua permanência, portanto, motivo para suspeitas. Vila Bela, do mesmo modo por que se insurgia contra a permanência das autoridades maiores em Cuiabá, o que lhe restringia o prestígio de capital que não se conformava com as preferências pela cidade rival, por isso, como solução, pleiteava separação criando-se uma nova Província, no norte, e de que fôsse a capital. Sugeria, mais, a demissão dos servidores brasileiros adotivos, com o complemento de sua expulsão sumária do território. A comoção nativista que agitava o Império encontrava bom clima em Mato Grosso. Frei José Maria de Macerata, que não se naturalizara e recusara obediência a ordens vindas do Rio para deixar a direção da Prelazia local, foi destituído e ameaçado de expulsão.

Na noite de 7 de dezembro, porém, a soldadesca em Cuiabá, amotinou-se aos gritos de "*viva o Coronel Pupino*" e "*morram os pés de chumbo*". Convocado o Conselho, o Coronel Pupino Caldas, que fôra ao quartel ao encontro dos rebeldes, compareceu esclarecendo que aquêles desejavam que assumisse o comando das armas, no que foram atendidos. Pleitearam, depois, que os adotivos fôssem demitidos, no que também se viram satisfeitos. Continuando a inquietação, o Presidente Correia da Costa, que sustentava em sua correspondência com a Côrte a conveniência do govêrno ser confiado a elementos estranhos às malquerenças locais, uma vez senhor da situação, para o que organizou companhias da Guarda Nacional, prende cabecilhas do nôvo motim, deportando-os para a fronteira com o Paraguai.

Nem por isso a indisciplina foi contida. A guarnição de Albuquerque, à alegação de atraso no pagamento dos soldos, levantou-se, sendo, todavia, ràpidamente dominada. Agora era a vez da guarnição do forte do Príncipe da Beira. A chegada, em princípios de 1833, vindo do Rio Negro, do carmelita Frei José dos Santos Inocentes, que trazia missão junto ao Govêrno Imperial para que fôsse reconhecida a separação daquela Comarca da Província do Pará, deu oportunidade a que a agitação crescesse. O religioso combatia os adotivos. Chamava-lhes "bicudos". Perigoso, aproveitou o mal-estar com que deparou, avivando as distâncias entre os moradores. Foi denunciado pelo Ouvidor Ponce de Leão, que lhe pediu a expulsão ao Conselho do Govêrno, não sendo atendido. A Câmara de Cuiabá, colocando-se ao lado de Frei José, pleiteou do Conselho a suspensão da autoridade judiciária, o que conseguiu a 17 de junho.

A "rusga"

A boataria que circulava punha em desassossêgo a população pacífica. O Conselho do Govêrno recebeu denúncia de que se preparava uma "rusga" de grande proporção. Circulavam pasquins. Mascarados, na calada da noite, "aterrorizavam os adversários". Os prenúncios de graves acontecimentos estavam visíveis. O juiz de paz de Cuiabá, em face de perspectiva tão alarmante, pediu ao presidente que mantivesse a guarda municipal pronta para qualquer ação visando à manutenção da ordem. A correspondência de Correia da Costa com o ministro do Império, guardada no Arquivo Nacional, reflete o estado de ânimos reinante. Adoecendo, passou o govêrno ao vice-presidente Gaudie Ley. Servia de secretário da administração Antônio Luís Patrício da Silva Manso, tido e havido como um dos mais exaltados nativistas locais. Presidente da *Sociedade dos Zelosos da Independência,* que congregava os nacionalistas da época, e fôra fundada em agôsto de 1833, paulista de nascimento, mestiço, cirurgião, estudioso da natureza regional, colaborador de Martius, homem de espírito, era, no entanto, um apaixonado no campo político. Criou dificuldades a Gaudie mas êste não se intimidou. Fê-lo processar e demitiu-o do cargo. O Conselho do Govêrno, partidário dos chamados "patriotas", iniciou campanha contra o presidente que, de seu lado, não se deixou intimidar e agiu com energia, punindo os faltosos e procurando manter a ordem. Por fim, para evitar males maiores, passou o govêrno a Correia da Costa (1).

A Câmara de Diamantina assumira um papel destacado na desordem reinante. Correia da Costa tentou a pacificação, utilizando os serviços de Pupino Caldas. A nomeação do rábula J. J. Vaz Guimarães para a Procuradoria Fiscal do Tesouro serviu de motivo para um pronunciamento de

(1) Taunay chama à "Rusga", repetindo um pensamento da época, de Noite de S. Bartolomeu. Em seu livro, escrito à luz de informações que colheu na fonte oral e em memórias e documentos da época, traçou um quadro pormenorizado, marcado por intensa dramaticidade.

rua. O Presidente tomara a cautela de ouvir primeiro o Conselho, sôbre a conveniência de cumprir o ato da Regência, empossando o nomeado. Os incidentes registravam-se agora com maior freqüência, de tudo o presidente dando contas ao ministro do Império, ao mesmo tempo que insistia na vinda de um substituto capaz de estabelecer a paz pública. A doença que o depauperava impedia-o de permanecer no pôsto. O mais votado do Conselho era Pupino Caldas. A 28 de maio de 1834 investiu-se na governança. Era a vitória da corrente nacionalista, acusada de tendência republicana. O nôvo governante trazia uma tradição política que o invulgarizara, realmente, na região — dispunha das simpatias da multidão nativa. Seus métodos de ação não lhe asseguravam a confiança dos espíritos moderados. José Bonifácio censurara-o quando dos primeiros dias das jornadas autonomistas para a fundação do Império, responsabilizando-o pelos desentendimentos que dividiam a família mato-grossense. Seus adeptos alcunhavam-no de "Pompeu cuiabano"!

Espalhada a notícia de que os adotivos, que formavam o "poder econômico" da Província, preparavam-se para eliminar as mais importantes figuras ligadas à exaltação nacionalista, os "zelosos" decidiram tomar a dianteira. Não foi possível ainda, à luz dos peças que se acham divulgadas, ter uma consciência serena acêrca da exatidão do que memorialistas recolheram — tudo aquilo vinha sendo urdido há muito para justificar a execução do plano tenebroso de eliminação dos adotivos, contra os quais se fazia uma intensa propaganda entre as classes humildes.

Reunidos na residência de Joaquim de Almeida Falcão, presidente da Câmara de Cuiabá e dos "zelosos", em substituição a Patrício da Silva Manso que seguira para a Côrte, eleito deputado, deliberaram agir imediatamente. E na noite de 30 de maio de 1834, tomado pela Guarda Nacional o quartel dos Municipais Permanentes, armada a tropa desenfreada, cercadas as casas dos adotivos de maior evidência, a um toque de clarim, que era o sinal combinado, iniciou-se a desordem: assalto às residências de adotivos, ataques e saques no comércio. Pupino Caldas tentou conter a turba em armas. Desrespeitado, foi ameaçado de morte. O Bispo D. José, para cuja intervenção apelou, não alcançou maior êxito. O ex-presidente Correia da Costa teve a casa varejada, correndo o risco de ser fuzilado, sob a acusação de haver dado guarida a um adotivo. O Conselho da Província, convocado por Pupino, reuniu, procurando um entendimento com os amotinados. Em resposta, êstes declararam que só deporiam as armas depois de mortos os "bicudos". Propôs o Conselho que se lhes concedesse o prazo de um mês para deixarem a Província. O prazo seria de 24 horas, responderam. Sem fôrça para impor-se, contemporizando, cedendo, talvez procurando ganhar tempo, acusando mais tarde de acumpliciados, em maioria, com o motim, os conselheiros e Pupino não contiveram a desordem. Nos dias que se seguiram, alastrou-se por outros pontos da Província, em particular Diamantina e Miranda. Escravos denunciavam os esconderijos

dos senhores. Escoltas vasculhavam casas e propriedades rurais, procurando adotivos. Procedia-se a verdadeira caçada. Descera sôbre a Província uma onda de pavor. Segundo o Barão de Melgaço em seus *Apontamentos Cronológicos*, os "amotinados cometeram atrocidades inauditas — cortaram as orelhas e partes pudendas das vítimas, queimaram cadáveres, violaram espôsas e outros atos de selvageria". A *Rusga*, como se chamou a explosão, refletia o nacionalismo extremado da época, contra os que haviam, no passado, possuído o poder político e ainda possuíam o poder econômico e social. Uma estatística divulgada pelo Barão de Melgaço dá o seguinte quadro: 33 mortos, sendo 3 brasileiros natos e 30 adotivos só em Cuiabá. Taunay, seguramente excessivo nos algarismos que a tradição comunicara, registrou mais: entre cem a duzentos mortos.

A 4 de setembro, Pupino, fazendo sair parte dos amotinados para Diamantina, a pretexto de restaurar a ordem ali, ocupou-lhes o quartel, iniciando a prisão dos mais comprometidos. Seu papel nos acontecimentos não está ainda definido. Indiciado como responsável, dadas as atitudes nervosas que o caracterizavam, parece que logo se apercebeu dos perigos a que se expunha se acompanhasse, pelo menos abertamente, os amotinados nos excessos que estavam praticando. Pode-se compreendê-lo, no momento, de outro lado, como agastado pelo tratamento desrespeitoso dos antigos companheiros de aspirações nacionalistas que na hora da explosão não lhe obedeciam à direção.

O restabelecimento da ordem

A ordem só foi realmente restabelecida com a chegada do nôvo presidente, Antônio Pedro de Alencastro, que assumiu a 22 de setembro e iniciou a detenção dos implicados no pronunciamento. Os prejuízos causados pela *Rusga*, além dos assassínios praticados, somaram centenas de contos de réis. O Presidente Alencastro recebeu a cooperação de Pupino Caldas. Nem sempre agiu com habilidade. Conseguiu, no entanto, pacificar a Província.

A Assembléia Provincial, eleita em conformidade com o que dispunha o Ato Adicional, e integrada por elementos que não se haviam comprometido na desordem, instalou-se a 3 de julho de 1834. A Guarda Municipal dissolvida, reorganizou-se a Guarda Nacional, com o que os antigos partidários de Pupino lançaram protesto preparando-se para depor o presidente. Descoberto o plano, os apontados como chefes do complô foram presos e deportados para a Côrte. Em atritos com o Judiciário e posteriormente com a Assembléia, Alencastro foi exonerado e chamado ao Rio.

A Província mostrava-se exausta. Os cofres públicos estavam secos. O trabalho criador de riqueza interrompera-se. As paixões políticas haviam dividido a sociedade, criando distâncias imensuráveis. No Parlamento Imperial, Patrício da Silva Manso, no momento em que se empossava como deputado por Mato Grosso, ouvia os gritos de "assassino, assassino", da viúva Ignez F. da Silva que apresentava, da galeria, aos deputados, a ca-

misa ensangüentada de seu marido morto na *Rusga*. Contra o naturalista lançava-se a acusação de autor intelectual da jornada sangrenta. Seria o "Manso Tigre" ou o "Tigre de Cuiabá", no apôdo de seus desafetos.

A administração do Marquês de São Vicente

José Antônio Pimenta Bueno, que viria a ser o Marquês de São Vicente, parlamentar, estadista, plenipotenciário brasileiro no Paraguai, jurista, internacionalista, Ministro de Estado, Presidente do Conselho, nomeado para dirigir Mato Grosso, empossou-se a 16 de agôsto de 1836.

Pupino Caldas tentou impedir-lhe a ascensão, procurando o apoio da tropa, que não o acompanhou. Deputado à Assembléia Provincial, viu-se ali sem apoio, atacado por seus desafetos. Pimenta Bueno intimou-o a abandonar a Província.

Na noite de 9 de maio de 1837, quando voltava de uma despedida, foi morto pelas costas com um tiro. Pela manhã, apareceu afixado em paredes o seguinte:

> No dia nove de maio
> Depois da Ave Maria
> Matei Coronel Pupino
> Fiz tudo quanto queria.

No decurso da fase agitada que a Província experimentara à sua entrada na vida política como parte do Império, em meio à turbulência verificada, criara-se a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino; Cuiabá fôra graduada na condição de cidade (25-10-1822); a 12 de março de 1824 fôra criada a Vigararia-Geral de Mato Grosso. A expansão interna, pela criação de novos núcleos demográficos, prosseguiu com a fundação de estabelecimentos no Piquiri e em Dourados. O caminho de ligação entre S. Paulo e a Província mereceu atenções especiais, impulsionados os trabalhos de prosseguimento, dada a importância de que se revestia para facilitar o acesso, livre dos problemas de ordem internacional criados pela utilização da via platina. A Tesouraria da Fazenda, instalada a 23 de fevereiro de 1834, entrou a funcionar plenamente. Substituiu a Junta da Fazenda, cujos inícios datavam de 1821. O Arsenal de Guerra foi organizado em Cuiabá. No tocante a comunicações, problema dos mais sérios para a vida regional, providenciou-se para que houvesse duas vêzes por mês um serviço de correios entre Cuiabá e Goiás e a Côrte.

O Conselho Provincial só em 1826 principiara a exercer as suas funções. Em 1835, viu-se sucedido (3 de julho) pela Assembléia Provincial. As rendas públicas, diminuindo pelas dificuldades criadas pela decadência da mineração e pelo estado geral de ânimos, não satisfaziam as despesas governamentais, o que forçou a emissão de saques sôbre a Tesouraria Geral.

A administração de Pimenta Bueno foi fecunda. A paz restabelecida, a confiança restaurada, a Província entrou a experimentar uma fase nova

de vida. O futuro Marquês, revelando-se um grande governante, promoveu o bem coletivo, o progresso em tôdas as áreas, restabelecendo o império da lei. Iniciou a construção de um teatro e de passeio público em Cuiabá; montou impressora, visando editar o jornal oficial *Themis Matogrossense*, cujo primeiro número saiu a 14 de agôsto de 1839, já no govêrno de seu substituto; acelerou a emprêsa da construção de barcas canhoneiras para a segurança da fronteira fluvial.

3. GOIÁS

As agitações de independência

A nova sensacional das mudanças que se operavam no Rio como reflexo do estado de consciência política que dominava a antiga colônia, chegou a Goiás trazida pelo Coronel Navarro de Abreu, em sua passagem para Mato Grosso. O Capitão-General Inácio de Sampaio vinha procurando impedir que se alastrasse, pela Capitania, a ideologia revolucionária. Em vão, porque elementos militares, civis e religiosos, cedo tendo acordado para a nova ordem que despontava, haviam iniciado a propaganda, tentando o proselitismo. Pregavam, inclusive, a deposição do governante que deveria ser substituído por uma junta, escolhida democràticamente. Os padres Luís Bartolomeu Marques, José Cardoso de Mendonça e Lucas Freire de Andrade, com os capitães Filipe Antônio Cardoso e Francisco Xavier de Barros, juntamente com o soldado Felizardo Nazareth Bittencourt, aliciaram e congregaram com aquêle objetivo. Circularam papeluchos incendiários, também pregados em muros de residências.

Denunciando o plano de insurreição, que deveria estourar a 14 de agôsto de 1821, o Capitão-General tratou de punir os que lhe apontaram como mais atuantes. Prendeu os militares. A tropa fiel manifestou a sua obediência a Sampaio que se imaginou, em conseqüência, seguro da situação, lançando uma proclamação, agora alertando a população contra os perigos dos que tramavam a subversão do sistema político vigorante.

Dias antes (8 de agôsto) haviam sido realizadas eleições para a escolha dos representantes de Goiás às Côrtes de Lisboa. Os eleitos eram: Padre Luís Antônio da Silva e Sousa, governador da Prelazia, inteligência viva que elaborou a primeira grande crônica histórica da Província, e o Dr. Joaquim Teotônio Segurado, Ouvidor da Comarca de Duas Barras, no Norte.

Com a divulgação dos atos do Príncipe Regente, mandando organizar juntas nas antigas Capitanias em substituição aos Capitães-Generais e Governadores, agitou-se a Capital. Sampaio mais uma vez procurou vencer a crise, apesar das manifestações de rua, que já significavam claramente o êxito da propaganda daqueles religiosos que não cessavam na pregação

de suas idéias liberais. A Câmara Municipal pediu-lhe que passasse um véu sôbre o passado, o que lhe permitiu a impressão de que o perigo estava cessado e aquêle apêlo era uma confissão de fraqueza dos que lhe combatiam a permanência no govêrno.

Ao norte da Capitania, no entanto, para onde se transladavam os que fugiam à ação policial do Capitão-General, criava-se um núcleo de insurreição. A 14 de setembro de 1821, em Cavalcanti, organizou-se um Govêrno Provisório que separou a Comarca de Goiás e declarou Sampaio fora do poder.

A Junta de Sampaio

Compreendendo, então, que a gravidade do momento já não lhe permitia mais contemporizar, Sampaio tentou um golpe de astúcia: convocou o povo, com o concurso da Câmara, para a eleição de uma Junta de Govêrno. A 3 de novembro houve a reunião. Agentes do Capitão-General promoveram tais desentendimentos que não foi possível a eleição. Aceitando, porém, instruções do Rio para eleger Juntas, viu-se obrigado a ceder. A 3 de dezembro realizou-se, na edilidade da Capital, a assembléia que escolheu um govêrno, sob a presidência de Sampaio, integrado por elementos a êle ligados: Coronel Antônio Pedro de Alencastro, secretário, Ouvidor Paulo Couceiro de Almeida Homem, vigário Francisco Xavier Guimarães Brito e Costa, Tenente-Coronel Luís da Costa Ferreira de Freitas, Capitão João José de Couto Magalhães e Inácio Soares de Bulhões.

A Junta foi recebida com desconfiança. Contra a permanência de Sampaio aumentaram os ataques: cartas anônimas e pasquins afixados em muros de residências e edifícios do Estado. Não havia jornais. O papelucho escrito a mão era o meio mais fácil para a exteriorização da campanha. De tal forma violenta que na sessão de 8 de janeiro de 1822, lida uma das cartas acusatórias, Sampaio renunciou. Aceita a sua decisão, passou a presidência ao Ouvidor Paulo Couceiro, retirando-se para o Rio.

O Ouvidor, entrando em choque com os companheiros, renunciou também, embarcando para a Côrte. O Vigário Francisco Xavier assumiu a presidência indo o Tenente-Coronel Álvaro José Xavier para o comando militar, com que não concordou o Tenente-Coronel Lúcio da Costa Freire que renunciou também. A intranqüilidade, agravada com as desinteligências que se registravam no seio da Junta Provisória, a quanto levariam a Província? As notícias que chegavam da Côrte davam alento aos que pulsavam pela independência.

A nova Junta

A 8 de abril de 1822, em obediência a instruções vindas do Rio, reuniram-se os eleitores da capital e dos municípios de Meia Ponte, S. Luís, Santa Cruz, Pilar, Traíras, Crixás, S. Félix. Não compareceram os da Comarca de Palmas, no Norte. Foi aceita uma nova Junta, assim composta: Coronel Álvaro José Xavier, presidente; Capitão José Rodrigues Jardim, secretário; Capitão João José de Castro Guimarães, Inácio

Soares de Bulhões, Raimundo Nonato Jacinto, Padre Luís Gonzaga Fleury e Sargento-mor Joaquim Alves de Oliveira. Como ato inicial, a Junta destituiu do comando das armas o Coronel Luís da Costa Ferreira de Freitas, que não soubera conduzir-se nos acontecimentos anteriores, abandonando os companheiros na luta contra Sampaio.

O juiz-de-fora Manuel Antônio Silva, o Coronel Antônio Pedro de Alcântara e o Capitão Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, que pretendiam intrigar a Junta, não logrando êxito, principiaram a tramar-lhe a destituição. Descobertos, a Junta demitiu o juiz-de-fora, procedeu a devassa, remetida à Côrte, de onde vieram instruções para a punição dos implicados, dois dos quais já se haviam retirado da Província.

Em agôsto, procedida à eleição para a Constituinte, saíram escolhidos o Padre Silvestre Alves da Silva, vigário de Traíras, e o Sargento-mor Joaquim Alves de Oliveira.

A 25 de novembro de 1822, a capital informou-se do Sete de Setembro e da aclamação de D. Pedro como Imperador. Nas noites de 26, 27 e 28, a cidade engalanou-se. A 28, na catedral, celebrou-se Te-Deum. A Junta lançou proclamação comunicando os sucessos. A 16 de dezembro, as autoridades e o povo, em conjunto, declararam abertamente a sua adesão à Independência. Em 1.º de janeiro de 1823, juraram fidelidade ao Imperador.

Pruridos de autonomia no norte da Província

No Norte, no decorrer do ano de 1822, a Comarca de Palmas mantivera-se sem relações com o restante da Província. Considerava-se uma área autônoma, desvinculada do Sul por sua situação geográfica, pela sua ligação mais íntima com o Pará e por entender que o Sul não lhe prestava a atenção a que se julgava com direito. Um govêrno estabelecido em Cavalcanti pelo Ouvidor Segurado com a ida daquele magistrado para Lisboa, via Belém, entrou também em choque. De Cavalcanti transferia-se para a vila de Palmas. A separação, com a conseqüente decisão de constituir-se em Província autônoma, fôra levada ao conhecimento do Príncipe Regente. Os velhos arraiais de mineração haviam aderido. O presidente do Govêrno Provisório, Tenente-Coronel Pio Pinto de Cerqueira, não se mostrava, porém, à altura da emprêsa política a que se lançava. A capital da Província rebelde sofreu então uma transferência: agora para Natividade. O conflito entre os de Palma e Natividade explodiu. As autoridades locais da antiga vila foram destituídas, mas permaneceram nos postos. Os de Palmas e Arraias, aliando-se, desconheceram o govêrno de Natividade, mas não aceitavam o que funcionava em Goiás. Falava-se na implantação de uma república. Em Pilar, os ânimos exaltavam-se.

Foi quando as autoridades de Goiás, sentindo que o poder lhes estava fugindo das mãos, decidiram pôr fim aos pruridos autonomistas do Norte. Inicialmente, por intermédio do Reverendo Luís Gonzaga de Camargo Fleury, numa tentativa de harmonia, com sua reintegração da região na família

goiana. Ao sacerdote, na sua missão de paz, deram-se, no entanto, os elementos materiais de fôrça para o que desse e viesse: um destacamento de 38 praças, além de dois chefes militares que com êle cooperassem: o Coronel Alexandre José Leite Chaves e o Sargento-mor José Antônio Ramos Jubé. Concedia-se perdão aos comprometidos na façanha. Por onde ia passando, o Padre Camargo Fleury era recebido sem hostilidades. Em Natividade e em Arraias, procedera-se normalmente à aclamação de D. Pedro como Imperador. Em Cavalcanti, a 20 de janeiro de 1823, ocorreu ato semelhante. O Coronel Filipe Antônio Cardoso, que promovera o juramento de fidelidade, conseguiu, na oportunidade, que se declarasse mantida a separação do Norte, à alegação de que o assunto já fôra submetido à consideração de S. Majestade, única autoridade capaz de dar a decisão final. Com a chegada do Padre Fleury, o Coronel foi prêso. Natividade não ofereceu resistência. O Ouvidor de Palas já iniciara devassa para apuração dos acontecimentos.

Pouco depois, o Tenente José Bernardino de Sena Ferreira, que integrava o govêrno autonomista seguira para o Rio a fim de obter o reconhecimento de D. Pedro ao desligamento do Norte, regressava trazendo portaria de 23 de junho de 1823, expedida em nome de D. Pedro, na pasta do Império, por José Bonifácio, desaprovando o gesto dos nortistas e ordenando-lhes que se integrassem na Província. Era, portanto, o fim dos propósitos autonomistas. O govêrno de Goiás, a 25 de abril de 1823, proclamava à Província, comunicando-lhe a restauração da integridade territorial e a pacificação dos espíritos. Para conciliar os ânimos, seguiu para o Norte o Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos que escreveria depois uma excelente *Choreographia Historica de Goyaz*, em que a região é proposta em suas realidades e na sua história tão intensamente. Havia receio de que os acontecimentos do Maranhão ecoassem ali, provocando mais incidentes.

O primeiro presidente: Caetano Maria Lopes Gama

A 22 de maio de 1823, era jurada a Constituição Imperial outorgada pelo Imperador. Goiás entrava a experimentar uma fase de tranqüilidade. Nomeado presidente da Província, por carta imperial de 25 de novembro de 1823, o Dr. Caetano Maria Lopes Gama empossou-se a 14 de setembro de 1824. Fêz govêrno exemplar. Detendo-se no exame das condições de existência da província, expôs ao Imperador a situação, apontando os males que a afligiam a côres vivas. Passou depois a agir no sentido de restaurá-la no econômico, no social, no político e no cultural. Cunha Matos, a quem consultara sôbre a decadência que verificara, apontou como razões de tudo: indolência dos habitantes, generalização do celibato e mau comportamento dos governantes que não tinham sabido atuar com habilidade.

Na execução de seu programa de ação, valendo-se da cooperação do Conselho do Govêrno, sugeriu a criação de um tribunal de relação, com o que solucionariam graves problemas de justiça e de ordem pública.

Na Fazenda, conforme a lição de Americano do Brasil, na *Sumula Historica de Goyaz* e sua correspondência com o ministro do Império, guardada no Arquivo Nacional

"propôs a revisão das tarifas, a mudança de registos e o sistema de arrecadar os dízimos. Encarou o problema da mineração oficializada pelo Govêrno Imperial, como capaz de dar substância ao abatimento das lavras. Enveredou suas vistas pelo problema da navegação no Tocantins e Araguaia, não pondo em prática seus intentos, por falta de necessárias rendas. Velou a causa da mocidade, pedindo a criação de vários estabelecimentos de ensino, matéria que se achava em completo abandono".

Combatido por um grupo chefiado pelo juiz-de-fora Manuel Rodrigues Vilares, enfrentou-o com energia mas sem violências. Eleito deputado por Pernambuco, não seguiu logo a empossar-se para ter oportunidade de conter os que lhe negavam a administração e podiam trazer novamente à Província dias de agitação. Por fim, atendendo a um apêlo do Ministro do Império, passou o govêrno, a 23 de outubro de 1827, ao Brigadeiro Miguel de Morais, que fôra nomeado em fevereiro.

O sucessor

Como o primeiro, o segundo presidente dedicou-se à terra goiana com o maior devotamento: incentivou a lavoura e a pecuária, com o que se abriram melhores perspectivas ao comércio de exportação. Para aproveitamento do algodão, produzido intensamente, montou uma fábrica de tecidos, inaugurada em 1828. Em S. José de Mossamedes, instalou, ainda, uma pequena fábrica de ferro, visando à produção de implementos para a agricultura. Incentivou a montagem de uma emprêsa de mineração, com capitais privados. Fundou e fêz funcionar o Hospital S. Pedro de Alcântara, obteve a elevação da Prelazia de Goiás a Bispado. Promoveu a elaboração de memória sôbre a estatística da Província, confiando-a ao Cônego Luís Antônio da Silva e Sousa. Seria publicada no Rio de Janeiro de 1832, na Tipografia Nacional. Fêz proceder ao início da exploração e mercantilização da mica, então descoberta. Instalou novas escolas de primeiras letras.

Ao inaugurar o período de 1830 do Conselho Provincial, teve a coragem de propor a mudança da capital, do burgo colonial, para o Norte, região de Água Quente, o que provocou a oposição dos habitantes da velha Goiás e a conseqüente negação de seu govêrno. Na defesa de seu projeto, de que fêz ciente o govêrno imperial, criou o primeiro jornal, o *Matutino Meiapontense*, para isso obtendo a cooperação de Joaquim Alves de Oliveira, um espírito progressista que se entusiasmara com a idéia da transferência da capital.

Repercussão do Sete de Abril

Os sucessos do Sete de Abril, ecoando em Goiás, levaram o presidente Miguel de Morais a perder o govêrno. Procurara evitar a desordem que lavrava em outros pontos do Império. Proclamando aos seus governados a 21 de julho de 1831, pe-

dira-lhes calma e compreensão do momento. Os adotivos não deviam ser molestados. A atmosfera de apreensão que se criara com o plano da mudança de sede do govêrno não lhe permitira êxito nos propósitos de pacificação dos espíritos. Seu apêlo não foi ouvido. Censuraram-no no Conselho Administrativo. O comandante das armas, Coronel Filipe Antônio Cardoso, pondo-se à testa dos exaltados, preparou-se para um pronunciamento militar. Lino de Morais, com o apoio dos adotivos que integravam os corpos da segunda linha, dominou a situação. A 14 de agôsto, explodia o movimento. O Conselho Administrativo recusou-se a aceder à convocação do presidente, reunindo em sua própria sede e aceitando a renúncia que aquêle lhe ofereceu. Os amotinados exigiram, a seguir, a demissão dos adotivos que exercessem postos no govêrno civil e militar. Foram atendidos. A inquietação lavrando, assumiu o poder o vice-presidente, Padre Bartolomeu Marques, que conseguiu fazer cessá-la, restabelecendo-se a paz pública. Os sucessos, sabidos no Rio, levaram a Regência a substituir o comandante das armas, chamado à Côrte para explicar-se, sendo substituído pelo Coronel do Estado-Maior Joaquim José de Almeida.

O Coronel José Rodrigues Jardim (31-12-1831 - 20-3-1837) e o Padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury (20-3-1837 - 4-9-1849) exerceram a direção dos negócios provinciais nos períodos seguintes. Eram ambos goianos. Serviram à terra onde nasceram com a maior dedicação. O clima de insatisfação e de desentendimento que marcou a vida provincial nos períodos anteriores foi inteiramente superada. A Província experimentou um progresso lento. Suas rendas cresceram sem indicar, no entanto, dinamização da vida regional. O crescimento demográfico processou-se também em ritmo lento. De particular, registrou-se a entrada de contingentes mineiros que se instalaram no Sul.

DISPERSÃO E UNIDADE

LIVRO TERCEIRO

O NORDESTE E A BAHIA

CAPÍTULO I

O NORDESTE, 1825-1850

1. A PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO

A reação em marcha

DEBELADA a Confederação do Equador, com o sacrifício de seus líderes, imolados — exceto os que conseguiram escapar pela fuga e refúgio em outros países, como Manuel de Carvalho Pais de Andrade, José de Barros Falcão de Lacerda e José da Natividade Saldanha — no cadafalso, à causa da liberdade, uma intensa reação — reflexo da política imperial vigente — estendeu-se por Pernambuco e pelo Nordeste. O receio de novas explosões liberais levou o Govêrno a remeter para as províncias nordestinas, especialmente para o foco de rebeldia — o velho "maligno vapor pernambucano" não tinha sido esquecido — representado por Pernambuco, presidentes integrados na "nova ordem" que D. Pedro impusera ao país, iniciada com a dissolução da Constituinte. Aos arroubos democráticos iniciais do jovem monarca, sucederam manifestações absolutistas, provocadoras de movimentos de repulsa, do molde da revolução confederalista de 1824.

A reação vitoriosa se impõe, sobretudo na zona nordestina que não aceitara passivamente as atitudes antiliberais do imperante, não permanecendo inerte perante a violência do 12 de novembro de 1823 e a outorga da carta de 25 de março.

Depois do govêrno transitório do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e o do antigo secretário de Caetano Pinto, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão (1), pai do adesismo nacional, sempre ao lado dos vitoriosos —

---

(1) A sua administração é, todavia, marcada por dois fatos de alta significação cultural para a Província: a criação, por decreto presidencial de 1.º de setembro de 1825, do Liceu Provincial — germe do futuro Ginásio Pernambucano —, inaugurado no Convento do Carmo, em 9 de fevereiro de 1826, sob a direção do então Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, e depois conhecido "Padre Carapuceiro", e a fundação, em 7 de novembro do mesmo ano de 1825, por Antonino José de Miranda Falcão, do mais antigo jornal da América Latina, *O Diário de Pernambuco*, de tão grande influência político-social em tôda a região nordestina. Cabe à *Aurora Pernambucana* o privilégio de ter sido cronològicamente o primeiro jornal pernambucano. Fundado em 27 de março de 1821, por iniciativa do governador Luís do

govêrno entremeado, em ausência de quase um ano do titular, pelo do 1.º vice-presidente Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque — é despachado como dirigente da Província, o antigo juiz relator da Comissão Militar que condenara os confederados de 24 à pena última: o Desembargador Tomás Xavier Garcia de Almeida.

Ao interregno môrno e acomodatício — como era de seu feitio — do astuto mineiro José Carlos Mayrink, segue-se o clara e ostensivamente ultra-reacionário do magistrado que tão duramente agira contra os republicanos da Confederação. Escolhido fôra a dedo o governante cuja nomeação coincidira com uma tomada de posição mais absolutista do Imperador.

Estava-se em 1828, quando, apesar das medidas antidemocráticas de D. Pedro I — medidas criadoras de um ambiente favorável à sua política cerceadora das conquistas populares — faz-se sentir, forte e intensa por tôda a parte, especialmente no Parlamento, a ação oposicionista.

A repressão cruenta ao movimento de 24 robustecera a corrente absolutista em Pernambuco e êsse fortalecimento vai consolidar-se com a posse de Tomás Xavier em 24 de dezembro de 1828. Ninguém melhor indicado para a época de reação que se delineava do que o desembargador potiguar. Poder-se-ia repetir, com êle e com o momento histórico, a velha frase britânica: "*the right man in the right place*". Afirma Antônio Borges da Fonseca, o célebre "Repúblico", no seu livro autobiográfico intitulado *Manifesto Político*, que, em 1828, foram nomeados, para certas Províncias, "presidentes adequados". E acrescenta: "Paraíba foi dada a Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, e Pernambuco a Tomás Xavier Garcia de Almeida, assim como a Bahia tivera Gordilho de Barbuda, ao depois Visconde de Camamu".

As Sociedades Secretas

Durante a gestão de Tomás Xavier começou a atuar na Província nordestina uma sociedade secreta denominada *Coluna do Trono e do Altar*. Declara Borges da Fonseca ter sido ela criada em 1828, por D. Pedro I. Pereira da Costa sustenta, em artigo de jornal, datar a sua fundação, no Recife, de novembro do mesmo ano, nas vésperas, pois, da chegada do nôvo Presidente, embora no seu *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres* apresente 1831 como a data de sua aparição. Já Alfredo de Carvalho, nos seus *Anais da Imprensa Periódica Pernambucana*, situa a sua instalação, na capital nortista, em 1829, um pouco posterior, dêsse modo, à posse de Tomás Xavier, representante lídimo do espírito defendido pela associação reacionária.

Ambiente propício encontrou a agremiação recém-fundada em face do domínio que a reação absolutista ali exercia desde 24.

Rêgo Barreto, de tão discutida memória, teve como seu exclusivo redator Rodrigo da Fonseca Magalhães, genro e secretário do governante, possuidor, paradoxalmente de idéias políticas avançadas, e que chegou, em seguida, a ocupar importante posição em Portugal.

Dois jornais se tornaram seu veículo de propaganda: O *Cruzeiro* e O *Amigo do Povo*. O vigário de Santo Antônio, o Padre Francisco Ferreira Barreto, cognominado, pelo seu valor cultural, O *Doutorzinho*, dirigia o primeiro, enquanto o segundo obedecia à direção do Padre José Marinho Falcão Padilha.

O Vigário Barreto, homem dotado de qualidades intelectuais apreciáveis, era um grande orador sacro e combativo escritor, propendendo para um jornalismo de tendência panfletária e virulenta.

Desde môço demonstrara seus pendores para as idéias ultraconservadoras, suas inclinações de homem de direita, tanto que, não obstante ter sido grande o contingente de padres na Revolução de 1817, dela não participou. Um seu contemporâneo assim analisa a sua posição em face do movimento republicano de 6 de março: "Os seus temores pela segurança, o seu caráter mais propenso à estabilidade e fôrça governamental, do que à mobilidade livre e ingerência popular, o contiveram nos limites do espectador". Está aí bem traçado o retrato do "maurrasiano" dos princípios do século XIX, do futuro chefe da corrente retrógrada da *Coluna do Trono* e *do Altar* (2).

Os "colunas" — eram assim chamados seus adeptos — tinham como lema "o Imperador sem trambôlho", isto é, sem Constituição — por sinal que uma Carta Outorgada — governando discricionàriamente, como nos tempos do *ancien régime*.

Batizavam êles os seus adversários de "calangros", quer fôssem êsses constitucionalistas e liberais ou republicanos.

Mas não campeavam sem revide os "colunas". Contra a sua campanha violenta e demolidora, inclinando-se para o pasquim, levantam-se os jornais *Diário de Pernambuco*, O *Constitucional*, onde atuava, com a ironia e o sarcasmo que lhe eram característicos, o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, o *Padre Carapuceiro*, a *Abelha Pernambucana*, redigido pelo fogoso agitador político que foi Antônio Borges da Fonseca, o "Repúblico", e já na fase de declínio do "colunismo", a *Bússola da Liberdade*, orientada pelo Padre João Barbosa Cordeiro que, no dizer de Alfredo de Carvalho, constituiu-se em arauto dos princípios liberais exaltados, escrevendo "em linguagem incendiária, atacando os adversários em estilo excessivamente violento".

Temível adversário era Lopes Gama. Manejava, como ninguém, a sátira, podendo mesmo ser considerado um mestre de *humour* no velho estilo

(2) O ultramontanismo do Vigário Barreto vai renovar-se em 1837, por intermédio do periódico *O Eco da Religião e do Império*, não lhe tendo servido de advertência a vilegiatura, quase forçada, que fôra obrigado a fazer em Portugal, com a derrocada, em 1831, da sua sociedade, a famigerada *Coluna*.

britânico de um Sterne ou de um Swift. Compôs, contra a associação reacionária e seus líderes, um poema herói-cômico, editado em 1832, intitulado *A Coluneida*. Dêle, como amostra, são reproduzidos os versos seguintes:

"O *Cruzeiro*, Quixote dos jornais
Só tem revolução no pensamento,
E cuida que destrói os liberais,
Como aquêle os heróis d'encantamento
Descompõe, desafia os seus rivais,
Julga-se da pátria o luzimento;
Eis que o palhaço *Amigo* entra na dança,
E servindo lhe vai de Sancho Pança.

Quem houve qu'escapasse aos impropérios
Dêsse fatal ajoujo *colunista?*
Quem não sofreu insultos, e dictérios
Do Padre Maçarico, e seu Sacrista?
Só servem de louvor tais vitupérios,
Seu tanto injuriar ninguém malquista,
Antes prova é d'honrado Brasileiro
Uma descompostura do *Cruzeiro*.

O *Amigo do Povo* é qual monturo
Ou da guapa *Coluna* a grande tina,
Onde tudo, que é torpe, vil e escuro
Aparece na feira sabatina:
Com frase capadoça, estilo impuro
Detestáveis princípios só propina;
E se traz do Evangelho a apologia
A par logo aparece porcaria."

O Padre José Marinho Falcão Padilha, principal redator de *O Amigo do Povo*, em represália, escreveu nos mesmos moldes, outro poema, intitulado expressivamente *Migueleida*, mas que, prestes a morrer, destruiu, não lhe tendo dado, assim, publicidade.

Para responder à ação dos "colunas" criou-se, no Rio de Janeiro, em 1828, uma sociedade secreta denominada *Jardineira* ou *Carpinteiros de S. José*, de caráter intensamente liberal e até mesmo republicano. A denominação era antiga e, tudo o indica, oriunda dos movimentos estudantis na Universidade de Coimbra. Numa de suas *Cartas de Pítia a Damião* declarava Frei Caneca, em 1823, que naquela época, entre outras, existiam em Pernambuco, duas sociedades secretas intituladas *Jardineira* ou *Keporótica* e a de *S. José* ou *Beneficência*. Parece ter sido a primeira resultante da união da primitiva *Sociedade Secreta de Jardineiros*, fundada em Coimbra, com a *Keporótica*, do grego *Keporos*, jardineiro, organizada por Almeida Garrett, em 1820, e ambas fundidas, em 1821, em Portugal, trazendo os jovens brasileiros que estudavam na Universidade de Coimbra — Montezuma foi um dêles — os princípios avançados e maçônicos que as lastreavam. É possível que a de S. José, aludida por Frei Caneca em 1823, tenha-se incorporado à

Jardineira, daí resultando uma agremiação de maior extensão e, por conseqüência, de maior profundidade, explicando-se assim o título amplo com que ficou dotada.

Do mesmo modo que a *Coluna* — embora tendo seu foco mais potente em Pernambuco —se irradiou, tal fato, também, aconteceu com a *Jardineira*. O "Grande Centro" da Côrte criou centros nas Províncias, dirigidos por um diretório. O de Pernambuco, em 1829 organizado, compunha-se de Borges da Fonseca, Dr. Ernesto Ferreira França, ouvidor-geral do Recife, Dr. Matias Carneiro Leão, médico, Antônio Carneiro Machado Rios, Sebastião do Rêgo Barros (3), capitão de engenharia, Dr. Francisco Xavier Pereira de Brito, médico, José Joaquim Vieira Souto, major de engenharia, João Arsênio Barbosa e o comerciante alemão Mazza.

O choque entre "colunas" e "calangros" se torna intensivo. A periculosidade dos ultraconservadores chega ao ponto de ameaçar a vida de algumas pessoas ilustres e de tentar infiltração nos meios militares, o que provocou imediata e pronta reação do General Soares de Andréia, então Comandante das Armas de Pernambuco. O Marquês de Barbacena, na sua fase de prestígio junto ao Imperador, extinguiu-a; mas, acobertada pela proteção de figuras importantes da Província, continuou a atuar.

A "República de Afogados"

Agitações se manifestam como resultado do estado de espírito dominante. Houve, em 1827, um ensaio dos irmãos Roma, de tradição tão rica em manifestações liberais, ensaio sem expressão prática. Em 1829 nova tentativa, de pequeno vulto mas de grandes conseqüências, se processou, não sendo a ela estranhos os filhos do "Padre Roma".

Populares, na noite de 1.º de fevereiro do aludido ano, em Afogados, vivaram, segundo se afirma, a República, repetindo-se o fato, pouco depois, em Ipojuca, seguindo êles, posteriormente, para Vitória de Santo Antão e Cimbres onde se realizou a dispersão geral (4). Acontecimento insignificante assumiu, entretanto, aspecto grave pelas medidas tomadas pelo presidente da Província, Tomás Xavier, alarmado com o sucedido, receoso da repetição de episódios passados há pouco tempo, e certamente bem lembrado de sua participação na dura repressão de 24. Futuras represálias

(3) Irá, na política do Segundo Reinado, exercer ponderável atuação, tendo ocupado, por duas vêzes, o cargo de Ministro da Guerra ("Gabinete das notabilidades", chefiado por Araújo Lima e o de Ferraz em 1859) e presidente da Província do Pará. Era irmão de Francisco do Rêgo Barros, Conde da Boa Vista.

(4) Diz Otávio Tarquínio de Sousa: "A gente de afogados, porém, sendo de noite, preferiu dormir a sublevar-se contra o regime, e os republicanos, passando para Ipojuca, dirigiram-se para o interior da província, fugindo à repressão, diante do fracasso do movimento", *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Livraria José Olympio, Rio, 1937, pág. 83.

de uma Província tão marcante pelo espírito liberal e republicano vinham-lhe, com certeza, à mente. Tropas foram mandadas pela Côrte como reforço, suspendem-se as garantias constitucionais e até uma comissão militar foi estabelecida em Olinda para julgar os implicados. Provocou forte celeuma, na Câmara dos Deputados, a chamada "República de Afogados", acarretando interpelações ao Govêrno, onde se destaca a participação de Bernardo Pereira de Vasconcelos, liderando os ataques da oposição. Aproveitou o combativo mineiro a deixa para inquirir sôbre a atividade da *Coluna do Trono e do Altar,* da qual participava gente importante, como sacerdotes e um desembargador. Por que tanta rigidez com os republicanos e liberais, enquanto vista grossa se fazia às manobras dos "colunas", até, pelo Estado, "remunerados", era o que perguntava o futuro chefe da ala conservadora do período regencial.

A repercussão do 7 de Abril

O domínio da reação absolutista perdura, ora às claras, ora veladamente até a abdicação de D. Pedro I, processada a 7 de abril de 1831.

A notícia do acontecimento começou a divulgar-se, no Recife, em 5 de maio. No dia seguinte o brigue *Imperial Pedro* ratificou-a. Natural se torna a atitude dos liberais de repulsa à situação dominante, onde os ultraconservadores gozavam do poder desde o sufocamento da efêmera Confederação do Equador. Levantam-se, provocando as agitações de 6 e 7 do mesmo mês.

O presidente da Província, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, atende-os, demitindo vários funcionários, como o próprio Comandante das Armas, Coronel Bento José Lamenha Lins, os desembargadores Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja e Antônio de Azevedo Melo e Carvalho e o Tenente-Coronel Francisco José Martins, comprometidos perante a opinião pública, em virtude de sua integração na sociedade *Coluna do Trono e do Altar.*

Mas a agitação vai continuar no período regencial, um dos mais trepidantes e subversivos da nossa história política, fazendo perigar a unidade pátria. Sedições, algumas delas ideològicamente inexpressivas, se sucedem na conturbada fase da regência.

A instabilidade política, resultante da crise que surgira com a abdicação, juntava-se em Pernambuco ao desequilíbrio econômico. Enquanto os "colunas" se reagrupavam em restauradores, a invasão, nos meios financeiros, de moedas falsas de cobre, chamadas comumente de "xenxém", criava uma situação favorável aos motins e aos levantamentos militares.

As autoridades policiais procuravam coibir, sem grande resultado, o derramamento dêsse numerário falso que vinha prejudicar as classes menos favorecidas, sobretudo soldados dos batalhões aqui aquartelados que não possuíam dinheiro de valor mais alto e recebiam os seus soldos na suspeita moeda de cobre.

A Setembrizada Em 14 de setembro, poucos meses depois da abdicação, há uma insurreição — verdadeira quartelada — da soldadesca do 14.º Batalhão de tropa de linha, que tem o seu número aumentado, com a adesão de outros corpos. Movimento explosivo, sem preparação adequada, ressentiu-se da ausência de líderes que lhe imprimissem uma orientação ideológica, apresentando-se apenas como uma manifestação anárquica de insatisfação em face do momento instável que se estava então vivendo, bastante agravado por problemas sociais. Essas explosões, às vêzes desordenadas e incertas, retratam, todavia, a existência de intenso desajustamento na sociedade e tornam-se os primeiros indícios da próxima tormenta que se está preparando. São bem os característicos de uma época pré-revolucionária e prenúncios evidentes de mais ampla e profunda agitação social. Não é outro o pensamento do Prof. Alfredo Mensel quando declara: *"The approach of a revolutionary storm is heralded by growing restiveness of the masses and increasingly outbursts of violence on a local scale"*. Por sua vez acrescenta o Prof. K. Smellie: *"Riots are an index of social unrest... Such riots are as much a symptom of social disease as pain is a sympton of biological disorder"* (5). E em Pernambuco vai ser êsse o panorama a definir-se até que a Revolução Praieira de 1848 marque o ponto máximo do processo revolucionário a organizar-se desde anos passados. À tradição libertária da Província não ficava alheio o desajuste sócio-econômico que se apresentava. Saía-se da estratificação simplificada da sociedade colonial, dividida entre senhores e escravos, para o surgimento de uma classe média — sanduichada, como diria Gilberto Freyre, entre as outras duas — espezinhada pela feudal estrutura econômica vigente, resultante do sistema patriarcal da colônia e campo fértil a insurreições de caráter democrático-burguês, pinceladas por vagas e imprecisas reivindicações sociais, mas que o tempo e a ação doutrinária se vão encarregando de tornar menos vagas e imprecisas.

Já se quis interpretar a Setembrizada como conseqüência da ação reacionária dos "colunas". Parece-nos, entretanto, carecer de base tal tese, uma vez que o motivos iniciais apresentados pelos rebeldes foram contra a atitude disciplinadora do comandante das armas, o Brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos. As raras expressões de sentido político proferidas pelos sediciosos são contra os adeptos da *Sociedade Coluna do Trono e do Altar* e nunca a seu favor. Pelo menos, na documentação a respeito existente, é isso que encontramos, em algumas ocasiões, nos brados dos militares em armas. "Fora colunas" é o *slogan* que êles, várias vêzes, lançam.

(5) Ver a *Encyclopedia of Social Sciences.*

"A aproximação de uma tormenta revolucionária é anunciada por crescente desassossêgo das massas e por um aumento incessante de explosões de violência em escala local."

"Os motins são um índice de intranqüilidade social... Tais motins são tanto sintomas de moléstia social quanto a dor é sintoma de desordem biológica."

Difícil foi a tarefa para subjugá-los. As fôrças legais, em parte concentradas na Boa Viagem, contaram com a participação valiosa dos estudantes de Direito, então fixados em Olinda, que papel relevante exerceram na sufocação da intentona.

Ainda as sociedades secretas

Com a queda de Pedro I perderam as sociedades secretas existentes — a *Coluna* e a *Jardineira* — a sua razão de continuidade de vida ostensiva. Embora o espírito que as animava continuasse a manifestar-se, elas como entidades objetivas esgotaram a sua finalidade. Esvaziaram-se.

A *Jardineira* irá ressurgir em 1844, no Rio, depois de sufocado o movimento liberal de 42, intentando o seu centro diretor fundar um núcleo em Pernambuco, incumbindo dessa missão Borges da Fonseca, Antônio da Costa Rêgo Monteiro e o Capitão-de-Fragata Caetano Alves de Sousa Filgueira. Os indicados deixaram de cumprir a sua missão por já vicejar na Província nordestina outra sociedade secreta intitulada *Vigilante*, organizada, conforme afirma Pereira da Costa, "sob a forma e fins maçônicos, mas de caráter inteiramente político".

Instaurada, em Pernambuco, a nova ordem de coisas com a notícia da abdicação e estabelecimento da regência, fundam os elementos moderados — onde se congregavam ricos proprietários e abastados comerciantes, homens de espírito conservador apegados à ordem e às instituições, por conseqüência nos *bien-pensants* da época — eqüidistantes, no momento, dos exaltados que formavam a ala esquerdista, representada pelos republicanos e federalistas, e dos "colunas" que compunham a ala direitista, figurada nos restauradores, de tendência acentuadamente reacionária, uma entidade, a *Sociedade Patriótica Harmonizadora*, que possuía, como veículo transmissor de suas idéias, o jornal O *Harmonizador*. É o processo evolutivo normal que tôda revolução vitoriosa apresenta, em que a corrente centrista intenta apossar-se do poder e, atemorizada com os progressos dos exaltados, procura adotar uma política moderada, aliando-se até aos antigos adversários da extrema direita, na luta contra o inimigo comum.

Mas, como réplica ao estabelecimento dessa associação, surge, em 16 de outubro de 1831, a *Sociedade Federal* que contava em seus quadros com figuras de inclinações avançadas, como o Comandante das Armas, o Brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos — foi o primeiro oficial-general a tomar posição contra D. Pedro I em 6 de abril, antes, pois, dos Lima e Silva e era irmão do célebre "farroupilha", o Major Miguel Frias, de tão acentuada atividade revolucionária na abdicação e na fase regencial —, o nacionalista Capitão José Vaz do Pinho e Carapeba, professôres do Curso Jurídico, como João José de Moura Magalhães e Manuel José da Silva Pôrto, os irmãos Machado Rios, participantes de quase tôdas as agitações de seu tempo, e o estudante de direito Joaquim Nunes Machado, que, pela sua atuação posterior, se vai tornar o símbolo do idealismo libertário.

O sentimento federalista, defendido por liberais radicais e republicanos, entra em choque com a orientação, contemporizadora e inclinada a concessões à direita, dos "harmonizadores". Vencem, como sempre acontece, os últimos, apegados à ordem político-social dominante.

A Novembrada Não ficam, porém, inativos os exaltados e reagem, nos fins de 1831, com uma insurreição que se concretiza na tomada da fortaleza de Cinco Pontas, efetuada na noite de 15 de novembro. Eram os rebeldes chefiados pelo Capitão Antônio Afonso Viana e pelo Segundo-Tenente João Machado Magalhães. O movimento tomou certo vulto, em face do grande número de adesões, o que levou o presidente da Província, Francisco de Carvalho Pais de Andrade, irmão do chefe da Confederação do Equador, temeroso de sua sorte, a abrigar-se na fortaleza do Brum.

Formularam, os levantados em 17, uma série de reivindicações, como: exoneração dos cargos que exerciam e expulsão da Província de vários funcionários acusados de absolutistas, dentre os quais o Coronel Bento José Lamenha Lins, o Tenente-Coronel Lourenço Tôrres Galindo e o Dr. Morais Meyer; expulsão de portuguêses solteiros, exceto "artistas, fabris e capitalistas de 2 contos de réis para cima", não se permitindo o desembarque de indivíduos da mesma nação; desarmamento dos lusitanos, ainda quando milicianos. Faziam, também, na representação, que era endereçada ao Govêrno, alusão à atividade perniciosa da *Sociedade Coluna do Trono e do Altar.*

Uma tentativa de mediação — da embaixada mediadora faziam parte, dentre outros, os acadêmicos de Direito João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, o futuro Visconde de Sinimbu, e José Tomás Nabuco de Araújo Júnior — da *Sociedade Federal* não surtiu resultado. Mas, em vista da desorientação e da falta de espírito ofensivo dos sediciosos, pôde Francisco Pais de Andrade, que, aliás, se mostrara irresoluto e pouco ativo na crise deflagrada, dominar a situação, ajudado pelo Comandante das Armas, o Coronel Francisco Jacinto.

E a 19 de novembro, com a capitulação dos revolucionários, terminava a insurreição, bem característica daqueles tempos conturbados e instáveis. Tempos bem significativos do estado de espírito que imperava, agitado por concepções ideológicas antagônicas e abalado por uma situação social desajustada. A abdicação agira como estopim em face do momento histórico favorável à ação explosiva das massas.

A Abrilada Em abril de 1832 vai o Recife ser cenário de nova sedição, desta vez de sentido claramente restaurador. Sedição que não representava mera explosão local, pois tinha ramificações com o interior da Província, devendo irromper nos seus vários focos — Vitória de Santo Antão, Bonito, Bezerros e Caruaru — e não apenas no burgo nassoviano.

Encontrava-se o Recife, como resultado da repressão exercida sôbre os "setembristas" do ano anterior, muitos dêles deportados para Fernando

de Noronha, desfalcado de tropas de linha, substituídas no policiamento da praça por tropas de milícias, compostas, na sua grande maioria, de portuguêses, monopolizadores do comércio local. Adeptos quase todos da volta de D. Pedro I e da orientação política impressa pelos "colunas", arreceavam-se da tendência jacobina dominante. Apresentando-se-lhes o ensejo, não iriam trepidar em tentar mudar o sistema vigente.

E foi o que fizeram a 14 de abril quando, em armas, se levantaram, sob a direção do Tenente-Coronel Francisco José Martins e do Major José Gabriel de Morais Meyer, já conhecidos pelas suas inclinações reacionárias, dada a sua ligação com a Sociedade *Coluna do Trono* e *do Altar*. O interior seria conflagrado pelo Tenente-Coronel Domingos Lourenço Tôrres Galindo.

O presidente da Província, Francisco Pais de Andrade, isolou-os no bairro do Recife e na fortaleza de Brum. Com contingentes de Olinda — grande número representado por estudantes do Curso Jurídico — com voluntários e a escuna de guerra *Rio da Prata*, conseguiu o Govêrno, contando com a colaboração dos tenentes-coronéis José Joaquim Coelho, que chefiou os atacantes, Francisco Jacinto Pereira e do comandante-geral de permanentes José Francisco Vaz de Pinho Carapeba, dominar, em 3 dias de luta, plenamente, a situação. O bairro ocupado pelos rebeldes foi tomado, não obstante terem êsses arrancado perto de 15 metros do estivamento da ponte que o ligava ao bairro de Santo Antônio.

Faltaram aos sediciosos iniciativa e capacidade ofensiva. Não souberam êles aproveitar as ocasiões adequadas para a ação, ficando numa estiolante e improdutiva defensiva. Insulados no Recife, deixaram perder boas oportunidades em que poderiam ter demonstrado o seu potencial agressivo. Parece que estavam, conforme disse Maximiano Lopes Machado, aguardando o "rompimento de Santo Antão e os outros lugares mencionados, o que não tardaria, segundo as promessas assentadas". E, certamente, só depois disso é que pretenderiam agir em ação conjunta com os núcleos revoltados.

A Guerra dos Cabanos

No mesmo ano de 1832 e como continuação da *Abrilada* — elos que eram da mesma tendência ultraconservadora — manifestou-se, na zona da mata e do agreste pernambucano, com ressonância em Alagoas, a chamada *Guerra dos Cabanos*. Elementos restauradores, dentre êles o já aludido Tôrres Galindo, instilaram na mente dos camponeses idéias de rebelião contra a Regência, acoimando-a de intuitos maléficos.

Intuitos maléficos que implicavam no estabelecimento da República e no repúdio à religião, à propriedade e à hierarquia familiar. Chegaram a provocar a adesão de escravos fugidos, os chamados "papa-mel" — mais desejosos da liberdade do que da defesa do absolutismo — e dos índios do Jacuípe. Formavam um grupo de origem popular, oriundo da massa

humilde dos campos, fanatizados por líderes rústicos, mas dotados de acentuado poder carismático, como Vicente Ferreira de Paula, — seu nome era Vicente Ferreira Tavares Coutinho, que mudou para Vicente Ferreira de Paula, sendo filho do vigário de Goiana e sargento de linha, mas desertou das fileiras — Caetano Alves, Antônio Timóteo, João Timóteo. O primeiro se tornou o chefe incontestável do movimento.

Começa a insurreição com um ataque a Bezerros e a invasão realizada por Vicente de Paula, no segundo semestre de 1832, do povoado de Panelas de Miranda que se veio a projetar como um dos centros da luta, sendo o outro localizado em Jacuípe. Todo o vale do Rio Jacuípe, conhecido a dedo pelos "cabanos", se tornou teatro de choques armados entre os contendores. Foi vasto o raio de ação da luta que se estendia, conforme afirma Maximiano Lopes Machado, "de Garanhuns a Canhotinho, do Altinho a Barra da Jangada, do Bebedoiro a Panelas, de Quipapá a Pimenteiras, de S. Benedito a Palmares, de Catende a Copeiras, de Jacuípe a Feijão Bravo e Serrote Liso".

Rude foi a campanha que durou três longos anos de combates encarniçados, caracterizados pela tática de emboscadas e de ataques de surprêsa, protegidos os camponeses-guerrilheiros pelo intrincado das matas e conhecimento dos meandros da região. Usou-se largamente, nesta guerra, da técnica de guerrilhas, muito se prestando para isso o terreno propício a movimentos dêsse porte. Técnica que obedecia, numa curiosa antevisão, e guardadas as devidas proporções, aos modernos princípios preconizados para tal tipo de luta (6). Afirma um historiador quase contemporâneo dos acontecimentos:

> "Dos píncaros mais agrestes, dos alcantis mais escabrosos, das brenhas mais enredadas daqueles lugares, caíam de improviso sôbre as avançadas do govêrno, ou as atraíam a veredas enguerrilhadas para as destruir e aniquilar e quando surpreendidos todos ou separados na refrega morriam motejando, sem nunca se renderem. Vestidos com roupas de algodão, côr de fôlhas sêcas para melhor se ocultarem por entre o folhiço e tronco das árvores, armados ligeiramente de clavinotes, cartucheira e faca, dividiam-se em bandos sem disciplina militar, mas obedientes ao chefe."

É o quadro de um processo de luta usado desde as invasões holandesas e que, mais de um século depois, se irá repetir nas guerras de nossa época, como reafirmativa de uma empírica lição.

A gravidade da situação forçou o Govêrno a mobilizar apreciáveis contingentes no teatro da guerra. Chefes experimentados foram enviados

---

(6) Ver *La Lucha de Guerrillas a la luz de los classicos del Marxismo-leninismo*, Instituto Marx-Engels-Lenin, Editorial Lautaro, Buenos Aires, 1945.

Observar, também, a aproximação de métodos com os ensinamentos atuais de Mao Tse-Tung e "Che" Guevara nas suas instruções para a tática de guerrilhas.

para o comando das tropas, tais como José Francisco Vaz de Pinho Carapeba, morto por ferimento recebido no sanguinolento ataque feito pelos "cabanos" à povoação de Altinho, e o Tenente-Coronel José Joaquim Coelho, obrigado a abandonar a zona das operações, por ter sido também ferido.

A peleja se esvaziou algum tanto de conteúdo em vista da morte, em setembro de 1834, de D. Pedro I e do fracasso da intentona cearense de Pinto Madeira, em que os revoltosos depositavam fundas esperanças.

Assim mesmo alguns chefes recalcitrantes, sob a inspiração de Vicente de Paula, se mantinham em armas, não acreditando na veracidade dêsses fatos e não obstante o prejuízo sofrido com a perda dos mais audazes guerrilheiros, dentre os quais os Timóteos, Manuel Colete e Barrinhos. Tinham recusado prometida anistia, retrucando que quem merecia ser anistiado era o Govêrno por não proteger a Igreja, a propriedade e a honra das famílias, ameaçadas, segundo êles, pelo liberalismo pernicioso dos "patriotas" (7).

Os nossos *chouans*, que reviveram nos matagais do Jacuípe os feitos dos seus companheiros ideológicos da Vendéia, sòmente foram totalmente submetidos quando o bispo diocesano D. João da Purificação Marques Perdigão dirigiu-se à região conflagrada e, depois de uma hora de conferência com a caudilho rebelde, obteve a sua sujeição.

As Carneiradas

A abdicação representou uma vitória do liberalismo em face do absolutismo do Primeiro Reinado. Liberalismo que foi a tônica da geração provocadora da Independência, mas que vinha sendo alijado pela política reacionária do nosso primeiro Imperador.

Vitoriosos os radicais em 7 de abril — que, para êles, se configura, como diria Teófilo Ottoni, uma verdadeira *"journée des dupes"* — se viram, entretanto, despojados de sua vantajosa posição de vencedores em vista do surgimento dos moderados que empolgaram, sem terem atuado na refrega, os despojos opimos da contenda. Entre a direita restauradora e a esquerda radical se situa a ala moderada, o *tertius gaudet* do conceito de Euclides da Cunha, a auferir os lucros finais. Daí observarmos ao lado de movimentos inteiramente direitistas, como o 14 de Abril e a Guerra dos Cabanos, motins esquerdistas, como a Novembrada e as Carneiradas. O fenômeno é de ordem geral; no Rio de Janeiro êle se exprime, de modo bem claro, nos levantes de Miguel Frias e dos "caramurus". Significavam manifestações de rebeldia das duas tendências abatidas, tentando a conquista do poder ,então nas mãos do centro.

Em Pernambuco bem tenso se apresentava o ambiente. O desenvolvimento da Guerra dos Cabanos, cuja repressão morosamente se proces-

(7) Denominação dada pelos "cabanos" aos seus adversários. Sente-se a tendência de equiparar os vitoriosos do 7 de Abril aos jacobinos da Revolução Francesa.

sava, irritando o ânimo dos radicais, ao lado da ostensiva atuação dos restauradores, feita quase às claras, em favor dos insurgentes do Jacuípe, tudo isso contribuíra para uma tomada de posição dos elementos exaltados, tomada de posição que explodia, algumas vêzes, em agitações armadas.

Sabia-se que ricos comerciantes portuguêses se cotizavam e remetiam, através do pôrto de Barra Grande, controlado por um adepto da causa, armamento e munições para os guerrilheiros, contribuindo, assim, para o prolongamento da luta.

Por uma carta, apreendida pelas autoridades, do General Abreu e Lima, paradoxalmente restaurador, ao seu irmão Luís Inácio Ribeiro Roma, vê-se a extensão dos planos dos reacionários e as suas esperanças na conjuntura pernambucana.

Diz "o General das massas", com data de 29-11-1833: "O Norte é quem ha de decidir o problema; se tu logras derigir os Cabanos a hum centro comum, e consegues hum primeiro triunfo, podes contar que a minha incorporação ao partido he o signal de hum movimento geral..., meu Lulu, ardo já por ver-me à frente de vossês; que triunfo, que gloria, que feitos tão extraordinários vão a ver-se pela primeira vez no Brasil!! e tudo reservado aos Pernambucanos!! animo, e muita constancia; não desmaes."

A atuação de agitadores radicais, aproveitando a tensão existente em vista da clara ligação dos "caramurus" com a revolta camponesa de Panelas do Miranda e da delonga de seu sufocamento, iria originar os levantes de 1834 e 1835, no Recife, conhecidos como as *Carneiradas.* Chamam-se assim porque tiveram por chefes os irmãos Carneiro: Francisco e Antônio Carneiro Machado Rios.

Na história das revoluções pernambucanas avultam êsses dois irmãos como salientes figuras. Em quase todos os movimentos processados na época em que viveram, destacam-se os dois pela sua participação direta. Desde a *Setembrizada* até a *Praieira* que os encontramos na liça. Ora integrados na ala exaltada, ora filiados, contraditòriamente, à corrente reacionária, como "praias-novas" em 1848; de qualquer modo sempre atuantes. Alfredo de Carvalho classifica-os de "tipos acabados de aventureiros políticos". E assim, de fato, o eram.

A primeira Carneirada teve lugar na gestão do Presidente Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque. Iniciou-se, a 16 de janeiro de 1834, com uma concentração de guardas nacionais no Campo dos Canecas (atualmente Pátio do Têrço). Lançaram um *ultimatum* ao Govêrno com uma série de exigências, indo desde a detenção em Fernando de Noronha dos restauradores e "coniventes com os salteadores de Panelas e Jacuípe", até o rápido término da Guerra dos Cabanos e prisão dos militares suspeitos ou pouco animosos.

Francisco de Paula, "homem tíbio e irresoluto, inteiramente inapto para imprimir enérgica direção aos negócios públicos", preferiu renunciar, sendo

substituído por Manuel de Carvalho Pais de Andrade, o líder máximo da Confederação do Equador. Conseguiu, enérgica e hàbilmente, o antigo confederado reprimir no dia 17, sem derramamento de sangue, o motim.

Uma imprensa combativa mantinha a tradição panfletária e pasquineira que de há muito se vinha manifestando. Os moderados tinham sua trincheira em *O Sensor Brasileiro, A Voz de Bebiribi*, do então acadêmico Bernardo de Sousa Franco, *O Diário da Administração Pública de Pernambuco*, *O Velho Pernambucano* e *O Diário de Pernambuco;* os exaltados se acastelavam na *Sentinela da Liberdade na sua primeira guarita, a de Pernambuco, onde hoje brada*: *Alerta*, do intimorato lutador Cipriano José Barata de Almeida, em *A Razão e a Verdade*, também de Cipriano e contando com a colaboração de Antônio da Silva Santiago e de Francisco Carneiro Machado Rios, na *Bússola da Liberdade*, periódico de virulenta linguagem, dirigido pelo Padre João Barbosa Cordeiro, conhecido pelas suas idéias radicais; por sua vez os restaurados se firmavam em *O Velho de 1817*, em *A Quotidiana Fidedigna*, e, um pouco depois, em *A Ponte da Boa Vista*. Os embates porfiados, comumente em linguagem desabrida e em sentido incendiário, retratam à posteridade o espírito dominante na época e a mentalidade dos líderes políticos de então. Como, ainda, atestam o estado de agitação permanente em que estava mergulhada a província de Pernambuco, reflexo de um fenômeno generalizado que a queda de Pedro I fizera precipitar-se por todo o país.

Nova *Carneirada* se apresenta, um ano depois, coincidindo com um levante de soldados acantonados em Alagoas de Gatos, pertencentes à tropa em ação contra os "cabanos". No ano anterior, a 2 de dezembro, por ocasião da parada comemorativa do natalício de Pedro II, Francisco Carneiro falara à tropa, insuflando-a contra o govêrno da Província, o que lhe valeu a pena de suspensão do pôsto de comandante de seu batalhão.

Os dois irmãos que tinham lançado manifestos subversivos nos dias 19 e 20 de janeiro de 1835, iniciam a insurreição a 21. Manuel de Carvalho prontamente reage, replicando, segundo Pereira da Costa, à intimação de Antônio Carneiro a que deixasse a presidência "por ser Carvalho madeira velha", com a afirmativa de que "Carvalho é madeira velha, mas cozinha bem um Carneiro". Em face da rapidez e energia da repressão os amotinados fogem e dispersam-se.

A terceira *Carneirada* se deu dois meses depois, na segunda quinzena de março. Os Carneiros concentram-se na Casa-Forte, logo dirigindo-se para o norte, apoderando-se, depois de um ataque de duas horas, da cidade de Goiana. Em seguida deixaram a praça conquistada e marcharam em direção ao Recife. Mas, encontrando tropas superiores em número, depois de alguns entreveros internaram-se nas matas do Catucá e daí alcançaram Beberibe a 28 de março, onde debandaram. Ainda houve um rebuliço final, resultante da concentração de remanescentes do motim no engenho

Crussahy, com pretensões a acometer Pau-d'Alho. Mas, por falta de consistência e de adesões, findou o grupo dissolvendo-se.

Quando Tomás Pires de Figueiredo Camargo assumiu o govêrno provincial, em 11 de abril de 1835, já nada mais restava das *Carneiradas*.

Apesar do ambiente convulsivo e conturbado da Regência, algum progresso se manifesta em Pernambuco. Em 1835 recebeu o Recife iluminação pública a azeite de peixe, tendo sido encarregado dêsse serviço Emídio de Sousa Lôbo Brandão. Pouco depois, em 1839, o engenheiro militar Morais Âncora, muito simpático ao nativismo de então pela sua adesão às idéias nacionalistas e liberais dominantes, propôs mudar-se o sistema pelo de iluminação a gás, o que vem a ser realizado vinte anos depois, em 1858.

A vida social é beneficiada pela inauguração, a 23 de março de 1839, do Teatro Apolo, na rua que ficou com êsse nome.

Por sua vez, como expressão de desenvolvimento cultural, funda-se, já no Segundo Reinado, a Sociedade de Medicina de Pernambuco, em 4 de abril de 1841, graças aos esforços do Dr. Antônio Peregrino Maciel Monteiro, Barão de Itamaracá, e um dos mais destacados poetas do nosso romantismo, com tôda a justiça, elogiado exuberantemente por Sílvio Romero.

Ainda em 1841, na administração de Francisco do Rêgo Barros, então Barão da Boa Vista, constrói-se o atual Palácio do Govêrno, pouco mais ou menos no local do antigo palácio de Friburgo, ou das Tôrres, levantado por Nassau. Anteriormente à iniciativa do Barão da Boa Vista os governadores assistiam no velho Colégio dos Jesuítas, nas proximidades da praça 17. Em 18 de maio de 1850 inaugurava-se o Teatro Santa Isabel, obra do engenheiro francês Louis Vauthier, de tanta significação na história pernambucana, sobretudo na campanha abolicionista. A sua construção resultou de uma lei de 1839, iniciativa de Francisco do Rêgo Barros.

2. NAS OUTRAS PROVÍNCIAS

Sergipe

Não se pode, em verdade, situar Sergipe no raio de influência do Nordeste cultural. Os acontecimentos oriundos de Pernambuco — e já foi por demais acentuado, neste capítulo, o poder de liderança exercido pela velha capitania de Duarte Coelho na zona nordestina — tiveram fraca ressonância nas plagas outrora palmilhadas por Cristóvão de Barros. Antes encontramos a influência baiana nos eventos processados na região sergipana. É indiscutível a sua ligação política e social com a Bahia, da qual fêz parte durante muito tempo e da qual sofreu o reflexo de seus fastos. Na evolução histórica brasileira, Sergipe mais se entrosa com os episódios transcorridos na terra baiana e com as transformações

operadas na capitania de Francisco Pereira Coutinho do que com o Nordeste canavieiro.

A atitude de Sergipe, de apoio à causa realista, tal como a de Alagoas, quando da Revolução de 1817, trouxe-lhe o prêmio de sua separação da jurisdição baiana e sua elevação a capitania independente. O decreto de 8 de julho de 1820, pelo qual D. João VI externava a sua simpatia pela ajuda sergipana na luta pela sufocação do movimento republicano de 17, desanexava Sergipe da anterior sujeição à Bahia. Mas o seu primeiro governador, o Brigadeiro Carlos César Burlamarqui, nomeado a 24 de outubro de 1820, tendo tomado posse a 20 de fevereiro de 1821, quase não chegou a governar.

Sob pretexto de não querer o magistrado jurar a Constituição, que na Bahia já tinha sido jurada — estava-se em plena efervescência da revolução constitucionalista do Pôrto — foi destituído do seu cargo depois de 26 dias de govêrno, e prêso. De fato, o que estava acontecendo era a reação contra a autonomia sergipana e a sua volta à antiga dominação.

Tanto que duas facções em Sergipe se delineiam: uma favorável à antiga ordem de coisas e de tendência recolonizadora, com José Guilherme Nabuco e o Brigadeiro Pedro Vieira à frente, e a outra autonomista e nacionalista, dirigida por Bento Antônio da Conceição Matos e alguns outros. Vencedora a primeira, com a destituição de Burlamarqui, assume o poder um dos maiores paladinos da anexação: Pedro Vieira.

Mas os acontecimentos se precipitam. Coincidentemente com o desenvolvimento da idéia da independência nacional, ressurge o espírito emancipacionista local. Depois mesmo do 7 de setembro de 1822 ainda perdura, em Sergipe, o antagonismo entre os defensores da autonomia da região e os favoráveis à união com a Bahia. Mas a carta imperial de 5 de dezembro de 1822 resolve o problema, elevando Sergipe à categoria de província de segunda ordem. Há pruridos em contrário, desfeitos, todavia, em face da reação popular e militar. E finalmente em janeiro de 1824 é empossado o primeiro presidente da Província criada dentro do Império recém-organizado: o sergipano Manuel Fernandes da Silveira.

Dois partidos ali se digladiavam, partidos remanescentes das facções da fase anterior à independência nacional: o liberal, de José de Barros Pimentel, e o corcunda, de José Mateus. Curiosa e paradoxal é a figura de José de Barros Pimentel. Reacionário conhecido, contrário à emancipação do país, favorável à política de recolonização e da junção de Sergipe com a Bahia, vai chefiar agora a corrente liberal. A sua figura, dentro dêste aspecto contraditório e paradoxal, irá reaparecer em vários episódios posteriores. Ao lado dessa agitação política, provocada por grupos que mais representavam interêsses locais e pessoais do que ideológicos juntava-se a agitação militar, proveniente da indisciplina dominante nos quartéis e da cobiça de chefes ambiciosos, dentre os quais Antônio Joaquim da Silva

Freitas e Eusébio Vanério. O Brigadeiro Manuel Fernandes Silveira vê-se em dificuldade. Conta êle, porém, com um homem de côr de rara capacidade, Antônio Pereira Rebouças, seu secretário, espírito arguto e inteligente, cujas idéias avançadas irão alarmar os *bien-pensants* daquele tempo. O presidente é forçado a transferir-se para Estância, — a capital era então em S. Cristóvão — diante da sedição militar prestes a deflagrar, mas retorna com mais autoridade depois de lançar incisiva proclamação redigida por Rebouças. A ameaça militar é sufocada, aprisionados os cabeças e remetidos para a Bahia onde irão ser submetidos a julgamento.

Rebouças, cujo espírito igualitário vai agora tomar maior impulso, rebela-se ostensivamente contra a superioridade de raça, contra a discriminação étnica. Diz um historiador: "O povo, principalmente a população mestiça, ouvindo de Rebouças as teorias de igualdade, e que um pardo *podia ser até general*, exaltou-se contra a nobreza dos corcundas" (8). Essas atitudes do secretário do govêrno não agradavam aos reacionários, em cujo rol se incluía grande número de portuguêses, dentre os quais o próprio comandante militar, o Coronel Manuel da Silva Daltro.

Afirmava-se defender Rebouças pùblicamente a tese de que "o mulato fôsse igual ao branco" e comentava-se mesmo que, em festas, em Laranjeiras, três brindes foram levantados: "à extinção de tudo quanto é do Reino, a que chamavam maroto; à extinção de tudo quanto é branco, a quem chamavam *caiporas*, e à igualdade de sangue e de direitos". Há certa aproximação — guardadas as devidas proporções — nas idéias de Rebouças e do pernambucano Capitão Pedro Pedroso que, quase na mesma época, assustava Pernambuco com o radicalismo e o igualitarismo de suas reivindicações.

O Coronel Daltro, conseguindo o apoio de alguns elementos militares, intentou derrubar Fernandes da Silveira do poder, não o conseguindo devido às prontas e enérgicas medidas do presidente da Província que, com ajuda do Conselho do Govêrno, forçou o chefe militar a afastar-se da região, ficando o comando das armas cumulativamente nas mãos do presidente. Certamente o dedo de Rebouças estava em tôda essa ação, anulando os arreganhos da oficialidade de mentalidade "corcunda". E o curioso é que para essas medidas saneadoras, que visavam a destruir manifestações reacionárias, contou com a colaboração decidida do trêfego José de Barros Pimentel, conhecido anteriormente pelos seus pendores absolutistas.

Foi Silveira substituído por Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, cuja posse se deu em 15 de fevereiro de 1825, sendo indicado, meses depois, para comandante das armas o Brigadeiro Inácio José Vicente da Fonseca.

---

(8) Felisbelo Freire, *História de Sergipe*, Rio, Tipografia Perseverança, 1891, pág. 269.

Eficiente se revelou a sua curta administração, tendo edificado o palácio do govêrno em S. Cristóvão, providenciando o calçamento da capital, assim como de Laranjeiras.

Com a sua morte, em fins de 1826, assumiu o poder Manuel de Deus Machado, membro mais votado do Conselho, conforme preceituava a legislação vigente. Integrado no facciosismo dominante, o presidente interino manchou a sua administração com a participação direta nas questões suscitadas pela politicagem reinante.

Chegavam a Sergipe as repercussões da Confederação do Equador, encontrando guarida na alma de alguns idealistas. Em Brejo Grande, onde se destacam os Albuquerques (9), em Japaratuba, sobretudo no engenho de Francisco Rollemberg, atuavam elementos visando à irrupção de um movimento afim com o pernambucano de 24. No sul da Província é tema a ser bem estudado a ação desenvolvida pelo Padre Manuel Moreira que, como reza o ofício do comandante das armas ao Conde de Lajes,

"tendo já sido prêso na última revolução de Pernambuco em uma embarcação que foi apresada, conduzindo armamento dali, para a povoação da Estância, depois que foi sôlto nessa Côrte, não tem parado, fazendo contínuas viagens para o sertão de Pernambuco, Alagoas e pelas vilas e lugares desta província" e que, como declara Manuel José Oliveira em carta ao mesmo comandante, "affeisuou-se ao sistema republicano, e foi hum teimoso emissario, e apaixonado de Manoel de Carvalho de Pernambuco, e recolhido a fortaleza de S. João de Masseyó, passou dali ao Rio de Janeiro, donde não sei, por que fatalidade, escapou ao castigo a que tinha justiça: voltando o que continuou na sua doutrina divergente da boa ordem, e de mais apostolo do atheismo. que vergonha! (...) anuncia-lhe (ao povo) assim como fizeram os Franceses a liberdade e igualdade, a bens communs para todos".

No aludido ofício o Brigadeiro Inácio José Vicente da Fonseca ainda aduz:

"Este acontecimento merece muita attenção nestas Provincias do Norte, aonde ha grande abundancia de escravos, que são nossos verdadeiros inimigos, e hum dos recursos com que contão os anarchistas".

A repressão fêz, todavia, fracassar qualquer intuito de rebelião, não frutificando as reuniões realizadas pelo Padre Moreira ou por um misteriso Franklin,

"vindo da parte do Carires aonde consta foi envolvido nas desordens, que lá ouveram ao norte daquelles", reuniões onde "he assás publico se falar francamente em liberdade, e igualdade se tratava o nosso Imperador com os Epithetos, que a modestia me não permite pronunciar; as autoridades elevando de algum modo dar satisfação ficaram endolentes, tratando a cousa de liberdade, e bebedeira foi, mas eu sempre ouvi dizer, que a bebedeira serve para lançar do peito aquillo que nelle está occulto", como pitorescamente declara o autor da carta já citada.

(9) Antônio José de Albuquerque Cavalcanti e José de Albuquerque Cavalcanti.

Na gestão do antigo comandante das armas, Inácio da Fonseca, o partido "corcunda" se fortifica. Muitos liberais emigram. Com a morte de Fonseca, em 11 de agôsto de 1830, ascende de nôvo ao poder Manuel de Deus Machado, mantendo-se o partido reacionário senhor da situação.

É quando chega a Sergipe, em fins de abril, a notícia da abdicação de D. Pedro I. Tal como em outras províncias, pronunciamentos militares e populares se fazem sentir provocando a queda do vice-presidente e do comandante das armas Bento de Melo Pereira, assim como a destituição de funcionários suspeitos de ligação com o absolutismo, principalmente portuguêses, muito influentes no govêrno até então dominante. Fica a administração entregue ao Conselho do Govêrno, não cabendo a presidência, como dispunha a lei, ao Conselheiro José Pinto, o mais votado, depois de Machado, por ser êle lusitano, competindo êsse cargo ao Padre José Francisco de Meneses Sobral, tudo isso feito por própria determinação do Conselho, ratificada depois pela Regência que nomeia, em seguida, presidente da província a Joaquim Marcelino de Brito.

Durante a fase regencial, feliz foi Sergipe, até 1836, em bons administradores. Marcelino de Brito, José Joaquim Geminiano de Morais Navarro, Manuel Ribeiro da Silva Lisboa e Manuel Joaquim Fernandes de Barros revelaram-se hábeis governantes. Um dos problemas a interessá-los, principalmente aos dois primeiros, foi o da ligação do Rio S. Francisco com o Real. O sistema de canalização dos rios Japaratuba e Pomonga seria o início do programa idealizado que traria grandes vantagens na intensificação das comunicações na Província.

Avulta nessa época a figura de Antônio José da Silva Travassos, espírito empreendedor, dotado de alto senso realístico das necessidades locais, que não sòmente pensou na efetivação dêsse plano como de outros que vinham beneficiar os seus conterrâneos. É oportuno não esquecer, também, a sua posição contrária à política do coronelismo, característica da nossa formação patriarcal.

Data do govêrno de Morais Navarro o aparecimento, em 1835, do primeiro jornal da capital com o nome de *Noticiador Sergipense*. Foi, porém, Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira o fundador da imprensa, na Província, com o *Recopilador Sergipano,* publicado em setembro de 1832, em Estância.

Um dos aspectos mais positivos da gestão de Silva Lisboa foi o da proibição de entrada de africanos na Província, entrada que se continuava a fazer impunemente, não obstante a lei abolidora do tráfico. O presidente, para efetivar essa proibição, agiu enèrgicamente, chegando a ordenar que a sua polícia devastasse os engenhos à cata de negros ocultos.

Fernandes de Barros era um homem ilustrado. De educação universitária francesa formara-se em Medicina em Paris, tendo sido aluno de Gay

Lussac. Versado em Química e Mineralogia, deixara fama de sua cultura e de seu valor.

Inimizara-se política e pessoalmente, com Sebastião Gaspar de Almeida Boto, da facção "corcunda", inimizade que findou roubando-lhe a vida, assassinado que foi em 2 de outubro de 1840 no Salvador, para onde tinha ido de Maceió, sua nova residência, visto ter sido forçado, temeroso de sua vida, a abandonar Sergipe. O seu govêrno primou, essencialmente, pela preocupação com a instrução, batalhando, dentro de muitas outras valiosas sugestões, pela criação de um liceu na Capital e de uma escola normal. Mas a sua visão de estadista se voltou, ainda, para vários setores, como agricultura, pecuária e combate aos crimes pela melhor aplicação da justiça.

Depois de Fernandes de Barros, com Bento de Melo Pereira termina a fase progressista que a Regência tinha ensaiado e renova-se a época da politicagem de campanário, das agitações e dos atentados às liberdades públicas.

Houve, de logo, um dos muitos escândalos eleitorais de que o período imperial, tal como o republicano, foi tão rico. Corria o ano de 1836 e ia realizar-se eleição para a Assembléia Geral. O govêrno provincial sente-se fraco para conseguir, honestamente, a vitória de seus candidatos. Ouçamos o que a respeito nos conta Silva Travassos:

> "... seguiu-se a campanha eleitoral, apresentando o partido legal para candidatos ao Monsenhor Silveira e a Sebastião Gaspar de Almeida Boto, e o liberal ao Dr. Manuel Joaquim Fernandes de Barros e Dr. Manuel Joaquim de Sousa Brito. Finda a eleição, e manifestada na Câmara da Capital, por ocasião do apuro geral, uma grande maioria contra os candidatos do partido legal, sobreestou a Câmara a apuração, a pretexto de não lhe ter sido enviada a ata do colégio do Logarto, e que pelo número de eleitores, que era de cinqüenta, conhecia-se não alterar o vencido. Depois apresentou-se a ata daquele colégio, figurando ter sido êle composto de 3.627 eleitores" (10).

Fraude tão inominável provocou justa reação dos liberais, culminando com violenta repressão governamental e ataque à Vila de S. Amaro, efetuado por Almeida Boto, ataque a redundar no fuzilamento de três habitantes da localidade que, por doentes, não tinham podido fugir com os demais, quando da aproximação dos invasores. Justa represália de destemidos moradores trouxe derramamento de sangue de lado a lado, morrendo, dentre outros, o capanga João Soares da Soledade, vulgo "João Bolacha", lugar-tenente de Almeida Boto.

Data, dessa época, a alcunha pela qual ficaram os partidos conhecidos — costume generalizado no país, haja vista em Pernambuco com *praieiros* e

(10) É verdade que, posteriormente, o govêrno imperial foi forçado a anular o pleito e a demitir o presidente da Província.

guabirus, em Alagoas com os *lisos* e *cabeludos* etc., sem falar nas clássicas denominações de *luzias* e *saquaremas*, dadas aos dois grandes partidos imperiais — sendo os liberais chamados de *camundongos*, em virtude do apelido que tinha um dos seus próceres, o Dr. Manuel Joaquim de Sousa Brito, juiz de direito da Capital, removido, por perseguição governamental, para Estância, e os governistas crismados de *rapinas*, pelo saque a que tinham submetido a Vila de S. Amaro.

Com a saída de Bento Pereira seguem-se governantes que afinam pelo mesmo diapasão, trazendo a dominação dos *rapinas*, enquanto os *camundongos* ficavam no ostracismo. Tivemos, assim, José Mariano Cavalcanti de Albuquerque, Joaquim José Pacheco e Wenceslau de Oliveira Brito, que encerrou o ciclo regencial.

No segundo reinado houve, em Sergipe, exceções no ritmo de politicagem sórdida e estéril que caracterizara a fase final da Regência, com os governos do pernambucano Anselmo Francisco Peretti (1842-1843) (11) e Antônio Joaquim Álvares do Amaral (1845), que se mostraram interessados com os problemas da comunidade. Até Zacarias de Goes e Vasconcelos (1848-1849) que, depois, tanto irá projetar-se no cenário imperial pela sua atuação marcante de grande líder parlamentar, de grande figura da nossa elite política, não pode ser incluído no rol das exceções, bastando citar, como elementos negativos à sua administração, o incidente de Laranjeiras e Itabaiana, onde a polícia fêz correr sangue, havendo mortos e feridos.

A situação de insegurança permanece na quadra histórica dos começos do segundo reinado, obrigando muitas famílias — tal como acontecera anteriormente — a buscarem refúgio nas vizinhas províncias. São constantes os atentados à liberdade e à vida dos cidadãos. Freqüentes os assassínios. Criminosos profissionais, protegidos pelos detentores do poder, campeiam e imperam. Vivem a implantar o terror nas povoações. Provocantemente armados tornam-se verdadeiros donos da situação, chegando a serem denominados irônicamente pelo povo de *chefes de polícia*. Felisbelo Freire refere que cada localidade tinha um dêsses "pistoleiros" a serviço dos mandões da terra, citando "Inocêncio em Laranjeiras, Matias em Maroim, Moura no Rosário, Vicente Cardoso em Santo Amaro, Maruba na Capela, Quincas em Propriá, Xicão em Itabaiana".

Para citar um fato elogiável desta etapa façamos referência à fundação, a 31 de julho de 1847, do Liceu de Sergipe, velho sonho acalentado por Fernandes de Barros.

---

(11) Felisbelo Freire, *ob. cit.*, pág. 315, dá esta data, mas Pereira da Costa, *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, pág. 30, afirma que o govêrno se estendeu de 28-9-1842 até 17-2-1844. Ver também, comprovando a afirmativa de Pereira da Costa, a *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, ano I, 1913, 2.°, 3.° e 4.° trimestres, pág. 55.

Incontestàvelmente em todo êste período o domínio político, salvo raras exceções, se encontrava nas mãos de Almeida Boto, com o seu partido dos *rapinas*, remanescentes dos *corcundas* na fase da Independência e do Primeiro Reinado. Domínio que se amplia, pràticamente, de 1836 a 1852, quando toma conta do govêrno provincial José Antônio de Oliveira e Silva, processando-se, então, mudanças nos quadros políticos da Província.

Para mostrar a falta de consistência ideológica dos políticos imperiais disse, com muita razão, o Visconde de Albuquerque que "não havia nada mais parecido com um *luzia* do que um *saquarema*". É o que corroboramos com Almeida Boto: *corcunda*, ou *rapina* no período regencial, chefiou, entretanto, por vários anos, no segundo reinado, o partido liberal — quando se firmaram os dois grandes partidos imperiais — passando-lhe, por fim, a liderança ao Barão da Estância. E ao morrer, em maio de 1884, ostentava o galardão de ter sido um destacado chefe liberal na Província.

Fato que se processou em momento posterior à época estudada, mas que, pela sua relevância, merece ser destacado, foi o da transferência da capital de S. Cristóvão para Aracaju, feita pelo presidente da Província, Dr. Inácio Joaquim Barbosa, em março de 1855, fato que provocou protestos da Câmara Municipal de S. Cristóvão, chegando essa entidade a afirmar — como o disse em representação ao Imperador — ter resultado sòmente "por diferenças a alguém que, por ter terras perdidas no Aracaju quer aproveitá-las". Donde se vê que o vêzo é antigo de engrandecimento imobiliário à custa das necessidades públicas. Há alusões, em verdade, a interêsses políticos e individuais, desde a gestão de Silva Lisboa, quanto à mudança.

Não se conformavam os vereadores de S. Cristóvão em serem lançadas a Assembléia Provincial e a administração provincial "nas praias desertas do Aracaju" e onde "os cofres provinciais estão ali sem a menor garantia", conforme protesto que fizeram, e que não foi atendido, ao presidente.

Parece mesmo que precipitação houve, como disse um historiador, em "edificar, de uma noite para o dia, nova cidade" onde "o próprio presidente teve de habitar em casa de palha e a assembléia de reunir-se debaixo de um pé de cajueiro. Os cofres depositados em albergues, sem a menor garantia e segurança. As repartições públicas funcionando em casebres feitos à pressa. Os infelizes empregados públicos, para garantirem o pão quotidiano, obrigados a ir habitar um meio paludoso, excessivamente epidêmico, pela quantidade de pântanos existentes (...). O próprio presidente foi vítima de sua ousadia, morrendo de febre palustre, pouco depois da mudança da capital".

Alagoas

Não deixou a Província de padecer, embora em menor dose, as conseqüências da Confederação do Equador. Manuel Vieira Dantas (12), seu chefe e vulto de largo prestígio, já se tendo projetado

(12) Pai do futuro Visconde de Sinimbu.

em 17, e que conseguira sublevar São Miguel e Anadia, é prêso com outros, membros de sua família, merecendo destaque a figura altiva e estóica de sua espôsa, D. Ana Lins, que no seu engenho *Sinimbu*, "o baluarte da resistência republicana na província", no dizer de um historiador, ofereceu a última e desesperada reação, já aniquilada a rebeldia em tôda a parte.

Coube a D. Nuno Eugênio de Lossio e Seiblitz, o primeiro presidente nomeado pelo Imperador, a tarefa de pacificar os ânimos, ainda abalados pelas dissensões políticas resultantes do movimento de 24.

A agitação, conseqüente ao 7 de Abril, estendeu-se a todo o país, manifestando-se com similitude de aspectos. Nas Alagoas a notícia da abdicação repercutiu com feição idêntica à registrada em outras partes da nação.

A nova do evento chegou a Maceió aos 30 de abril e provocou expansões populares, embora pacíficas.

Mas o antagonismo, já intenso, entre liberais e absolutistas, que se vinha apresentando desde que a política de Pedro I propendera para o favoritismo aos lusos e para claras posições anticonstitucionais, — o primeiro choque entre nativos e portuguêses se deu, nas Alagoas, em junho de 1830 — transformou o júbilo festivo dos habitantes em explosões jacobinas. O partido *Coluna*, surgido em Pernambuco com tão agitada atuação, organizara-se também no território alagoano com o mesmo caráter. Aliás, era fato natural e indubitável a repercussão dos acontecimentos políticos pernambucanos nas províncias vizinhas, diante da liderança exercida, na região, pelo Estado nordestino, durante a Colônia e o Império.

A rivalidade entre radicais e reacionários, latente de há muito, transborda em luta franca com a queda do nosso primeiro monarca.

O movimento adquire aparência semelhante ao acontecido em outras partes. O seu programa consiste na exclusão de autoridades suspeitas pelo seu apêgo ao *ancien régime* e de portuguêses que, embora não mais donos oficiais do país, continuavam, todavia, a dominá-lo, sobretudo no terreno econômico, pelo monopólio completo do comércio, prejudicando os filhos da terra, impossibilitados de se dedicarem a essa atividade. O nativismo exaltado de então tinha, como sempre, base econômica.

A reivindicação, em forma de *ultimatum*, apresentada ao presidente da Província, o Visconde da Praia Grande, estabelece a demissão e expulsão do Comandante das Armas, Coronel Francisco Samuel da Paz de Mendonça Furtado, — que se comportou, durante a crise, com extrema fraqueza — de vários oficiais superiores, de todos os empregados reinóis, assim como medidas repressivas contra os portuguêses solteiros, que deveriam ser expulsos, no prazo de 30 dias, no caso de serem caixeiros, impondo-se aos negociantes a prestação de "caução idônea".

A quase tudo aquiesceu o governante, ouvindo o Conselho do Govêrno, que apesar de algumas reações iniciais, findou submetendo-se. Preponderara a opinião do Conselheiro Manuel Mendes da Fonseca, que revolucionàriamente, declarava: "Como pela opinião em que está o povo, já não pode prevalecer nem a Constituição, nem as Leis a semelhante respeito, votava pela vontade do povo."

Revestiu-se de excessos a efetivação da providência adotada a alcançar até pessoas não atingidas pela medida aprovada.

Surge em Maceió, como de praxe na época, a *Sociedade Patriótica* e *Defensora da Independência,* de idéias avançadas, propugnando pelo federalismo. Daí, coerentemente, pouco depois, mudar de nome para *Sociedade Patriótica Federal,* tendo como órgão de expansão de seus princípios o primeiro jornal alagoano, inicialmente chamado *Íris Alagoano,* e posteriormente *O Federalista Alagoano.* Seu lema era bem significativo de suas tendências condizentes com a orientação do partido liberal exaltado: "O govêrno do Brasil será uma monarquia federativa". Lema que, embora mais consentâneo com a tendência republicana advogada por alguns *jurujubas* ou *farroupilhas* irá ser o programa básico de vários políticos liberais dos fins do Segundo Reinado, dentre êles Rui Barbosa.

A Guerra dos Cabanos possui, também nas Alagoas, o seu cenário de lutas. A zona conflagrada se espraiou por terras alagoanas e pernambucanas limítrofes. O levante principia em conexão com Pernambuco, quando o presidente da Província, Manuel Lôbo de Miranda Henriques, ordenou, em princípios de 1832, a realização do recrutamento dos índios de Jacuípe. O processo de recrutar milicianos era efetuado, no Império, violenta e arbitràriamente. Injustiças e abusos faziam parte dêsse processo.

Tendo o cacique dos indígenas, da localidade, chamado Hipólito, reagido em defesa de seus direitos, foi traiçoeiramente morto a punhal. Rebelam-se de logo, os seus companheiros, dando início ao cruento e selvagem conflito que tantas vidas e canseiras custou às duas províncias vizinhas e que teve na Vila de Jacuípe o seu principal foco alagoano, aliado ao foco pernambucano de Panelas do Miranda.

Nova crise vai surgir, em 1839, com a mudança da capital de Alagoas para Maceió, durante o govêrno de Agostinho da Silva Neves. Os habitantes da antiga capital, com José Tavares Bastos à frente, se insurgem contra a determinação do presidente da Província de transferir a Tesouraria da Fazenda para Maceió, chegando a afastar Silva Neves da governança e detê-lo. Mas Cansansão de Sinimbu (o futuro Visconde de Sinimbu) reage enèrgicamente, assumindo como primeiro vice-presidente, o govêrno — Tavares Bastos, que o tinha empolgado, era o quinto vice-presidente — e conseguindo repor Silva Neves nas suas funções. A primeira medida tomada pelo magistrado reempossado foi a de remover — para tal obtendo maioria na Assembléia Provincial — definitivamente a sede da administração

para Maceió. Isso aconteceu em 9 de dezembro de 1839, nas vésperas da Maioridade.

Em julho de 1844 ascende ao cargo de presidente da Província o paraense Bernardo de Sousa Franco (depois Visconde de Sousa Franco). Bastante tumultário se apresenta êste ano para as plagas alagoanas.

Intensa projetava-se a luta parlamentar entre liberais (então no poder na política nacional) e conservadores, refletindo-se, naturalmente, nas Alagoas, mesmo porque um dos próceres do partido liberal era um alagoano de largo prestígio em sua terra: Cansanção de Sinimbu.

Lògicamente a ascensão de Sousa Franco — destacado líder liberal — fêz com que aumentasse a influência de Sinimbu em seus pagos.

Mas Tavares Bastos, não esquecido do mau sucesso de 39, insurge-se, abrindo nas páginas do *Alagoano* forte campanha contra o velho adversário.

Começa, então, o conflito entre os *lisos*, conservadores, e os *cabeludos*, liberais, a estender os seus reflexos por tôda a Província, conflito que culmina com dois ataques feitos pelos *lisos* a Maceió, o primeiro bem sucedido, não acontecendo o mesmo com o segundo, em que os atacantes foram comandados pelo antigo caudilho "cabano" Vicente de Paula. Consegue o presidente, com a ajuda de tropas vindas de Pernambuco, restabelecer a ordem.

Mas a vitória dos "cabeludos" é anulada pelas contingências políticas. O nôvo presidente, Caetano Maria Lopes Gama, apesar de anunciar o estabelecimento de uma política de conciliação, não se mostrou conciliador, antes favorável aos rebeldes, prestigiando-os e possibilitando a subida dos "lisos" com o resultado das eleições para a Assembléia Provincial.

O seu sucessor, o Brigadeiro Henrique Marques de Oliveira Lisboa, se viu a braços com a ação de banditismo dos irmãos Morais — impelidos a essa ação, como sempre acontece no cangaço, por motivo de vingança — que assolaram a província, implantando o terror. Findaram mortos, vitimados pela reação que se levantara contra os seus atos de salteadores. Na gestão do pernambucano Félix Peixoto de Brito e Melo, cujos ardores liberais o irão colocar como chefe nominal da Revolução Praieira, foi possível abrandar, graças ao espírito hábil e progressista do presidente, os ânimos na perturbada Província.

Paraíba

Mais forte do que em qualquer outro lugar, se manifesta na Paraíba a influência dos acontecimentos desenvolvidos em Pernambuco. Ainda sentindo as conseqüências da jugulada Confederação do Equador, vê-se a terra paraibana afligida, em 1825, por cruciante sêca que, também, se espraiou por Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. No mesmo ano, em fevereiro, surge a imprensa na Província com o seu primeiro jornal denominado *A Gazeta do Governo da Parahyba*.

A inquietação que se difundia pelo país e tinha um dos seus centros mais potentes no Recife, encontra na velha Filipéia profunda repercussão, sobretudo porque nela inicia a sua atividade revolucionária um dos mais completo tipos de agitador político que já tivemos: Antônio Borges da Fonseca, o conhecido "Repúblico".

Originava-se de ilustre prosápia, pois nos seus antepassados vamos encontrar figuras de alta projeção na administração, nas letras e na política, como o Mestre de Campo Antônio Borges da Fonseca que governou a Paraíba de 1745 a 1753, o Coronel Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, governador do Ceará por 17 anos e autor da *Nobiliarquia Pernambucana* e o Tenente-Coronel do mesmo nome que combateu ao lado dos republicanos de 17 ainda participou da junta governativa que, em 1821, substituiu o deposto General Luís do Rêgo.

Nasceu o "Repúblico" na atual João Pessoa, em 1808, estudou no Seminário de Olinda e no Liceu Pernambucano. Aos vinte anos publicava, iniciando uma longa, quase ininterrupta e combativa atividade, o seu primeiro jornal, *A Gazeta Paraibana,* o segundo periódico a aparecer em sua terra.

Começa, desde aí, a revelar as suas qualidades de jornalista de luta, de panfletário denodado e também de ardoroso tribuno popular, de orador de massas.

Nabuco o chamou, com muita razão, de Rienzi brasileiro a julgar-se "investido de uma espécie de realeza tribunícia", considerando-o "um revolucionário em disponibilidade" a figurar "na galeria dos nossos tribunos republicanos como o que mais distintamente possui a envergadura revolucionária".

A *Coluna do Trono* e *do Altar* expande a sua ação pela Paraíba. Vai governá-la, em 1828, um elemento seu: Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça. A *Jardineira,* que tinha, no mesmo ano, fundado, sob a direção de Borges, um núcleo no torrão paraibano, resiste denodadamente. É o entrechoque entre absolutistas e liberais repercute na Província nordestina, traduzindo um fenômeno generalizado na época, e que a vizinhança com Pernambuco aguçava.

Em março de 1829 é Borges da Fonseca processado, julgado e absolvido pelo Tribunal do Júri de sua cidade natal por crime de imprensa. O impávido lutador político irá sofrer muitos outros processos de igual teor, sem que isso amorteça a sua capacidade de combate, o seu inesgotável potencial revolucionário.

A abdicação, conhecida em João Pessoa em 9 de maio, vai refletir-se com as mesmas características e as mesmas implicações manifestadas em outras localidades.

Como sempre, o Comando das Armas estava em mãos reacionárias. Detinha êsse cargo o Coronel Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros, que o

teve de ceder em face da rebelião popular-militar, sendo substituído pelo Tenente-Coronel Francisco José de Ávila Bittencourt, o mesmo acontecendo àqueles que não inspiravam confiança aos levantados por causa de sua integração nas idéias ultraconservadoras.

Em 14 de junho de 1831 decreto presidencial, fundamentado em decisão do Conselho Adjunto do Govêrno, criava, na capital, um curso de várias disciplinas, semente do futuro Liceu Paraibano.

Borges da Fonseca, que regressara à Paraíba, de volta do Rio onde bastante influíra para o desfecho do 7 de Abril, é eleito — tendo sido mesmo o mais votado — para a Câmara Municipal, tornando-se seu presidente. Publica aí, em 1832, O *Repúblico*, iniciado na Côrte com tanta influência sôbre a opinião pública que êle próprio chegou a ficar conhecido pelo nome de seu periódico, periódico popular e de profunda penetração nos acontecimentos de então. Foi tal a fidelidade que Borges dedicou ao ideal republicano que expressiva identificação entre os dois se firmou: entre o homem e o jornal. Já o editara, por sinal, de passagem no Recife, com a designação de O *Repúblico Extraordinário*.

O ano de 1832 traz desassossêgo ao interior da Província em vista da ameaça de invasão pelas tropas do chefe restaurador cearense Pinto Madeira, o que persuade o Govêrno a enviar tropas para Pombal e Sousa.

A situação instável que a Regência enfrentava se traduz por agitações em várias partes, como em Sousa o movimento de José Dantas — foi chamado pelo povo de "rusga do Dantas" — contra o juiz local, movimento abafado, depois de alguns choques armados.

Registra-se também um motim, em João Pessoa, a 23 de outubro, provocado por soldados a protestarem por melhoria de sôldo. Mas prontas medidas do Govêrno sufocam o levante no nascedouro.

Em 1838 é em Bananeiras que uma tentativa de insurreição surge, mas, do mesmo modo, fàcilmente dominada.

Nôvo alvorôto, chefiado por Antônio Borges da Fonseca, explode, em 1839, na capital, contra a ascensão de Trajano Alípio de Holanda Chacon à presidência da Província e em apoio de Manuel Lôbo de Miranda Henrique, antigo revolucionário de 24, com o intuito de colocá-lo no poder. Batidos ,os amotinados fogem para Santa Rita, onde se dispersam.

O espantalho da sêca, com todo o seu cortejo de horrores, visita a Paraíba em 1845, o que perdura até 1846, alcançando as províncias próximas, num período que ainda padecia das conseqüências da trepidação revolucionária da fase regencial. Informa um historiador que "o número de perdas de vida foi enorme, não só pela fome, sêde e moléstia, como também envenenadas por plantas nocivas do sertão".

Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte nota-se o mesmo panorama descrito em outras províncias nordestinas que participaram da Confederação do Equador. O mesmo receio quanto à revives-

cência de antigos focos de rebeldia. O mesmo temor da ação dos "*liberais e anarquistas, que são sinônimos*", conforme expressão de um presidente zelosamente conservador. Era tal a apreensão dominante que um juiz ordinário de São José de Mipibu foi suspenso de suas funções pelo fato de ter, em um jantar, brindado a Bolívar, chamando-o de "restaurador de Montevidéu"; o que representava um excesso de ardor tribunício e pouca consistência histórica. Estava-se, como diz Câmara Cascudo, num ambiente de "guerra de formigueiro", com todo o seu séquito de delações, suspeitas infundadas e medidas policiais apressadas e injustificáveis.

O govêrno do cearense Manuel do Nascimento Castro e Silva — março de 1825 a maio de 1826 — é marcado pela rebelião dos índios de Portalegre que culmina com o fuzilamento dos sediciosos aprisionados. O espantalho de 1824 permanecia tão constante que, nas medidas repressivas adotadas, se estabelecia a proibição de assobios noturnos que poderiam significar combinações entre conjurados. Ainda determinava o Ato presidencial de 14-4-1825 que seriam presos "os que trouxessem chapéus desabados, os homens vestidos de mulheres e as mulheres vestidas de homens".

Dirigia os destinos da terra potiguar Antônio da Rocha Bezerra, ex-revolucionário de 17, quando, em maio de 1831, chegou a notícia da queda de Pedro I. "Luminárias por três dias", foi a ordem governamental às autoridades do interior. Adiantava ainda a informação oficial da "grande satisfação" com que foi acolhida a nova.

Mas segue-se o indefectível levante dos adversos à política anterior. Soldados em armas exigem a retirada do Comandante das Armas (13), do comandante do batalhão de linha e suspensão de funcionários militares e civis considerados suspeitos.

Em setembro do mesmo ano, coincidindo com idêntico motim no Recife, levantam-se militares insubordinados. Mas são, de logo, dominados pelo Govêrno, em cooperação, tal como em Pernambuco, com civis armados que, voluntàriamente, acorrem em defesa das instituições.

A revolta de Pinto Madeira, com sua conseqüente ameaça ao território norte-rio-grandense, ocasionou movimentos de tropas que, de vários municípios, se dirigiram às fronteiras da Província no intuito de preservá-las da arremetida do rebelde cearense.

Um pernambucano de Olinda, republicano de 17 e de 24, Basílio Quaresma Torreão, sexto presidente da Província, foi um dos impulsionadores da fundação da imprensa na terra potiguar, assim como o criador do Ateneu do Rio Grande do Norte, cuja instalação se processou em 3 de fevereiro de 1834.

---

(13) Exercia o Comando das Armas o Coronel Pedro José da Costa Pacheco, sendo, em face da imposição, substituído por José Carlos Teixeira Júnior.

Um dos presidentes do período regencial, Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, cognominado o Parrudo, por ser baixo de estatura e de compleição forte, é assassinado misteriosamente em Natal. Afirma dêle Câmara Cascudo:

"É um dos injustiçados da história local, haloado pela fama de luxúria e de violência, improvisadas e vivas na memória oral, e esquecido na documentação impressa e manuscrita que deixou, abundante, atestando seu superior descortínio administrativo, energia disciplinadora e visão realística dos problemas provinciais (...). Sua *Mensagem* é original e afoita pelas sugestões apresentadas."

Os seus planos e as suas sugestões o colocam em posição de um administrador de alta visão e de sentido realístico dos problemas locais. Certamente que a sua energia e o seu dinamismo não eram olhados com satisfação. Daí a conspiração de 1838 que se delineou e cuja denúncia por êle apresentada foi uma das causas de sua morte.

Na gestão do Dr. Manuel de Assis Mascarenhas se deu no Açu, em dezembro de 1840, o chamado "fogo de 40", em que um conflito entre liberais e conservadores degenerou em verdadeira chacina, impondo-se a presença, no local, do próprio presidente, com forte corpo militar, para a pacificação dos espíritos.

A sêca de 1845, do mesmo modo que as de 1825 e 1833, atingiu a Província, devastando-a e trazendo a desolação. Como pequena compensação ao flagelo houve o govêrno de Casimiro José de Morais Sarmento, espírito realizador, e que tão ìntimamente se ligou aos destinos do Rio Grande do Norte.

Na sua administração manifestaram-se perturbações da ordem em Maioridade (depois chamada Martins), Seridó (depois denominada Caicó), Acari, Estremoz e São Gonçalo, que o sagaz governante conseguiu hàbilmente reprimir. Informa um historiador parecer "esta nova calamidade uma conseqüência da sêca que flagelava o sertão espalhando a miséria e a fome".

O primeiro jornal do Rio Grande do Norte chamou-se O *Natalense* — iniciativa, em 1832, do Padre Francisco de Brito Guerra — tendo sido, de início, publicado no Maranhão, em seguida no Ceará e por fim em Pernambuco, em vista da inexistência de tipografia em Natal. Como é óbvio, as notícias do seu único jornal chegavam à capital potiguar bastante atrasadas.

Finalmente comprou-se — muito contribuindo para tal acontecimento a ação do Presidente Basílio Quaresma — uma pequena tipografia no Recife, contratando-se no Rio os serviços técnicos de um *expert* na arte da imprensa, o alemão Carlos Eduardo Müller. E a 2 de setembro de 1832 era instalada a Tipografia Natalense, a primeira a surgir na Província, embora não viesse a satisfazer plenamente as necessidades locais, pois muitas publicações continuaram a ser feitas fora, até mesmo em Ouro Prêto.

Ceará

Depois de Pernambuco foi o Ceará a Província que maior contribuição deu à Confederação do Equador. Contribuição em homens e em acontecimentos. A sua quota de mártires foi quase tão avultada quanto a da terra de Frei Caneca. Daí explicar-se ter sido mais profunda a ressonância dos eventos que culminaram com a derrocada da Revolução de 24 do que em outras províncias, salvante Pernambuco. Durante muito tempo viveu a região sob o impacto dos tristes episódios que tantas vidas custaram e tantas lágrimas provocaram.

Mal refeita do estado traumático que os lutuosos sucessos promoveram, viu-se a Província sacudida pelas implicações geradas pela confusa e conturbada política do Primeiro Reinado a culminar com a abdicação e as suas inevitáveis e anárquicas conseqüências.

Sofrendo os resultados danosos de terrível sêca que avassalava o território cearense em 1825, os seus padecimentos eram agravados com uma epidemia de varíola e com o recrutamento forçado de sertanejos para o sangradouro da Guerra da Cisalpina, guerra mais resultado de um capricho do monarca do que imposição da opinião nacional.

Em agôsto de 1828 explode uma quartelada provocada pelo despeito e ambição do antigo presidente da Comissão Militar que julgara os patriotas de 24, o Tenente-Coronel Conrado Jacó de Niemeyer, alijado do lugar de Comandante das Armas.

Explorando a vaidade do Tenente-Coronel Marcos Antônio Brício, conseguiu o levantamento de dois batalhões de 1.ª linha, com a solidariedade até da guarda do palácio. Atemorizado, o Presidente Nunes Berford aceita as imposições militares, confirmando o ato revolucionário da indicação de Marcos Brício para o Comando das Armas e conseqüente afastamento do recém-nomeado Coronel Francisco de Sousa Campelo.

Governava, em caráter interino, José de Castro e Silva, quando chegou, aos 13 de maio de 1831, por intermédio do navio britânico *Atlas*, a nova da queda de D. Pedro I e instalação da Regência Trina Provisória.

O fato iria agitar os ânimos como estava acontecendo em tôda a parte. Na sua reação o povo derrubara, a machado, o patíbulo levantado pela Comissão Militar e que causara a morte de tantos patriotas. "Árvores da liberdade" foram plantadas no interior, como expressão de regozijo e integração na nova ordem liberal que a Regência prometia inaugurar em substituição à velha ordem despótica e absolutista.

A primeira repercussão de largo porte do 7 de Abril se traduz no levante de Pinto Madeira. Joaquim Pinto Madeira era um coronel de milícias, poderoso e influente, possuidor de grande prestígio na zona sertaneja do Cariri, especialmente na Vila do Jardim onde residia. Dois fatôres vão explicar a revolta: a tendência restauradora, responsável, na mesma época, pelas agitações *caramurus* do Rio de Janeiro, pela *Abrilada* no Recife, pela *Guerra dos Cabanos* no interior pernambucano e alagoano e

o velho antagonismo existente entre o Crato e Jardim. Acresce, ainda mais, o estado de constante rivalidade entre chefetes locais, separados não tanto por diferenças ideológicas, mas sim por questiúnculas particulares, criadas pela vigência do coronelismo patriarcalista e mandonista.

Contando com o apoio do vigário Antônio Manuel de Sousa, conhecido como o *Padre Benze-Cacête* (14), Pinto Madeira, cujos pendores reacionários eram notórios pela sua participação em acontecimentos anteriores, granjeara vasto número de rancorosos inimigos que, aproveitando a reviravolta política, começaram a hostilizá-lo abertamente, inclusive obtendo decreto regencial a tornar sem efeito sua promoção a coronel e mandando dar-lhe baixa da 2.ª linha do Exército.

Vai estender-se a luta pelos anos de 1831 e 1832, obtendo, inicialmente, os rebeldes algum êxito, chegando a conquistar o Crato com o domínio do Cariri e pondo em polvorosa a zona sertaneja, não sòmente do Ceará, como Pernambuco, onde encontravam aderentes e onde, talvez, procurassem fazer junção com os *cabanos*. É possível que a Abrilada tivesse sido precipitada para ajudar a Pinto Madeira, pelo menos para retardar a remessa de um corpo expedicionário pernambucano ao Ceará, já pronto a seguir em direção do teatro das operações (15).

O presidente da Província, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti — no seu govêrno, tal como em outras províncias, fundou-se uma sociedade patriótica, a *Filopátria,* com a finalidade de garantir a situação liberal, oriunda do 7 de Abril — remeteu tropas contra os sediciosos que conseguiram bons e maus êxitos. Chega, finalmente, a expedição imperial comandada pelo General Pedro Labatut. Contava ela com grande contingente de negros, oriundos da Bahia e do Rio de Janeiro, o que fêz a trova popular contar:

> "Fecha a porta,
> Lá vem Labatut
> Com tropa de negros;
> Parece urubu."

Em vista da promessa feita pelo general-comandante, garantindo vida salva aos que se submetessem, entregam-se Pinto Madeira e o vigário

---

(14) A alcunha lhe adveio, segundo afirmam, do fato de, diante da escassez de armas de fogo, ter incentivado os seus correligionários a cortarem cacête nas matas próximas e, em seguida, benzê-los para sua maior eficiência. Diz Irineu Pinto que possuía êle, também, o apelido de *Padre Penca* "porque gostava de pedir penca de bananas" (*Datas e Notas para a História da Parahyba,* Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1916, vol. II, nota, pág. 120).

(15) Ver Manoel Correia de Andrade, *Pernambuco e a Revista de Pinto Madeira,* Recife, Editôra Nordeste, 1953, pág. 17.

Antônio de Sousa, acompanhados de inúmeros comparsas, já desiludidos de vitória.

Depois de peregrinação por Pernambuco e Maranhão, foi Pinto Madeira remetido ao Crato, onde, submetido a julgamento num improvisado tribunal, composto de adversários, é condenado à morte na fôrca e executado em 28 de novembro de 1834, obtendo, como máximo favor, ter a sentença transformada em fuzilamento, pois repugnava ao infeliz cabecilha, militar que era, subir ao patíbulo. Havia, há poucos dias, assumido o govêrno do Ceará o Padre José Martiniano de Alencar, adversário político de Pinto Madeira.

Quanto ao vigário Antônio de Sousa, sòmente retornou ao Crato anos depois, — ficara no Maranhão por virtude de moléstia — sendo, já amortecido o ardor das paixões políticas, absolvido em julho de 1837, indo morrer, passados tempos, na sua terra natal, velho e decepcionado.

Há ainda a destacar um motim em 1833 contra o então Presidente José Mariano, fàcilmente abortado, sendo o seu principal vulto o Major Francisco Xavier Tôrres que irá reaparecer em outra perturbação da ordem.

Foi assinalado o govêrno do Senador Alencar por várias medidas de ordem financeira, sobretudo relacionadas com o problema da circulação da moeda de cobre, principalmente a conhecida pelo nome de *xenxém*, assim como diversos empreendimentos reveladores de um estadista arguto e objetivo, como a questão da açudagem no combate à sêca, aquisição, na França, de trabalhadores especializados em construção de estradas, importação de camelos em face da aridez do meio físico, fundação de um engenho de ferro próprio para a indústria açucareira, organização de companhias à feição das militares, mas destinadas à atividade agrícola, carregando, como declara o dinâmico padre, "em vez de armas, foices, machados e todos os instrumentos de laboragem".

Uma de suas mais ousadas realizações foi a do *Banco Provincial do Ceará*, criado a 7 de setembro de 1835 e o segundo estabelecimento brasileiro de crédito, tendo sido o primeiro o *Banco do Brasil*, fundado por D. João VI.

A Balaiada, pela proximidade do cenário da guerra, preocupou o Presidente Francisco de Sousa Martins, que via as fronteiras do Ceará ameaçadas e até mesmo transpostas, obrigando-o à concentração de fôrças nos pontos ameaçados e a ações bélicas.

Em nova gestão de José Martiniano de Alencar deflagra um movimento militar, em 1840, em Sobral, orientado pelo já Tenente-Coronel Francisco Xavier Tôrres e que, graças à energia e sagacidade do presidente, é ràpidamente sufocado.

No govêrno seguinte, a cargo do Brigadeiro José Joaquim Coelho, se deu o assassínio do prestigiado chefe liberal e vice-presidente da Província,

Major João Facundo de Castro Meneses, homicídio atribuído, pelos liberais, ao mando do próprio presidente.

Com Inácio Correia de Vasconcelos à frente da administração provincial — foi êle o instalador do Liceu do Ceará em 1845 — vai sofrer a Província os horrores da sêca de 1845, que tantas acabrunhadoras recordações deixou na história do Nordeste brasileiro. Dessa calamidade diz o historiador Pedro Théberge:

"A população dos sertões achou-se reduzida aos maiores apuros e obrigada a sustentar-se de vegetais agrestes e baldos de princípios nutritivos, quando não continham propriedades nocivas, levando esta situação à prática de atos horríveis e de crimes de homicídio, que se tornaram então numerosos, sendo quase todos ocasionados por questões de alimento. Não achando os sertanejos mais o que comerem, abandonaram suas moradas, retirando-se para o Cariri e mais terras úmidas da Província.

Para a capital convergiram mais de 30.000 pessoas sem recursos e reduzidas em geral a um estado de magrém espantosa. A caridade pública por si só não podia acudir às precisões de tanta gente, e o govêrno, à espera das ordens do Ministério a quem tinha dado parte do estado da Província, demorava-se em dar as providências reclamadas por tão críticas circunstâncias."

Êsse era também o quadro, com pequenas variantes, dominante nas demais províncias nordestinas.

No govêrno do Dr. Casimiro de Morais Sarmento, o "Morais Malcriado", como era chamado por causa de seu gênio explosivo, Fortaleza é beneficiada, em 1847, com a iluminação pública a azeite de peixe, iluminação que devia ser mantida "das seis horas da tarde até que amanhecesse o outro dia, ou até que saísse a lua". Foi, ainda, o "Morais Malcriado" o fundador do cemitério de S. Casimiro, o primeiro da capital cearense.

Nos meados do século o presidente Silveira da Mota (1850-1851), que tanto se destacou na repressão do banditismo, introduz na Província a primeira máquina de descaroçar algodão.

3. A REVOLUÇÃO PRAIEIRA

A reação de 1837

A Abdicação havia, com o interregno regencial, dado ensejo à ascensão, embora constantemente sabotada, dos elementos liberais. Parecia que, naquela experiência republicana representada pela Regência, as aspirações populares iriam ter a sua grande oportunidade. Mas a reação, a princípio dispersa por efeito do impacto do 7 de Abril, se aglutina disposta à retomada do poder. Feijó representa, com as suas inclinações liberais e populistas, com o seu espírito "chimango" de um centrismo meio inclinado para a esquerda, o último sustentáculo das tendências progressistas que a queda de Pedro I dera possibilidade de emergir, de vir à tona.

Mas essas tendências vão ter a sua derrocada completa com a renúncia do Padre-Regente e a formação do Gabinete chamado "das notabilidades", inaugurando uma era dirigida por uma das mais sólidas figuras de reacionário que a história imperial já conheceu: o pernambucano Pedro de Araújo Lima, lídimo representante da aristocracia rural nordestina, cujo processo crescente de aburguesamento não lhe amortecera a gula do poder, a velha e tradicional vocação mandonista. A transformação da casa-grande patriarcal e rural para o sobrado aburguesado e citadino não modificara a nietzschiana "vontade de potência", que sempre lhe fôra característica.

A 19 de setembro de 1837 inaugura-se uma das fases mais reacionárias da nossa evolução histórica, o que leva Caio Prado Júnior a conceituar: "de 1837 a 1849 percorre a política brasileira a mais caracterizada trajetória reacionária de sua história" (16).

A oligarquia Cavalcanti

Se o reacionarismo triunfante se expande e domina por tôda parte, é na Província de Pernambuco que êle melhor se estratifica e se consolida, estabelecendo uma oligarquia de tal consistência que resistiu a todos os embates do parlamentarismo imperial, com o seu jôgo, mais simbólico do que real, das mutações de gabinetes. Oligarquia que foi preciso a Revolução Praieira de 1848 para abalar e enfraquecer.

Logo que vitoriosa se torna a política encetada pelo futuro Marquês de Olinda, sobe ao poder em Pernambuco a família Cavalcanti, que, aliada aos parentes Rêgo Barros, instaura um longo e abusivo domínio. A carta imperial de 16 de outubro de 1837 nomeava para dirigir os destinos da Província ao bacharel em Matemática pela Universidade de Paris, capitão do 3.° batalhão de artilharia de linha e deputado à Assembléia Geral Legislativa Francisco do Rêgo Barros, depois Barão, Visconde e Conde da Boa Vista, que toma posse do cargo a 2 de dezembro do mesmo ano.

Geralmente os presidentes de província governavam pouco tempo, mal esquentando o lugar. As variações de gabinetes, com as conseqüentes instalações das máquinas eleitorais, traziam uma instabilidade permanente para a vida administrativa provincial. Mas, Rêgo Barros vai, fato raro na história imperial, governar Pernambuco, de dezembro de 1837 até, pràticamente, 13 de abril de 1844, num período, pois, de quase 7 anos. Houve sòmente uma pequena interrupção, de 3 de abril a 7 de dezembro, com a presidência de Manuel de Sousa Teixeira, futuro Barão de Capibaribe. As outras interrupções com Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Tomás Antônio Maciel Monteiro resultaram de meras substituições momentâneas de vice-presidentes em face de viagens ao Rio do titular.

(16) *Evolução Política do Brasil*, Emprêsa Gráfica "Revista dos Tribunais", S. Paulo, 1933, pág. 156.

Curiosa se apresentava a estruturação política firmada em Pernambuco. Os três irmãos Cavalcanti, pertencentes a uma família de real prestígio e de intensa influência no passado da região, filhos do célebre Coronel Suassuna, vulto exponencial da brumosa Conspiração dos Suassunas e figura proeminente da Revolução de 17, eram: Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Camaragibe; Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Suassuna, e Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque.

O Visconde de Camaragibe, o chefe do partido conservador na Província, nela gozava de muita influência, assim como também na Côrte. Era ouvido, acatado e respeitado pelos próceres de seu partido.

O Visconde de Suassuna, com o irmão, participava da chefia de sua agremiação partidária e nela usufruía, também, de largo prestígio. O Visconde de Albuquerque situava-se, porém, como líder incontestável do partido liberal na província nordestina. Formava-se, dessa maneira, um verdadeiro *ménage à trois;* fôsse qual fôsse o partido que dominasse no cenário político nacional, em Pernambuco os Cavalcantis estavam sempre de cima.

Daí difundir-se, na época da oligarquia triunfante, uma quadrinha atribuída ao lente do curso jurídico de Olinda, o Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares:

> "Quem viver em Pernambuco
> Deve estar desenganado
> Que ou há de ser Cavalcanti
> Ou há de ser cavalgado."

A ligação com os Rêgo Barros, seus parentes, proporcionou a essa oligarquia uma maior solidez e eficiência. Fala-nos o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama naquele "gótico castelo Rêgo-Barros-Cavalcanti", que, conforme disse o sociólogo Gilberto Freyre, formava uma "espécie de Bastilha que foi preciso a Revolta Praieira para demolir".

O govêrno de Francisco do Rêgo Barros

Dúvida não paira de que a administração de Francisco do Rêgo Barros foi marcada por um alto sentido de realizações e, dêsse modo, uma das melhores que a Província teve. Espírito empreendedor, soube o Conde da Boa Vista compreender a necessidade de imprimir um ritmo progressista à sua ação. Trouxe da França da Restauração aquêle ar de *grand seigneur,* que lhe notou Nabuco, e com êle, também, idéias de reforma e de desenvolvimento para a Província. Contratou técnicos gauleses — o que não agradou ao nativismo de então —, como Boulitreau, Millet e, especialmente, Louis Léger Vauthier, de tão profunda influência, não só no embelezamento e adiantamento do Recife — foi êle o construtor do Teatro Santa Isabel — como no domínio cultural, sobretudo na divulgação das doutrinas socialistas em voga. Difundiu êste, no seio de nossas elites intelectuais, as teorias dos

socialistas da primeira metade do século XIX, chamando-lhes a atenção, pelo incentivo à compra de livros e revistas especializadas, sôbre a questão social a que a revolução industrial do século anterior e a ascensão da burguesia ao poder tinham impresso um aspecto de tão alta dramaticidade. E chamando-lhes a atenção com uma visão, conforme acentua o sociólogo Gilberto Freyre, não de mero socialista utópico ou romântico, como era comum na época, mas de um socialista quase científico (17).

Mas, se as relizações de Rêgo Barros deram nôvo aspecto ao Recife — era seu propósito imprimir tal impulso à cidade, que os seus habitantes não mais sentissem necessidade de trocá-la pelo Rio, pelos prazeres e divertimentos da Côrte — ressentiu-se a sua gestão de certa liberalidade quanto ao procedimento de muitos de seus parentes, que não afinavam pelo seu diapasão e excediam-se em atitudes nada condizentes com o rumo que o Barão imprimia aos negócios públicos. Parentes que, se prevalecendo das vantagens que o parentesco ilustre lhes conferia, abusavam dessas vantagens e comprometiam o governante dinâmico, mas muito tolerante com os desmandos dos membros de sua família. Sabia-se de crimes de homicídio, tornados impunes, cometidos por seu primo, morador no Arraial. De roubos de cativos, de contrabando de escravos, de derrames de moedas falsas, outros afortunados primos eram acusados, sem que ousassem as autoridades agir contra tão influentes e protegidas figuras.

O que tornava, porém, mais chocante o panorama da Província era que, se a administração de Rêgo Barros apresentava um sentido progressista em relação ao aformoseamento e progresso da Capital, mostrava-se, todavia, surda e ausente em face do problema social, gritantemente presente.

O problema agrário

A velha questão agrária projetava-se como uma das mais angustiantes em face da realidade pernambucana. Um mulato de gênio, de origem humilde, mas que conseguiu adquirir sólida e objetiva cultura, chamado Antônio Pedro de Figueiredo, cognominado, pelos seus adversários, de "Cousin Fusco", pelo fato de ter traduzido a *História da Filosofia* de Victor Cousin e de ser mestiço (18), traça-nos, nas páginas de sua revista *O Progresso*, publicada do 1846 a 1848, o quadro real de uma situação rural desajustada, a exigir modificação urgente e radical (19).

---

(17) Ver *Um Engenheiro Francês no Brasil* (2 vols.), 2.ª edição, Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1960.

(18) Foi o escritor Gilberto Freyre quem, em *O Nordeste*, chamou a atenção do meio intelectual brasileiro sôbre o vulto admirável do "Cousin Fusco". É verdade que Alfredo de Carvalho já o tinha estudado, mas cabe ao autor de *Casa Grande & Senzala* o mérito de ter projetado o mulato socialista como uma figura marcante na história do intelectualismo revolucionário brasileiro.

(19) Ver *O Progresso*, reedição, Imprensa Oficial, Recife, 1950.

Afirma êle:

"A maior parte do território da nossa província está dividida em grandes propriedades, fragmentos das antigas sesmarias, das quais mui poucos hão sido subdivididos. O proprietário ou rendeiro ocupa uma parte delas, e abandona, mediante pequena paga, o direito de permanecer n'outra e de cultivá-la, a cem, duzentas e algumas vêzes a quatrocentas famílias de pardos ou prêtos livres, dos quais êle se torna protetor natural; mas dêles também exige obediência absoluta, e sôbre êles exerce o mais completo despotismo. Daí resulta que as garantias da lei não são para êsses mal-aventurados, que entretanto compõem a maior parte da população da província, mas para êstes proprietários, dos quais 3 ou 4, reunidos pelos laços de sangue, da amizade ou da ambição, bastam para aniquilar, numa vasta extensão de terreno, as fôrças e influência do govêrno. Assim, êstes novos barões feudais, quando suas propriedades se acham muito distantes da capital da província, vivem numa independência quase completa (...). Êste regime arbitrário provém da organização atual da propriedade no interior (...). Matai o despotismo na pessoa da grande propriedade territorial."

É curioso observar como, há mais de um século, um pensador lúcido e objetivo percebeu a importância do problema rural em Pernambuco e advogou soluções que implicavam numa reforma agrária — assunto de tanta atualidade — como meio de sanar o profundo desnível social que dominava a Província, desnível gerador de tôda uma gama de inquietações políticas e sociais. Eis o que nos diz, na sua atualíssima revista:

"Hoje mais de 3/4 da população da nossa província se acha concentrada à beira do mar e numa profundeza de 10 a 15 léguas; mas lá, quase com poucas exceções tôdas as terras pertencem a um pequeno número de grandes proprietários que delas mal cultivam uma mínima parte e recusam vender o resto. Daí vem que 200 ou 300.000 dos nossos concidadãos, mais porventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassalos do proprietário, cujos ódios, partido político & C., são obrigados a esposar. Neste fato da grande propriedade territorial, nesses novos *Latifundia*, deparamos nós a base desta feudalidade que mantém diretamente, sob jugo terrível, metade da população da província, e oprime a outra metade por meio de imenso poder que lhe dá esta massa de vassalos obedientes (...). Reconhecemos, numa palavra, que a divisão do nosso solo em grandes propriedades era a fonte da maior parte dos nossos males."

E, mais adiante, acrescenta:

"Desde o rio Abiaí até o rio Persinunga, se não possuirdes bastante riqueza com que comprar ou arrendar um engenho, ou outra grande propriedade, não achareis uma polegada de terra cultivável a comprar ou arrendar; e assim mesmo, os 9/10 das terras se acham incultas. Oferecer-vos-ão terras para cultivardes, mas sem garantia alguma, reservando-se o direito de vos despejar no outro dia, se assim convier. Aonde o homem não tem certeza de gozar dos frutos do seu trabalho, êle não trabalha, por isso o morador do engenho mal planta alguma roça em roda do seu mucambo, e, receando a cada instante ser despejado, vive de almocrevar os açúcares do dono da terra (...). Se possuirdes 30 ou 40 contos de réis, então podereis comprar um engenho; mas se sois pobre, e quiserdes comprar ou arrendar algumas gérias de terra,

não achareis! É isso o que faz que a população improdutiva das cidades, a classe dos solicitadores de empregos públicos, se aumente todos os dias."

O velho Nabuco de Araújo chegou a afirmar: "Enumerai os engenhos da província e vos damos fiança de que um têrço dêles pertencem aos Cavalcanti". Evidente comprovação do quanto pesava a família beneficiada na estrutura econômica e política da região.

O problema agrário refletia a existência de uma arcaica e defeituosa estrutura social que remontava à Colônia, estrutura verdadeiramente feudal que iria provocar conflitos e embates árduos em face do surgimento e expansão da classe média, impossibilitada de voltar-se para a agricultura nas mãos de latifundiários todo-poderosos e influentes. Latifundiários — a velha aristocracia rural — monopolizadores da terra, e, como conseqüência disso, do poder político.

O monopólio do comércio

Ao lado disso a vida urbana não ajudava a classe média incipiente. O comércio, a que ela poderia aspirar, se encontrava exclusivamente nas mãos dos portuguêses. E não sòmente o comércio; até a pequena indústria e o artesanato. Denuncia Antônio Pedro de Figueiredo:

"O comércio de grosso trato exige grandes capitais e por isso se acha nas mãos dos capitalistas europeus. Quanto ao comércio a retalho, que entre nós tem por base o crédito e poderá oferecer preciosas saídas a grande número de nossos concidadãos, ora reduzidos ao papel de solicitadores de empregos públicos, está sujeito ao mais exclusivo monopólio de fato dos antigos colonizadores do país."

Borges da Fonseca, na sua curiosa ortografia, declara em seu jornal O *Nazareno*, de 25-11-1843:

"Temos o comércio vasilante e sem fé, expostos todos ao caprixo do mais forte, e do bancarroteiro; temos as artes q'iam nasendo mortas ao nasedouro, por esa barbara concurrensia estranjeira, de modo q' o estranjeiro já nos importa telha, tijolo e cal, de modo q' nossos sapateiros, alfaiates, ferreiros & C., já não podem tirar o mesquinho lucro da mão d'obra, porq' o estranjeiro enxe o mercado de sapatos & C., mais barato."

Outro jornalista, Inácio Bento de Loiola, em seu jornal nacionalista e jacobino, *A Voz do Brasil*, de 29-1-1848, argumenta:

"Não menos de seis mil casas de comércio a retalho se acham em Pernambuco, e tôdas elas de estrangeiros: assim — lojistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapicheiros, açucareiros, padeiros, casas de roupa feita, de calçado, funileiros, tanoeiros & tudo é estrangeiro. Cada uma dessas casas tem 3 a 4 caixeiros todos portuguêses; calculemos porém a dois, e teremos doze mil caixeiros, com seis mil patrões, dezoito mil portuguêses que nos excluem do comércio. Os fundos com que êles comerciam são nominais, que êles tôdas as compras fazem aos negociantes de grosso trato a prazos. Se pois êsse direito fôsse exclusivo dos brasileiros, direito que se guarda religiosamente nas outras nações não estariam acomodados dezoito mil pernambucanos? E notai que até hoje cargueiros são portuguêses."

E, no n.º de 17-3-1848, aduzia: "Existem na rua da Praia para mais de 120 marinheiros (20) no comércio de carne-sêca, e apenas 3 brasileiros".

O binômio de Nabuco

Por isso dizia Nabuco, fixando o binômio que provocava todo o desequilíbrio social na província:

"O povo acreditava ter dois inimigos que o impediram de ganhar a vida e adquirir algum bem-estar: êsses inimigos eram os portuguêses, que monopolizavam o comércio nas cidades, e os senhores de engenho que monopolizavam a terra no interior" (21).

As perturbações de ordem política que se vão apresentar na vida provincial não terão sòmente como causa as eternas e constantes rivalidades de grupos sequiosos de mando; vão ser agravadas com reivindicações de fundo social, resultantes do estado de desajustamento imperante. Os líderes das facções políticas irão explorar a insatisfação da massa e procurar guiá-las em seu benefício. Sobretudo depois que a Revolução de 1848 explodiu, em fevereiro, em Paris, lançando uma nova perspectiva para o mundo, integrando-o naquilo que se chamou *le printemps des peuples*. Muita razão militou em Nabuco quando, diante do panorama apresentado pela Província, conceituou: "A política complicava-se com o fermento socialista".

A oposição antioligárquica

Contra a oligarquia dominante foram, com o tempo, reunindo-se os restos dispersos dos antigos "chimangos", destroçados pela derrocada de Feijó, e procurando reorganizarem-se com possibilidades de irromperem como fôrça oposicionista ponderável e estruturada.

Surgiu, então, O *Diário Nôvo*, aparecido em agôsto de 1842, sob a direção de Luís Inácio Ribeiro Roma — um dos irmãos Roma — e João Batista de Sé e que foi aglutinando aquêles que não rezavam pela cartilha Cavalcanti. Depois de setembro de 1844 recebeu o comando do General José Inácio de Abreu e Lima que veio do Rio especialmente com essa incumbência, ainda contando com a colaboração de Joaquim Nunes Machado, Filipe Lopes Neto, Urbano Sabino e Félix Peixoto de Brito e Melo. Pela circunstância de ter sido o periódico instalado na rua da Praia receberam os seus adeptos, dos adversários, o epíteto de "praieiros" e a própria facção ficou conhecida com o nome de Praia. Por sua vez os defensores da dominação Rêgo Barros foram por êles crismados, a princípio de baronistas ou de trapicheiros — o Barão da Boa Vista possuía, no município do Cabo, um engenho chamado *Trapiche* — e depois de guabirus, designação que os sagrou.

---

(20) Assim eram denominados os portuguêses.

(21) *Um Estadista do Império*, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1936, tomo I, pág. 75.

Em dezembro de 1842, outro jornal de mesma orientação, embora de tática mais combativa, extremada e panfletária, vai entrar na liça, fortalecendo a incipiente oposição: O *Guarda Nacional*, dirigido pelo professor da Faculdade de Direito, nessa época em Olinda, Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares.

Principia, assim, o embate que, de comêço, se manifestando no campo da imprensa, irá depois transformar-se numa pugna política das mais renhidas, até chegar ao recurso último das armas, provocando a mais sangrenta e prolongada das revoluções libertárias pernambucanas.

A imprensa baronista

Do lado oposto, os situacionistas tinham o seu baluarte no *Diário de Pernambuco* — chamado de *Diário Velho*, em contraposição ao órgão praieiro — em O *Artilheiro*, redigido por João Batista de Sá — que, trânsfuga, abandonara O *Diário Nôvo* — e finalmente em O *Lidador*, nascido em março de 1845, contando com uma equipe do quilate de Antônio Peregrino Maciel Monteiro, José Tomás Nabuco de Araújo e Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. Sòmente em agôsto de 1848 é que, na mesma linha política, vai aparecer *A União*, com a mesma equipe, acrescida do Padre Pinto de Campos, de José Bento da Cunha Figueiredo e de Paula Batista.

Outros jornais, jornalecos e pasquins — muitos dos quais de efêmera vida — vão despontar, tumultuando, ainda mais, o ambiente já tumultuário da Província, onde não perecera "o maligno vapor pernambucano". A época foi, aliás, uma das mais férteis da vida jornalística pernambucana, sucedendo-se, com impressionante rapidez, periódicos que, muitas vêzes, ficavam reduzidos ao primeiro e único número.

A situação da classe média

Difícil se afigurava a situação da nascente classe média. Não encontrava oportunidade de voltar-se para a agricultura na mão dos *terratenientes*, dos grandes senhores rurais, sob cuja tutela viviam os modestos camponeses que conseguiam, como rendeiros, a esmola de uma pequena porção de terra para explorar. Nabuco de Araújo acha, no seu panfleto *As Eleições para Senadores*, que os moradores dos engenhos "desde tempos imemoriais têm considerado aos senhores de tais propriedades como seus sustentáculos e protetores, que hão sempre tido para com êstes um justo respeito reverencial" e justifica que "os senhores de engenho pelo legítimo uso de sua propriedade têm o direito de expelir de suas terras os moradores que lhes não agradam". E isso é afirmado por um homem que, muito embora ligado à situação dominante, se revela um espírito lúcido e até, em certos pontos, dotado de mentalidade progressista em face do tempo. Diante do obstáculo intransponível que a exploração da terra se lhe apresentava, voltavam-se os componentes da classe média e de um proletariado em gestação, para a atividade mercantil, concentrada no meio urbano. Mas a burguesia citadina que se deveria, lògicamente, mostrar, pela sua própria gênese, mais aces-

sível e menos eivada de preconceitos, dos velhos preconceitos coloniais, resultantes da formação patriarcal e aristocrática da nobreza do canavial, não reagia favoràvelmente a essas aspirações. Em lugar de uma sociedade aberta — característica específica da estratificação burguesa — apresentava-se com feição de sociedade fechada, como acontece na estrutura social da aristocracia. A antiga sujeição colonial, a posição de donos da terra, de usufrutuários das vantagens que a colônia lhes concedia, faziam com que os reinóis ainda se considerassem algum tanto senhores em relação a um território ultramarino que lhes pertencera e que se tinham acostumado a sugar desabridamente. Gozando das regalias que a benévola política de Pedro I lhes outorgara, monopolizavam, por completo, o comércio e as atividades industriais, cerrando aos nativos o ensejo de se dedicarem a uma profissão garantidora de sua subsistência.

E o problema social se esboça de modo gritante a impressionar a mente de certos líderes políticos, uns movidos por interêsses subalternos e eleitorais, mas outros impelidos por preocupações idealistas.

A Praia

O recém-fundado partido praieiro possuía, em seu seio, muitos remanescentes do liberalismo, temperado com inclinações radicais, da fase regencial. Vários representavam aspirações progressistas e avançadas. De Nunes Machado, assim como de Félix Peixoto de Brito e Melo, partiu a idéia de um projeto de lei na Assembléia Geral no sentido da nacionalização do comércio. Da obrigatoriedade da existência de caixeiros nacionais nos estabelecimentos comerciais.

Filipe Lopes Neto, outro prócer do partido, se tinha diplomado em Direito pela Universidade de Pisa, forçado a sair da Academia de Olinda, em grande parte, pela afoiteza de seu pensamento nada acomodado ao conservadorismo de então. Tornou-se, de volta, um adepto da doutrina falansteriana de Fourier.

Do General Abreu e Lima sabe-se, por demais, da sua orientação ideológica socialista, desenvolvida intensamente em seu jornal *A Barca de S. Pedro*, tendo escrito um livro intitulado significativamente *O Socialismo*, a primeira obra, com êste título, a ser publicado no nosso país.

E é preciso lembrar que, muito embora não filiado à Praia, e até por ela hostilizado, o conteúdo doutrinário da revolta e as reivindicações apresentadas como seu programa se identificam com a pregação cultural de Antônio Pedro de Figueiredo, intelectual socialista e republicano, não ligado a nenhuma das duas agremiações políticas imperiais, não obstante ser amigo pessoal do Barão da Boa Vista que, coisa curiosa em face de tanta paixão partidária, respeitava os seus ideais e as suas convicções.

O tempo da gestação e do desenvolvimento do partido praieiro coincide com um dos momentos de maior infiltração e expansão do pensamento socialista em nosso meio. Reflexo evidente da ação de Vauthier e da

própria conjuntura européia, sobretudo francesa, onde medrava um socialismo romântico ou utópico impulsionado por um Proudhon, por um Fourier ou por um Owen.

A elite intelectual do Recife estava impregnada, uns de modo mais moderado, outros de modo mais avançado, do espírito de reforma social e de soluções mais consentâneas com os prementes problemas da sociedade. Por isso dizia o "Cousin Fusco": "Que são as reformas políticas sem as reformas sociais? Uma máscara e nada mais".

No grupo da nossa *intelligentsia* — tomando-se o têrmo na sua verdadeira acepção sociológica — avulta a figura de Antônio Borges da Fonseca, verdadeiro representante dessa *intelligentsia*, pois à qualidade de doutrinário reunia a de homem de ação, capaz, como o fêz, de defender as suas idéias com destemor nas páginas do seu jornal, mas também capaz de defendê-las, com o mesmo destemor, numa barricada. Não pertencia ao partido praieiro, como, do mesmo modo, não se filiava ao guabiru. Republicano e socialista, fazia parte da terceira fôrça que, apesar de limitada a uma minoria, onde se contavam um João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão, o "Barros Vulcão", como era chamado, Afonso de Albuquerque Melo, Inácio Bento de Loiola, exercia, pela sua doutrinação e combatividade, influência nada desprezível no processo revolucionário pernambucano. O debate das idéias mantém-se vivo no campo jornalístico que se torna o grande veículo para a propaganda das doutrinas, que irão enformar a revolta próxima a estalar.

Borges costumava declarar que "só tinha compromissos com o povo" e, por isso, sem filiação com os dois grandes partidos do Império, não trepidava, como não trepidou, em tomar posição decidida quando a revolução explodiu. Posição ao lado do povo. Dêle afirma Nabuco pertencer "à escola dos que para servir à causa popular reputam todos os meios legítimos". Mesmo unindo-se aos antigos adversários.

Nascida a Praia como uma expressão de rebeldia contra a oligarquia Cavalcanti, aparecia naturalmente revestida de caráter popular e para conseguir destruir a máquina montada pela oligarquia tinha que possuir um sentido populista bem acentuado, incitando o espírito de luta do povo contra os dois elementos que sustentavam o "gótico castelo Rêgo Barros Cavalcanti": o latifúndio abusivo e desumano e o monopólio comercial lusitano a reviver a brutalidade do colonialismo extorsivo.

Nabuco conta que o Visconde de Camaragibe dissera ao Conselheiro João Alfredo que "a Praia tinha tirado aos conservadores nove décimos da população, e que o cavalcantismo tinha degenerado pelo crime dos feudatários, senhores de engenho".

É compreensível que elementos da cúpula do partido praieiro tivessem intuitos puramente políticos, almejando ùnicamente a conquista das posições de mando e até se arreceassem do rumo reformista e populista que a Praia

estava tomando. Mas não seria possível conter a impetuosidade do movimento praieiro a explodir que Nabuco consagra como "a fôrça de um turbilhão popular".

A ala radical do partido — os chamados "Cinco Mil" (22) — operava, por intermédio de líderes atuantes, como o Frade João Capistrano de Mendonça ou o jornalista Inácio Bento de Loiola, junto à massa, despertando--lhe e estimulando-lhe o potencial revolucionário.

Torna-se imprescindível não esquecer a estrutura original da Praia que lhe dá um aspecto *sui generis* dentro da organização partidária do Segundo Reinado. Nabuco percebeu, como ninguém, o fenômeno, quando informou:

> "Os praieiros têm uma história política singular. Êles não eram liberais doutrinários, como foram posteriormente os liberais de Pernambuco (...). O partido praieiro foi um partido sem direção e sem disciplina, porque pròpriamente não foi senão um movimento de expansão popular."

A queda da situação conservadora

A 2 de fevereiro de 1844 cai a situação conservadora dominante com a subida do gabinete chefiado por Almeida Tôrres, o futuro Visconde de Macaé. Voltavam os liberais ao poder.

Mas em Pernambuco não se processou modificação favorável à facção presumidamente vitoriosa. É verdade que o Barão da Boa Vista deixou o govêrno; mas, à rápida presidência de Joaquim Marcelino de Brito, sucede, como se fôsse um acinte e uma provocação; a presidência de Tomás Xavier Garcia de Almeida, o carrasco dos confederados de 24. Era como que um insulto aos brios pernambucanos, aos seus sentimentos liberais ainda embebidos do sacrifício de seus mártires.

Transforma-se, porém, o equilíbrio das fôrças políticas na Província. Apesar do contrôle das posições exercido pelos guabirus, não fôra possível deter a avalanche popular e as eleições à Assembléia Geral deram, como resultado, numa bancada maciçamente praieira. E essa bancada, num golpe político hábil, junta-se ao chamado "Clube da Joana", onde pontificava Aureliano Coutinho, ameaçando, caso não fôsse atendida nas suas pretensões, a estabilidade do gabinete. Como conseqüência dessa manobra veio despachado como presidente para Pernambuco o Desembargador Antônio Pinto Chichorro da Gama, conhecido pelas suas inclinações radicalmente liberais e pessoa de confiança dos praieiros. A sua gestão se estende de 11 de julho de 1845 até 19 de abril de 1848 e, conforme muito bem disse Nabuco, ela "assinala o pleno domínio da Praia".

---

(22) Ver *O Sentido Social da Revolução Praieira*, Amaro Quintas, 3.ª edição, Recife, Imprensa Univeristária, 1961, págs. 45 e segs.

Chichorro desmonta a máquina construída pelos guabirus, desorganiza tôda a estrutura política que êles armaram e enèrgicamente — a sua energia já tinha sido comprovada, sendo êle Ministro do Império, no caso da prisão de José Bonifácio — age contra os poderosos senhores de engenho. Abre inquéritos, devassa engenhos — um dêles, *Pindobinha*, pertencente a um maioral guabiru, parente do Barão da Boa Vista, era povoado de escravos roubados — e faz a sua polícia reprimir antigos e usuais abusos. Nabuco de Araújo dela se queixa, referindo-se à mutação que se operou nas grandes propriedades rurais, onde os moradores

"que se uniam aos senhores de engenho pela fôrça do hábito, pela influência dos costumes antigos, pelos laços de gratidão, antes quiseram votar com a polícia que os aterrava do que com os seus patronos naturais que os sustentavam (...). A polícia destruiu assim a justa relação que existia entre os proprietários dos engenhos e os seus moradores, alterou os costumes, e só produziu males, porque tais homens não podem mais ficar nos engenhos, que atraiçoaram de certo modo."

É uma confissão tácita que o velho conselheiro faz do despotismo exercido pelos latifundiários sôbre os seus agregados, reduzidos à contingência de escravos, e é, ao mesmo tempo, o brado de revolta de um representante desta classe espoliadora que se vê ameaçada na costumeira exploração até então imperante, mercê de um regime agrário feudal.

O ano de 1848

1848 foi um ano marcante na história da humanidade. Nêle principiou a série das revoluções contemporâneas, revoluções de sentido não sòmente político, mas visando transformações na estrutura da sociedade. Aquela "espécie nova", a que alude Victor Considerant, o proletariado, começa a surgir como fator importante na dinâmica social. Ano da Revolução de Fevereiro na França, que tão grande ressonância vai apresentar no mundo inteiro, refletindo-se em vários países da Europa, foi saudado, tal a perspectiva de esperanças que trazia de uma vida melhor, de uma vida mais humana, como "a primavera dos povos". Foi, também, e no mesmo mês de fevereiro, o ano do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels que pode ser classificado no rol dos livros que têm mudado a face da Terra e que pode ser considerado o fator primordial daqueles "dez dias que abalaram o mundo", da frase de John Reed.

Não iríamos ficar imunes à repercussão que os acontecimentos franceses provocaram. Quer os de fevereiro, quer os de junho, sufocados pelo pulso de Cavaignac (23). Nabuco esclarece: "A proclamação da república em França havia agitado o nosso mundo político em suas profundezas". E, mais adiante, antecipa as conseqüências futuras dos sucessos franceses: "tôdas as nossas revoluções foram, dir-se-ia, ondulações começadas em Paris".

(23) Ver Amaro Quintas, *O Espírito "Quarante-Huitard" e a Revolução Praieira* (Separata do n.º 40 da *Revista de História*), S. Paulo, 1960.

Decorrera agitado o govêrno de Chichorro da Gama, agitação conseqüente ao desajustamento reinante na Província e à excitação dos espíritos provocada pelos antagonismos políticos. A inquietude que vicejava em Pernambuco, vinda de há muito, tendia a agravar-se em face da situação européia que sofria os impactos trazidos pela revolução industrial e suas implicações econômicas e políticas.

Tornavam-se constantes no Recife os motins e tumultos, como os "fecha-fecha" de setembro de 1844 e de setembro de 1845 e os "mata-mata" de dezembro de 1847 e de junho de 1848 (24), sendo o primeiro anterior, e o último posterior à presidência de Chichorro. Motins e tumultos que punham em polvorosa a vida da cidade e prenunciavam a revolução próxima.

Em 2 de abril de 1848, em plena situação liberal, é exonerado Chichorro e nomeado para substituí-lo o Padre Vicente Pires da Mota. Entra-se, de aí em diante, em perfeita fase pré-revolucionária. Ingressa-se num período convulso e semelhante aos pródromos da Convenção. A instabilidade que se sucede à saída de Chichorro, por conseqüência, de 19 de abril até o deflagar da revolta em 7 de novembro, traz um verdadeiro séquito de presidentes e vice-presidentes incapazes de agüentarem-se no pôsto diante da tormentosa conjuntura: Manuel de Sousa Teixeira, Vicente Pires da Mota, Domingues Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, Antônio da Costa Pinto e Herculano Ferreira Pena. Em menos de 7 meses, 5 governantes ocuparam a direção do Executivo provincial.

A reação conservadora

Paula Sousa, "o liberal mais sincero e mais puro da nossa política" no dizer de Nabuco, doente e desiludido, demite-se, com êle caindo o ministério liberal e subindo ao poder o elemento adverso, dirigido pelo mesmo Pedro de Araújo Lima, o Visconde de Olinda — que em 19 de setembro de 1837 inaugurara outra etapa conservadora —, feito agora chefe do gabinete de 29 de setembro de 1848. A repressão de junho que, na França, contivera e abatera os radicais, dera nôvo alento à reação conservadora, deixando-a não mais temerosa dos ecos dos acontecimentos franceses. Bem percebeu Nabuco o fato: "O efeito da Revolução de Fevereiro em França estava gasto".

Pernambuco, que já estava dando demonstração de franca revolta sòmente com a saída de Chichorro da Gama, embora persistindo a situação liberal, atinge o clímax do processo revolucionário com a ascensão da corrente antagônica. É o quadro traçado por Nabuco: "O estado da Província era quase revolucionário. A Praia, que tinha querido revoltar-se durante a própria situação liberal, quando se deu a substituição de Chichorro, não vacilaria em fazê-lo estando no govêrno os seus adversários".

(24) Diferenciavam-se os "fecha-fecha", explosões que eram de aspecto puramente político, dos "mata-mata", que apresentavam caráter nìtidamente social.

Herculano Ferreira Pena, o mineiro que vinha, nomeado pelo gabinete reacionário de Olinda, governar a Província em 17 de outubro do mesmo ano de 1848, não era o homem indicado para o momento. Não possuía a habilidade, a energia e a projeção política nacional, que, talvez, tivessem sustado o caudal revolucionário.

Uma quadrinha, publicada no *Diário Nôvo* de 17 de novembro, um mês exatamente depois da sua posse, dêle motejava:

"Quem fôr para Pernambuco
Leve contas pra rezar
Pernambuco é purgatório
Onde a gente vai *penar*."

O apêlo às armas

A 7 de novembro começa em Olinda o movimento armado. Como um rastilho, a revolução se estende por tôda a Província. Ganha o Norte, o Centro e o Sul e até no sertão repercute, indo atingir Flôres e Floresta. Sucedem-se os combates. Maricota (hoje denominada Abreu e Lima), Mussupinho, Cruangi — o mais renhido e sanguinolento de todos êles — destacam-se no desenrolar do conflito.

Em Água Preta o Capitão de Artilharia Pedro Ivo Veloso da Silveira, neto de um herói de 17, e dotado de idéias liberais avançadas, tendo-se revelado na campanha praieira um grande estrategista e seu verdadeiro chefe militar, domina tôda a região circunvizinha.

Surgira, entretanto, a revolta como uma explosão inesperada, não ordenada, nem planejada. Não era desejada, nem aprovada pela cúpula do partido que pretendia, aproveitando-se da fraqueza eleitoral dos guabirus e do próprio ministério, retornar breve ao poder. Acresce, ainda mais, como confessa Nabuco, que muitos líderes desta cúpula

"não podiam partilhar os princípios nem adotar as maneiras da secção extrema da Praia. Cada palmo que os jacobinos conquistavam sôbre o liberalismo conservador, em que se formaram os homens do período constitucional, produzia uma defecção das fileiras praieiras para as de Ordem. É duvidoso se a massa do partido de 1848 não estava já convencida da insuficiência dos seus chefes". E argumenta o autor de *Um Estadista do Império*: "A revolta era inevitável, não porque os chefes políticos da Praia a promovessem, mas porque eram impotentes para dominar os seus correligionários (...). Os chefes deixavam levar-se pelo instinto das multidões que formavam o seu séquito, em vez de guiá-las e de procurar o modo prático de satisfazer, na medida do possível, o mal-estar que elas sentiam".

Percebe-se, claramente, o seu temor ante os excessos e tendências avançadas da ala radical da Praia que êles próprios, de início, insuflaram, com intuitos meramente políticos. Ia ser assim, na história das revoluções pernambucanas, não um movimento de cima para baixo, mas, ao inverso, de

baixo para cima. Não foram os líderes da cúpula partidária que a provocaram, mas sim os líderes populares. Colhidos pela surprêsa do levante, tentaram ainda os elementos de direção contê-la; mas era tarde. "A indócil massa popular que alicerçava o partido", conforme a classifica Alfredo de Carvalho (25), já a empolgara, já a impulsionara, já a lançara pelos quadrantes da Província. O estopim encontrara um terreno fecundo.

Os deputados praieiros retornantes aos seus pagos, em vista do adiamento, decretado pelo gabinete conservador, dos trabalhos legislativos, vinham, dentre êles Nunes Machado, com o propósito de deter a conflagração. Mas foram arrastados pelo "turbilhão popular" e outra atitude não lhes restava, se não queriam ficar à margem da vida política, que aceitar e procurar imprimir-lhe direção, receosos de que outros, mais audazes e adventícios, colhessem os louros da vitória e o comando do partido.

Desde o primeiro momento Antônio Borges da Fonseca, "revolucionário em disponibilidade", se pusera ao lado dos levantados, embora o govêrno provincial tudo envidasse para atraí-los às suas fileiras. E desde o primeiro momento se vai sentir a sua extraordinária capacidade de liderança e a ordenação doutrinária que vai imprimir à rebelião, nascida sem um programa definido, nem um rumo preciso. As reivindicações formuladas no *Manifesto ao Mundo* de 1.° de janeiro de 1849, assinado pelos chefes militares praieiros, onde se nota a influência ideológica da Revolução de 1848, foi de sua inspiração e de sua lavra.

A repressão

Compreendendo não ser Herculano Pena o homem aconselhado para momento tão difícil e grave, nomeia o gabinete o baiano Manuel Vieira Tosta, futuro Marquês de Muritiba — o Cavaignac brasileiro, como foi crismado —, para governar Pernambuco conflagrado. Traz o nôvo presidente, como Comandante de Armas, o já conhecido Brigadeiro José Joaquim Coelho, depois Barão da Vitória.

Tentam os praieiros, no dia 2 de fevereiro de 1849, um ataque ao Recife, contra a opinião de seu maior estrategista, o Capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira. Mas, predominando o ponto de vista do comandante nominal, Félix Peixoto de Brito e Melo, feito general-chefe pelo fato de possuir patente superior a Pedro Ivo — Félix Peixoto combatera na Bahia contra Madeira de Melo, reformando-se, depois, no pôsto de major — realiza-se a operação. Efetua-se o ataque por duas colunas — contrariando o plano de Pedro Ivo que aconselhava uma ofensiva pelos Afogados, com uma só coluna — que arremeteriam contra a cidade pelo Chora-Menino e pelos Afogados.

---

(25) *Annaes da Imprensa Periodica Pernambucana de 1821-1908*, Recife, Typographia do "Jornal do Recife", 1908, pág. 174.

A marcha que o exército praieiro realizou da Água Preta à Capital foi um feito revelador das altas qualidades militares de Pedro Ivo, que, em manobra hábil, conseguiu iludir totalmente o chefe adverso, o Brigadeiro José Joaquim Coelho, mantido, em frente de Água Preta, a tirotear contra alguns homens, enquanto o grosso da tropa praieira tomava sorrateiramente o rumo do Recife. Tão hábil se efetuou a diversão estratégica que, segundo informação do General Melo Rêgo, o próprio comandante legalista o elogiou.

Mas enquanto a coluna sob o comando de Pedro Ivo, que trazia como secretário Borges da Fonseca, em verdadeira *blitzkrieg* chegava, fulminantemente, às proximidades do Palácio do Govêrno, a outra, comandada diretamente por Félix Peixoto e trazendo o *staff* do partido, se detinha na Soledade onde, em combate com tropas abrigadas no quartel ali existente, perdeu, atingido por uma bala na testa, a figura de maior popularidade e prestígio em Pernambuco naquele tempo: Joaquim Nunes Machado.

A morte de Nunes Machado e a volta, a marchas forçadas, de José Joaquim Coelho que, tardiamente, foi avisado do lôgro em que caíra, provocaram a derrota dos atacantes.

Pode-se afirmar que a rebelião entrara em agonia. A energia e o vigor de liderança de Borges da Fonseca ainda mantiveram, por algum tempo, o penacho da Praia erguido. O "Repúblico", agora pràticamente na direção dos acontecimentos, empreende, com os remanescentes do exército batido, — Pedro Ivo seguira, com os seus restantes soldados, em grande parte índios, para Água Preta — uma ofensiva para o norte, conseguindo tomar Goiana e invadir a Paraíba, onde, fazendo junção com os elementos liberais, dentre os quais o futuro historiador Maximiano Lopes Machado, chega a atacar Areia.

Mas eram os últimos lampejos da campanha no seu setor mais importante. Repelidos da Paraíba, não tardou a consumar-se, com o desaparecimento dos chefes, o fim do processo revolucionário na zona de sua maior significação. Mortos uns, como Nunes Machado e João Inácio Ribeiro Roma, aprisionados vários, como Leandro César Pais Barreto, Henrique Pereira de Lucena e Filipe Lopes Neto, fugitivos outros, como Félix Peixoto e Manuel Pereira de Morais, só restava de pé o admirável espírito de luta de Borges da Fonseca. Mas êsse terminou quando da sua prisão, em seu pôsto de honra, na sua posição de irredutível lutador.

A guerra das matas

Ainda restava um reduto onde tremulava a bandeira da rebeldia. Pedro Ivo, o capitão lendário, que ficou consagrado no folclore nordestino e imortalizou-se na poesia de Álvares de Azevedo e Castro Alves, mantinha, em Água Preta, o facho dos ideais de 48. Conhecedor da topografia da região, embrenhando nas ínvias selvas do vale do Jacuípe, abrigando-se nos grotões e nos cimos das penedias, ressurge o espetáculo da guerra dos Cabanos. Um dos seus lugar-

-tenentes, Caetano Alves, tinha ocupado idêntico pôsto ao lado de Vicente de Paula.

É a luta de guerrilhas que reaparece, desta vez conduzida por um *condottiere* de reais méritos a infligir pesadas derrotas às fôrças imperiais. Os *partisans* da Praia apresentam-se invencíveis às arremetidas das tropas governistas, chegando a ameaçar a província das Alagoas, amedrontando as autoridades locais que concentram milícias em prováveis pontos de invasão e temem até, em virtude de aviso do presidente de Pernambuco, um ataque a Maceió.

Sòmente a traição consegue abater a resistência dos guerrilheiros, já que a fôrça das armas para isso se mostrava impotente.

Induzido pelos presidentes das províncias de Alagoas e Bahia, José Bento da Cunha Figueiredo e Francisco Gonçalves Martins — que importantíssima parte teve no caso — o pai de Pedro Ivo, Tenente-Coronel Pedro Antônio Veloso da Silveira, vai à presença do filho e, sob promessa de anistia plena e geral, obtém, a custo de súplicas e admoestações, a submissão do intrépido chefe guerrilheiro.

O Capitão da Praia

Indo para o Rio é lá, porém, atraiçoado e jogado prêso na fortaleza de Santa Cruz, onde repele altivamente a anistia humilhante que lhe foi imposta, sofrendo por isso sentença condenatória, sendo, depois, transportado para a Laje e de onde, com auxílio de proeminentes figuras do Partido Liberal, realiza, em 20 de abril de 1851, fuga rocambolesca, repleta de peripécias semelhantes a páginas tiradas de romances de aventuras.

Quando seguia, secretamente, em navio estrangeiro, rumo à Europa, falece Pedro Ivo em águas pernambucanas, sendo o corpo atirado ao mar. E assim termina o capítulo final da Revolução Praieira — que foi também a última do Segundo Reinado — com a morte daquele que mereceu ficar na História com o nome de "o Capitão da Praia".

CAPÍTULO II

A BAHIA — 1808-1856

O começo do século: nova era

A ESTADA do Príncipe Regente, durante 33 dias na Bahia, em começo de 1808, marcou o início de uma nova era. Medidas de ordem administrativa e política sem tardança definiram o objetivo da Coroa Portuguêsa de vir fundar um "grande império", não disfarçando o propósito de longa ou mesmo definitiva permanência na América portuguêsa. Quando em 26 de fevereiro deixava D. João as plagas baianas, nelas ficavam marcos de novos tempos. Além de mercês, favores e benignidades, que alçavam classes e pessoas da sociedade local e visavam ao bem-estar e progresso da Capitania, fundou-se a Escola Médico-Cirúrgica — emancipação da cultura e germe de universidade; licenciaram-se fábricas — emancipação industrial; abriram-se os portos e libertou-se o comércio — alforria econômica e embrião de "independência", ligada à Bahia a famosa carta régia de 28 de janeiro de 1808, não apenas porque ali solicitada, redigida e expedida, como ainda pela indubitável colaboração de um grande baiano, o gênio da colônia, economista José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu.

Efeitos da abertura dos portos. Evolução da Bahia, de 1808 a 1821

Falhas ainda, e a completarem-se pouco a pouco, as estatísticas não dizem tudo o que lhes perguntamos acêrca dos efeitos imediatos da Abertura dos Portos na Bahia. Certo, porém, a mais das econômicas e comerciais, houve conseqüências sociais, pelo advento de grande número de negociantes estrangeiros, especialmente inglêses, portadores de novos hábitos e através da facilidade das visitas de forasteiros ilustres, que traziam e revelavam cultura. E ainda políticas, pelo desembaraçado acesso das idéias, por via de livros e jornais, agora mais fàcilmente trazidos aos ávidos leitores da Província.

A partir de 1809 decorre na crônica e evolução baianas um cheio período que vai até 1821.

O Conde da Ponte, que governava a Capitania ao aportar o Príncipe, e a quem êste dirigira a memorável carta régia, morreria um ano depois, sucedido por um triunvirato. Durante essas duas administrações instituem-se companhias de seguro, começa-se a construção do teatro, tomam-se medidas de defesa a possíveis ataques dos franceses, erigem-se vilas e

criam-se juizados de fora. Em 1810 toma posse o Conde dos Arcos, durante cujo esclarecido e útil govêrno se arrola um longo catálogo de atos, obras e estímulos, a que se juntam empreendimentos particulares, desligados de qualquer auxílio ou influência oficial, tudo o que compõe o panorama de uma época excepcional de aperfeiçoamento, desenvolvimento, riqueza e cultura locais.

Difunde-se o ensino com a criação de numerosas escolas por tôda a Província, e de cadeiras de gramática latina, primeiras letras, agricultura, química, música, farmácia, além de uma aula pública de comércio. Instalam-se tipografias como a de Manuel Antônio da Silva Serva, que numerosíssimos livros passa a editar, mesmo depois da morte do fundador; circulam a *Idade d'Ouro do Brasil*, o segundo jornal, e as *Variedades*, a primeira revista literária no país. Com a colaboração de Pedro e Alexandre Gomes Freire e Francisco Agostinho Gomes funda-se a Biblioteca Pública (13 de maio de 1811). Abre-se o Passeio Público e se instala em um dos mais belos palácios do país a Praça do Comércio (28 de janeiro de 1817). Fortificações; uma fundição; construções de fragatas, barcas e canhoneiras; o início da abertura do canal de Jequitaia-Papagaio; a extinção das antiquadas e inestéticas rótulas em obediência a prescrições da Câmara — são providências e realizações de caráter militar e melhoramentos urbanos.

Enquanto se aliviam os escravos de duras severidades estatuídas pelo Conde da Ponte, dissemina-se a vacina antivariólica. Entram na linha dos projetos e dos fatos: estradas para o sertão e para as Minas Gerais e a navegação do Jequitinhonha. Visitantes ilustres: Maximiliano de Wied-Neuwied, Martius e Spix são bem recebidos e ajudados.

Tudo isso, e mais, deixa na Bahia duradoura impressão. Maior seria o acervo de benemerências se a revolução de 1817, em Pernambuco, não conduzisse o administrador-mecenas à rija política da repressão e do castigo, através da violência das comissões militares e do trucidamento dos vencidos no Campo da Pólvora: o "Campo dos Mártires". Em verdade as prontas providências bélicas do Conde dos Arcos, expedições, terrestre e marìtima, partidas da Bahia, liquidam a revolução de 1817. E o governante que as adotara não pode ser execrado pela história, por havê-las tomado ou determinado. Onde sua memória se tisna é na criação das "Comissões Militares", que mais assassinavam do que julgavam, e nas execuções instantâneas dos padres Roma e Miguelinho, de Domingos José Martius e José Luís Mendonça.

Não devem ser levados, porém, ao passivo de D. Marcos de Noronha as medidas antiliberais, que tomou, por inspiração ou determinação alheia, tais como: a prisão, de junho a setembro ou outubro de 1811, dos jovens Navarro de Andrade e Domingos Borges de Barros (futuro Visconde da Pedra Branca) e João Pereira de Sousa Caldas, ao regressarem do estran-

geiro, suspeitos de expandirem idéias subversivas e virem na companhia de um emissário de Bonaparte; a apreensão de uma "imprensa" e caixas de tipos vindas de Londres.

O Governador Conde da Palma, que ao dos Arcos se seguiu (1818-1821), mostrou querer continuar na trilha do antecessor.

Eclosão da consciência política e de valôres individuais brasileiros

Com a vinda da Côrte e outras mil coisas novas, especialmente regalias, liberdades e descortinos, o brasileiro forrou-se do muito por que ansiava: a consciência política, confiança no papel que podia ou devia desempenhar na sua pátria... A tais sentimentos, ou coletivas atitudes, juntavam-se condições agora favoráveis à eclosão de valôres e podêres individuais. Como que o "nativo" se investia de plenas prerrogativas de discutir, julgar e governar. Os bacharéis e licenciados de Coimbra, os baianos cultos, alinhavam-se como magistrados e mestres, dirigentes, guias e... agitadores. As inteligências e erudições melhor se patenteavam; as capacidades se impunham aproveitadas com a ajuda da imprensa, em muitos casos mal e desordenadamente usada.

Revolução constitucionalista de 1821

Em novembro de 1820 chega à Bahia a notícia do movimento constitucionalista do Pôrto e Lisboa, e não tardam em manifestar-se tendências de apoio ao nôvo sistema, por parte de brasileiros e portuguêses do comércio; e tanto cresceu e desassombrou-se tal opinião, que pareciam de pouca valia cuidados e diligências moderadoras do Conde da Palma, e inevitável a revolução na Capitania. Formavam-se clubes; um grande agitador — Cipriano Barata — conspirava. Militares do Corpo de Artilharia demonstravam ânimo rebelde.

Estava a revolução ainda nessa fase de planos e adesões reservadas, quando, sabido que ao governador Conde da Palma fôra denunciada a conspiração e que o Conde de Vila Flor o viria substituir, tudo se precipita iniciando-se a ação na madrugada de 10 de fevereiro de 1821.

A aliciações e reunião de revolucionários no Forte de S. Pedro, segue-se a prisão, por êstes, do comandante da artilharia, Pires Borralho, enquanto eram libertados os detidos nos calabouços daquela fortaleza. Uma proclamação fala de despotismo derrotado em Portugal e traição e despotismo ainda vigorantes no Rio de Janeiro; agricultura, comércio e navegação arruinados; violentos tributos; corrupção de magistrados e pobreza do povo; miséria dos soldados. E exalta a missão dos militares: a emancipação do Brasil, então atado aos ferros da escravidão.

Ao amanhecer, o Corpo de Artilharia, agora sob o comando do brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, dispõe os canhões em pontos convenientes, e inicia a marcha para a Praça do Palácio. O governador vai pessoalmente aos quartéis e ordena às fôrças não rebeladas que, sob

o comando de Felisberto Caldeira Brant Pontes (futuro Marquês de Barbacena), buscassem a Piedade, no propósito de tomar o Forte de S. Pedro. Brant Pontes, intimado pelos sediciosos a retroceder, avança entretanto, exortando ao rebelde Veloso, que a nada atende, e cujos homens rompem fogo. Há mortos e feridos; debandam os de Brant Pontes, que escapa a cavalo para logo retomar a reação, pretendendo agora atacar as fôrças levantadas, que já ocupavam a Praça. Entrementes, o Marechal Luís Paulino Pinto da França aconselha a Brant Pontes ouvir o parecer de homens prudentes, que sem demora se reúnem na casa do Conde da Palma, opinando por ser "adotado o sistema constitucional que a metrópole propusesse, por assim o exigir a vontade pública".

Ao mesmo passo as fôrças revolucionárias engrossam, tomam posições, expandem-se. Elementos civis acorrem. Já não há possibilidade de resistência.

À notícia do resolvido na reunião sugerida por Luís Paulino segue-se a convocação da Câmara Municipal, cujo sino toca a rebate chamando o povo. A tropa estacionada na Piedade adere e, sob o comando de Luís Paulino, busca a Praça, para onde também se dirige o Conde da Palma, que do Palácio é conduzido à Câmara, para, em uma alocução, justificar o compromisso que presta a artigos ou itens do programa revolucionário. Cedia às circunstâncias, coagido; para afinal jurar obediência ao Rei, adesão à Dinastia, à Religião, à Constituição que fizessem as Côrtes e interinamente à de Portugal. Povo e tropa aprovam a indicação de uma Junta que, secretariada por Lino Coutinho, governaria a Província — "até que S. M. tenha solenemente jurado a Constituição". Na Praça o povo aclama: e logo invade os salões da Câmara para exigir e obter a inclusão de Manuel Pedro na Junta. O Conde da Palma, que, passados poucos dias, embarca para o Rio de Janeiro, recusa a presidência do nôvo govêrno. Em novas aclamações a massa popular promove ao pôsto de brigadeiro o Tenente-Coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, que logo se encarrega do govêrno das armas.

Com êsses sucessos se inaugura na política da Província a consulta pelos governantes, que assim dividiam responsabilidades, a "conselhos" de notáveis, convocados no decorrer de crises que interessavam à ordem pública; e o govêrno coletivo das "Juntas" que, até 1823, se sucederiam ou aclamadas ou eleitas, ou demitidas ou depostas.

A Junta — revolucionàriamente constituída — divulga uma proclamação e, logo depois, um manifesto, tendo o cuidado de naquele primeiro documento prometer aos militares aumento de sôldo, que não tardou em decretar. E entrou a agir com o ânimo premiador ou castigador, e reformador, dos governos instituídos por sedição. Foram atos seus mais notáveis a incorporação da Comarca de Sergipe e das margens do S. Francisco à Bahia; envio de fôrças a Sergipe, que não havia aderido ao movimento;

solicitação a Lisboa de tropas portuguêsas para a Província e providências para a eleição de deputados às Côrtes. Estas, do Reino, dentro de sua política de fragmentação regional do Brasil, ordenavam: " continue (a Junta) a dirigir suas cartas e representações ao govêrno estabelecido em Lisboa, como centro único da monarquia e assento da representação nacional e do trono português, donde receberá as competentes ordens, sem dependência do govêrno do Rio de Janeiro".

A 25 de maio, na igreja do Colégio (Catedral), juram-se solenemente as Bases da Constituição Portuguêsa; a 20 de junho, à passagem do Conde dos Arcos para Portugal, há desacatos, queima de seu retrato, impedimento de seu desembarque; a 3 de setembro realiza-se a eleição dos deputados baianos às Côrtes de Lisboa: Francisco Agostinho Gomes, José Lino Coutinho, Pedro Rodrigues Bandeira, Cipriano José Barata de Almeida, Domingos Borges de Barros, Luís Paulino de Oliveira Pinto da França, Alexandre Gomes Ferrão, vigário Marcos Antônio de Sousa.

A revolução de 1821 especialmente portuguêsa. Decepção dos baianos iludidos

A revolução de 1821 fôra levada a cabo, na Bahia, especialmente pelos portuguêses: elementos do comércio luso e a oficialidade militar, na sua maioria de reinóis. A colaboração dos brasileiros não pode dizer-se secundária, e até, o que houve de mais entusiástico no povo, foi provocado e encaminhado por um condutor, que então se revelou prestigiosíssimo: o baiano Manuel Pedro de Freitas Guimarães. Mas havia, no movimento, um frisante matiz europeu. Além da idéia constitucional, antiabsolutista e liberal — bandeira defendida com ardor por brasileiros e portuguêses —, êstes mal disfarçavam intuitos econômicos ou comerciais, inspirados em ressentimentos que exatamente visavam ao Brasil.

Tarde o perceberam os baianos; e poucos meses bastaram para as fôrças armadas, que na Bahia haviam levado a cabo, unânimes, o levante constitucional, se desavirem no conflito que separou lusos e americanos, nos chamados motins de Manuel Pedro, em fevereiro de 1822.

A disputa de postos de mando e comando entre reinóis e nativos abriu os olhos aos baianos, afinal ludibriados pelos que passaram a pretender tirar o Rei e a Côrte do Brasil e dividir o país em novas capitanias, com juntas governativas submissas às Côrtes lisbonenses, assembléia esta em cujos projetos e discussões logo se patenteou o intuito de cassar o que antes fôra outorgado ou conquistado, a principiar de 1808, pelo Brasil-Reino-Unido, econômicamente autônomo e, por assim dizer, cultural e polìticamente emancipado.

Pródromos da campanha da Independência. Violentas manifestações de antilusismo. Antecedentes dos motins de Manuel Pedro

O conhecimento do que ia ocorrendo em Lisboa, nas Côrtes, alentava separações e desenvolvia prevenções entre brasileiros e portuguêses. Exaltava-se o nativismo, sentimento inspirador do levante de 3 de novembro de 1821: tentativa frustrada de deposição da Junta; pronunciamento chefiado por militares, cujos nomes iriam aparecer repetidamente na crônica e na história, entre êles os Tenentes-Coronéis José Egídio Gordilho de Barbuda (futuro Visconde de Camamu) e Felisberto Gomes Caldeira, a quem uma proclamação da Junta, datada do dia seguinte ao conflito, destaca como separatista, "mal extinto partido *Felisbertino,* que não tendia menos que à perfeita cisão entre o Brasil e Portugal".

Contra o motim militar-popular, na Praça e dentro do Palácio e da Câmara, consegue a Junta reunir tropa e reagir, sendo presos os cabeças e mandados a Lisboa.

Era a primeira escaramuça do "partido da independência" e o comêço do ciclo de indisciplina militar, que duraria cêrca de 16 anos, pois, como seu último episódio, bem pode considerar-se a Sabinada, em 1837, sendo de reparar que um dos presos remetidos a Lisboa em 1821, João Carneiro da Silva Rêgo, seria o futuro vice-presidente do govêrno revolucionário, em 1837-1838.

Durante os dois meses finais de 1821 amiúdam-se incidentes entre portuguêses e brasileiros, especialmente militares, e a 31 de janeiro de 1822 realizam-se eleições para membros da nova Junta, criada pela Côrte de Lisboa. Em contraste com a anterior, tôda composta de portuguêses à exceção do secretário Lino Coutinho, passa a constituir-se só de brasileiros, salvo um reinol.

Havia a Junta pretérita tentado continuar no govêrno a fazer cabala com violência inclusive ao suspender a publicação do *Diário Constitucional,* periódico puramente brasileiro, enquanto permitia tôdas as liberdades à *Idade d'Ouro* e ao *Semanário Cívico,* órgão do partido português. Foi, pois, indubitàvelmente, a eleição da nova Junta uma derrota dêste partido e uma como afirmação da opinião pela Independência.

Madeira contra Manuel Pedro

Passados poucos dias estala gravíssima crise. A 11 de fevereiro chegara um navio com notícia da nomeação do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo para Governador das Armas; e a 15 aporta outro, com a confirmação do ato e a carta de nomeação. Apressa-se Madeira em tomar providências para a posse, dirigindo-se à Junta, à Câmara e aos comandantes de fortalezas e corpos de primeira e segunda linha. A Câmara põe dúvidas em registrar a carta de nomeação e dar-lhe o cumpra-se. Madeira promove a assinatura dos comandantes dos corpos em documento reconhecedor de sua autoridade Separam-se os militares em dois partidos — o português e o brasileiro.

êste capitaneado pelo Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, baldado o esfôrço conciliatório da Junta. As fôrças de uma e outra facção recolhem-se a quartéis, de prontidão. Rebentam tumultos de rua. Marujos portuguêses desembarcam armados e provocantes. A Câmara, ao assinalar no diploma de Madeira falhas e defeitos, visava a impedir a posse do brigadeiro português com destituição do brasileiro. Procurando conjurar ou atenuar a crise, a Junta convida a Câmara a vir deliberar em conjunto a um conselho de corporações e individualidades respeitáveis.

Em uma representação de 421 assinaturas da melhor gente pedia-se a suspensão da posse do nôvo governador das armas para que, ouvido o parecer das Câmaras Municipais da Província, se manifestasse a vontade dos povos, no sentido de o soberano Congresso rever a matéria. Nesse documento há referências à "sagrada causa da Constituição e firmíssima união do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em uma só família"; e ao papel desempenhado na revolução de 1821 por Manuel Pedro, a quem era atribuída "inteiramente a segurança da Província", a ponto de "o premiar o povo com a patente que tem, conferindo-lhe ao mesmo tempo o govêrno das armas desta Província", exaltadas "as virtudes militares e civis dêsse homem extraordinário".

Foi a nomeação de Madeira uma das muitas provocações e imprudência das Côrtes; desacêrto, aliás, notado e criticado em Lisboa, por vários deputados brasileiros, ainda a tempo de ser evitado. Lino Coutinho, por exemplo, profetizando o que veio a acontecer, frisara o ressentimento dos habitantes da Bahia, "quando levantavam a voz para proclamar a Constituição", quanto ao procedimento de Madeira, que "então se unira ao Conde da Palma e outros de iguais sentimentos, para transtornarem o andamento da causa da liberdade". Contrastara tal atitude com a de Manuel Pedro que, à testa da tropa constitucional, fôra feito governador das armas e era "o mimo de tôda a Província, enquanto o outro atraíra sôbre si a execração de todos aquêles povos". Também o deputado Antônio Carlos de Andrada, prevendo funestas conseqüências da má escolha, dava testemunho do que ocorrera na revolução constitucionalista na Bahia, pois aí se encontrava na ocasião; e, tal como Luís Paulino da França, fizera advertências pessoais a dois ministros, sôbre a inconveniência da nomeação.

Êrro ou propositał desafio, gravíssimas foram as conseqüências, a maior delas o robustecimento do "partido da independência", como já denominava Madeira ao dos brasileiros.

Tímida e fraca, inùtilmente tentava a Junta conciliações e adiamentos. Assim, a 18 de fevereiro de 1822 reunia-se com a Câmara e notáveis quase tôda a nata da cidade inquieta, em grande conselho ou congresso de salvação pública. Atribuindo a origem do ocorrido "principalmente à funesta rivalidade entre naturais e europeus, que, desgraçadamente plantada por alguns espíritos malévolos, tem prodigiosamente crescido, ameaçando a

total ruína dêste país", e, diante do "iminente perigo da anarquia e da guerra civil", "à vista dos partidos, evidentemente declarados", planejou, para o govêrno das armas, até que El-Rei e as Côrtes decidissem definitivamente, a criação de uma Junta Militar, presidida por Madeira, que escolheria dois componentes; e da qual faria parte Manuel Pedro que, por sua vez, indicaria outros dois, sendo o sétimo objeto de sorteio.

Madeira, comparecendo àquela assembléia acompanhado de oficiais superiores e comandantes de corpos de Portugal, nela declarou, entre queixoso e disposto a fazer prevalecer a nomeação "por todos os meios ao seu alcance", não aceitar definitivamente aquêle alvitre, para ir consultar os oficiais da guarnição da cidade. Mas "protestava quanto à conservação de seu direito, guarda de sua honra e brio militar, vencimentos e denominação de Governador das Armas, cedendo, entretanto, a bem da salvação da Província e restabelecimento da pública tranqüilidade". Manuel Pedro, ausente, não acudira ao convite recebido.

Tudo era inútil. Já os contendores arregaçavam as mangas, fechavam os punhos e avançavam para um corpo-a-corpo.

Desde pela manhã daquele dia 18, tudo era aparato ameaçador de tropas, "como dispondo-se para o combate, reunindo-se a elas paisanos em grande número"; e o exôdo de civis parecia esvaziar a cidade. No princípio da tarde vedetas e guardas avançados trocavam tiros. Madeira já não acode com seus oficiais a nôvo convite da Junta, para uma segunda reunião. Acompanhado de fôrças militares, marujos e plebe passa êle a visitar os quartéis com que contava. Mantém-se em Palácio o grande conselho até quase o amanhecer de 19, quando a pugna começa para os lados do Rosário, Trem (Aflitos), S. Pedro e Passeio Público. Mosquetaria, artilharia, baionetas. Lutas também no Campo da Pólvora. Um quartel da fôrça brasileira tomado pelas fôrças portuguêsas. Culminam as violências. Morre a abadêssa do Convento da Lapa, Sóror Joana Angélica, cujo assassinato, pela soldadesca lusa que invadira o mosteiro, se converteria, com a aura do martírio, em nôvo estímulo e acicate à luta iniciante pela Independência. A Junta, impotente, assistia e lamentava "o rompimento do fogo, a carnagem, o assombro dos cidadãos, o desamparo de suas casas, a licença dos soldados debandados", e dos marujos armados; e entra na fase dos apelos aos contendores: a Manuel Pedro a que se renda — "como único meio de salvar a Cidade e Província"; e a Madeira, caso Manuel Pedro resistisse, a que não o atacasse evitando chegar à extremidade "de se arrasar a Cidade com bombas e balas ardentes, exterminação de seus habitantes e sofrimentos dos derradeiros excessos da soldadesca desenfreada". Viesse Madeira à conferência.

Mas o brigadeiro português não estava por nada. Concordando com a retirada das freiras das Mercês para o mosteiro da Soledade (já as da Lapa se haviam recolhido ao Destêrro), limpava o campo de batalha.

No dia 20 repete as intimações ao Forte de S. Pedro, ocupado por Manuel Pedro, e aperta o cêrco àquela praça. Há encontros com fôrças que já se retiram do forte e à noite iniciam-se confabulações para a rendição. Afinal, ao amanhecer de 21 de fevereiro, as tropas portuguêsas ocupam aquela fortaleza, em que só encontram Manuel Pedro, três oficiais e alguns cadetes. Assim, inteiramente batidos o partido e as fôrças brasileiras, exultam os de Portugal. As bandeiras encontradas no forte são passeadas em triunfo. Madeira publica uma proclamação em que, descrevendo certos aspectos do conflito, salienta o êxodo — "milhares de cidadãos abandonaram as suas casas para irem vagar pelos campos e as ruas tornaram-se um lúgubre deserto" — retirada não só da população mas dos militares brasileiros que buscavam, no Recôncavo, campo e recursos para o desagravo e a desforra.

Narrando a seu modo os acontecimentos, em ofício ao Rei, aludia Madeira ao "partido revolucionário", que pretendia manter o comando das fôrças "nas mãos de um dos principais chefes do *partido da independência*". E insistia: "tôdas as desordens que nos flagelam são obra do *partido da independência*, o qual é tão implacável como incansável". Mostrando-se receoso do que ia ocorrer — "os ódios devem ter-se exacerbado com os últimos acontecimentos", — buscava forrar-se de elementos para previsíveis combates. Poucas eram a seu ver as fôrças que comandava; precisava de mais "para conter em respeito as tropas derrotadas". E confessava sentir-se "na situação de não poder acudir a qualquer parte do Recôncavo da Província, para apagar qualquer levantamento que os revolucionários não deixavam de empreender". Queria mais batalhões e ainda uma armada: "se V. M. quer conservar esta parte da monarquia precisam-se mais tropas" e também "algumas embarcações de guerra". Só com êstes socorros poderia "conservar nesta parte do mundo a individualidade da monarquia portuguêsa".

Davam também testemunho, os civis portuguêses, de que aquêle fôra o primeiro ato do drama da Independência na Bahia. Em um abaixo-assinado dirigido a D. João VI, diziam os signatários que o pretendido adiamento da posse de Madeira tendia a ganharem tempo os facciosos e "abusando do respeitável nome do Príncipe Imperial unirem-se à Côrte do Rio de Janeiro... e dêsse modo conseguirem fazer a mais escandalosa cisão entre o Brasil e Portugal, separando-nos dos nossos caros irmãos da Europa".

A despeito dos sangrentos acontecimentos (200 vítimas entre mortos e feridos) e do desbarato de Manuel Pedro, remetido prêso a Lisboa com alguns poucos companheiros, não houve submissões da parte dos elementos brasileiros que, ainda sob a pressão das armas lusas, permaneceram na cidade. A Câmara continuou a discutir a insinuação do título de Madeira, e seu juramento, destacando-se, por sua brava oposição, Montezuma. Havendo determinado devassa ou sumário sôbre quem primeiro rompera

fogo e provocara os sangrentos conflitos, concluiu a Junta pela pronúncia de Madeira e de muitos de seus elementos; e remetendo o processo a Lisboa, fêz, no ofício com que o capeou, uma definição de porte: "não tem (a Junta) até aqui cumprido as ordens de S. A., o Príncipe Real; mas ela não pode dissimular que, afora uma fração só numerosa na classe mercantil desta cidade, a maioria da Província sem dúvida deseja reunir-se àquele augusto centro da família brasileira".

De tal e tão infeliz maneira começava a Guerra da Independência na Bahia. Perdera a grande e prolongada luta, com a prisão e deportação de Manuel Pedro, o seu "caudilho".

Se pensou em ser o máximo capitão e levar às últimas conseqüências e conquistas o ímpeto popular que, revolucionàriamente, lhe dera a promoção de brigadeiro e aclamara comandante das armas ou não soube conduzir-se em tais alturas, ou as pequenas circunstâncias lhe foram adversas. O apoio do povo o ajudaria a vencer e expulsar os portuguêses nas ruas — o campo para a batalha daqueles três dias: mas êle cometeu o êrro de recolher-se ao Forte de S. Pedro, para afinal ser cercado, vencido e prêso.

Outro em quem se incubava um cabo-de-guerra foi o "Santinho", o futuro Visconde de Pirajá, que várias vêzes ensaiou o comando armado, e que iniciou logo depois, pelas bandas do norte da cidade, as hostilidades. Mas a figura do "caudilho", naquela época em plena ação teatral e bélica nas várias nações sul-americanas, não encontrou cenário e palco na Bahia. Aqui não houve o herói exclusivo, dono de tropas e de manobras livres. Nem Pires e Albuquerques, nem Argolos ou Caldeiras se ergueram acima de todos como chefes aclamados ou impostos.

Quando veio a ser deposto e prêso Labatut, não lhe recolheu o bastão Felisberto Caldeira. A tropa passou a obedecer a Lima e Silva que o govêrno civil da Cachoeira escolheu e nomeou.

Malôgro da tentada expulsão das tropas portuguêsas

Uma das faces do episódio da Independência do Brasil foi a repulsa ou expulsão das tropas portuguêsas: no Rio, as de Avilez e Maximiliano Sousa; em Recife, as de Luís do Rêgo; em Montevidéu, as de D. Álvaro da Costa; e, se Manuel Pedro fôra vitorioso, em Salvador, as de Madeira.

Falhando esta operação de limpeza na Bahia, com a derrota de fevereiro de 1822, tudo se adiou e dificultou. Transferiram-se lutadores e pugna da Cidade para o Recôncavo, suas estradas, costas, mares, vilas, bosques e canaviais, desdobrando-se por aí o pleito, que avultaria no volume das fôrças e no número dos encontros, e ainda por quase ano e meio se estenderia. Mudou-se assim a feição do prélio. Em lugar da ameaça ou da luta dentro dos muros, em ruas e praças: o apertar de cêrco e bloqueio até que, sempre batido, se visse Madeira obrigado a tudo abandonar, a 2 de julho de 1823.

De fevereiro a junho de 1822

Nada pudera deter a emigração da cidade para o Recôncavo: nem proclamações, nem apelos, nem indulgências, nem ameaças; ou da Junta ou de Madeira. A cidade parecia despovoar-se de brasileiros, enquanto os portuguêses do Recôncavo, em contrário fluxo, como que tentavam encher o vácuo. Era em muitos o mêdo da "guerra civil"; era em todos os nacionais a procura de como reagir, buscando o campo, as armas, os batalhões que se organizavam, o dia do desagravo e da vitória.

Desde fevereiro quatro meses se passaram em emigrar, conspirar, aliciar, organizar, adestrar. Custara em vir a ordem de Pedro I a Madeira, para que recambiasse as tropas lusas ao Reino: "imediatamente se recolha a Portugal com a tropa que dali veio". São de meados de junho de 1822 (15 e 17) as cartas do Príncipe ao general português (que não obedece) e à impotente Junta; além da proclamação que aos baianos endereça, documentos êstes em que transparece o propósito de Independência, pôsto que "moderados": "que o Brasil fique entregue ao amor e fidelidade de seus defensores, cooperar com tôdas as minhas fôrças para que êste tão rico, tão grande e abençoado Reino do Brasil (conhecido só nas cartas geográficas por alguns que sôbre êle legislam) venha a ser em breve tempo um dos reinos constitucionais mais felizes do mundo"; "conosco entoareis vivas à Independência moderada do Brasil, ao nosso bom e amável monarca El-Rei e Senhor D. João VI e à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil".

Ao invés de partirem, as tropas opressoras engrossavam, com outras de Portugal mandadas; e uma parte das de Avilez, expulsas do Rio, fica na Bahia, a pedido dos negociantes lusos, que lhe fazem festiva recepção. Ainda assim Madeira teme a grande luta que se iniciava no Recôncavo. Em certo documento, ao falar de "perversos" que procuravam "atrair partido para organizarem o plano de desunião em que trabalham", prevenia contra êstes, a quantos se dispunham a emigrar: "fingem-se possuídos de mêdo para se retirarem da Cidade, dando-vos o exemplo, para que os imiteis, quando êles só têm em seus corações a perversidade que pretendem fazer grassar nos povos do Recôncavo". E fazia poderosa advertência intimidante, que ia com direto enderêço aos senhores de engenho, aos donos de escravos, em uma antevisão de levantes servis: "evitai revoluções: em tôda parte são elas perigosas; porém muito mais neste país".

Todavia os que se deixavam ficar, ou não podiam sair da Cidade, não se postavam aí inativos. Alguns de maior categoria procuravam moderar, contemporizar, ou maliciosamente adiar — tais os da Junta; outros serviam à causa da Independência, espionando e noticiando; os bravos jornalistas Montezuma (futuro Visconde de Jequitinhonha) e Côrte Real, pelo *Diário Constitucional* e pelo *Constitucional*, diuturnos, lúcidos, audazes e firmes doutrinavam; abrasando e encorajando, enfim os da plebe publicavam

desassombro, e agressivo desafôro, ao atacarem, a pedradas, fôrças portuguêsas que escoltavam um cortejo religioso de lusos do comércio e da cidade baixa.

Fugaz eclosão política dos mercadores portuguêses. Incursão definitiva dos senhores de engenho na política nacional

Com a revolução de 1821 brotara, entre os negociantes portuguêses da Bahia, desembaraçada atividade partidária; agora era a vez dos brasileiros, senhores de engenho e lavradores do Recôncavo, que, passando por sôbre e além da pequena política dos postos de milícia, dos juizados ordinários e vereanças, repontavam a empenhar-se na política provincial e nacional, antilusa, contra Madeira, pró-Independência, e mais que partidária, guerreira. Pode dizer-se que a aristocracia rural fazia, depois de fevereiro de 1822, sua maior (a guerra holandesa jazia esquecida) incursão no grande mundo político e bélico, agindo, ora com as armas dos agregados e libertos dos engenhos e dos batalhões fardados e pagos à sua custa pelos futuros barões, ora com a palavra e os escritos, conhecimentos e descortinos, dos que se haviam ilustrado nas universidades européias, especialmente Coimbra, destinados a parlamentares e estadistas.

Não demoraram, porém, os mercadores lusos em abster-se de tôda a ação ou opinião, relegados, desde 2 de julho de 1823, à categoria de estrangeiros — "marotos", "pés-de-chumbo", "marinheiros" — mais do que combatidos, perseguidos; colocados em permanente estado de coação; vítimas de ataques e agressões, e de odiosas campanhas, como a do "comércio a retalho".

A quinzena inicial da campanha da Independência

Naquela primeira metade de 1822, em vilas e solares do Recôncavo, abrigavam-se fugitivos da cidade.

Sucediam-se as reuniões ou "ajuntamentos", como escreveu o futuro Marquês de Abrantes, especialmente na Vila de Sto. Amaro, centro da conjura, e onde estavam ou aonde acorriam os elementos de direção intelectual, como Araújo Gondim, Pinheiro de Vasconcelos (Monserrate), Calmon (Abrantes), ou os da ação direta quais os futuros Barões de S. Francisco, Maragogipe, Itapicuru de Cima, Belém, Itapororocas e mais Pina e Melo e Silva Castro, e ainda os militares egressos. Outros núcleos da reação foram Cachoeira e S. Francisco. Célere a revolução se alastrou pelas demais vilas.

Em maio tinha chegado do Reino o jovem Calmon (Abrantes), com seu diploma de bacharel, portador da carta-consulta (22 de março de 1822) de deputados baianos às Côrtes. Gomes Ferrão, Borges de Barros, Marcos de Sousa, Rodrigues Bandeira, Luís Paulino, Lino Coutinho, Agostinho Gomes e Cipriano Barata queriam a opinião dos povos, sôbre o tema da delegação do Poder Executivo no Brasil, figuradas as alternativas de uma ou duas, ou ainda de concentração dêsse poder na pessoa do Rei, que transferiria às Juntas de cada Província a parte que fôsse necessária à "pronta

execução das leis e recursos dos povos, como acontecia antigamente com os capitães-generais". E, se não conviesse qualquer destas fórmulas, dissessem os povos o que julgassem "mais conveniente e útil ao bom regime e administração".

A colaboração de Montezuma e Côrte Real

Não há como atribuir aos inspiradores e redatores da notável resposta-programa, da Vila de Sto. Amaro, exclusivos méritos pela excelência dêste documento. Uma boa parte dos encômios cabe aos redatores do *Diário Constitucional*, ou seja, Montezuma e Côrte Real, que, na cidade, a despeito de tôdas as pressões e violências, vinham mantendo com elevado padrão polêmico e idealista, campanha de opinião e esclarecimento popular, pela Independência moderada e, por fim, total. Algo do que se contém na ata da reunião de 14 de junho de 1822 da Câmara, Clero, Nobreza, Milícias e Povo de Santo Amaro, se encontra em artigos anteriormente publicados *no Diário Constitucional* ou no *Constitucional*.

Outras vilas fizeram suas reuniões e mandaram seus pareceres. A de S. Francisco do Conde respondeu a 20 de junho; a de Maragogipe a 26, estampada no jornal de Montezuma. A resposta de Sto. Amaro a tudo supera pela prioridade, que era definição, rompimento e desafio; pelo teor alto e conciso das idéias e da redação; por partir de quem e de onde, naqueles inícios da organização do movimento reator a Madeira, pró-aclamação de Pedro I, pela Independência.

A resposta da Vila de Santo Amaro

Os santamarenses opinaram pela instituição de um centro único do Poder Executivo no Brasil, exercido pelo Príncipe Real (Pedro I), segundo as regras prescritas em uma liberal Constituição. A sede dêsse poder devia localizar-se onde fôsse mais útil ao bom regime e administração do Reino do Brasil. O Brasil deveria ter um exército próprio, inamovível de Província a Província e de Reino a Reino, salvo o caso de ser necessário repelir qualquer agressão à dignidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e igualmente uma armada naval própria . Também um tesouro nacional "onde se arrecade o contingente das rendas e das suas províncias, e que dêsse tesouro se tirasse a devida quota para sustentação da família real e do corpo diplomático; e um tribunal superior de justiça, com as mesmas atribuições do de Portugal".

Era a separação quase completa, era já a Independência, bem acima de "moderada". Era o agitar da bandeira do "partido da independência", de que falava Madeira, a quem também se mandava esta espécie de cartel ou intimativa: "não seja admitido nas províncias dêste Reino destacamento algum de tropa que não seja do exército do Brasil".

E logo se traçava um plano de govêrno liberal para o Brasil emancipado, apenas unido a Portugal pelo nexo da Casa Real, da diplomacia e dos melindres comuns a que ambos os Reinos haviam de acudir. Pediam

os santamarenses para as províncias um govêrno democrático: Junta eleita pelo povo e presidida por um membro dela, escolhido pelo Poder Executivo "dêste reino"; subordinação de tôdas as autoridades civis e militares, dentro das normas de um regulamento descentralizador, a essa Junta a quem competiria propor, ao Poder Executivo do Reino, "aquêles concidadãos da Província que forem adotados para os cargos públicos dela". E, visando a mais alto ainda: o Brasil oferecesse seguro asilo aos estrangeiros que trouxessem indústria ou capitais; fundasse quanto antes uma universidade, no lugar que mais conveniente fôsse; estabelecesse a tolerância religiosa; conservasse, sem restrição alguma, a franqueza e a liberdade do comércio.

Era o programa da revolução publicado com audácia, em memorável vereação-convenção: obra de estadistas, que tanto miravam ao dia a dia da luta como ao futuro da Pátria.

Agitação lusa em Santo Amaro

Êste pronunciamento irritou aos portuguêses de Santo Amaro que, três dias depois, acharam de dar uma demonstração de fôrça e decisão. A 17 de junho os elementos lusos das milícias saem armados às ruas, sem atender a chamados e ordens do chefe brasileiro. Mas não chegou a correr sangue, como em Cachoeira uma semana depois; era porém a separação hostil dos dois partidos locais.

Abrantes no seu "Relatório", falando como "colaborador e consócio dos *ajuntamentos* patrióticos, que concertavam o plano da reação ao dominante infame partido português", diz que "a revolução do Recôncavo foi prematurada".

A 21 de junho os conjurados haviam acordado "como preliminares para a aclamação" do Príncipe D. Pedro como Regente no Brasil umas tantas providências tais como: levantamento exato do número de braços e armas dos corpos milicianos; arrecadação de pólvora e chumbo expostos à venda nas diferentes vilas; exame das "peças de artilharia empregadas no *vaivém* dos engenhos". Só depois de tudo isso feito e de uma reunião aprazada para o dia 27, se tomaria "resolução definitiva acêrca do rompimento". Entretanto, circunstâncias imprevistas e notícias talvez inexatas precipitaram em Cachoeira a aclamação de D. Pedro, que se realiza a 25 de junho.

O *ajuntamento* cuidou então em "dispor para o dia 29 o aparecimento da mesma cena nas demais vilas do Recôncavo, para que se roborasse pela fôrça moral, proveniente da generalidade, aquilo que se não podia sustentar pela fôrça física, resultante das armas, que não estavam aparelhadas". E a aclamação do Príncipe ocorre neste designado dia 29 nas vilas de Sto. Amaro, S. Francisco, Maragogipe e Inhambupe e, logo depois, em várias e muitas outras.

25 de junho, em Cachoeira. Começo da guerra da Independência

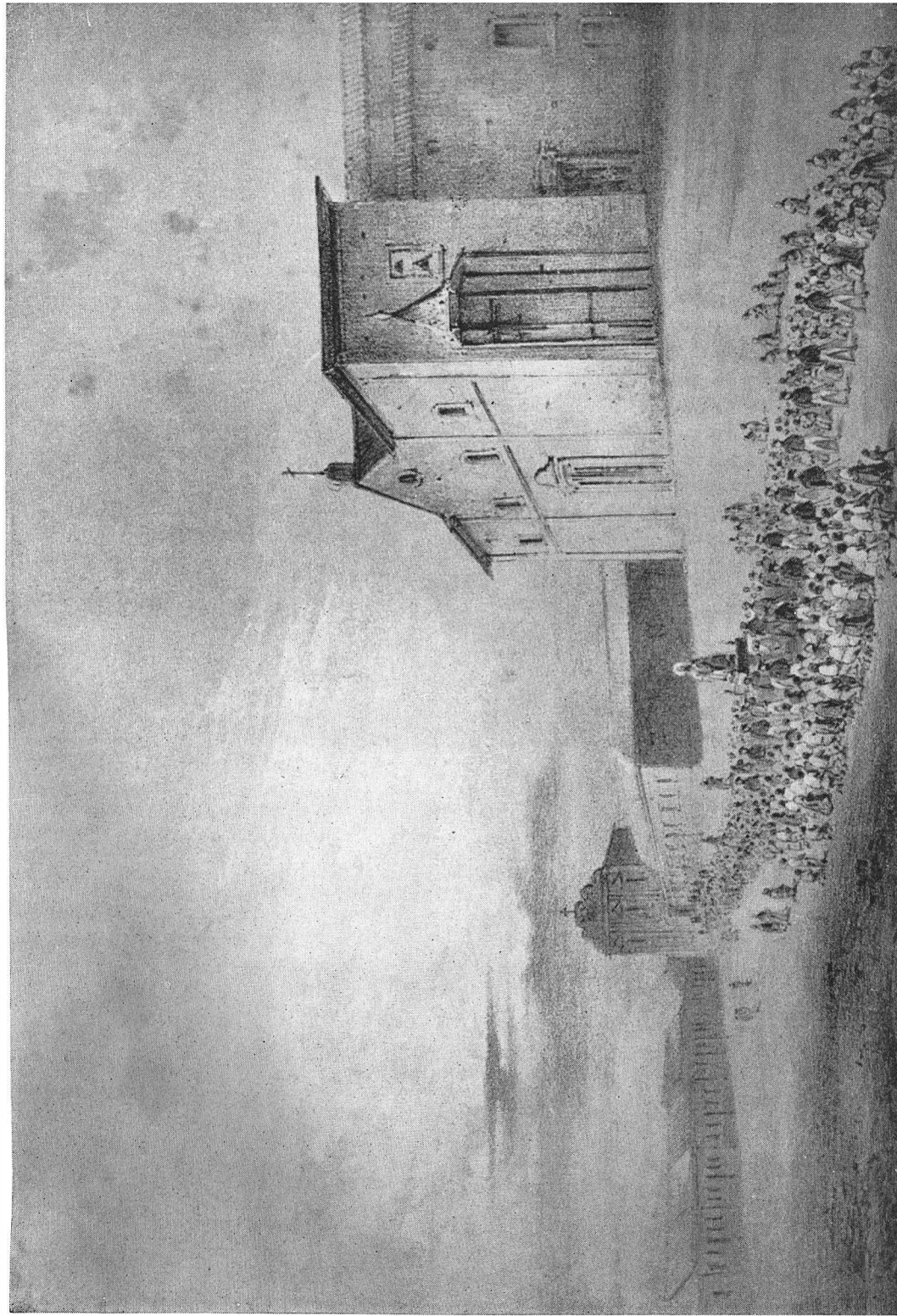
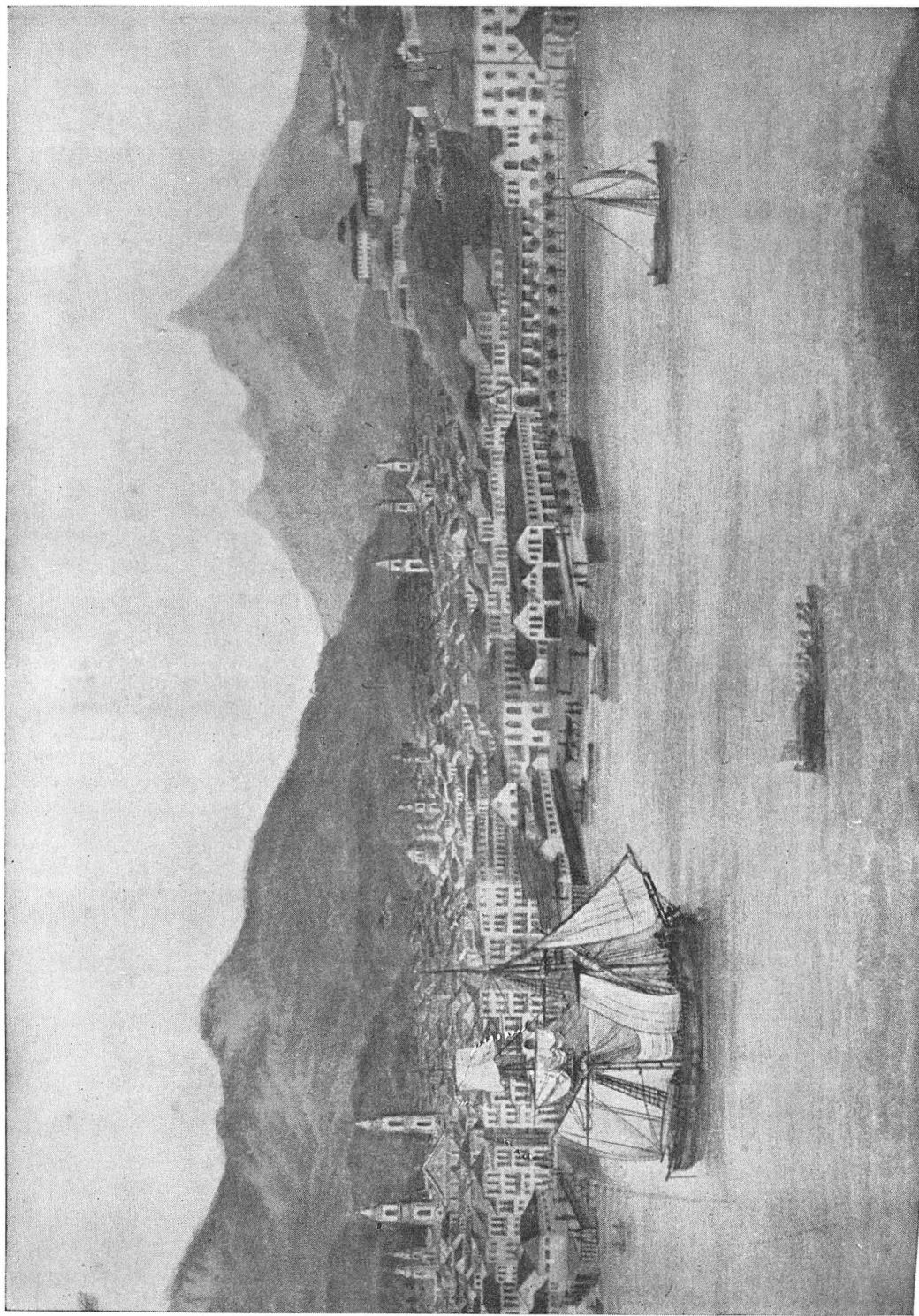
O episódio de 25 de junho em Cachoeira é de acentuada magnitude. Surgem fôrças do campo, dos engenhos. Na véspera, a 24, Rodrigo Brandão vem do Iguape com 100 homens e acampa em Belém, próximo a Cachoeira. Na vila, Garcia Pacheco reúne, na madrugada de 25, os pró-homens na casa de Amizaud. Assenta-se a convidar o povo à Aclamação nesse mesmo dia. Desce a tropa de Brandão e se enfileira na praça em frente à Câmara. Outras tropas locais se lhe agregam. Pela manhã reúne-se a Câmara e promove-se a cerimônia da Aclamação. E os vereadores resolvem pedir ao Príncipe "a retirada da tropa européia, por ser esta, além de desnecessária, prejudicial ao sossêgo da Província".

À tarde, ao Te-Deum na Matriz, segue-se um desfile de tropas e povo.

É quando surge o conflito. Tiros provindos de casas de portuguêses e de uma escuna de guerra, que para ali antes enviara Madeira, fazem correr o primeiro sangue. O pequeno navio descarrega suas peças de artilharia sôbre a vila.

Deflagra-se a peleja: os chefes se congregam e formam uma "Junta Conciliatória e de Defesa": Freitas, Rebouças, Dendê Bus... O choque aumenta e se desdobra. Levantam-se trincheiras; entram em ação as armas; dura o pleito até o meio-dia de 28, com a vitória dos cachoeiranos. Desarvorada a escuna, tôda perfurada de balas, prisioneira sua equipagem, o entusiasmo gera a ênfase dos escritos. Em breve Cachoeira será sede do Govêrno Civil das Vilas Federadas, contraposto à fraca e coacta Junta da Cidade, para dirigir a campanha contra os portuguêses e as fôrças de Madeira. Ali vão multiplicar-se, como nas outras vilas, voluntários, soldados e capitães, a guarnecerem os postos da defesa no circuito de todo o Recôncavo ou a marcharem a Pirajá, a ataques e encontros, a estreitarem o crescente assédio à Capital, guarnecida e fortificada. A flama que a todos aquecia projeta seus revérberos nos nomes com que se batizam aquêles troços de homens ou batalhões improvisados: Belona, Mavorte, Batalhão Sagrado dos Independentes; e também nos apelidos nacionalistas adotados pelos patriotas que desprezam os cognomes lusos de suas estirpes.

A bandeira da Independência

O propósito da Independência estava nas deliberações, na ação, na luta. A grande idéia dominava o ânimo dos baianos, e os portuguêses desde cedo sabiam como era difícil resistir-lhes. Já em 7 de março de 1822, em ofício a D. João VI, havia dito Madeira que a conservação da cidade do Salvador era necessária para assegurar a estabilidade do Reino do Brasil; e da conservação do Recôncavo dependiam as da Cidade e Província. Sentia-se, entretanto, sem fôrças para a emprêsa. A modo de desanimado pedia reforços militares: "eu bem via como o geral dos naturais do país estava ufano julgando-se com fôrças suficientes para fazerem que a sua vontade fôsse lei absoluta". Sátiras, ataques públicos às pessoas que não eram do partido

5. LARGO DO PAÇO, CIDADE DE GOIAS

6. *VISTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO*

brasileiro; insultos, papéis impressos e incendiários; e em meio a isso a eleição de uma Junta tôda constituída de naturais do país salvo um de seus membros, eram as queixas maiores de Madeira. Os dois partidos em que se dividiam os brasileiros (o monarquista e o republicano) tendendo a unirem-se em uma só facção, *"que positivamente se dirige à suspirada independência"*: seu grande pavor.

Noutro comunicado, já agora de julho de 1822, após os fatos de 14, 25 e 29 de junho, assinalando os grandes avanços da "revolução do Brasil" e informando que a Aclamação do Príncipe já se teria realizado em tôda a Província, não fôra a presença de tropas de Portugal, ponderava Madeira serem tais fôrças militares lusas incapazes de estancar o curso da sedição. Isto porque "não podiam acudir a qualquer parte", sem enfraquecer ou anular "a segurança da Cidade, que é o que mais interessa conservar". E acrescentava rápido debuxo da marcha revolucionária: "havia longo tempo que os facciosos em tôdas as povoações e até nesta Capital faziam as diligências para romper a revolução; e os europeus eram insultados a tôda hora nas povoações do Recôncavo, e perseguidos até pelas autoridades". Vinham então refugiar-se à Cidade, onde a Câmara também fizera "o possível para acelerar a revolução", ao publicar e dar o cumpra-se a portarias do Ministério do Rio de Janeiro, com o qual também a Junta entrara a estabelecer correspondência. E, ainda na Capital, a imprensa — o *Constitucional* — "chamava os povos a rebelarem-se". "A desordem continuou e a revolução rompeu finalmente" obrigando as medidas militares visando à conservação da Cidade, pois para agir no Recôncavo êle, Madeira, se sentia impotente "até chegarem tropas", que do Reino lhe enviassem. Mas não sabia se teria tempo de as receber e usar: "esta tarefa (conservar a Cidade) é hoje muito dificultosa porque além da reunião das milícias, muito povo do Recôncavo e a maior parte dos soldados dos regimentos da Cidade, que têm daqui fugido para ali, dispondo-se para nos atacarem, estamos brevemente esperando uma expedição que vem do Rio de Janeiro bloquear ou atacar êste pôrto, de acôrdo com os levantados". A extensão e altura da rebeldia avalia-se nesta queixa: "a corrupção de quase tôdas as autoridades está no seu auge". Embora tudo isto, o general luso definia sua determinação de resistir e combater, quando, depois de dar conta (ofício de 9 de julho de 1822) de haver recebido ordem do Príncipe D. Pedro para embarcar-se com as tropas européias para Portugal, declarava: "eu protesto novamente a Vossa Majestade a resolução em que estou de não obedecer a ordens algumas que não dimanarem de Vossa Majestade e do Soberano Congresso".

Papel das municipalidades

Já tem sido assinalado o papel das municipalidades, a ação das Câmaras ou Senados das Câmaras ou Cabildos na elaboração da independência dos países americanos, do Brasil.

As vilas têm quase total a glória da organização e realização da campanha libertadora da Bahia. Ao demais, para o govêrno da Província, despojada da Capital que o inimigo ocupava, formaram um colegiado federativo: improvisação inteligente de alta eficiência.

Enquanto o "Conselho Interino da Cachoeira" agia, inertes não ficavam as Câmaras. Um sincronismo de atividades úteis à grande causa propiciou, por aquêles campos e vilas, a marcha crescente dos bloqueios, a audácia feliz dos combates, e com as ajudas advindas, o triunfo final.

A pronunciamentos, aclamações e proclamações, juntavam-se providências eficazes e oportunas. E os acontecimentos iam revelando os homens que se exercitavam para os postos de govêrno da nova nação independente.

O que ocorria numa vila era mais ou menos o que acontecia em tôdas. Citemos a de Sto. Amaro: 14 de junho de 1822 — resposta aos deputados das Côrtes; 28 de junho — aclamação de Pedro I como Príncipe Regente; 18 de setembro — juramento de obediência ao Regente e ao Conselho Interino; 8 de janeiro — aclamação do Imperador; 28 de abril — resposta a Labatut sôbre a proposta dêste de organizarem-se batalhões de libertos: havia ainda muitos braços livres, devia proceder-se a um apertado recrutamento de homens livres, o que ainda abundava na Província, vindo a ser perigosa a posterior coexistência dêsses libertos com escravos seus parceiros ou parentes; em datas sucessivas: criação da Caixa Militar; doações para a manutenção das fôrças; construção de trincheiras e fortins; apresto bélico de embarcações; arrecadação e consêrto de armas; provimento de munições e abastecimentos; formação de batalhões que partiam à guerra...

Uma proclamação infeliz de Pedro I

Enquanto assim os baianos, que bem cedo haviam rompido cruentemente com os portuguêses, embora batidos no primeiro lance, se organizavam para grandes lutas e, no Recôncavo, iniciavam com ímpeto e sangue a "revolução" pela "Independência" — admitiu o Príncipe Regente a suspeita de que, inativos por temor, esperassem êles incitamentos e exortações. Achou assim dever mandar-lhes uma proclamação, datada de 17 de junho de 1822 (três dias depois do audaz pronunciamento de Sto. Amaro), que chegaria ao conhecimento da Província em plena guerra, após o vitorioso encontro de 25 de junho em Cachoeira. Falava, portanto, mal e tarde, ao exortar a bravos empenhados em duras pelejas: "a desterrarem o mêdo e fazerem aparecer a intrepidez dos invictos e imortais Camarões", exclamando, com opróbrio: "estais aterrados pelos invasores; recobrai ânimo!".

Sem detença as últimas notícias da Bahia deram ao Príncipe a medida de seu engano tanto que, não só como prêmio a feitos e sacrifícios pela causa comum, mas também como ressarcimento aos que em má hora tão mal julgara, não lhes poupou, desde aí, aplausos, honras, lauréis e condecorações.

A marcha da guerra

De 25 de junho de 1822 a 2 de julho do ano seguinte a guerra da Independência na Bahia se desdobrara em cheio calendário, dividido em três períodos. O primeiro encerra as ações iniciais, exclusivamente baianas, e vai do conflito da Cachoeira (24 de junho de 1822) à chegada de Labatut, com reforços, para assumir a direção das operações (29 de outubro de 1822); o segundo, da chegada de Labatut até à sua prisão e destituição (21 de maio de 1832); o terceiro comporta o comando de Lima e Silva, e vai de fins de maio a 2 de julho de 1823, ou à vitória final, com a retirada de Madeira e suas fôrças e entrada triunfal, na Cidade, do "Exército Pacificador".

Ia a campanha aproveitar ensinamentos de dois séculos antes, quando o assédio e as guerrilhas, ao tempo dos holandeses em 1624, quase bastaram para a restauração da Cidade do Salvador. Cercá-la; apertar dia a dia o sítio; bloqueá-la pelo mar; reduzir seus ocupantes à fome e um dia realizar o ataque geral, para tomá-la a defensores exauridos, era um plano bem concebido, e condizente com as circunstâncias. A tal estratégia aconselhava a inicial desproporção entre as fôrças dos portuguêses, bem providas e a coberta de fortificações, e as dos brasileiros, ou improvisadas, ou mal armadas e desmuniciadas.

O futuro Visconde de Pirajá, com dois batalhões da Tôrre, cêrca de 800 homens, em grande parte índios, aliado à cavalaria de Pedro Ribeiro, ao iniciar as operações, com fustigar pelo norte as posições de Madeira, logo a 18 de julho de 1822, aconselhando o êxodo dos brasileiros da Cidade para o Recôncavo, definia, em proclamação, uma parte do plano da guerra: *"as provisões estão cortadas"*. Era dizer: ocupadas as estradas pelas quais chegavam as boiadas e tôda sorte de abastecimentos. E os que costumavam vir por mar deixariam de entrar no pôrto e nos mercados, pela recusa patriótica dos marítimos de os trazerem e ainda pelas proibições do bloqueio sustentado pela frota de barcos e lanchas de João das Botas e seus companheiros.

Madeira, queixando-se do modo dos brasileiros praticarem a guerra, dava testemunho do acêrto e eficiência dessa estratégia. E fêz tudo, em repetidas surtidas terrestres e marítimas, e tentativas de desembarque, para trespassar o cêrco e furar o bloqueio, e possìvelmente atacar os sitiantes pela retaguarda. Mas um por um, quase todos os encontros foram aos assediantes favoráveis.

Pontos e paragens essenciais à circulação dentro do gôlfo, como Itaparica, Ponta de Guadalupe, Passagem do Funil, Bôca de Matoim, algumas ilhas e a costa de Suabara, uma vez arrancados aos brasileiros, reduzir-lhes-iam o poder bélico. Em tôrno da conservação e da conquista dêsses lugares e do bloqueio e contrabloqueio — impedir, dificultar ou defender as comunicações e o transporte de abastecimento para a Cidade ou para as tropas sitiantes — girou a guerra naval nos mares interiores, só tarde (maio

de 1823) ajudada pela ação da barra, da pequena esquadra comandada por Cochrane.

Depois do episódio da Cachoeira, os portuguêses assaltam Itaparica (18 de julho). Conseguem desembarcar, e encravam a artilharia do Forte de S. Lourenço e logo se retiram, dando testemunho de não se considerarem com fôrça de manter a efêmera ocupação. Mais onze dias (29 de julho) e o combate vitorioso em Funil corta aos portuguêses as comunicações marítimas, por trás da Ilha de Itaparica, com a região das farinhas.

Em agôsto e setembro um ataque naval luso a Maraú é frustrado pelos que de terra vitoriosamente se defendem; e, enquanto Madeira cinta a cidade de trincheiras e recebe reforços militares, vindos do Reino, os brasileiros fixam o trem de guerra, para tôdas as tropas sitiantes, em Feira de Capuame, onde o futuro Visconde de Pirajá estabelecera quartel-general.

Engrossam dia a dia as fôrças brasileiras: as de Tôrre; as de linha, evadidas da cidade; os paisanos daí emigrados; os batalhões de milícias e os recém-organizados nas vilas, na sua mor parte equipados e pagos pelos senhores de engenho.

São militarmente guarnecidos e fortificados pelos baianos, numerosos pontos estratégicos, por todo o circuito do Recôncavo. O assédio à Cidade se completa, ao estenderem-se desde Itapoã e Itacaranha, Paripe e Bôca do Rio de Matoim, as linhas volantes dos comandados do Visconde de Pirajá, cada vez mais próximas dos subúrbios.

Se os portuguêses infrutìferamente acometem o Engenho São João (7 de setembro) e logo ao vizinho, do Cabrito, os brasileiros atacam a Conceição, levando os lusos de vencida até a Jequitaia (27 de setembro), ocorrendo no mesmo dia um choque na Cruz de Cosme e dois dias depois outro, na Lapinha. Amiúdam-se assim os assaltos a paragens apegadas às trincheiras do general lusitano.

Em outubro é mais notável o ataque levado a cabo por dezessete embarcações portuguêsas às costas de Itaparica, bravamente repelido, de Manguinhos à Pôrto dos Santos (22 e 23 de outubro). Em terra, uma feliz surtida (26 de outubro), em que são batidos os lusos, encerra o primeiro período da guerra sob a direção do Visconde de Pirajá.

A segunda fase da guerra

Em fins de outubro, chega Labatut a Capuame, e aí estabelece quartel-general, assumindo o comando das fôrças sitiantes, que encontra tão numerosas e aguerridas quanto carentes de recursos.

Escassos abastecimentos, em insuficiente distribuição pelos numerosos e espalhados postos, ameaçavam as hostes baianas de fome, que parecia querer equiparar, em sofrimento, assediados e assediantes. Mas ainda assim continuavam a acorrer novos batalhões, partidos das várias vilas;

enquanto por seu lado Madeira recebia (31 de outubro) não pequenos reforços navais e terrestres.

Repetem-se os encontros durante o mês de novembro. Um troço de duzentos africanos, lançados pelos lusos sôbre as linhas brasileiras, é batido em Saboeiro, bem junto à Cidade (dia 1.º) e outros duzentos negros da África a 19 são destroçados pela cavalaria baiana.

Uma semana após, a 8 de novembro de 1822, fere-se o mais importante combate, decisivo para o triunfo final da guerra: a batalha de Pirajá.

Ao arraial, quartel-general e base de operações dos brasileiros nos altos de Pirajá, lançam naquele dia os portuguêses numerosas fôrças, decididos a tomar a posição, romper o cêrco, desfazer o assédio e desbaratar as fôrças nacionais, batendo-as pela retaguarda.

A linha brasileira estêve a pique de ser cortada, quando, em uma reação vigorosa, são os atacantes repelidos e perseguidos, encosta abaixo, buscando os navios e barcos em que tinham vindo da cidade para aquêle esfôrço que, se vitorioso, teria funestos resultados para a Independência, não apenas na Bahia mas em todo o Brasil. Tomada Pirajá, vencido o exército brasileiro, senhoreada a Cidade do Salvador, revigoradas as fôrças de Madeira e Campos, podiam estas tentar o ataque ao Rio de Janeiro, em que vinham cogitando.

Com a vitória de Pirajá o cêrco terrestre se consolida e a fé na vitória se exalta. Mas escoar-se-iam ainda oito meses até ser evacuada a cidade.

A 11 são repelidos assaltos lusos; e, a 24, um ataque dos brasileiros a Camorugipe, pela estrada de Brotas, visando a Pituba, leva de vencida o inimigo e fá-lo recuar e recolher-se aos muros. No mar os portuguêses investem contra a Ponta de Guadalupe, onde desembarcam e saqueiam, mas não demoram em ser dali expulsos. A 30, em séria ação nos subúrbios, os sitiantes colhem louros por Brotas (Casa da Tôrre ou Casa da Boa Vista depois cantada por Castro Alves), e Graça e Vitória, até junto das muralhas de S. Pedro.

Em dezembro as guerrilhas inquietam por todos os lados quase dia a dia o sitiados: Conceição, Trincheira e Mangueira; Ubarana, na orla marítima das Armações; algumas vêzes, quase dentro das ruas, novamente na Graça e junto ao Forte de S. Pedro; e no Cabula; e no Resgate. No mar, os portuguêses, em grande atividade, repetem ataque à Ponta de Guadalupe, sendo repelidos; e investem, com grande superioridade de barcos, contra a flotilha de João das Botas, que resiste e escapa. Outra tentativa na costa da Saubara não consegue vencer a vitoriosa resistência das fôrças locais. E os lusos velejam sem desembarcar.

A 29 de dezembro, dia em que solenemente os portuguêses na cidade juravam a Constituição elaborada nas Côrtes de Lisboa, os brasileiros realizam um ataque geral às trincheiras inimigas. Provam-se valor e denôdo; mas os combatentes mantêm-se afinal em seus postos.

Em janeiro acorrem aos acampamentos tropas baianas que vêm de vilas mais distantes, do extremo do Recôncavo; de Jaguaribe e Jequiriçá; do mais aproximado Sul: Valença, Cairu, Nova Boipeba, Santarém, Camamu, Maraú, Barra do Rio das Contas; e do distante sertão alto: Vila do Rio das Contas. Chegam também combatentes das províncias de Pernambuco e Paraíba. Junto à Cidade, na Cruz de Cosme, ferem-se escaramuças. Em Itaparica, nos dias 6 e 7 de janeiro, sofrem os portuguêses sério e sangrento revés no seu ataque marítimo, com tentativa de desembarque e conquista; e voltam ali, a nova e infrutífera investida, a 30.

Em fevereiro (de 4 a 9), a esquadrilha lusa, buscando um ponto de menos resistência para efetuar desembarque, fustiga vários postos guarnecidos ou fortificados: as ilhas dos Frades, das Vacas, de Santo Antônio e Maré; e a Ponta dos Cavalos e a Barra do Paraguaçu, e a costa de Saubara e Passé, e Matoim e S. Tomé, e Olaria e Pombal e Itacaranha. Sempre repelida. Julgando Sapoca o sítio mais fraco, bombardeia e investe, mas, como nos demais pontos, sem feliz resultado. Os choques junto à cidade se amiúdam, no Cabula, em Brotas, em Conceição. O do dia 15, três horas de vivo fogo e vigoroso combate, bem chegado aos muros. As fôrças assediantes estreitam cada vez mais apertadamente a Cidade esfomeada, embora nos acampamentos e bivaques brasileiros, o paludismo, o flagelo das febres, enfraqueça e dizime.

Começa o mês de março com um ataque português vantajosamente rebatido junto à Casa da Tôrre de Brotas (dia 2). Não vale aos lusos repetirem o assalto. Os sitiantes acometem em Coqueiros e Brotas (18 de março) e ainda em Matatu, onde fôra a antiga Casa da Pólvora. No mar, a flotilha, aumentada e melhor armada, de João das Botas, se desdobra em façanhas, como a de 20 e 22 de março, quando obriga os vasos lusos a abandonarem o fundo do gôlfo e virem abrigar-se sob a artilharia de Monserrate. Se chegam com freqüência novos guerreiros a Pirajá, também esfriam o ímpeto de Labatut. São quinze navios com vários batalhões a somarem mais de mil e trezentos homens. Labatut toma-se de receios e manda concentrar as linhas, fazendo recuar as fôrças a primitivos postos, onde não fôsse fácil vir atacá-las o luso revigorado, ainda que tão cauta prudência parecesse, ao Conselho da Cachoeira, um êrro militar, que, ao demais, desestimulava aos lutadores.

Escoa-se abril entre ações navais. João das Botas com sua esquadrilha combóia, enfrenta e peleja. Os lusos investem outra vez Itaparica, e logo a Barra do Paraguaçu, onde se distinguem, na vitoriosa repulsa, bravas mulheres baianas conduzidas pela heroína Maria Quitéria.

Maio principia com o aparecimento, em frente à barra, da pequena esquadra comandada por Cochrane. Ela ajudará o bloqueio; e logo (4 de maio) se empenha em curto combate com a frota lusa; e apreende navio

americano carregado de fàrinha. Barra a dentro João das Botas cresce em audácia, apresando uma barca artilhada lusitana.

A ação terrestre em que se empenham, do lado brasileiro, elementos recém-chegados, tais como o Batalhão do Imperador, os Caçadores da Côrte, a Legião de Honra, criada esta pelo Conselho da Cachoeira, tem agora por campo: Conceição, Brotas, Rio Vermelho e Graça. Em Brotas, ao retirarem-se, os lusitanos ateiam fogo ao Paço da Tôrre (Boa Vista).

O conflito com Labatut

A origem e natureza das tropas de que se compunha o pequeno exército baiano e os entusiasmos personalistas que o voluntariado inspira, pouco compatíveis, não raro, com a obediência e a disciplina, originavam, entre os sitiantes, desordens, conflitos e opiniões, perturbadores da evolução da campanha. Algumas vêzes o Govêrno Interino da Cachoeira, os dirigentes municipais e ainda os grandes chefes da revolução tiveram o que coibir ou harmonizar. Em S. Francisco do Conde uma séria cisão estêve a pique de lançar uns contra outros, combatentes da causa brasileira. Assim, uma das tarefas que a Labatut se antolharam, foi a de dar feição essencialmente militar àqueles soldados e oficiais, improvisados guerreiros, que, ao demais, se espalhavam, com relativa autonomia, por todo o litoral do Recôncavo, em postos e fortins, e pela extensa linha do assédio e pelo largo campo das guerrilhas.

O capitão francês, porém, era o menos hábil para essa obra de educação marcial, tais a rudeza, belicosidade, grosseria e arbítrio cruel, tanto mais afrontosos quando vinha comandar, não a batalhões saídos de exercícios e rigores dos quartéis, mas a falanges formadas por um povo em armas, agitado e exaltado em paixão, organizadas e também comandadas por magnatas da abastança agrícola, sùbitamente transformados em capitães de guerra. Labatut não soube ou não quis levar em conta tão poderosa particularidade. A nada respeitou e, mais que isso, a quase tudo desprezou, não tardando em ferir os brios do govêrno da Cachoeira, hostilizar e desacatar os principais cabeças do movimento cívico, agravar a comandantes e a oficiais, em excessos de duríssima disciplina, brutalidades de superior estrangeiro e mercenário.

Incidentes se armaram, reações surgiram, prevenções fermentaram; a pressão dos ressentimentos se acumulou para explosões inevitáveis. E veio o grande conflito e o escândalo: o general destituído e prêso por seus comandados, à face do inimigo, que, aliás, se via a barbas, na mesma semana, quase no mesmo dia, com desavenças semelhantes a separarem o general (Madeira) e o almirante (Campos) em destituições prepotentes e restituições sediciosamente obtidas, de comandos militares.

Labatut acusado pelos baianos

Em mais de um ofício ao ministro José Bonifácio (17, 19 e 23 de dezembro de 1822, 21 de fevereiro e 16 de abril de 1823) o Conselho da Cachoeira, articulando queixas, pedira a substituição de Labatut. De muitas dessas acusações o General

veio a defender-se em processo a que posteriormente foi submetido, para ser absolvido.

Principais artigos do libelo do govêrno civil, que, todavia, não teve qualquer participação ou cumplicidade na deposição violenta: "sôbre haver cuidado pouco da defesa desta Província tem prendido arbitràriamente a cidadãos beneméritos, fazendo-os ir ao seu quartel-general ignominiosamente escoltados"; "por palavra ou por escrito tem atentado, maltratado e perseguido a verdadeiros fautores da aclamação", como os futuros Conde da Tôrre e Barões de S. Francisco e Maragogipe, o Capitão-mor de Sto. Amaro, Pires e Albuquerque, "enfim, pode-se dizer que a todos os homens que pensam e possuem na Província"; "maltratar os oficiais milicianos, que em regra são pessoas abastadas e de preponderância", "tiraníssimo e subversivo proceder, mais irritando e anarquizando os já sobremaneira convulsos espíritos e desconfiada atitude dêste povo, que fôra vítima de um vândalo, do que pacificando e espreitando a hora de contar vitória"; prática de crimes "próprios de sua ignorância dos costumes, usos e leis do país onde vinha militar", quando "a agitação de um povo em armas", "exigia o maior melindre em tratar os cidadãos"; por orgulho ridículo, opor-se à organização de corpos e batalhões pelo Conselho da Cachoeira, pelos que "tendo já oferecido bens e propriedades ofereceram até a própria vida"; desorganizar "em um país em armas", corpos formados pelo patriotismo dos "cidadãos que, voluntários, se ofereceram à defesa da Pátria", sem cogitar das conseqüências "de se ver um cidadão em um dia coronel ou major ou capitão ou outro oficial subalterno, e no outro coisa nenhuma, tendo já feito suas despesas para arranjo do mesmo corpo, fardado e prontificado pelos mesmos oficiais" ("que se mais pode esperar de cidadãos que, correndo às armas em defesa de sua pátria, são descoroçoados com a desorganização do corpo para onde correram?"); desprezar "os oficiais de primeira linha brasileiros, que, amantes de sua pátria, fugiram da cidade em socorro da Província"; tirar das fileiras ou desprezá-los, aos "oficiais mais patriotas do exército, aquêles que mais serviços têm feito", como Silva Castro, Felisberto e Argolo; "ter arcabuzado paisanos sem figura de juízo", "ter fuzilado e castigado a soldados e oficiais sem conselho de guerra, sendo o regulamento e a lei a sua vontade"; ter "por fôrça de muitos outros atos despóticos e tirânicos derrotado o terror na classe mais importante dos cidadãos, na classe que aclamou a Regência de Sua Majestade Imperial e que sustentou por quatro meses quase miraculosamente a Aclamação que fizera, isto é, na classe dos proprietários. Ninguém se julga seguro; cada um teme ser fuzilado incontinenti"; fuzilar presos da justiça para isso tirados das cadeias; não recolher à tesouraria-geral das tropas o tesouro encontrado nos engenhos dos portuguêses Teixeira Barbosa; lançar-se à pequena política local em Cachoeira desprestigiando o Conselho Interino; cometer atos de manifesta inconveniência e desasisada imprudência quanto aos portuguêses e aos escravos. Quanto àqueles "europeus pacíficos" em

uma proclamação que lhes lançara o terror, "ameaçando-os, e provocando contra êles o rancor da canalha", transformando-os em inimigos do Brasil e dando razão ou instigando a Madeira a "atormentar e sacrificar, pelo direito da represália, aos nossos brasileiros e amigos que se acham na Cidade" ("irritar por tal jeito aos europeus contra a causa do Brasil, parece que pertencia mais ao General Madeira do que ao General Labatut"); e quanto aos cativos, alarmara a seus senhores com a organização de um "batalhão de escravos, até africanos, pertencentes aos europeus, chamando a êste batalhão dos Libertos da Pátria, dando azo a que corresse a voz de que o escravo que se lhe apresentasse para assentar praça ficava livre", promovendo, com tão impolítico plano, "a fugida de muitos escravos, de seus senhores para os matos".

O libelo dos da Cachoeira se estendia ainda à deficiente e errada ação militar de Labatut, que pretendia, mais que general comandante das tropas em operação, ser governador das armas, o que lhe era vedado dada a "condição de estrangeiro, a quem não sofrem povos livres ser confiado o leme do Estado, seja qual fôr a repartição", e a quem era mister "reprimir-se a fúria de mau discípulo de Napoleão, que, já afeito a menoscabar da Junta Provisória das Alagoas, e dissolver com a baioneta e o canhão o govêrno de Sergipe, concebeu agora a idéia de fazer ao Conselho Interino o mesmo que outrora fêz seu antigo chefe ao Conselho dos Quinhentos". Paralisara êle as freqüentíssimas guerrilhas e correrias do bravo Joaquim Pires (Visconde de Pirajá) "que chegaram a entrar até a cidade"; não corria os postos, não treinava os homens, não formava as linhas; e descuidava dos hospitais. Dispensara "a tropa de índios, os primeiros que ganharam louros na campanha e ensangüentaram naquela posição (as linhas primitivas mandadas recuar por Labatut) suas voláteis armas no atraiçoado sangue do Coronel Lusitano. Hoje (ofício de 16 de abril de 1823) não existe um só índio no exército". Mandara recuar as tropas, das trincheiras em que as encontrou, por mêdo aos reforços chegados a Madeira, com isso animando o inimigo, dando-lhe idéia de frouxidão e pusilanimidade, "a descoroçoar o exército movendo até à insubordinação da tropa, já cansada de ver tanta fraqueza e covardia; constando que houve oficiais que lhe mandaram oferecer suas bandas, outros que as atiravam fora, outros que se deram por doentes, envergonhados de ver assim manchado o seu brio e honra militar"; "soldados houve que pùblicamente clamaram — traição". Sustara a criação de batalhões determinada ou dirigida pelo Conselho, cessando com isso o voluntariado.

Assim, ao incriminar, protestar e solicitar, o Conselho vaticinava: "nunca entraremos na cidade se êste General fraco e cobarde fôr o general da ação", "é um brasileiro quem deve salvar a Bahia, não um estrangeiro sem pátria, sem outro laço social que o interêsse".

Deposição e prisão de Labatut

Na segunda quinzena de maio (1823) Labatut recebe denúncias de uma conspiração para depô-lo, encabeçada pelo Coronel Felisberto Gomes Caldeira, a quem, usando do estratagema de chamá-lo a seu quartel-general, em Cangurungu, perto de Pirajá, prende e remete à Fortaleza de S. Lourenço em Itaparica. Ordena então a Lima e Silva, comandante da brigada do centro, marchasse imediatamente de Pirajá, com seu batalhão, contra os componentes da brigada da esquerda, antes comandada por Felisberto Caldeira. Barros Falcão e Lima e Silva convocam a oficialidade das brigadas da direita e do centro que êles comandavam, consultando sôbre medida tão precipitada — "visto que dela resultaria a guerra civil" a dividir o exército, "derramando-se o sangue brasileiro, por intrigas e caprichos particulares". Afirmava Lima e Silva, nessa reunião militar, que o exército se achava no momento, "nas mais brilhantes circunstâncias a respeito do inimigo, tendo-o rigorosamente sitiado por mar e terra", e os de Madeira "ou finariam todos à fome ou se entregariam todos à discrição". Entretanto, "à notícia da demissão e guerra civil entre nós, atacar-nos-iam infalìvelmente", e com vantagem. Qualquer ação perdida para os brasileiros destruiria a fôrça moral que os mantinha, "e por conseguinte retrogradaria a nossa causa".

Resolveu por unanimidade, o conciliábulo, mandar deputação a Labatut para que sustasse tais hostilidade e demitisse seu secretário Cambuci do Vale, suscitador de intrigas, a quem se atribuía preponderância sôbre o ânimo do general, levando-o a errar e a malquistar-se com o govêrno civil da Província, com civis e militares. Nos têrmos da ata dessa reunião, reinava "o maior desgôsto" "pelas despóticas demissões de muitos oficiais, degredos de outros da melhor opinião do exército, ordens do dia insultantíssimas, mesmo imediatamente depois de ter o exército acabado de bater o inimigo, em lugar de louvor, que se deveria dar pelo seu brioso e patriótico comportamento", e por fim pela "escandalosa e atraiçoada prisão do Coronel Felisberto Gomes Caldeira, comandante da brigada, militar êste bem conhecido pelo seu patriotismo e incansável zêlo com que se tem distinguido na criação e govêrno daquela brigada". Quando ia partir a deputação daquela assembléia à procura de Labatut, chegam dois oficiais da brigada da esquerda e participam que esta brigada "havia tomado a resolução de prender o General e seu secretário, os quais ficavam presos no quartel-general". Passou então aquela assembléia a comunicar o fato ao Imperador e ao govêrno civil da Província "para que êste resolvesse quem deveria ficar governando o exército" até a decisão imperial. Interinamente tomariam as resoluções necessárias os comandantes das três brigadas.

O Conselho da Cachoeira, ao conhecer do grave episódio, publica proclamação com palavras de censura e, procurando dar remédio aos males que podiam advir, nomeia (24 de maio) a Lima e Silva para o comando geral do exército em operações.

Terceiro e final período da guerra. O 2 de Julho

Começa assim na última semana de maio o terceiro, curto e final período da guerra. Lima e Silva não demora a levar a cabo, a 3 de junho, um ataque geral às posições lusas, empenhando na batalha tôdas as fôrças, que lutam bravamente em Queimado, Cruz do Cosme e Lapinha. Mas não tendo chegado a hora de conquistar a Cidade, ordena a seus comandados retornar às anteriores posições. Neste combate tomam parte outros Lima: um dêstes, o jovem Luís Alves de Lima, futuro Duque de Caxias. Os portuguêses ainda atacam em Coqueiro, em Campina... e nas suas retiradas queimam o Engenho da Conceição e o sobrado dos Argolo em Bate-Fôlha.

Aproximando-se o fim de junho, a penúria, dentro da Cidade, obriga Madeira a aprestos mais positivos para a retirada e a fazer chegar ao acampamento e aos chefes brasileiros, apelos e súplicas, que definiam uma rendição (23 de junho). A 1.º de julho começa o embarque das tropas e civis lusitanos, ultimando providências já planejadas desde 28 de maio. E a 2 de julho deixa o pôrto uma longa fileira de navios — frota de guerra e comboio mercante, a conduzirem a Portugal a notícia da definitiva e completa Independência.

Era ainda um grande aparato bélico que, batido e exaurido, enrolava bandeiras e abandonava a luta, através de uma tácita e consentida capitulação, pois o exército brasileiro, em humana e sábia atitude, retardou o ataque geral e final, dando tempo àquela retirada.

Assim nobremente terminava uma longa e brava guerra que ombreia com as que sagraram heróis os que conquistaram a emancipação dos povos hispano-americanos.

Cochrane, esperando fora da barra a grande frota, hostiliza-a e a persegue, fazendo prêsas e enviando, à cidade expugnada e seu govêrno, centenas de prisioneiros.

2 de julho de 1823

Solene e triunfalmente entrou o "Exército Pacificador", a 2 de julho de 1823. A Cidade, afinal aliviada de sofrimentos de tôda espécie, acolheu os guerreiros vitoriosos com entusiasmos que empolgaram desde o homem das ruas até as monjas dos conventos, em universal manifestação de premiador regozijo. Só se furtaram os portuguêses, que, não tendo podido partir, encolhiam-se, escondidos, fundadamente receosos de represálias e violências, que, entretanto, não tisnaram aquêles dias de glorificação.

Senhoreou desde logo os espíritos a paixão exaltadora, o êxtase cívico, ante os feitos e o valor da conquista que haviam granjeado quantos, libertando a Cidade, davam completa, ao Brasil, a Independência.

Mal cessou a luta logo surgiu o credo patriótico, firmando-se a liturgia das anuais celebrações, obedecida a rigor até os dias que correm.

Não foi preciso esperar o estudo e a demonstração dos historiadores, nem as repetidas incitações da propaganda erudita, para incrustar-se na alma baiana a "mística da Independência".

As devoções tradicionais nasceram gêmeas com as ufanias do próprio dia da vitória. Já no ano seguinte, a 2 de julho, desfilava o préstito cívico, imitando, quase pelos mesmos caminhos e ruas, a entrada dos guerreiros vencedores: fôrças militares a que logo se agregariam "batalhões patrióticos", formados êstes de elementos das várias classes — agricultores, negociantes, caixeiros, artífices, e, em plaustro romântico, o símbolo americano do Brasil primitivo e autêntico, o caboclo, que alanceia o "dragão do despotismo"; o Te-Deum entre incensos e sermões panegíricos; o coreto e o teatro em que as autoridades assistem e os oradores e poetas se saciam de ênfase; a fôlha da Independência, o cróton auriverde, enfeitando barretinas e chapéus, dragonas e lapelas, a juntar-se às colchas, arcos e luminárias, que emolduram as aclamações: a romaria, entre músicas e iluminações, aos "caboclos" expostos na praça, até o dia da "volta dos carros" à Lapinha, cercados da multidão ovante e, algumas vêzes, perigosa em seus excessos.

A essas expansões populares juntava-se uma tal ou qual soberba ou vaidade, em todo o caso um nobre orgulho, nos que haviam tomado parte na gloriosa campanha, os mais dêles galardoados com títulos de nobreza, condecorações do "Cruzeiro" e da "Restauração da Bahia"; veteranos que legaram a descendentes êsse entono, como a constituir, cimentada nos serviços à Pátria, uma aristocracia que ainda alimenta distinções ou sobrancerias, não pela abastança da fortuna, que muitos não tinham e de que outros decaíram, mas nutridas pelas recordações familiares e registros históricos que douram e redouram tais brasões.

Antilusismo e indisciplina militar. Os primeiros dias da Bahia libertada

Se foi possível contê-lo nos primeiros dias, o antilusismo não enfraqueceu com a vitória. Dominante no povo e em certa casta de militares, era o desbragamento do "nativismo", que desde o século anterior, em sucessivas demonstrações e incidentes, vinha separando reinóis de baianos: ou nas vereações que protestam, ou nos plebiscitos convocados pelo juiz do povo, ou nas reações a tributos ou privilégios e distinções humilhantes; ou ainda nas eleições capitulares, em consistórios de conventos, onde muitas vêzes se enfrentaram os partidos brasileiro e português, e na "Inconfidência" de 1798.

Antes da campanha da Independência viajantes estrangeiros registravam êsse estado de espírito, que conduzia à separação.

Agora, e por muito tempo, até depois da guerra do Paraguai, as expansões violentas dessa animosidade aos portuguêses, por parte das camadas menos esclarecidas e educadas da população, constituiriam preocupação administrativa e problema de ordem pública, especialmente presentes durante as festas comemorativas do 2 de julho.

A isso se juntava, para inquietar governantes na Bahia, até 1837-1838 (Sabinada), a indisciplina militar, em sucessivos motins, rebeldias, pronunciamentos e revoluções.

Um dos primeiros cuidados de Lima e Silva, ao instalar-se na Cidade, foi a ela chamar o govêrno civil da Cachoeira, que já não era o "Conselho Interino", mas uma "Junta", criada por carta imperial (5 de dezembro), eleita (19 de maio a apuração) e empossada havia poucos dias. O "Conselho", havia meses, solicitara a própria substituição por outros governantes, alegando ser difícil a administração por "uma assembléia tão numerosa".

A "Junta", brasileira e civil, vinha enfrentar árduos trabalhos, no encaminhar a Província, em seus primeiros passos, à plena integração nos novos moldes de govêrno, dentro do regime da "Independência" com subordinação ao "Centro", à "Côrte", ao "Imperador" e seu "Ministério".

A tropa precisava receber sôldo e vestir-se. Já o General apelara para negociantes, solicitando um empréstimo em dinheiro. A Cidade de tudo carecia "inanida, oferecendo a triste imagem da desolação e da barbaridade de seus opressores". Havia que restabelecer os órgãos de govêrno: as repartições, os tribunais. Mais de oitocentos prisioneiros portuguêses mandara Cochrane, dos que êle apresara em alto mar, e agora despejava no pôrto. Cumpria moderar a gana dos vencedores a reclamarem devassas, prisões e seqüestros. Expede-se proclamação (7 de julho), mandam-se emissários à Côrte a comunicações solenes; a Câmara da Cidade reconhece e aclama (16 de julho) o Imperador e manda os futuros Marquês de Abrantes e Barão de Maragogipe, em embaixada de reverências e tributos de fidelidade ao Soberano.

Passa-se menos de um mês e começa a série dos tumultos de militares, tocados do desvario antiportuguês.

Quando, anteriormente, tivera notícia da deposição de Labatut, o govêrno do Rio nomeara (26 de junho) para o comando das fôrças sitiantes ao Brigadeiro José Manuel de Morais, que agora vinha assumir o pôsto, na Cidade já libertada. Apresentam-se, entretanto, à Junta, os comandantes de todos os corpos de primeira linha e da fôrça de Cachoeira, a representar (1.º de agôsto) que sobrestivesse na posse do Brigadeiro Morais, "porisso que não se responsabilizavam pelo comportamento dos soldados, descontentes de verem-se privados do comando daquele, debaixo de cujas ordens entraram na Capital". E Morais se demitiu e Lima e Silva continuou.

Ainda em agôsto (18), vindo de Portugal, aporta à Bahia, tarde e a más horas, o emissário conciliador de D. João VI, o Marechal Luís Paulino de Oliveira Pinto da França. Embora proibido de desembarcar e intimado a dirigir-se ao Rio de Janeiro, exaspera-se o furor popular contra os "marotos". Deportações de suspeitos, que a Junta protelava, são exigidas e realizadas. Muitos, sentindo-se inseguros, por si mesmos se retiram, cau-

sando grande abalo ao comércio (em grande parte de portuguêses) com fechamento de casas e liquidação de firmas.

Em começos de setembro agitam-se nas ruas conflitos entre soldados da Província e do Batalhão do Imperador. Lima e Silva se exonera do comando geral, disposto a retirar-se com esta fôrça para o Rio. Há conciliação, mas no meado do mês, como Lima e Silva tivesse ordenado passassem as tropas ao regime e vencimentos do tempo de paz, a agitações e boatos juntam-se notícias de planos revolucionários, alcançando vilas do Recôncavo, para algumas das quais são enviadas tropas. Aos anúncios de uma revolução republicana para 12 de outubro o Govêrno convoca, a 9, os comandantes militares. Declara então Lima e Silva não ter sua autoridade o apoio preciso e pede demissão e embarcações em que se transportasse. Assume o comando em seu lugar Felisberto Gomes Caldeira.

A 12 de outubro, aniversário de Pedro I e de sua aclamação como Imperador, e a 8 de novembro, da batalha de Pirajá, solenidades e festas como que arrematam o episódio da campanha da Independência.

A crise da dissolução da Constituinte

A agitação militar e antilusa, mal amainava, logo recrudescia. O Govêrno disfarçava, contemporizava, adiava, iludia a execução das deportações de portuguêses. Mas os exaltados e a opinião pública, por êles excitada, reclamavam o cumprimento de tão ferozes determinações.

A notícia do golpe imperial da dissolução da Constituinte fêz crescer inquietude aos agitadores, trabalhados por tôda a sorte de interpretações e desconfianças em tôrno das tendências de Pedro I: absolutistas, ou restauradoras da união do Brasil a Portugal. A Câmara Municipal, refletindo a efervescência popular (dezembro de 1823), de tal modo se manifesta e tais deliberações toma que, logo depois, a ata que as registrou foi mandada riscar e borrar para que jamais pudesse ser lida. Reúne-se então em Palácio um "conselho" (17 de dezembro de 1823) de civis e militares que, ponderando "as circunstâncias extraordinárias e assustadoras em que se acha a Província, onde infelizmente a segurança individual é a cada passo atacada por contínuos motins e assuadas e onde é quase nenhum o respeito devido a tôdas as autoridades constituídas, em maneira que a cada momento se nos oferece o horrível aspecto da anarquia" —, ao mesmo tempo em que fazia inutilizar aquela ata da Câmara Municipal, mandava exprimir ao Imperador a mágoa dos baianos pela dissolução da Constituinte e a esperança de que " satisfaça, como cumpre à sua alta dignidade, boa fé e constitucionalidade, aos juramentos, relativos ao regime constitucional", reclamando "com a maior brevidade", "o prometido projeto de constituição duplicadamente liberal", para que as Câmaras Municipais, "interpondo o seu juízo e o transmitindo aos deputados" êstes o aprovassem, "removendo, assim, a desconfiança dos povos, que se acha em extremo açulada". Ainda o "Conselho" advertia a Pedro I quanto a qualquer

idéia de federação do Brasil com Portugal — "união absolutamente impossível". Agradecendo a formação do ministério só de brasileiros, manifestava também ao Imperador confiança em que não entregaria "os grandes cargos do Estado a súditos nascidos em Portugal"; e dando-lhe graças "por haver mandado expulsar do Império alguns maus portuguêses residentes na Côrte", lembrava ser necessário estender tal providência "a todos aquêles que, como os expulsos, se têm mostrado e mostram inimigos do Império". Pedia também a liberdade e repatriamento dos deputados presos e expulsos, com especial referência a Cipriano Barata, "cujas asserções imoderadas eram mais filhas de seu patriotismo exaltado, que de maldade de seu coração"; nomeação para a Província de funcionários e magistrados "nascidos no Brasil"; retirada para a Europa das duas comunidades religiosas dos Carmelitas Descalços e dos Missionários Apostólicos, vulgo Barbadinhos, cujos membros "são estrangeiros nossos inimigos, que nos fizeram a guerra no campo de batalha, no púlpito e confessionário", sendo sua presença na Cidade "perigosa ou nociva".

Nota-se nas opiniões e deliberações daquela convenção, de par com o espírito liberal e altivez diante do soberano, o intuito de definir imposições da opinião popular e militar, buscando ao mesmo tempo moderar-lhes os exageros. Adotavam o parecer de uma comissão de que faziam parte homens da altura de Francisco Agostinho Gomes, Lino Coutinho, os irmãos Miguel e Antônio Calmon e outras ilustres personalidades da Província, inclusive Felisberto Caldeira. Objetivando promover a paz na Cidade e Província, e "poupar vidas e dar tranqüilidade aos portuguêses honrados e pacíficos que hoje são cidadãos brasileiros", aconselhava "se fôr necessário", e até que Portugal reconhecesse a Independência, a deportação de certas categorias de lusitanos: os prisioneiros mandados à Cidade por Lorde Cochrane, inclusive os frades de Jerusalém; alguns solteiros e perversos que haviam feito a guerra, "cuja existência nesta cidade se alega como causa de motins e assuadas", compreendendo "frades de diferentes ordens religiosas"; alguns casados sem filhos, "os quais apesar da mágoa que nos causa a idéia da separação de suas mulheres, é contudo certo que, sem a saída dêles, continuará a desordem pública". Poupados fôssem os chefes de numerosas famílias, apontados como merecedores da "piedade dos generosos baianos", salvo "os que se bandearam para o inimigo e nos fizeram a guerra"; mas demitidos e deportados os militares que haviam combatido contra a Independência. E nas vilas e povoações as autoridades e câmaras, os capitães-mores e comandantes de milícias relacionassem os "portuguêses maus", reputados "causa de desordens", para que o Govêrno lhes desse o destino dos demais.

Além de indicar outras providências, formulou aquela assembléia uma legislação ou regulamentação, que abrangia a disciplina militar e a conduta de empregados civis; a liberdade de imprensa e julgamento dos crimes a ela relativos por tribunais de jurados, e a fiscalização do pôrto e passa-

portes; a reorganização militar da Província com criação de uma polícia militar; resguardos da ordem pública nas vilas e povoações do Recôncavo; cuidados com artilharia e elementos de defesa "a fim de obstar qualquer tentativa de Portugal, porquanto pelas últimas notícias de Lisboa consta que ali se fazem preparativos para uma expedição naval".

Esta ata, notável documento, que retrata uma atribulada fase histórica da Província, foi remetida ao Imperador para tomar as medidas sugeridas a atender às solicitações e apelos formulados. E a execução das deportações foi sendo protelada.

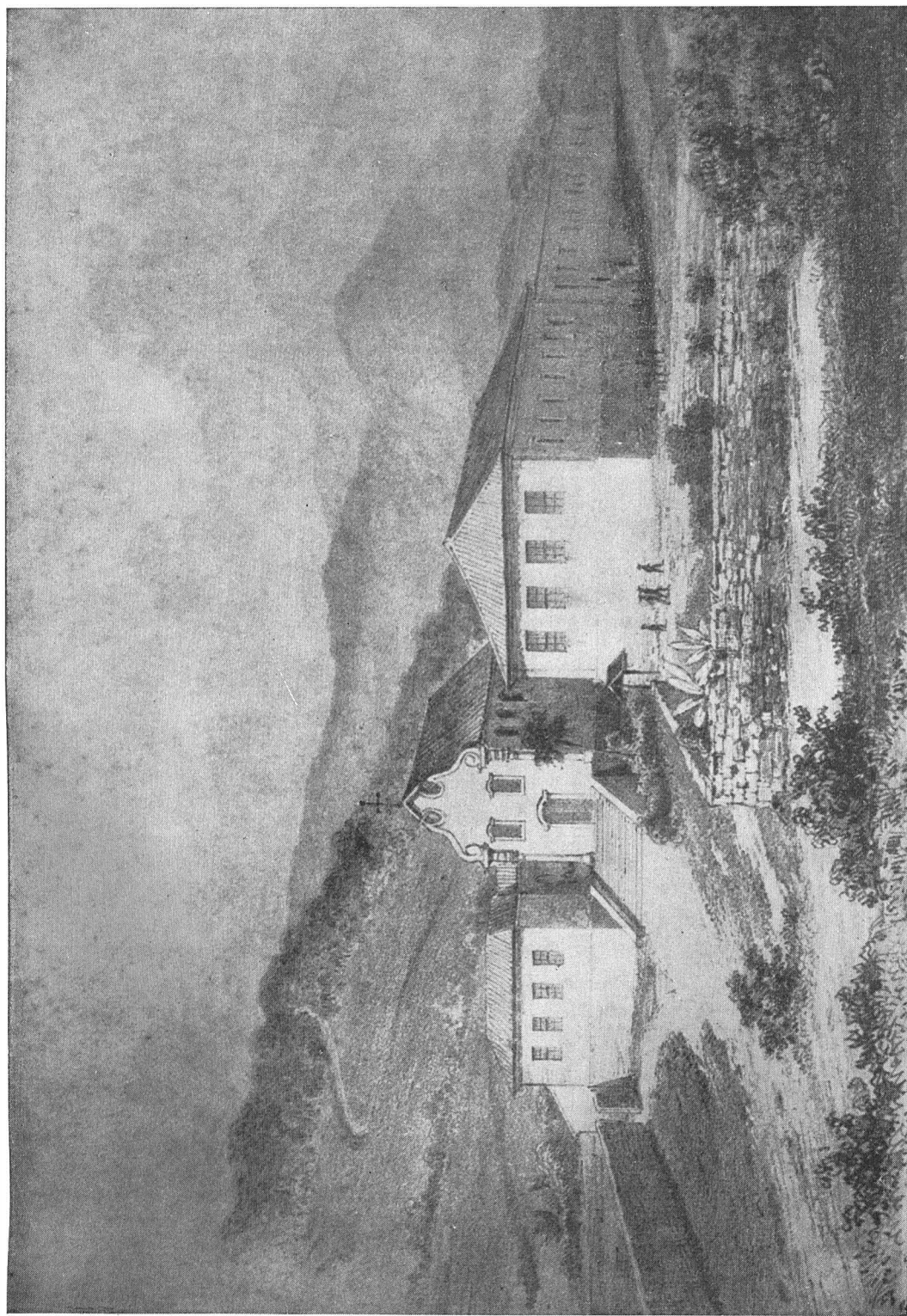
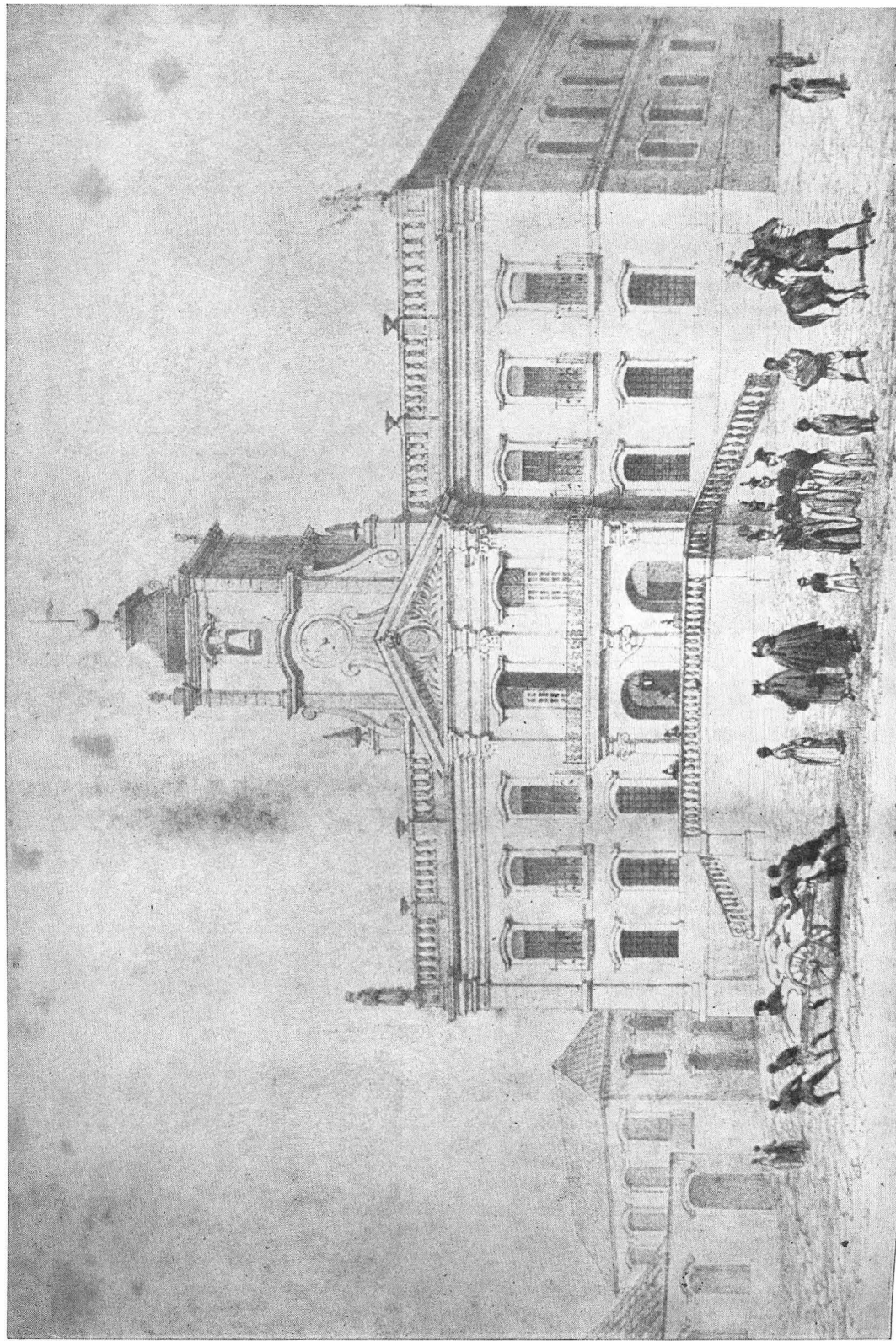
Assassinato de Felisberto Caldeira. Comissões militares, fuzilamentos

Continuaram, entretanto, os motins militares e nesse ambiente de agitação é que tomou posse o primeiro presidente da Província, o baiano Francisco Vicente Viana, futuro Barão do Rio das Contas.

Acomodadas e compostas restrições e críticas à Constituição outorgada, foi esta afinal jurada pelas Câmaras da Província, mas a notícia dos acontecimentos de Pernambuco (a revolução de 1824) fêz referver agitações, em tôrno da exigência de um conselho, uma assembléia eleita na Província. Polariza os receios ou ameaças de indisciplina o terceiro batalhão de linha, comandado pelo "Periquitão", José Antônio da Silva Castro. Certa manhã soldados e alguns oficiais dêsse batalhão (sem conhecimento de Silva Castro), dirigindo-se à residência do comandante das armas, Felisberto Caldeira, o assassinam (25 de outubro de 1824), depois de alegarem inconformidade à destituição de Silva Castro, que recebera ordem de partir para o Rio de Janeiro.

Outros batalhões, ordeiros, chocados com tal tumulto e crime, manifestam reprovação aos amotinados. Temem-se encontros nas ruas. O presidente da Província convoca novos "conselhos", ao tempo em que militares se reúnem em assembléias. Os primeiro e segundo batalhões de linha publicam manifesto, abandonam a Cidade e se retiram para Abrantes. Continua o temor de virem-se às mãos tais fôrças armadas em dissídio, mêdo que o Presidente Viana justifica e aumenta, quando se passa para bordo de uma corveta de onde ordena (28 de novembro de 1824) ao terceiro batalhão embarcasse para Pernambuco e aos que acampavam em Abrantes mantivessem-se obedientes ao Govêrno. Afinal deixam o pôrto os rebeldes "periquitos", regressam à cidade os de Abrantes e o presidente volta à terra.

Tão triste episódio iria dar lugar a violências e opressões. Gordilho de Barbuda (futuro Visconde de Camamu), nomeado pelo ministério comandante das armas na Bahia, instaura "Comissões Militares" que investigam, *julgam* e condenam. Caem fuzilados Sátiro Cunha, bravo veterano da campanha da independência (15 de janeiro de 1825), e Gaspar Vilas Boas (22 de março de 1825).

A odiosidade das "Comissões Militares", ademais presididas por um português; o caráter de vingança de suas sentenças após um processo ar-

7. *SEMINÁRIO DE MARIANA, MINAS GERAIS*

8. *CÂMARA DE OURO PRÊTO, MINAS GERAIS*

bitrário com supressão de defesa; a instantaneidade da decretação de penas de morte, imediatamente executadas, tudo daria, e por muito tempo, aos dois fuzilados o resplendor de mártires, tanto mais que os verdadeiros culpados da morte de Caldeira, a si mesmos acusando, haviam, em tempo, fugido para o estrangeiro.

De 1824 a 1830

Os presidentes Viana, Queluz, Cunha Meneses, Camamu, Cesimbra e Fiais (1824 a 1830) ocuparam-se dos problemas de ordem pública; de alimentação ou abastecimento; de estradas para o Sertão, especialmente as de penetração no sul da Província em busca de bem ligar o litoral da Bahia (estrada de Santa Cruz ao Salto Grande do Jequitinhonha, ou do Prado a Minas Novas, ou das Pancadas do Rio Jucuruçu) ao território mineiro; de catequese, defesa e aproveitamento dos índios (os Botocudos de Jequitinhonha); imigração e imigrantes estrangeiros (alemães em Ilhéus, irlandeses em Taperuá, suíços e alemães em Viçosa). Problemas agrícolas encaminhavam-se em providências para a introdução de novas culturas: chá, cravo, canela, pimenta-da-índia, a criação de um "jardim de plantas". Os melhoramentos urbanos visavam à iluminação, o abastecimento de água, obras do canal da Jequitaia, Colégio dos Órfãos de São Joaquim, instituição de um asilo para meninas, construção do farol da barra. Nos sertões cuidava-se de aproveitar as águas termais do Cipó. E, ali na cidade, a maior disseminação da instrução pública ocupava atenção e ação dos governantes.

Alguns dêsses presidentes viram-se a barbas com corsários argentinos na costa. Graves ameaças os levavam à esquisita providência de mandar prender portuguêses para evitar distúrbios e acalmar irritações de nacionais. E todos combatiam a moeda falsa de cobre (o *xenxém*), luta a que se atribuiu o assassinato do Presidente Visconde de Camamu (28 de fevereiro de 1830). Esforçavam-se também na prevenção de levantes de escravos e formação de quilombos, enquanto nos sertões havia conter ou bater índios agitados, e perseguir e punir desordeiros como aquêles que se celebrizaram com o apelido de Mucunans, em Maracás.

Durante o govêrno de Queluz visitou a Província (fevereiro de 1826) o Imperador Pedro I.

A grande crise militar antilusa de 1831

Da febre nacional de indisciplina e rebeldia, que tantas fôrças criadoras e tantas energias para o progresso e o aperfeiçoamento político inutilizou, durante o Primeiro Reinado e o período regencial, não podia escapar a Bahia, onde, de 1831 a 1833, os levantes remontam a revoluções.

Nos primeiros dias de abril de 1831 ali chegam novas dos sucessos da Côrte: o regresso de Pedro I de sua viagem a Minas Gerais, a Noite das Garrafadas, as ousadas manifestações, cara a cara do Imperador, em vivas à Constituição, à Federação e até à República; tôda a agitação e antagonismo belicoso entre portuguêses e brasileiros, às vésperas da Abdicação.

Exaltam-se na Província o antilusismo e os sentimentos hostis ao Imperador, cuja proclamação aos mineiros chocava a opinião popular. A Bahia se conflagra.

A 4 de abril estala um movimento de porte. Gente de tôdas as classes reúne-se à tropa no Barbalho, sob o comando de um coronel de segunda linha. Deputados e senadores intervêm, a pedido dos rebelados e, receosos da guerra civil, se dirigem ao presidente da Província. A agitação chegara ao auge em conseqüência da prisão de dois oficiais recolhidos a bordo de uma fragata, exigindo-se a liberdade dos detidos.

Com a praça fronteira ao palácio repleta, entra em crise o Govêrno, que reúne aquêles parlamentares e mais os vereadores e envia uma deputação ou comissão aos amotinados, para que definissem o que pretendiam. Remetem êstes um escrito em que alegam transgressões à Constituição cometidas na Província, citando a prisão de dois oficiais "só pelo fato de serem constitucionais e defensores da Independência, ameaçada violentamente pelos últimos fatos praticados no Rio de Janeiro por uma facção lusitana recolonizadora", e afirmam haver "resolvido com as armas na mão" a deposição do comandante das armas — Calado — que deveria ser embarcado para o Rio, substituindo-o um militar brasileiro nato. Queriam mais: fôssem postos em custódia os oficiais portuguêses que, a êles, rebeldes, não se haviam reunido; e também a deposição do comandante da polícia. Cominavam o prazo de 24 horas para a execução do exigido, ameaçando tomarem a ofensiva.

A crise evolui em colapso governamental: reúne-se à noite um conselho, às pressas convocado (senadores, deputados, membros do Conselho da Província, vereadores); o presidente manda às tropas fiéis que aguardem ordens em seus quartéis, enquanto o troço revoltoso cresce. Já são três a quatro mil homens de tropa, a maior fôrça militar da cidade, e paisanos armados no Barbalho, além de muita gente, também armada, em outros pontos. O "conselho" tudo concede: deposição de Calado, indicando-lhe substituto; demissão dos oficiais "nascidos em Portugal", que seriam quanto antes retirados para a Côrte; substituição do comandante da polícia.

Era a vitória completa dos amotinados, que já no dia seguinte engrossavam em mais de oito mil homens, no Barbalho. Nesse 5 de abril outra vez se reúne o "conselho", curvando-se a novas imposições. O presidente, Visconde dos Fiais, deixa o govêrno a 7, alegando doença. No dia seguinte, deposto e deportado, embarca o General Calado.

Não se restringe à Capital e seus quartéis a agitação antilusa. A 6 de abril, em Sto. Amaro, é deposto o tenente-coronel comandante de um batalhão daquela vila, e a 17 ocorrem ali atentados contra lusitanos. De Cachoeira são expulsos 42 portuguêses, por contrários à causa pública do Brasil.

O vice-presidente Cesimbra convoca de nôvo o "conselho" e defere uma representação ou requerimento de 609 cidadãos, prometendo: organizar

guardas municipais; confiar as fôrças militares de todo o gênero a cidadãos brasileiros natos, e de confiança púb'ica; dar ordens para não se retirarem da Bahia as fôrças navais aí estacionadas; nomear uma comissão para indicar quais os portuguêses que, reconhecidos como perturbadores da paz da Província, devessem ser mandados sair dela para seu sossêgo e tranqüilidade; recomendar aos juízes de paz buscas nas casas dos naturais de Portugal, onde constasse haver depósito de armas. A 15 são mandados sair da Província numerosos portuguêses conhecidamente contrários à causa do Brasil, como expediente para se apaziguar o furor popular e os excessos criminosos dos mata-marotos, exaltados com a morte de um brasileiro, atribuída a um português.

Enquanto assim se alvoroçava a Província em tamanhos movimentos lusófobos, estavam ocorrendo no Rio os magnos acontecimentos, cujo clímax foi a abdicação a 7 de abril, sucesso cuja notícia só a 22 dêsse mês chegou à Bahia, pelo mesmo navio que trazia o nôvo comandante das armas, General Antero José Ferreira de Brito.

Acalmaram-se os ânimos. O Govêrno promoveu festas e proclamou ao povo (23 de abril), procurando esfriar o ardor antiportuguês da massa popular, ao lembrar ser o nôvo Imperador príncipe brasileiro de nascimento. Suspende então a ordem de expulsão dos portuguêses, muitos dos quais se haviam refugiado em navios surtos no pôrto, e logo desembarcaram. Opera-se ao mesmo tempo nobre reação a tais excessos. A favor da tolerância para com os portuguêses, seiscentos habitantes do Recôncavo, muitos, certamente, dos que haviam combatido pela Independência e batido as tropas lusas em 1822-1823, assinam eloqüente representação, de requintado bom senso e elevado estilo.

Decorridos poucos dias, entretanto, amotinados no Forte de S. Pedro e quartéis da Palma e Sto. Antônio forçam a execução imediata das deportações. Assumiu êste nôvo levantamento militar tamanho vulto (13 a 14 de maio) que, reunido o "conselho", deputou, ao ajudante de tropas e paisanos no Forte de S. Pedro, uma comissão de que faziam parte o arcebispo, um desembargador e o nôvo comandante das armas, com o propósito de fazer os rebelados desistirem de qualquer ação violenta. Êstes, porém, a nada atendendo, passaram a exigir não só o cumprimento das deportações como ainda a retirada de Cesimbra da presidência, o que afinal alcançam.

Como entrassem a agir com eficácia os guardas municipais, evitaram-se novos e tentados levantes, e havendo sido desarmado e embarcado um batalhão sedicioso, passam-se alguns meses de relativa calma, até que a 28 de outubro outro batalhão se apresenta na praça cercado de povo e em alvorôto pretendendo todos entrar na Câmara para deliberar. No bairro de Santo Antônio irrompe sedição popular. Reagem, porém, os guardas municipais e povo. Há um encontro no Campo Grande: guerrilhas, tiro-

teios, perdas, dispersão. O Presidente Barros Paim informando ao govêrno--geral dizia não ter havido tempo para os revoltosos fazerem requisições. Mas tinham sido ouvidos vivas "à Federação, ao desarmamento e exclusão dos brasileiros nascidos em Portugal das guardas municipais, e à deposição do atual comandante das armas".

Em todos aquêles pronunciamentos de março, abril e maio de 1831 dominara o antilusismo e a indisciplina militar, a destituição ou escolha dos comandantes pelos seus comandados. Agora, neste de outubro, aclamava--se "a Federação". Era o início da crise federalista.

A crise federalista de 1832-1833

Em fevereiro de 1832 rebenta em Cachoeira uma efêmera e débil revolução chefiada pelo Capitão Bernardo Miguel Guanais Mineiro, que ali proclama o "sistema federal": reunião de gente armada na praça; pronunciamento na Câmara; proclamação do programa revolucionário; constituição de um govêrno provisório. Não aparecem adesões. O presidente da Província, Honorato Paim, age com presteza e energia. Bloqueia, por terra e mar, a Cachoeira, infligindo-lhe carência de abastecimentos. A Feira de Santana envia uma coluna militar que previne ou desfaz repercussões, prendendo ou dispersando simpatizantes. Outras fôrças marcham a cercar Cachoeira, dentro da qual se manifestam resistências, e para fora da qual fogem os antes coagidos, e mesmo uns tantos revolucionários arrependidos. Guanais Mineiro é prêso e, a 24 de fevereiro, uma semana justa, contada do início do movimento, entram em Cachoeira as fôrças governamentais, sem efusão de sangue.

Decorre um ano e, em março de 1833, um bando de populares armados, comandados por um tenente, ataca o quartel de Permanentes Municipais. Êstes reagem, dispersando e perseguindo os assaltantes. Era o anúncio da grave revolta do Forte do Mar, poucos dias depois a 26 de abril, quando os presos naquela praça assestam a artilharia contra a cidade; içam uma bandeira de duas faixas verticais azuis, marginando uma branca, saudada por uma salva; assenhoreiam-se da barca-canhoneira de registro; apresam embarcações de mantimentos que passam próximo ao forte, e fazem fogo para terra. Chefiam a revolta agitadores de fama: além de Guanais Mineiro, Carmo Sucupira e Daniel Gomes de Freitas, que viria a ser Ministro da Guerra no govêrno revolucionário da Sabinada.

Durou quatro dias de renhida luta a tomada da fortaleza aos rebeldes, sofrendo a cidade não pequenos danos causados pelo bombardeio. O Govêrno "armou navios, postou artilharia nos lugares mais altos da cidade, e preparavam-se lanchões para levar a tropa que devia tentar o assalto", quando os revolucionários, não podendo mais carregar as peças, porque a esplanada era varrida pelo fogo legalista, se rendem, no dia 29.

Antes, a uma intimação para deporem as armas, haviam respondido quererem a "Federação".

Mortos; rebeldes fugitivos ou removidos para a Presiganga; grandes estragos na fortaleza e a apreensão de documentos revolucionários foi o saldo daquela corajosa ousadia.

Programa dos federalistas

As ideologias, as cartas de intentos, das duas revoluções federalistas se assemelhavam ìntimamente, quase idênticas aos "Artigos" lidos por Domingos Guedes Cabral no "Campo da Honra na Heróica Vila da Cachoeira e Campo da Firmeza do caracterizado Arraial de São Félix" em fevereiro de 1832 e a "Proclamação", que não chegou a ser por êles publicada, dos rebeldes do Forte do Mar, datada da "Praça da Liberdade e da Honra" em 27 de abril de 1833.

Levantavam-se, os de 1832 e 1833, contra os opressores do povo: os governos geral e provincial; e os magistrados e mais satélites dos opressores da pátria, tendo em vista "intrigas e tramóias dos aristocratas egoístas". E ainda contra os portuguêses, a principiar por Pedro I, "o sanhudo e furioso déspota", e suas pretensões restauradoras: "o ex-Imperador, tirano do Brasil, será fuzilado em qualquer parte desta Província se acaso aparecer, e a mesma pena terão os que o pretenderem defender e admitir"; "todo cidadão brasileiro fica autorizado a matar o tirano ex-Imperador D. Pedro I, como o maior inimigo do Povo Brasileiro, no caso que apareça em qualquer parte do território desta Província", processados quantos lhe prestassem socorro ou seguissem "seu atraiçoado partido", para serem punidos com prisão perpétua.

Proibir-se-ia aos portuguêses gozarem de fôro de cidadão brasileiro ativo, ou exercerem o "comércio a retalho e interior"; só seria permitido negociar na Província aos "estrangeiros de qualquer nação", quando trouxessem "estabelecimento de importância", ou fôssem "sábios e reconhecidos como liberais". Vedar-se-ia aos lusitanos, "inimigos emperrados e opostos decididamente à nossa felicidade", andar armados, devendo ser demitidos os que exercessem emprêgo civil ou militar, e reformados com ordenados e soldos, os que tivessem prestado serviços relevantes à nação. Deportar-se-iam os solteiros, a não ser que se empregassem na lavoura ou tivessem "estabelecimentos por seus bens e indústria", e mesmo os casados, uma vez reconhecidos inimigos do Brasil desde sua Independência. Extinguir-se-iam as pensões graciosas concedidas por D. João VI ou Pedro I a naturais de Portugal, que também não as poderiam receber da Assembléia Provincial.

Os lineamentos da nova "forma federativa" se contêm: em governar-se a Bahia "nos seus negócios internos", "independente de qualquer outra Província, fazendo porém aliança com tôdas as mais, bem como obedecendo ao chefe da Nação, o Senhor D. Pedro II, em os negócios gerais dela". Extinto o Conselho da Província, convocar-se-ia uma Assembléia Constituinte Legislativa de vinte e um deputados, que marcaria "os limites da independência da Província" e suas relações com a Capital da Na-

ção, e reformaria tôdas as leis que se opusessem ao govêrno federativo e interêsses peculiares provinciais; seriam eleitos pelo povo o Presidente da Província, os Deputados à Assembléia, os Membros de um Conselho de Govêrno, os Vereadores, e os Juízes de Paz, com função, êstes, de assistência a mendigos e menores abandonados; instituir-se-ia um "Conselho Provisório" composto de "quatro chefes das Repartições Eclesiástica, Judiciária, Militar e Marinha", e além de um "Tribunal de Júri Universal", para sentenciar em primeira instância tôdas as causas cíveis e crime, nêle proibida "tôda a influência desembargatória"; outro "Superior de Justiça", abolidos os julgamentos de recursos judiciais fora da Província. Reformada a administração pública, especialmente no Judiciário, com diminuição do número de desembargadores, criar-se-ia um corpo de tropa não superior a 1.300 praças de pré, regulada a forma do recrutamento pela Assembléia Provincial, e confiada a chefia das de primeira e segunda linha (igualadas estas, em fôro e vencimentos, quando em serviço ativo), a um "Inspetor-Geral", dependente em todos os casos do Executivo da Província. A Província reconheceria a obrigação de pagar a sua quota da dívida pública nacional. A Assembléia Provincial reformaria o código e o processo penais "abrandando as penas", "ficando extintas para sempre as prisões em navios ou presigangas". Em caso algum se suspenderiam "as garantias brasileiras", ainda mesmo aos militares. Aos empregados públicos proibir-se-ia perceberem emolumentos do povo, devendo êles sòmente receber ordenados, soldos e gratificações dos cofres da Província, estipêndios êstes fixados provisòriamente pelo "Govêrno Interino da Província".

Nessa pequena "Constituição" há, também, cláusulas de ordem fiscal e econômica: abolição da décima de alugueres de bens de raiz habitados pelos proprietários, ou quando não alugada a propriedade; dever o govêrno providenciar "para que apareça abundância de víveres e não haja míngua no comércio, lavoura e indústria"; castigos dos "atravessadores dos gêneros de primeira necessidade", obrigados os lavradores a plantar legumes que bastassem não só ao suprimento de "suas fábricas como ao necessitado do Povo"; imposição de "grandes direitos a tôdas as obras feitas importadas para esta Província a fim de em nada prejudicar as fábricas e oficinas de marceneiros, alfaiates, sapateiros e todos os que tiverem estabelecido qualquer ramo de indústria nesta Província, mesmo sendo estrangeiro" que estabelecesse lojas, bancos, tabernas etc. para venderem a retalho os gêneros de importação e exportação; obrigação dos proprietários de sesmarias de informarem, logo que fôsse instalada a Assembléia Provincial, "a qualidade do terreno que receberam e a benfeitoria, lavoura e indústria que tiverem plantado" sob pena de ser anulada a doação, entregues as terras a quem "se obrigue a fazer em seis meses quanto prometer", obrigado, no caso, o Govêrno a "algum contingente" ou "do cofre público ou do Banco da Província"; abolição de metade do dízimo a favor dos lavradores e criadores; diminuição de "todos os tributos

que pesam sôbre o povo"; abolição de "morgadios e bens vinculados, devendo êstes reverter aos herdeiros legítimos, e, na falta, à fazenda pública da Província, que poderia transferir, por graça da Assembléia Provincial, o usufruto a brasileiros que se tivessem destinguido no serviço e defesa da pátria", obrigados os agraciados "a fertilizarem o lugar de que se apossarem"; abertura da casa da moeda, recolhimento de tôda a moeda de cobre em circulação "sem prejuízo do Povo" para ser recunhada, com diminuição de valor, suprindo-se a diferença com a emissão de cédulas de uma a trinta patacas "a fim de vedar a falsificação e extinguir-se o pesado monopólio de prêmios e benefício dos ricos e contra os pobres".

Também cogitava a "Proclamação" em revogar, "desde já", a "tirana lei de 20 de setembro de 1830 contra a liberdade da Imprensa"; sempre garantido o pleno gôzo dêste direito a todos os cidadãos. A Assembléia Provincial votaria com a possível brevidade "uma lei justa para reprimir as calúnias e ofensas particulares dos escritos".

A tantos pensamentos e propósitos de reforma e govêrno, juntavam-se miudezas de represálias, como a "abolição" da Ordem Regular de Santa Teresa: "os frades portuguêses desta Ordem serão julgados em um tribunal competente, e sendo sentenciados dos crimes em que os acusa a opinião pública, serão deportados quanto antes". E não faltavam promessas e anistias granjeadoras de simpatias: aumento de vencimentos e recebimento de atrasados; emprêgo aos que a "tirânica lei do orçamento" havia dispensado das "estações em que viviam ocupados"; liberdade imediata de "todos os presos pelas tentativas de Aclamação Federal de 28 de outubro de 1831 nesta Capital e 20 de fevereiro de 1832 na Heroica Vila da Cachoeira, e quaisquer outros antigos e modernos acusados e já sentenciados por qualquer movimento político, sem atenção aos processos, que ficam nulos desde já para sempre".

Singularizam-se os "federalistas" por essas definições e programas, de quantos rebelados até então haviam perturbado a ordem da Província, embaraçando sua evolução.

A Sabinada Intranqüila trégua de quatro anos, na seqüência de tantos levantes político-militares, separou a crise federalista (1832-1833) da Sabinada (1837).

O volume das fôrças que tomaram parte na Sabinada e o das que foi preciso mobilizar para combatê-la e vencê-la; a duração da luta, por mais de quatro meses de continuado pelejar; a espetaculosa vitória inicial dos rebeldes, quando, com a expulsão das autoridades, tiveram o pleno domínio na capital; o eco da revolução no interior da Província, especialmente Feira de Santana (sertão próximo) e Vila da Barra (alto sertão, Rio S. Francisco); a violência de cruentos combates com largas perdas nas hostes rebeldes, tanto na expedição Higino Pires Gomes (100 mortos) como no ataque geral e tomada da cidade pelos legalistas (600 mortos e 1.700

prisioneiros); a repetição da estratégia e tática antes usada na guerra da Independência, isto é: Recôncavo contra Cidade em cêrco, com vistas a exaurir seus ocupantes pela fome, com encontros, escaramuças, guerrilhas e combates, freqüentemente nos mesmos campos e sítios, e mais o bloqueio marítimo e afinal a estatística dos sacrificados em tôda a guerra civil: legalistas 594 mortos, rebeldes 1.091 mortos e 2.989 prisioneiros — tudo destaca a Sabinada, não só de entre os demais movimentos revolucionários na Bahia como ainda os de outras províncias e da Côrte.

Desafia ainda pesquisadores felizes de documentos ocultos o problema histórico das ligações da revolução baiana com homens e fatos da Côrte, especialmente a retirada de Feijó, em setembro daquele ano de 1837. A valiosíssima narrativa de Daniel Gomes de Freitas, ministro da Guerra no govêrno revolucionário, crônica que muito diria neste particular, foi mutilada, arrancadas, provàvelmente por mãos interessadas, suas primeiras páginas, que, tudo indica, versariam as origens, denunciando conspirações e comprometidos.

Certo é que, desde o primeiro semestre de 1837, receava-se vir a ser a Bahia abalada por sério movimento revolucionário, e que a remoção de tropa, ali sediada, para as lutas no Rio Grande do Sul (um dos meios imaginados, e começado a ser usado, de evitar o que se temia) se transformasse em estopim a levar fogo aos explosivos.

Papéis volantes incendiários, artigos veementes na imprensa, manifestações de simpatia aos revolucionários do Pará e do Rio Grande do Sul, protestos contra a anunciada partida de tropa a "ir derramar o sangue de seus irmãos os republicanos do sul", boatos e advertências da opinião popular levaram o Presidente Sousa Paraíso, às vésperas dos acontecimentos, às proclamações.

Os fatos

A 7 de novembro de 1837 irradiava, do Forte de S. Pedro, a sublevação militar. Amiudando-se as defecções das tropas tidas pelo Govêrno como fiéis, e desmoronados desta sorte os apoios militares da reação e resistência, as autoridades, à frente delas o presidente da Província e o comandante das armas, ausentam-se da cidade refugiando-se em navios, que logo se afastam para escapar à artilharia rebelde. O chefe de polícia, Gonçalves Martins (futuro Visconde de S. Lourenço), com belicosa atividade, e o tesoureiro-geral Almeida Couto, com vultosa importância, que ainda pôde tirar dos cofres públicos, para os pagamentos do govêrno legal, buscam o Recôncavo, para onde, como nos transes da guerra da Independência, se dirigiam as levas e levas dos emigrados da capital.

Logo começa em Sto. Amaro e S. Francisco a organização das fôrças reatoras. Cachoeira seria outra vez capital provisória. Poucos dias após o deflagrar da sedição, perdem os revoltosos valioso elemento: o batalhão da polícia, à frente seu comandante, atravessa as ruas da Cidade, e dela se retira, em busca de Pirajá, a servir à causa do Govêrno. O Recôncavo,

mal refeito da surprêsa, todo se congrega, como em 1822-1823, a cercar a Cidade para tomá-la dos que dela se haviam apoderado. As fôrças regulares retirantes e as irregulares, convocadas ou improvisadas, a Pirajá se dirigem. Chegam mais tarde reforços e ajudas de Sergipe, de Pernambuco e da Côrte, ao mesmo passo que avulta a frota de guerra a apertar mais e mais o bloqueio. Há encontros e pequenos combates ou próximos ao acampamento dos sitiantes — Campina —, ou bem perto da Cidade, em S. Bartolomeu de Itapagipe e Engenho da Conceição, repetindo-se ataques e contra-ataques. Se em princípios de 1838, em Pirajá, concentrava mais de 1.500 homens, não tardou o exército anti-revolucionário a somar 4.000 combatentes.

Os "sabinos" ou "rapôsas", cingidos no abraço mortal do sítio, tentam romper a constrição que os asfixiava. Audazmente iludem o bloqueio dos "perus", varando-o em noite de escura cerração uma flotilha de lanchas e barcos, para desembarcar, em Caboto, uma expedição comandada por Higino Pires Gomes. Em marcha acelerada, os expedicionários atravessam o Recôncavo de S. Francisco e Sto. Amaro para serem batidos em Humildes, nas proximidades da Feira de Santana. Levavam por objetivo aí fortificarem-se, transformando a Feira em uma base sertaneja de operações, à retaguarda dos sitiantes legalistas.

Era nos primeiros dias de março de 1838 que assim, em Humildes, cruentamente começava a agonia da revolução. A 13 o exército restaurador realiza um ataque geral, luta sangrenta e bárbara de um dia inteiro, que se prolonga no seguinte, quando começa a penetração e conquista da Cidade, bairro a bairro e rua a rua. É Lapinha; é Soledade; é Jequitaia e Itapagipe, e é Bonfim. Cai o Forte de Monserrate. Outros postos vão sendo perdidos, encolhendo-se a área de precário domínio e periclitante defesa dos rebeldes, que logo evacuam o Forte do Barbalho.

À noite daquele 14 de março uma boa parte da cidade estava expugnada. Na manhã imediata começa o bombardeio ao Forte de S. Pedro, onde, afinal, depois de repelido um pedido de capitulação, rendem-se à discrição o chefe militar dos revoltosos — Sérgio Veloso — e oficiais e praças. O Forte do Mar resiste ainda, atirando sôbre os legalistas senhores da cidade, mas, ao anoitecer, silencia e se submete.

Ao ser assim totalmente conquistada, a cidade se escurecia do fumo dos incêndios, pouco antes ateados; ou pelo desespêro, ou pela vingança, ou pela perversidade. Ardiam nada menos de 160 prédios, ràpidamente consumidos.

Seguiu-se a paixão e a crueldade das punições. Julgamentos de vencidos pelos inimigos vitoriosos, calabouços e presigangas, até que a anistia de 1840, por ocasião da Maioridade, atalhou a selvageria inevitável do após-guerra. Aparecem — ou sofrendo ou fugindo, padecendo sempre — figuras que deixaram nome, pela constância combativa e revolucionária,

que os fadara a tomar parte em quase todos os tumultos daquela alvorotada Bahia da segunda e terceira década do século. E, do lado anti-revolucionários revelam-se algumas futuras notabilidades, com fama e históricos resplendores à sua espera.

Idéias e propósitos dos revolucionários

Ao entoar lamentos de miséria e humilhações da Província, despojada de seus recursos e saldos pela Côrte, que os mal gastava, a propaganda pela imprensa (*Nôvo Diário da Bahia*, agôsto de 1837) feria a corda dos males da centralização. E, com ataques à Câmara e aos deputados (que nada mais faziam que receber e dissipar subsídios), protestava contra a falta de ingerência do povo na coisa pública, a lembrar a felicidade dos Estados Unidos sob o regime republicano. Tais idéias e cartazes cristalizavam a do separatismo, ou "independência" da Bahia, "Estado livre" de tôda ligação com o Rio de Janeiro; propósito pelo presidente revolucionário João Carneiro da Silva Rêgo exposto em manifesto e em proclamação, ambos datados de 7 de novembro de 1837, e constante ainda da ata da assembléia reunida nos paços da Câmara Municipal naquele primeiro dia da revolução. Quatro dias depois, porém, atendendo a representações, inclusive de signatários dessa ata, convocou-se outra reunião das "classes gerais do Estado" para "fazer conseguir todos os ânimos a abraçarem a causa proclamada, livrando o Estado do flagelo que ordinàriamente se experimenta quando as mudanças políticas do govêrno não são unânimemente abraçadas". Nesta segunda assembléia, a 11 de novembro, declarou-se que antes, no período da conspiração, quando se tratara do "glorioso feito", ficara assentado que "a separação dêste Estado seria até à maioridade de dezoito anos de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II", afirmação e proposta logo inscritas em nova ata, assinada, entre muitos, pelos chefes da revolução Francisco Sabino da Rocha Vieira e João Carneiro da Silva Rêgo.

Nos autos do processo judicial instaurado para punição dos rebeldes vencidos outro documento aparece de definição de objetivos. É uma "Proposta", com colorido erudito, a citar Achilles Murat e Thomas Penn, em que, repetindo os conceitos da propaganda jornalística e dos manifestos e atas, fala-se em massas dominadas e dirigidas, como se foram rebanhos brutos; em vara do tirano Pedro I subdividida por déspotas pequenos, que não tardariam a instalar um govêrno feudal "ou de pedaços de terras e distritos pertencentes a juízes de direito por ora, e logo donos ou senhores dêsses mesmos terrenos". Nesse papel ainda se discorre acêrca da desesperança de uma pacífica e gradativa evolução do regime monárquico e constitucional para o republicano, sem lutas armadas, "só pelo progresso e poder irresistível da razão e da inteligência". Depois da queixa de injustiças aos militares da Província e da exaltação aos direitos e à fôrça das massas, pintada em negrores a situação da Bahia e atribuída à "facção dos nossos pequenos e ambiciosos aristocratas" a queda do "único simulacro que tem o Brasil de um govêrno livre", qual a Regência Una "verifica-

do no Padre Feijó" — se dá corpo aos ideais revolucionários em uma série de artigos: separação da Província, independente da Côrte e Govêrno central "enquanto sòmente durar a menoridade do Senhor D. Pedro II"; anulação de podêres a representantes, mandatários e autoridades eletivas de qualquer categoria e natureza; convocação de uma "assembléia constituinte"; aclamação imediata por Povo e Tropa de um Presidente, que nomearia o comandante das armas, criaria um exército permanente e próprio do Estado da Bahia de Todos os Santos, e concentraria todos os podêres, obedecido pelas demais autoridades, inclusive as eclesiásticas; reserva de tôda a renda, nêle arrecadada, para o Estado da Bahia, que sòmente garantiria a amortização da dívida externa do Império, por quotas "até aqui estipuladas".

O separatismo provisório, como o acatamento ao Monarca, é ainda exposto e sustentado em proclamações, manifestos, ordens do dia, hinos, versos e "vivas" publicados pela imprensa rebelde durante o correr da luta. Assim, em um artigo, cuja autoria se atribui ao revolucionário João da Veiga Murici (assinado "O Philopatro"), à pergunta de qual a diferença entre o Govêrno do Recôncavo (legalista) e o da Capital (revolucionário) se responde que ambos obedeciam "ao Imperador Constitucional do Brasil", ambos reconheciam um "interregno"; mas "o govêrno do Recôncavo respeita o interregno dirigido pelo Sr. Pedro de Araújo Lima, o govêrno da Capital respeita o interregno dirigido pelo Sr. Inocêncio da Rocha Galvão e em sua ausência pelo Sr. João Carneiro da Silva Rêgo". A atribuição de republicanismo chegava a irritar os rebeldes, que repetidamente faziam questão de dar *arras* de fidelidade monárquica. É ler no jornal *7 de Novembro*, que, com o *Nôvo Diário da Bahia*, formava a frente da imprensa revolucionária, oficial e oficiosa: "dizem, por exemplo, que temos proclamado uma república, uma república que os malvados dizem ser o reinado dos crimes — mas a Bahia, o Recôncavo, o Brasil todo, o mundo inteiro vê e conhece que o que temos feito é separar-nos da união recolonizadora do Rio de Janeiro, subtraindo-nos à obediência dos tiranos do interregno, dos déspotas da Côrte Central, até que o Sr. D. Pedro II chegue à sua emancipação aos 18 anos de idade... Não é, pois, uma república, uma independência absoluta do Rio de Janeiro, e da comunhão brasileira; é uma separação condicional".

Os rebeldes, no decorrer da luta, renunciaram a qualquer propósito de total separatismo e de republicanismo, mas passaram a visar a um alvo de que a princípio não cogitavam: "a aristocracia" — "tiranos déspotas do Recôncavo", "traidores", "pérfidos", "absolutistas".

Contra a "aristocracia" volveram as armas da palavra impressa, lançando sôbre os senhores de engenho, que os combatiam com as das milícias, a antipatia dos contrastes entre ricos e pobres. Um hino estimulador de brios e bravuras concitava: "Defende o altar e o trono", "Derruba a aristocracia".

É que esta, ajudando ao cêrco e lutando nos combates, como que decidia o pleito, embora comunicasse uma advinda feição econômica e de classes ao movimento que, em seus começos, fôra exclusivamente militar e político.

Já o antilusismo, tão presente nos motins e revoluções anteriores, quase falece nesta. Não vai além de alusões e insinuações. Os portuguêses, conformados à situação de estrangeiros, com a lembrança de sofrimentos passados em outras lutas, em que se haviam aventurado, retraíam-se agora, prudentes e tímidos. Ainda assim, quando da prisão do filho do vice-cônsul (21 de novembro de 1837), usava destas expressões: "não pode cavo, o presidente revolucionário Carneiro da Silva Rêgo, em ofício ao vice-cônsul (21 de novembro de 1837, usava destas expressões: "não pode V. S. ignorar as circunstâncias particulares que fazem recear aos Brasileiros da interferência individual dos Súditos Portuguêses nos negócios dêste País, que acaba, para assim dizer, de, contra a vontade daquela Nação, quebrar os ferros de um colonialismo degradante".

Com o esmagamento da Sabinada, que encerra o ciclo das revoluções, o observador da história da civilização na Bahia, na primeira metade do século XIX, pode libertar-se da crônica militar e política e convidar a seus leitores a apreciarem, em quadro sintético, as várias faces da evolução da Província: a social, a econômica, a cultural.

Evolução político-partidária. Após a Sabinada

Com aquela total e cruenta derrota, finda uma penosa época que fôra um dia-a-dia de tumultos e levantes.

Libertos os governantes e as elites, da contínua e absorvente preocupação pela ordem pública, o desenvolvimento político-social passa a processar-se em frutuoso ambiente de relativa calma. Algum motim ainda agitará as ruas como o da "Carne sem Osso' em 1858; mas a permanente desordem, sósia da anarquia, esmorecera e cessara.

À política militar-demagógica, de ação direta e violenta, seguiu-se a eleitoral-parlamentar, muito estimulada e ajudada pelos êxitos e famas de tribuna na Assembléia Provincial. Idéias, paixões e ambições, tanto como a manifestação de talentos e qualidades pessoais e o seu encarreiramento na vida pública passaram a girar em tôrno dos prestígios de família ou abastança. E assim foi durante dez anos, até 1848, quando se dá a eclosão partidária, até então dispersa pelo individualismo, que tantas vêzes fêz da representação da Província no Parlamento uma patrulha de franco-atiradores.

Senhores de engenho e fazendeiros ricos, as antigas famílias no Recôncavo e no litoral, os grandes chefes locais e os magistrados no Sertão, dirigiam as eleições; franca ou secundária a influência do Govêrno. Aquêles que haviam feito a Independência e desbaratado a Sabinada e não tar-

dariam a conduzir milhares de baianos aos charcos do Paraguai, levavam, quase senhores das urnas, à "Salinha" e às câmaras gerais seus rebentos ou preferidos.

Em 1848, Ferraz definia, na Câmara dos Deputados, essa fase da evolução política de sua Província:

"no Brasil quem faz as eleições é o govêrno, mas na Província da Bahia assim não acontece... A Bahia repele tôda e qualquer imposição do govêrno para candidatos. Isto é prova de que na Bahia há liberdade de voto e que a deputação da Bahia é a expressão da vontade da Província".

Justo naquele ano os liberais esboçaram e puderam apenas começar, senão uma imposição, uma campanha política para a implantação oficial e disciplinada do seu partido, provocando movimento reator daqueles que lhes eram opostos. Resultaria a caracterização nítida dos dois partidos na Província. Mas a situação liberal caiu com o gabinete Paula Sousa. Subindo os conservadores (com Olinda-Eusébio), promoveram êles aquela campanha mas a favor do seu partido. Houve então "chapas"; "chapas batidas". Extremaram-se as duas agremiações, substituído o oscilante e vário personalismo, pelo coletivismo partidário, obedientes e atados à disciplina os que passaram a reconhecer chefes nas facções em que se alistavam, para fruir o poder ou conquistá-lo. E foi assim que a eleição de 1849 levou à Câmara uma deputação baiana unânimemente conservadora.

Esta nova fisionomia política sofreria, é bem verdade, uma forte reação individualista quando, oito anos depois, se processou o primeiro e único pleito eleitoral regulado pela lei dos círculos de um só deputado. O personalismo, na eleição de 1857, ganhou uma batalha, abalando as estruturas dos partidos. Mas já na eleição seguinte, substituída a lei dos círculos pela "triangular", revigoraram-se normas e comandos e a direção seletiva das elites partidárias.

Problemas administrativos. Obras e melhoramentos

Variações na máquina administrativa provincial somadas a episódios, incidentes e problemas, no curso de meio século, apontam no panorama histórico baiano de 1808 a 1856 algumas culminâncias: processa-se a independência, organiza-se o govêrno provincial dentro de novos moldes, logo modificados com as regalias do Ato Adicional. E dentro dêsse período os governos cogitam de problemas que se resolvem e de outros que parece eternizarem-se.

Entre êstes figuram com destaque na crônica local o das *lutas de famílias nos sertões* e o da *moeda falsa*.

O predomínio de "régulos" e suas famílias, nos distantes sertões de difíceis ou demoradas comunicações, era já uma peça de xadrez político-

-administrativo no século XVIII. No correr do seguinte desenrolam-se alguns lances trágicos de lutas entre as greis dêsses potentados. São as guerras entre Silva Castro-Mouras e Canguçus na região das Lavras, que Afrânio Peixoto romantizou em *Sinhàzinha* e Licurgo Santos Filho documentou em *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*, como Pedro Calmon em *História de Castro Alves*. É a tragédia dos irmãos Guimarães no S. Francisco, a que falta ainda um cronista. Prolongada entre combates e chacinas, é a guerra dos Militões e Guerreiros, de ampla documentação oficial e de controvertida crônica parlamentar, tanto provincial como geral, especialmente nos longos, eloqüentes e altamente informativos discursos de Fernandes da Cunha. E são aqui e ali outros menores e menos longos conflitos de igual natureza; lutas que amainam e recrudescem, silenciam e explodem até que, cêrca de 1856, parecem fatigadas e quase extintas.

A falsificação, a princípio, da moeda de cobre (xenxém ou xanxã), e por fim da de papel, foi considerada pelos contemporâneos como uma calamidade, e atormentou os governos geral e provincial durante trinta anos até 1855. Nos apertos da guerra da Independência, o govêrno da Cachoeira, à míngua de numerário para as grandes despesas bélicas, aproveitou chapas de cobre e as mandou cortar e mal cunhar, em moedas de 80 réis, de incerto pêso. Logo apareceram especuladores que também por si, e para seu próprio proveito, passaram a fabricá-las e de tal jeito que era difícil ou impossível diferençá-las das do Govêrno. Descuidando-se as autoridades de suspender-lhes a circulação, resgatando-as tôdas logo depois da Independência, cresceu a clandestina fabricação e emissão.

Na Câmara dos Deputados, em um parecer que concluía por projeto de resgate de tôda a moeda de cobre em circulação na Bahia, substituída por outra de diferente tipo e por cédulas emitidas pelo Tesouro Nacional, se falava no mal "gravíssimo" do "prodigioso aumento da moeda falsa", a partir de 1825. Em 27 de novembro de 1827 um decreto imperial regulava aquêle resgate por intermédio de uma comissão, emitidas cautelas, que vieram, aliás, a ser adulteradas nos seus valôres. E não tardaram a surgir, falsificadas, moedas do nôvo cunho.

Sucediam-se os presidentes de Província e chefes de Polícia e a *moeda falsa* resistia e se alastrava, com desembaraço, fabricada nas proximidades e mesmo dentro da cidade, ineficazes as medidas adotadas para coibi-la e punir os falsificadores. Se um dêstes subia ao patíbulo, os demais não se intimidavam e o misterioso assassinato do Presidente Visconde de Camamu em 1830 foi atribuído a uma empreitada dos moedeiros. O General Andréia, que governou a Província entre 1844 e 1846, em ofício reservado, comunicava para a Côrte que "só poderia acabar com ela (a moeda falsa) homem de fora da Província e se safasse imediatamente". Só quase dez anos depois é que uma série de diligências enérgicas, hábeis, tenazes e felizes conseguia afinal, entre 1849 e 1855 — o que sempre parecera impossível — extinguir a moeda falsa na Bahia.

No setor dos melhoramentos materiais aliados ao progresso da Província e sua Capital, obras e emprêsas, tanto promovidas pela administração pública quanto levadas a cabo pela iniciativa privada, são numerosas e relevantes na primeira metade do século XIX.

A Cidade, por sua situação e pela natureza e configuração do terreno em que assenta, desde cedo, especialmente no curso do século XVIII, arcou com o perigoso e grave problema dos corrimentos de terras da encosta da Cidade Alta, com soterramentos na Baixa. Alguns dêsses desabamentos vieram a ocorrer em 1833, em 1843 e 1846. Obras de grande envergadura se realizaram em *muralhas* e consolidação das ladeiras de intercomunicação dos bairros. Alguns nivelamentos abriram, outrossim, novas áreas ao correto desenvolvimento urbano, tal o do Campo Grande (1851). *Canalizações* no vale criavam ruas como a da Vala, sem demora cruzada pelo *Arco* que une os contrafortes de Barbalho e Nazaré.

À imitação do que acontecia em cidades européias e na Côrte, numerosos *calçamentos* suprimiam lamas e poeiras (1842-1855). Ainda que os serviços só venham a inaugurar-se em 1862, a iluminação a gás começa a ser providenciada em 1845, data do contrato para sua realização.

As numerosas fontes e os esparsos chafarizes já não bastando ao suprimento de água à população, urgências imperiosas estimulam projetos (1850), leis provinciais (1852) e contratos (1853) atinentes à água encanada.

As comunicações tanto terrestres como marítimo-fluviais estiveram na pauta da administração pública e no rol dos empreendimentos particulares. Multiplicaram-se *estradas*, *pontes* e *ladeiras*, muitas daquelas perpendiculares à costa sul à busca de, devassando matas ainda povoadas de índios, alcançarem o território e alguns núcleos da Província de Minas. Nessa penetração criavam-se estabelecimentos ou aldeias de íncolas, futuras vilas.

Um plano oficial de 1855 cogita do agrupamento das estradas em "artérias principais de comunicações da Capital com os pontos extremos da Província" que tôdas rumavam ao S. Francisco, em Pambu, em Juàzeiro, em Xique-Xique e Urubu; e "grandes estradas pela importância da produção ribeirinha", que se localizavam no Recôncavo, onde são lançadas as *pontes* mais importantes. Aí também as grandes *ladeiras* de Capoeiruçu, de Muritiba e do Pé Leve.

A *navegação a vapor*, tanto no interior da baía como na costa da Província, se desdobra em várias linhas: a Cidade-Bomfim-Itapagipe exclusivamente urbana (Emprêsa Bomfim, 1847), semelhante às das barcas Cidade-Botafogo na Côrte; as que se dirigiam às cidades de Sto. Amaro, Cachoeira, Nazaré pelos rios Sergi, Paraguaçu e Jaguaripe; as de barra a fora, destinando-se aos portos finais de Caravelas e Maceió (Companhia Santa Cruz, 1852). Tôda essa riqueza de viagens marítimas lembrava e coroava

a benemérita coragem do precursor Barbacena, com seu barco a vapor de 1819 e primeiro de bandeira nacional a cruzar, na Baía de Todos os Santos, águas do país.

Toma corpo e se exalta em ímpetos de célere realização a idéia da construção de uma *estrada de ferro* em busca do Rio S. Francisco, que, ainda aos mais severos e menos sonhadores homens públicos, encantavam então com largas promessas de El-Dorado. Divididas as opiniões sôbre de onde devia começar a via férrea, se do pôrto da Capital, se do de S. Francisco do Conde ao fundo do gôlfo, veio o plano a encontrar óbices e delongas, especialmente causados pela competição com a Província de Pernambuco, que, como a da Bahia, lutava por uma ferrovia que ligasse o pôrto (Recife) ao S. Francisco. Em 1856, depois de variadas e demoradas peripécias nas Câmaras e nos Gabinetes Ministeriais, e de longos e apaixonados debates na Assembléia Provincial e calorosas polêmicas nos jornais, o problema da construção da estrada de ferro se encontrava em comêço de solução: um contrato assinado com o govêrno-geral (1853) dava uma garantia de juros de 5%; uma concessão adicional de garantia de 2% de juros a serem pagos pela Província (1854). Só em 1858, lançadas na praça de Londres as ações da emprêsa, tiveram início as obras, inaugurado o primeiro trecho em 1860.

Economia e comércio

Os atos liberais, ou libertadores, do Príncipe D. João, ainda na Bahia, abriram um largo caminho aos empreendimentos industriais na Província. Não havia êle partido para o Rio e já Siqueira Nobre dava os primeiros passos para uma fábrica de vidros. A seguir foram surgindo outras indústrias, enquanto as já existentes — como a do fabrico do açúcar — adotavam aperfeiçoamentos, alguns de grande repercussão econômica e mesmo social.

De invenção em invenção, melhoram-se as fornalhas dos engenhos, dia a dia a gastarem menos lenha, a aproveitarem mais como combustível o bagaço sêco ao sol, nas bagaceiras. Aparecem nesses avanços das experiências nomes beneméritos como os de Manuel Ferreira da Câmara e Manuel Jacinto de Sampaio e Melo, não descansando êste, ainda em 1812, em trabalhos e tentativas que lhe custaram prejuízos, perdas de safras e o sarcasmo dos que lhe apelidaram, a fábrica, de "Engenho da Filosofia", tudo o que deixou narrado e descrito num pequeno livro publicado em 1816.

O melhoramento das fornalhas resultava em benefícios aos escravos, aliviados dos "abrasamentos" de que se queixavam os observadores do trabalho nos engenhos, desde Antonil; diminuía-se a devastação das matas do Recôncavo, conseguia-se cozinhar caldos e meles com muito menor dispêndio. Uma longa série de inventores locais e alguns estrangeiros arrolava nomes e datas: 1833 — Valério Sheult, Sousa Bahiana; 1847 — Barão de S. Francisco, João Diogo Sturtz; 1855 — Manuel Antônio de Oliveira...

Paralelamente introduziram-se (1811-1812) novas qualidades de canas (Caiena), que, de 1816 a 1834, contribuíram para quadruplicar a produção ou rendimento dos engenhos.

Em 1815, pouco antes, são adotadas as máquinas a vapor propulsoras de moendas e bombas, a substituírem almanjarras e rodas d'água. Em 1834, entre 603 engenhos matriculados, 495 o eram "a animais", 62 "a água" e 46 "a vapor", substituídos, em muitos, o cobre de tachas e bombas pelo ferro fundido. No espaço de sete anos (1827-1834), fundam-se na Província 141 engenhos.

Uma indústria inteiramente nova (fábricas substituem o artesanato) é a têxtil. Em 1841 já existiam as fábricas de tecidos do "Engenho Conceição" e do "Queimado", na Capital e na Vila de Valença. Em 1856 está quase pronta a fábrica de tecidos "Modêlo", que se instala no ano seguinte.

Em 1841 fundou-se a "Companhia para introdução e fundação de fábricas úteis na Província da Bahia", que toma as primeiras providências para a fundação de uma de papel.

Sobe a categoria econômica dos sertões com os surtos de mineração de ouro e diamantes em Assuruá (1837), Lençóis (1840-1848), Serra de Sincorá (1842-1843), Mucujê, Morro do Chapéu, S. João do Paraguaçu (1844).

Ainda não chegara a grande época do sul da Província com o cacau, que já figura nas estatísticas comerciais de 1840, mas só depois de 1856 começa a entusiasmar as esperanças dos administradores em vaticínios que viriam a ser amplamente confirmados com o deslocamento do eixo econômico-agrícola comercial do Recôncavo para o Sul; do açúcar para o cacau.

Na história da economia e do comércio locais é novidade a criação de bancos que, antes de 1808, não existiam, havendo os homens de negócio em 1799 opinado pela desnecessidade das "Caixas de Crédito", objeto de uma recomendação de Lisboa a D. Fernando José de Portugal, governador da Bahia àquela época. As operações monetárias se faziam com ou através das grandes firmas comerciais, acumuladoras de capitais, que empregavam tanto em compras e vendas, importações e exportações, financiamentos de entressafras, como em empréstimos a juros, com ou sem garantias reais. Também os Cofres de Órfãos da Misericórdia e das confrarias e mosteiros davam dinheiro a juros.

A "Caixa de Descontos", que pode ser considerada o primeiro banco fundado na Bahia, data de 1817-1818. Com faculdade emissora, tinha entre seus acionistas duas altas figuras do comércio e do capital na Província, Pedro Rodrigues Bandeira e o futuro Marquês de Barbacena.

Um como hiato de timidez retardou a criação de outros bancos, pois a "Caixa Econômica", depois Banco Econômico, surge em 1834, o Banco

Comercial da Bahia em 1845, a Sociedade Comércio, depois Banco Emissor, e o Banco da Lavoura em 1848. Seguem-se outros em 1853. Em 1856 abrem-se "Caixas Comerciais" em Cachoeira e em Sto. Amaro.

Ainda escassas e salteadas, algumas estatísticas retratam o ascendente que, entre 1808 e 1830, assumiram no comércio exterior da Bahia os inglêses e os alemães.

Cêrca de 1827, partiam do pôrto do Salvador para o estrangeiro, conduzindo produtos baianos (e em pequena parte alagoanos e sergipanos), mais de 150 navios, 112 dos quais inglêses, sendo os demais brasileiros, portuguêses, franceses, holandeses, hamburgueses e americanos. Em um ensaio econômico e social, "Bahia" (publicado no jornal *Comércio do Brasil*), daquele ano datado, é assinalada a situação do comércio externo baiano de então, "na maior parte feito por estrangeiros, particularmente inglêses". Lembrando que isso ocorrera em 1821 com a Casa Morris & Cia., o autor de estudo frisava: "há casa inglêsa na Bahia que, ela só, carrega tantos gêneros, quanto carrega a massa unida dos negociantes brasileiros e portuguêses".

Logo abaixo da inglêsa, rápida e vigorosa, naqueles primeiros tempos do Brasil livre, manifestava-se a penetração alemã, que bem se desenha nos números de uma estatística de Hamburgo, relativa ao ano de 1820. De 52 navios ali idos do Brasil, 38 eram da Bahia, 12 do Rio e 2 de Pernambuco; e levavam àquela praça e mercado 15.802 caixas de açúcar, sendo da Bahia 13.500, do Rio 1.740 e de Pernambuco 562.

Em 1836 (havia na cidade do Salvador 12 firmas alemãs, na sua maior parte exportadoras), da Bahia partiam 47 navios que levavam a portos germânicos mercadorias exportadas no valor de Rs. 3.657:742$000, enquanto produtos da Alemanha, no valor de Rs. 573:773$700, eram pela praça baiana importados no bôjo de 16 navios. Ao considerar-se tamanho saldo, vale lembrar que, no mesmo ano, a exportação do Rio com o mesmo destino, em 39 navios, fôra de Rs. 3.247:466$000 e a importação daquela procedência de 18 navios, a Rs. 1.089:125$000; a exportação de Pernambuco, em 9 navios, de Rs. 446:917$000 e a importação em 11 navios, de Rs. 607:989$000.

Transformações sociais. As três raças

São escassos os dados estatísticos definidores do desenvolvimento e das transformações da população dentro do período histórico, com destaque dos vários elementos raciais componentes da gente baiana.

Há notícia de um recenseamento procedido em 1821 para a eleição de deputados às Côrtes de Lisboa. Tinha a Província 400.000 habitantes, sendo livres 270.000 e escravos 130.000. Os livres se distribuíam: 150.000 na cidade do Salvador e 120.000 no restante da Província.

Nem todos os livres seriam brancos, mas a grande maioria, que, depois de 1808, com a abertura dos portos e as franquias comerciais, iria ser

bastante acrescida de elementos estrangeiros, até então pouco numerosos, especialmente inglêses, franceses, alemães, italianos e espanhóis, com alguma dosagem semita. A partir de 1808, a Cidade Baixa e as casas e chácaras da "Estrada da Vitória" se encheram de comerciantes e caixeiros daquelas nacionalidades e ainda de capitães e marinheiros egressos das naus que no pôrto ancoravam. Multiplicavam-se as lojas e também as oficinas de modistas, alfaiates, pasteleiros, artesãos estrangeiros: Bautz e Gaensly, fotógrafos retratistas; Gaillar e Poisson, modistas; Bovio, Lezal e Omely, cabeleireiros; Pogge e Vacheri, pasteleiros... Não tardariam, outrossim, os imigrantes irlandeses, alemães e suíços encaminhados para a Colônia Leopoldina e outras, no sul da Província, onde não poucas famílias prósperas guardam nomes dêsses pioneiros: os Steiger, os Weyll, os Schmidt, os Berbert...

Tal afluxo de europeus não-portuguêses teve sensíveis influências, não só no medrar de recentes estirpes de novos apelidos, como ainda nos costumes e na cultura locais.

Chegam e esgalham descendências muitas vêzes ilustres, entre outros, os Abott, Fairbanks, Marback, O'Dwyer, Wilson — inglêses; os Foeppel, Koch, Müller, Schleier — alemães; Chastinet, Daumerie, Gantois, Laporte, Recamier — franceses; Albertazzi, Ariani, Aducci, Bocanera, Devoto, Ferrari, Ferraro, Massena, Olivieri, Podestà, Pogeti, Silvani, Zuani — italianos.

Chegam também, não tão numerosos, os licenciados e diplomados que deixariam nome e fama na crônica provincial: os médicos Patterson (inglês) e Wucherer (alemão). E, com o advento do teatro lírico, a Bahia roubaria ao elenco das companhias de cantores e cômicos, professôres e professôras de música e canto e de dança, como Baciogalupi, Mugnai, Bramont, Marqueton; ou professôres de línguas, como Betti.

Alguns imigrantes cultos são, segundo a tradição, exilados políticos: os Zama, Spinola, Baggi e Devoto; outros vão ocupar-se de atividades, direta ou indiretamente culturais, como aquêles que se fizeram livreiros e editôres ou gravadores: os Masson, os Koch, os Pogetti, Jourdan, Wirtz.

São ainda dessa época alguns estrangeiros cujos apelidos são lembrados nas crônicas e nos catálogos familiares: Benn, Mac-Nair, Walsh, Meuron, Borel, Vogheler, Amzalack, Floquet.

Um costume nôvo, ou de que não se tem notícia no século anterior, é a admissão nas casas ricas de "damas de companhia", professôras, *institutrices* e *frauleins*, e também mestres, todos estrangeiros, especialmente inglêses, franceses e alemães.

A influência dêsse elemento de ensino, disciplina e cultura no interior das famílias, transmudaria muitas usanças domésticas e em certos casos

contribuía para diferente gôsto artístico na decoração das casas, na escolha e estilos do mobiliário, tanto quanto nas maneiras da convivência social. A cultura maior, que só o elemento masculino ia buscar nas universidades, era agora traduzida ao elemento feminino e ao imo dos lares por êsses enviados do Velho Mundo. Fácil encontrar àquele tempo a *mademoiselle, miss, fraulein* em numerosos solares da Bahia, na Cidade ou nos engenhos, mestras que tanto se ligavam, muitas delas, às famílias a que serviam, como se fôssem parentes, que morreriam velhas nas velhas casas. Outras acabavam fundando colégios — Colégio Francês, Colégio Alemão...

Novos vernizes poliam, assim, na sociedade baiana, pela presença de estrangeiros, certa rudeza ou aspereza lusitana.

O *elemento índio* agonizava nas matas do sul da Província.

Planos e determinações dos governantes resultavam em pouco fruto, dando às vêzes pretexto a violências e extermínios.

Recente o grande conflito, em 1803-1806, no qual, em vigorosa e numerosa "batalha", haviam sido subjugados os índios de Conquista. Todavia, em 1807, na expedição do capitão-mor da conquista da Ressaca, ao Rio Pardo e aos Botocudos, fundam-se aldeias e fazem-se índios amigos, embora por êsse tempo haja continuadas incursões do gentio bravo em tôda a costa sul, desde o Rio de Contas até o Rio Doce. Se em 1826 Botocudos do Rio Salsa apresentam-se pacíficos e de boa vontade a um delegado, logo em 1828 se fala em agitações de índios em vários distritos. É de 1834 a rebelião dos da Pedra Branca, espoliados de suas terras pelos brancos.

Percorrida por hordas de selvagens em 1845 a região de Mucuri, adota o Govêrno providências de pacificação, aproximação, aldeamento e catequese, confiada esta ao capuchinho Frei Caetano Troina, ao tempo em que uma entrada de exploração pelo rio visada à fundação de colônia militar para defesa dos índios e preservação de terras cobiçadas ou tomadas pelos civilizados. Em 1847, os índios das margens dêsse Rio Mucuri "vão saindo das matas com disposição de abraçarem a civilização".

Realizam-se, em 1850, aldeamentos em Valença e Rio Una, e no ano seguinte, muito faz pelos de Mucuri e do Prado Inocêncio Pederneiras. Voltam-se as atenções dos governantes em 1854 para a região de Jequitinhonha, onde uma missão organizada e chefiada pelo capuchinho Frei Luís da Grava aldeia Botocudos no local em que o Catulé deságua no Rio Pardo.

No fim do período, em 1855, um recenseamento conta entre Catulés, Camacãs e Botocudos 5.178 almas, restos da população íncola da Província, a que os governos estendiam simpatia e proteção, ainda tocada esta de uma espécie de ceticismo que fazia duvidar de se uma tal raça "não estaria condenada a extinguir-se ao contato da civilização".

Numerosos os *negros* na Bahia, como em todo o Brasil, não há base para julgar que ali a porcentagem dêsse elemento demográfico fôsse então, e

mesmo depois, maior do que em outras províncias, especialmente Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo.

Durante o século XVIII e ainda até a metade do seguinte, os africanos ali importados eram na sua maioria reexportados — mercado distribuidor de mão-de-obra cativa que era a Bahia. E ainda os mesmos escravos empregados nos trabalhos da lavoura, indústria, comércio e transportes, ela os perdia, em grande número a princípio pelas solicitações da mineração do ouro, e, posteriormente, até quase a Abolição, pelas dos cafèzais do Sul. Copiosas as providências governamentais da Metrópole, e depois das autoridades e dos legislativos locais, tendentes a opor diques ao grande e contínuo êxodo empobrecedor.

Enquanto crescia o afluxo de europeus e minguavam os índios, aportavam os negreiros, pejados de "peças" de variadas procedências e diferentes raças, agora especialmente de portos e regiões ao sul do equador africano. Os sofrimentos da "carga", no curso das travessias, agravavam-se ao mesmo passo das mudanças ou transformações do comércio negreiro, até sua extinção: do tráfico governamentalmente estimulado, ou convencionalmente limitado, ao legalmente proibido, embora de fato consentido ou fracamente vedado; e, finalmente, ao tráfico perseguido e punido. Nesta última fase, a diminuição da arqueação e calado dos barcos, na mira de melhor escaparem aos cruzeiros inglêses ou brasileiros, e poderem singrar em rasos de água, onde não alcançariam aproar os navios perseguidores, e o aumento da "carga", pela ambição dos traficantes de, atulhando porões e cobertas, salvarem de cada travessia o maior número para o maior lucro, geravam as grandes hecatombes, imensas perdas de vida no trajeto de continente a continente. Os registros dos jornais da Bahia, desde a *Idade d'Ouro do Brasil* (a partir de 1811) até os que noticiam as últimas cargas de africanos, mostram êsses avanços e exageros da desumanidade. Enquanto nos primeiros aparecem chegadas de bergantins e escunas com mais de 360 negros, e apenas 2 mortos durante a viagem, os últimos apresentam com freqüência notícia de uma mortalidade apavorante, que chegava a consumir acima de metade dos embarcados, em números, que subiam aos 200 e aos 300 e mais.

Ao lado dêsse agravamento da barbaridade nas viagens marítimas, melhorava a mais e mais em engenhos e fazendas o tratamento dado pelos senhores a seus escravos. É que, além de se abrandarem crescentemente os costumes, aumentava o interêsse de melhor pensar a "bêsta", agora de difícil substituição e cada vez mais valorizada. Também o aperfeiçoamento dos processos e máquinas da lavoura e indústria moderava rigores nos trabalhos exigidos dos cativos.

Dois viajantes, um de antes da Independência (1817), outro às vésperas da grande perseguição ao tráfico (1847), deixaram testemunho daquela espécie de brandura dos senhores baianos. Martius, ao narrar sua viagem

pela Bahia, assegurava não serem as condições sociais dos escravos tão tristes como se pensava na Europa. Bem alimentados, vestidos de acôrdo com o clima e não sobrecarregados de trabalho, gozavam dos domingos e dos numerosos dias santos e mais de uns tantos dias no ano em que podiam laborar para si mesmos, cuidando dos próprios interêsses. Havia uma certa liberdade e o cativo a fruía com a família em senzala própria, gozando entre o trabalho e o descanso, de uma sorte preferível, sob muitos pontos de vista, ao estado de inquietação anárquica e indígena em que viviam na pátria africana aviltada pelos perversos artifícios dos europeus. Não era a escravidão que lhes torturava a alma, mas a separação dos parentes e o tratamento desumano durante o transporte (tráfico), horrores aos quais infelizmente sucumbia grande número dêles.

O diplomata francês Forth-Rouen, em carta ao ministro de Estrangeiros de seu país, datada da Bahia a 22 de julho de 1847, escrevia:

"nas propriedades que visitei tive ocasião de verificar que havia senhores duríssimos para com seus escravos e outros que eram antes os escravos de seus escravos", entre êles o Visconde de Pedra Branca que "vive para seus escravos e só com mêdo de que êles sejam maltratados durante sua ausência" não viaja com a filha (a Condêssa de Barra) à Europa. "Cada um dêles possui uma porção de terras que escolhe onde quer e que cultiva quando e como bem entende. Cada um tem um cavalo. Alguns mesmo possuem mais de um, que alugam a seu senhor. Possuem também bois, carneiros etc. Há o máximo cuidado com a saúde dos escravos. Tôda mulher escrava que tem um certo número de filhos, recebe sua carta de alforria."

Êstes mesmos testemunhos mostram que a instituição servil autorizava e às vêzes exigia servidores capazes de estimular insurreições e assassinatos de "feitores".

Rareavam, entretanto, as rebeliões e os levantes servis, que no princípio do século e até 1840 tanto inquietaram o Brasil, sobretudo as províncias da Bahia e do Rio de Janeiro.

O Conde da Ponte conseguira, em 1807, fazer abortar uma insurreição dos Ussás. Um levante fôra dominado em 1814 em Santo Amaro do Ipitanga, após sangrento combate. Em 1816, justo quando se publicara decreto que prescrevia a pena de 150 açoites a todo escravo encontrado nas ruas depois das nove da noite, estala a grande rebelião, com mortes e incêndios em vários engenhos, vencida afinal pela coragem de Jerônimo Moniz, que passaria a ser chamado de "o Salvador do Recôncavo"; episódio de tal gravidade, que provocou a reunião de um conselho de oficiais de milícias em S. Francisco do Conde, sob a presidência do futuro Marquês de Barbacena: curioso congresso de "senhores" irritados contra seus escravos, e dêles tementes. Nada menos de três são os levantes em 1826. Três insurreições também em 1828. No ano seguinte estalam ainda em três engenhos, um dos quais é incendiado. Em 1830 fracassa outra em comêço. Grande e

perigosa revolta foi a dos "malês", dentro da cidade, que estêve a pique de ser dominada pelos africanos, em 1835.

Opera-se, então, vigorosa reação através da agravação de penas para os crimes cometidos por escravos, surgindo nesta ocasião alvitres e planos como o de exportarem-se, para uma colônia a fundar-se em África, os negros que se libertassem ou fôssem suspeitos, e ainda o da suspensão de todo o comércio com aquêle continente. Em 1835-36, um vice-presidente da Província — Joaquim Marcelino de Brito — sugere um acôrdo do govêrno brasileiro com o dos Estados Unidos para a remessa para a Libéria dos "africanos livres"; e em 1837 diversos condenados pela rebelião malê de 1835 (alguns haviam sido executados) pediram comutação da pena em degrêdo para suas terras em África, e isso lhes foi concedido.

Tal reação, êstes expedientes adversos à presença do negro e afinal contrários à escravidão conduzem baianos a promoverem a imigração de trabalhadores chins (funda-se em setembro de 1854 a "Companhia Promotora da Colonização de Chins", com uma diretoria de notáveis da lavoura e do comércio) ou portuguêses ilhéus (um patacho português trazia, logo depois da revolta dos Malês, 146 colonos vindos da Ilha de S. Miguel).

Por esta época e ainda para além de 1856, agravavam-se os prejuízos advindos do "tráfico interprovincial", tanto mais intenso quanto mais se expandiam os cafèzais do Sul. Os altos preços oferecidos pelos escravos para ali encaminhados seduziam. E a mão-de-obra decrescia na Província para ir aumentar, com a riqueza, a população negra no Rio de Janeiro, em Minas e em S. Paulo.

Do mesmo modo que as demais províncias do Norte, a Bahia como que se despovoava de seus escravos. Tavares Bastos notava que, em 14 anos (1850-1864), o pôrto do Rio de Janeiro recebera do Norte 42.000 escravos. Em 1853 a Bahia mandava para o Sul 2.000 cativos. Em 1853 e 1855 a Província do Rio de Janeiro recebera do Norte 30.000. Em 1854 se estimava uma descida anual de 6.000 escravos do Norte para o Sul.

A Bahia, como outras províncias, buscava atalhar essa emigração, pouco salutar à economia local, com taxar fortemente a saída de escravos. E é de um baiano o celebrado projeto de proibição do tráfico interprovincial, equiparado ao tráfico africano (1854), proposição justificada, entre outros argumentos, alguns de ordem caritativa, por êstes:

"tornem-se as províncias do Norte mais pobres e o futuro do Brasil está desgraçado. Cessando a escravização no Norte, como conseqüência dos continuados suprimentos feitos ao Sul, quer a imigração européia aflua para ali, quer não, os resultados políticos para o Império serão graves e perigosíssimos... A conseqüência de uma mudança radical nas condições de trabalho das províncias será o antagonismo político entre as províncias do Sul e as províncias do Norte".

O caudal de negros, esvaziando o Norte e a Bahia, dêles enchia as plantações do Sul. Na Câmara Rodrigo Silva viria a reclamar (10 de junho de 1871) uma fôrça respeitável do exército para S. Paulo, Província exclusivamente agrícola, "onde era extraordinário o número de escravos, havendo municípios onde êstes eram, em número, cinco vêzes o da população livre". Mas se tamanha emigração servil ameaçava a unidade ou coesão nacional, por afetar o equilíbrio das "condições de trabalho", determinando o enfraquecimento econômico-agrícola das plagas setentrionais em benefício das meridionais, carreava alguma compensação, em distribuir-se a grande massa de elementos de origem africana a regiões para onde especialmente iam dirigir-se as levas de imigração européia, de raça branca, o que, de algum modo, conduzia a uma proporcionada dosagem na mistura étnica, fortalecendo um dos correspondentes da unidade nacional.

A normalidade anterior do tráfico negreiro a que se entregavam magnatas do comércio, todos, ou quase todos, portuguêses, legou à época da proibição e até à da perseguição (inglêsa e nacional) uma tal atitude da opinião, que se animavam, os habituados ao tráfico, a não temerem as vedações advindas, e a desdenharem da eficiência dos cruzeiros navais e dos rigores dos processos penais.

Mas a vigilância e a energia dos governos geral e provincial, especialmente depois de 1848 (ascensão do Gabinete de 24 de setembro, Olinda-Euzébio) e 1850 (lei e decretos, ação ultravigorosa de repressão ao tráfico), coibiu-lhes tais ousadias. As últimas foram os desembarques de setembro e outubro de 1851, em Ilhéus e na Pontinha, perto da Barra Falsa. A tragédia dêste desembarque — 60 mortos, além dos que haviam perecido na travessia, 312 africanos livres apreendidos, sem contar os que não puderam ser capturados — ficou dramàticamente documentada numa das mais emocionantes páginas da história da escravidão. E ainda restou notícia minudente da ação judicial-penal que alcançou em suas tenazes, como o principal traficante, a um rico lavrador e político, com renome e fama de antigo revolucionário, em processos que levariam o govêrno-geral a violentas medidas punitivas, através da aposentadoria forçada de desembargadores e juízes.

A fase final do tráfico tem, na Bahia, uma crônica cheia. O desembaraço da opinião, a reagir aos inglêses, correspondia ao atrevimento agressivo dêstes na perseguição de embarcações suspeitas, até dentro do gôlfo e em frente à Cidade. E se faziam os britânicos algumas vêzes más prêsas, que eram levados a reconhecer e demoradamente indenizavam, certos negociantes importadores de escravos, ainda quando mais enérgica se exercia a perseguição, insistiam e resistiam, em atividades ao mesmo tempo cautelosas e ousadas, e recentemente relembradas com a nova e interessante documentação, resultado de pesquisas (Verger...) em arquivos particulares e comerciais de correspondentes na Costa d'África.

É possível datar do fim da época dos levantes e insurreições servis, cêrca de 1840, a acentuação de um lento e persistente adoçamento de prevenções raciais, em crescente ascensão, nas categorias sociais e econômicas, e também culturais, de representantes da raça trigueira. Bem é que continuavam algumas separações voluntárias, como a distinção pelo colorido étnico entre os componentes de irmandades religiosas, abrigando consistórios e sacristias da mesma igreja Irmãos do Sacramento — brancos; de N. S. do Amparo — mulatos; de N. S. do Rosário — negros. Nos quartéis, nas companhias militares a discriminação se atenua até extinguir-se. Já não há, como no século anterior, face a face os regimentos dos Úteis, dos Pardos, dos Henriques. E se na guerra da Independência repugna (mais por motivos de segurança que raciais) aos oficiais senhores de engenho admitirem, entre os combatentes, escravos para isso libertados, na vindoura guerra do Paraguai numeroso foi o recrutamento nas senzalas e partiam para as trincheiras e batalhas, onde se portavam com bravura, os famosos "Zuavos", voluntários negros.

Transformações sociais. Clero regular e secular

Ao apontar do século XIX eram já obsoletos costumes e abusos, que, ao convento das monjas do Destêrro, haviam captado, nos têrmos de uma célebre pastoral datada de 1764, o título de "escândalo desta cidade". Todavia, ainda em 1814, era tamanha "a reclusão de imensas servas e encostadas" que, para assistirem tão-só a 45 religiosas e 38 seculares, burburinhavam dentro de claustros e muros da cêrca daquele mosteiro nada menos de 542 mulheres, muitas das quais naquele ano o Arcebispo D. Frei Francisco de S. Dâmaso dali expulsava, "não consentindo que cada freira tivesse reclusas mais de duas" (Ensaio "Bahia", publicado em 1827 no jornal *Comércio do Brasil*).

No mais viviam as freiras do Destêrro, da Lapa, das Mercês e da Soledade e dos recolhimentos dos Perdões e dos Humildes (êste último em Sto. Amaro) na rotina das orações e das solenidades do culto, apenas perturbada por motins político-militares, que as levaram — as das Mercês e as da Lapa — por fevereiro de 1822 — a buscar as ruas, fugindo de uns para outros mosteiros, espavoridas estas com o assassinato de sua abadêssa; ou pelos entusiasmos patrióticos, que exaltaram as da Soledade, ao saudarem e engrinaldarem os triunfadores que a 2 de julho do ano seguinte entravam na Cidade alfim libertada.

Os frades, que já vinham a agitar-se por boa parte do século XVIII em partidos — o brasileiro e o português — nas eleições capitulares, prosseguiram nessas lutas até seu completo desligamento das sujeições a províncias em Portugal, remate à "nacionalização" das comunidades. E se lentamente se esvaziavam os mosteiros, ainda de portarias adentro havia dissensões, transbordando a indisciplina monástica em pervagantes, livres e povoadores frades, desprezadores da clausura, especialmente os que,

como senhores de engenho, administravam os pertences a Carmelitas e Beneditinos.

Os Carmelitas Descalços de Santa Teresa que, desembaraçadamente, haviam-se pôsto ao lado dos portuguêses durante a Guerra da Independência, excitando ódios e prevenções, não demoraram em desaparecer da Bahia.

Em suas *Memórias* o grande arcebispo D. Romualdo — o Marquês de Santa Cruz — notava a decadência dos conventos,

"longe daquela regularidade e disciplina que prescrevem seus institutos, já pelo espírito da época, que tem levado até o fundo do santuário a indiferença e as paixões do século, e já por outras causas de relaxações como a falta de escrúpulos na admissão e educação dos noviços, facilidade de secularizações e licenças para viverem fora do claustro, concedidas mesmo pelo Govêrno".

E falava da falta de religiosos em tôdas as corporações, "sem que o Govêrno nem atenda a instantes súplicas que se lhe têm dirigido para permitir a aceitação de novos noviços, severamente proibida não sei por que lei, ou com que direito, oprimindo assim a liberdade da vocação". Se tardava "uma reforma saudável e já tantas vêzes prometida", não deixavam os monges de prestar serviços à Igreja e à sociedade através do culto divino e do ensino de letras sagradas e profanas.

Narra ainda o que ocorria com o clero secular essa autorizada e insuspeita testemunha, o grande guia e reformador D. Romualdo.

Quando êle, ao partir para a sua nova diocese, se despedia de Pedro I, dêste ouvia: *"rege eos in virga ferrea"*. Julgava o Imperador necessárias, com o clero baiano, "medidas de rigor e severidade", mas o prelado preferiria as da brandura convincente e conciliante.

A crise da Independência, que se desenrolava estando a Bahia *in sede vacante*, fugido para Portugal o Deão Freire com as alfaias da Sé, sem deixar sequer um anel, uma cruz peitoral, um só castiçal de prata, legava ao nôvo arcebispo — brasileiro no Brasil independente — um perturbadíssimo ambiente clerical. Ainda fumegavam os campos de batalha em que se haviam batido sacerdotes: Fr. Brayner comandando os encouraçados, o Pe. Bernardo impedindo os desembarques lusos na Saubara...

Com o advento da Assembléia Provincial, a Igreja passa a ter muito o que agradecer ao Legislativo local em auxílios e medidas que davam "nova vida ao cabido e às corporações religiosas, mediante a facilidade de prover os benefícios daquele e admitir novos para estas". E ainda permitia a vinda de missionários capuchinhos, que estava proibida, e libertava os eclesiásticos dos múnus de juízes de paz, jurados e promotores.

Padres, bons ou maus, eram insuficientes, tal carência forçando ao Prelado a mandar para longínquas freguesias, recém-ordenados, moços e

inexperientes, fàcilmente expostos a fraquejarem em virtudes essenciais ao sacerdócio.

Para a elevação do nível cultural do clero, em 1815, o Arcebispo D. Frei Francisco de S. Dâmaso abria o Seminário de S. Dâmaso que, quatro anos depois, se instalava num majestoso e vasto palácio colonial na Rua do Bispo, legado do Cônego tesoureiro-mor José Teles de Meneses. Mas o agitado período antes, durante e pós Independência levara o nôvo instituto a uma decadência vizinha do desaparecimento. D. Romualdo fá-lo ressurgir, instalando-o a princípio na Palma e por fim em Santa Teresa, e pôde gabá-lo como "uma das primeiras escolas eclesiásticas do Império". Mais tarde anexou-lhe outra de preparatórios: o Seminário Menor, inaugurado em 1851.

É também por essa época que os "Lazaristas" são chamados a reger os dois seminários e a trabalhos de missionários. Êstes padres, como os frades capuchinhos — religiosos estrangeiros — são hostilizados por forte guerra ou reação popular, tal como às Irmãs de Caridade (1853).

De certo modo, contra estas agitou-se a Cidade, poucos anos depois, em 1857, no grande motim que teve por uma de suas causas os protestos dos namorados das Recolhidas da Misericórdia contra a disciplina imposta às meninas e moçoilas pelas Filhas de S. Vicente de Paulo.

Correm parelhas, então, a decadência do patrimônio das Ordens, pela má administração e pelo descuido quanto à conservação dispendiosa dos conventos quase vazios, com a ruína das Igrejas Matrizes, por falta de meios para as reparar ou melhorar, sendo grande o número das inteiramente demolidas (celebrando-se os atos do culto em oratórios particulares) e das ameaçadas de iminente destruição. A indiferença religiosa — dizia D. Romualdo — desestimulava o concurso dos povos para a manutenção dos templos.

É de 1848 o aparecimento do jornal fundado por D. Romualdo, *Noticiador Católico*.

A partir de 1823, a despeito da falta de sacerdotes, criavam-se freguesias. Certo que nessas criações entravam muito considerações de ordem política e eleitoral. Se naquele ano eram 96, em 1856 já subiam a 142 as paróquias da Província, muitas delas regidas por vigários de altas virtudes.

Evolução cultural. Antecedentes. Ensino

O que a antecedente centúria legou à primeira metade do século XIX em letras e cultura era de teor elevado.

A riqueza da Capitania nos séculos XVII e XVIII dava ambiente e possibilidade a variadas expressões da inteligência ilustrada capazes de encherem largas páginas biográficas, bibliográficas e críticas da história da literatura brasileira.

A lembrança dos grandes pregadores, Vieira (fase baiana) e Eusébio de Matos, de poetas, como Botelho de Oliveira; do historiador Rocha Pita, do ensaísta Nuno Marques Pereira, autor do *Peregrino da América*, dos latinistas poetas Prudêncio do Amaral e José Rodrigues de Melo, dos economistas Peixoto Viegas e o autor do *Discurso Preliminar*, o Silva Lisboa (Cairu), e Rodrigues de Brito e Ferreira da Câmara; dos naturalistas Baltasar Lisboa e Joaquim do Amorim Castro; e ainda do elenco das Academias dos Esquecidos e dos Renascidos basta para definir o ponto de partida da marcha evolutiva da cultura baiana, de 1808 a 1856.

Vale ainda recordar o quanto os baianos se davam aos estudos superiores; ou os quase universitários no Colégio dos Jesuítas e no Seminário de Belém, ou os universitários em Coimbra.

Desde o primeiro século a Capitania da Bahia é a que mais estudantes manda a Coimbra, para recebê-los de volta quase todos, licenciados e diplomados, portadores de ciência, letras, cultura. Na lista dos "Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil", publicada pela revista *Brasília* em suplemento a seu volume IV (1949), consta que no século XVI, entre treze brasileiros, seis eram baianos. No século XVII entre trezentos e cinqüenta e quatro brasileiros, cento e cinqüenta e dois eram baianos. No século XVIII, entre mil e quatrocentos e dezoito brasileiros, trezentos e setenta e nove eram filhos da Bahia, seguindo-se-lhes trezentos e cinqüenta e dois fluminenses, trezentos e onze mineiros, cento e cinqüenta e seis pernambucanos, oitenta e oito paulistas, vinte e dois rio-grandenses do sul e nascidos na Colônia do Sacramento, vinte e dois paraibanos, vinte e um paraenses e vinte e um maranhenses etc.

No século XIX, baixa esta alta proporção de filhos da Bahia, mas ainda assim de 1801 a 1821, quando se inicia a nova quadra da Independência e das prevenções antilusas, entre 304 brasileiros, 109 eram baianos. Mas logo, de 1822 a 1832 (Guerra da Independência e crise de exaltado antilusismo) o quadro é: brasileiros 183, dos quais apenas 13 baianos. Criados os Cursos Jurídicos de Olinda e S. Paulo em 1832, só vão a Coimbra de 1833 a 1856, entre 152 brasileiros, 3 baianos, que passaram a encher, por largo período, os pátios e salas de estudo de Olinda-Recife (a proporção de baianos aí em *História da Faculdade de Direito do Recife*, por Clóvis Beviláqua). E desde 1808, os bancos da Escola Médica ou Faculdade de Medicina da Bahia retinham rapazes estudantes que antes iam a Coimbra.

É de assinalar que não apenas os moços de família buscavam Portugal. Há documentos de que estudantes pobres eram ali mantidos por subscrições. Entre 1810 e 1820, por exemplo, foram a Coimbra formar-se "47 estudantes baianos, a cada um dos quais se não dava menos de 25$000 mensais". Naquele princípio de século as contribuições particulares para emprêsas e fundações de caráter cultural eram freqüentes e vultosas. Em 1810 notavam-se, entre outras, as subscrições, para o Teatro, de Rs. 60:000$000 e, para a Biblioteca, de Rs. 30:000$000.

Por volta de 1808 a disseminação da cultura pelo ensino processava-se, além das escolas régias de primeiras letras, pelas avulsas de "estudos maiores": Latim, Gramática, Português, Grego, Retórica e Poética, Filosofia e Lógica, Francês, Aritmética, Álgebra, Geometria; distribuídas pela Capital e pelas vilas do Recôncavo e do sertão. E ainda aulas de Levantamento de Cartas, com lições de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria; e de ensino profissional com classes de Mecânica Aplicada, Agricultura, História Natural, Desenho, Música, Fabricação de Estuque.

Em 1823, além das de primeiras letras, havia, na Capital e nas vilas, 43 cadeiras de estudos maiores, algumas das quais vieram a ser reunidas para a criação (1836-1837) do Liceu Provincial, a que foi incorporado o Museu de História Natural organizado por M. Douville, ali ministrando-se ensino de Gramática Filosófica, Inglês, Francês, Geografia e História, Aritmética, Geometria e Trigonometria, Eloqüência e Poesia, Comércio, Desenho e Pintura, Música.

Do corpo docente do nôvo instituto, centro estimulador de produções literárias e científicas, passou a fazer parte uma elite de eruditos, alguns de abundante e valiosa bibliografia, como Antônio Ferreira França (1841), Franco Meireles (1853), Demétrio Tourinho (1848), Francisco Bonifácio de Abreu, futuro Barão da Vila da Barra (1850), os dois Embiruçu Camacã — Guilherme e Joaquim (1848-1850), Cajueiro de Campos e Querino Gomes (1836), Jônatas Abbot (1850), Oliveira Botelho (1853), Sebastião Pedrosa (1852), Sebastião Pinto de Carvalho (1856).

Não só no Liceu faziam-se estudos secundários e ensinavam-se as humanidades. Alguns colégios particulares, com internato, para alunos de um e outro sexo deixaram fama, o maior dêles fundado e dirigido por um pedagogo reformador e mestre notável, de projeção nacional, o Ginásio Baiano, de Abílio César Borges, futuro Barão de Macaúbas.

No ensino das artes, com lembrar a aprendizagem nos *ateliers* dos mestres, algumas datas são marcos de progresso: 1813 — cria-se a aula pública de Desenho, regida, a princípio, pelo português Antônio da Silva Lopes, e depois pelo grande pintor baiano Franco Velasco; 1828 — instala-se no Convento de S. Francisco uma cadeira de Desenho; 1841 — o pintor de história da Academia de Paris, Paul Geslin, leciona Desenho e Pintura; 1845 — o professor Luís Antônio Dias dá seu curso de Ceroplastia e Desenho; 1856 — Abbot, Barbosa de Oliveira (pai de Rui Barbosa), Antônio José Alves (pai de Castro Alves), Agrário de Meneses, Guilherme Embiruçu Camacã, José Rodrigues Nunes e outros fundam a Sociedade de Belas-Artes.

Os estudos superiores surgem com o ensino médico instituído pelo Príncipe Regente D. João, ainda na Bahia, a 18 de fevereiro de 1808, e com o Seminário de Ciências Teológicas, fundado pelo Arcebispado em 1811. Na Escola de Cirurgia, logo Colégio Médico Cirúrgico, e depois Faculdade

de Medicina, ensinavam-se Anatomia, Cirurgia, Fisiologia, Patologia e Clínica, em um curso de quatro anos, pela primeira reforma (1815) dilatado para cinco cátedras e cinco anos. Outras reformas ocorrem em 1832 e 1834.

Desde seus começos, a Faculdade de Medicina foi, por assim dizer, a medula intelectual da Província. Não tarda, mal chegam os prelos, a publicação de artigos, em revistas e jornais, e livros da autoria de lentes e professôres; e ainda a das teses dos que, terminado o curso, se doutoravam. A traduções, resumos didáticos, compêndios, exposições e apreciação críticas, juntavam-se trabalhos de observação direta de fatos higiênicos, patológicos e terapêuticos, em conclusões ou invenções pessoais, de que são exemplo: o *Catálogo das Plantas Medicinais Brasileiras* do Dr. Manuel de Paiva, a *Topografia Médica da Bahia* e a *Memória Sôbre as Águas Minerais da Bahia* de Lino Coutinho, os trabalhos sôbre a cólera, de Malaquias dos Santos, e a febre amarela na Bahia, de Sebastião Souto.

Embora estranhos ao professorado da Faculdade, não o eram de sua gravitação de inteligência e estudo, os três assinalados médicos precursores, Patterson, Wucherer e Silva Lima. Mas seus trabalhos ou a revelação dêles em documentos para a história são quase todos posteriores a 1856.

Fruto e manifestação dessa cultura local, a numerosa presença, nos ministérios, conselhos e tribunais superiores, e nas missões diplomáticas a presidência de províncias, com alto relêvo de atuação, e ainda o brilho oratório e dialético de grande parte daqueles que a representavam no Parlamento — captariam para a Província o título de "Virgínia Brasileira".

De fato, em vinte gabinetes ministeriais organizados desde a Independência até 1856, só em oito (1832, 1836, 1839, 1840, 1848) deixou a Bahia de figurar, por algum ou alguns de seus ilustres políticos. Gabinetes houve de três e até quatro. Longa e luzida lista: os Marqueses — de Caravelas (6 vêzes), de Abrantes (3 vêzes), de Inhambupe (2 vêzes), de Nazaré, de Santo Amaro, de Monte Alegre, de Muritiba; os Viscondes — de Macaé (2 vêzes), de Cachoeira, de Cabo Frio (1.°), de Caravelas (Alves Branco), de Jequitinhonha, de S. Lourenço, de Rio Branco; os Barões — de Cairu (2 vêzes) e Cotegipe. E Manuel Antônio Galvão (2 vêzes), José Lino Coutinho, Ramiro Coelho, Zacarias, Nabuco; os Viscondes de Caravelas e Macaé, presidentes do Conselho. Os Marqueses de Caravelas e Monte Alegre, regentes em triunviratos.

Imprensa

Apressou-se a Bahia em possuir prelos e imprimir jornais, revistas e livros.

Manuel Antônio da Silva Serva, negociante português havia muito ali radicado, logo em 1809 viaja à Inglaterra onde adquire uma tipografia e, já de posse de "caracteres, prelos e mais utensílios necessários", pede licença para "estabelecer a tipografia que pretende erigir com a denominação

de Serva" — e "imprimir todos os escritos que se lhe apresentarem com as competentes e precisas aprovações e faculdades e reimprimir os que já correm impressos".

Em carta régia datada de 5 de fevereiro de 1811, dirigida ao Conde dos Arcos, foi deferida a licença pelo Príncipe que, assegurando o desejo de "promover e adiantar o estabelecimento de tôdas as artes e manufaturas", e, lembrando o alvará de abril de 1808, com que levantara proibições existentes, ressaltava os benefícios da "tipografia", no estudo das ciências, artes e todo o gênero de literatura. Mas lembrava que

"tôda a ilimitada liberdade de pensar e de escrever pode perverter o espírito público e corromper a moral e os costumes, estabelecendo máximas prejudiciais a cada um dos (meus) fiéis vassalos e ao sossêgo e pública tranqüilidade".

Instituía, pois, para a "referida imprensa", a censura prévia (segundo as regras do alvará de 17 de dezembro de 1794) aos escritos e livros a imprimir ou reimprimir. Competeria ao governador e ao arcebispo darem ou negarem licença para a impressão, ouvindo o parecer de censores por ambos nomeados; e se houvesse divergência prevaleceria a opinião do arcebispo nas matérias teológicas e eclesiásticas, e a do governador em tôdas as outras.

Em maio daquele ano de 1811, começou a funcionar o prelo, parecendo que os seus primeiros trabalhos foram o opúsculo "Oração congratulatória a S. A. R. recitada na sala do Palácio do Governador" pelo Padre Ignacio José de Macedo, e o "Plano para o estabelecimento de uma biblioteca na cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, com a lista dos respectivos subscritores" e ainda o "Prospecto" da gazeta *Idade d'Ouro do Brasil*, tudo com data de 13 de maio de 1811, véspera da aparição da fôlha.

O Conde dos Arcos quis, mais que censor, ser mentor, e, em portaria firmada a 5 de maio de 1811, traçou as "regras que devia ter em vista" o redator: publicação de decretos ministeriais e econômicos; menção dos despachos civis e militares, particularmente os da capitania; avisos convenientes à maior facilidade e viveza do comércio; "anúncios das novidades mais exatas de todo o mundo e que mais interessantes forem à História do Tempo"; notícias políticas "anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer Reflexões, que tendam direta ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública"; notícia de "alguma descoberta útil, e particularmente às artes, discorrendo sôbre a necessidade de instruir e conservar bons e polidos costumes", e explicando os benefícios para o caráter nacional com a adesão ao Govêrno e à Religião.

O jornal noticioso e educativo, devia, portanto, abster-se de influir ou criar opinião política. Essa função da imprensa, as fôlhas da Bahia, entre elas a *Idade d'Ouro*, viriam a exercer mais tarde e calorosamente.

Não só êste primeiro jornal baiano, e segundo de todo o Brasil, imprimiu a oficina de Silva Serva. Muitos outros se lhe seguiram, mesmo após a morte de Serva, em 1819, quando o estabelecimento gráfico passa às firmas Viúva Serva & Carvalho e Viúva Serva & Filhos.

Ainda mesmo, a partir de 1821, estremados os dois partidos, o português recolonizador e o brasileiro libertador, era ali que os lusos iam compor o *Semanário Cívico* e a *Idade d'Ouro*, e os brasileiros o *Diário Constitucional*.

É ainda Silva Serva quem imprime a primeira revista literária do Brasil, *As Variedades* ou *Ensaios de Literatura*, de publicação mensal, iniciada em fevereiro de 1812 (500 réis o fascículo).

A *Idade d'Ouro do Brasil* (60 réis a gazeta), redigida pelos portuguêses Diogo Soares da Silva Bivar e Padre Ignacio José de Macedo, que circulava bissemanalmente, entrou a polemizar com o *Diário Constitucional*, escrito pelos brasileiros Francisco José Côrte Real (depois Côrte Nacional e por fim Côrte Imperial), Montezuma (futuro Visconce de Jequitinhonha), José Avelino Barbosa e Eusébio Vanério. Esta brava e brilhante fôlha foi o guia da opinião baiana nas antecipações da Independência, e veio a ser vítima das violências e prepotências de Madeira de Melo. Surgida a 4 de agôsto de 1821, já em dezembro via sua publicação suspensa; reaparecendo em 8 de fevereiro de 1822, é de nôvo suspensa em 3 de abril; volta aos prelos em 10 de abril com o nome de *O Constitucional* mas silencia a 21 de agôsto, quando, por invasores à oficina Serva, a edição é rôta e destruída, a composição empastelada. Emigram então seus redatores para o Recôncavo, onde, em Cachoeira, fazem ressuscitar o jornal, com o título de *Independente Constitucional*.

Só em fevereiro de 1823, enviada pelo govêrno de Pedro I ao Conselho Interino de Govêrno da Província, instalado naquela vila, e transportada por uma escuna que trazia armamentos e petrechos de guerra, chega a Cachoeira uma tipografia, acompanhada de "seu diretor" ou técnico. Seria, é quase certo, o segundo prelo na Província — "Typographia Nacional" ou "Typographia Imperial e Nacional", que passa logo a imprimir avulsos e publicações oficiais, e ainda o *Independente Constitucional* que, depois de 2 de julho de 1823, passa a imprimir-se na Capital, para onde foi transferido aquêle prelo.

De então em diante, e até 1829, os jornais que se publicam, não menos de dezoito, ou são impressos nesta nova oficina, ou na dos Serva. Sòmente após 1829 começam a sair gazetas de outras e numerosas tipografias, algumas delas também casas editôras de livros, tais a de Epifânio Pedrosa, a de Domingos Guedes Cabral, a de Carlos Pogetti.

O catálogo organizado por João N. Tôrres e Alfredo de Carvalho, copioso mas incompleto, limita a imprensa periódica na Bahia, entre 1811 e 1821,

à *Idade d'Ouro* e às *Variedades;* em 1821 acrescem mais três jornais; em 1822 mais oito. E vai aumentando a lista que, em 1856, soma 258 fôlhas; algumas efêmeras; outras de reduzido significado; várias de ocasião, batalhadoras em passageiras campanhas; e panfletos ou pasquins, armados da sátira e do insulto; mas vários e muitos jornais de altura, em cujas colunas luziam redatores de elevada categoria intelectual e moral.

É nesses quarenta e cinco anos de imprensa na Bahia (1811-1856) que brilham os Montezuma, nos *Constitucionais;* os Barata, nas suas *Sentinelas;* os Sampaio Viana, Melo Morais e Correia Garcia, no *Correio Mercantil;* os Francisco José da Rocha, no *Jornal da Bahia;* os Demétrio Tourinho, no *Diário da Bahia;* os Domingos Guedes Cabral, no *Guaicuru;* e ainda os Rebouças, os Alves Branco Moniz Barreto, os Inácio Accioli, os Malaquias, os Silva Lima, os Landulfo Medrado, os João Barbosa, os João Alves Portela, os Ferreira da Nóbrega, os Japiaçu; e os Sabino e Mondim Pestana, e França Guerra, agitadores e revolucionários, e os Próspero Diniz e Pessoa da Silva, irônicos, sarcásticos, agressivos, pessoais, em "Marmota", "Sovelas" e "Marcos Mandinga".

Passam por êsses jornais e jornalistas as grandes questões e campanhas — constitucionalismo, nativismo, independência, antilusismo, federalismo; propaganda revolucionária ou de resistência legal, ataques e rebates recíprocos, entre govêrno e oposição.

Em certo tempo, a "nacionalização do comércio", a reação popular ou comércio luso fixa, como cabeçalhos-epígrafes, versos que definem rancores jacobinos: em O *Papagaio* (1850-53) "... O Brasil não será livre / Se um esfôrço verdadeiro / Não repelir os *estranhos* / Do Comércio Brasileiro"; ou em O *Caixeiro*: "Como nós do Brasil o vindouro / Não será só e sempre o Caixeiro; / Mercadores serão nossos filhos / O Comércio há de ser brasileiro".

Naquela extensa lista há jornais que são revistas especializadas: as religiosas como a *Voz da Religião* (1833), o *Theiopolita* (1839), onde escrevia o Cônego Benigno de Seixas da Cunha, o *Noticiador Católico* (1847), redigido por D. Romualdo de Seixas e os Padres Santa Rosa, Fonseca Lima, Brito e Bernardino de Sousa; as médicas, como a *Gazeta Médica* (1.ª) (1856), e as agrícolas, como o *Jornal da Sociedade de Agricultura,* em que escrevem Fonseca Galvão, Francisco Agostinho, Gomes Accioli; as literárias, como *Variedades, Época Literária, Revista Americana* (1847), redigida esta por João Diogo Sturtz; *A Borboleta* (1848), em que escreve Sacramento Blake, que é também o redator de O *Ateneu* (1849). Algumas dessas revistas são órgãos de sociedades como O *Mosaico* (1844), da Sociedade Instrutiva, e o *Crepúsculo* (1845), do Instituto Literário da Bahia. Há também as de teatro e música, como a *Sentinela do Teatro* (1844), dirigida por Ambrósio Ronzi, e o *Arquivo Teatral* e o *Álbum Musical* (1853).

Artes Faltam estudos e pesquisas documentais que, datando as construções de palacetes, chácaras, casas de residência da média burguesia, casas mistas de comércio e moradia, permitam com segurança definir as linhas dessas edificações ao nôvo gôsto de após 1808.

Muitos e notáveis exemplares arquitetônicos dos últimos anos do século XVIII e primeira metade do seguinte desapareceram ou foram totalmente desfigurados, tais como o Palácio da Vitória, antigo solar Cerqueira Lima; as casas da Família Viana, até bem pouco tempo ocupadas pela Escola Politécnica; o Palacete do Conde Pereira Marinho à Vitória; a casa dos Lacerda ao Largo da Piedade (século XVIII?); a casa do Barão de Pojuca ao Rosário (século XVIII?); a casa do Conde da Ponte ao Portão da Piedade, no local da antiga Faculdade de Direito; a casa ao Largo da Graça, que Victor Frond fotografou e Ribeyrolles estampou em seu álbum; as casas do Barão do Rio das Contas e do Comendador Novis em S. Pedro século XVIII?); a casa de Barbacena, depois Ginásio Baiano ou Colégio Abílio César Borges e Quartel de Polícia aos Barris (século XVIII?); duas ou três residências-chácaras ao Canela... Outros ainda resistem: a chamada Casa do Conde dos Arcos ao Garcia (século XVIII?), o Paço da Tôrre ou Solar da Boa Vista, em Brotas, hoje Hospital S. João de Deus (século XVIII), o Solar Ferreira Bandeira à Soledade (século XVIII), a casa da Pensão Alemã à Ladeira da Barra, que exibe em sua fachada a data de 1840; a casa que hoje abriga uma escola pública ao Garcia (século XVIII?), a casa dos Marback à Baixa do Bonfim.

Um observador perito talvez testemunhasse transformações e novos usos dentro da época historiada: o capricho de desenhos retos ou curvilíneos de caixilhos e vidraças e bandeiras de portas interiores; as largas varandas envidraçadas nas fachadas posteriores dos sobrados amplos; o lançar para fora do corpo dos edifícios, como anexos, sôbre jardins ou quintais, as chamadas dependências; cozinha, copa, banheiro, depósito de lenha etc., quartos de escravos e de serviços domésticos.

A alguns grandes edifícios da época sobrepuja, a destacar-se do quanto se construiu então em todo o Brasil, o Palácio da Praça do Comércio, hoje edifício da Associação Comercial.

Na arquitetura rural é que se processa uma enorme diferenciação entre os "sobrados" erguidos na primeira metade do século XIX e os que vinham de épocas mais remotas. Aquêle tipo de grandes solares pesados e fortes como castelos ou mosteiros, sólidos, vastos, duramente retilíneos, com capelas apensas e pátios e eirados ou sótãos (Freguesia, Matoim, Cinco Rios, Vanique, Almas, Lagoa), rende-se a uma mais leve feição arquitetônica (Embiara, Cajaíba, S. José) e ainda ao nôvo estilo das casas avarandadas com terraços cobertos, que freqüentemente rodeavam o edifício, salva a fachada posterior, descendo o telhado a amparar-se sôbre esteios de madeira de lei ou clássicas e graciosas colunas de alvenaria, ligadas por

muretas ou grades finas de ferro, modêlo dominantemente obedecido até o fim do século, ou até aos dias que correm (Roçado, Pimentel, Triunfo, Macaco, Rio Fundo).

Seriam da segunda metade do oitocentos os exemplos de transposição, para as casas rurais, da estrutura, ornatos e até decoração interior das edificações urbanas, quer em novas construções (Subaé, 1870) ou em restaurações modificadoras de antigas casas (Monte).

A arquitetura religiosa não oferece o que dizer-se, já que não há memória de novos templos ou capelas dignos de registro depois de 1808 e antes de 1856. Mas não poucas igrejas então se enriqueceram de talhas e pinturas: Bonfim, Piedade, Ordem Terceira do Carmo, Ordem Terceira de S. Francisco, Pilar, Santana, Misericórdia... Algumas no Recôncavo.

Foi aquela a época dos grandes pintores baianos: Franco Velasco, Teófilo de Jesus, José da Costa de Andrade, Rodrigues Nunes, Lopes Rodrigues, o primeiro... E de entalhadores e escultores do tope de Siqueira Tôrres, Nunes Santana, Cipriano de Sousa, Joaquim Francisco de Matos, Duarte da Costa, Baião, Peçanha.

Aos pintores, além das tarefas de decoração das igrejas (tetos, telas narrativas de episódios bíblicos e vidas de santos), a moda dos retratos a óleo multiplicava solicitações e encomendas. O que era escasso e quase só visto em consistórios, sacristias, salas capitulares e salões de Misericórdias, Câmaras e Paços do Govêrno — os retratos de governadores, bispos, abades e beneméritos — passa a ser comum por salas e salões de casas ricas da Cidade e sobrados de engenhos.

E à Província acorriam artistas estrangeiros, como E. Müller, Moreau, Charles Capelin, Grenié, que também compunham quadros de paisagens e costumes da terra.

Do mesmo passo viagens mais freqüentes, a recreio, estudos ou negócios, cômodas e rápidas, em paquêtes a vapor, às capitais do Velho Mundo, carreavam dali telas, que vinham opulentar galerias como, por exemplo, a do médico Jônatas Abbot, ou a enfeitar salas de irmandades ou confrarias (S. Domingos, Misericórdia, Ajuda).

Logo depois da abertura dos portos e da franquia do comércio, e durante o período de preparação e realização da Independência, a influência inglêsa, inicialmente, e, sem demora, a francesa estenderam-se a tudo, corrigindo e transformando, com novos exemplos e modelos.

Isso o notaram viajantes ou visitantes. A livre comunicação não apenas com a Inglaterra e a França, mas ainda com a Alemanha, a Itália etc.; a presença de numerosos estrangeiros estabelecidos com firmas comerciais e fixados na Capital com residências alfaiadas à feição de suas nacionalidades; a larga oferta por êsses negociantes de mercadorias de outro gôsto — trastes, elementos decorativos ou de confôrto doméstico, vestuário,

aos fregueses de classes mais altas ou abastadas — quebravam antigos padrões.

Assim os móveis de jacarandá e vinhático de risco português — à D. João V, e D. José, e D. Maria — cediam lugar aos dos estilos inglêses e franceses, quando não se misturavam, os que vinham de heranças e tradições, aos da linha dos Sheraton, Chipendale e Hepplewhite; casando-se espelhos à Queen Anne a algo "Império", lacas e louças de procedência oriental a cerâmicas de Sèvres ou Saxe, cômodas substituindo arcas, a palhinha e os panos estofados, relegando couros trabalhados; relógios de aparato e secretárias a imporem-se na arrumação de cômodos e salas.

O confronto dos inventários e partilhas mais recentes, com os de épocas anteriores a tais novidades e influências, completa e confirma as observações tanto de visitantes como Hippolyte Taunay e Ferdinand Denis (1822) quanto daqueles que têm estudado a história do mobiliário no Brasil.

Teatro. Música. Dança

Representações dramáticas, cômicas e coreográficas; casas de espetáculos, o Teatro da Câmara (primeira metade do século XVIII), a Casa da Ópera (1798), a Ópera Velha — antecederam ao Teatro S. João, cuja construção, financiada por apólices e loterias, o Conde da Ponte iniciou em 1806, vindo a ser aberto ao público pelo Conde dos Arcos em 13 de maio de 1812. Luxuoso e grandioso para o tempo e para a cidade, com ser ponto de encontro da sociedade em suas várias classes, a divertirem-se e exibirem-se, foi um grande estímulo à arte teatral. Não tardaram ao lado dos atôres e atrizes profissionais, quer itinerantes, quer locais, os amadores, filiados ou não às sociedades e grêmios que se foram fundando e multiplicando. Não bastou, desde cedo, o S. João, pois na década de 1830-1840 o povo também ia aplaudir ou apupar no Teatro S. Pedro de Alcântara à Rua de Baixo de S. Bento.

A crônica do S. João se assemelha à do S. Pedro e outros teatros da Côrte: cerimônias cívicas ou políticas; partidos teatrais; tôda a literatura poética de exaltação a primas-donas, grandes *seratas d'onore*, elencos e repertórios. Quase todos os atôres e atrizes aplaudidos nas platéias do Rio ali iam colhêr ovações.

Dois incidentes, inspirados por exaltações de antilusismo, em 1846 (Presidente General Andréia) e 1854 (Presidente Wanderley); os claros que tràgicamente a febre-amarela em certa época abria no elenco das companhias líricas italianas; o abandono do palco por vários artistas, que na Bahia, ficavam como mestres de música, dança, canto e línguas, são fatos que ressaltam da monótona enumeração de artistas e emprêsas, desde os cantores isolados da década de 1830, aos componentes da primeira companhia lírica em 1845; desde Fachinetti (1838/39), contratados pelo govêrno provincial para compositor e mestre de cantores, até os Antogini, Boconi e Mugnai; Zecchini, Laboceta, Gentili, Tatti; e desde João Caetano a Germano.

Possuía o S. João, além de um *Arquivo Musical*, um *Arquivo Dramático*. Em 1838 arrolava êste 139 tragédias e comédias e 39 farsas; em 1842 os dramas e tragédias subiam a 181 e eram 39 os entremezes e farsas. Havia aí muita obra de compositor e dramaturgo local, pois na bibliografia baiana da época aparecem em grande número os dramas.

Falam os documentos do século XVIII e primeiros anos do seguinte do gôsto baiano pela música sacra ou profana, em coros de igreja e saraus oficiais (a "serenata" em Palácio a 19 de outubro de 1763) ou familiares e ainda em serenatas e festas populares, e bandas de música, compostas de escravos, em engenhos do Recôncavo.

Além da multiplicação na Capital, como nas outras cidades, de grêmios musicais e filarmônicas, é de registrar, a partir de 1808, a presença do piano em tôda a parte, com célere abandono, senão desaparecimento, do cravo. Tollenare gaba o concêrto de piano e flauta na grande recepção e baile da inauguração da Praça do Comércio em 1817; Mary Graham vê pianos e mais pianos nas casas que visita; piano e canto se ouvem nas recepções particulares, louvadas pela Senhora Callado em 1830. Das pianistas baianas de 1840 discorre Bertrand.

Numerosos professôres de música, de piano, de canto são de certa época avante, acrescidos dos que, destacando-se de orquestras e palcos do Teatro S. João e seduzidos pela Bahia e pelos maiores interêsses que ela lhes oferecia, ali ficavam a tocar, cantar e ensinar.

Faltam pesquisas e estudos a fixarem datas e definirem influências na música religiosa em partituras de missas e novenas, compostas na Província por baianos para cerimônias festivas em templos da Capital e do Recôncavo.

Tollenare (1817) observou que, por ocasião da menor cerimônia sacra, "uma magnífica orquestra executa peças agradáveis e sempre "renovadas", o que estimulava os compositores "que à fôrça de procurarem motivos inéditos se afastavam do caráter amplo e religioso para se aproximarem do ligeiro e mundano" como acontecia às partituras de Marcos Portugal e Neukomm ouvidas com tanto gôsto pelo Príncipe D. João. A "música de sociedade", achou-a êle "medíocre quanto à execução" ao piano ou guitarra. Cantava-se "toleràvelmente em italiano" e "cantigas brasileiras peculiares que são muito agradáveis" chamadas modinhas, de "palavras ordinàriamente anacreônticas e melodias graciosamente tocantes" (recentemente havia sido publicada em Londres uma coleção dessas modinhas).

Poucos anos depois, Ferdinand Denis e Hippolyte Taunay (1822) participavam do mesmo enlêvo pela modinha: "há numerosas reuniões em que se dança e se faz música ouvindo-se a modinha com todo o encanto de sua melodia após a grande ária de Rossini", e nas *Stray Notes From Bahia* de James Wetherell se guarda música e letra de uma delas (1843).

Achegada à musica, evoluía a dança ao sabor da moda entre inglêsas francesas e alemãs, ensinadas por Marqueton e outros mestres. A brasileira, tão comentada por viajantes, por todo o Brasil, dança do povo, assistida por gente da classe alta, já se encontrava expulsa das salas da Bahia em 1817 (Tollenare) e o seria também do palco do S. João. Proibido pelas autoridades, o "lundu" pretendeu regressar ali com seus lascivos saracoteios. Em 1836 o administrador do Teatro consultava ao chefe de polícia sôbre se "reprovaria inteiramente que se pusesse em cena em algum intervalo do espetáculo do teatro público, a dança denominada *lundu*", e o futuro Visconde de S. Lourenço respondia, puritano e terminante: "desejando combater êsse decidido gôsto para danças imorais, reprovo semelhante dança". No ano seguinte, outro administrador do teatro voltava à carga, buscando afastar proibições para um *lundu* moderado "sem as contorsões que por indecentes chocam a moralidade" e apenas "durante a representação das farsas e nunca durante a dos dramas, que é o que, pela maior parte, assistem as famílias espectadoras dos camarotes". E de nôvo a resposta do chefe de polícia, apoiada pelo presidente da Província, foi a de que aquela dança devia ser evitada "de qualquer maneira".

*
* *

A grande peste

Termina o período histórico quando cessa a trágica devastação da cólera.

Epidemias e pestes deixaram marcos funestos na crônica baiana. As cartas jesuíticas dão notícia dos grandes males dos *catarrões* e das *bexigas*, que, no século XVI, dizimaram a população índia do Recôncavo e capitania a fora. Registram os anais do século seguinte a mortífera peste da *bicha*, que matando, tanto nas classes altas e elites governativas como no povo, abriu campo à caridade para erguer-se alto pedestal à heróica D. Francisca de Sande.

Entre 1808 e 1856, depois dos surtos de *paludismo* entre os sitiantes brasileiros em 1822-1833 durante a Guerra da Independência, e, em 1844, em regiões do S. Francisco, aparece, trazida por brigue vindo de Nova Orléans a *febre amarela* (1849-1850, com recrudescência em 1852) altamente letal (cêrca de 2.000 vítimas). Maiores sofrimentos, perdas e prejuízo adviriam, em 1855, com a epidemia da cólera.

Não obstante as quarentenas e cuidados dos administradores, em julho de 1855 a peste desembarca de um vapor vindo do Pará e invade a Província desencadeando a morte. A ceifa logo se estende da Capital a Cachoeira, Nazaré, Sto. Amaro, a todo o Recôncavo, por tôdas as cidades e vilas e engenhos e senzalas. Os tombados contam-se às dezenas e irão aos milhares. Pânico e êxodo desorientam e martirizam os que fogem daqui, para

serem iscados acolá. A peste entra em todos os lares, matando de senhores a escravos. Há engenhos em que não restará um só negro. A escravatura desaparecia aos 10, aos 50, aos 100. Abnegação e sacrifício ombreiam com pavor e egoísmo. Há autoridades que se evadem. Médicos, marinheiros, estudantes, irmãs de caridade morrem servindo. Abrem-se cemitérios que logo se abarrotam. A média diária na Capital sobe ràpidamente a cem mortos. E o mal se irradia avançando sertão adentro e pelo litoral de norte a sul. "Um herói e um mártir" — o médico Cipriano Betânio, sabendo embora que ia morrer, oferece-se a acudir Santo Amaro onde os cadáveres jaziam pelas ruas, obstruíam insepultos o cemitério e apodreciam dentro das casas e no hospital. E parte; e se exaure a socorrer e curar; e adoece e morre.

Ainda de janeiro a abril de 1856 a epidemia matava; e, quando saciada desaparece, havia exterminado em poucos meses quase 30.000 baianos (Capital, 7.987; Sto. Amaro, 6.933; Cachoeira, 5.730; Maragogipe, 2.700; Nazaré, 2.062; S. Francisco do Conde, 1.167 etc.).

Essa tragédia deixava a Bahia prostrada. Tinha que recompor-se e renascer. Encerrava-se-lhe um período histórico; outro se iniciava.

Com recordá-la se arremata êste capítulo.

DISPERSÃO E UNIDADE

LIVRO QUARTO

AS PROVÍNCIAS DO CENTRO

CAPÍTULO I

A PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO E O MUNICÍPIO NEUTRO

1. O RIO DE JANEIRO E A PROVÍNCIA FLUMINENSE

Quadro colonial

FORAM os franceses, em 1555, com Nicolas Durand du Villegaignon, os primeiros ocupantes das terras da Guanabara. Os reconhecimentos anteriores, portuguêses, não haviam levado à instalação de uma posição permanente, embora se verificasse a conveniência de uma ação nesse sentido, para impedir a façanha dos concorrentes, em particular os franceses. Na partilha da vasta costa, Martim Afonso de Sousa e Pero de Góes da Silveira haviam sido aquinhoados com largas extensões que abrangiam as terras carioca e fluminense. A utilização primitiva das áreas concedidas não se processara, no entanto, com aquela impetuosidade e resultados que se imaginavam. A presença francesa na Guanabara, todavia, impulsionara a recuperação, motivando o nascimento de uma cidade, São Sebastião do Rio de Janeiro (1556), que desde logo se impusera como cabeça de um distrito que se consolidaria rápida e impetuosamente.

A ocupação da costa e a penetração da hinterlândia realizou-se, aquela com certa rapidez; esta, com menos decisão. No lado fronteiro ao Rio, criaram-se os núcleos de S. Gonçalo e S. Lourenço, raízes da futura Praia Grande, hoje Niterói. Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati, Cabo Frio, S. João da Praia, Macaé, Barra de S. João compuseram o quadro urbano do litoral. Magé, no interior da baía, começara em 1565. Campos dos Goitacases, no Vale do Paraíba, tivera suas origens na concessão feita a sete capitães que se haviam distinguido na luta contra os franceses e montaram, na região, fazendas de criar, iniciando a conquista mansa da terra. Possuía história própria, como capitania de donatários, Capitania da Paraíba do Sul, concedida aos Assecas, economia açucareira e pastoril que lhe assegurava esplendor e individualidade cívica, revelada por seus habitantes durante um século na luta sustentada contra os sucessores dos donatários.

A rêde urbana, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, cresceria (S. Pedro de Aldeia, Iguaçu, Inhomirim, Miriti, S. Gonçalo, Itaboraí, Pôrto das Caixas, Rio Bonito, Capivari, Araruama, Cantagalo, Paraíba do Sul, Pati do Alferes, Itaguaí, S. João do Príncipe, Campo Alegre) como resultante da penetração do território, ocupação mais intensificada do espaço e multiplicação dos caminhos. A ligação com S. Paulo fôra iniciada no primeiro século. Era o chamado Caminho Velho. Abriu-se, depois, o Caminho Nôvo, empreendimento oficial, necessário à garantia das Gerais. O acesso à serra principiara ainda no século XVI. O Vale do Paraíba, alcançado aos poucos, não tinha ocupada as suas margens senão no brejal campineiro. O *rush* do ouro, no entanto, é que apressara a penetração, a ação rodoviária e a intensificação do povoamento. À margem dos caminhos, abriram-se ranchos, roças, estalagens e pequenas casas de negócios; nos pontos de passagem sôbre cursos d'água, criaram-se, juntamente com os postos de fiscalização tributária, pequenos povoados, naturais para o vaivém das comunicações e das relações mercantis que se dinamizavam. É certo que o interior da Capitania do Rio de Janeiro, ao transferir para ela a sede do govêrno do Estado do Brasil (1763), não compunha uma região de povoamento continuado. Ao contrário, o que ocorria era justamente a descontinuidade da ocupação. Essa, recorda-se, e isso era natural, mostrava-se realidade mais visível ao longo dos caminhos para as Gerais.

Povoamento

O Vice-rei, Conde da Cunha, dirigindo-se a Lisboa, a propósito de ordem régia para que providenciasse o estabelecimento de povoados de pelo menos cinqüenta fogos, a que recolhesse os vadios e facínoras que perturbavam a quietude da capitania, traçara um quadro amargo da situação — havia, na realidade, apenas cinco vilas (S. Salvador e São João, em Campos dos Goitacases, Parati, Ilha Grande e Macacu) e uma cidade, Cabo Frio, tôdas, porém, "tão faltas de gente e tão cheias de miséria que não são vilas mais que no nome".

No tocante aos habitantes, esclarecia o representante de Sua Majestade que

"com errada política (a meu entender) introduziram meus antecessores nesta Cidade, o luxo e as excessivas despesas em divertimentos indecentes assim como também em Carruagens inúteis, para abaterem e arruinarem as Casas nobres e distintas, o que conseguiram com esta desordenada idéia; com ela se viram precisadas tôdas as pessoas autorizadas, a retirarem-se às suas fazendas e engenhos, onde têm existido, e vivem presentemente sem aparecerem nem terem com quê. Êstes homens que eram os que só podiam servir na Câmara, os que tinham com que luzir e figurar na Cidade, e os que a enobreciam estão presentemente dispersos pelos distritos mais remotos, e com grandes distâncias uns dos outros sem tratarem com pessoa alguma, muitos dêles casando-se mal e alguns deixando só filhos naturais e pardos, que êstes são os seus herdeiros; pelo que se vê esta Cidade, que pela sua situação e pôrto deve ser a cabeça do Brasil, e nela a assistência dos Vice-Reis, sem ter quem possa ser Vereador nem servir cargo autorizado e só habitada de oficiais mecânicos — pescadores — marinheiros — mulatos — pretos boçais nus, e alguns homens de negócios dos quais muito poucos

podem ter êste nome; os brancos e os pardos só trajam de capotes, e até que eu aqui cheguei com chapéus desabados à imitação dos Castelhanos, mas dêste uso os desacostumei ainda que com bastante violência".

A produção

A Carta da Capitania (1767), mandada levantar pelo Vice-rei e elaborada por Manuel Vieira de Leão, serve para indicar a extensão do povoamento. A atividade econômica que explicaria a ocupação da terra registrava-se na criação de gado, cultura da cana e fabricação de açúcar, lavoura de sustentação, de anil, de tabaco e pouco mais. A cana, com o açúcar, era o fundamental. No brejal dos Goitacases e nas cercanias do Rio de Janeiro. A cidade não se revelava como centro ativo apenas porque fôsse sede do poder central da capitania, mas porque era, tôda ela, no que hoje lhe comporiam subúrbios da zona norte e bairros da zona sul, vasta área de engenhos em plena produção. No govêrno do Marquês do Lavradio, contavam-se, só no distrito de Guaratiba, que ia de Itaguaí a Jacarepaguá, 57 engenhos, 88 casas de farinha, 6 fabricas de anil e 8 olarias, 13.116 cabeças de gado, população de 17.927 pessoas, das quais 10.064 escravos que representavam a mão-de-obra. Em Campos, a produção açucareira, em 1783, atingia a 128.580 arrôbas. Os engenhos, na sua grande maioria, eram pequenos. Entre 1769 e 1783 haviam sido montados 223 engenhos e engenhocas. S. João do Miriti, Pilar, Santo Antônio de Jacaretinga, N. S. da Piedade contavam 24 engenhos de açúcar e engenhocas de aguardente, produzindo 51.858 arrôbas de açúcar e 1.561 pipas de aguardente.

No govêrno do Conde de Resende, o Rio exportava para o Pôrto, Lisboa, Viena e ilhas, mais de 800.000 arrôbas de açúcar. O café, introduzido como espécie exótica interessante, começava a ser cultivado, com reais resultados. A reação da terra era favorável. Assim, em 1779, exportava o Rio, para Lisboa, 57 arrôbas; em 1797, êsse algarismo modificara-se para 8.302.

O comércio

O comércio desenvolvia-se na base do abastecimento das minas. Crescia sem cessar. O Rio de Janeiro era a porta de entrada para as Gerais. Tôda uma imensa gama de artigos, de utilidades, dos mais bisonhos, da rotina diária, aos que registravam a existência de uma sociedade que dispunha do poder de compra e gastava com decisão. A relação constante do ofício de 2 de novembro de 1766, do Conde da Cunha a Mendonça Furtado, Ministro dos Negócios do Ultramar, vale como um relato em corpo inteiro das necessidades diárias e das extravagâncias regionais. É preciso recordar que todo êsse imenso acervo de gêneros importados não tinha consumo imediato na própria capitania. O Rio de Janeiro servia de entreposto, insista-se. O consumo quase total realizavam-no as Gerais. A zona de inversões, recorde-se também, ampliara-se com os veios de Goiás e de Mato Grosso. A essas mercadorias legalmente chegadas ao Rio juntavam-se as que o contrabando também trazia.

O descaminho do ouro, preocupando as autoridades, apesar de tôdas as providências, não cessava. Ao largo da costa, aproveitando-lhes as pequenas aberturas, navios franceses e inglêses, aquêles principalmente, desembarcavam mercadorias e recebiam o que lhes passavam em contrabando, da riqueza das Gerais.

A importância política da Província

Do ponto de vista político, o vasto espaço físico compunha uma capitania régia, que incorporara as antigas Donatarias de Cabo Frio e Campos dos Goitacases. Ao transferir-se para o Rio de Janeiro a sede do govêrno do Estado do Brasil (1763), a Capitania do Rio de Janeiro estendia-se até o Vale do Paraíba do Sul. O têrmo de cidade-capital compreendia o espaço onde, posteriormente, seriam criados os municípios de Maricá, Niterói, S. Gonçalo, Magé, Petrópolis, Três Rios, Paraíba do Sul, Vassouras, Miguel Pereira, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Miriti, Nilópolis, Itaguaí e Mendes.

A importância política do núcleo vinha de longe. Cedo se manifestara. Já em 1572, quando se dividira em dois o govêrno do Brasil, fôra escolhida para sede da administração do Sul. Em 1608, voltara com S. Vicente e Espírito Santo a compor um govêrno que se estendia ao sul do Brasil, dêsse modo principiando, se não uma rivalidade com a cidade do Salvador, uma concorrência que aos poucos iria relegando aquela a uma posição de menor relêvo. A situação geográfica do Rio garantia-lhe a ascensão. S. Paulo, no *rush* das Minas, pleiteara o fechamento do Caminho Nôvo, para evitar a decadência que experimentava com a porta de saída das Gerais na Guanabara. Em 1641, provisão de 8 de março, organizada a "repartição do sul", o Governador do Rio passou a dirigi-la. A provisão de 17 de setembro de 1658 renovou a anterior. Era ato da Rainha Regente, enquanto a outra fôra baixada pelo Vice-rei da Bahia, e resultou da decisão tomada a 10 de julho do mesmo ano. Em 1663, no entanto, fôra revogada a autonomia, restringindo-se os podêres do governador. Os regimentos, expedidos aos governador e ao ouvidor do Rio, atribuíam-lhes podêres mais amplos que os da rotina e os vinham isentando de subordinação à Bahia. Em 1697, o governador passou a ter o título de capitão-general, o que importava em graduação política, esta a significar maior autonomia em face do Salvador. Tal autonomia ou êsse visível enriquecimento de projeção que o Rio alcançava ficara bem expresso em 1680, ao atribuir-se ao seu governador a competência para dirigir o extremo-sul, fundando a Colônia do Sacramento, à margem esquerda do Rio da Prata. A expansão para o Sul, como a expansão para o Oeste, ao descobrimento das minas, cometidas aos dirigentes da capitania mostrava uma preferência sem limites. No século XVIII, completava-se essa projeção com os podêres conferidos aos seus capitães-generais, que passavam a ter, em caráter permanente, em suas mãos, o extremo-sul, onde se tentava uma nova fronteira, e a região das minas. A defesa e a organização dêsses novos distritos cabia inteiramente ao Rio de Janeiro, de onde partiam soldados para as refregas com

os espanhóis confinantes, colonos e instruções relativas às ações militares a desenvolver. A conquista e a incorporação do Rio Grande era obra do Rio. O Brigadeiro Silva Paes, que fundou ali os primeiros estabelecimentos permanentes, exercia o cargo de governador-substituto no Rio. Nas Gerais, em Mato Grosso e Goiás, a ordem ia sendo restabelecida e com ela a organização legal se processava pela interferência regular dos capitães--generais do Rio. Despontavam, na oportunidade, em grande estilo, as rivalidades com São Paulo, que se sentia diminuído pela perda de substância que a preferência concedida ao Rio lhe estava trazendo.

A participação do Rio na formação brasileira não decorria, no entanto, única e preferentemente de sua posição geográfica. Seu ativo cívico também era expressivo. A Câmara enfrentava governadores, ouvidores e entidades religiosas sem hesitação. E já em 1641, fazia presente a S. Majestade a sua insatisfação pela interferência indevida das autoridades civis nos assuntos de sua competência privativa. Em representações e em reclamações apresentadas por procuradores mandados ao Rio e ao Conselho Ultramarino, dizia claro de suas convicções, defendendo direitos e prerrogativas essenciais. Nas lutas pela integridade territorial do Brasil nascente, soldados recrutados em seu meio haviam combatido contra os holandeses, com bastante sucesso, no Espírito Santo, no Salvador e em Pernambuco. Em 1645, um primeiro contingente partira do Rio para tentar a recuperação de Angola, também em mãos dos holandeses. Em 1648, fornecia novos contingentes para a operação de guerra que resultaria em sucesso total. No Rio, organizara-se a emprêsa, comandada pelo Capitão--General Salvador Correia de Sá e Benevides.

No momento da "Restauração" de Portugal, fôra fiel ao nôvo rei. A 19 de fevereiro de 1642, D. João IV, por isso mesmo, concedera-lhe um privilégio, igualando os seus cidadãos aos da cidade do Pôrto, nos direitos conferidos àqueles. Em conseqüência, não podiam ser submetidos a tormentos, nem presos em enxovias, tinham a liberdade de usar armas, seus criados e mais subordinados ficavam isentos de prestação do serviço militar, seus bens estavam livres de penhora. Permitia-lhes o uso de trajes de gala. Tal privilégio pôsto em dúvida, os vereadores dispuseram-se a defendê-lo, dirigindo-se ao Rei com altivez e êxito, alcançando através de confirmação decretada a 7 de janeiro de 1709. Dois anos decorridos (26 de setembro), S. Majestade autorizava a Câmara a designar governador interino, na hipótese de falecimento do efetivo e não existência de sucessor indicado. A 6 de junho de 1647, o mesmo D. João IV concedia à cidade o título de *Leal*, e autorizava a respectiva Câmara, na ausência do governador e alcaide-mor, a exercer a Capitania-mor, tendo em seu poder as chaves do burgo.

Três episódios, mais, significavam o papel que o Rio estava desempenhando no quadro das unidades ultramarinas da América portuguêsa: a Casa da Moeda, em 1645, era transferida do Salvador para o Rio; a 15 de

junho de 1752 era nêle instalado um Tribunal de Relação; a 16 de novembro de 1676, criado o Bispado do Rio de Janeiro. Os grandes passos para a autonomia do Rio haviam sido dados. Por fim, em face da conjuntura grave criada pelos sucessos do sul e nas minas, indisciplinadas e a se esgotarem, em face, ainda, do descaminho do ouro, transferiu-se do Salvador para o Rio (27 de junho de 1763) a sede da administração do chamado Estado do Brasil. A decisão refletia o amadurecimento das autoridades reinóis e era fruto da conjuntura delicada que exigia ação pronta e decidida. O Rio oferecia condições para o exercício de tôda uma vasta política de soberania que precisava ser executada sem interrupções e com rapidez. Gomes Freire de Andrade, que administrara com pulso firme, fizera sentir a conveniência da ação rápida e a importância do Rio como centro dessa ação. Seu govêrno fôra exemplar, inclusive no que dizia respeito à melhoria das condições físicas do Rio.

O govêrno dos vice-reis

D. Antônio Álvares da Cunha, Conde da Cunha, que já governara Angola com êxito, com o título de vice-rei, veio iniciar o nôvo período. Exercia o poder com energia. Enfrentou os desacertos, que eram muitos. Nos primeiros tempos, foi visto com reservas. Ao terminar o govêrno, o desamor de seus jurisdicionados transformaram-se em compreensão e respeito. Era um exemplo de dignidade e de lisura no trato dos dinheiros públicos. Não trazia instruções. Solicitara-as a Pombal, mas êste não as comunicara, preferindo, a cada caso que surgisse, dar a ordem própria. Respondera às dúvidas do Vice-rei, numa carta que refletia a confiança depositada no delegado régio.

Sob a direção dos vice-reis que sucederam, em número de seis, ao Conde, a capitania cresceu no volume de população, fêz-se mais próspera no econômico e assegurou-se, em definitivo, o grande papel, que só começaria a extinguir-se ou perder de intensidade na sexta década do século XX, de comandar a vida política da província ultramarina que se preparava para a autonomia total. A pulsação cívica da cidade tivera sua primeira manifestação em 1660, quando o Capitão-General Salvador Correia de Sá e Benevides fôra derrubado por um pronunciamento popular e se fizera a aclamação do govêrno interino, na pessoa de Agostinho Barbalho Bezerra, que pagou com a vida a defesa dos interêsses coletivos e o protesto contra a administração que a violentava.

Em 1794 descobriu-se a fermentação ideológica, filiada à França. Seria a inconfidência carioca. Havia, evidentemente, afrancesados no Rio. Uma Sociedade Literária, fundada em 1786, e que sucedia à Academia Científica, esta datando de 1771, agremiando as inteligências locais, possibilitava as conversas sôbre a situação política criada, com tempos novos, pela revolução. As devassas pouco apuraram de grave. O importante é que realmente havia leitores de Rousseau, o que importava em concluir que a semente de uma ideologia perigosa estava sendo lançada.

Seguiu-se, em 1807, a representação dos comerciantes portuguêses contra a atitude dos vereadores do Rio, que os excluía sumàriamente da Câmara. Já, aliás, em 1694, os vereadores se haviam dirigido ao Conselho Ultramarino para solicitar que os filhos dos moradores da cidade fôssem preferidos no provimento dos postos de milícias e ofícios de justiça e fazenda e dignidades eclesiásticas, o que, evidentemente, significava a existência de, pelo menos, um espírito localista que se afirmava e tentava creditar-se perante os podêres metropolitanos. As distâncias entre os filhos do Reino e os da terra fluminense estavam claras.

À chegada do Príncipe D. João, a capitania somava menos de 200.000 habitantes. Os municípios eram em número de cinco -- Cabo Frio, Ilha Grande (Angra dos Reis), Santo Antônio de Sá (Macacu), Magé, Resende. Os de São João da Barra, Campos dos Goitacases e Parati haviam sido, os dois primeiros, transferidos à Capitania do Espírito Santo; o último à de São Paulo. No fundo da baía surgira um núcleo nôvo, Estrêlas, que servia de pôrto para as comunicações com Minas e o interior da capitania.

A cidade do Rio

O Rio, como cidade, ainda não oferecia o aspecto de metrópole. Apesar dos esforços do Marquês do Lavradio, de Luís de Vasconcelos, êste particularmente, e do Conde de Resende, que se empenharam por enobrecê-la, aterrando pântanos, abrindo e calçando ruas, construindo portos e chafarizes, moralizando os costumes, combatendo os excessos do comércio, reorganizando os serviços da administração, reaparelhando o sistema defensivo, convocando técnicos para o aformoseamento da cidade. Apesar da condição de sede do govêrno do Estado do Brasil. Era, todavia, a mais importante cidade da América portuguêsa. Em 1779, na faixa urbana, a população somava 33.312 pessoas; na rural, ou no terreno todo, que atingia as margens do Paraíba do Sul, 13.199, o que perfazia um total de 46.511. Na freguesia da Candelária, moravam 9.867 pessoas; na da Sé, 9.297; na de S. José, 13.448; no Engenho Velho, 1.795; em Jacarepaguá, 3.869; em Irajá, 3.946; em Campo Grande, 3.629. No ano de 1797, o censo acusava 42.168 habitantes. Dois anos decorridos, 43.376. Em 1808, viviam nela entre 60.000 a 80.000. Os estrangeiros, pelas limitações existentes, somavam muito pouco. Os escravos negros compunham mais de metade da população. A extensão da cidade não a indicava com grandeza. Apertava-se entre os morros de S. Bento e Santo Antônio, Lapa e Campo de Santana. Botafogo, por exemplo, era zona de chácaras. Os atuais subúrbios da Zona Norte continuavam em abandono: eram terras sem ocupação, conquanto concedidas em sesmarias. As freguesias somavam quatro: Sé, Candelária, São José e Santa Rita. As lagoas e os mangues tinham sido aterrados, pela iniciativa oficial e pelo esfôrço privado. Os quatro morros que marcavam a fisionomia física local constituíam outra dificuldade à expansão. A luta contra a natureza era áspera. Do ponto de vista urbano pròpriamente dito, o Rio deixava muito a desejar. Quantos viajantes o conheceram nessa época registram

uma impressão desoladora. O encanto da natureza não tinha correspondência no esfôrço do homem para utilizar-se da paisagem deslumbrante. Embora um viajante-cronista, George Stauton, escrevia:

> "O Rio de Janeiro, dizem, melhorou considerávelmente nestes últimos anos. As casas, na maioria, empregam pedra lousada. As ruas, geralmente retas, são bem pavimentadas, com passeios e a pouca largura de algumas num país de clima quente resulta em benefício em virtude da sombra. As casas na maioria, estavam tratadas e muitas eram grandes e geralmente apropriadas ao clima."

Stauton era cheio de simpatia — tudo lhe parecia bom: a cidade próspera, o povo exteriorizava bem-estar, havia fartura de alimentos, as lojas apresentavam estoques abundantes de mercadorias inglêsas. As igrejas constituíam o mais pomposo. Dos edifícios públicos civis, a residência dos vice-reis, belo edifício de construção recente, representava o que havia de maior relêvo como obra arquitetônica. Os conventos eram em número de quatro. As ruas, em número de 71, mal iluminadas, sujas, calçamento precário, águas servidas correndo sem defesa. Havia mais 27 becos, 7 travessas, 12 largos, 15 ladeiras e 3 caminhos. As casas, geralmente térreas, de aparência pouco agradável. As reuniões públicas, resumidas às de igreja. O Passeio Público, construído entre 1779 e 1783, sôbre as águas da Lagoa do Destêrro, aterrada com material do Morro das Mangueiras, por Mestre Valentim da Fonseca e Silva, constituía o grande logradouro. O ensino público pouco progredia. Reduzia-se a escolas de primeiras letras, Seminários de S. José e S. Joaquim, aulas de filosofia e artilharia.

A vida econômica perdia certa vitalidade com a decadência das minas. Embora o pôrto era freqüentado por um sem-número de embarcações, nacionais e algumas estrangeiras. O giro mercantil operava-se com Lisboa, Pôrto, Viena, Liverpool, Buenos Aires, no exterior. Do Rio exportava-se produção da capitania e dos interiores que nêle tinham a sua grande porta de saída, açúcar, café, anil, algodão, fumo. Na capitania produzia-se, ainda, sal, do Cabo Frio, e cerâmica. Fazia-se pesca ao longo da baixada, de Marambaia ao Cabo Frio. A pesca da baleia realizava-se com certo resultado compensador. O azeite era aproveitado na iluminação e para as obras públicas em andamento.

O Rio transforma-se em metrópole real

Com a transferência para o Brasil da família real portuguêsa, o Rio e a capitania iam experimentar transformações rápidas. Inicialmente, o impacto da chegada, que dava à cidade a condição privilegiada de capital da velha monarquia que, dêsse modo, não se extinguia na nova sede. A ascensão política completava-se, portanto, agora. Já não era mais a capital da colônia, da América portuguêsa, das províncias ultramarinas sul-americanas, mas a capital de um vasto império luso-brasileiro, que compreendia áreas européias, áreas americanas, africanas e asiáticas. Sim, porque do Rio é que

se expandiam, de então em diante, por muito tempo, as instruções para nortear a vida de Portugal e de seu mundo colonial. O Rio passara a metrópole com sentido universal. A fama que adquirira, como porta de entrada e saída das minas, ultrapassara-se com a nova condição política a que ascendia.

A seguir, foi a instalação, em uma cidade acanhada, de pequeno espaço ocupado pelas construções destinadas à moradia de seus habitantes, de 14.000 pessoas que chegaram com a Côrte. O alojamento dêsse contingente tão alto, como o problema de sua alimentação, importavam na decretação de medidas urgentes. O Vice-rei, como governante da capitania e principal autoridade local, deixava de existir. A cidade, de outro lado, não podia mais ter administração restrita ao seu govêrno municipal. Os tempos novos impondo, com a multiplicação de serviços, de tarefas, obrigações e iniciativas por parte do poder público, exigiam um aparelhamento burocrático que funcionasse de acôrdo com a mudança violenta que se registrava. O Rio deveria transformar-se, de pequeno burgo colonial, ponto insignificante no quadro geográfico, em metrópole real.

Foi criada (15 de maio de 1808), para os serviços de polícia, portanto de segurança coletiva, e para a coordenação de quanto dissesse com os melhoramentos urbanos, a Intendência-Geral de Polícia da Côrte e Estado do Brasil, dirigida por um intendente. Exerceu o cargo como seu primeiro ocupante o Conselheiro Paulo Fernandes Viana.

As modificações que a cidade experimentou foram imensas. Cresceu na base física. Catete, Laranjeiras e Botafogo, arruados, encheram-se de habitações. Na Zona Norte, criou-se o que se passou a chamar a Cidade Nova, que caminhava em direção a S. Cristóvão. Os mangues para além do Campo de Santana foram sendo secados pela própria iniciativa privada. Concedidos pelo intendente os terrenos baldios, os beneficiários obrigavam-se a aterrá-los para sôbre êles construir as moradias. Sôbre o mangue de São Diogo, o intendente fêz lançar um caminho, o "Aterrado", para comunicar a residência da família real, na chácara com que a presenteara o mercador português Antônio Lopes, e o Paço da Cidade, instalado na antiga residência dos vice-reis. O calçamento da cidade, nas suas zonas preferenciais, também mereceu a atenção do intendente, que pavimentou mais de duas dezenas de ruas, também melhor iluminadas com maior número de lampiões a azeite, alguns colocados sôbre pilastras de pedra. O serviço de águas também foi melhorado, utilizando-se o Rio Maracanã para a Cidade Nova. O antigo fornecimento pelos arcos, para a Cidade Velha, melhorou. Ampliou-se o abastecimento.

A carta da cidade, levantada logo em 1808, vale como um retrato do Rio ao iniciar-se a sua transformação. Isto pode ser constatado pela carta de 1820, que registra a grandeza alcançada. A cidade era outra. Perdera o caráter de núcleo bisonho para transformar-se num centro ativo

da vida política, social, cultural e econômica. Como sede da Monarquia, além do corpo diplomático das nações que mantinham relações com Portugal, os órgãos ministeriais, tôda uma vasta burocracia, que dava movimento aos serviços que o Estado instalara — Ministérios do Reino, Marinha e Ultramar, Guerra e Negócios Estrangeiros, Erário Régio, Mesa da Consciência e Ordens, Desembargo do Paço, Junta do Comércio, Agricultura e Navegação.

A revogação da legislação que vedava aos estrangeiros a sua presença na colônia, permitiu a chegada de centenas de europeus — franceses, inglêses, alemães, italianos, suíços, norte-americanos, suecos, holandeses, irlandeses, austríacos, dinamarqueses e escoceses, cada qual trazendo, com o físico de sua personalidade, a bagagem de uma experiência profissional que vinha contribuir para a evolução que se operava. Totalizavam 4.234 almas, a que se somariam mais 24.000 portuguêses. Os franceses, somando 993, conforme a estatística levantada por Guilherme Auler, distribuíam-se por tôda a cidade e exerciam as mais variadas atividades, desde o comércio, passando pelas manufaturas, às domésticas. Os inglêses eram comerciantes, ou representantes de casas britânicas, de qualquer modo homens de negócio, que se beneficiavam dos favores concedidos pelo tratado de comércio firmado com a Inglaterra.

As construções

A sociedade refinava-se, de outro lado, não apenas pelas novidades que lhe traziam os estrangeiros, mas igualmente pelos salões que se vinham abrindo, para as reuniões elegantes, promovidas pela nobreza chegada com a Côrte. As residências, em conseqüência, já apresentavam um bom-tom, que diferia profundamente das pobres moradias do período anterior.

"As casas, segundo Spix e Martius, de pouca altura e baixo frontispício relativamente ao fundo, são na maioria feitas com granito miúdo, ou com madeira nos pavimentos superiores e cobertas de telhas. Em vez das antigas portas e janelas de grade, agora já se vêem por tôda parte portas inteiriças e janelas envidraçadas, e as janelas, que tinham sacadas fechadas sombrias, à moda oriental, foram por ordem superior rasgadas em balcões abertos.

Na maioria, as ruas são calçadas com granito e têm passeios; são, entretanto, muito econômicamente iluminadas, e sòmente algumas horas da noite, com lanternas colocadas junto das imagens de Nossa Senhora. Faz prazer à vista, depois da regularidade das ruas, dar com as praças abertas, como as do Paço Real, do Teatro, do Passeio Público, ou no Campo de Sant'Ana. Nas colinas, ao longo da margem nordeste, erguem-se muitos e grandes prédios: especialmente apresentam magnífico aspecto, sobretudo vistos do mar, o convento dos Beneditinos, no outeiro a nordeste, depois o Palácio do Bispo e o Forte da Conceição.

A residência dos antigos vice-reis, que, com a vinda da Côrte de Lisboa, fôra aumentada com o claustro dos Carmelitas e preparada para a família real, está na planície fronteira ao cais acima mencionado. Êste edifício não foi de todo construído segundo o estilo dos palácios europeus; sua aparência exterior não condiz com a grandeza do monarca de um reino tão promissor e florescente. As construções no Rio são em geral de feição mesquinha e semelhante às da parte velha de Lisboa. Entre-

tanto, parece que a arte de construir, cujas obras são de tão imediata necessidade para a vida, também se tem aqui aprimorado mais depressa do que qualquer outra arte. A presença da côrte já vai começando a influir favoràvelmente no gôsto arquitetônico; entre outros exemplos, a nova Casa da Moeda e diversas casas particulares no Catete e Mata-Porcos dão testemunho disso; incessantemente se exploram pedreiras de granito, quer para calçar a cidade e tornar mais fáceis as comunicações, quer para embelezar os novos prédios."

A cultura

O Jardim Botânico, a Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura, a Imprensa Régia, a Escola Médico-Cirúrgica, a Biblioteca Real, a Academia de Marinha, a de Artilharia e Fortificações, o Teatro S. João, compreendendo todo um amplo movimento de difusão e de criação cultural, registravam um outro aspecto revolucionário na vida da cidade. Porque, de um lance, lançavam-se as bases de uma esplêndida operação que possibilitava aos habitantes do Rio o acesso a um mundo de que viviam distanciados. Agora, poderiam mais direta e fàcilmente participar de uma atividade intelectual até então ignorada. As elites intelectuais do país nôvo tinham assegurado a sua formação e o seu desenvolvimento.

A economia

Por fim, é de registrar que com a abertura dos portos brasileiros à convivência do comércio internacional e a revogação do ato que impedia a existência de qualquer empreendimento industrial, o Rio conquistara a importância econômica que completava o quadro de renovação. Em 1822, contavam-se em número de 1.619 as casas de negócio. O movimento do pôrto crescia: em 1808, 765 navios portuguêses e 83 estrangeiros; já em 1810, 1.214 portuguêses e 422 estrangeiros. Em 1817, saíam pelo Rio 680.000 arrôbas de açúcar, 320.000 de algodão, 298.999 de café, 80.000 quintais de fumo e 512.000 peças de couros. Da Inglaterra, importavam-se produtos manufaturados; de Portugal, comestíveis, louça e peças de uso doméstico diário; da França, artigos de luxo, móveis, bebidas, fazendas; dos portos africanos, escravos; dos Estados Unidos e Buenos Aires, trigo. A relação de mercadorias que enriqueciam a pauta de importação é grande e reflete o poder aquisitivo que se fortificava, as exigências, o refinamento e as necessidades da sociedade em evolução constante. A ousadia do trabalho industrial registrava-se nos tecidos de algodão, móveis, cerâmica, chapéus, velas, cordoalha. O intercâmbio mercantil operava-se ainda com a Espanha, Alemanha, Áustria, Rússia, Suécia, Índias Orientais, China. Das capitanias do Norte e do Sul, como das interiores, as importações também se registravam em crescente. O Rio não se constituía em grande centro produtor, e sim em grande centro consumidor. E o que era mais importante, centro distribuidor, verdadeiro entreposto para o vaivém dos negócios com o interior. Não perdia, portanto, a condição vital de porta de entrada e saída das capitanias mediterrânicas.

Spix e Martius, balanceando, em 1817, as realidades materiais mais palpáveis do Rio, assinalavam-lhe êsse papel com um realismo admirável.

"A excelente situação do pôrto vasto e seguro num mar inteiramente sem perigo durante tôdas as estações do ano, por assim dizer no comêço dos caminhos gerais do comércio mundial; o curto espaço de tempo em que se pode fazer viagem daqui para a Europa, Costa da África, o Cabo, Moçambique, Índia e Nova Holanda; a opulência em metais e produtos do sertão; o grande impulso que a presença da Côrte dá sobretudo ao país, conferem a esta praça desde já uma tão extensa atividade, que poucos decênios bastarão para a elevar a um dos mais ricos portos do mundo. Essa vida intensa do comércio na capital do Brasil prova que a quantidade de produtos do comércio já atualmente é maior do que devia ser, segundo a notícia que descreve o Brasil como um país inculto, sem vestígio algum da benéfica influência da indústria européia.

De fato, os artigos coloniais exportados pelo pôrto do Rio de Janeiro não são exclusivamente produtos da província, porém em parte são aqui trazidos do interior do sertão; mas a comparação da exportação de alguns artigos dêste pôrto com a mesma da Inglaterra já dá uma noção muito favorável da produção do país."

População

No particular da capitania, o povoamento desenvolvera-se. O café começava a ser uma cultura intensificada. Em Resende, dera-se o passo inicial. As fazendas em que constituíra a lavoura fundamental, abriam-se em direção ao Vale do Paraíba ou do Caminho Nôvo, para São Paulo. Derrubava-se mata para proceder-se ao plantio.

Com a marcha do povoamento, a intensificação do trabalho agrícola, pequenos núcleos urbanos da capitania desenvolvendo-se, ascenderam à condição de vilas-sedes de novos municípios: São João Marcos (1811) desmembrada de Resende; Cantagalo (1811), Macaé (1813), Maricá (1814), Itaguaí (1818), São Domingos da Praia Grande (Niterói, 1819), Nova Friburgo (Morro Queimado, 1820), Pati do Alferes (1820).

Ao encerrar-se o século XVIII, a capitania apresentava o seguinte quadro: 168.709 habitantes, dos quais 82.444 escravos e 86.324 pessoas livres. Os engenhos de açúcar eram em número de 161; os de aguardente, 253. Só em Campos, contavam-se 324. Na *Descrição Geográfica Política* e *Corográfica do Distrito de Campos dos Goitacases*, inédito da coleção Alberto Lamego, existente na Faculdade de Filosofia da Universidade de S. Paulo, seu autor, Couto Reis, divulga uma informação sôbre as condições que marcavam a região, assinalando as fazendas de gado e os engenhos que progrediam e revelavam a euforia reinante, o progresso visível.

Em 1821, a situação era inteiramente outra: a capitania somava 38.576 fogos, 332.656 habitantes, dos quais 158.881 eram pessoas livres e 173.775 escravos. O mapa demográfico, organizado por Joaquim José de Queiroz, assim discriminava a população:

	Fogos	*Livres*	*Escravos*	*Total*
Rio	10.151	43.139	36.182	79.321
Irajá	2.268	9.477	13.922	23.399
Inhomirim	1.821	7.367	8.803	16.170
S. Gonçalo	1.838	5.689	8.827	14.516
Macacu	2.859	9.585	9.551	19.136
Tapacorá	2.808	9.990	19.127	29.117
Cabo Frio	2.709	9.416	9.389	18.805
Macaé	846	3.828	4.852	8.680
Campos	3.968	17.280	19.234	36.514
Irajá	1.482	6.279	7.445	13.724
Ilha Grande	2.043	8.851	7.832	16.683
Vilas e Serras	2.308	8.276	13.020	21.296
Resende e São João do Príncipe	2.480	12.008	10.081	22.089
Paraíba e Valença	470	2.664	1.976	4.640
Parati	1.125	5.032	3.534	8.566
TOTAL	39.176	158.881	173.775	332.656

A ocupação da terra

Além dos grupos que partiam do Rio em direção à serra, ou buscavam o caminho de S. Paulo ou o Vale do Paraíba do Sul, registrou-se um movimento de ocupação da terra partido de Minas, onde a cata perdera intensidade, deixando sem trabalho copiosa mão-de-obra. Penetrando na capitania, os mineiros se iam estabelecendo com os cafèzais abertos na floresta.

Um segundo movimento, êste de S. Paulo, alcançava a capitania. Tinha origem mais distante, no tempo. Mas apresentava o mesmo vigor e os mesmos objetivos de desbravamento, de ocupação e de permanência nos chãos fluminenses. Como no caso dos mineiros, que foram raiz de clãs fluminenses, os paulistas deram igualmente a sua contribuição de sangue na formação da sociedade regional.

Terceiro contingente, alienígena, vinha, a essa altura, participar da grande aventura da posse física do espaço — os suíços, chegados em 1819 e encaminhados para a fazenda Morro Queimado, no caminho de Cantagalo, região serrana. A 13 de janeiro de 1820, ali instalados, era criada a vila de Nova Friburgo. Seus colonos somavam 1.682 pessoas, que constituíam 261 famílias, em maioria (783) do Cantão de Friburgo, na Suíça, e as demais de Vaux, Valais, Soleure e Lucenne. A êsses suíços, menos de quatro anos decorridos, se vinha juntar uma leva de alemães que permaneciam na Vila Real da Praia Grande (Niterói), aguardando destinação. Tratava-se de sangue nôvo para uma emprêsa de pioneirismo, que exigia decisão e ímpeto contra a natureza tropical.

Os restos da população indígena, representada pelos Puri e Coroado, não opunham resistência. Os Coroado haviam sido vencidos em fins do século XVIII. A ocupação processava-se com rapidez e intensidade. Ademais, surgira o problema do abastecimento do Rio. O mercado despertava

o interêsse dos agricultores que tinham colocação certa e próxima para o que produzissem. Os portos marítimos e fluviais da capitania, como Angra, Mangaratiba, Parati, Cabo Frio, Macaé, S. João da Barra, Magé, Estrêla, Iguaçu e Pôrto das Caixas, movimentavam-se, ativando as relações com a capital, para onde exportavam os gêneros que, vindos do interior, servia para abastecê-la.

D. João, cabe referir aqui, tomara-se de encantos pela Praia Grande. A graduação do burgo em vila, conquanto providência política que se atribui a uma exposição de motivos firmada pelo Dr. Manuel Pedro Gomes, Ouvidor do Rio, e considerada pela Mesa do Desembargo do Paço (8 de fevereiro de 1819), a propósito de uma consulta do juiz-de-fora de Maricá, o Dr. José Clemente Pereira, na realidade resultou dêsse seu desvêlo pelo lugar, a que muito se afeiçoara. Então, Vila Real da Praia Grande, como passou a chamar-se, abrigava 13.000 habitantes. José Clemente, agora juiz-de-fora da nova unidade municipal, projetou-lhe a urbanização, iniciando, sob aprovação régia, os trabalhos regulares de execução do plano.

Tomada de posição dos fluminenses na política brasileira

No momento em que findava o domínio de Portugal, os fluminenses, não apenas os que se aglomeravam no Rio, mas os que viviam no interior, exteriorizando as emoções cívicas de que se deixavam possuir, tomaram posição decidida, numa série de manifestações inequívocas. Assim é que a Câmara de Praia Grande a 26 de maio de 1822 dirigia-se ao Príncipe D. Pedro pedindo-lhe que convocasse uma Assembléia Geral de Deputados das Províncias do Rio do Brasil. A 7 de junho, a Câmara de Cabo Frio pedia o mesmo, agradecendo, na oportunidade, ao Príncipe, a aceitação do título de "Defensor Perpétuo do Brasil". As demais Câmaras acompanharam aquêles pronunciamentos. Na ordem cronológica: Magé, a 20 de maio; Maricá, a 9 de junho; Parati, a 11 de junho; Angra, 11 de junho; Pati do Alferes, 12 de junho; Macaé, 14 de junho; Itaguaí, 15 de junho; São João do Príncipe, 2 de julho; Resende, 14 de julho; São João da Barra, 21 de julho; Nova Friburgo, 22 de julho.

De seu lado, o Rio de Janeiro que desde 1815 passara a ser a sede do Govêrno do Brasil na sua condição de Reino Unido a Portugal, portanto não mais apenas a sede de um govêrno passageiro, quase diríamos provisório, era o grande teatro dos acontecimentos que marcavam o movimento político. A imprensa, os clubes jacobinos, a movimentação ideológica, era no Rio que encontravam campo para sua maior expansão. Do Rio saíam, para as capitanias, as sugestões e as instruções visando encaminhar a solução do problema brasileiro no sentido da autonomia total. O Rio, comandando as grandes iniciativas, assumia o seu grande papel na unificação do país. A Câmara do Rio pusera-se à frente do movimento que resultara no Fico.

Proclamada a Independência e aclamado Imperador o Príncipe D. Pedro, as mesmas Câmaras a êle se dirigiram, por representantes devidamente

credenciados, participando da solenidade de sua sagração e festejando nas respectivas sede, os ato que declarava a maioridade do Brasil.

Será interessante não esquecer também que de Praia Grande viera o seu juiz-de-fora, para conduzir o movimento que levara o Príncipe a não abandonar a terra brasileira e a ela vincular a sua vida para torná-la uma área soberana na América.

A vida política e administrativa depois da Constituição

Estruturada a vida nacional através da Carta Constitucional outorgada pelo Imperador, a Capitania do Rio de Janeiro não se viu, no entanto, graduada na condição de Província, com presidente próprio e Conselho do Govêrno, como acontecera com as outras parcelas políticas do nôvo Estado. Denominada Província do Rio de Janeiro, sua administração que, sob D. João, estivera confiada ao ministro do Reino, passava agora ao ministro do Império, o qual, por meio de avisos, dirigidos às Câmaras, fixava diretrizes, baixava instruções, realizava, enfim, o govêrno político que deveria caber a um presidente, como sucedia às demais regiões do país. A Província do Rio de Janeiro compunha, assim, no organismo político-administrativo do Império, uma Província *sui generis*. Sua vida política processava-se no campo municipal, onde os futuros homens públicos da Província, os que nela permaneceriam servindo-a em postos de govêrno e de administração e os que lhe dignificariam o nome em postos de alta representatividade no Império, principiavam a experiência política, aprendendo o manejo da coisa pública e educando-os para as provas maiores das lutas partidárias. Além dos municípios que existiam no momento da Independência, apenas fôra criado um nôvo: Valença (1823).

As Câmaras, até 1828, continuaram no exercício daquelas funções que vinham da colônia. No Rio, desde o ato régio de 11 de março de 1757, o govêrno municipal fôra agraciado com o título de Senado da Câmara, dêsse modo desagravando-se a cidade ante a advertência que lhe fizera o Tribunal da Relação. Em 1823, D. Pedro concedeu à Câmara o título de Ilustríssima (9 de janeiro). E à cidade o de "Muito Leal e Heróica".

A história social do Rio

A história dos primeiros tempos da Província do Rio de Janeiro, nessa sua situação de inferioridade política, foi, em conseqüência, uma história sem lances de relêvo. A população do interior da Província em nenhum momento excitou-se em demonstrações de inquietação partidária ou ideológica. Assistimos a quantos acontecimentos marcaram os dias iniciais do Império numa quietude sem precedentes. Quanto ao Rio, foi diferente. Continuou a manter a posição de liderança, decorrente da condição de Capital do Império e, como tal, centro de todo o grande processo político que agitou o país sob D. Pedro. As transformações que se operaram foram grandes e contínuas. O Rio era um ponto de atração de todo o Império, presos, atentos ao que decidia, quantos procuravam, junto à Côrte ou da Côrte, a ascensão social e eco-

nômica. Os estrangeiros, mais que a qualquer outro pôrto do Império, buscavam-no pelas possibilidades que oferecia. Os franceses e os inglêses continuavam sendo os que chegavam em maior porção. Por um relatório elaborado pelo Chanceler do Consulado francês, Théodore-Marie Taunay, e datado de 14 de maio de 1829, relatório que cobria a presença de seus compatriotas em todo o Império, verifica-se a afluência dêles, que se entregavam às mais variadas atividades: professôres, artistas, dançarinos, militares, religiosos, médicos, farmacêuticos, impressores, livreiros, encadernadores, joalheiros e modistas. Os professôres de francês, como os médicos e as modistas, desfrutavam de grande prestígio. A língua francesa, segundo o informante, constituía a base da educação da mocidade. O comércio com a França intensificava-se. Os inglêses, pelo que se apura da palavra de viajantes e dos inventários de Auler, divulgados pelo Arquivo Nacional, continuavam operando como comerciantes, representantes de casas britânicas. Inglêses e franceses formavam o contingente mais expressivo. Os alemães tinham sido trazidos para integrar as fôrças armadas. Não se incorporavam, a êsse tempo, à sociedade permanente, criadora. Eram tropa mercenária, sem maiores raízes que os seus contratos.

A cidade crescia sem cessar. A chamada "Cidade Nova", do Campo de Santana em direção a S. Cristóvão, entre o Caminho Nôvo (Frei Caneca da atualidade) e Rua de S. Diogo (Rua General Pedra de hoje), experimentava rápido progresso. O calçamento se fazia com mais intensidade. O engenheiro Francisco José Soares de Andréia, que se notabilizara nos governos do Rio Grande e da Amazônia, dirigiu obras de drenagem. Os terrenos baldios receberam tapumes de madeira. A Lagoa da Sentinela foi aterrada. Com o granito extraído das pedreiras abundantes, principiou-se a construção de muralhas à beira-mar. No Outeiro da Glória e Catete viviam as pessoas de maior projeção social. Laranjeiras nascia como centro de residências nobres. Botafogo aumentava também, nesse particular. A edificação para moradias particulares sofria considerável alteração para melhor, revelando o gôsto dos que as possuíam. Em 1828, a cidade tinha população estimada em 100.000 habitantes, 15.623 casas, 90 ruas, 35 becos, 16 travessas, 11 largos e 2 praças, segundo o viajante inglês. R. Waph, que a descrevia assim:

> "As primeiras impressões da cidade do Rio são muito favoráveis. As ruas, embora estreitas, são bem calçadas e possuindo em geral, de ambos os lados, passeios de lajes, tão largos quanto o espaço pode admitir. As casas são maciças, feitas de granito, com os caixilhos das portas e janelas de blocos cortados na mesma rocha, que as pedreiras do fim de tôdas as ruas suprem em abundância a da melhor qualidade. As casas são asseadas e bem dispostas. As ruas são limpas, sem imundícies ou cheiros desagradáveis."

Ribeyroles e Maria Graham, que nela viviam nessa fase, não a descrevem de maneira muito diferente. Era unânime a afirmação do cresci-

mento urbano, do refinamento social e da dignidade metropolitana de que se ia revestindo.

A Intendência de Polícia, exercida por vários magistrados, entre êles o Desembargador Teixeira de Aragão, o Aragão, como era conhecido, continuaria no exercício de encargos administrativos municipais, nesse particular sobrepondo-se à ação dos vereadores do Senado da Câmara.

A marcha do povoamento pelo interior

No interior da Província, prosseguiu a marcha do povoamento. A lavoura cafeeira sobrepujara, com alta rapidez, a canavieira, conquanto no brejal campineiro não ocorresse mudança. Mantinham-se os de Campos fiéis à lavoura tradicional. O café, no entanto, começava a impor-se como produto fundamental na economia provincial.

"Entre 1823 e 1828, a produção fluminense exportada, não incluindo o café, estava assim representada:

	Açúcar Arrôbas	*Fumo Arrôbas*	*Algodão Arrôbas*	*Peles Arrôbas*
1823	1.206.250	61.860	35.592	273.540
1825	1.116.900	48.541	13.604	261.910
1826	1.025.250	62.247	17.796	384.178
1828	1.062.609	56.626	19.760	207.277

"Em S. João Marcos, Piraí e Barra Manso, ano de 1827, segundo o depoimento constante do livro *O Tombo*, em que se registrava o que constituía uma parte integrante da Fazenda de Santa Cruz, que pertencera aos Jesuítas, fôra incorporada ao domínio da Coroa e ocupada por várias centenas de pessoas que se haviam instalado naquelas terras, loteando-as e transformando-as em propriedades privadas, havia 176 fazendeiros, que dispunham de 6.309 escravos, a produzirem 173.820 arrôbas, "o que mostra quanto em médias as suas fazendas eram pequenas donde mais de 36 escravos e mil arrôbas por fazendeiro".

"Apenas dois lavradores colhiam dez mil arrôbas; os demais assim se distribuíam:

8.000	arrôbas	1
7.000	"	1
6.000	"	3
5.000	"	1
4.000	"	3
3.000	"	6
2.000	"	13

"Entre 1.000 e 2.000 havia 29. Assim 117 colhiam menos de mil. Os dois grandes fazendeiros, os coronéis José Gonçalves de Moraes e Joaquim Pereira de Faro, futuros barões do Piraí e do Rio Bonito, tinham enormes escravaturas. Faro 540 cabeças e Moraes 400, o que não estava em relação com as suas safras, pois Antônio da Silva Monteiro, que remetia 8.000, só tinha 200 e Caetano Alves de Oliveira com 7.000, 260; os Gomes, o Sargento-Mor José Luís, futuro Barão de Mambucaba, e seus irmãos, Francisco e Luís que colhiam 6 a 4.000 arrôbas, possuiam 160 e 170 escravos."

O govêrno municipal do Rio

Pela lei de 1.º de outubro de 1828, que disciplinou a vida dos municípios, extinguindo o cargo de juiz-de-fora, tirando às Câmaras a função política que exerceram e as fizeras vozes eloqüentes na defesa dos interêsses coletivos contra a prepotência de governantes, o Rio não elegeu imediatamente o seu govêrno municipal que passava a ter, realmente, em suas mãos, os destinos da cidade naquilo em que a Intendência-Geral de Polícia tanto se distinguira, isto é, a sua limpeza, a sua construção urbana, a sua arquitetura, os seus serviços essenciais como metrópole do Império.

Só a 30 de janeiro de 1830, é que se instalou a Câmara, com oito vereadores, sob a presidência de Bento de Oliveira Braga, que assumiu, dêsse modo, de acôrdo com a nova lei, não apenas a direção da Câmara mas, igualmente, o govêrno da cidade.

No tempo da Regência

Sob as Regências, o Rio não perdeu a sua grande significação política. É certo que por todo o Império lavrou a desordem. A seiva cívica brotou por tôda parte. Os pruridos nacionalistas, os descontentamentos partidários, os desapontamentos sociais e econômicos, a inquietação militar, cada qual dando a sua parte, constituíam fôrças poderosas para influenciar e para explicar o momento nas agitações que davam, lá fora, a idéia de que a unidade nacional estava a romper-se. O Rio, mantendo-se, como sede do govêrno nacional, centro político de onde emanava o poder e com êle todoo sistema a que se devia atrelar o país, foi teatro também não apenas de debate político, do estudo das soluções políticas e da emissão de instruções e providências, visando à ordem imperial sob todos os ângulos, mas igualmente de sucessos, que se materializavam nas ruas e significavam as reações cívicas que lhe dominava a população. O Rio já a essa altura era uma síntese do Brasil, nos anseios que o agitavam. Muitos dos episódios das histórias regionais, locais, eram reflexo do que ocorria no Rio em ponto grande.

Todos êsses sucessos, aliás, e isso era normal, ecoavam no Rio, nos debates do Parlamento, no noticiário e no comentário da imprensa, na literatura política que se escrevia e se divulgava com bastante intensidade. A Cabanagem, a Farroupilha, a Balaiada, as explosões nordestinas, podem ser acompanhadas no diário dos sucessos, à leitura da imprensa fluminense.

Conclusão

Mas o Rio se tinha, no político, uma vida cheia de intensidade, no social, no econômico, no cultural igualmente se distinguia. A história da transformação de sua sociedade, que se polia e amadurecia nos salões e nas demais demonstrações da vivência doméstica, nas maneiras fidalgas no trato cerimonioso, no bom gôsto revelado na preparação do interior dos lares, era bem um reflexo da civilização que batia às portas do país entrando por sua cidade principal. Os viajantes que a visitaram, como Saint-Hilaire, Rugendas, Debret e Gardner são unânimes em constatar a mudança que se operava com rapidez e para a qual a contribuição estrangeira era visível e intensa. Gardner escreveu:

"O grande desejo dos habitantes parece ser o de dar uma fisionomia européia à cidade." "Uma das mais belas ruas da cidade é a Rua do Ouvidor, não porque seja mais larga, mais limpa ou melhor pavimentada que as outras, mas porque é ocupada principalmente por modistas francesas, joalheiros, alfaiates, livreiros, sapateiros, confeiteiros, barbeiros. Tôdas as casas são guarnecidas com uma elegância que um estrangeiro não espera encontrar, e muitas têm janelas formadas de grandes painéis de vidro, semelhantes aos que são agora tão comuns nas grandes cidades da Grã-Bretanha. É a Regent Street do Rio e aí se encontram quase todos os objetos de luxo europeus."

Essa preocupação não se restringia, porém, ao Rio. Os maiores núcleos do interior da Província também se refinavam. Era o caso de Vassouras, Campos, São João Marcos, Barra Mansa, Angra, Resende, que se desenvolviam ràpidamente e onde se constituía uma sociedade preocupada também em esmerar-se no comportamento social.

2. O MUNICÍPIO NEUTRO

O caráter legal de sua criação

O artigo 72, da Constituição de 1824, dizia que onde estivesse localizada a capital do Império não haveria Conselho Geral da Província.

O Ato Adicional, no seu artigo 1.°, prescrevia: "A autoridade da Assembléia Legislativa na Província em que estiver a Côrte, não compreenderá a mesma Côrte, nem o seu Município".

Ora, o Rio de Janeiro, onde se sediava a Côrte, era parte integrante da Província fluminense. Passando esta a ter Assembléia Legislativa, com o que se revogava o dispositivo do art. 72 da Constituição, e não possuindo essa Assembléia qualquer ingerência na vida da cidade-Côrte, está visto que sua inclusão na Província fluminense era uma inclusão especialíssima. Não ocorria um desmembramento puro e simples, tanto mais quanto não se atribuiria àquela solução uma característica de definitiva. Seria uma solução passageira, enquanto a Côrte nela estivesse instalada. Ademais, já em projeto, datado de 1833, pensara-se na transferência da sede do govêrno imperial para outro local, no interior do país e onde ocorressem condições propícias.

A Província fluminense, perdia, assim, a parte mais importante de seu território, representado no Rio de Janeiro e seu têrmo, portanto a sua maior cidade, o seu maior pôrto, o grande centro da vida política, social e cultural do Império. Ganhava autonomia e passava a ter Assembléia própria e Presidente, libertando-se da interferência político-administrativa do ministro do Império, enquanto o Rio de Janeiro, pelo texto do diploma constitucional, compunha uma unidade *sui generis*, um município, com o seu govêrno de vereadores e uma direção mais alta, representada no Ministro do Império. A situação anterior da Província restringia-se agora ao Rio, que seria, assim,

um Município Neutro, Capital do país. Não fôra necessário o emprêgo da violência para a mudança ou para a solução, como ocorrera, por exemplo, na Argentina, a propósito de Buenos Aires. A denominação de Município Neutro não consta do Ato. Passou a ser usada, incorporando-se à terminologia jurídico-administrativa.

Sua necessidade

O desmembramento parecia um imperativo que devia ser atendido. Os estadistas imperiais, no momento grave em que votaram o Ato Adicional, encontraram a solução certa. A Província fluminense, como funcionava, constituía verdadeira aberração dentro do sistema constitucional vigente. Quanto à sua cidade principal, sede do govêrno imperial, não podia, realmente, continuar integrante de uma Província, que devia possuir govêrno próprio, como as demais, submetendo-se ao contrôle administrativo de um Ministro de Estado. A Côrte precisava funcionar em centro urbano onde não interferissem os elementos regionais, liberta, portanto, de tôdas aquelas fôrças que perturbassem a ação do poder central, desviando-o para as competições e paixões puramente locais. Uma cidade com tais predicados e sem a responsabilidade de ter de estar atenta à obrigação para com outros centros urbanos e grupos regionais, dominados por suas querelas internas, domésticas, era o ideal. O Rio pudera viver, até então, uma vida distante dessas particularidades, é certo, mas com evidente prejuízo para o desenvolvimento dos demais aglomerados da Província, uma vez que o poder central se via absorvido, nessa ação rotineira de govêrno urbano, pelas exigências naturais que o Rio lhe fazia por ser a capital do Império. A solução, tanto para o Rio, como para a Província, portanto, era uma solução acertada. Os fatôres políticos, sociais, econômicos e culturais que vinham agindo para dar caráter ao Rio e à Província tinham sido devidamente considerados.

O Rio ia agora exercer, com muito mais liberdade de movimentos, com muito maior impetuosidade, o seu grande papel de Capital do Império, centro aglutinador das vontades nacionais, ponto de encontro de todos os anseios que movimentavam as áreas regionais, tirando-lhes os aspectos rudes, aplainando-lhes e disciplinando-lhes os entusiasmos que pudessem prejudicar a unidade nacional. Porque, na verdade, se desde a chegada do Príncipe D. João, o Rio principiara a registrar uma função unificadora ponderável, pelo contrôle que possuía da América portuguêsa, competindo com Lisboa e por fim substituindo-a totalmente apesar dos esforços das Côrtes da velha metrópole peninsular para destruí-la nessa função nacionalizante, na verdade agora é que ia executar, com largueza e profundidade, essa tarefa de alto sentido político.

Como Município Neutro, recebia e agasalhava brasileiros de todos os recantos da pátria, que vinham buscar o prestígio da Côrte ou nela instalar-se para uma vivência definitiva. Pacificado o Império, desaparecido o perigo de uma secessão, que viria a destruir o que de melhor legara o colonizador, a unidade territorial, humana e cultural do mais vasto espaço

trabalhado pelos europeus na sua obra imperial nas Américas, o Rio daria ao país, no Parlamento, nas decisões dos Gabinetes Ministeriais, nos debates de imprensa, as providências governamentais que expediam às Províncias, com a sua eqüidistância das paixões locais, insistia-se nesse aspecto de sua personalidade, o que era necessário para o equilíbrio político do Império, conseqüentemente para a manutenção da unidade nacional.

No momento em que ocorria o fato histórico, o Rio apresentava uma fisionomia nova se a compararmos com a que mostrava à chegada do Príncipe D. João ou mesmo na hora da Independência. Já se podia orgulhar de ser um grande centro urbano. Os descritivos de Rugendas e Debret valem como retratos do que era a cidade nessa sua fisionomia renovada e em renovação constante.

Os estrangeiros

Por um memorial dirigido ao ministro dos Estrangeiros de França, pelo Conde Alexis de St. Priest, em 16 de agôsto de 1834, tem-se uma série de algarismos que refletem a situação do Município Neutro na atividade social e econômica que então o caracterizava. Particularizando a presença dos estrangeiros, registrava a de cêrca de 20.000 portuguêses, dos quais já 7.000 haviam adotado a nacionalidade brasileira; 3.200 alemães, 400 norte-americanos, 1.400 inglêses, 400 espanhóis, 200 holandeses, 1.800 prussianos, 3.800 franceses. Êstes distinguiam-se no negócio de modas, produtos farmacêuticos, magistério e medicina. Aos franceses atribuía-se em grande parte o refinamento da sociedade. Mas as modistas francesas começavam a perder a projeção, embora a casa de M^me^ Malançon continuasse a ser a mais importante da cidade. Entre os médicos, distinguiam-se os Drs. Sigaud, Senechel, Cuissard, Jubert e Troubat. O Dr. Sigaud firmou-se em definitivo, participando da vida brasileira e tornando-se uma das mais autênticas autoridades nos assuntos referentes à climatologia e patologia do Império, em particular do Rio. Os franceses tinham chegado em duas oportunidades — a primeira, na fase napoleônica era a dos imigrados por motivos políticos; a segunda viera posteriormente, atraída pelas notícias de que no Brasil se abriam oportunidades magníficas a qualquer gênero de atividade.

Os inglêses e norte-americanos não abandonavam os grandes negócios, como agentes de importantes firmas de seus países natais. Monopolizavam, de certo modo, as grandes operações comerciais, possuíam apólices, empregando diàriamente os seus capitais em emprêsas de utilidade pública, por isso passando a ter uma espécie de contrôle do crédito e das atividades progressistas. Nesse patricular, revelavam-se solidários uns com os outros, protegendo-se mùtuamente. Havia, então, no Rio, 66 casas inglêsas, das quais pelo menos 23 podiam considerar-se estabelecimentos de primeira ordem. Entre êsses, a de Samuel Philips, que representava, junto ao govêrno brasileiro, o papel dos Rotschild, na Europa, frente aos governos daquele continente.

Os holandeses estavam ameaçados de ver em decadência o comércio de Amsterdã, que representavam, pela concorrência que se iniciava com a chegada de negociantes belgas. A Bélgica acabara de romper os seus laços políticos com a Holanda e cuidava de impor-se no mundo dos negócios.

Os portuguêses mantinham-se no comércio miúdo. Havia grande quantidade de ilhéus, solicitados com o maior interêsse pelos proprietários rurais como trabalhadores especializados nos misteres da lavoura de alimentação, necessária ao abastecimento da cidade.

O carioca

No esfôrço que desde o século XVII vinha mantendo contra o meio físico para possuí-lo e nêle realizar-se, o carioca, nessa nova fase de sua vivência histórica, não perdeu o ímpeto. Para tornar a sua cidade a metrópole do Império, precisava prosseguir na tarefa. Prosseguiu-a. Já então haviam quem imaginasse a conveniência de criar-se, no interior do país, um centro urbano para onde se transferisse a sede do govêrno nacional. O Rio voltaria, então, a reincorporar-se à Província fluminense. Enquanto, porém, a idéia não se tornasse um pensamento e um propósito de Estado, impunha-se preparar o Rio para que pudesse dar plena efetividade à sua posição de Capital.

A luta para o desenvolvimento da metrópole

Nesse particular, a luta contra a natureza, no que ela oferecia de negativo para o desenvolvimento da metrópole, se fêz mais intensa. Porque não se restringiu aos aspectos físicos do meio, passando a compreender, também, os aspectos complementares ou que eram uma conseqüência daqueles fatôres físicos mais visíveis. Assim é que, se o centro da cidade e a chamada "Cidade Nova" já não apresentavam os paúis que a enfeavam, prejudicavam a expansão da habitabilidade e eram um perigo ao estado sanitário, as cercanias ainda reagiam, principalmente com a floresta e os mangues. Êstes foram sendo dominados com os movimentos de terra lançados sôbre êles. Aquela foi perdendo o esplendor da continuidade e da própria potencialidade. Aos poucos, os moradores que não se deixavam emocionar pelos encantos da terra virgem, se iam lançando contra ela, para levantar as suas moradias. Os bairros da Zona Norte nasceram justamente do verdadeiro *rush* a que se lançou o carioca e com êle o ádvena, sequiosos de ter a sua habitação. A própria mata da Tijuca, se não se viu destruída pela ação da presença do homem, que a enfrentou para lavouras de café, de anil, de chá, de frutas, sofreu perdas sensíveis que a empobreceram no encanto que a distinguia.

"Os antigos mangues próximos ao centro urbano, isto é, na cidade nova, escreveu Morales de los Rios, começavam na antiga Rua Santa Rosa, sendo limitados ao norte pelos morros da Providência e de S. Diogo e ao sul pelas Ruas do Conde e do Bom Jardim. Daí os limites estavam assinalados pelas Ruas do Atêrro, Nova de S. Leopoldo e do Sabão, da Cidade Nova.

Em virtude do que dispôs a lei de 7 de outubro de 1834, os terrenos de mangues passaram a pertencer ao Município. Dessa forma, foros cobrados até então pelo

Govêrno Imperial passaram a constituir fonte de renda do govêrno da Cidade. A contribuição dêsses foros era rêgulada pelas instruções baixadas dois anos antes, a 14 de novembro. Correspondia a 2 1/2% da avaliação de cada braça. Em 1851, a Câmara Municipal fêz levantar a planta de todo o mangue da Cidade Nova, a fim de tornar possível a solução das infindáveis questões de pagamento de foros entre o fisco e os proprietários.

Outro vasto mangue, aterrado em 1850, ficava situado nas redondezas do atual Largo de Estácio de Sá, isto é, entre a Rua do Engenho Velho e o Rio Comprido. Em 1852 teve início, por ordem da Câmara Municipal, o atêrro do vasto mangue da Cidade Nova situado entre o lugar chamado de Aterrado (onde foi até pouco a Praça 11 de Junho) e a Casa da Correção. O serviço foi executado por sentenciados que, no primeiro ano de trabalho, ali despejaram 25.512 carroças de terra. Porém, o maior dos mangues era o que abrangia tôda a vasta zona compreendida entre o citado Aterrado e o Retiro Saudoso, na zona litorânea. Tinha a direção da parte do atual Canal do Mangue fronteira à Estação Barão de Mauá, mas a zona de espraiamento das águas era verdadeiramente colossal."

Em 1835, as freguesias eram Sacramento, Candelária, S. José, Santa Rita, Santana, Glória, Lapa, Engenho Velho, Jacarepaguá, Inhaúma, Irajá, Campo Grande, Guaratiba, Ilha do Governador, Paquetá, Santa Cruz.

Com a marcha da ocupação, S. Cristóvão e adjacências enobreceram-se. Porque lá se começaram a construir as residências das famílias mais abastadas, os homens de negócios, as figuras ligadas à administração, a burguesia e a chamada classe média, representada nos servidores do Estado. Ruas e Praças, onde era ontem o mato, ralo ou não, abriam-se, ora por obra do próprio govêrno municipal, ora como fruto do ímpeto criador da iniciativa dos próprios moradores, que iam levantando as suas habitações.

"Para ligar o Caminho Velho de Botafogo (atual Rua Senador Vergueiro) com a praia do Flamengo, registrou Morales de los Rios, são abertas, em 1840, duas travessas. Uma era a do Infante, atual Cruz Lima. E na Freguesia de Santana procedeu-se à abertura da Rua do Bom Jardim (atual Visconde de Sapucaí), aterrou-se a Rua de São Diogo, teve colocação no Rossio Pequeno o chafariz de Grandjean de Montigny, foram plantadas palmeiras às margens do Canal do Mangue e a Praça da Aclimação passou a ser a melhor conservada. Nessa época, Mata-Cavalos ia-se transformando; o Engenho Nôvo já apresentava solares de importância; a Penha atraía a atenção dos viajantes; a querida Glória, o aristocrático São Cristóvão e a aprazível Santa Teresa melhoravam, cobrindo-se de residências.

No ano de 1844, são entregues ao uso público as novas artérias chamadas de Santa Teresa, do Catete e de Paula Matos (no morro do mesmo nome). A Rua da Relação, ligando a Rua do Livradio à dos Inválidos, começa a ser transitada em 1845. No ano de 1846, os melhoramentos são inúmeros: novos calçamentos; retificação do arruamento das Ruas Silva Manoel e Resende; assentamento de novas calçadas nas Ruas de São José, dos Ourives, da Quitanda, do Cano, da Vala, de São Pedro, do Carmo. detrás do Carmo, o Fogo e do Lavradio; reassentamento de calçadas nos Largos de Santa Rita, de S. Francisco da Prainha, da Imperatriz e da Prainha; terraplenagem dos pântanos marginais à velha estrada de S. Cristóvão e ao aterrado da cidade nova.

Em 1847 é aberta a Rua Dona Luísa, na Glória, pondo êsse bairro em comunicação com Santa Teresa.

Justamente nomeado do século (1850) a municipalidade continuava a introduzir melhoramentos na capital. O atêrro do atoleiro existente entre o Largo de Mata-Porcos e o rio Comprido (parte da atual Rua Haddock Lôbo), e a abertura da Rua da Conciliação (atual Barão de Petrópolis), comunicando os bairros do Rio Comprido e de Santa Teresa, são as principais obras então executadas."

Ampliação no espaço

Entre os primeiros dias do Município Neutro e 1850, têrmo desta notícia histórica, o Rio ampliou-se consideràvelmente. É certo que nessa ampliação sôbre o espaço, não ocorria a continuidade da ocupação. Os claros intermediários entre os pontos mais diversos eram uma constante. Não se procedeu à ocupação cerrada. As chácaras, abundantes e bastante extensas, criavam o êrmo, na Zona Norte e na Zona Sul.

As obras públicas locais, ora a cargo da Inspetoria de Obras Públicas do Ministério do Império, ora dos serviços especializados da Câmara Municipal e constantes da abertura e preparação de ruas e logradouros, serviço de abastecimento de água e esgôto, foram atacados com certo vigor. A Câmara Municipal, em 1833, iniciava a construção do chamado "Cais dos Mineiros". Prosseguia no atêrro do mangue da Cidade Nova em seguimento à Rua do Sabão e procedia à abertura de novas ruas no mesmo trecho. Em 1833, desabara um trecho do Morro do Castelo sôbre a Rua Santa Luzia, que ficara fechada ao trânsito, por fim recuperada. O trecho do mesmo morro pelo lado da Rua da Misericórdia ameaçou desabar também. Tomaram-se providências para evitar o desastre.

O abastecimento alimentar continuou a ser feito pelas áreas agrárias da Província fluminense. O que o Rio produzia para seu próprio sustento era muito pouco. E o consumo público crescia diàriamente. A importação de gêneros alimentícios do exterior reduzia-se a artigos de consumo das elites ou do elemento estrangeiro. O diário da dieta era pobre e satisfazia-se com a produção tropical. Não havia ainda um grande mercado. O comércio de gêneros de sustentação fazia-se por meio de vendedores ambulantes, geralmente prêtos escravos, ou nas vendas, já a essa altura em mãos dos imigrantes portuguêses.

Os transportes e comunicações

O transporte de pessoas e mercadorias progredia também. O destas operava-se no lombo de animais ou grandes carros, puxados a bois. O daquelas, em carruagens, ora pertencentes aos que as utilizavam no diário, pessoas abastadas, homens públicos, ora de aluguel. Eram as caleças, os "carrinhos fluminenses", os tilburis, as "vitórias" e as berlindas. Para os coletivos, funcionavam duas companhias, a de Ônibus, que ligava os bairros de Botafogo, Laranjeiras, Engenho Velho, Rio Comprido, Andaraí Pequeno e S. Cristóvão e o centro da cidade, isto é, a Praça da Constituição; e a de Gôndolas, que também faziam linhas comunicando o centro com os arrabaldes. Regulando o trá-

fego, a Câmara Imperial, a 26 de outubro de 1847, estabeleceu a disciplina das mãos de direção do trânsito.

Para as comunicações com os portos fluminenses, na costa marítima ou na Guanabara, havia uma flotilha de pequenas embarcações. Algumas companhias exploravam o negócio, havendo mesmo a *Navegação de Botafogo*, que realizava a ligação entre a enseada dêsse nome e o chamado cais Pharoux. As "faluas" conduziam carga e passageiros entre o Rio e Niterói. De 1835 em diante, todavia, essas comunicações passaram a operar-se nos barcos da Companhia de Navegação de Niterói, que empregavam embarcações com lotação para 200 passageiros.

O comércio e a indústria

O grande comércio situava-se nas ruas da Quitanda, Alfândega, S. José, Direita, Ourives, Carmo, Assembléia. O comércio elegante, na Rua do Ouvidor. Nestas, as casas de moda e congêneres, confeitarias, cafés para o *grand monde*. Os inglêses, que durante algum tempo haviam dominado a rua, tinham sido substituídos pelos franceses e francesas que ditavam o "bom-tom" social.

A produção industrial no Rio não se desenvolvia, apesar da legislação que lhe visava ao incremento. Reduzia-se ao pouco que pudesse ter uma utilização imediata e não exigisse as inversões copiosas: mobílias, oleados, cordoalha, tabaco, chapéus, tecidos de algodão, cal, telhas e tijolos, velas, sabão, licores, fundição, veículos.

A população

A população, ao contrário, ia em crescendo, criando, como conseqüência, graves problemas de abastecimento e habitação. O ritmo dêsse aumento já era impressionante. Além do contingente estrangeiro a que nos referimos, havia mais a contribuição das Províncias, Minas em particular. A atração que o Rio provocava, por sua condição de capital e pelas possibilidades que oferecia, era, assim, uma constante. Em 1850 calculava-se a população em 270.000 almas, das quais 111.000 eram escravos. O contingente negro, apesar das restrições impostas pelos diplomas internacionais em que o Brasil era parte, não diminuía. As importações continuando, a mão-de-obra para todos os serviços pesados recrutava-se no africano ou no negro dêle descendente, mas já nascido no Rio. Nas ruas, é a palavra de todos quantos visitaram a cidade nessa fase, a multidão negra parecia imensa. Ponderava francamente sôbre a branca. No centro da cidade, tinha-se a impressão de estar-se num povoado africano. O movimento demográfico indicava saltos reveladores de crescimento muito além do vegetativo. As condições sanitárias reinantes não indicavam piora; ao contrário, havia evidente melhoria, decorrente da política de aterros de mangues, melhor alimentação e maior soma de conhecimentos adquiridos pela população. Não há notícia de epidemias que ceifassem vidas em escala ponderável. A febre amarela, que o Dr. Sigaud, em seus estudos sôbre as condições da vida carioca, pretende ter apreciado desde 1829, oficialmente só em 1850 foi assinalada, pelo menos com a incidência perigosa: 3.827 óbitos. Em 1836, por exemplo, logo após a instituição do Muni-

cípio Neutro, segundo se verifica dos dados constantes do Relatório do Ministro do Império, haviam nascido 4.989 cariocas e morrido 7.171. No ano anterior a proporção fôra a mesma. O desequilíbrio era compensado pela entrada de estrangeiros e de brasileiros de outras Províncias.

A sociedade

As residências particulares, seja no exterior, seja no interior, refletiam a melhoria das condições gerais. Havia muito maior gôsto na arrumação das coisas. Os prédios, de dois andares, os sobrados, que Gilberto Freire assinala como uma marca do processo de transformação que o país sofria no seu esfôrço por abandonar o que restava do passado colonial ainda tão recente. A alvenaria e o tijolo entravam agora, mais intensamente, nas edificações. As pedreiras, devidamente exploradas, davam expressiva contribuição. Os arquitetos, que obedeciam à técnica introduzida por Grandjean de Montigny, eram garantia dessa melhoria evidente do gôsto local.

Os edifícios públicos não haviam sido aumentados. Eram ainda aquêles dos primeiros tempos do Império. Como as igrejas ,essas, porém, mais distantes no tempo, mas enriquecendo-se no aparato interior. Em 1842, iniciara-se a construção de nova igreja de Nossa Senhora da Glória.

Os salões, que se dignificavam pela apresentação luxuosa, eram um índice do refinamento da sociedade. Abriam-se constantemente e serviam para melhor difusão das novidades que chegavam da Europa. Os maiorais do Império, corpo diplomático e os homens de negócio que cobiçavam ascensão social, freqüentavam-nos e ali, muitas vêzes, decidiam dos assuntos de vida pública do país. Famosos já eram, então, os salões do Marquês de Abrantes, do Barão de Miriti, do Barão do Rio Sêco, do Marquês de Baependi. A enumeração seria grande. Estrangeiros procuravam também distinguir-se, mantendo os seus salões, a que acorria a fina flor da nobreza do Império.

As diversões públicas não eram grandes. Continuavam as festas de igreja a constituir o mais importante. Os folguedos de rua não tinham sentidos. E quando realizados, movimentavam quase ùnicamente a multidão negra. O carnaval, como as festas juninas, era comum a tôdas as classes.

A cultura

Os teatros atraíam a melhor sociedade. O S. Pedro de Alcântara, o de São Januário, o S. Francisco, o Santa Leopoldina, o Santa Carolina, o Liceu Francês e o do Comércio, adaptados ou especialmente construídos, tinham freqüência apreciável. Aplaudia-se o repertório francês e espanhol, como o brasileiro que começava. A ópera aos poucos fôra empolgando, o que significava o desenvolvimento do gôsto artístico. Autores e atôres estrangeiros, como o brasileiro João Caetano, despertavam entusiasmo.

A imprensa, que nascera mansa, com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, saída dos prelos da Imprensa Régia, portanto um jornal de informes oficiais,

com o despertar da consciência cívica assumira proporções apreciáveis, pela impetuosidade do que nêle se divulgava e pela penetração que ràpidamente alcançava, tornando-se uma fôrça condutora da opinião e das decisões políticas. As *Sentinelas* proliferaram. O mais importante, no entanto, era o *Jornal do Comércio*, que sucedera, em 1827, ao *Spectador*. O *Correio Mercantil* e o *Diário do Rio de Janeiro* vinham a seguir, na importância que alcançavam registrando a vida nacional e estrangeira e comentando o fato político que mobilizava a opinião pública. O *Auxiliador da Indústria Nacional*, o *Nitheroy*, a *Minerva Brasiliense*, a *Guanabara*, o *Arquivo Médico Brasileiro*, os *Anais Brazilienses de Medicina*, a *Revista Trimensal de História e Geographia* ou *Jornal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, servindo à divulgação da cultura, às letras e à formação da mentalidade econômica do Império, inaugurando a imprensa periódica de caráter especializado, contribuíam para revelar as preocupações da inteligência carioca nos mais variados domínios do espírito.

O movimento cultural não se evidenciava, porém, apenas nessas publicações. As associações de letras, artes e ciências já existiam, nelas reunindo o que já podia aparecer como o escol intelectual do Império — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade Auxiliadora de Indústria Nacional, de que é sucessora a atual Confederação Nacional da Indústria, Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro, Academia Imperial de Medicina. O Museu Nacional, o Museu de Belas-Artes e a Biblioteca Nacional completavam o quadro das instituições oficiais de alta cultura da Capital do Império.

A educação

A rêde escolar crescia bastante. As escolas primárias, obedecendo ao sistema lancasteriano, que revolucionava por tôda parte, funcionava em casas alugadas e com professorado que não se recomendava muito, porque não tivera onde preparar-se. Em 1850, somavam 17 as aulas de grau primário. O ensino a cargo da iniciativa privada, bastante melhor, com internato para môças e rapazes, prosperava e era preferido pelas pessoas de recursos. Para o grau secundário, transformara-se, em 1837, o Seminário Imperial de São Joaquim em Colégio Pedro Segundo. A Faculdade de Medicina, a Escola Homeopática do Brasil, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Conservatório de Música integravam o quadro das unidades de caráter universitário, formando os profissionais de que o Império carecia.

Administração

Um Código de Posturas, votado em 1834, fixara as áreas urbana e suburbana do Rio e o procedimento dos habitantes no tocante à sua cidade, desde o que dizia respeito ao alinhamento das casas aos problemas do asseio, alimentação. As despesas que o Govêrno fazia, de acôrdo com os recursos de que dispunha, não evidenciavam excessos de qualquer espécie e compreendiam apenas iluminação pública, obras públicas, instrução, vacinação e manutenção do Passeio Público, que era o orgulho da cidade.

Sede da monarquia, no Rio funcionavam, para todo o Império, os serviços centrais da administração nacional, os Ministérios e repartições subordinadas, o Parlamento, o Poder Judiciário na sua mais alta expressão, o Corpo Diplomático acreditado junto ao Govêrno Imperial.

A composição da sociedade carioca, ao atingir o Rio o meado do século, era variada. No Rio viviam, além daqueles elementos comuns a um centro urbano co foros de capital do país, como sejam os servidores do Estado e seus familiares, tôda a coorte, representada nos homens de negócios e seus subordinados. Evidentemente sendo a Côrte, tôda essa população era quantitativa e qualitativamente muito mais expressiva que a das capitais das Províncias. A burguesia que se formava no Império encontrava, no Rio, um ambiente seguro, que lhe garantia o crescimento e o poder. O Rio, Município Neutro, em 1850 realizava-se efetivamente, como Côrte do Império Brasileiro.

3. A PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

Inícios da nova Província

O Dr. Joaquim José Rodrigues Tôrres, que seria Visconde de Itaboraí, foi nomeado, a 20 de agôsto de 1834, para inaugurar a Província na sua condição nova, isto é, no gôzo da autonomia de que desfrutavam as outras que compunham o quadro político do Império. Tomou posse a 14 de outubro. As instruções que recebeu, baixadas pelo Ministro do Império, serviam para, definindo-lhe a competência, esclarecê-lo no comportamento que devia ter a fim de pôr em funcionamento o mecanismo da administração na estrutura que passaria a possuir.

O Dr. Rodrigues Tôrres nascera na Província. Formara-se em Coimbra. Exercera o magistério, jornalista político, matemático, por dez vêzes seria Ministro de Estado, Deputado, Senador. Não era um iniciante na carreira pública. Já possuía passado em que confiar-se. Com menos de 30 anos, ocupara as pastas da Marinha e da Fazenda, revelando aptidão para o govêrno. As responsabilidades que recebia eram grandes. Porque a Província estava às portas da Côrte, sob permanente vigilância, os seus homens públicos, dos podêres centrais do Império, do Parlamento e do grupo de imprensa da oposição. Ademais, já existiam certos serviços públicos, da rotina, como sejam os de arrecadação de tributos, ensino público, ofícios religiosos, abertura de caminhos, além daqueles que eram privativos dos governos municipais. Impunha-se dar unidade a tôdas essas atividades, disciplinando-as nas diretorias especializadas, de acôrdo com o regimento vigente. Rodrigues Tôrres deu os passos necessários, organizando a administração no que considerava imediato e nomeando os serventuários da administração e da justiça. Criou, sancionando a lei 16, da Assembléia, a Guarda Palacial.

A nova Província, resultava, na sua base física, recordemos, do espaço que nos idos coloniais haviam formado as Capitanias da Paraíba do Sul, Cabo Frio, S. Tomé e trechos de S. Vicente. Os municípios de Campos dos Goitacases, S. João da Barra e Parati, transferidos em meados do século XVIII para S. Paulo e Espírito Santo, em 1832 voltavam à Província fluminense. Novos municípios eram Mangaratiba (1831), Barra Mansa (1832), Iguaçu (1837), Vassouras (1833), Paraíba do Sul (1833), Itaboraí (1833).

A Assembléia Provincial, eleita sem maiores dificuldades, foi instalada a 1.º de fevereiro de 1835. Integravam-na 30 deputados, alguns dos quais, como Evaristo Ferreira da Veiga, João Paulo dos Santos Barreto, Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Paulino José Soares de Sousa, eram ou viriam a ser figuras da maior projeção na política regional e nacional. De acôrdo com o Ato Adicional, art. 5.º, o local da primeira reunião da Assembléia seria designado pelo Govêrno. Por decreto de 23 de agôsto de 1834, designou a Vila da Praia Grande. A Assembléia devia escolher o local onde teria sede a administração da Província. Escolheu, a 26 de março, pela lei 152, Vila Real da Praia Grande, que elevou a cidade. No decorrer do exame do assunto, se haviam formado correntes de opinião — a dos que desejavam Santo Antônio do Itaboraí, os que preferiam Campos e os que consideravam Praia Grande o núcleo mais apropriado.

Os primeiros tempos de Província, como era natural, não foram fáceis. Regulamentados os serviços essenciais, o presidente enfrentou o grave problema de recursos para a manutenção da máquina administrativa e para a realização dos serviços públicos novos, inclusive e principalmente a abertura de caminhos para o interior, a recuperação dos velhos e a construção de pontes. A tributação não constituía uma novidade. No período anterior, fôra lançada e cobrada, mas agora, com as obrigações que se criavam à implantação dos órgãos da administração, precisava ser revista para ajustar-se à nova realidade.

Os problemas iniciais

Logo a 1.º de fevereiro de 1835, justamente no momento exato da instalação da Assembléia, Rodrigues Tôrres, dirigindo-se a ela na "Fala" com que a esclareceu sôbre os problemas que tinham de resolver, traçou o quadro das angústias que sentia em face da exigüidade de recursos e da carência de dados positivos a respeito do que podia ser utilizado, confessando que o Orçamento da receita e da despesa que propunha era inexato. A receita decorria, então, da contribuição de polícia, décima urbana, legados e heranças, direitos de portagem, direito sôbre a aguardente, direitos em réis sôbre libra de cana, passagens de rios, próprios provinciais, meia sisa de escravos, subsídio literário, dízimos em geral, cotas de dízimos do açúcar, cotas de dízimos do café, têrças partes de ofícios, direitos de chancelaria, impostos nas casas

de leilão e modas, emolumentos e passaportes, visitas de saúde. Tôda uma longa enumeração de tributos, muitos dos quais vinham do período colonial, como o subsídio literário, mas nem por isso suficientes, para autorizar os gastos no ritmo da vida administrativa que devia ser agora a vida da Província.

Pela lei n.º 24, de 15 de abril de 1835, foi autorizada a organização de um sistema de barreiras, providência completada, na presidência de Soares de Sousa, com uma rêde de coletorias localizadas ao longo do litoral, por onde escoava a produção regional e da Província de Minas. Aliás, a fiscalização precisava ser ativada porque muito do café fluminense era exportado como procedente de S. Paulo e Minas. Foram, por isso, criados registros em Parati, Mambucaba, Paracuí, Ariró, Pedras, Banco da Areia, Mantiqueira, Rio Prêto, Paraibuna, Mar de Espanha e Pôrto de Francisco Leite. E na própria Côrte, com autorização do Govêrno Imperial, montada a "Mesa Provincial", no chamado Consulado da Côrte, isto é, uma seção dos serviços de fiscalização da Província no órgão central da arrecadação de impostos do govêrno imperial, atribuindo-se-lhe podêres para rigoroso exame da documentação referente ao café daquelas Províncias. Só em 1837, verificaria um desvio de 207:521$629!

A Província, na fase em que viveu administrada pelo ministro do Império, não experimentara melhoramentos materiais de iniciativa oficial. Dizia em 1838, em sua "Fala", o Presidente Soares de Sousa:

"recebemos esta província das mãos da Administração Geral do Império carecedora de melhoramentos em todos os ramos e ùnicamente com algumas estradas feitas sem sistema, à medida que o clamor da necessidade as pedia, abandonadas pouco depois de começadas como as de Itaguaí e a do Comércio, ou entregues inteiramente à ação do tempo depois de imperfeitamente concluídas com poucos meios, como a da Polícia. O pouco que estava feito recebemo-lo nós em ruínas. A ação do Govêrno Central, que tinha de ser levada a todos os pontos do Império, e cuja atenção e cuidados se acharam, desde a nossa independência, quase sempre absorvidos em operações políticas nas diversas crises por que temos passado, não podia certamente compreender todos os pormenores dos melhoramentos materiais, que reclama esta Província, e isto muito principalmente como o nosso sistema administrativo, pelo qual pesam imediatamente sôbre os primeiros funcionários do Estado e das Províncias não sòmente as grandes medidas da Administração, senão muitas das mais insignificantes miudezas dela".

*
* *

Governadores A Rodrigues Tôrres, seguiram-se, na direção da Província até 1853, Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai), Conselheiro Manuel José de Sousa França, Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), João Caldas Viana, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba), Manuel José Valdetaro, Felisberto Caldeira Brant (Visconde de Barbacena), Luís Pedreira do Couto Ferraz

(Visconde do Bom Retiro). Nesse período, vários vice-presidentes estiveram em exercício, substituindo os presidentes, como José Inácio Vaz Vieira, Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama (Visconde de Baependi), Caetano Pinto de Miranda Montenegro (Visconde de Praia Grande), José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco). A Província seria uma espécie de menina dos olhos do segundo Imperador, como já fôra de D. João VI.

Educação e economia

O ensino público foi desenvolvido amplamente. Em 1835, criada a primeira Escola Normal da Província, em Niterói, principiara uma experiência revolucionária, visto que pela primeira vez era tentada a preparação do magistério para o ensino primário. Em 1839, era a vez do ensino secundário: os Liceus de Jacarecanga (Angra) e posteriormente os de Campos e Niterói. As escolas primárias passaram a ser instaladas com regularidade, cobrindo todo o território da Província. As primeiras foram localizadas em Angra, Itaboraí, Piraí, Parati, Paraíba do Sul, S. João da Barra, Magé, Campos e Resende. Para a preparação dos profissionais, que deviam cooperar no desenvolvimento agrícola regional, o Visconde do Uruguai criou uma Escola de Arquitetos Medidores, equivalente a um instituto de ensino agrícola, o primeiro que se fundava no Império. Para a preparação de profissionais de menor tomo, o Visconde fêz funcionar um colégio de artes mecânicas, cujos alunos eram órfãos pobres. Em 1832, regulamentada a instrução, iniciou-se a fiscalização do ensino no interior. Abriram-se aulas de francês, latim, retórica e filosofia nas cidades onde não havia liceus. De Angola e Caiena importaram-se mudas de cana para melhorar a lavoura especializada; e da Índia, touros e vacas destinados à renovação dos rebanhos. Como incentivo à economia regional, a Província contratou técnicos estrangeiros para modificação dos processos de produção açucareira; organizou, mediante contrato, a nagevação entre o Rio e Pôrto da Estrêla, que era o mais movimentado para saída do café; fêz iniciar a cultura do bicho-da-sêda; concedeu empréstimos às câmaras municipais para que se desenvolvessem; criou condições para a extração de óleos de produtos locais.

Estradas

A rêde de caminhos, essencial ao desenvolvimento econômico, sofreu melhoramentos sendo incrementada. Era mesmo uma constante dos governos provinciais. Projetou-se uma estrada de ferro ligando a Côrte a Resende (1840). Com as estradas, a rêde de portos e vários canais, que facilitariam as relações de troca.

A vida política e social

A sociedade fluminense e a economia que realizou viveram, nesse período, o início de seu esplendor. Era a sociedade mais tranqüila do Império. Em nenhum momento escreveu a sua história em atitudes marciais. Ao contrário, a luta que sustentou representou-se no conflito com a natureza para dominá-la, emprêsa árdua de que saiu vitoriosa. Sem possuir as características da paulista, da nordestina, da gaúcha ou da cabocla do extremo-norte, que se definem nos

ardores cívicos ou feitos de bravura e de impetuosidade, os fluminenses revelaram-se calmos, prudentes, polidos, cordiais, mas ativos na criação de riquezas.

Nas fases dramáticas da Independência e das Regências, quando por todo o Império lavrava a agitação e se derramava sangue, a Província experimentava paz significativa. Essa história da ativação cívica diferente das demais que elaboravam nas outras partes do país, só em 1841 fôra ligeiramente alterada. A fim de evitar a penetração do sentimento revolucionário que eclodira em Minas, no chamado movimento liberal, e ao mesmo tempo cooperar na jugulação da explosão, a Província aprestou-se para a luta.

Honório Hermeto Carneiro Leão, que a presidia desde 1841, convocando a população da Província para a fidelidade ao Govêrno, pôs em armas a Guarda Nacional e em pessoa se pôs à frente dos contingentes que se opuseram à entrada dos rebeldes de Minas, e nela penetraram para sufocar o pronunciamnto. A ação dos soldados fluminenses foi magnífica e importou em ótima contribuição para a vitória da legalidade.

Escreveu Oliveira Viana:

> "Não têm o orgulho paulista, nem o democracismo mineiro. São mais finos, mais polidos, mais socialmente cultos pela proximidade, convívio e hegemonia da Côrte, cuja ação como que os absorve e despersonaliza. Os seus grandes representivos, Uruguai, Itaboraí, Francisco Belisário, Otaviano, Justiniano, Macedo Soares, Paulino de Sousa. não representam tão vivo como os de Minas e S. Paulo, o traço rural. O polimento urbano lhes corrige a rusticidade matuta, embora não lhes altere a admirável cristalidade do caráter. Pela elegância espiritual. pela finura, pelo senso da proporção e do meio têrmo, pela limpidez e pela calma da inteligência, representam, ao sul, os nossos atenienses da política e das letras."

Rurículas sem pretensão, sem tradição brilhante a zelar, os fluminenses pautavam seus dias por um que fazer manso, rotineiro, rústico, sem lances agitados. No particular do amanho da terra, se vinham distinguindo muito, convém salientar. É que, no tratar com a natureza, tiveram necessidade de vencer as dificuldades criadas pelo meio geográfico, representado pelo paul, pela malária e pela serra de difícil acesso. Sem receios ou sem fraquezas, enfrentaram os obstáculos permanecendo nos sítios que haviam escolhido, subindo e descendo as terras altas, numa exuberante demonstração do que eram capazes. O açúcar, o algodão e o anil que produziam, como o gado que criavam, não lhes assegurava riqueza, ou o desafôgo financeiro que se verificava nas outras áreas do país. Mesmo no brejal campineiro. A paisagem econômica e a social eram, assim, paisagens mornas, serenas, tranqüilas. Leiam-se os viajantes e cronistas da primeira e segunda décadas do século XIX, quando se encerrava o período colonial, e o que dêles se obtém é essa impressão que todos colhiam acêrca da monotonia reinante. O processo da evolução operava-se suavemente.

Com o surto do café, no entanto, essa quietude ia modificar-se. O crescimento demográfico perderia a característica de crescimento normal, para ativar-se com muito maior participação do trabalhador negro, e de mineiros e paulistas, que, atravessando as fronteiras de suas respectivas províncias, lançaram-se com mais impetuosidade e quantitativamente em maior número, ao desbravamento de terras e ao plantio do café no Vale do Paraíba, senão em nôvo ciclo de povoamento, seguramente em continuação mais intensa àquele anterior, de fins do século XVIII e princípios do XIX.

O refinamento da sociedade

Aos poucos iam os fluminenses compondo uma sociedade refinada. Uma grande rêde de centros urbanos dinâmicos e progressistas começou a resultar numa mudança rápida e trepidante. Entre 1837 e 1850 haviam nascido novos municípios: Piraí (1837), Capivari (1841), Pajuarema (1841), Barra de S. João (1848), Rio Bonito (1846), Rio Claro (1849), S. Fidélis (1850). Mesmo nas cidades e vilas que datavam de fases anteriores, a sociedade fluminense criou salões para reuniões elegantes. Como centros urbanos, experimentavam progresso de fácil constatação nos edifícios públicos construídos, como casas de câmara e teatros, residências apalaceadas, ruas e praças cuidadosamente tratadas, iluminação. Nas fazendas, havia confôrto; em algumas, certo bem-estar que se aproximava do luxo. As festas de aniversários, batizados ou religiosas proporcionavam demonstração de bom gôsto e das posses dos que as promoviam. Enfrentando a floresta, na serra e nos vales dos pequenos e grandes rios, até o Paraíba do Sul, os fluminenses elaboravam uma história cheia do maior interêsse nessa decisão de criar riquezas e de refinar-se. Ao longo dos caminhos que se iam abrindo, montaram as fazendas de café que asseguraria à Província, como o primeiro grande *rush*, o esplendor de que se ufanaria, proporcionando ao Império uma esplêndida contribuição à sua economia de exportação. A conquista de terra, efetuada com uma rapidez espantosa, constituía o grande título com que se apresentavam.

A sociedade que se estava constituindo na expansão e no domínio exercido sôbre a natureza agreste, era uma sociedade do tipo patriarcal, que se alicerçava no trabalho do braço escravo, trazido da África e cuja grande participação na criação da riqueza aumentava sem cessar à medida que se processava o surto cafeeiro ao longo do Vale do Paraíba.

A lavoura. O açúcar

A fisionomia agrária da província fluminense, marcada tão sensìvelmente, até princípios do século XIX, pelo engenho e pela produção açucareira, vivificava-se pela lavoura cafeeira que, empurrando velozmente a fronteira da floresta, acabaria por dominá-la inteiramente, do mesmo modo por que ia sobrepor-se à emprêsa açucareira. A derrubada da floresta, realizada com voluptuosidade pelos colonos que partiam do litoral ou desciam de Minas e de São Paulo, efetuava-se veloz e ininterruptamente. Observava-se um verdadeiro *rush* sôbre

aquelas partes interiores da Província, onde se abriam fazendas, formando imensos cafèzais, que se desenvolviam em ritmo espantoso.

No brejal campineiro, convém registrar, seus povoadores mantinham-se fiéis ao passado recente, plantando os canaviais e fabricando o açúcar e aguardente. Nas outras regiões do complexo geográfico fluminense, no entanto, a situação modificou-se sensìvelmente. Resende, por onde principiara, no interior da Província, em 1810, a grande emprêsa agrária, já em 1860 possuía cêrca de 600 fazendas! Em 30 anos, conforme assinala Oliveira Viana, que, baseado em Pôrto Alegre, dá o ano de 1830 como o do início da verdadeira expansão cafeeira, um surto espetacular evidenciando "a rapidez da irradiação". Resende era o centro irradiador no vale paraibano, com S. Gonçalo, o centro da irradiação para a baixada oriental. Constituíram os dois núcleos, destarte, os fulcros do empreendimento, dêles saindo os grãos que fizeram o esplendor da velha Capitania. Cantagalo, servindo, posteriormente, de ponto de encontro dos dois movimentos da expansão, ia passar, por fim, a concentrar e a comandar a irradiação.

Até então, admitiu Oliveira Viana, estudando a distribuição geográfica do cafeeiro no Estado do Rio,

"na região da serra o povoamento era muito escasso. Só a zona do setor ocidental do Platô, entre Paraíba do Sul e Resende, começava a animar-se com uma relativa circulação humana. Resende, Barra Mansa, Paraíba do Sul ou eram simples pousos de tropeiros, em caminhos das Minas ou de S. Paulo, ou arraiais insignificantes, pequenos eremitérios insulados no sertão". E no setor oriental, "da Paraíba do Sul até os limites da planície campista, o grande vale paraibano estava nessa época inteiramente deserto de qualquer elemento civilizado; as suas grandes massas florestosas não haviam sido abrangidas pela cultura. Cantagalo, Carmo, Bom Jardim, Madalena, S. Sebastião, S. Francisco, Cambuci, Itaocara, Friburgo, Teresópolis, Pádua, Itaperuna — tôda esta área hoje coberta de culturas florescentes, era então o que Couto Reys chamava expressivamente "o deserto das Montanhas". Nenhum nódulo colonizador. Nenhuma instalação civilizada. Apenas as malocas dos "sacuris" bravios".

"Serra acima o sertão bruto, coberto de matas, onde se pintalgavam aldeolas miseráveis de meia dúzia de casebres, como Paraíba Nova, Campo Alegre (Resende), ou os pousos de que os primeiros viajantes estrangeiros nos falam, como completamente destituídos de confôrto senão de recursos."

A invasão do café

A conquista da terra não se limitava mais, agora, está visto, a algumas áreas distintas que, a certos aspectos, vinham dando a impressão de ilhas demográficas e econômicas. Cobria todo o território da Província. E o que explicava essa irradiação tão aguda e tão imensa, era, portanto, o café.

Ademais, encontrava-se, na região, o *optimum* fisiológico, isto é, aquêle espaço físico onde havia condições que favoreciam a lavoura cafeeira e lhe garantiam a expansão rápida e a manutenção pelos tempos afora.

"Na Baixada, recorda ainda Oliveira Viana, os grandes domínios rurais, que sempre gravitaram em tôrno da cultura da cana e da fabricação do açúcar e da aguardente, passaram desde então também a incluir, no quadro das suas produções, o café, a título de cultura complementar. Nos meados do século XIX, pode-se dizer que, exceto das regiões das lezírias campistas, todo o restante território fluminense produzia café, mesmo nas zonas menos climáticas e econômicamente propícias à sua cultura. De Angra a Cabo Frio, passando por Itaguaí, Iguaçu, Mangaratiba, Estrêla, Camacu, Macaé, Rio Bonito, Saquarema, Capivari, Itaboraí, Araruama, Maricá — por tôda a vasta planície da Baixada, pequenas e grandes culturas cafeeiras apareciam cobrindo as encostas e morraria dos domínios.

Nestas zonas, porém, o café sendo sempre uma cultura complementar; a cultura dominante era, na quase generalidade das fazendas, a cultura da cana-de-açúcar — e o tipo de "engenho de cana", apesar da cultura do cafeeiro e da organização técnica correspondente, permaneceria, durante mesmo o período áureo do café, como o tipo das organizações agrícolas da Baixada."

Até 1830, o café caminhara mais ou menos. Perdera a característica de espécie doméstica, isto é, de gênero cultivado com o sentido imediato de seu consumo pelo próprio produtor, em geral um pequeno proprietário, senhor de "sítios", o que vale dizer espaços de dimensões exíguas, onde a lavoura de grande porte não podia ser realizada. Perdendo aquela característica, passava a interessar como produção para sustentáculo econômico regional, assegurando a quem nêle invertesse capital um rendimento certo e seguro. O latifúndio devia suceder ao minifúndio. As lavouras cafeeiras requeriam espaço para se desenvolver.

Quando se assinala, pois, como ponto de partida a data de 1830, o que se quer significar é que, a partir dessa fase, acelerava-se o processo de cultura intensiva. A corrida para o interior tomava um ritmo sensacional. A aquisição de terra acentuava-se. Não cessava a concessão das sesmarias, que asseguravam a propriedade territorial.

A importação de braços para a operação de preparo de terreno, lavoura, colheita e primeiro tratamento do café, assumiu proporções nunca vistas. Essa importação não se fazia apenas buscando a mercadoria representada no africano, no continente negro, mas nas próprias áreas brasileiras onde ela era abundante e se verificavam crises que permitiam, ou exigiam mesmo, o desfalque, a perda de braços.

A marcha do café era, pois, insistia-se, a marcha do povoamento, constante, incisiva, expressiva. Oliveira Viana e Evaristo Backeuser, estudando-a, por ela explicavam aquela expansão rápida sôbre o território interior da Província, expansão que pusera fim à limitação existente, isto é, a ocupação reduzida ao litoral e ao brejal campineiro.

A produção cafeeira

Em 1835, segundo o informe de José Silvestre Rebêlo, na memória que escreveu sôbre as plantas úteis introduzidas no Brasil no período colonial, memória que permanece inédita no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas foi resumida por Taunay,

no que diz respeito ao café, já havia em Valença e Vassouras fazendas de 500.000 a 800.000 cafeeiros. A exportação dêsses dois municípios somava 300.000 arrôbas cada um. Em 1836, funcionava em Vassouras uma Sociedade Promotora da Civilização e Indústria, o que significava a existência de um núcleo importante, que possuía consciência dos problemas locais e considerava que a congregação de esforços coletivos seria útil à melhor solução dos mesmos. Ao invés de iniciativas isoladas, o pronunciamento de todos.

Nesse mesmo período de 1835-1836, a exportação do café fluminense ascendera a 2.669.961 arrôbas e 15 libras. E no período anterior, de 1834/35, a 967.139 arrôbas.

Em 1837, a exportação da Província somava 2.321.710 arrôbas de café das quais 2.043.410 de café de primeira qualidade.

Em 1837/38, a produção cafeeira da Província baixara para 1.797.732 arrôbas, mas já no período seguinte, 1838/39, subia para 2.948.378. No de 1839/40 atingia a 4.547.312 arrôbas e no de 1840/41, descia para 3.908.787.

Entre 1839 e 1840, haviam saído pelo pôrto do Rio, 5.616.000 arrôbas. E entre 1841 e 1842, 5.557.088. Entraram, aí, é certo, cafés de procedência paulista e de procedência mineira. O maior contingente, todavia, era representado pela produção fluminense.

Dirigindo-se à Assembléia Provincial em março de 1838, Paulino José Soares de Sousa assinalava:

> "O café desta Província, cuja concorrência no mercado estrangeiro era no ano de 1810 apenas sensível, forma hoje o seu principal ramo de exportação, a qual presentemente excede a muito mais de dois milhões e trezentos mil arrôbas, quase tôdas de primeira qualidade. Sertões, outrora incultos, ermos e cobertos de matas virgens, acham-se hoje em grande parte roteados, povoados e cobertos de estabelecimentos rurais, que daqui a alguns anos poderão talvez dobrar ou triplicar a nossa exportação e atual riqueza."

Os grupos sociais

Os grupos sociais da Província, concebidos em têrmos de gêneros de vida, de ocupação profissional, de áreas onde se localizavam, eram integrados, pois, pelos senhores de engenho, pelos *land-lords* do café, pela multidão trabalhadora, a que se iriam somar pequenos contingentes estrangeiros, suíços e alemães que estavam chegando para instalar-se nas serras de Petrópolis e Teresópolis. Os alemães chegados em 1845, haviam sido instalados na Fazenda do Córrego Sêco. Eram cêrca de 2.000, que ocuparam os lotes demarcados e onde iniciaram a operação de lavoura, de pequena indústria e de comércio. Em 1850, somavam 2.565 almas. As perdas sofridas eram insignificantes face ao sucesso alcançado.

Os senhores de engenho compunham a nobreza mais antiga, com raízes profundas no período da dominação portuguêsa, mantendo-se em pleno

vigor de suas concepções de vida, de projeção cultural, de domínio nas terras que lhes pertenciam. Reproduziam, sem diferença sensível, a paisagem social nordestina, movimentada pelos senhores de engenho de Pernambuco e das outras áreas produtoras de açúcar naquele trecho do Império.

Os imigrantes suíços e alemães não possuíam ainda uma projeção maior. Eram um grupo escasso, que estava enfrentando a natureza para criar um lar e uma base econômica. Pretendiam reproduzir, no nôvo ambiente, os hábitos, os costumes, as condições existenciais da pátria distante, numa tentativa interessante de civilizá-lo pela manutenção do mundo de onde estavam chegando. Constituíam uma experiência, de cujos resultados muitos duvidavam. Iam criar, todavia, um núcleo cultural distinto na paisagem em tratamento. Núcleos de reduzidas proporções territoriais.

Os *land-lords*, sobrepondo-se aos dois, particularmente ao dos senhores de engenho, tomavam-lhe o lugar. Sim. Porque não se registrou uma transferência mansa, tranqüila, rotineira, natural. O que houve foi um rompimento quase abrupto, sensacional, do equilíbrio social existente, como a ascensão rígida, ampla, vigorosa e multiforme dos cafeicultores, que de simples lavradores ou proprietários rurais, se transformaram em figuras da mais alta expressão nos quadros da nobreza, da política e do capitalismo nascente no país.

Concederam-lhes os imperadores títulos de fidalguia, numa preferência visível. Ia ser, nesse particular, a Província fluminense, a mais aquinhoada. Recebendo-os, souberam polir-se, perdendo o ar matuto de origem para desfrutar uma vida faustosa dos salões das casas solarengas, por que substituíram as habitações acanhadas, sem confôrto, rústicas demais, assim descritas pelos viajantes europeus que percorreram a região no início do *rush* do café.

Conclusões A história da Província fluminense, nos seus primeiros anos de vida autônoma, revelou a existência de um núcleo humano, que se distinguia por sua sensibilidade quanto ao trabalho e pela realização da conquista frutuosa do espaço onde vivia. Era uma história que se tornava edificante pelos aspectos sociais e econômicos a se refletirem seguidamente para a projeção política de seus executores. Explicado o esplendor que se elaborava com tanta rapidez pela hegemonia cafeeira do Vale do Paraíba, a sociedade que dela resultava e nela se afirmava começava a impor-se também nas preferências da Coroa. Não se trata aqui de registrar o refinamento de seus integrantes ou os postos que exerciam na administração local, nos governos municipais ou mesmo na maior direção provincial. Referimo-nos à constelação de homens de Estado que os imperadores passaram a recrutar na Província para as experiências de govêrno que se faziam por todo o Império, dentro daquele espírito admirável

de atribuir aos mais capazes, sem atendimento às exigências localistas, a direção da coisa pública nas várias unidades que conformavam a carta política do País. A simples situação de Província situada ao pé da Côrte, por que muitos pretendem explicar essa ascensão política dos fluminenses, senão é uma explicação de fácil aceitação, e com fundamento certo, nem por isso é a explicação única. Porque, na verdade, foi a projeção criada pelo café, como realização econômica, que deu personalidade mais tangível ao social e fêz dos fluminenses um grupo capaz, que não se viu projetado apenas pelos títulos honoríficos ou de hierarquia da nobreza, mas pela capacidade que exibia com a realização, cheia de sucesso, da emprêsa agrária.

CAPÍTULO II

O ESPÍRITO SANTO

Situação na era colonial

CAPITANIA, cuja história começara no período dos donatários, à chegada de D. João ao Brasil, não apresentava índices de prosperidade visível. Tivera uma vida quieta. Os conflitos que haviam, nos séculos XVI e XVII, marcado alguma trepidação na modôrra regional, não passaram de episódios de expressão rápida — assaltos de franceses, inglêses e holandeses. Permitiram, é certo, o aparecimento de um nome, que simbolizava o comportamento cívico do pequeno núcleo social que se constituía muito lentamente, a brava Maria Urtiz, que enfrentara os holandeses e se afirmara na defesa da terra com uma decisão memorável. Os conflitos com o gentio, a penetração da hinterlândia, na busca do ouro ou para a ampliação da área de atividade agropastoril, tampouco haviam colorido a crônica capixaba, do ar guerreiro que podemos encontrar em outras partes do Brasil. Terra de donatário, progredira vagarosamente. Até 1817 tivera capitão-mor representante dos descendentes dos donatários. Passara, então, ao patrimônio régio, adquirida àqueles e submetida à jurisdição da Bahia. Só, porém, entre 1810 e 1811 alcançava a autonomia, o que lhe daria melhores perspectivas. O primeiro governador na nova fase foi Francisco Alberto Rubin, nomeado a 12 de junho de 1812 e empossado a 5 de outubro. Homem inteligente e diligente, afeiçoou-se à região que devia dirigir e nela realizou uma administração altamente progressista. A economia da Capitania expressava a pobreza reinante — açúcar, aguardente, café, algodão, milho, feijão e arroz, em escala diminuta e para alimentar o pequeno comércio com o Rio de Janeiro e com a Bahia. Pensava-se no aproveitamento do Rio Doce, para colonização, ligação com Minas Gerais e possibilidade de obtenção de melhores fontes de recursos para a dinamização regional. Essa era uma constante preocupação dos governantes da Capitania.

Os núcleos urbanos eram poucos e sem expressão demográfica: Vitória, Espírito Santo, Nossa Senhora de Guarapari, São Mateus, São João da Barra, São Salvador de Goitacases, Vila Nova de Almeida, Vila Nova de Benevente. Em 1732, a 14 de janeiro, criara-se uma Ouvidoria com sede em Vitória.

O Governador Rubin

As esperanças de melhoras mais rápidas com o nôvo governante tornaram-se uma realidade ponderável. Porque o Governador Rubin acelerou o processo de desenvolvimento, incen-

tivando o trabalho agrícola, o povoamento, a cobertura de caminhos, a criação de aulas públicas e o aformoseamento da capital. A ligação com Minas, pelo Rio Doce, passou a ser realizada. Uma estrada completou a ligação. Com um grupo de açorianos, fundou-se um núcleo nôvo — Viana. Imigrantes espanhóis foram localizados no Rio Doce. O Governador, na execução de seu programa, concedeu sesmarias, para incentivar a ocupação da terra, incentivou a cultura do trigo e do linho, iniciou o plantio do café. Por fim, em preciosa memória endereçada ao Conde de Linhares, levantou a estatística da Capitania, descrevendo-a nos aspectos que lhe indicavam as possibilidades de progresso e os motivos de atração. Viviam no Espírito Santo, pelos cálculos de Rubin, 24.587 habitantes. Os fogos somavam 3.729. As vilas eram em número de 6; os povoados, 8; as freguesias 8; os engenhos, 75; as engenhocas, 66.

Na mesma época, viajantes, como o Príncipe Wied Neuwied e Auguste de Saint-Hilaire, trouxeram o seu depoimento acêrca das condições em que haviam encontrado a Capitania. Embora louvados os esforços progressistas de seu primeiro magistrado, observaram que se vivia pobremente, por tôda parte. Mesmo em Vitória. A alimentação era parca. Os capixabas trajavam sem o menor luxo. A falta de iniciativa dos moradores causava essa impressão. A floresta ainda dominava o espaço da Capitania.

A consciência cívica

No tocante ao processo de elaboração da consciência cívica, ao calor das idéias francesas, há notícia de que o Ouvidor Alberto Antônio Pereira, com quem o Governador Manuel Vieira d'Albuquerque Tovar, antecessor de Rubin, entrara em luta violenta, era um adepto daquelas novidades. A acusação foi feita pelo Governador. Se real, em nada importava para a introdução dos princípios revolucionários. Porque a Capitania manteve-se em absoluta calma, e se não se definiu cedo no sentido de mudanças radicais na vida nacional, nem por isso deixou de contribuir para a galeria dos nomes que movimentavam a hora política na segunda década do século XIX. Domingos José Martins, o homem das ligações entre os rebeldes republicanos do Nordeste e os centros de atuação revolucionária de Londres, era capixaba, nascido em Itapemirim, com seus irmãos André e Francisco José Martins, êste sacerdote e aquêle militar, ambos também participantes do movimento de 1817.

Em 1821, todavia, quando principiou a alterar-se a fisionomia política do Brasil, prenunciando o Sete de Setembro, os ecos do constitucionalismo chegaram a Vitória, provocando as primeiras comoções cívicas. Governava a Província, desde 20 de março, Baltasar de Sousa Botelho de Vasconcelos, que teve de enfrentar um pronunciamento de tropa e povo. Os pruridos nacionalistas estavam surgindo e a provocar desentendimento. Eram as "questões de nacionalidade", escreveria o cronista Daemon.

Pouco depois, a 1.° e 2 de abril de 1821, à nova de que fôra aprovada a Constituição que se elaborava em Lisboa, e às reflexões do Padre Fran-

cisco Ribeiro Pinto, capelão da tropa de linha, esta voltou a manifestar-se em tumulto, sem, todavia, maiores conseqüências. Evidenciava-se, no entanto, a formação de uma consciência nervosa. A indisciplina da guarnição de Vitória era evidente. Circularam pasquins contra o Governador que, sem fôrças para punir, teve de contemporizar, comunicando à Côrte, no Rio, o que estava ocorrendo. A 14 de julho, por ocasião do ato de juramento, na matriz da capital, a fidelidade à Constituição portuguêsa, a mesma tropa voltou a insubordinar-se e a exigir a imediata substituição do seu comandante, Sargento-mor Francisco Bernardo de Assis e Castro, pelo também Sargento-mor José Marcelino de Vasconcelos, que se encontrava no Espírito Santo comissionado para o levantamento de plantas e elementos estatísticos. O Governador cedeu mais uma vez, atendendo à exigência, mas, expondo os acontecimentos ao ministro do Reino, apresentou o seu pedido de demissão. S. Majestade recusou satisfazê-lo. Deram-se-lhe, na oportunidade (17-8-21), instruções para que aplicasse a lei aos perturbadores da ordem. Na oportunidade, alguns exaltados haviam pedido a instalação de uma Junta de Govêrno, a exemplo do que ocorria nas demais Províncias, não tendo sido satisfeitos. O Reverendo Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, pregando na ocasião, fizera ver que não convinha dar o passo adiantado que se solicitava. O Governador, de seu lado, pediu que os exaltados apresentassem a indicação por escrito. Apresentaram-se como autores da assuada, um boticário, um taberneiro e mais três ou quatro homens que aquela autoridade descrevia como da mesma condição social. Recusando-se a fazê-lo, haviam decidido a Câmara e as mais autoridades presentes ao ato, não aceitar a sugestão revolucionária. O Tenente-Coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro e os padres Marcelino Duarte e Manuel de Freitas Magalhães coordenaram os elementos locais ponderados, procurando evitar excessos. Tropa e civis indisciplinados, no entanto, no calor do movimento, praticaram violências, inclusive atacando estabelecimentos comerciais.

Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Cantinho, coronel, participante ativo dos conciliábulos que davam uma côr nova aos acontecimentos políticos na Côrte, vindo a Vitória para apurar o que sucedia, aplaudiu a comoção e a idéia de um govêrno provisório, só instalado, porém, a 2 de março do ano seguinte, depois da eleição verificada na véspera e integrado por elementos que representavam o pensamento político local. Presidiu-a o Padre José Nunes da Silva Pires, vigário de Guarapari; secretariou-a Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, escriturário da Junta da Fazenda. Os outros membros foram José Ribeiro Pinto, capitão-mor da Vila do Espírito Santo; Sebastião Vieira Machado, capitão de milícias; José Francisco de Andrade Almeida Monjardim, capitão de infantaria de linha.

Pouco antes (21-9-21), em cumprimento a ordens régias, procedera-se à escolha dos representantes do Espírito Santo nas Côrtes de Lisboa. Foram eleitos o Dr. João Fortunato Ramos dos Santos e suplente o bacharel José

Bernardino de Almeida Batista. Êste nascera em Campos e exercia o Juizado de Fora de Santo Antônio de Sá e Magé, na Província fluminense; aquêle era capixaba, de Vitória, e professor em Coimbra, na Universidade, de que seria Reitor.

A Junta, obedecendo à orientação que veio do Rio, do Príncipe Regente, caiu, como era natural, no desagrado dos que desejavam manter-se fiéis a Lisboa. O Tenente-Coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, que fôra nomeado Comandante das Armas, mas na realidade era um entusiasta da submissão a Portugal, pôs-se à frente dos descontentes. Conspirou. Mas a Junta descobriu a traição. Inácio Pereira foi destituído do comando. Uma devassa mandada proceder por D. Pedro apurou a participação de outros, entre êles Manuel dos Passos Ferreira, oficial da Secretaria, Capitão Luís Bartolomeu da Silva Oliveira, todos presos.

Houve, a seguir, a 1.° de maio, a escolha do representante ao Conselho de Procuradores, convocado pelo Príncipe Regente. A preferência recaiu sôbre o Dr. José Vieira de Matos.

A 23 de julho, Vitória experimentou nova comoção. O nôvo Comandante das Armas, Coronel Julião Fernandes Leão, desentendendo-se com o Ouvidor José Libânio de Sousa, ordenara que êste abandonasse a capital. Desobedecido, prendera-o na própria residência. A Junta, informada, tratou de agir para pôr fim ao abuso. Seu presidente, com o comandante da guarda do palácio, libertou o Ouvidor e o conduziu à sede do Govêrno, o que provocou a imediata sublevação do Coronel Julião que, à frente da guarnição, tentou a deposição das autoridades. Estas fizeram ler, à tropa amotinada, a proclamação de D. Pedro ordenando obediência à Junta. Foi o bastante. A soldadesca, com pequenas exceções, acatou a determinação, opondo-se ao Coronel Julião que, no auge do desespêro, quebrou a espada e entrincheirou-se na própria residência, de onde sairia prêso para o Rio.

Os acontecimentos que apressaram a separação do Brasil ecoaram no Espírito Santo sem maiores conseqüências. A Junta não escondia suas inclinações pela independência, cumprindo as ordens enviadas do Rio, inclusive as que mandavam desobedecer às instruções expedidas de Lisboa e cessar as relações mercantis com a Bahia, em poder das fôrças lusitanas do General Madeira de Melo. Quando ocorreu o Sete de Setembro, não se registrou, por isso, como em outras partes do Império, mudança violenta de membros do govêrno. Adepta da nova ordem política que se instaurava, a Junta promoveu a manifestação pública de regozijo pelo acontecimento.

Viera a Vitória, para conduzir os sucessos, credenciado pelo "Grande Oriente do Brasil", o Ouvidor Manuel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio. A 1.° de outubro realizou-se sessão especial da Junta, decidindo-se reconhecer a Independência, aceitar os laços verde e amarelo e proclamar, em ato solene, marcado para 12 de outubro, D. Pedro, na condição de Imperador.

Nesse dia, em meio a grandes demonstrações de entusiasmo público, comunicado em minúcias a S. Majestade através do Ministro do Império, procedeu-se ao juramento de fidelidade ao Império e ao Imperador. As Câmaras do Interior, devidamente solicitadas a igual pronunciamento, com exceção de S. Mateus, que, diziam, mantinha-se em ligação com os reacionários da Bahia, acompanharam a direção da Junta, que de tudo deu ciência às autoridades imperiais no Rio de Janeiro, para onde mandou, com o relato dos episódios e para levar ao Imperador as congratulações da Província, o vogal José Francisco de Andrade Almeida.

Uma pequena fôrça militar, dirigindo-se a S. Mateus, com o concurso do destacamento de Caravelas, para fazer a vila integrar-se no sistema político que começava, não encontrou dificuldades. A notícia da defecção da vila não era exata. E a 22 de janeiro, S. Mateus celebrava a sua incorporação à família brasileira, passando a servir de cabeça-de-ponte para as operações que se projetavam visando apressar a expulsão das fôrças de Madeira de Melo, da Bahia, mas recusando-se a mandar representantes ao govêrno revolucionário de Cachoeira, por considerar-se parte integrante do Espírito Santo e não da Bahia.

A essa altura já circulavam os boatos de que o fermento republicano tinha chegado à Província. A Junta mandou realizar as devassas costumeiras em Benevente e Espírito Santo, nada se apurando.

Má situação econômica

A situação econômica da Província, como conseqüência imediata de tôda a alteração política que sacudia o país, começava a criar preocupações. Em exposição ao Ministro do Império, a Junta, a 22 de fevereiro de 1823, traçou um quadro desolador. Sêca que há três anos se registrava incessante, de par com a inquietação reinante, mobilização continuada de braços para os serviços militares, provocara a quase extinção da agricultura. A falta de água, pela perda de substâncias dos rios, era sensível. E a 16 de dezembro, nova exposição indicava côres mais negras. As rendas públicas tinham caído assustadoramente, o que criava dificuldades até para as despesas de rotina.

Com a organização definitiva do Império, resultante da Constituição outorgada pelo Impefador, e em face do decreto que dava às Províncias um govêrno realizado por Presidente, de nomeação do Imperador, a 25 de novembro de 1823 recebeu a titulação do cargo Inácio de Acioli de Vasconcelos, que a 24 de fevereiro de 1824 tomava posse. Dando um balanço imediato na realidade de sua Província, verificou que a situação era realmente de calamidade:

"Para qualquer parte que se lance os olhos nesta Província não se vê um objeto que não peça providências. A agricultura não dá a necessária farinha para sustento dos habitantes do país e é preciso importá-la em grandes porções... A educação da mocidade, as escolas, estão em relaxação e abandono, não só por falta de bons mestres, como por falta de pagamento de seus ordenados, além de serem êstes muito

módicos, para convidarem homens hábeis a êste importante emprêgo. O Hospital Militar é mais um calabouço do que o restaurador da saúde, pelo mau estado do edifício, e falta até de indispensável número de camas. As prisões são verdadeiros tormentos e sepulturas dos que nelas entram. As estradas para a Província de Minas estão atulhadas de mato, a antiga beira-mar sem pontes, que de arruinadas se fazem intransitáveis."

Mais tarde, em outra exposição voltava a indicar a gravidade das condições existenciais da Província, que êle propunha à consideração superior como "a mais miserável do Império; não tem agricultura nem comércio; seus habitantes são pobríssimos".

"Não poucas vêzes se tem levado aos pés do trono que as rendas desta Província não avançam a mais de quinze contos de réis, e a despesa ordinária exige mais de sessenta contos. As rendas de Campos, que faziam a maior soma da receita, foram desmembradas daqui no ano de 1821 em cujo ano se aumentou o número de tropa, e logo depois os soldos, e etapas da mesma tropa, de maneira que o que vence hoje em etapa é por si só quanto dantes vencia de soldos. A isto acresce o importante objeto da civilização dos índios do Rio Doce, cujo serviço pára infalìvelmente por falta de numerário para se continuar e então visto a grande porção de gentio que já se tem congregado, um terrível mal vai cair sôbre os lavradores derramando-se o mesmo gentio por tôda a parte logo que virem que as promessas que se lhes tem feito se tornam nulas ou tardias; e as conseqüências desta desgraça são patentes à consideração de V. Excia."

A população

A população, por um mapa de 1824, somava 35.353 habitantes; os fogos, 5.274; os escravos, 13.188. Em Vitória viviam 13.038 pessoas e havia 2.580 fogos. S. Mateus era o segundo centro urbano, totalizando 2.313 moradores e 498 fogos. Vinha a seguir, Guarapari, com 3.859 e 373. A receita fôra avaliada em 46:231$852 e a despesa em 59:175$580. Só o orçamento militar consumia 46:312$647!

A política

A Província, que estiolava à falta de providências que a amparassem, nem por isso deixava de cumprir suas obrigações políticas: jurou a Constituição outorgada pelo Imperador (19-4-24); elegeu o seu representante à Câmara temporária, o bacharel José Bernardino Batista Pereira, que exerceria, posteriormente, a pasta da Fazenda, e escolheu lista tríplice ao Senado. Por fim, o Conselho do Govêrno, empossado perante o Presidente a 1.º de outubro.

Organizada, portanto, a administração na mesma disciplina que o Império ia experimentar, o Presidente cuidou de atender aos problemas que tinha pela frente. Não dispunha de meios, mas a sua vontade de realizar era, evidentemente, um instrumento de pêso. Seu govêrno foi, em conseqüência, um govêrno diligente.

As inquietações políticas pràticamente desapareceram. Apenas em Benevente ocorreu, em princípios de 1826, pequeno mal-estar decorrente de conflito entre o capitão-mor da vila e o juiz "ordinário" local. Outro

conflito ocorreu, no mesmo ano, entre o Ouvidor José Libânio de Sousa e o Comandante das Armas, Tenente-Coronel Fernando Teles da Silva, provocando excitação pública, sem, todavia, maiores conseqüências. Os capixabas eram pacíficos, conforme os descrevia o Presidente:

> "São joviais, dóceis, muito amigos de festividades e divertimentos, pouco aplicados às primeiras letras e tão pacíficos que é raro haver crime de morte, furto, arrombamento ou incêndio, sendo freqüentes as demandas por palmos de terra.
>
> Não consta acontecimento algum público; a mesma Constituição de Portugal, que a tantos alucinou, aqui se abraçou sem estrépito; e conhecida a inconveniência sem a menor divergência de opiniões e com muita satisfação se jurou a do Império."

Em 1827, por ocasião da procissão de Corpus Christi, em Vitória, o Comandante das Armas, Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama, com a cooperação de marinheiros da guarnição do brigue de guerra *Ururau*, prendeu muitos dos acompanhantes que foram embarcados no referido barco para serem incorporados às fôrças brasileiras em operações na Cisplatina. O acontecimento provocou tremenda excitação pública, uma vez que entre os recrutados havia velhos, moços, solteiros, casados e aleijados.

O problema do indígena do Rio Doce

O problema indígena era dos mais sérios — a região do Rio Doce, sôbre que havia tantas esperanças, constituindo mesmo a menina dos olhos dos governantes, tinha dificultado o acesso e conseqüente aproveitamento pelo povoamento e exploração de suas riquezas, pela presença de grupos de silvícolas, os famosos Botocudos, que de quando em quando interrompiam as comunicações, atacavam os colonos, aproximavam-se dos núcleos de povoamento visando a destruí-los. Em 28 de janeiro de 1824, fôra baixado regulamento para o aldeamento daquele gentio, mudando-se a orientação política até então adotada — ao invés da destruição pura e simples ou a escravização dos Botocudos, sua fixação em aldeias para incorporação serena aos quadros úteis da Província.

A nova orientação não produziu os efeitos imediatos que se desejavam. Os atritos com os colonos eram constantes e antigos. A mudança para a convivência pacífica devia aguardar que o tempo pasasse. E tanto assim que os incidentes continuaram ainda por algum tempo. Logo em setembro de 1825, registrou-se um encontro entre os moradores de Cachoeiro do Itapemirim e a multidão indígena "com muitos mortos e ferimentos". No mês seguinte, a situação continuou séria — os moradores ameaçaram abandonar as propriedades se não houvesse uma ação punitiva do Govêrno, ação que não se fêz sentir, tudo voltando, no entanto, à paz momentânea.

A história da Província capixaba, nos dias que se seguem até o fim do Primeiro Império, não se apresentou rica em episódios. O processo de recuperação ou de incentivo ao seu desenvolvimento continuou lento.

Em Vitória, ainda em 1824, foi instalada uma escola de primeiras letras, pelo sistema lancasteriano, o que constituiu uma revolução na pedagogia da época. De tôdas as vilas, o Presidente fêz vir meninos que deveriam cursá-la. Já em 1829, a rêde escolar, revelando a promoção de uma orientação esclarecida para abrir perspectivas à mocidade, estava representada em 27 estabelecimentos: 4 aulas de latim e 23 de primeiras letras, sendo que, destas, quinze da iniciativa particular.

Agricultura e comércio

A agricultura progredia sem saltos: cana, algodão, café, milho, arroz, feijão, mandioca. O uso da terra operava-se por técnicas primaríssimas. Quanto à propriedade, estava nas mãos de muitos que não a utilizavam nem permitiam utilizá-la, defendendo-a sem possuírem títulos que lhes garantissem o patrimônio.

A produção de outros gêneros, como frutas e tabaco, não era feita de maneira a satisfazer o mercado de consumo. A pecuária registrava-se em 8.000 cabeças de gado vacum e 1.600 de cavalar. A carne verde começava a incorporar-se à dieta alimentar. O comércio, como era natural em meio tão escassamente progressista, caminhava em ritmo lento — importava-se o essencial à vida; exportava-se açúcar, farinha, fios de algodão, cachaça, arroz, milho, feijão e pouco mais, tudo isso, assinale-se, em quantidades inexpressivas. No Rio e em Salvador estavam as duas praças de maiores relações mercantis do Espírito Santo. A produção industrial reduzia-se ao açúcar e cachaça, objetos de cerâmica. A pesca estava em decadência. O negócio das madeiras perdera importância devido ao rigorismo da legislação protetora da área florestal. Também declinava o das embarcações que já quase não eram construídas, apesar da boa tradição que a Província possuía nesse particular. Para as comunicações entre os núcleos urbanos e Vitória, as estradas existentes não satisfaziam: restringiam-se ao caminho para o norte e para o sul, demandando a Bahia e o Rio, ao longo da costa e a pequenas trilhas para o interior, sendo de alguma importância a que se abriu para Minas Gerais, em direção a Ouro Prêto. Êsse caminho fôra empreendimento dos últimos dias da colônia, obra do Governador Rubin, pelo que lhe deram o nome de Estrada do Rubin, mudando para "da Independência" depois do Sete de Setembro. Fôra construída pelo Capitão Francisco Duarte Carneiro. Começada em meados de 1815, já em 1817 estava concluída, com 43,5 léguas, aberta ao tráfego, e isentos de tributos os gêneros que por ela fôssem transportados.

A demografia da Província

Em 1819, chegava a Vitória a primeira boiada mineira. Para garantir o tráfego, haviam sido levantados quartéis: Bragança, Pinhal, Serpa, Ourém, Barcelos, Vila Viçosa, Monforte e Souzel, em que se localizavam destacamentos e origem, como recorda o cronista Daemon, de "diversas povoações, hoje existentes". Um censo, em 1827, deu os algarismos da demografia provincial: 35.879 habitantes; os fogos, 5.683. Vitória somava 12.704 habitantes; S. Mateus,

6.346; Almeida, 3.789; Serra, 3.015. As rendas públicas registravam-se nos 23:378$000; as despesas, nos 48:121$413. O *deficit* previsto ia a 24:793$413, mas havia perspectiva de acrescer em mais de 4:456$000. Para minorar as aflições da Província, o Imperador ordenara que lhe fizesse o Tesouro Nacional um suprimento de 4:000$000 mensais, o que parecia suficiente mas na realidade não produzia resultados imediatos porque os rendimentos nacionais eram baixíssimos na região.

Com a retirada, em 1829, do Presidente Acioly, substituiu-o o Visconde da Vila Real da Praia Grande, nomeado em 10 de outubro de 1829 e empossado a 23 de novembro. Até 1850, exerceram a direção da Província 19 presidentes e 19 vice-presidentes.

Os episódios que lhe marcaram a evolução nessa fase não ofereceram relêvo particular, o que refletia a quietude reinante em modorrenta marcha do tempo. A economia capixaba desenvolvia-se lentamente, entrando agora a possuir certo relêvo o café, cuja cultura começara em 1815. As rendas públicas, em 1846, somavam apenas 32:992$422; em 1847, 44:138$558; em 48, 44:380$226; em 49, 36:323$939; em 50, 39:739$474. A população aumentava igualmente sem explosões. Vitória, por exemplo, em 1843, possuía apenas 10.614 habitantes; S. Mateus, 3 431; Almeida, 3.269; Serra, 3.330; Itapemirim, 3.934. A Província, nesse ano, totalizou 32.720 almas, o que vem indicar ou um censo imperfeito, se compararmos os algarismos com os do censo de 1827, ou êste é que fôra exagerado. Os eleitores eram 75!

O estrangeiro. Aproveitamento do Rio Doce

A participação estrangeira, no entanto, principiava a efetuar-se: em 1847, uma colônia alemã de 163 pessoas, foi instalada em Santa Isabel. Não era uma experiência nova. Além dos açorianos chegados em 1813 e com os quais se fundara a povoação de Viana, um grupo de espanhóis, localizados na fazenda de João Filipe Calmon, na região do Rio Doce.

Êste rio continuava a atrair a atenção das autoridades. No século XVIII, via-se nêle não apenas um caminho de acesso às Minas Gerais, mas um vale de possibilidades imensas para o desenvolvimento do Espírito Santo. O Governador Antônio Pires da Silva Pontes, que trouxera instruções para estudá-lo como via natural para Minas, visitou-o, levantando carta, da foz à Cachoeira das Escadinhas. O interêsse pelo grande rio não era restrito à área governamental, atingindo a iniciativa privada. O Governador Manuel Vieira d'Albuquerque Tovar também o percorreu, indicando, em memória objetiva, os problemas acêrca do aproveitamento do vale. O Governador Rubin prosseguiu no esfôrço oficial para a posse efetiva do rio. O Príncipe Maximiliano Wied Neuwied, Saint-Hilaire e Louis d'Alincourt visitaram o rio, que lhes pareceu cheio de futuro. Em 1819, sob incentivos do Estado, constituiu-se a Sociedade de Agricultura, Comércio e Navegação do Rio Doce, que recebeu terras (oito sesmarias) isentas de tributos por dez anos. Capitalistas britânicos participaram dos favores, concedidos

em 1825. Repetidos em 1832 e 1835, êsses favores provocaram a constituição de outra companhia, à frente da qual se colocou um João Diogo Sturz, que fêz navegar pelo rio um barco a vapor, montou serraria e instalou colonos. Como as outras tentativas, falhou também.

O caminho para Minas, aberto pelo Capitão Duarte Carneiro, em 1833 era novamente reaberto, sendo encarregado da obra o mesmo oficial, já agora no pôsto de coronel.

A imprensa

O progresso da Província não se operara, portanto, dentro do ritmo que significasse dinamismo. Em fevereiro de 1875 era instalada a primeira Assembléia Provincial, de 20 membros; em 1840 montada a primeira tipografia pelo Alferes Aires Vieira de Albuquerque Tovar, circulou o primeiro jornal, O *Estafêta,* que não passou do número inicial. Seguiu-se, em 1849, o *Corréio de Vitória,* impresso nas oficinas de O *Estafêta,* e da direção de Pedro Antônio de Azevedo; em 1854 inaugurava-se o Liceu de Vitória, criado em 1843 para o ensino de humanidades; em 1832, a Província perdia parte de seu território, com a restituição, à Província fluminense, dos municípios de Campos e S. João da Barra.

Configuração territorial

Em 1850 os municípios já eram em número de dez. Vitória, Serra, Nova Almeida, Linhares, S. Mateus, Barra de S. Mateus, Espírito Santo, Guarapari, Benevente e Itapemirim. As comarcas eram a da capital e a de S. Mateus. Esta fôra graduada em cidade em 1848 (lei provincial de 13 de abril). Vitória continuava à frente de todos, comerciando diretamente com o estrangeiro: Pôrto e Montevidéu (1839-40).

As últimas inquietações do período

No particular da vida política, a abdicação de Pedro I não ecoara de maneira a provocar inquietação maior. A sensibilidade ordeira dos capixabas continuava sem alteração. Nos dias posteriores, todavia, ocorreram alguns fatos de medíocre importância, mas que denotaram a existência de certa fermentação, então a lavrar por todo o Império. Os incidentes entre portuguêses e brasileiros natos, em S. Mateus e Barra, exigiam ação enérgica das autoridades. Os distúrbios, em S. Mateus, em 1832, fizeram correr sangue.

Em 1834, de fins de abril a princípios de maio, S. Mateus tentou desligar-se da Província para incorporar-se à Bahia. Em fins de 1831, em Itapemirim, foi abafado um pronunciamento de escravos; em Benevente, o Capitão-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva foi assassinado por bando armado a 21 de fevereiro de 1833; dois anos depois, em Guarapari, choques entre grupos locais rivais sacrificou a vida de famílias inteiras.

Em Vitória, a 21 de setembro de 1831, soldados chegados do Rio para reforçar e completar o batalhão n.° 12, em organização, com o concurso de muitos dos que já integravam aquela unidade, praticaram desatinos, marchando sôbre a sede do Govêrno, provocando o pânico na cidade, des-

respeitando as autoridades civis, depondo o comandante, sem que se pudesse encontrar motivo que explicasse a indisciplina.

Por fim, há que registrar a chamada insurreição de São José dos Queimados, movimento que explodiu naquele distrito do município de Vitória, e teve como protagonistas os escravos da região. Ano de 1849. A formação de quilombos de negros de há muito vinha preocupando as autoridades, impotentes para impedir que crescessem e se tornassem um perigo à ordem social vigente. A 19 de março, um grupo de escravos invadiu a igreja local que Frei Gregório José Maria de Bene construíra, aos gritos de "Viva a liberdade. Queremos carta de alforria". Eram mais de 30, armados. Dirigindo-se depois aos engenhos das vizinhanças, obrigaram os respectivos proprietários a alforriarem os seus escravos e dar-lhes as armas que possuíam. A notícia causou pânico na Capital. Um destacamento, enviado a combatê-los, derrotou-os com relativa facilidade — já somavam mais de 300. Não tinham organização para a façanha, demasiado ousada. Batidos, dispersaram, sendo caçados nos matos para onde fugiram. O júri condenou 5 à pena capital. Dêsses, um suicidou-se, dois fugiram e dois foram enforcados — Chico Prego e João. Frei Gregório, acusado de ter incitado à explosão, foi mandado sair da Província e enviado para o Alto Amazonas, onde se distinguiria como missionário, pacificador de índios no alto Rio Negro, construtor de capelas e fundador de povoados.

CAPÍTULO III

MINAS GERAIS

NO INÍCIO do século XIX, com a presença da Côrte portuguêsa no Brasil, começa a verificar-se o processo de maior aproximação entre as várias unidades político-administrativas, que vai resultar na sua integração em uma nacionalidade. Ao longo dos primeiros trezentos anos, cada região definiu sua fisionomia, respeitada pelo govêrno metropolitano, bem atento às peculiaridades de tôdas elas. No período que antecede imediatamente a Independência, no Primeiro Reinado e na Regência é que a presença do Estado deverá impor-se de modo mais completo, tendendo a uma relativa uniformidade para as Províncias. Se as Capitanias se distinguiram às vêzes muito umas das outras, as Províncias já caminham para certa igualdade, pois são mais gerais as normas que devem regê-las. Daí a importância do período que se estende de 1808 até o início do Segundo Reinado, quando se consolida a ordem que vai dar estabilidade a essa fase da história política.

Quando começa o século XIX, Minas é região que vive em decadência; terminado o brilho da mineração, insiste-se ainda na busca da antiga riquza, já sem perspectiva. Na atividade agrícola, que então se sobreleva, distinguui-se a pecuária. A criação e a lavoura devem conquistar novas áreas, principalmente as que ficam entre o centro mineiro e São Paulo e Rio: o Sul e a Mata vão ser povoados por outra forma de exploração econômica.

*

* *

Quadro colonial

Em tôdas as manifestações da vida do Brasil dos três primeiros séculos sente-se a presença do elemento português. Repete-se aqui, em linhas gerais, o município da metrópole; as leis que regem a nova terra estão nos códigos de além-mar ou são instruções que vêm prontas para cumprimento. Se é certo que no aspecto administrativo as instituições do Brasil se moldaram em Portugal, no domínio da economia foi o interêsse do colonizador que traçou normas, ditou a política a seguir e obteve os benefícios possíveis. A ação governamental portuguêsa foi vária, do máximo de intervenção e rigor, a certo desinterêsse distante ou à total inércia, com plasticidade bastante para não impor um só modêlo a tôdas as Capitanias. Como teve exegências especiais para algumas delas,

adaptou suas diretrizes administrativas a determinados padrões locais. O Estado português, absorvente que era, foi quase sempre centralizador, mas não uniformizador, pois não aplicou uma forma só na consecução de seus objetivos; teve defeitos, é certo, mas não a cegueira de modêlo rígido para uma terra extensa e desigual.

Entre as regiões que receberam cuidados particulares da metrópole, destaca-se Minas Gerais. Aqui, principalmente, o Estado foi imposição que se fêz sentir em tôda linha. As terras mineiras não foram patrimônio privado, mas realidade sempre vista como coisa pública. A região adquiriu importância de um momento para outro, em conseqüência de sua fisionomia econômica. A mineração é a fôrça que a impulsiona e que a explica. Essa riqueza foi tudo para Minas: deu-lhe pronta organização administrativa, aumentou quanto possível seu território como unidade política, deu-lhe apreciável população em pouco tempo, certo progresso, como também ansiedades, abafamento de qualquer iniciativa, onipresença da máquina estatal. Deu-lhe algumas oportunidades e tirou-lhe outras, marcando sua fisionomia com vícios e deficiências de que só a custo se refez muito depois. Foi, enfim, o eixo de sua vida, bem traduzido no nome que ficou à terra central.

Ouro e pedraria constituíram preocupação para a Coroa desde os primeiros tempos, com as vicissitudes da mineração quinhentista e seiscentista nas terras vicentinas, como é narrado em outra parte desta obra (1). Entretanto, só depois que se desfizeram de vez as esperanças de um império asiático é que as buscas foram feitas com mais decisão. Quando Portugal se libertou do domínio espanhol, restava-lhe o Brasil como possibilidade de grandeza. E a êle se entregou. Na ânsia de encontrar o metal que obcecava a época, marcada pela ideologia do mercantilismo e pelo êxito de outras colônias americanas que deslumbraram e desequilibraram a Europa através da Espanha, os homens partiam para o interior. A ambição pessoal era acrescida às vêzes com uma palavra de entusiasmo do rei. Depois das buscas intermináveis, em que esperanças e desânimos se sucediam, o ouro foi encontrado. Desde então as Minas Gerais são procuradas por homens de tôdas as bandas — paulistas, baianos, pernambucanos, portuguêses vêm para o sertão. Nessa corrida, que representa o primeiro movimento migratório interno sério no país, nasce outra região significativa. Ela não surge como concessão do rei a fidalgos, a exemplo de várias capitanias, nem da luta de expulsão do estrangeiro, mas da ambição obstinada de alguns homens ou do esfôrço de criadores de gado e de inimigos de índios. Aventura e desordem se instalam, tal como se verificará depois em outras áreas do mundo em que a riqueza mineral promete fortuna. Há disputas pessoais, formam-se grupos. Para terminar a sangrenta luta emboaba só a instauração da máquina administrativa. E o Govêrno, em 1708, separou os dis-

(1) T. I, vol. II, liv. IV, cap. V.

tritos de São Paulo e Minas da Capitania do Rio, formando a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. A máquina administrativa tentava pôr fim às desordens da improvisação do início e às lutas de facções desejosas de supremacia. Ainda era pouco, no entanto. O poder da Coroa precisava estar mais próximo. Os chefes da nova unidade não podiam ficar em São Paulo, uma vez que os interêsses e a rebeldia se localizavam no sertão. Deixando a sede, viviam em Minas. Ante o recrudescimento das paixões e a gravidade das revoltas, solução foi criar capitania no centro: o alvará de 2 de dezembro de 1720 emancipou Minas de São Paulo.

Povoamento

Como se vê, Minas se impôs à Coroa em pouco tempo. Entre o achado do ouro e a criação da capitania nem três decênios transcorreram. Essa maioridade muito pronta justifica a afirmativa de Diogo de Vasconcelos de que "as Minas não tiveram infância". E o povoamento não se fêz esperar: 30.000 habitantes na primeira década do século XVIII, de acôrdo com Antonil; 80.000 em 1720; cálculo feito com menos imprecisão assinalava 319.769 habitantes, no levantamento de 1776.

A área de povoamento mais denso é relativamente pequena. É a faixa de terra em que se fizeram os primeiros achados auríferos, bem no centro da Capitania. Estendendo-se mais no sentido longitudinal, tem a maioria das terras na bacia do São Francisco, pouco avançando nas bacias dos rios Grande ou Jequitinhonha, pouco saindo da região que é hoje conhecida como Metalúrgica. Em tôrno dessa área central surgiram outros núcleos, mas a densidade mais alta de população, na primeira metade do século XIX, continuou a ser a região primitiva. A propósito, impõe-se lembrar a observação já tantas vêzes feita de que o povoamento do território mineiro é centrífugo — a população irradiou-se partindo do centro para a periferia. Na ânsia de enriquecimento fácil, os homens vieram em grande número para as minas, do Norte, do Leste, do Sul; passaram por terras incultas, cobrindo extensões em busca do centro. Só maus e raros caminhos proporcionavam ligação com os núcleos populacionais do país. E do centro se dispersaram, em movimento natural de expansão, para outras terras, no exercício da mesma atividade ou de outros trabalhos. O fenômeno é interessante e não constitui privilégio da história de Minas: verifica-se em outras regiões, com a descoberta súbita de alguma riqueza mineral apreciável. Trata-se de processo que carece de base mais sólida, com aspecto até falso, uma vez que o razoável é o povoamento em extensões contínuas, como se observa nas zonas agrícolas — lavoura ou pecuária — pois a continuidade é imposição, é inconcebível a existência de áreas sem ligação eficiente.

Mineração

A mineração foi fundamento da capitania (1). Em tôrno dessa riqueza girará tudo mais. Se Portugal se dominou pela ambi-

(1) T. I., vol. II, liv. IV, cap. VI.

ção, resumiu sua política em Minas ao interêsse com o metal, interêsse que se sobrepõe a tudo e marca as linhas de desenvolvimento. Embora obcecado com a riqueza, Portugal não cuidou de explorá-la convenientemente: não teve o cuidado de elevar o nível de vida do povo, não lhe deu orientação adequada às pesquisas sem instrumentos para exploração eficiente. Não imprimiu sentido técnico ao trabalho, o que importou afinal em malôgro de seus propósitos. Fiscalizou apenas, montando máquina policial, aparelho de repressão, rêde interminável de tributos. Na papelada oficial, a maior parte diz respeito à fiscalização. O Estado se realizava na função de tributar. E foi em tôrno dessa função que se teceu a vida da Capitania, com as ordens sucessivas, as medidas de forçar o cumprimento, a montagem da máquina estatal, o desagrado dos povos, que foi a de simples burla ao contrabando e às lutas sangrentas. Um tributo teve mais significado e pôde mesmo encarnar todo o sistema: o quinto, que chegou a adquirir fisionomia de entidade fantástica. Diogo de Vasconcelos acertou ao dizer que "a história dos tempos coloniais e a dos quintos se confundem. Se houvesse mesmo caso em que a parte pudesse ser igual ou maior do que o todo, era êste". Foi para a sua arrecadação que se criaram a burocracia de superintendentes, tesoureiros, escrivães, as casas de fundição, os registros nos caminhos de São Paulo, Rio, Bahia e Pernambuco. O quinto é responsável pela pronta montagem da máquina administrativa e ampliação das terras da nova unidade. Como a cobrança não fôsse fácil e apresentasse problemas contínuos, o govêrno não se fixou nunca em uma forma — da capitação passou à arrematação, depois às casas em que se fundia o ouro, voltou à capitação, mais tarde adotou as casas de fundição novamente. Não se encontrou fórmula adequada à cobrança. Ainda aí se manifesta hesitante a Coroa, sem uma linha definida: só teve constância em um ponto: no propósito de cobrar sempre e cada vez mais.

Nessa hesitação não apenas o povo se confundia, mas o próprio govêrno. No excesso de leis, os dirigentes ou simples funcionários precisavam ser atilados para não se perderem. Impossível, no entanto, a orientação, chegou-se ao cipoal em que a confusão foi generalizada. Em 1780, o Desembargador José João Teixeira Coelho falava que entre as causas da decadência de Minas estavam as "demandas sôbre terras e águas minerais". Enquanto os homens demandavam tudo ficava detido, com prejuízos gerais, menos para os advogados. O desembargador lembra uma questão em Mariana que se prolongava havia mais de quarenta anos. O próprio govêrno metropolitano conhecia a situação irregular, pois o Ministro Martinho de Melo e Castro, ao dar instruções ao Visconde de Barbacena, que vem assumir a direção de Minas, fala dos

"indivíduos que vivem de contendas forenses, para se multiplicarem os processos por conta da utilidade que dêles lhe resulta, introduzindo no povo o espírito de chicana e de litígio que por todos os lados o conduz a sua ruína".

A riqueza mineral, no entanto, não respondeu ao que se esperava. Sua pronta decadência foi devida, sobretudo, à falta de assistência do govêrno português. Explorou-se o ouro de superfície, que, ao fim de pouco tempo, já não apresentava resultado compensador. Para exploração mais conveniente das jazidas só poucos dispunham de recursos. E no trabalho das minas os embaraços logo impediam avanço mais positivo. O homem que se aventurava na emprêsa mineira não tinha a indispensável técnica. A administração é que devia dar auxílio, enviando ao país um geólogo, um engenheiro, um mineralogista. Nunca, porém, tomou iniciativa de tal ordem. Não se encontram nas terras centrais, exceção de alguns práticos atraídos pelo trabalho, os técnicos estrangeiros que teriam vindo para a mineração vicentina do quinhentismo e do seiscentismo, referidos em outra parte desta obra. Se a tributação caía, a única medida era aumentar o policiamento, a fim de evitar o contrabando. O Govêrno só pensou na decadência em têrmos de desvio ou roubo: não atentou para a necessidade de melhorar o trabalho, para o fato de que o Estado deve ser algo mais que simples aparelho arrecadador. E assim perdeu os seus recursos. Não é a perspectiva da distância que nos permite ver assim a situação. Já em 1780, o lúcido Desembargador Teixeira Coelho, depois de permanecer onze anos em Minas, escrevia, ao enumerar sete causas da decadência da Capitania: "sôbre a extinção dessas causas é que deveria trabalhar, e não sôbre a extinção dos extravios, que é imaginária". O método de trabalho não podia ser bom, pois "sempre os mineiros foram fazendo os serviços minerais a seu arbítrio. Nunca passou a Minas um único engenheiro que pudesse dirigir os mesmos serviços". Os técnicos eram estrangeiros e o Govêrno preferiu fechar as Minas à curiosidade de viajantes que lhe pareciam perigosos ou indiscretos.

Constelação de fatôres contribuía para a queda rápida da produção: aproveitamento quase só do ouro aluvional, pelas dificuldades ou exigências do ouro de mina; má distribuição das terras, com grandes extensões a pessoas que não podiam aproveitá-las; falta de mão-de-obra escrava, ao lado de apreciável população ociosa, constituída sobretudo de mulatos; altos direitos de entrada de mercadorias, encarecendo a vida em todos os setores; a referida má qualidade dos métodos de trabalho. A denúncia de tôdas essas deficiências está em memórias escritas na época, nas informações das autoridades prestadas aos superiores ou aos substitutos, de acôrdo com a praxe portuguêsa, como se vê nos depoimentos. Entre outros, nos de um Rodrigo José de Meneses, em 1780; José João Teixeira Coelho, em 1780; José Vieira Couto, em 1799 e 1801; Antônio Pires da Silva Pontes Leme, entre 1799 e 1801; José Elói Otoni, em 1798. Nas primeiras décadas do século XIX, há os depoimentos de viajantes — mineralogistas, botânicos, simples curiosos —, que falam sôbre o que vêem e um passado próximo, ricos de informações e críticas justas. Todos trataram da decadência da mineração, ou seja, da própria Minas Gerais. De acôrdo com os dados co-

mumente fornecidos, temos que a produção de ouro, calculada com base na arrecadação do quinto, atingiu o máximo na sexta década do século XVIII, quando se arrecadou total acima das 100 arrôbas anuais, pelo sistema fixado em 1750, caindo bastante na década seguinte, quando não se atinge a quota convencionada; a produção teria queda de ano para ano, com pequenas variações, estando em 1800 na ordem de 39 arrôbas, em 1808 na ordem de 30, descendo a 2 em 1820. Se os dados são precários, como em geral se reconhece, servem como indicação da curva descendente da riqueza básica da Capitania.

Só no fim do período colonial, quando a decadência da mineração era fato incontestável, Portugal atentou para o problema e o êrro em que incidia. O Príncipe Regente D. João teve a iniciativa de providências. Incumbiu-se em 1799 e 1801 o mineralogista José Vieira Couto de estudar a situação, bem como consultas foram feitas a autoridades como José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara. O resultado foram as memórias sôbre as minas da Capitania, relatórios e pareceres, dos quais algumas sugestões se aproveitaram: alvará de 13 de maio de 1803 reduziu o impôsto e preconizou a necessidade dos engenheiros e homens práticos à frente dos serviços. A determinação encontrou dificuldades de tôda ordem, tais as dúvidas levantadas, de modo que não pôde ser cumprida. Outras iniciativas sejam tomadas pelo Príncipe — o futuro D. João VI — a favor de Minas Gerais, sobretudo depois de sua vinda ao Brasil, como se verá.

*

* *

Situação em 1808

O quadro que a Capitania apresenta, quando chega ao Brasil a família real, é bastante desalentador, como se vê do depoimento de quantos a descreveram na época. A nota comum em todos êsses testemunhos é a pobreza ou mesmo a miséria, que se apresenta em contraste com um passado rico e esplendoroso, em grande parte fruto da fantasia. Lembre-se, aliás, que a referência à pobreza não é só em Minas: escrevendo em 1808 na Bahia, Luís dos Santos Vilhena dizia que o Brasil era "a morada da pobreza", bem como "o berço da preguiça e o teatro dos vícios"; para êle, "o povo, à exceção de alguns lavradores aparatosos, como os senhores de engenho, é uma congregação de pobres".

População

A população de Minas, em 1808, seria de 433.049 habitantes, de acôrdo com documentos que têm de ser aceitos com reserva, pois sem indicação de fonte e com aumentos e diminuições de ano para ano pouco razoáveis. Indica-se aí que o número deve ser cálculo feito com pessimismo: a população seria superior ao que é dado. Temos como elemento livre 284.277 pessoas e como escravos 148.772. A população branca seria de 106.684, a parda 145.393 (15.737 escravos) e a negra 180.972 (133.035 escravos). Na memória que se supõe escrita em 1806, pelo

velho Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, a população apresentada é de 431.619.

Tem sido destacado, pelos estudiosos da formação da sociedade brasileida, que esta se apresenta mais diversificada em Minas que nas demais capitanias. Enquanto nas regiões que se desenvolveram com base na agricultura pouco há entre a massa de escravos e os senhores que dirigem os negócios — o proprietário e seus prepostos na fazenda, funcionários, pequeno comércio e tímida atividade manufatureira nas cidades —, em Minas a vida seria mais complexa, apresentando o trabalho ampla variação. É que o processo mineratório não se esgota na bateia ao longo dos rios ou na exploração de um veeiro. O ouro tem que ser trazido à casa de fundição, para ser quintado ou outra forma de pagamento do tributo. O seu comércio implica em outras atividades, uma vez que o mineiro tem de adquirir os meios de subsistir. Enquamto nas regiões agrícolas é possível a auto-suficiência, os senhores orgulhosos de só importarem sal, pólvora e ferro, o mineiro precisa de tudo: para alimentação, vestuário, para suas diversas necessidades, tem que comprar. Forma-se então comércio mais intenso que em outras áreas e também mais diversificado. Um intenso comércio interno, pois a produção para subsistência mal dá para o consumo. Demais, não seria possível uma lavoura em alta escala, não só pelo fato de ser mal vista a atividade, que distrairia do principal, como por ser a grande lavoura de exportação praticada nas áreas litorâneas; produção de terras distantes dos portos estava naturalmente eliminada pela concorrência, uma vez que o preço já seria majorado pelos transportes e cuidados exigidos.

A difusão maior de atividades manufatureiras faz de Minas, como assinalou Gilberto Freye, uma terra de "precoce e prematura industrialização": enquanto os padrões eminentemente rurais das zonas de lavoura ou de pecuária levavam ao consumo de mercadorias produzidas ou elaboradas na própria fazenda, sem maior exigências, o consumo das populações entregues à mineração requer mercadorias produzidas além — nas cidades ou em outras capitanias. Diminuídas as possibilidades de obtenção de ouro, há a natural retração no trabalho: Minas vai abandonando o antigo labor e entrega-se ao cultivo da terra ou à criação. Lavoura e pecuária ocupam mão-de-obra cada vez mais numerosa. Como escrevia o Governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, em 1806, "decai a mineração, (...) as lavras se vão desamparando e cada um cuida em plantar cana, aldogão e café, com que saldam alguma importação que fazem". Relativamente às dificuldades de exportação, por não poderem fazer as mercadorias centrais concorrência às litorâneas, assinala em conclusão que "esta Capitania jamais poderá figurar por um comércio ativo, não só pela sua situação topográfica, mas ainda por não haverem rios navegáveis, que pudessem a menos custo exportar os sobejos que aqui houvessem para as capitanias marítimas".

Caráter urbano da formação mineira

Já se desenvolvera, no afã mineratório, uma fisionomia mais próxima do urbano em Minas do que nas outras capitanias. Daí um quadro mais diversificado de atividades, com maiores perspectivas de acesso a todos e menos discriminação entre setores: mais possíveis os grupos médios, conseqüentemente com o funcionalismo, os artesãos, os comerciantes — elementos indispensáveis à sociedade que se desenvolvera com a mineração. Se esta decai, não desaparece, e, em suas linhas gerais, o quadro se mantém.

O caráter urbano da formação mineira é mesmo outra nota distintiva da Capitania. Enquanto em regiões como o Rio, Bahia ou Pernambuco a exploração de certo produto formava pequeno grupo em tôrno da fazenda, grupo que crescia lentamente, em Minas os agrupamentos humanos apresentavam logo certa densidade. Se a lavoura impunha o latifúndio, a pecuária exigia espaços bem amplos para a sua expansão. Não impunham a existência da cidade. Aí, pela segregação das fazendas ou falta de sensacionalismo, a vida foi mais particular. Em regiões de economia essencialmente rural, sob o domínio de um senhor quase verdadeiro patriarca, corpo e alma das fazendas que se mantinham independentes, o Estado foi presença menos absorvente, às vêzes até mesmo entidade vaga. A cidade era secundária, pobre e destituída de luxo ou de confôrto, cheia de perigos e sem relativa fartura dos núcleos rurais. Desenvolve-se, pois, tão assinalado "complexo antiurbano" do Brasil colonial, objeto de análise de Oliveira Viana. Senhores e escravos viviam nos campos, e os grupos médios, característicos das cidades, eram reduzidos. Assim foi para todo o país, com raras exceções, até avançado o século XIX. Já em Minas a urbanização foi nota distintiva. O comum não era o senhor todo-poderoso, mas o núcleo urbano, com a máquina administrativa bem instalada. O Estado procurará evitar a escamoteação do que lhe é devido.

Apesar do alto número de escravos, haverá ponderáveis grupos médios, constituídos de funcionários, comerciantes, oficiais mecânicos. No início do século XIX essas populações levarão vida apagada. Como escrevia o citado governador Ataíde e Melo, "não (há) nesta Capitania negociantes de vulto". Em carta de 1805, de Sabará, Basílio Teixeira de Sá Vedra fala que

> "a Capitania se acha em estado de pobreza e de miséria... Tôda (exceto poucas pessoas) é povoada de negociantes, mineiros e fazendeiros falidos, ou quase a falir, conservados por indústria, ou manha; e uma multidão de povo de mulatos, e prêtos, forros sem ofício e sem aplicação, vadios e com os mais vícios, que a êste andam unidos".

O serviço pesado da agricultura ou da mineração compete ao negro. Nas pequenas atividades artesanais ou em algumas outras se emprega o mulato, além do branco. Êste é assim visto na expressiva narrativa de Vilhena, tendo em mira sobretudo a Bahia, mas válida para todo o Brasil,

exata não só na descrição como ao apontar a importância em todo o quadro do negro escravo, que compromete as possibilidades de trabalho:

"os brancos naturais do país hão de ser soldados, negociantes, escrivães ou escreventes, oficiais em algum dos Tribunais, ou Juízos da Justiça ou Fazenda, e alguma outra ocupação pública, que não possa ser da repartição dos negros, como cirurgiões, boticários, pilotos, mestres ou capitães de embarcações, caixeiros de trapiche etc. Alguns outros, se bem que poucos ou raros, se empregam em escultores, pintores, ourives".

Foi, portanto, mais comum e desenvolvida a existência da cidade em Minas, para atender às múltiplas necessidades do trabalhador que se debruça na terra à procura do ouro ou da pedra preciosa. Formavam-se vilas, mas o comum entre elas foi a pobreza e a insegurança, a própria sobrevivência dependente de fatôres incertos, quando não do acaso. Daí variarem muito, passando de certa importância à decadência. Nenhuma delas teve desenvolvimento harmônico, atravessando o período setecentista em condições de estabilidade.

Se a população formou inúmeros núcleos urbanos, a administração não lhe deu quase nunca o título devido. Minas só teve uma cidade, ao longo de todo o período de dependência portuguêsa: Mariana, antiga Vila de N. S. do Carmo, elevada a essa condição pela carta régia de 1745. Teve algumas vilas, em número entretanto inferior ao de concentrações populacionais que podiam ter recebido o título. Basta que se atente no fato de que a Capitania teve até 1808 apenas quinze, Ouro Prêto e Sabará, São João del-Rei, Sêrro e Caeté, Pitangui, São José del-Rei, Minas Novas, Itapecerica, Barbacena e Queluz, Campanha e Paracatu, São Sebastião do Paraíso e Baependi —, enquanto o Brasil apresentou o número de 213 vilas. Em 1808, temos, pois, uma cidade de 15 vilas, que se distribuem pelas quatro comarcas de Ouro Prêto, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Sêrro. Considerações de natureza política e administrativa explicam êsse número reduzido de unidades, que não traduz o quadro real, uma vez que a urbanização é aqui mais efetiva que no resto do país.

Configuração do território

O mapa da Capitania no início do século XIX difere do que Minas apresenta hoje, pois o Triângulo não lhe pertencia: essas terras serão desmembradas de Goiás, em 1816, pelo alvará de 4 de abril, que anexa à Comarca de Paracatu, criada em 1815, os territórios do Araxá e Desemboque. Enquanto o limite sul de Goiás era o Rio Grande, que o separava de São Paulo, desde quando foi criada a Capitania, agora passa a ser o Rio Paranaíba. Minas interpunha-se entre Goiás e São Paulo: a alegação do alvará da conveniência, pela distância de mais de 150 léguas em que se encontravam Araxá e Desemboque, na capital de Goiás, foi contestada por Eschwege, uma vez que ao sábio alemão parecia que se devia ligar parte daquelas terras a São Paulo, por estarem

mais próximas de sua capital que da capital mineira. Araxá, Desemboque e demais extensão entre os rios Grande e Paranaíba, entretanto, pertenceriam a Minas, dando-lhe ao mapa o contôrno característico e inconfundível. Essas terras foram devassadas pelos que se afastavam da área das minas logo depois das lutas com os emboabas e da revolta de 1720; os governadores mineiros as incluíam na sua jurisdição, até que na sétima década do século XVIII interferiram lá autoridades goianas, com o apoio dos habitantes, uma vez que o pêso tributário era menos sensível na Capitania de Goiás. Extraviadores de ouro e dos direitos reais no comércio preferiam um poder mais distante e frouxo, viam vantagens na subordinação a autoridades que não as mineiras. Em 1816, no entanto, essas terras passam a fazer parte de Minas. Ao ato da separação de agora tem-se atribuído motivo sentimental: a paixão de um ouvidor goiano pela jovem Ana Jacinta de São José, conhecida como Dona Beija, que o levou ao rapto da môça; o ouvidor, para evitar complicações com o chefe do govêrno de Goiás, seu inimigo, pediu a D. João que Araxá e Desemboque passassem para Minas, onde seu julgamento seria mais fácil. Velha aspiração também dos habitantes das terras em jôgo, que já se haviam pronunciado nesse sentido junto ao govêrno central, bem como dos mineiros, que se manifestaram em requerimento pela transferência, tudo se fêz em paz. Como antes havia vantagens na subordinação à autoridade goiana, agora a autoridade mineira parece ser mais conveniente.

Quanto às divisas com a Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e o resto de Goiás, houve no decurso do século XIX apenas pequenos ajustes, sem significação. De passagem, sejam lembrados dois problemas, um com Pernambuco e Bahia, outro com o Espírito Santo.

Até a terceira década do século XIX Minas confrontava-se com Pernambuco, pois a margem esquerda do Rio São Francisco, até o Rio Carinhanha, constituía a Comarca de São Francisco, pertencente àquela Capitania. O território pernambucano, porém, foi sofrendo mutilações, as principais como castigo pelos movimentos revolucionários que lá tiveram lugar. Se a revolução de 1817 provocou punições, outras decorreram da luta desencadeada em 1824, com a chamada Confederação do Equador. D. Pedro I, sentindo-se fortemente atingido, fêz repressão severa, incompatibilizando-se mais ainda com o sentimento liberal, já no início de seu govêrno. Vê-se pela correspondência entre o govêrno central e o de Minas o cuidado daquele em preservar a ordem, com recomendações que são seguidas por êste, como se nota pelos ofícios do Presidente Teixeira Vasconcelos, que fala do perigo do aparecimento em Minas de indivíduos "imbuídos de doutrinas anárquicas desorganizadoras e contrárias ao liberal sistema da monarquia constitucional", ou nos "demagogos de Pernambuco". Entre as punições, destaca-se o fracionamento do território da Província rebelde: assim é que, por decreto de 7 de julho de 1824, para defender habitantes do sertão da autoridade do que é chamado presidente intruso, a Comarca

de São Francisco fica "pertencendo à Província de Minas Gerais (...), provisòriamente, e enquanto a Assembléia próxima a instalar-se não organizar um plano geral de divisão conveniente". A Assembléia Geral Legislativa, por proposta do deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, decidiu pela incorporação da Comarca à Província da Bahia, o que é sancionado por decreto de 15 de outubro de 1827. E a incorporação se eternizou, criando problemas de limites que ainda costumam reaparecer. Minas não mais teve fronteiras com Pernambuco, a divisa ao norte passou a ser só com a Bahia.

Relativamente ao Espírito Santo, sabe-se que no decurso do século XVIII não foram feitas grandes incursões do litoral para o interior nem do centro mineiro para o litoral. Com receio de descaminho do ouro, evitou-se a construção de estradas. Daí ser mantida, a leste da área explorada, enorme faixa florestal, em que se refugiou o índio que evitava contato com o colonizador. Em 8 de outubro de 1800 fêz-se auto de demarcação entre as duas capitanias. Carta régia de agôsto de 1810 ao governador do Espírito Santo fala na necessidadde de uma estrada para Minas pelo Rio Doce, com pormenores sôbre o que se deve fazer para dar vitalidade ao sertão. A carta foi provocada pela memória de 18 de julho de 1810 do mesmo governador, Manuel Vieira de Albuquerque Tovar, em que são descritos a região e os embaraços à navegabilidade do Rio Doce por seus acidentes naturais, responsáveis, juntamente com os ataques dos gentios, pela falta de desenvolvimento da área. O auto demarcador de divisas é ratificado pela carta régia de 4 de dezembro de 1816, mais um importante passo para quebrar o isolamento das terras centrais. Nela se determinam providências sôbre mineração e abertura de estradas entre as mesmas capitanias, "a fim de se porem em cultura êstes tão vastos e férteis terrenos, aproveitando-se ao mesmo tempo as riquezas metalúrgicas que nêles se devem esperar com tôda a probabilidade encontrar". Êsse auto de demarcação de 1800, fixando duas jurisdições, não foi suficientemente claro pela precariedade do conhecimento geográfico de então, originando disputa que ainda permanece. Note-se, entretanto, que essa disputa não é da época, mas já do século atual. É só nos limites com o Espírito Santo que Minas ainda tem dúvidas a esclarecer.

*
* *

Economia no govêrno de D. João

Sede da monarquia, o Brasil apresentou inúmeras transformações em sua organização político-administrativa. O Rio passava a ser o centro do Império português: Secretarias de Estado, Tribunais, órgãos de direção dos vários negócios, tudo se deslocava de Lisboa. As novas ordens partiriam daqui, invertendo-se o antigo quadro. De 1808 a 1821 o Rio será a sede da mo-

narquia: é extraordinária a significação dêsse período na vida brasileira, pois êle irá marcá-lo para todo o século XIX, tirando o país da rotina e estagnação em que se encontrava. Ao dar-lhe mais nítida a sensação de liberdade, alterou-lhe o sentido, pois todo o processo de autonomia será dirigido por pequeno grupo, que é dono do poder, organizando-o em função de seus interêsses. O Brasil constituído como Reino, exceção na América, é fruto dessa transferência. No período, distingue-se o Príncipe Regente D. João, ou D. João VI, rei desde a morte de D. Maria I, verificada em 1816. Sua principal qualidade foi, por certo, a feliz escolha de ministros, que lhe marcaram a administração com iniciativas e obras de vulto. Com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves, em 1815, define-se a sua fisionomia política.

Governava a Capitania de Minas, desde julho de 1803, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo. Seu govêrno encerra-se em 5 de fevereiro de 1810, quando é substituído pelo Conde de Palma, que estará à frente da administração até 11 de abril de 1814, quando assume o último governador português, Manuel de Portugal e Castro. Minas se beneficiou da vizinhança da Côrte. Atinge-a sobretudo a política econômica que se inaugura, marcada por acentuado liberalismo. Com a abertura dos portos, a libertação da indústria, a permissão de vinda de estrangeiros, o amparo à agricultura e ao comércio, criado o Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação do Estado do Brasil, a economia do país é sacudida na antiga estagnação. Minas figura entre as capitanias que se alteram no período, pelas medidas que aqui se adotam.

Os antigos padrões econômicos, rotineiros e esterilizantes, vão ser abalados. A administração incentiva novas técnicas, procura atrair o estrangeiro, quer aclimatar outras culturas. Se o que se obtém de positivo é pouco, fica pelo menos o mérito da iniciativa que recomenda as autoridades. Merecem referência, em primeiro lugar, os cuidados com a mineração. Atividade característica da Capitania, em estado de decadência, sem ter conhecido a indispensável assistência técnica, apesar de denúncias e reclamações, vai ser agora objeto de atenção. Também a agricultura deve ser considerada, bem como a indústria em geral: as antigas proibições, que atingiam sobretudo Minas, vão ser suspensas. A terra central se abre às diversas atividades, para atender às suas conveniências e às do país. Não se quer mais a Capitania fechada: estradas são permitidas para o norte e para o leste, quando antes eram impedidas para evitar o descaminho do ouro; permite-se a vinda do estrangeiro, e comerciantes, cientistas, aventureiros ou simples curiosos abalam-se para o estudo, a visita ou o negócio; há incentivo à lavoura e à criação; instalam-se fábricas; a mineração conta com auxílio da ciência para aprimoramento da técnica, ao mesmo tempo que se organizam as emprêsas, de modo a substituir a atividade individual ou esporádica. Enfim, a política se torna mais liberal, por imposição das circunstâncias que levam D. João à abertura dos portos e à

liberação da indústria. O isolamento a que se condenava o Brasil tem de ser rompido, pois é a própria Coroa que aqui se instala.

Ferro A mineração não se resume mais ao ouro e ao diamante. Ainda que continuem objeto de cuidados, a administração empenha-se em explorar o ferro e ainda outros recursos. Seria insensato se mantivesse a ilusão do século anterior, pois, como afirmaria em 1843 o Presidente Francisco José de Sousa Soares de Andréia, "o título de Minas Gerais é mais bem cabido pela generalidade dos minerais que pela generalidade das minas de ouro". O primeiro impulso significativo para a exploração do ferro em Minas se fará na fase em que a Côrte se transfere para o Brasil. Na Capitania de São Vicente, já se tentara, desde o século XVII, a obtenção da riqueza, experiência de pequeno êxito e curta duração. No afã de exploração das terras mineiras no século XVIII, preocupados com o ouro, autoridades e curiosos não cuidaram do ferro: é chocante o silêncio que se observa na correspondência ou nos relatos de administradores a êsse propósito, quando as jazidas estavam freqüentemente na área do ouro.

Já em 1780 escrevendo sôbre o estado de decadência da Capitania, o lúcido Governador Rodrigo José de Meneses propõe o estabelecimento de uma fábrica de ferro, "convencido da grande utilidade que resultará tanto à Real Fazenda como à mineração". O governador assinala a necessidade do metal, pelos prejuízos que causa a sua falta às demais atividades, bem como pelo preço, excessivamente alto pela importação. Pelo preço pago aos "suecos, hamburgueses e biscainhos" e para evitar a dependência a nações que podem envolver-se em guerras, era preciso instalar a siderurgia em Minas. Considerações políticas e econômicas levam o governador a apresentar sua idéia. Contrariando o alvará de 1785, é abolido em 1795 o impôsto sôbre o ferro e concedida liberdade para o estabelecimento de fábricas. Em 1798, Manuel Ferreira da Câmara, incumbido pelo Govêrno de analisar o estado da mineração, faz sugestões no mesmo sentido. Não pensava diferentemente o próprio Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, amigo de Câmara, na comunicação que fêz sôbre o *Sistema político que mais convém que a nossa coroa abrace para a conservação dos seus vastos domínios,* pouco tempo antes, ainda em 1798. José Vieira Couto, recebendo do Govêrno encargo de estudo, trata da questão em relatórios, em igual direção. No alvará de 13 de maio de 1803, em que o mesmo Câmara colaborou decisivamente, a matéria é considerada.

A contar de 1808, entretanto, é que se encaminha o problema: liberada a indústria, já em abril tem início a fábrica de ferro de Morro do Pilar, de Câmara, no ano anterior empossado como intendente-geral das minas e dos diamantes, quando de sua terceira nomeação, pois já fôra designado para o cargo em 1800 e 1803, tendo a posse retardada por inúmeras razões dos que temem o nôvo chefe. O Intendente traz para o cargo sua formação científica adquirida em Portugal e nos centros mais avançados de ensino

de mineralogia da Europa, seu conhecimento, em longas peregrinações, pelas minas alemãs e nórdicas, bem como o trabalho especializado em Portugal. Insistindo junto ao Govêrno, sabedor que é da abundância de ferro na área, consegue a decisão de 10 de outubro de 1808, com autorização para estabelecer a fábrica: êle a fará no Morro do Pilar, realizando o que pregava desde 1798.

De parte do govêrno português, lembre-se o incentivo do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares, que convocou à ação em 1799 o mineralogista José Vieira Couto como antes ouviu Câmara, seu conselheiro em matéria mineral, e agora, em 1808, novamente ministro, estando no Brasil, auxilia seu amigo no pôsto de intendente. No mesmo ano, o Ministro determina a vinda de Portugal de oficiais que se houvessem distinguido nas "escolas teóricas e práticas de Freiberg", autorizando ainda a busca no norte da Europa de mestres para o ofício. Dois anos depois tentar-se-ia a extração de ferro nas minas de Sorocaba. Entre os estrangeiros convocados, iria destacar-se o Barão Guilherme Von Eschwege, enviado para Minas em 1811. Perto de Congonhas, o técnico alemão ergueu, nas margens do ribeirão do Prata, a Fábrica Patriótica, criada e organizada pelo governador Conde de Palma: seus esforços tiveram rápido êxito, e já em dezembro de 1812 consegue fundir ferro líquido.

Muito se tem escrito sôbre o assunto, em busca da prioridade no cometimento. Levantou a questão o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, responsável pela Real Fábrica de Ferro de São João de Itapema. Ora, antes dos êxitos de Varnhagen em Sorocaba, que datam de 1818, devem ser lembrados os de Eschwege, em Congonhas, com a fundição de ferro líquido em 1812, e os de Câmara, em Morro do Pilar, com o ferro gusa em 1814. Essas iniciativas valem sobretudo pelo pioneirismo, pela capacidade de organização dos serviços e pela nova técnica que imprimem aos trabalhos. Não chegaram a produção de vulto, mas valem como lições, que serão aproveitadas na multiplicidade de fornos que se encontram em vários pontos de Minas, notadamente na Comarca do Sêrro. Ainda no período de D. João, deve ser destacada a vinda para Minas, em 1817, de Monlevade, que exerceu importante e duradouro serviço. O engenheiro francês veio bem recomendado pela administração central ao governador de Minas. Deveria ir a todos os lugares, menos a Diamantina, por causa da severidade da fiscalização no distrito. Fixando-se inicialmente em Caeté, instalou fábrica com o sócio Luís Soares de Gouveia.

O que desejamos realçar aqui é a importância das iniciativas feitas no govêrno de D. João, as mais significativas do século XIX. Se depois de 1821 outras providências foram tomadas, não tiveram largo alcance nem foram permanentes. Até a instalação da Escola de Minas, em 1876, a siderurgia, no julgamento seguro de Calógeras, viveu "tão-sòmente do impulso adquirido sob a poderosa e inteligente ação de D. João VI e de seus mi-

nistros". Para Calógeras, a "fundação permanente da siderurgia no Brasil (é a) glória do govêrno de D. João VI". As providências de vulto nesse terreno datam de nossos dias.

Ouro Foi também preocupação explorar o ouro, que dava parcos resultados. Vários depoimentos, de autoridades ou técnicos, apontavam o caminho. Explorado o ouro de aluvião, as minas aguardavam que se organizassem companhias com técnica e capitais. O processo comumente usado até então era o de "talho aberto", abrindo-se o solo em busca dos veios ou do cascalho; poucos ousavam seguir os veios com escavações subterrâneas, e, quando o faziam, por imperícia ou imprudência, punham em jôgo a própria vida dos trabalhadores, com a invasão das galerias pelas águas, a falta de ventilação ou o desabamento. Os processos eram primários, tôsco o material usado. Trabalhava-se em larga escala, mas com pouco resultado, pela falta de conhecimentos. Basta que se lembre que Eschwege, enviado à Capitania, diz que se exploravam 565 minas, das quais 337 eram aluviões e 228 em veeiros. Trabalhariam nelas 12.400 pessoas. Não sendo ouvido pelos mineiros em suas sugestões, cuidou Eschwege de demonstrar com a prática a superioridade de seus métodos. O Intendente Câmara escrevera sôbre a conveniência de emprêsas que contassem com capitais e técnica. Eschwege sugere as sociedades de mineração, permitidas pela carta régia de 12 de agôsto de 1817, por seu empenho. É de sua iniciativa a primeira emprêsa: a Sociedade Mineralógica, em 1819, que trabalha na mina da Passagem, entre Ouro Prêto e Mariana. Eschwege teve que vencer muitos obstáculos: os mineiros não se associavam, não atendiam às suas propostas; escrevendo ao rei, em janeiro de 1819, diz que "com um grande trabalho (conseguiu) ajuntar trinta acionistas, todos habitantes do Rio de Janeiro, e assim fomar a primeira sociedade nesta capital". Atribui o fato a intrigas e a desconfianças permanentes de tudo e de todos, o mineiro temeroso sempre de ser roubado. A própria Câmara de Vila Rica opõe embaraços e é um custo achar terreno para instalar sua emprêsa. O resultado da Passagem foi modesto. Os habitantes da Capitania ou do país não ousavam participar dessas iniciativas ou não tinham recursos para a constituição de emprêsas devidamente aparelhadas. Elas só se formam com a permissão do capital estrangeiro, o que só se verifica no govêrno de D. Pedro I, como se verá.

Diamante A exploração do diamante continuou a ser feita, agora com algumas inovações, mas de acôrdo com a legislação férrea que estabeleceu o Distrito Diamantino. Apreciável área delimitada com rigor, tendo como capital o Tejuco, o Distrito Diamantino era como um Estado dentro da Capitania, com autoridades e leis próprias. Desde 1807 os trabalhos estiveram sob a direção do Intendente Câmara, que procurou melhorá-los com novas técnicas e mais recursos. Os resultados não corresponderam aos seus esforços, entretanto, e o negócio diamantino continuou no nível precário. Desde 1815 o trabalho de extração já é mais econômico,

com o emprêgo de ferro produzido na fábrica de Morro do Pilar, iniciativa do mesmo Intendente, como ficou referido antes. Câmara providenciou ainda o barateamento da extração com o fabrico de pólvora, que lhe pareceu possível com o encontro de nitreiras nas proximidades do Tejuco. Essas providências, bem como outras que se referiam diretamente ao trabalho de extração de diamantes, dizem da inteligência da administração do Intendente. O contrabando, entretanto, de tal modo se generalizara que a produção ia caindo. A Real Extração, instituída em 1772 e que representa o máximo de rigor da coroa portuguêsa em terras do Brasil, marcando estranhamente as terras do Distrito, caminhava para o fim: de todo desorganizada depois da Independência, apresentou números cada vez menores, até sua extinção oficial por lei de 1832, mantendo-se ainda em agonia até 1841. Sob o aspecto político, o que espanta é que o Distrito Diamantino tenha sobrevivido tanto.

Estradas

Em conexão com as atividades mineratórias é que se coloca a abertura de caminhos. Entre êles, destaca-se o que liga as terras de Minas ao litoral, no Espírito Santo. Essas terras até então haviam sido vedadas, pelo temor de descaminho do ouro. Daí apresentarem alto contingente indígena: o Botocudo refugiou-se em suas matas, onde não era molestado pelo colonizador. Abertos caminhos na floresta, a convivência com o nativo foi problema que causou muitos cuidados à administração desde o início do século XIX, até que se estabelecessem aí núcleos populacionais expressivos, gênese de importantes cidades e atividades. As primeiras estradas em direção ao leste datam de 1816 e foram solicitadas pelo Intendente Câmara, para maior êxito dos negócios que dirigia.

Vinda de estrangeiros

Também em conexão com o esfôrço mineratório é a vinda de estrangeiros. Êles constituíam exceção antes da vinda da Côrte para o Brasil. No regime liberal que D. João instaura é suspensa a proibição de estrangeiros. E êles acorrem às Minas Gerais, como técnicos, trabalhadores especializados, comerciantes, curiosos, cientistas. São alemães e suecos que vêm para a mineração do ouro ou do ferro; lavradores para o cultivo da terra; comerciantes de diversas nacionalidades para a compra de pedras preciosas; são, principalmente, os cientistas de várias especialidades, para conhecer a região. E botânicos, zoólogos, mineralogistas, geólogos e outros vêm às terras centrais, transpõem a serra, vindos do Rio de Janeiro. Viajavam por tôda a extensão do território, não se circunscrevem à área mineira. Como é comum no europeu, com a curiosidade pela natureza e seu conhecimento dela, têm capacidade para traçar quadro amplo, em que a terra e o homem, a fauna, a flora e as instituições aparecem convenientemente localizados e compreendidos. O depoimento estrangeiro tem, portanto, enorme significado: são dessa procedência as melhores informações da primeira metade do século XIX, como as que se encontram em John Mawe, John Luccock, Eschwege, Martius, Von Spix, Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied, Pohl, Gardner, Cald-

cleugh, Castelnau, Saint-Hilaire. São de valor desigual essas informações, de quem pouco estêve em Minas até quem longa e carinhosamente a percorreu; de etnólogos, naturalistas, historiadores, memorialistas ou cronistas que fixam o que viram ou ouviram, até os simples relatos de curiosos.

Como se vê, não só a Província era percorrida como descrita, sem que os viajantes tivessem os passos tolhidos: podia ser conhecida pelo europeu, em obras cujas edições se sucediam e que ainda hoje são fonte de conhecimento do passado. Elas valem não só pelas informações e documentos que fornecem, pela tradição que transmitem, como pela fixação de um momento: aquêle em que se configurava a fisionomia de Minas livre ou a ponto de libertar-se da tutela portuguêsa. E valem como testemunho ou impressão de homens de outros meios, cuja análise sofre natural refração que lhe aumenta o valor, ainda que conduza a deformações. Agora o estrangeiro vem, olha e conta, às vêzes fica. Longe ia o tempo em que se vedava a sua entrada ou se impedia a descrição de sua realidade, quando um Antonil tinha apreendida a edição de seu *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, publicado em 1711. Inicia-se, pois, a visita de estudiosos de diversas origens, e, em conexão sobretudo com o trabalho minerador, a vinda de estrangeiros para fixação. Os fluxos de imigração pròpriamente, no entanto, só se verificariam na segunda metade do século XIX, quando se percebe que a escravidão está com os dias contados.

Não só a assistência à mineração marca a presença da Côrte no Brasil. Outros reflexos se fazem sentir. Assim é que as medidas que liberam a indústria dos velhos entraves, a concessão de privilégios a inovadores, as isenções fiscais, o estabelecimento da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, tudo vai refletir-se em Minas.

Lavoura

No capítulo da lavoura, temos o seu incremento, pela desocupação de fatôres produtivos. Ela não chega, entretanto, à pujança de outras áreas do país, pois a condição de capitania central emperra o comércio. Desenvolve-se a lavoura de subsistência, não a de produtos de exportação — a chamada grande lavoura. As distâncias a serem percorridas pelas mercadorias mineiras e os pagamentos em que elas importam fazem que não possam disputar com as da faixa litorânea. Das lavouras de mais significado econômico, só o algodão teve êxito ainda no século XVIII, para atender às necessidades dos filatórios; as demais culturas destinam-se ao consumo imediato; terá início então a conquista de terras para o café. Além da limitação natural ao crescimento da lavoura, devem ser lembradas outras razões que emperram a atividade: a falta de assistência técnica, as práticas tradicionais e rotineiras, temor de iniciativas, a constituição de grandes propriedades, privilégios na distribuição de sesmarias, pequena população para o extenso território, dificuldades nos transportes. Crises alimentares, pela falta de plantações, ao que parece não se verificaram: não se colocou a questão de choque entre a lavoura de gêneros exportáveis

e a de subsistência, pelo predomínio desta. Sabe-se, pelo depoimento de viajantes, que muitas culturas vicejavam no início do século. Minas exportava mais para o Rio do que importava. Saint-Hilaire viu muitas culturas de trigo, mas, por falta de combate às pragas, tudo se reduziu, às vêzes até à extinção. Também a uva é notada em vários pontos. Deve-se fazer referência ainda a culturas raras como as do cânhamo, do linho, do centeio e da cevada, de que dão notícias, entre outros, Saint-Hilaire e Eschwege.

Pecuária A pecuária, que disputara com a mineração a primazia no povoamento, cresce de importância com a decadência do esfôrço de busca de ouro. Antes vinha o gado do Norte e do Sul, alcançando preço compensador. Águas abundantes e terras férteis, que garantiam a forragem, fizeram do sul de Minas a melhor área criadora. Saint-Hilaire a elogiara e Caio Prado Júnior proclama que "em Minas Gerais se constituirá o centro criador de mais alto nível na colônia". Cuidava-se do gado para o corte e a tração; além do consumo e alguma pouca exportação, fêz-se o seu aproveitamento na indústria de laticínios. Quando a agricultura se impôs, a pecuária teve êxito mais rápido que a lavoura, por ser exploração rural mais simples. No período que nos ocupa, é a criação que se adianta à lavoura, pois, além do gado para consumo e exportação, ela baseia uma indústria de laticínios e couros. Revelando interêsse pela atividade pastoril, carta régia de julho de 1819 criou a Coudelaria de Cachoeira do Campo, para melhoramento de raças.

Indústria Já se fêz referência a Minas como área de "precoce e prematura industrialização": o trabalho mineiro ensejava muitas manufaturas; o mercado consumidor tinha exigências que não podiam ser satisfeitas pela importação, pois pedia artigos simples e comuns, para uso de gente pobre ou escravos. Foram exatamente essas atividades manufatureiras que assustaram a Coroa e levaram ao alvará de 1785, que os proibiu. Em parte anulado dez anos depois, por determinação do Ministro Luís Pinto de Sousa, só o será de todo em 1808. As providências tomadas pelo Regente no setor da mineração já foram expostas. Deve-se lembrar agora o que se fêz para incentivar a tecelagem, que é o outro lado da indústria comum em Minas. Se mesmo o alvará proibitivo admitia a fabricação de tecidos grosseiros, pensando no escravo, temos agora filatórios que procuram artigo de melhor qualidade. Medidas protetoras foram tomadas, de isenção de direitos nas Alfândegas, para que a atividade se desenvolvesse. Provisão de 11 de maio de 1813 determina que siga para Vila Rica um mestre fabricante de tecidos, para dirigir uma emprêsa e ensinar o ofício. Para que servisse de modêlo, o governador Conde de Palma fêz construir um tear no próprio palácio. A resistência às inovações, no entanto, cria dificuldades à ação dêsse mestre. A sociedade rotineira, escorada na escravidão, não via necessidade de aperfeiçoamento técnico para aumento da produtividade: contentava-se com o que já conseguia. É o que se pode ver pela correspondência dos governadores Conde de Palma e Manuel de Portugal e Castro,

dando conta dos esforços para estabelecer uma "fábrica de fiados e tecidos que aproveitasse o mestre pago pela Real Junta. Como diz D. Manuel de Portugal e Castro, em ofício de 1814, "poderosos motivos que totalmente obstaram o levar-se ao fim semelhante estabelecimento", em Vila Rica, fazem que se transfira a experiência para a Comarca do Rio das Velhas. Em ofício de 1815 à Real Junta do Comércio, o mesmo governador dá conta do êxito que o mestre obtém aí, fabricando tecidos e ensinando a quantos o desejavam. Os filatórios se expandiram por vários pontos da Província, bem como os pequenos estabelecimentos para manufaturas como chapéus, velas, artigos de couro. Até de uma fábrica de papel se cogitou, na Comarca de Sêrro Frio, para abastecer Minas e o resto do Brasil.

Se fazemos menção dessas providências é que elas marcam um momento na história mineira: se nenhuma teve significação mais profunda na vida econômica, se nem sequer foram duradouras as medidas tomadas, desagregando-se de todo ou detendo-se na estagnação, representam tentativas de romper com a rotina. Assistimos, pois, no decurso de 1808 a 1821, a importante experiência de renovação o impacto no quadro antigo, a tentativa de decolagem para nova realidade. A Província, entretanto, ainda não estava madura para o que se pretendeu realizar. A ordem tradicional, configurando uma sociedade e uma política, impediria que a política econômica desse frutos permanentes. E tudo continuou apenas com pequena alteração. A contar de 1821 o que domina o quadro é a atividade política, com aspirações de pequeno alcance, uma vez que o que se reivindica não sairá do plano estritamente político.

*
* *

Política da Província

Muito a contragosto, em 26 de abril de 1821, D. João VI teve que voltar para Portugal. Como Regente ficou D. Pedro, seu filho e herdeiro da coroa. Desde o princípio do ano vê-se no país uma grande agitação política, que vai marcar não só a Regência como o país emancipado em seu processo de organização, prolongando-se pelos tempos afora. No clima confuso, acentua-se o isolamento das Províncias: naquelas em que é sensível a influência do elemento português, como no Pará, Maranhão, Bahia, Cisplatina — que se levantam em armas — verifica-se a fidelidade a Portugal com o desapreço do Príncipe ou seu reconhecimento puramente formal. As Juntas que as dirigem continuam subordinadas a Lisboa, de lá recebendo instruções. Em outras parecia haver fidelidade ao Regente, mas o certo é que a animosidade ou pelo menos a desconfiança entre portuguêses e brasileiros iria criar dificuldades em todos os pontos.

É o que se vê em Minas, cujo governador, D. Manuel de Portugal e Castro, desenvolve ação sinuosa, declarando-se ao lado do Príncipe, mas

bloqueando-lhe o trabalho, através de manobras que dificultam a administração e criando clima tenso. D. Manuel não aceitava, no íntimo, que o Regente dispusesse de podêres tão amplos que significavam a independência da tutela portuguêsa: só quando não pôde mais equilibrar-se na atitude ambígua é que se afastou do cargo, a Província — povo e govêrno — integrando-se então plenamente no processo brasileiro dirigido por D. Pedro.

As Bases Constitucionais, decretadas em Portugal em março, chegam ao Brasil em junho e devem ser juradas. Antes, a 9 de abril, já se jurava a Constituição, "tal qual fôsse deliberada, feita e acordada pelas Côrtes Gerais da nação": solenidade com o Govêrno, autoridades civis, militares e eclesiásticas na Câmara de Vila Rica, na Igreja do Carmo e na praça, com vivas ao Rei, à Religião e à Constituição, "correspondido pela tropa, corporações e infinito povo que se achava junto na dita praça com um entusiasmo e alegria superior a tôda expressão", como se lê no ofício do governador que comunica o fato. O juramento das Bases é feito, em Vila Rica, com as mesmas solenidades, a 17 de junho.

Eleições As Províncias do Brasil deveriam ter Juntas provisórias de govêrno e representantes às Côrtes de Lisboa: talvez lá, da colaboração de portuguêses e brasileiros, surgisse a harmonia entre as fôrças desavindas. Convocadas as eleições, em Minas estas não se fizeram tranqüilamente, pelas perturbações que a tendência absolutista do governador provocou. D. Pedro dera ordens que se fizesse a escolha para o Govêrno Provisório no dia 1.º de outubro, ou antes, se possível, pelos eleitores e procuradores das Câmaras. Do entusiasmo pela medida não participou a Câmara de Vila Rica, hesitante pela influência do governador, adversário das novas idéias e secundado pelos elementos absolutistas do clero. Desde julho generaliza-se o movimento de cartas e representações a D. Manuel, pedindo-lhe que permaneça à frente do Govêrno Provisório que se vai constituir: requerimentos de dezenas de assinaturas para que fique, "que continue seu feliz govêrno, que dure". É difícil conceber que o movimento não fôsse incentivado pela própria autoridade. É o que afirma representação de Vila Rica, de 10 de setembro, na denúncia de manobras ocultas do governador para subverter o povo: as desordens dos dias 4 e 6 de setembro foram feitas por êle, grupos de pessoas ligadas às fôrças, "sendo o resto gentalha ínfima". O governador dispunha de fôrças para dominar. Mineiros, reunidos em clubes, tentaram forçar D. Manuel a ceder, no que são auxiliados pelo oficial José Maria Pinto Peixoto, que vem por indicação da corrente nacional do Rio. As eleições se fazem em clima agitado. Dia 16 chega a Vila Rica o oficial, que se empenha em conseguir a pronta realização da escolha dos membros para o Govêrno Provisório; dia 19 são eleitos os deputados às Côrtes; à tarde e à noite há distúrbios, provocados pela indicação dos deputados do Govêrno Provisório, escolhidos dia 20 pelos eleitores das Câmaras, vereadores, homens bons da vila. Os resultados foram em parte de acôrdo com os desejos da autoridade constituída, que soube preparar tudo de maneira

a vencer: D. Manuel é mantido por maioria de votos, com aplausos retumbantes; os demais membros, porém, não figuram ao lado do partido português. Graças à habilidade de D. Manuel, esta primeira Junta proclamou sua fidelidade às Côrtes, acreditando no liberalismo dos que a constituíam. D. Pedro percebeu a situação, dizendo, em aviso de 15 de outubro, esperar ter ciência de tudo, apesar da anunciada ligação a Portugal. A Junta quer conciliar essa fidelidade com a causa brasileira, personificada em D. Pedro. Não consegue manter a atitude, pelas suas naturais contradições, que levam a comportamento ambíguo, ora forçando D. Manuel a abandonar os trabalhos, ora criando o clima de rebelião geral do princípio de 1822.

Os mineiros e as Côrtes de Lisboa

A representação mineira em Lisboa era constituída de 13 deputados. Eleita tardiamente, pois a 30 de agôsto já tomavam assento nas Côrtes representantes brasileiros, não chegou a tomar posse. É que logo se evidenciou que o liberalismo português era para uso de seu país, quando muito, não para aplicação ao Brasil. Em ofício ao Govêrno Provisório de Minas, os deputados comunicam que refletiram que nas Côrtes Gerais Extraordinárias e Constituintes de Lisboa "se tem olhado com a maior indiferença para os interêsses gerais do rico e vastíssimo Reino do Brasil", o que os leva a tomar "a resolução de suspender a nossa viagem, enquanto a revogação dos fatais decretos de 29 de setembro de 1821 não afiançar no Soberano Congresso as devidas considerações acêrca dêste Reino e do seu decôro". Êles não querem, dizem nesse documento de 25 de fevereiro de 1822, "sancionar a escravidão do nosso país". A atividade das Côrtes não foi de molde a harmonizar as correntes que se digladiavam aqui e se apresentaram em Lisboa, no debate inamistoso entre brasileiros e portuguêses. De 69 deputados eleitos no Brasil, 46 tomaram posse. Vê-se como foi sensível a ausência da representação de Minas quando se lembra que ela era de 13 elementos. Os representantes brasileiros não puderam ter ação, acabando por abandonar aquêle recinto em que nunca foram suportados.

A primeira Junta

O Govêrno Provisório (ou Provisional, como se diz na época) teve a sua primeira Junta, constituída de 10 membros, eleita a 20 de setembro de 1821 e empossada no dia seguinte, ficando como presidente D. Manuel de Portugal e Castro, governador desde 1814 e que é assim mantido, graças a hábeis expedientes. É expressivo que no seu primeiro dia de trabalho a Junta resolva demolir o padrão de infâmia que se erguera em Vila Rica à memória de Tiradentes. A Junta, mais representantiva do partido nacional que do partido português, imediatamente fica em discordância com o presidente, e êste, desgostoso e sem fôrça, retira-se para o Rio, depois de pedir demissão que é aceita.

As dificuldades e hesitações da Regência repetem-se na Província. A ação decidida de alguns mineiros que moram no Rio e formam nas fileiras chamadas patrióticas, traduzindo-se em luta contra a tendência recolonizadora de certos grupos, que entravam o trabalho de D. Pedro, é notável

e vai refletir-se em Minas. Êles formam sociedades como a de José Joaquim da Rocha, o Clube da Rua da Ajuda, depois Clube da Independência. Dêsse parte a iniciativa de enviar emissários a São Paulo e a Minas para pedir o apoio das Câmaras a D. Pedro, contra as medidas cerceadoras de Lisboa que, entre outras coisas, chegavam a exigir sua volta. A Minas vem Paulo Barbosa da Silva, no fim de dezembro de 1821, encontrando a situação ainda tensa das eleições de setembro. O emissário obtém pronunciamentos das Câmaras de Barbacena, Queluz, Vila Rica, Sabará, Caeté, São João del-Rei; o vice-presidente, que está em exercício, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, segue para o Rio nos primeiros dias de janeiro, para acertar medidas de preservação do poder da Regência. Tôdas essas manifestações de solidariedade mineira à causa nacional, juntamente com as das Províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, dão vigor ao movimento que faz D. Pedro desrespeitar as ordens de Lisboa e permanecer no Brasil.

No início de 1822 Minas vive situação próxima da anarquia. O presidente da Junta encontra-se há muito no Rio, por não poder trabalhar de acôrdo com os companheiros. Como também o vice-presidente está no Rio, para hipotecar solidariedade ao Regente, em nome da Junta — embora nesta não houvesse unanimidade de vistas —, como a Província está desfalcada de suas fôrças regulares, pois remeteu apreciável tropa à Côrte, em atenção aos pedidos do Govêrno para enfrentar a rebeldia da divisão auxiliar, dominada pelos portuguêses, Vila Rica apresenta clima confuso. Forma-se aí govêrno com veleidades separatistas: nada de subordinação a Lisboa ou ao Rio. Lideram essa frouxa rebelião José Maria Pinto Peixoto, já agora brigadeiro e com o domínio das fôrças, e Cassiano Esperidião de Melo Matos, juiz da Comarca, além de Manuel Inácio de Melo e Sousa e João José Lopes Mendes Ribeiro, membros da Junta. Temia-se sublevação de Comarcas contra a capital, pelo descontentamento em que algumas ficaram com a eleição feita antes do dia fixado, por manobra do juiz, aliado ao comandante das tropas. O nôvo govêrno procura agir, tomando medidas de admissões e demissões de magistrados, transferências; as ordens do Príncipe ou das Côrtes só se executariam com o seu beneplácito; alterando o valor da moeda, consta que o nôvo poder chegou mesmo a cunhá-las. Desconhecia-se, pois, o govêrno do Regente: Minas seria uma república livre, formando "uma confederação de Estados Unidos independentes desta com outras províncias". A situação era perigosa, apesar da fragilidade de tudo, pelos movimentos de rebeldia verificados em outras Províncias.

Viagem de D. Pedro a Minas

As dificuldades em que se encontrava D. Pedro foram enfrentadas audaciosamente por êle, com uma visita a Minas. Partiu em 23 de março, certo de que sua presença apaziguaria os ânimos, em companhia do vice-presidente Fonseca Vasconcelos e Estêvão Ribeiro de Resende e uma pequena escolta. Sem

aparato, modesto, como um qualquer, pronto a enfrentar a situação, jogou importante cartada na base da sua simpatia pessoal. Viajando rápido, subiu a serra, atravessou o Paraíba, e, pouco além do registro de Matias Barbosa, fincou na terra uma cruz de caniço, feita por êle mesmo, hábito de acôrdo com a crença comum na época. Sabia poder contar com o apoio das milícias e fidelidade das Câmaras. Não se enganava: prestaram-lhe homenagens como a um herói, êle passou sob arcos de triunfo. Bem recebido pelas populações de vilas como São João e São José del-Rei, Barbacena, Queluz, detém-se nas proximidades de Vila Rica, no Capão do Lana, até que se proclame o seu reconhecimento como Príncipe Regente Constitucional do Reino do Brasil. Avisado em Queluz, por dois membros do Govêrno que vêm ao seu encontro, de que seria mal recebido na Capital, D. Pedro suspende a entrada até que o Govêrno Provisório se pronuncie sôbre o seu reconhecimento, ordena a prisão e o rebaixamento do Brigadeiro Pinto Peixoto, cuja conduta fôra ambígua e mais ambígua ainda se tornará. O membro do govêrno que se arvorou sem base em Minas vem, como outros, até D. Pedro, entra em entendimentos com o Príncipe e volta em sua companhia, todos os equívocos desfeitos, concitando o povo à paz, pois é de concórdia a visita. A Câmara de Vila Rica recebe D. Pedro, que entra, entusiàsticamente festejado, no dia 9 de abril de 1822. Na Capital exerce o govêrno, durante alguns dias — de 9 a 21 —, tratando de tudo, com agradecimentos e homenagens, inquéritos e restauração da ordem. A audácia valeu-lhe a vitória. No seu regresso ao Rio, apresenta-se e é reverenciado como vencedor.

A Província de Minas liga-se definitivamente ao destino nacional, integrada na causa comum. De sua ligação ao Rio e a São Paulo dependeria o país. Além dêsse merecimento da viagem, lembre-se que ela contribuiu decisivamente para maior vinculação de D. Pedro ao Brasil. Como escreveu Francisco Adolfo de Varnhagen, "com a viagem a Minas havia-se operado no ânimo do príncipe uma transformação radical. Tinha-se completamente naturalizado brasileiro". Desde sua chegada ao Rio, em 1808, vivia entre São Cristóvão e o palácio da cidade, não indo, em suas aventuras, além dos limites do que não era mais que pequeno burgo. Em 14 anos de Brasil não teve curiosidade por excursões. Agora já tem ambições políticas, sente-se responsável, tem um papel. Uma Província se rebela, é preciso visitá-la. Terá sentido nessa primeira incursão pelo país que está sob seu poder vasta faixa de terra, pela qual responde: em contato com outra paisagem, populações de todos os tipos, integra-se no processo nacional. Tem que dirigir o Brasil, vira um brasileiro.

A segunda Junta

Ainda quando da estada de D. Pedro em Vila Rica, convoca-se o eleitorado para escolha da segunda Junta, pois o Regente dissolveu a primeira: às reuniões, que se prolongam de 20 a 23 de maio, comparecem 248 eleitores paroquiais. A segunda Junta tem sete membros e estará sob a presidência do mesmo D. Manuel, que se

demitira da direção da primeira e de quem tanto falaram mal os companheiros de govêrno, em correspondência às autoridades superiores. Não deixa de ser estranhável a escolha. De nôvo eleito, só toma posse a 16 de julho, mas, tal como da primeira vez, não exercerá o poder, por falta de sintonia com os companheiros: tão logo o Brasil se torne independente, com as festivas proclamações de D. Pedro como Imperador, é o próprio D. Manuel que se afasta, em 13 de outubro de 1822, por não lhe parecer conciliável o pôsto e suas ligações com Portugal. Já não era sem tempo, aliás, que tomava tal decisão, uma vez que aviso de 21 do mês anterior advertia sôbre os dissidentes da Independência.

Administração da Província A vida administrativa da Província não apresenta interêsse maior. As Juntas de Govêrno se estendem até 20 de outubro de 1823, quando D. Pedro I sanciona a indicação da Assembléia Constituinte de que o Govêrno seja confiado a um presidente e a um Conselho. No plano geral, sem maior significação, houve o Conselho de Procuradores da Província, que é decretado em 16 de fevereiro de 1822, por sugestão de José Bonifácio, da Câmara do Rio de Janeiro e do vice-presidente de Minas, Fonseca Vasconcelos. Assembléia representativa, é antes Conselho de Estado, para sugestão de medidas reclamadas pelo país, que órgão de deliberação. Nem tôdas as Províncias elegeram seus representantes, e, dos eleitos, poucos tomaram posse: quando da instalação, em junho, houve o comparecimento de apenas 3 procuradores. Em Minas, presente D. Pedro, é ordenada a escolha dos procuradores, recaindo em Estêvão Ribeiro de Resende e Manuel Ferreira da Câmara. Foi mínima a ação dêsses representantes, como do Conselho em geral: seu maior feito terá sido aprovar a convocação da Constituinte, em 3 de junho de 1822, a qual o dissolverá. Êle já desempenhara o seu papel, de afirmação nacional contra o descaso das Côrtes; agora não tem sentido, pois os deputados eleitos para a Constituinte são procuradores das Províncias. Órgão de mais extensas e importantes atribuições, é natural que a Constituinte suprima o antigo Conselho. Na Constituinte de 1823 tomaram assento 20 deputados como representantes mineiros. Com a dissolução da Assembléia antes de realizado o seu trabalho — as Juntas de Minas e São Paulo felicitaram o Imperador por êsse ato —, o projeto de Constituição é feito pelo Conselho de Estado e submetido às Câmaras Municipais para que elas se pronunciem. O mineiro satisfazia-se com a Constituição qual estava, realizando o seu juramento a 8 de abril a Câmara de Ouro Prêto, logo seguida pelas outras.

Quando se verifica a Independência, a Província está de tal modo vinculada a D. Pedro e ao processo emancipador que tudo se desenrola em paz. No que se refere à administração, continua a ser feita pelas Juntas Provisórias de Govêrno, até que a lei de 20 de outubro de 1823 suprime as antigas Juntas e confia provisòriamente a direção dos negócios a um presidente e a um Conselho, constituído de seis membros eleitos. Essa

determinação em caráter provisório, tem origem em que a Constituição que se elaborava trataria do assunto. Muito ponderáveis, pois, as razões alegadas por vários deputados de que não se devia tratar da matéria em lei; a maioria, entretanto, achou urgente organizar o govêrno das Províncias. Estabelecia-se o govêrno uno, com o presidente de nomeação do Imperador. A Constituição de 1824, entre cujos redatores se encontravam três mineiros, alteraria em pouco o que se fixou na matéria, maiores modificações sendo feitas pelo Ato Adicional.

O primeiro presidente nomeado de acôrdo com o nôvo molde foi José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, que já vimos em atuação de destaque na primeira Junta. Empossando-se em 29 de fevereiro de 1824, permanecerá no cargo até 19 de março de 1827, quando passa o govêrno ao vice-presidente, como o fizera por cinco meses no ano anterior. Vai ter início a série infindável de presidentes nomeados para curto período, logo substituídos por outros ou apenas licenciados, presidentes e vice-presidentes que ocupam o pôsto com objetivos quase só políticos, para atender às solicitações do ministério no poder, do qual dependem. Basta que se veja o tempo reduzido em que êsses governos se mantêm para que se forme idéia de seu caráter apenas político, inadequado a uma administração eficiente: de 1824 a 1850 Minas teve 45 períodos administrativos, sendo 27 ocupados por presidentes e 18 por vice-presidentes; considerando que 4 autoridades passaram a presidentes estando no exercício como vice-presidentes, temos 41 períodos, o que dá para cada um pouco mais de 7 meses, em média. Entretanto, de 1808 a 1821 Minas teve apenas 3 administrações.

A direção dos negócios provinciais, como se viu, é regulada pela lei de 20 de outubro de 1823, em caráter provisório. A Constituição do Império cuidará da matéria, estabelecendo a administração por um presidente, nomeado pelo Imperador, que pode removê-lo. Se aquela falou em Conselho de 6 membros, a Constituição, reconhecendo o direito de todo cidadão de intervir nos negócios de sua Província, garante o exercício dêsse direito às Câmaras dos distritos e ao Conselho Geral da Província, que deve constar de 21 membros nas mais populosas, como é o caso de Minas. O Ato Adicional, de agôsto de 1834, vai alterar essas disposições, substituindo os Conselhos Gerais pelas Assembléias Legislativas. A de Minas será de 36 membros; a legislatura provincial de 2 anos. Amplia-se a esfera do Legislativo na área da Província, em atenção ao espírito federalista que enforma a política da Regência. O presidente continua de nomeação. O que é disposto no Ato Adicional é completado pela lei de outubro de 1834, que dá Regimento aos presidentes de Província. Essas leis da Regência, de espírito liberal, são em parte enfraquecidas com as disposições do que é votado no período do "Regresso", nas chamadas "leis reacionárias" que vão garantir a ordem do Segundo Reinado.

Ação do Conselho Geral da Província

Não foi fácil a administração contar com a ajuda do Conselho Geral da Província, uma vez que era problemático obter a reunião de seus membros. O mesmo, aliás, se verificava antes com as Juntas, como se vê em ofício de 19 de abril de 1823, que comunica ao govêrno central que, dos sete membros da segunda Junta, um se ausentou com destino a Portugal e dois morreram, ficando ela reduzida a 4 membros, dos quais um está ausente por moléstia e outro na avançada idade de mais de oitenta anos — comunicação que é seguida de pedido de uma providência.

Só em 6 de junho de 1825 é possível a reunião do Conselho, marcada pelo presidente e adiada, pelos impedimentos em que se achavam os conselheiros efetivos: foi possível a reunião pela chamada dos suplentes. Instalado, o Conselho começa imediatamente suas funções, tomando medidas benéficas à Província. Faz-se sentir aí, sobretudo, a influência de Bernardo Pereira de Vasconcelos, suplente em exercício, iniciando extraordinária carreira de político. São de sua iniciativa medidas para favorecer a imprensa, a indústria, com o estabelecimento de filatórios e a vinda de técnicos, a agricultura, com a introdução de espécies e conveniente ensino, em um Jardim de Plantas, bem como medidas pelo ensino público e a proclamação da necessidade de aumento do prazo do tráfico de escravos.

Em 1825 e nos anos seguintes, sobretudo desde 1828, quando mais organizado, o Conselho tratará de quanto lhe pareça conveniente à Província, no debate de problemas e na apresentação de propostas. É assunto constante a instrução pública: defende-se a criação em Mariana de centro de estudos preparatórios, unindo cadeiras dispersas por Mariana e Ouro Prêto, a fim de que os moços tenham o ensino do que é indispensável na escola superior em São Paulo; é proposta a criação de um Liceu de ensino de Ciências Sociais, pois é dispendioso o ensino em São Paulo; sugere-se academia médico-cirúrgica em São João del-Rei, como a do Rio; é constante a lembrança de ensino técnico para exploração da riqueza mineral, objeto de inúmeras considerações e propostas de criação de cadeiras ou de cursos; cogita-se do ensino das primeiras letras, então mais objeto de iniciativas privadas do que públicas, como se vê pela exposição feita em 1827 por Bernardo Pereira de Vasconcelos, quando havia 33 aulas de primeiras letras e 21 aulas de anatomia, desenho, retórica, lógica e latim (17 só de latim, uma de cada outra das disciplinas), de iniciativa pública, enquanto havia de iniciativa particular, 170 de primeiras letras, 8 de latim e 3 de lógica; cuidou-se até de colégio para educação dos índios e de certos pormenores, como a criação de uma cadeira da arte de partejar. No setor das atividades de caráter econômico, instituiu-se a "medalha rural de honra", a quem cultivar certas plantas e obtiver determinadas quantidades, com o uso do arado, como se pede a remessa a Ouro Prêto do filatório e máquina de preparar farinha de mandioca, provenientes do Rio, com exposição ao público "em lugar decente", para que se possa tirar modêlo, com anúncios

e editais e mostras em outras Câmaras; pede-se seja transformada em fazenda normal de criação a de Cachoeira do Campo. O oCnselho cogita ainda de montepio em benefício das famílias dos empregados públicos, trata de evitar tenham ação em Minas outros bispos que não os de Mariana, fixa os direitos do clero e pensa na reforma da educação clerical; pede uma casa de correção em cada Comarca, organiza a Guarda provincial, que parece indispensável pelos danos resultantes da ida de destacamentos para fora, tem planos para eficácia dos correios municipais. Foi objeto de cuidado a repressão da vadiagem, bem como a organização do trabalho. É constante no Conselho o pronunciamento a favor da legalidade, ao lado do Govêrno contra grupos que querem subversão, sobretudo depois da ida de D. Pedro I, nos tumultuados anos iniciais da Regência, como se verifica em 1832. Foi profícua, portanto, a ação do Conselho Geral da Província, que encerrou suas atividades, em 1833, pelas mudanças verificadas com o Ato Adicional. A contar daí faz-se sentir a ação das Assembléias.

Segunda viagem de D. Pedro

Durante o Primeiro Reinado, Minas participou da vida nacional através da ação de alguns de seus filhos que tiveram atuação importante. Desde a visita de 1822 que o Regente e Imperador conta com a Província para apoio de sua política. Como esta se desgastasse, comprometendo a própria autoridade e sobrevivência da Coroa, a solidariedade mineira foi-lhe faltando. A palavra da Província foi decisiva para encerrar o reinado de D. Pedro I. Em momento difícil, o Imperador recorreu à unidade central, esperando repetir o êxito de sua primeira viagem: refazer a confiança dos súditos e fortalecer-se com apoio mineiro, para a ação no âmbito nacional. Bem que lhe apontaram os perigos de seu afastamento do Rio, visto como louca aventura. O ambiente na Capital do Império era tenso, como os choques de portuguêses e brasileiros, com a obstinação de uns e a exaltação de outros. A revolta que na França derrubou Carlos X, em 1830, repercutia no Brasil, mostrando a eficácia da violência. Vítimas de atentados morrem o presidente da Bahia, Visconde de Camamu, e o jornalista de São Paulo, Líbero Badaró. A imprensa adversária falou na "misteriosa viagem", dando-lhe disparatadas explicações: D. Pedro a faria para fugir do movimento rebelde que se agravava no Rio; para preparar golpe absolutista quando de seu regresso; para impedir revolta na Província, por lá estar o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos; para lutar pela candidatura de um ministro à reeleição como deputado; para, com a viagem e certas águas, ver se dava fecundidade à Imperatriz. A idéia do passeio, em tais circunstâncias, foi desastrosa, pois, em vez de recuperar-lhe o prestígio, comprometeu-o mais ainda.

D. Pedro seguiu, nesta segunda visita, em 29 de dezembro de 1830: se em 1822 veio quase só, vem agora com a Imperatriz, o Ministro José Antônio da Silva Maia e várias outras personalidades. Se o cronista oficial noticiou a vinda como triunfo, com as longas homenagens e saudações, o Imperador cantando em prosa e verso — discursos, sonetos e hinos —, a ver-

dade é bem outra. D. Pedro estêve em diversas cidades, fêz roteiro extenso, mas não logrou repetir o êxito da primeira vez. Basta que se lembre que o Ministro Silva Maia, que o acompanhou, foi derrotado de modo retumbante na eleição que a esta época se verificava e na qual D. Pedro tinha interêsse: o candidadto da oposição alcançou fácil vitória. O Deputado Silva Maia, nomeado ministro do Império, perde o mandato e disputa a reeleição. Contra êle trabalha em Minas o ardor de Bernardo de Vasconcelos; apresentar-se em sua companhia era, portanto, comprometer-se, pois a derrota do ministro foi também do Imperador. Chegando a Ouro Prêto em 22 de fevereiro, faz proclamação infeliz, falando nas manobras de seus inimigos e contra o federalismo, como se fôsse um político qualquer. Recebido por diversas Câmaras em seu caminho, não lhe faltou o respeito devido à Coroa; as solenidades, entretanto, eram puramente formais. Tratado com frieza e indiferença, ou mesmo animosidade, segundo a versão que fala nos dobres de finados ou nas exéquias pelo jornalista, o certo é que D. Pedro não obteve o resultado que esperava. A viagem, nem em sua forma nem em sua conseqüência, lembra a de 1822. O Imperador voltou ao Rio em 11 de março, desesperançado, vendo que lhe fugia o terreno. Entre êle e os brasileiros não era mais possível a linguagem de pessoas que se entendem: se de uma viagem voltou com energia e disposição para grandes empreendimentos, mais brasileiro que nunca, desta volta abatido, certo de que seu papel foi já representado, nada mais lhe cabendo fazer. Ao seu regresso, a homenagem que quiseram prestar-lhe os patrícios portuguêses teve efeito negativo, transformando-se em luta entre os homenageantes e o exaltado partido nacional. Estava perdido o jôgo, próximo o 7 de abril com a Abdicação.

*
* *

Economia da Província. Lavoura

Ao longo dos primeiros anos do século XIX assiste-se à passagem do predomínio da atividade mineral ao predomínio agrícola. Vê-se que a produção do campo, para consumo ou exportação, cresce e vai assumindo importância cada vez maior. Se a atividade rural apresenta mais expressão no setor da pecuária, esta se desloca aos poucos para a lavoura. Da lavoura de subsistência, sempre praticada em Minas, passa-se para a de exportação. A cultura do café conquista as terras das zonas Mata e Sul, claros entre o centro mineiro e o litoral, caminhos para o Rio e São Paulo. Adaptando--se perfeitamente ao solo e ao clima, o café será o grande recurso da economia. Se Minas não participou da cultura de cana-de-açúcar a ser exportada, participa agora da grande plantação de café que se destina ao exterior. Não se busque mais a fisionomia mineral, uma vez que Minas já é "uma província agrícola", como o afirma, em 1835, o Presidente Antô-

nio Paulino Limpo de Abreu. Os processos, entretanto, continuam os mesmos de outros tempos: a rotina custará a ser rompida.

Como assinalam as próprias autoridades da época, no reconhecimento das condições, a técnica é precária, há deficiência de transportes para escoamento da produção, falta capital para investimentos. Demais, aponta-se como embaraço a distribuição fácil de terras, de modo a constituir privilégios, com a extensão de faixas incultas, apenas para patrimônio. Em Minas, de acôrdo com Luís Maria da Silva Pinto, de 1710 a 1832, foram concedidas 6.642 sesmarias, compreendendo 4.257 léguas, com o tamanho variável de 50 braças no mínimo e 48 léguas quadradas. Lembre-se ainda o problema do mercado: os presidentes Bernardo Jacinto da Veiga e Soares de Andréia, em 1839 e 1844 falavam na desvantagem da concorrência de produtos de Minas com os do Rio, pràticamente o único mercado da Província. Vê-se que os próprios administradores tiveram consciência dos entraves à atividade agrícola. Há, sobretudo, a presença de escravo, que consagra um tipo de trabalho tradicional, pouco afeito a qualquer inovação e que marca de modo profundo a sociedade que o admite. O que se coloca, para melhorar a agricultura, não é a introdução de novas espécies de animais ou vegetais, como pensaram muitos na época, preocupados com o chá, o anil, a cochonilha, o camelo, mas a elevação do nível técnico do trabalho, com o uso de instrumentos adequados e o abandono de práticas antigas, de baixa produtividade. A idéia comum para combate ao mal é o ensino, com cadeiras ou escolas de agricultura, fazendas que servissem de modêlo, ou a distribuição de obras sôbre agricultura e indústria, de modo a divulgar novos métodos.

Entre as lavouras que se distinguiram, merecem referência as do café, milho, cana-de-açúcar, tabaco, algodão, arroz, mandioca, feijão. Além da produção para o consumo, exportou-se em quantidade apreciável, sem falar na indústria de aproveitamento, que permite exportação de farinhas, fubá, rapaduras, aguardente, tecidos. Também outras culturas tiveram lugar, como o trigo, o chá, a cevada, o centeio, a uva, o linho. Documentos das autoridades as consignam, bem como a palavra dos viajantes. Dessas, o chá é que constituiu objeto de atenções mais constantes: cultivado nos arredores de Ouro Prêto, no Jardim Botânico, em inúmeros documentos oficiais há referências às suas possibilidades. Foi freqüente não falar no café, entregue à sua própria sorte, enquanto se dissertava sôbre o chá. Como se sabe, foi intenso no Brasil do século XIX o interêsse por artigos exóticos como êsse, que figura entre as ilusões mais constantes no espírito dos administradores.

A luta entre culturas de exportação e de subsistência, terminando quase sempre com a vitória das primeiras, foi comum em todo o Brasil. Em Minas essa luta foi menos grave: como a região precisava mesmo produzir para

o consumo, pois não podia, tal como as unidades litorâneas, contar com a importação, teve sempre que desenvolver uma lavoura de subsistência, contando com os próprios recursos. A atividade não impediu de todo, porém, a escassez de gêneros, a carestia e até a eventual calamidade da fome.

Apesar dos obstáculos, a lavoura conseguiu impor-se. Embora pequeno, não se pode negar o auxílio dos podêres públicos — provincial e imperial — ao trabalho do campo. A assistência aparece com os pedidos feitos pelo Conselho da Província desde 1825; depois, a concessão de prêmios aos que obtivessem determinadas quantidades ou se dedicassem a culturas novas, como os auxílios concedidos em 1840 para as culturas do trigo e da vinha. Aparece nas isenções tributárias para incremento de certas espécies, como se viu em 1839 com o chá, em 1840 com a erva-mate ou congonha. Na remessa de mudas e sementes, para experiências, ou na distribuição de obras sôbre temas agrícolas, como está no pedido de recurso à Assembléia, pela insuficiência do material recebido do Rio para distribuição às Câmaras Municipais: queixa-se o Govêrno, em 1840, de que só poucos exemplares do *Manual do Agricultor Brasileiro* e do *Auxiliar da Indústria Nacional* foram enviados pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Aparece ainda a assistência no ensino da técnica para o trabalho do campo, lembrado pelo Presidente Antônio da Costa Pinto, em 1837, pela vantagem de estabelecer uma fazenda normal, para teoria e prática, da qual sairiam ótimos feitores, a fim de enfrentar processos de rotina e destruição: já em 1838 fala-se em escola de agricultura. No Jardim Botânico de Ouro Prêto uma cadeira de ensino agrícola é criada, especialmente para a cultura do chá, em 1840. O Govêrno foi autorizado a providenciar para seu estabelecimento, mas Quintiliano José da Silva, em 1845, assinalava cadeiras de ensino agrícola que não tinham freqüência. É que êsse tipo de escola custaria a lançar raiz no Brasil, pela desconfiança quanto à agricultura, vista como atividade secundária, característica de pessoas tidas por inferiores, no julgamento da sociedade escravocrata.

Pecuária

A pecuária, cujo desenvolvimento já vinha de antes, tem lugar de relêvo na exportação até o início da década de 40: gado vacum, suíno e cavalar, toucinho, queijos e couro rendem mais que café, fumo e açúcar. Essa exportação só será vencida pela de gêneros da lavoura com a expansão da cultura do café. O interêsse da administração pela pecuária faz-se sentir ao longo de todos os governos. Interêsse tímido, é verdade, que não tomou iniciativas de largo alcance, mas que não deixou de produzir frutos. O gado encontrava-se em todo o território mineiro, apresentando condições mais favoráveis no sul. Para melhoramento de raças, criou-se a coudelaria de Cachoeira do Campo, ficando para usufruto do Imperador. D. Pedro I mostrou especial interêsse por ela, aí detendo-se mais tempo do que em Ouro Prêto, quando de sua infeliz viagem de 1831. No mesmo ano, no Conselho Geral da Província, planejou-se fazenda de

criação no local, para que propagassem as melhores espécies de gado e todos os animais exóticos úteis, além de fábrica de queijo e manteiga e lavatório para lãs, tudo de acôrdo com os mais altos padrões seguidos nos centros adiantados da Europa. Outras administrações cogitaram da matéria, como Limpo de Abreu em 1835, Soares de Andréia em 1843, Quintiliano José da Silva em 1846. Explica-se o interêsse, pois, além de servir à alimentação, o gado desempenha na época importante papel como elemento de transporte; já se tem destacado a contribuição do muar e do carro de boi para os problemas das populações brasileiras, principalmente no interior. Demais, a pecuária foi sempre ótima fonte de renda. Na primeira metade do século XIX, sobretudo, contribuiu de modo decisivo para os cofres provinciais. As taxas sôbre exportação de gado se mantiveram: 6% sôbre o valor era a taxa mais alta a contar de 1840, quando abolido o dízimo.

Indústria

Região fadada à indústria, Minas não pôde desenvolver essa tendência pela falta numérica e qualitativa de população, ausência de capitais, condições de transporte, falta de emulação ou espírito de emprêsa, consumo limitado pelo pequeno poder aquisitivo dos habitantes, a prática freqüente de produção do necessário no próprio campo, em condições tôscas. Depois de breve avanço, ainda no período colonial, tolhido pela administração portuguêsa, temos as iniciativas do período de D. Pedro, que não se desenvolvem. E desde que o Conselho da Província começa a trabalhar, em 1825, há as sucessivas lembranças de necessidade de indústria, com pedidos de aparelhos, mestres para o ensino, sem que se organizasse uma assistência sistemática. A iniciativa ficava entregue à própria sorte, como a viu Bernardo Jacinto da Veiga em 1840: "a indústria não é ainda considerada entre nós como um daqueles ramos que estejam a cargo da Publica Administração: nenhuma corporação temos nós que seja especialmente incumbida de sua direção e desenvolvimento". Em 1843, Soares de Andréia assinalava a necessidade de cuidar da indústria, animando o consumo, com a proteção, por meio de prêmios pecuniários, de novas descobertas e da maior produção do trabalho. Temos, aí, tímido esbôço da política de proteção, que chegou a ser praticada algumas vêzes.

Mineração. Ferro

No quadro industrial, merece primeira referência a mineração. Já dissemos que ela estava decadente no início do século, quando D. João a socorre, dando-lhe o auxílio que nunca tivera, com o envio de engenheiros, geólogos, mineralogistas. Inicia-se o serviço com emprêsas, sociedades até aí não experimentadas. Deve ser ainda realçado no período o interêsse pela exploração do ferro, com os primeiros passos para uma realidade siderúrgica. Depois do govêrno de D. João VI nenhuma providência decisiva é tomada. A mineração continuou a ser regida por leis antigas, muitas vêzes inadequadas. Não se cogitou de melhorar o trabalho, com novos inventos ou técnicas. O particular contentava-se, quase sempre, com obter a licença do Govêrno para

explorações, adiando indefinidamente o exercício do direito de que dispunha, ou não se empenhava no trabalho.

Depois dos esforços de Eschwege e Câmara, destaca-se o de Monlevade, cujas emprêsas foram bem sucedidas. Êsses pioneiros tiveram o mérito de ensinar, sendo que inúmeras iniciativas nada mais foram que aproveitamento das lições que deixaram com seus empreendimentos. Em 1845, entre as fábricas destacavam-se as de Monlevade, no Distrito de São Miguel de Piracicaba, e Antônio José Lopes Camelo, no Distrito de Camargos. Tem-se boa visão do problema siderúrgico em Minas, na época, na memória escrita por Monlevade, em 1853, a pedido do Presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. De acôrdo com ela, as fábricas de ferro têm as maiores dificuldades na distância do litoral e na falta de vias de comunicações rápidas e seguras. A título de sugestão, lembra um estabelecimento normal, que ensine pràticamente a metalurgia e a fabricação do ferro, estradas que transportem o que os animais conduzem nas costas, aumento do tributo que paga o ferro estrangeiro. Como informação, diz que

> "desde o município de Ouro Prêto até a cidade de Itabira existem 84 oficinas onde se funde o ferro, sem contar as numerosas tendas onde se elabora o ferro comprado nas fábricas, as quais entre forros e cativos empregam ao menos 2.000 pessoas e produzem anualmente de 145 a 150 mil arrôbas de ferro".

Ouro

A produção de ouro conhece nova fase dos esforços de exploração de minas por companhias, com técnicas e capitais, como se vê no govêrno de D. João. A tentativa de Eschwege, com a Sociedade Mineralógica, na lavra da Passagem, em 1819, foi logo suspensa. Outras experiências também não conduzem a resultado. Para a constituição de emprêsas convenientemente aparelhadas os habitantes da Província e mesmo do país não tinham recursos. E o decreto de 16 de setembro de 1826 permitiu aos estrangeiros que se estabelecessem nas Províncias mineiras e pudessem formar emprêsas — o que era vedado pelas leis anteriores. O aproveitamento das minas de ouro no Império foi feito sobretudo por inglêses. Repercutia no centro do Brasil o expansionismo econômico de nação cada vez mais poderosa, e, para aumentar o interêsse pelo metal, contribuiu o fato de a Inglaterra adotar o padrão ouro, em 1816, logo seguida, como economia dominante que era, pela adoção, por outras potências, do mesmo padrão monetário. Desde os primeiros dias do govêrno livre começa o estabelecimento de emprêsas para exploração de minas. As companhias são quase sempre inglêsas: a primeira que trabalha efetivamente é a *Imperial Brazilian Mining Association*, desde 1824, nas minas de Cata Preta, Congo Sôco, Antônio Pereira e Serra do Socorro. *St. John d'El Rey Mining Limited* data de 1830; embora pretendesse os depósitos de São João del-Rei lançou raízes sólidas em Morro Velho, constituindo-se o mais sério empreendimento no gênero que já se verificou no país. E várias outras, a contar sobretudo

de 1832, como a *Brazilian Company*, de 1832, e a *National Brazilian Mining Association*, de 1833, para citar só as da primeira metade do século.

Nacionalismo econômico

A presença do inglês e os tratados de comércio externo aguçam o sentimento nacionalista. Muitas referências são feitas ao estrangeiro, visto como explorador e inimigo. Essa presença, com seus investimentos e lucros, provoca infalíveis disputas no campo tributário e na distribuição de terras, originando problemas que se prolongariam por muito tempo. A suscetibilidade nacionalista pode ser notada em documentos da época: no caso está o manifesto de 10 de junho, de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, o proclamado presidente da Província dos revolucionários de 1842, que fala "contra as pretensões exageradas do estrangeiro que hoje nos dita a lei em nossa própria casa"; a dissolução da Câmara, pretexto imediato do movimento rebelde, é vista como golpe para evitar combate à renovação do tratado com a Inglaterra, prestes a expirar, pelo desejo em que estaria o Govêrno de manter as regalias concedidas àquela nação. No início da quinta década cogita-se do problema da indústria nacional, de sua indispensável proteção, com o término de alguns tratados comerciais assinados logo após a Independência. Daí as revisões alfandegárias, culminando em 1844 com o decreto ao qual se tem atribuído caráter protecionista, com as tarifas Alves Branco. Quando se discute o problema é que os revolucionários mineiros, vendo aí mais um motivo de crítica, apontam o Govêrno como subordinado a outra potência, dando "a estrangeiros no país uma influência absolutamente incompatível com o estado de nossa civilização e de nossa política". Ante a multiplicação de companhias inglêsas que exploram o ouro é que Soares de Andréia, em 1843, pensa na formação de companhias brasileiras, escrevendo, com evidente animosidade:

"teorias bem concebidas e publicadas para nosso govêrno, e não para govêrno dos autores, fizeram cair as nossas melhores minas de ouro em mãos estrangeiras, que pelo serviço que fazem em demonstrar-nos que em nossa terra ainda há muito ouro, o vão tirando todo, e dando-nos em prêmio de nossa condescendência e urbanidade, uns dez por cento dos produtos de nossas minas".

Se o êxito do estrangeiro se explica pelas companhias, seria o caso de formação de emprêsas nacionais semelhantes, tornando-se a Assembléia da Província — aconselha o presidente — proprietária de grande número de ações. Entretanto, a exaltação nacionalista não passou de palavras, uma vez que o país não tinha condições que lhe permitissem livrar-se da poderosa tutela inglêsa.

Diamante

O diamante continuou a ser procurado. Êle vai marcar a história viva e original do chamado Distrito Diamantino. A atividade recebeu impulso na primeira década do século, quando dirigida pelo Intendente Câmara, para logo cair no estado anterior. Extinta em 1832 a

Real Extração, que vinha da Capitania, passa a vigorar o sistema de arrematação. A forma antiga, débil muito antes de seu final, consegue prolongar sua agonia por mais algum tempo, pela inexeqüibilidade do decreto que a extingue. Sobrestado êste, tudo continua no nível precário, com a agravante da sêca, que provoca a fome. A Real Extração só desaparece de fato em 1841, quando pretendeu atuar ainda nos campos de Curralinho. Agora, já havia princípio de liberdade para a zona produtora, a mais castigada de tôdas pelo fisco, montado com aparato impressionante, mas liberdade apenas parcial, uma vez que nem tôdas as prerrogativas de região mineira lhe eram reconhecidas. E o trabalho continuava a ser mais fiscalizado que os outros, o que se vê pela sua subordinação ao Ministério da Fazenda, enquanto as demais jazidas eram dependentes do Ministério do Império. Com a mudança do regime, novas lavras têm lugar, originando mais agrupamentos nas proximidades de Diamantina, Grão-Mogol e outros pontos distantes, como Abaeté e Bagagem. Só com o fim da Real Extração e do Distrito Diamantino essa vasta área é integrada no quadro comum da Província, ganhando as mesmas características do resto do país, vivendo normalmente, uma vez que antes se singularizava pelas leis especiais que lhe marcam a fisionomia com restrições de tôda ordem.

Chumbo, salitre e manganês são explorados em escala mínima. Inicia-se também o aproveitamento das águas minerais, embora sem objetivo pròpriamente econômico.

Ensino técnico

A preocupação com a riqueza mineral colocou inúmeras vêzes a idéia de uma escola especializada. Quando a Assembléia Constituinte, em 1823, trata da criação de Universidades, Manuel Ferreira da Câmara propõe, em emenda, seja criada em Minas a Academia Montanística. A proposta se perdeu, como se perdem também as que são apresentadas no Conselho Geral da Província em diversos anos, criando cadeiras de Mineralogia e de Agricultura. O govêrno do Império criou o Curso de Estudos Mineralógicos, por decreto de 3 de outubro de 1832, mas a determinação não foi concretizada. Ela só seria real em 1876, com a Escola de Minas em Ouro Prêto.

Outras indústrias

Quanto a outras indústrias, assinale-se primeiramente a tecelagem, tradicional em Minas. Atividade que despertou temores em 1785, sendo tolhida, renasce com a presença de D. João. No Conselho da Província, já em 1825, Bernardo Pereira de Vasconcelos pedia que se instalassem filatórios e lembrava um como modêlo. E na reunião do Conselho Geral, em 1831, os membros aparecem patriòticamente com panos e chapéus do país, segundo se lê no relatório do Presidente Manuel Inácio de Melo e Sousa, que fala na necessidade de afirmar-se o país sem dependência do estrangeiro. Emprêsas importantes se organizam, como a Companhia Industrial Mineira, para uso de máquina de fiar e tecer, desde 1839 no Distrito das Neves, Têrmo de Sabará ou a fá-

brica de Cana do Reino, ou Cipó, em Conceição do Sêrro. Atentou-se para a cerâmica, prestando-se auxílio à fabricação de louça fina de Caeté.

Entre as indústrias de alimentação, destaca-se a açucareira, que se desenvolveu através de muitas unidades pequenas, na forma de "micro-engenho". Lembre-se ainda o esfôrço na fabricação do vinho, com iniciativas em diversas localidades, mas sempre em padrões modestos, bem como a indústria de laticínios, tradição que se mantém ao longo do período, em pequenas unidades que produzem para o consumo local e mesmo para a exportação, sendo o artigo uma das características mineiras.

Mão-de-obra

Em função das necessidades econômicas coloca-se o problema da mão-de-obra. Como esta fôsse constituída ainda em grande parte de escravos, sobretudo em Minas, que tem a maior população servil do país, considerando ainda o número reduzido de habitantes da Província para sua extensão, é que se cuida de aumentar e melhorar o contingente disponível para o trabalho. Nesse sentido, o Presidente Andréia sugere, em 1843, que o Govêrno contrate com uma companhia a vinda de africanos livres, uma vez que recusa o estatuto escravo. A idéia comum, porém, foi a vinda de europeus, sobretudo para as necessidades da agricultura. Se as autoridades do Império falam nas vantagens da presença do estrangeiro, para exemplo aos nacionais, já o presidente de Minas, José Cesário de Miranda Ribeiro, assinala, em 1838, a necsesidade de imigração e colonização. Sabe-se de providências anteriores, que não deram frutos, como a anunciada no relatório de Manuel Inácio de Melo e Sousa, de 1831: vinda para as margens do Rio Doce de 25 famílias estrangeiras, em acôrdo com o conselheiro privado do Grão-Duque de Baden, que veio à Província e observou o terreno. Entretanto, os movimentos de vulto nesse sentido, com as colônias agrícolas, só se verificam na sexta década do século.

Transportes

Lembre-se, afinal, a questão de transportes. Eram poucos e maus os caminhos da Província, em situação delicada por ser central. Bem escrevia em 1835 Limpo de Abreu que "as péssimas estradas são a chave encantada que de muitos anos fecha os tesouros da Província, tornando-os improdutivos". A resolver a dificuldade algumas autoridades se entregam, embora nem sempre acauteladas com os indispensáveis instrumentos: plano de trabalho, à vista de estudo do local e das condições de viabilidade das obras. Impunha-se bom conhecimento geográfico da região. Sabe-se que em 1835 se cogitava de um mapa, tarefa que ia sendo dificilmente cumprida; dada como feita em 1841, poucos anos depois, no entanto, vamos encontrar autoridades que lamentam a sua falta. Quando dispunham de conhecimento para traçar programa, não tinham os administradores recursos para o êxito na abertura de caminhos. Como a lei de emprêsas não dava resultados, por não garantir os capitais, aconselhava em 1836 Manuel Dias de Toledo:

"entendo que por todos os meios que couberem nas atribuições da Assembléia e do govêrno convirá fomentar-se o nascente espírito de associação, acoroçoando-se os capitalistas e facilitando as emprêsas desta natureza (construtoras de estradas), que concorrem diretamente para a prosperidade da Província".

Mostrando caminhos em situação de ruína, verdadeiros perigos de vida, assinala que o remédio está em contrato com particulares, uma vez que o Govêrno não dispõe de fundos. A falta de espírito de associação leva os capitalistas a não comprometerem recursos em companhias de êxito problemático, como se queixa Bernardo Jacinto da Veiga em 1840. A primeira Assembléia Legislativa cuidou atentamente do assunto, estabelecendo verdadeiro programa de obras: lei de 1835 fixou a construção de "quatro estradas principais, e tantas laterais, e sublaterais, e, pontes, quantos forem necessárias para facilitar a comunicação entre a capital desta Província, suas cidades e vilas". Com tôdas as minúcias, cuidava de calçamento, com pequenas pedras quebradas, para facilidade de carros; na forma abobadada, para escoamento de águas; de reparos e conservação diária; de critério rígido de indenização aos proprietários de terras; da criação de barreiras para cobrança de taxas itinerárias. Seu cumprimento exigia capital, assistência constante do Govêrno e muitos engenheiros. Como essas condições falhavam, não se deu seguimento ao plano. Várias obras, porém, tiveram início: logo se contratou a construção ligando Ouro Prêto a Queluz. O período não se distingue em iniciativas do gênero, quando se insiste sobretudo no aproveitamento dos rios como meio de transporte, em experiências sem maior êxito.

*
* *

Clima de rebelião

Os choques entre o liberalismo e as inclinações autocráticas do Imperador, ou entre os partidos brasileiro e português, que culminam com a Abdicação, não terminam com o movimento de 7 de abril de 1831. A Regência será mesmo o período mais convulsionado de tôda a história brasileira, com manifestações de rebeldia em quase todos os pontos do país. Minas vai ser palco de lutas em que se exprimem liberais ou restauradores. As fôrças que se constituem no Rio têm reflexo em outros locais, pois são generalizadas as correntes liberal, restauradora e moderada. A restauradora, se perde razão de ser com a morte de D. Pedro I, em 1834, unida uma parte aos moderados, vai compor o partido conservador, que dividirá com os liberais as responsabilidades do poder no Segundo Reinado.

Logo após o 7 de Abril começaram os choques dentro do partido nacional, que se compusera com o objetivo comum, compreendendo entretanto elementos muito diversos, que difìcilmente se manteriam. Os choques

eram fatais, uma vez que a Independência fôra feita pelos próprios grupos dirigentes; com a Abdicação, no clima de exaltação nativista e liberal, há a disputa no grupo vitorioso, complicada agora pela presença do elemento popular, que também se manifesta, dividindo-se entre as facções dominantes que o exploram. Discordâncias de exaltados e moderados propiciam o fortalecimento da corrente restauradora, que passa a ser integrada por alguns que se afastam do grupo antes unido, por motivos diversos, aliando-se aos membros do partido português. Interêsses momentâneos levam então a coligações que nem sempre têm solidez, pela falta de identidade entre os componentes. As mais diversas coligações foram feitas, inclusive a dos extremados nativistas e restauradores. No clima instável que é o da Regência há oportunidade para rebeliões de todos os tipos. Elas se multiplicam, embaraçando mais ainda a administração, que mal consegue impor-se.

Feijó, no Ministério da Justiça, tem de enfrentar os extremados. Poder-se-ia lembrar, nesses movimentos da capital do Império, a ação de mineiros, como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão; ou de um representante de Minas como Evaristo da Veiga; a decisiva participação de mineiros no preparado golpe parlamentar de 30 de julho de 1832, com o qual Feijó pretendeu abater os restauradores, erigindo a Câmara em Assembléia Nacional, com o afastamento do Senado, para reforma da Constituição, unidos no propósito moderados e exaltados. O golpe — a chamada "revolução dos três padres" — foi articulado na chácara da Floresta, residência do Padre José Custódio Dias e dêle resultaria uma nova Constituição. Começou a circular a Constituição que se denominou de Pouso Alegre, por ser distribuída na Câmara pelo deputado Padre José Bento Leite Ferreira de Melo, que a fêz imprimir na tipografia de seu jornal, editado em Pouso Alegre. Se os dois padres eram representantes de Minas, também o era Evaristo, defensor dos propósitos do Ministro Feijó na Câmara e na imprensa: para o malôgro do golpe contribuiu decisivamente a lentidão do processo na Câmara, que devia ser resolvido de pronto, sob o efeito da surprêsa, bem como a palavra de Honório Hermeto, em defesa da ordem tal como a organizava a lei. Não nos interessa, entretanto, focalizar mais que a história da Província, independentemente das atividades de seus representantes na esfera da política geral.

O período imediato à Abdicação é o que mais põe em jôgo a unidade nacional, pelos movimentos de rebeldia que se verificam em vários pontos do país, marcando a vida da Regência. Se êles nem sempre chegam a ter caráter separatista, são ameaça à ordem. Minas não faz exceção: exaltados, restauradores e moderados existem na Província e por vêzes lhes perturbam a fisionomia, como se pode ver sobretudo nos sucessos de 1833 e 1842.

Sedição militar de 1833

Exemplo de movimento sem consistência é o que se verifica em Ouro Prêto em março de 1833. A sedição militar que o resumiu resulta de longa e miúda luta entre defensores e inimigos do govêrno da Regência, que se organizam em sociedades e se exprimem nos órgãos do Legislativo e em polêmicas de jornais. A Província era presidida pelo Desembargador Manuel Inácio de Melo e Sousa, que se ausentou da Capital no dia 22 de março, sem passar a administração ao Vice-presidente Bernardo Pereira de Vasconcelos — membro mais votado do Conselho do Govêrno da Província —, dirigindo-se a Mariana. O vice-presidente, que se encontra em Ouro Prêto, informado de que haveria levante militar, assume imediatamente o poder, a fim de evitar efetivação do plano. Já era tarde, porém; as autoridades das armas e da Guarda Municipal não conseguem agir, pois o movimento é deflagrado logo na noite de 22 para 23, com a libertação, pelos revoltosos, de presos militares, vítimas políticas da situação, que passam a fortalecer o grupo, contando ainda, em parte com o apoio popular. A polícia não consegue articular-se para restabelecer a ordem.

A facção que se rebelou tem a liderança de partidários da restauração, que alegam o regime de perseguidos em que se encontram, principalmente da parte de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que desejaria — diziam — implantar a República, substituindo antigos servidores públicos por amigos e correligionários. Militares sobretudo queixam-se de violências. Além dêsses, outros funcionários, como os da Tesouraria Provincial. Vasconcelos, por sua importância em Minas e pela projeção que tem na política geral do país, temido e mesmo odiado pelos adversários, é a figura central do momento, atraindo as iras dos restauradores. Motivos menores também alimentam a insatisfação, como o aumento do impôsto sôbre aguardente e a proibição de enterramento nas igrejas. Se à frente se encontravam elementos ligados à causa da restauração, inteiramente sem perspectiva de êxito, o certo é que não levantaram essa bandeira; insistiam apenas em queixas de perseguidos, capitalizando assim os ressentimentos de quantos viviam indispostos com a situação, e manifestavam apoio ao govêrno central e ao sucessor de D. Pedro I, seu filho ainda menor, "amado e inocente Imperador", como consta da proclamação de Manuel Soares do Couto. Os restauradores estavam com mais ânimo desde o malôgro do projetado golpe de Feijó, em 1832.

Com a revolta não consegue reunir-se o Conselho do Govêrno, convocado pelo poder legal. A tropa inquieta impõe condições, como a deposição do presidente, demissão e prisão do vice-presidente e do conselheiro do Govêrno, Padre José Bento Leite Ferreira de Melo. Recusadas, pela firmeza de Vasconcelos, apesar das tentativas do ouvidor da Comarca, intermediário entre as partes, recrudesce a agitação. Os rebeldes aclamam vice-presidente Manuel Soares do Couto, que logo passa a agir como autoridade, substituindo comandos militares, reorganizando a tropa e sus-

pendendo jornais. Os elementos mais visados são Bernardo Pereira de Vasconcelos — de quem se fazem as maiores queixas, não pròpriamente de Melo e Sousa — e o conselheiro do Govêrno, Padre José Bento, cujas prisões são exigidas pela tropa. Concede-se que se dirijam ao Rio, para participação nos trabalhos da Câmara dos Deputados: saem de Ouro Prêto para Queluz com escolta, que aí os deixa. Manuel Soares do Couto instala-se no palácio, comunica-se com as Câmaras e com o Ministério.

Enquanto Melo e Sousa, presidente legal, hesita, Vasconcelos segue viagem, e em Queluz e Barbacena recebe manifestações de solidariedade. Ante o ofício da Câmara de São João del-Rei, que o concita a repelir a sedição e a instalar o govêrno naquela cidade, Vasconcelos adere à idéia, lá restaurando a legalidade, no dia 5 de abril, exercendo o govêrno, com a adoção das providências requeridas, até o dia 10, quando o transmite a Melo e Sousa. Os manifestos de Vasconcelos aos mineiros ecoam favoràvelmente: as Câmaras começam a dar pronunciamentos de condenação à revolta, secundadas pela Guarda Nacional e pelos chefes políticos, que se congregam em sociedades, comuns na época em todo o país. Só as Câmaras de Ouro Prêto, Mariana e Caeté não deram apoio imediato ao govêrno de São João del-Rei, a primeira pressionada pelo govêrno rebelde, as outras por equívoco. Ante a condenação da revolta pela Regência, fortalece-se a legalidade. José Maria Pinto Peixoto, que vimos em atitude ambígua nos acontecimentos de 1821 e 1822, é enviado para dirigir as fôrças de combae ao govêrno de Ouro Prêto, contando com as municipalidades e a Guarda Nacional. Pinto Peixoto trazia carta de nomeação de presidente, mas não quis tomar posse enquanto não fôsse reinstalado Melo e Sousa, pois julgava que, tomando posse, em tais circunstâncias, ia "contemporizar com os facciosos", como escreveu em carta. Essa nomeação, logo no princípio da luta, embora não divulgada, enfraqueceu a autoridade de Melo e Sousa e explica suas hesitações e desânimo. Feita a convocação, em pouco se formou tropa contando mais de 6.000 membros da chamada milícia cidadã de diferentes pontos da Província. Em direção de Ouro Prêto seguiram os legalistas, travando-se então combates, o principal dos quais foi o de 9 de maio, em José Correia, com muitos feridos e 18 mortos (14 entre os rebeldes, que eram minoria e estavam em posição desvantajosa no terreno). Retirando-se para Ouro Prêto, ainda pensaram os sediciosos em compor o quadro, entregando-se mediante condições, que foram recusadas pelo chefe da fôrça legal. Caeté e Mariana submetidos, depois de esperar a resposta dos revoltosos, Pinto Peixoto marchou para a Capital, lá entrando dia 23 de maio. Não houve combates, faltavam condições aos rebeldes.

Paz e julgamento

A Província, conturbada durante dois meses, voltava à ordem, Melo e Sousa reassumindo o govêrno na Capital dia 26. A carta de nomeação que a Regência dera a Pinto Peixoto não foi

usada, pois não lhe pareceu conveniente a posse. Não se desenvolve, no entanto, trabalho capaz de pacificar os ânimos, uma vez que se instauram processos sem conta e a perseguição tenaz aos revoltosos, que levam ao cárcere, sobretudo em Ouro Prêto, muitas pessoas, notadamente militares. Em clima de terror policialesco, os processos apontavam responsáveis, envolvendo alguns por simples conhecimento dos sediciosos. Nos processos que se conhecem, a pena foi extremamente severa, com prisões perpétuas ou por 28 anos, simples ou com agravante de galés. Ante as perseguições, o Govêrno Regencial teve que interferir, para amainar os ódios, diminuindo penas de júris vingativos ou concedendo auxílio às vítimas, como se vê nas comutações para degredos em outras Províncias de condenados. O procedimento do ministro da Justiça, nessa direção, valeu-lhe o combate aceso no jornal do Rio O *Sete de Abril*, orientado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. A anistia geral, votada pelo Senado, foi tolhida pela Câmara dos Deputados, que se mostrou mais atenta aos pedidos de rigor que de clemência. O Govêrno só pôde decretar a anistia em 19 de junho de 1835, quando a Província conhece a paz, encerrando-se o episódio que se tem chamado de "revolução do ano da fumaça", pelo fato de se ter assinalado em 1833 em quase tôda a Província espêssa neblina, durante alguns dias, de modo a atemorizar as pessoas simples.

Todos êsses acontecimentos, do início da revolta à repressão, repercutiram na Côrte, no Parlamento e sobretudo na imprensa, que vive o seu período máximo de vigor de combate na história brasileira, que é o início da Regência: os órgãos liberais e os caramurus dão conta de tudo à sua maneira, empenhados que estão no ataque ou na defesa de Vasconcelos, figura central do movimento. Êle, como homem de govêrno, foi quem mais despertou as animosidades traduzidas no levante militar: sua energia, no exercício do poder, contribuiu para o combate que lhe fizeram.

Prova da exacerbação da época está na campanha movida na Câmara dos Deputados contra Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro da Justiça, apontado de conivência nos sucessos sediciosos: seu comportamento foi visto pelos adeptos da situação em Minas como de simpatia pelos rebeldes caramurus, natural para êsses críticos no ministro, amigo, primo e cunhado de um dos chefes da sedição, Manuel Soares do Couto. De fato, logo no início do movimento é nomeado Pinto Peixoto presidente da Província, o que enfraquece a situação em Minas e revigora seus inimigos: apesar dos instantes apelos do ministro, êle não toma posse. Conhecem-se também queixas de falta de fornecimento de material por parte do Govêrno. E os membros que se arvoram em autoridades têm notícia de tudo, o que faz supor comunicação com o Ministério, como pensavam Melo e Sousa e Pinto Peixoto, pelo que se deduz de suas cartas. Êsse contato com Rio explicaria a resistência dos rebeldes por tanto tempo. O combate ao ministro, no Parlamento e na imprensa, levou-o a renuncia à pasta e acirrou a divisão de fôrças políticas na Província entre Honório Hermeto e Vasconcelos,

autoridades de prestígio no plano nacional e que disputavam a proeminência nos quadros provinciais. Se os dois políticos muitas vêzes se encontravam na defesa dos mesmos pontos, freqüentemente se desentenderam nas questões da unidade que representavam. A luta entre os dois chega a ponto de, na eleição de um deputado em 1834, pedir-se o pronunciamento dos eleitores sôbre a validade do título de deputado de Honório Hermeto: como parte apreciável se manifestasse como não sendo êle mais merecedor de confiança, pretendeu-se tirar-lhe o direito ao exercício do pôsto, arrastando-se na Câmara o processo original, que terminou com a derrota do pensamento de Vasconcelos — nulidade do diploma do companheiro, com alegação de que cometera crime contra a lei quando ministro —, mantendo-se o mandato que se questionou. Outra prova das paixões da época está no comportamento de Antônio Paulino Limpo de Abreu, que se negava a tomar conhecimento dos *habeas corpus* concedidos aos sediciosos, que se bateu contra a anistia na Câmara e preferiu exonerar-se da presidência da Província de Minas a cumprir o decreto imperial, de 12 de novembro de 1834, de comutação em degrêdo de 15 anos para o Rio Grande do Sul da pena de galés perpétuas imposta pelo júri de Mariana ao Major João Reinado Vera e Bilstein, implicado na sedição.

As leis liberais e o "Regresso"

A sedição de 1833 foi o principal movimento assinalado em Minas durante a Regência. Pouco depois, como reflexo do Ato Adicional à Constituição do Império, o govêrno da Província passa a ter mais atribuições e inicia o seu trabalho a Assembléia Legislativa. Se o intuito da reforma foi conceder autonomia às várias unidades, para que o objetivo se efetivasse era necessário que a lei fôsse feita de modo mais rigoroso, para bem delimitar atribuições. De pouco valia criar Assembléia com alguns podêres se os mais significativos ficavam com o govêrno central e o presidente continuava de nomeação, para fazer o jôgo do Ministério. Sem esferas geral e provincial convenientemente especificadas, o Ato Adicional foi lei ambígua, feita com imprecisão que a tornou quase impraticável: em vez de resolver as dúvidas existentes, criou muitas outras, de modo a tornar a administração um emaranhado de dificuldades. E os problemas de competência se multiplicam, sobretudo nos setores financeiro e judiciário, exigindo constantes pronunciamentos. Essa situação fundamentará a lei que vai ser feita em 1840, de modo a desvirtuar o espírito descentralizador da reforma: a chamada "lei de interpretação" faz mais do que seu nome sugere, pois é verdadeira adulteração do que se pretendeu em 1834.

Com essa reforma e as demais "leis reacionárias", expressão do processo "regressista" que se vive na época, está criado o quadro que vai ser a garantia da ordem e explicará a estabilidade do Segundo Reinado. As concessões liberais do Código do Processo e do Ato Adicional apenas refletem a pressão de grupos exaltados da Regência, então suficientemente fortes para se imporem. A lei de maio de 1840 é vitória do espírito centralizador.

As "franquezas provinciais", novas e nem sequer suficientemente experimentadas, sofriam golpe. Essa conquista é secundada por outras, como a lei de dezembro de 1841, que reforma o Código do Processo Criminal, além de leis que tratam de problemas menores, como a de novembro, que restabelece o Conselho de Estado. Na verdade, ligam-se tôdas, no complexo de fortalecimento da autoridade e de defesa da união das várias partes do Império, autoridade e união que os conservadores viam ameaçadas pelas rebeliões que se assinalaram em quase todo o país, no entender dêles pelo liberalismo das leis que tudo concediam ao cidadão, sem armar o Govêrno para a conveniente defesa. Na década da Regência, se os exaltados chegaram a pensar na transformação do regime, instituindo-se a República, se os restauradores conceberam a volta de D. Pedro I, os moderados é que imprimem rumo aos acontecimentos. De fato, da Abdicação ao Ato Adicional assiste-se à vitória dêles, em hábeis combinações com as correntes extremadas, a fim de garantir a sobrevivência da ordem. Ante as rebeliões, aguçou-se a consciência dos grupos dirigentes, com o encontro de fórmulas adequadas por parte do espírito conservador, que define com segurança o seu rumo.

Antecedentes da revolução de 1842

No quadro de rebeliões, tão vivo no período regencial e no início do Segundo Reinado, é que se deve inscrever a revolução que teve lugar em 1842. Ainda que menos interessante, do aspecto social ou político, que os movimentos verificados no Pará, no Maranhão, na Bahia ou no Rio Grande do Sul, a revolução de 1842 merece o exame do historiador. Em Minas foi ela o último eco de inquietação: apaziguados os ânimos, o Província cairia na tranqüilidade e na rotina, sem outras exaltações que não as lutas partidárias pelo poder.

No fim da Regência os partidos liberal e conservador já estavam organizados. As simples facções do Primeiro Reinado e do início do período regencial haviam-se definido na busca de rumos e na defesa de seus interêsses, amadurecendo nos partidos que marcam a cena do govêrno de D. Pedro II. Como os conservadores estivessem no poder, os liberais tramam o golpe da Maioridade, que será bem sucedido na revolução parlamentar de 22 de julho de 1840. Vitoriosa, organizam gabinete que terá curta duração. Ascendendo surpreendentemente ao govêrno, os liberais entregam-se à política partidária para vencer as eleições que se aproximam. Obtêm a desejada maioria, mas crise interna leva à renúncia o ministério, que desde o princípio mal pôde agüentar-se, pelas divergências profundas entre os seus membros. Convocados os conservadores, organizam gabinete em 23 de março de 1841. Começa a dança dos partidos, após uma situação liberal de apenas oito meses. O ministério cuida, inicialmente, de dissolver a Câmara eleita: nas sessões preparatórias, em abril, liberais elegem o presidente e o secretário, êste o mineiro José Antônio Marinho. Como a Câmara deve ser oficialmente instalada em 3 de maio, decreto de 1.º do mesmo mês a suprime, com alegação de que fôra viciado o processo de

escolha dos parlamentares, por fraudes e pela geral interferência do gabinete. Os situacionistas não deixariam de usar a medida, sem a qual não poderiam governar.

Dissolvida a Câmara, pela primeira vez exercitava-se essa faculdade do Poder Moderador, repetida depois algumas vêzes. Estranhava-se o procedimento, se a Câmara ainda não se pronunciara uma vez sequer, lembrando-se o mal-estar causado pela providência de D. Pedro I relativamente à Constituinte, em 1823. Se o sentimento liberal já se aguçara com as chamadas leis reacionárias, agora se exacerba com a dissolução de uma Câmara liberal e com a perspectiva de eleição próxima, na qual a vitória seria necessàriamente conservadora. A solução é a volta às sociedades secretas, aos clubes que tanta importância tiveram em lutas anteriores. Tal como o Clube da Maioridade, forma-se o Clube dos Patriarcas Invisíveis, espécie de prolongamento daquele. A sociedade teria filiados também em São Paulo e Minas, com a generalização de suas lojas. Novamente se uniam as duas Províncias e o Rio Os interêsses contrariados de liberais é o que dá fôrça ao movimento, não a pureza dos princípios pelos quais diziam bater-se. Contra a execução das leis de 1841 paulistas e mineiros fizeram protestos: a violência da linguagem da representação da Assembléia paulista fêz que não fôsse ela recebida pela autoridade; os pronunciamentos de Câmaras mineiras contra as mesmas leis também não tiveram eco, respondendo o govêrno geral à de Barbacena, por exemplo, em 10 de dezembro de 1841, que as Câmaras são corporações administrativas, não políticas, ao mesmo tempo que suspendia os seus vereadores. A pregação de protesto pelas armas é então feita por paulistas, para que D. Pedro II governasse apoiado outra vez nos liberais. Pensava-se em aliança com os rebeldes já antigos do Rio Grande do Sul. Combinada a revolta, buscou-se apoio entre deputados mineiros: São Paulo iniciaria a ação com a responsabilidade principal, seguido de Minas, com "manifestação que distraía as fôrças legais".

Desde 1837, com a queda de Feijó, Minas tem presidentes conservadores, que se entregam à política do interêsse de sua facção; o principal foi Bernardo Jacinto da Veiga. Manipulando eleições, os conservadores fazem maioria no Legislativo Provincial, para o período de 1840-41, em face dos liberais agora unidos, depois de algumas divergências ao início da situação conservadora. Liberais haviam dominado os cinco primeiros anos dêsse Legislativo. O ministério que se segue à Maioridade não envia à Província presidente que imprima sua marca aos negócios. Repostos no poder os conservadores, em março de 1841, as autoridades que mandam à presidência são mais decididas. Cabe-lhes a execução das "leis reacionárias", e cumprem com rigor a tarefa. A 1.° de maio, decretada a dissolução da Câmara, a Assembléia Legislativa começa o funcionamento dia 3, para logo ter adiado o seu trabalho, primeiro para julho, depois para outubro. Todos êsses acontecimentos em Minas, além dos princípios feridos

pelas leis malsinadas e uma reforma da lei eleitoral, criam clima propício à rebelião.

São Paulo e Minas

Não há diferença assinalável no desenrolar dos sucessos nas duas Províncias. A 17 de maio movimentam-se paulistas, proclamando em Sorocaba presidente interino Rafael Tobias de Aguiar, que fôra derrubado da presidência pelo nôvo ministério em 1841. A trama consistiu na busca de alianças, no apoio de diversas municipalidades, na formação de grupos para a luta, em proclamações e manifestos. Entre os políticos de prestígio que aparecem no cenário, destaca-se o ex--regente Feijó, no último ato de sua carreira, agora revolucionário. Os amotinados fazem marchas e contramarchas, sem plano objetivo, não ousando atacar a Capital. Feridos alguns encontros entre legalistas e rebeldes, já a 20 de junho Caxias, chefe das fôrças nomeado pela situação, submetia os correligionários de Rafael Tobias de Aguiar, em Sorocaba. A Província fôra isolada, de modo a não receber auxílios de Minas nem do sul: o Rio Grande não podia socorrê-la, enquanto a Comarca de Curitiba se retraía, com a promessa de desligamento de São Paulo, efetivamente cumprida algum tempo depois, com a criação da Província do Paraná. A ação durara pouco mais de um mês. O chefe rebelde, ao perceber-se vencido, abandonou o campo.

O movimento mineiro

A causa já estava perdida para os paulistas, embora houvesse ainda ilusão a respeito, quando os mineiros entram na luta, por fidelidade à palavra. Teófilo Otoni, que se encontrava no Rio e tinha notícia das derrotas em São Paulo, empenha-se no compromisso e parte ao encontro dos companheiros. Desde o princípio de junho que é combinado o dia 10: na manhã dêsse dia, em Barbacena, uma vez que não é possível Ouro Prêto, o batalhão da Guarda Nacional aclama José Feliciano Pinto Coelho da Cunha presidente interino da Província. O objetivo da ação é "livrar o nosso adorado monarca da coação em que o tem pôsto a oligarquia hoje dominante", como se lê no ofício da Câmara de Barbacena que convoca para a posse o nôvo presidente e pela resposta da mesma autoridade, bem como por suas proclamações e manifestos. No primeiro dêstes, a 10 de junnho, é interessante realçar, além da defesa dos direitos dos cidadãos, ameaçados pelas novas leis e seus executores, a referência à submissão do Govêrno ao estrangeiro, com prejuízo de todos. A nota de exaltação nacionalista é provocada pela assinatura próxima do Tratado de Comércio em que seriam renovados privilégios concedidos aos inglêses, o Govêrno temendo a oposição dos novos parlamentares a êsse propósito. É referência vaga, que não se repete nem se esclarece, de modo que fica sem importância. Edital de 11 de junho, da Câmara de Barbacena, afirma que "o objeto principal do movimento político (é) sustentar a Constituição política do Império, o trono (...) e defender êstes sagrados objetos dos ataques que lhe eram feitos diretamente pela lei das reformas dos Códigos".

Em circular às Câmaras Municipais, o Govêrno instaurado ordenava que se anunciasse por editais que não se devia obedecer às autoridades criadas pela lei da reforma do Código do Processo; cuidou ainda de substituir oficiais civis e militares, criou corpo de guardas municipais permanentes, cogitou de empréstimos de 40 contos, depois elevado a 100 contos, sem falar na suspensão da lei da reforma judiciária. Enquanto José Feliciano — o "presidente intruso" das referências dos documentos de adversários — governa Barbacena ou São João del-Rei, o presidente legal, Bernardo Jacinto da Veiga, que não foi surpreendido pela revolta, pois a temia, pelas articulações visíveis dos oposicionistas, trata de comunicar-se com o ministério e as Câmaras e organizar a defesa. Em ofício do dia 12 ao ministro da Justiça, quase nada sabia do movimento, nem mesmo do nome de seu chefe. Em 1842 a Província tinha 42 municípios, dos quais apenas 15 aderiram à causa liberal. Se para os rebeldes os legalistas são os defensores de uma oligarquia que espezinha as liberdades e vive de ambições, o ministério é infame, corrupto, traidor, para os legalistas os rebeldes pretendem a anarquia, a desordem, constituem oposição desvairada e frenética, são "uma infame horda de anarquistas e canibais sedentos de sangue", depravados e outras palavras fortes, como se vê na farta documentação deixada pelas facções.

Sem plano objetivo de ação e meios apreciáveis para o êxito, José Feliciano passa-se para São João del-Rei, em 17 de maio, iniciando o processo inconseqüente de marchas e contramarchas, que a nada podiam levar, senão ao desgaste de recursos. José Antônio Marinho, chefe rebelde e principal historiador dos acontecimentos, censura a lentidão das operações. A seu ver, o primeiro êrro foi dispersar as fôrças da Guarda Nacional que haviam acorrido ao ato de aclamação de José Feliciano: estas deveriam marchar para São João del-Rei, o que só foi feito alguns dias depois. Marinho pensava que de lá se devia marchar logo para Queluz e de Queluz para Ouro Prêto, ainda em junho.

Enquanto os rebeldes não se definem com rapidez, o Govêrno do Império toma providências de defesa da ordem, mandando que em Minas e São Paulo se observem as leis militares; suspensão de garantinas constitucionais, não só nas duas Províncias, como na do Rio de Janeiro e na capital do Império; chama a Guarda Nacional para as armas; cogita de aplicar o dispositivo do Código Criminal sôbre os bens dos insurgentes, uma vez que êstes dispuseram do dinheiro público e obstaram as arrecadações; prende e exila autoridades. O esfôrço do Govêrno Imperial é poderosamente secundado por Honório Hermeto Carneiro Leão, na presidência da Província do Rio de Janeiro, que se empenha na defesa da legalidade, como chefe conservador conseqüente que é; Honório Hermeto colabora não só com as sugestões de político experimentado e de mineiro que conhece a sua região e seus homens como com a decidida ação na parte mineira que está próxima da unidade que dirige — a Mata e o Sul —,

organizando fôrças em diversos municípios fluminenses, a serem enviadas para a área convulsionada.

Bernardo Jacinto da Veiga preparava-se para defender a Capital e a ordem, dispondo de uns 3.000 homens para a ação, enquanto os rebeldes também aumentavam o recrutamento, falando de vitórias em São Paulo e no Rio Grande do Sul, que logo restabeleceriam o poder dos liberais. De São João del-Rei, em 26 de junho, dirige-se José Feliciano a Queluz, para regressar a São João, local escolhido para a Assembléia Legislativa que convoca, uma vez que não pode reuni-la em 1.º de julho em Ouro Prêto, como era seu propósito inicial. Essa retirada do presidente causou péssima impressão, vista como fraqueza dos rebeldes, sem condições para tomar a Capital: o maior êrro cometido, afirmou José Antônio Marinho. Os insurgentes conservaram-se, com pequena fôrça, em Queluz, mas aí, como em outros pontos, em simples atitude de expectativa, defendendo-se, sem ousar o ataque. Na defesa, Antônio Nunes Galvão obteve algumas vitórias, como a de 4 de julho, fazendo recuar fôrça legalista com um punhado apenas de rebeldes. A reunião da Assembléia em São João, em 17 de julho, foi malôgro, uma vez que apenas 13 deputados a ela compareceram, concluindo pela impossibilidade de funcionamento regular e pela aprovação de todos os atos do presidente, os "que tem praticado e houver a praticar". Estava claro, como dizia Marinho, que "era tempo de combater e não de deliberar".

Adesões, escaramuças e combates verificam-se em diferentes pontos, com pequeno número de vítimas nas duas partes. A principal vitória dos rebeldes foi em Queluz, em 26 de julho, quando fizeram ofensiva cêrca de 1.300 homens, sob o comando de Antônio Nunes Galvão, que já aí estivera, abandonando-a por falta de reforços; os legalistas, em número menor, desbaratados, foram perseguidos quase até Ouro Prêto, para grande entusiasmo dos rebeldes. Entretanto a vitória não foi aproveitada. Em vez do ataque à Capital, ordena-se a retirada para outro ponto, desnorteando a tropa. Galvão foi contra o ataque, defendido por Otoni. José Feliciano sabia da situação paulista e do malôgro de suas próprias fôrças em várias frentes, como em Tamanduá, ao sul de São João del-Rei, em Mariana. Divulgada a derrota dos paulistas, pensou-se na suspensão das hostilidades. Manuel de Melo Franco foi dos primeiros a pensar na proposta de paz, com a condição da anistia. As derrotas sucessivas e a vinda de Caxias no fim de julho (embora nomeado dia 10), para dirigir os legalistas, mais desanimam os rebeldes, cujos mentores temem o ataque à Capital, preferindo operações menores até que apareça o instante favorável à deposição das armas. No Conselho reunido em 6 de agôsto não se aprova marcha para Ouro Prêto, mas para Sabará, que é conquistada. Entre os mais ardorosos há o pensamento de ação audaz, inclusive a mudança da presidência, que passaria de José Feliciano a um Teófilo Otoni, por exemplo:

o efeito negativo que teria a substituição impede que se ponha em prática a idéia.

Episódio final

A 6 de agôsto Caxias já está em Ouro Prêto, iniciando o estudo das condições para a batalha decisiva, uma vez que os vários focos estavam pràticamente pacificados. Os rebeldes, entretanto, deslocam-se para Sabará e depois para Santa Luzia. Negociações são feitas entre os rebeldes e Caxias, para término do conflito, sem que a iniciativa fôsse do conhecimento de todos, pelas dúvidas que minavam o Conselho dos insurgentes, constituído de temperamentos opostos com José Feliciano e Teófilo Otoni, um tímido, outro exaltado. Daí a não aceitação de propostas de ataques ou de confiscações de recursos, feitas por Otoni. Na véspera da luta decisiva, José Feliciano abandona o acampamento, com efeito desastroso sôbre os correligionários, apesar das cautelas dos que tentam negar o acontecido. O presidente interino abandona o terreno, como o fizera o de São Paulo, que também não assistiu ao encontro final. No dia 20 de agôsto fere-se o choque que vai decidir tudo. É numeroso o exército revolucionário, disperso em tôrno de Santa Luzia, quando enfrenta o inimigo; se os legalistas dispõem de menor número, estão entretanto mais equipados. O combate é antecipado pelos rebeldes, uma vez que os governistas pretendiam fazer o ataque dia 21, quando se uniriam suas várias colunas. Como os rebeldes estivessem em ponto privilegiado do terreno, Caxias usou todos os recursos para desalojá-los do alto de Alcobaça, em que se encontravam, por inteligente disposição: após muito fogo trocado, sem vantagem para os legalistas, inferiorizados em número e em local, êstes fizeram retirada, por manobra estratégica ou por necessidade. Como era de seu desejo, os inimigos perseguiram-nos, abandonando a posição favorável. A coluna que faltava unir-se aos legalistas, chegando ao local, pôde ocupar a posição, quando os comandados de Caxias voltaram, deixando a fôrça rebelde sob dois fogos, agora em situação insustentável, forçada a render-se ainda no dia 20. Considerando os muitos fatôres adversos, foi extraordinário o desempenho revolucionário nessa luta, cuja decisão dependeu muito da sorte. Grande número de mortos e feridos dos dois lados, sobretudo entre os insurgentes, que tiveram ainda alto número dos seus como prisioneiros, cêrca de 300, inclusive os principais chefes. Não quiseram continuar em combate, ainda que dispusessem de recursos, pela falta de qualquer perspectiva.

Prejuízos e pacificação

Terminava a luta, que se arrastara mais entre mineiros que entre paulistas. Se muitos sofrimentos tiveram os rebeldes, o Govêrno soube comemorar sua vitória, com uma recepção a Caxias, três noites de iluminação excepcional, festas religiosas e profanas, como o baile do palácio presidencial. Não de pronto, entretanto, desapareceram as mágoas entre a população. Durante a luta foi profunda a divergência: os grupos usaram de recursos ao seu alcance, não faltando as invenções para captar adeptos, atribuindo ao inimigo propósitos

sinistros, principalmente da parte dos rebeldes, que apresentavam o govêrno legal de Minas como agente de manobras contra a família, a religião, a lei; por sua vez, os legalistas também atribuíram os piores propósitos ao inimigo, e, vencedores, cometeram abusos, como mortes, roubos, excessos de todo tipo, sem falar na ação do presidente e seu chefe de Polícia, como se lê no relato apaixonado de José Antônio Marinho.

A Província, talada pela guerra, sofreu prejuízos em todos os sentidos. Sua parte mais rica estêve comprometida nos sucessos: com a suspensão das atividades normais, ou pelo menos com o seu retraimento, passou a produzir pouco, além de ter que realizar gastos, sem falar no grande número de vítimas, mortos e feridos. A revolução cingiu-se a São Paulo e Minas, desfazendo as esperanças dos seus adeptos: se o centro no início foi a Capital do Império, na fase das articulações, ela não saiu dêsse terreno para a luta, por motivos óbvios; no Rio de Janeiro, embora planejado o levantamento, a vigilância do Presidente Honório Hermeto impediu a eclosão, ao mesmo tempo em que sua energia só fêz ajudar o govêrno geral a reprimir o que de irregular se passava nas terras vizinhas; nas províncias do Nordeste e do Norte chegou-se a pensar no movimento, sem que qualquer providência significativa fôsse assentada, por falta de meios e de programa em perspectiva nacional. A esperança estava no Rio Grande do Sul, envolvido em lutas, mas nada de positivo se fêz, pelas dificuldades surgidas.

Feita a paz, os insurgentes presos ou refugiados são submetidos a processo, em clima tenso de perseguição. Êles próprios quiseram o processo, pois, exposta em público a questão, poderiam justificar-se, mostrando que não haviam feito crime, mas resistência legal. O tribunal do júri que os julgou concedeu a todos liberdade, para desgôsto do Presidente Bernardo Jacinto da Veiga, que se queixou da impunidade em que ficaram, secundado na queixa pelo seu chefe de Polícia Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. Para dirigir a Província vem Francisco José de Sousa Soares de Andréia, ultraconservador, que faz govêrno severo, mas sem excessos, cuidando de tudo, até de minúcias às vêzes pitorescas. A anistia foi decretada pelo Imperador em 14 de março de 1844. Como acontece sempre, no entanto, ressentimentos e desejos de vingança ficaram a marcar muitas pessoas, de ambos os lados, sobretudo nos meses que se seguem à revolução. Com o tempo diluem-se as queixas. Chega-se mesmo a proclamar que o movimento não era o caminho mais indicado, como se vê no que escreve Teófilo Otoni na *Circular* de 1860: "Creio sinceramente que mais teria ganho o sistema constitucional, se (...) a oposição mineira, em vez do recurso às armas, de preferência empregasse contra o Govêrno os meios pacíficos que ainda lhe restavam". As queixas se diluem, principalmente depois que os conservadores saem do poder e os liberais, convocados, não tomam providências para a reforma das leis pelas quais diziam ter-se levantado em armas. De fato, dominando de 1844 a 48, os antigos

rebeldes percebem que elas são essenciais para a defesa da ordem, cuidando de conservá-las.

Com a revolução de 1842 Minas termina o ciclo de agitações. Organizara-se de modo a ficar em sintonia com a política do Império. Se antes se distinguia de outras unidades, agora vai igualar-se a tôdas, ao compasso uniformizador do govêrno central. Já é a terra que se tornou lugar-comum ver como tranqüila, na elaboração de estereótipos em que se comprazem os que buscam fixar as linhas de um caráter das regiões. No quadro de unidade que o país apresenta desde o Segundo Reinado, seguindo-se à dispersão do início, a Província de Minas é nota que está em harmonia com as demais.

DISPERSÃO E UNIDADE

LIVRO QUINTO

AS PROVÍNCIAS DO SUL

CAPÍTULO I

SÃO PAULO

A notícia de John Mawe

"DURANTE nossa estada começou a circular o desagradável rumor de que o pôrto de Lisboa estava fechado aos inglêses e de que se esperava a todo momento uma declaração de guerra entre os dois países. Não fôra a gentileza do governador, que se prontificou a nos deixar sair antes de vir ordem em contrário, seria bem aflitiva a situação. Logo depois, no entanto, chegou a notícia de que S. A. R., o Príncipe Regente saíra do Reino com tôda a Côrte, embarcando para os Brasis (*the Brazils*) escoltado por uma frota às ordens de Sir Sidney Smith. A nova foi jubilosamente acolhida entre os brasileiros: julgavam, é certo, que a ocupação de Portugal pelos franceses teria conseqüências provàvelmente desastrosas, mas consolavam-se com a esperança de acolhêrem um Príncipe que tôdas as bôcas exaltavam com eloqüência, e uma dinastia que todos os corações amavam com lealdade. Considerava-se já criado o império brasileiro, e o Reverendo Bispo celebrou o ditoso acontecimento mandando rezar preces diárias à Providência Divina pela feliz chegada da Real Família"(1).

Colhido por John Mawe em S. Paulo, justamente ao limiar de uma era tão notável para esta América ainda portuguêsa, o flagrante serve admiràvelmente de introdução ao estudo das condições da velha capitania nos anos que antecedem ao 7 de Setembro. Não faltaria até quem vislumbrasse uma sugestão premonitória nas palavras onde o negociante e colecionador londrino aponta para a opinião que já dá por estabelecido o império brasileiro com a presença da Côrte. Se é certo que não cabe atribuir à observação um conteúdo e valor que só poderá vir a ganhar alguns anos depois, parece fora de dúvida que ela capta, embora em estado nascente, uma aspiração mais ou menos generalizada que tende ràpidamente a amadurecer e frutificar desde o instante em que se fixe no Rio de Janeiro a sede da monarquia lusitana. Ao lado disso, torna-se particularmente significativa por ocorrer em terra e entre gentes que, mais do que outras no Brasil, vão ter papel conspícuo na elaboração da Independência.

---

(1) John Mawe, *Travels in the Interior of Brazil; with notices on ites Climate, Agriculture, Commerce, Population, Mines, Manners and Customs and a Particular Account of the Gold and Diamond Districts*, Londres, 1821, págs. 118 e segs.

1. ANTES DO 7 DE SETEMBRO

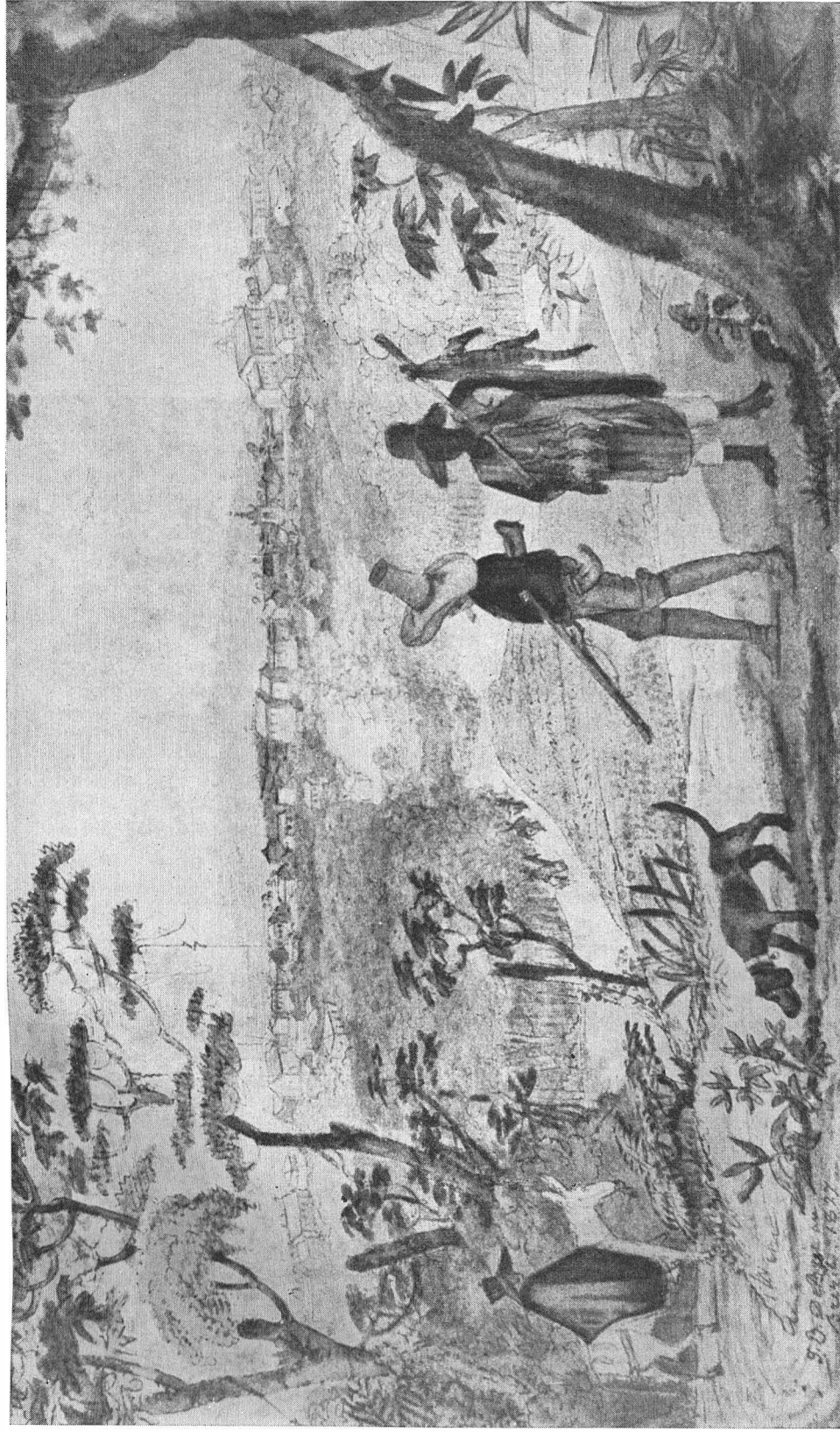
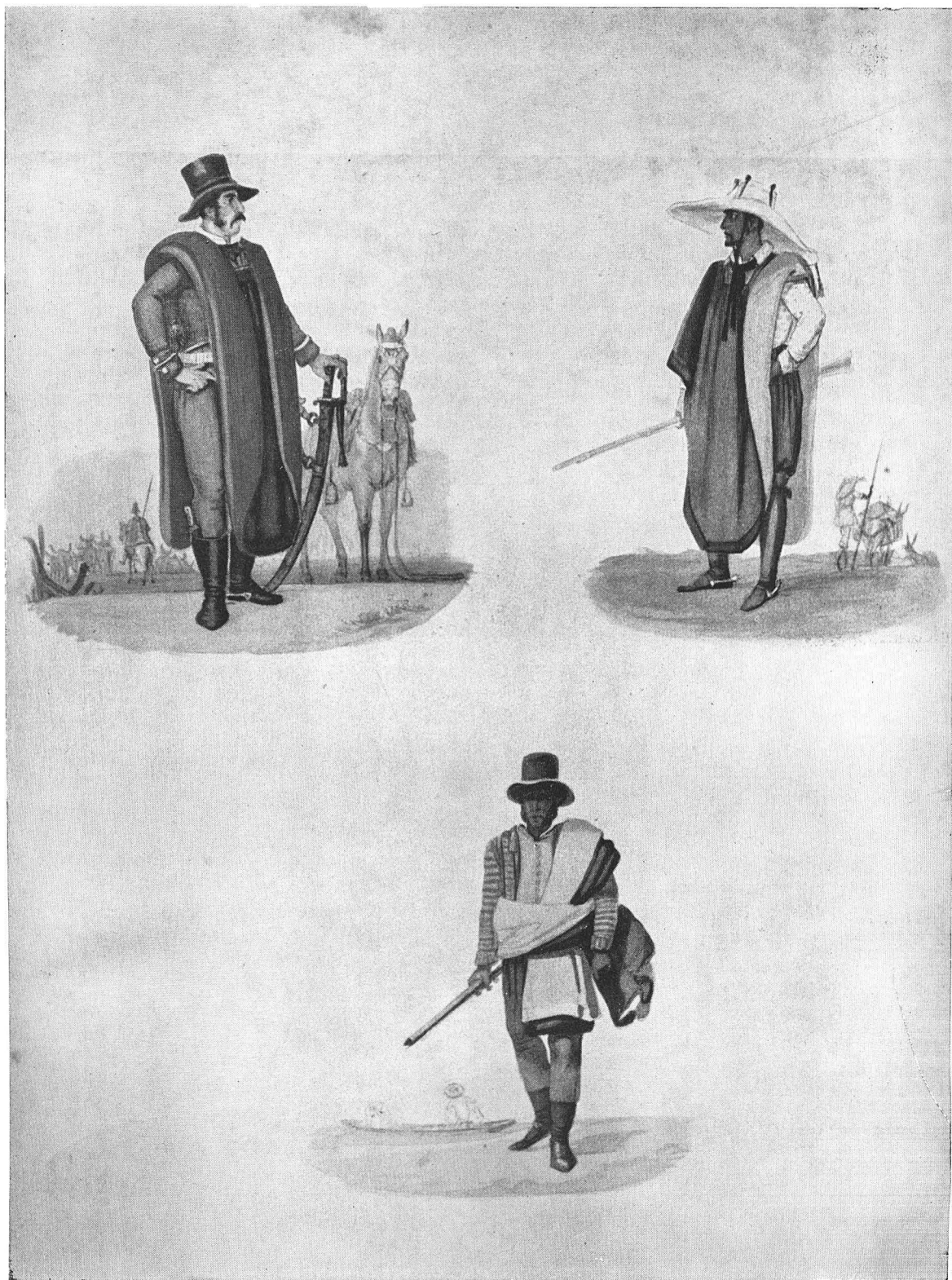
A vastíssima área que chegara a abarcar a Capitania um século antes tinha sido consideràvelmente diminuída por sucessivas amputações. Ainda assim, naquele ano de 1808 ocupa cêrca de duas vêzes o tamanho do nosso atual Estado de S. Paulo. Em sua definição territorial inclui-se, de fato, para as bandas do sul, a Comarca de Curitiba, com seus limites ainda imprecisos. Em carta régia de 5 de novembro do mesmo ano de 1808 lê-se, por exemplo, que nela se contêm os terrenos que deságuam no Rio Paraná e formam, de outra parte, as cabeceiras do Uruguai: vale dizer que compreende extensos territórios posteriormente atribuídos a Santa Catarina.

O Sul da Capitania

É a partir da comarca, e mais precisamente da própria vila de Curitiba, que principia John Mawe sua descrição da terra paulista. Serve-se neste ponto, é certo, de informações alheias, colhidas segundo parece no pôrto catarinense de São Francisco. Nota, assim, como os moradores do planalto se dedicam sobretudo à indústria pastoril, que requer pouco ou nenhum esfôrço. Acena ainda para a amenidade dos ares, a bondade das reses, a fertilidade do solo, capaz de dar excelente trigo se o cultivarem. Em certos pontos o retrato de segunda mão adquire côres quase idílicas. Assim, por exemplo, onde mostra como vive ali a gente uma existência sem cuidados, livre das importunações do fisco, pagando de bom grado os tributos, e em gênero, pois mal conhece as espécies metálicas.

Consta-lhe que para oeste da vila não se viaja sem risco de vida, por causa dos índios antropófagos, que não há muito infestavam as imediações, sobressaltando os moradores. Sorocaba, mais ao norte, é ponto de trânsito de animais, que já atraem numerosos comerciantes de S. Paulo, Santos e outras partes do Brasil. Grande número de oficiais mecânicos dedicam-se na mesma vila ao fabrico de selas, arreios, lombilhos, e muitos moradores tiram o sustento de sua habilidade no amansar e adestrar cavalgaduras.

Impressão de Santos

Em meio a exageros e generalidades acha-se singularmente ausente, aqui, a notação realística. É flagrante o contraste quando se compara essa descrição aos capítulos onde trata de Santos e ainda mais de São Paulo, resultantes da observação direta. Dos santistas seu retrato não é positivamente lisonjeiro. Portador, embora, de cartas de apresentação que deveriam abrir-lhe tôdas as portas e facilitar-lhe algum alojamento, em vão procura quem o atenda nesse particular. O juiz recebe-o com extrema reserva, e quando lhe é perguntado o endereço de certo negociante, destinatário de uma das cartas, parece aliviado com a perspectiva de livrar-se do importuno. O negociante, por sua vez, revela a mesma frieza e despede-o com uma desculpa esfarrapada. Um boticário recusa-se a procurar, entre os vizinhos, quem queira alugar-lhe

9. *VISTA DA VILA DE ITU, SÃO PAULO*

10. *HOMEM DO RIO GRANDE DO SUL — PAULISTA — HOMEM DE SANTA CATARINA*

uma cama, e alude expressamente à falta de hospitalidade "proverbial" dos habitantes do lugar.

Seria crível que não se encontrassem acomodações em tôda a vila? Numa observação que não é partilhada por outros viajantes, Mawe prefere derivar essa ausência de hospitalidade e até de civilização de um vêzo comum aos habitantes da costa, que todos lhe parecem ariscos. Os do interior, ao contrário, sempre timbrariam em mostrar-se sumamente acolhedores. Talvez, explica, porque a virtude da hospitalidade tende a ser mais praticada nos lugares onde ocorrem mais raramente ocasiões de exercê-la.

Crescente importância do pôrto...

Não deixa de assinalar, contudo, a considerável importância econômica da praça de Santos como pôrto de embarque de S. Paulo. Pôde observar como, num único dia, várias centenas de mulas desciam carregadas de produtos da terra para levar depois, de volta, gêneros tais como sal, ferro, cobre e artefatos europeus. Para o comércio da vizinhança havia a facilidade do transporte por água. Os barcos chegavam, assim, até ao Cubatão, onde um funcionário, com sua guarda de soldados, recebia os direitos correspondentes à carga transportada. Do pôrto saíam numerosos navios levando açúcar, café, arroz, farinha de mandioca etc., para as possessões castelhanas e o Rio Grande, enquanto outros traziam couros e toucinhos, que geralmente se reexportavam para o Velho Mundo.

Eram abundantes as remessas para as colônias espanholas do Rio da Prata, e de ordinário mal pagas. A pouca distância, no entanto, e a carência de outros mercados mais próximos animava muita gente môça a ir tentar naqueles lugares suas especulações mercantis, sem embargo das pesadas taxas e dos embargos de tôda ordem com que aquêles povos procuram, desta ou daquela forma, entravar os seus negócios.

... em função da melhoria das comunicações com o sertão...

Note-se que essa preeminência singular alcançada pelo pôrto de Santos como entreposto comercial da Capitania é de data recente ao tempo da viagem de Mawe e dependera, em escala apreciável, da melhora no sistema de comunicações existente com os centros produtores do interior. Vinte anos antes, se bem que seus rendimentos (derivados dos impostos sôbre o sal, o azeite, as baleias...) lhe dessem, por certos aspectos, uma situação privilegiada, pode-se dizer que sua economia ainda era predominantemente agrária. Em Santos, efetivamente, como nas outras terras da marinha, cresciam e floresciam, devido à comodidade dos transportes, os gêneros de mais fácil saída, tais como o açúcar ou o arroz, ao passo que nos lugares de serra acima, devido à falta das mesmas comodidades, reinava quase sem contraste uma economia de subsistência que deixa margem escassa para o exercício do trato mercantil. O milho, o feijão, o toucinho, constituíam ali quase os únicos gêneros exportados para beira-mar.

É essa, e expressamente, uma das razões que levaram os oficiais da Câmara da vila de Santos, sem resultado, aliás, a pleitear em 1783, da Coroa, a mudança para a mesma vila da maior parte dos serviços públicos da Capitania, em particular dos quartéis-generais, da Junta de Comércio, da Casa de Fundição, do Almoxarifado, do próprio Palácio do Govêrno. Na cidade de São Paulo ficariam tão-sòmente a Sé e a Ouvidoria.

O estado de abatimento a que se viam então condenadas as terras do interior, excessão feita de Sorocaba, que em virtude do comércio de tropas do Rio Grande de São Pedro, das manadas de gado do sertão de Curitiba e mesmo do ouro de Apiaí e do Paranapanema, se achava em situação especialmente favorável, seria invencível enquanto perdurasse a insuficiência e o mau estado crônico dos caminhos que se dirigiam ao litoral. Os quais, prestando-se mal à condução de mercadorias, eram por isso mesmo um obstáculo decisivo ao incremento da produção agrícola para além dos limites que traçava o pequeno mercado local.

Depois que o Capitão-General D. Luís Antônio de Sousa, morgado de Mateus, conseguiu que se aplicasse ao melhoramento do caminho do mar o produto do Nôvo Impôsto, destinado às obras de reedificação de Lisboa, o primeiro passo importante nesse sentido dera-o Martim Lopes Lôbo de Saldanha, governador entre 1775 e 1782, quando mandou construir entre os rios Grande e Pequeno o atêrro destinado a evitar os danos causados pelas inundações constantes. Na administração interina do Marechal Frei José Raimundo Chichorro da Gama Lôbo (1786-88) realizou-se outro atêrro importante, êste entre a raiz da serra e os rios do Cubatão e das Pedras de Cima. Finalmente, durante o govêrno imediato de Bernardo José de Lorena (1788-1797), passou-se à construção na serra da célebre calçada em ziguezague para a passagem das tropas de animais com suas cargas.

Não é por acaso que apreciável surto econômico acompanha de muito perto tais realizações. Escrevendo em 1799 a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o então Capitão-General Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça pôde observar que "começou a nascer de nôvo o comércio na capitania" ao tempo de Francisco da Cunha Meneses. Ora, Cunha Meneses governara S. Paulo entre 1782 e 1786, sucedendo nesse pôsto a Martim Lopes, que ordena o atêrro do Rio Grande. Nos dois anos imediatos, depois que o outro grande atêrro se concluiu, ocorreram consideráveis progressos na produção agrária da Capitania, e sem dúvida no planalto, mas não tantos que chegassem a fomentar remessas diretas para o Velho Mundo.

Com efeito, antes da posse, em 1788, o governador Bernardo José de Lorena, segundo o certificará quatorze anos mais tarde o escrivão da Alfândega de Santos, depois de examinar os livros da repartição, três navios apenas tinham deixado o pôrto com destino a Lisboa. Isso mesmo já o dissera de certo modo Lorena, quando escreveu, em 1797, que o comércio feito ali, até ao ano que se seguira ao de sua chegada, fôra só de cabotagem. E acrescentava que já então, isto é, em 97, se podiam carre-

gar anualmente naquele pôrto doze navios. No que entrava grande exagêro, segundo ponderou o sucessor de Lorena, pois as 140.550 arrôbas de açúcar daquele ano, divididas por 2.819 caixas de 50 arrôbas cada uma, acrescidas de alguns outros gêneros de exportação, não dariam sequer para seis navios.

... e do desenvolvimento da lavoura açucareira

De qualquer modo é indisfarçável, já agora, a preeminência lograda pelos lugares de cima da serra na lavoura da Capitania. Só a vila de Itu chega a dar até 50.000 arrôbas de açúcar por ano. Outras áreas produtoras consideráveis são Pôrto Feliz, Piracicaba, Sorocaba, a freguesia de Campinas (logo em seguida vila de São Carlos), Jundiaí e, na marinha, S. Sebastião e Ubatuba. Em 1804 o Capitão-General Antônio José da Franca e Horta, que ainda governa a Capitania por ocasião da visita de Mawe, pudera escrever para Lisboa que o caminho de Itu a S. Paulo era o "canal por onde passa quase tôda a riqueza dos efeitos" da dita Capitania.

A exportação santista de açúcar e outros produtos

O predomínio da produção açucareira na economina rural paulista, durante os sete anos que precedem a chegada da família real, deduz-se dos únicos dados disponíveis para êsse período sôbre o valor em mil-réis das exportações de Santos para o Reino. O quadro abaixo, aceito por Eschwege, Spix e Martius, além de outros, não oferece senão uma idéia relativa e parcial do montante dessas exportações. A verdade é que, para o ano de 1801, as somas registradas correspondem aos totais remetidos em dois barcos apenas, quando a correspondência oficial do Capitão Melo Castro e Mendonça assinala a saída com destino a Lisboa, levando cargas de açúcar e mais produtos, de dois bergantins, uma corveta e uma galera. Não admira, assim, se as cifras apresentadas pelo governador para o valor das remessas no mesmo ano sejam mais de duas vêzes superiores às do montante aqui registrado: 56:800$100, em lugar de 21:235$100.

Tudo sugere que o restante dos números apontados seja igualmente incompleto. De qualquer modo, e à falta de melhor informação, ajudam a estimar um pouco a parte correspondente ao açúcar no conjunto das exportações:

Anos	*Número de barcos*	*Exportação total*	*Exportação de açúcar*
1801	2	21:235$100	19:141$200
1802	2	66:015$000	60:015$500
1803	3	76:282$640	60:171$400
1804	4	194:041$140	141:944$480
1805	8	273:930$540	196:254$200
1806	7	195:460$140	103:227$200
1807	10	229:020$060	86:732$900

A soma em arrôbas do açúcar exportado oscila, para êsse período, entre um mínimo de 13.559 @, em 1801, e o máximo, em 1805, de 93.924.

Os outros artigos, que figuram com algum realce nessas exportações — sem contar o gado, que saindo pela via terrestre não é geralmente computado — são, em ordem decrescente, couros, arroz, café, tabaco e algodão. É de notar que o algodão, tendo ocupado em 1801 o segundo lugar, logo depois do açúcar, com 160 arrôbas, no valor de 640$000, decai em 1806 (faltam os números de 1807 ou não houve exportação a consignar) para 20 arrôbas no valor de 102$400. A farinha de trigo só aparece em 1807: 594 alqueires avaliados em 816$000. A diminuição de volume nas remessas de açúcar durante os dois últimos anos é em parte compensada com uma ascensão quase vertical nas exportações de couros e arroz, que passam respectivamente, entre 1801 e 1807, de 298$400 a 52:389$480 e de 79$500 a 45:618$240. Para a exportação de café acusam os dados uma curva ascendente quase constante, se bem que muito mais modesta, conforme resulta do quadro seguinte, onde se incluem o montante em arrôbas e o valor respectivo durante os vários anos:

Anos	*Total (arrôbas)*	*Valor (mil-réis)*
1801	132	396$000
1802	116	230$000
1803	675	1:625$000
1804	1.243	3:725$270
1805	954	3:749$220
1806	1.060	4:240$000
1807	1.270	4:895$850

Café *Santos: primeiros embarques*

O aparecimento regular do café no rol das exportações pelo pôrto de Santos é fato recente, embora não tanto como se tem julgado. "O mais velho dos documentos da exportação por Santos, até hoje desvendado", escreve Taunay, "data de 1791, referindo-se a uma remessa do Marechal Arouche a seu irmão, o erudito Diogo Ordonhes, então em Lisboa" (1). E em outro lugar escreve ainda: "Documentos insofismáveis nos autorizam a crer que a partir de 1797 jamais deixou de se dar a exportação paulista de café, quiçá com intermitências maiores ou menores" (2).

(1) Afonso d'E. Taunay, *Pequena História do Café no Brasil*, Rio de Janeiro, 1945. pág. 41.

(2) Afonso d'E. Taunay, *História do Café no Brasil*, vol. II, Rio de Janeiro, 1939, pág. 280.

Todavia o acesso mais fácil a antigos mapas de importação e exportação através do pôrto de Santos permite atualmente modificar êsses dados. Assim, a primeira remessa de que se tem notícia segura foi em 1792, com destino a Lisboa, na galera *Nossa Senhora Madre de Deus* e *São José Belona*: não é a única do ano. Mesmo em 1794, quando zarpou a *Santos Mártires Triunfo do Mar*, levando as amostras do Marechal Arouche, já tinham saído de Santos, com igual destino, pelo menos uma galera, uma sumaca e três navios, todos com cargas de café. A partir dessa data, e aparentemente sem intermitências, as remessas passam a fazer-se todos os anos.

As plantações transpõem a Serra

A produção do café ainda se concentrava então no litoral, embora já se tivesse ensaiado seu plantio em algumas partes do interior: S. Paulo, Jundiaí, Itu, vilas do Vale do Paraíba. Mais tìpicamente litorâneas, e no caso, especialmente de Paranaguá, eram o arroz e a farinha de mandioca, ao passo que o algodão e o anil se davam em tôda a Capitania. O milho e o feijão continuavam a crescer de preferência em cima da serra, mas já agora o comércio, senão a produção dêsses gêneros, tinha sido ultrapassado de longe pelo desenvolvimento da lavoura canavieira. E ainda aqui a primazia absoluta já pertencia claramente ao planalto.

De fato, a julgar pela documentação anexa à *Memória Econômico-Política* do Governador Melo Castro e Mendonça, na produção açucareira da Capitania, correspondente a 1798, a contribiução das vilas de serra acima fôra de 131.584, enquanto a do litoral não passava de 21.584 arrôbas. Igual desproporção ocorre em 1799, com 158.350 @ para o interior e 40.135 para a marinha. Nesta, apenas S. Sebastião surge com notável destaque. Santos, sem embargo dos seus dezoito engenhos, não é produtora de açúcar, mas de aguardente, com sessenta pipas em cada um dos dois anos.

A profunda mudança que em tão pouco tempo se tinha operado na paisagem econômica da Capitania faz-se patente quando se considera que, escrevendo em 1782, o Ouvidor Marcelino Pereira Cleto observara como a agricultura em S. Paulo era e sempre fôra "mais lucrosa na Marinha que nas terras do Sertão". Salientara ainda que, na beira-mar, especialmente de Ubatuba a Itanhaém, se produziam bem a cana-de-açúcar, o arroz e a mandioca, além do milho, do feijão e do algodão, mas êstes menos, porque muitas vêzes eram prejudicadas as plantas pela chuva, freqüente nessas partes; as terras do sertão davam bem o milho e o feijão, sofrìvelmente cana-de-açúcar, mandioca, anil e trigo, de que os moradores, no entanto, mal cuidavam, preferindo a criação de animais, que lhes dava boa carne e bons toucinhos.

Agora, graças ao incremento da lavoura canavieira, que, com o comércio e a indústria do gado, forma a riqueza principal da Capitania, o predomínio das áreas de serra acima parecia permanentemente assentado. No litoral, além de S. Sebastião, que todavia decresce, apenas a vila de

Santos parece sobressair da ruína geral, isso mesmo devido aos efeitos benéficos que para muitos dos seus comerciantes resultam da melhoria do sistema de comunicação com o planalto, que já é, e promete ser cada vez mais, a grande área produtora de bens de consumo.

O monopólio santista

Dêsses benefícios tende a resultar verdadeiro monopólio, às vêzes fomentado pelas autoridades, em detrimento das demais vilas da costa. Já em 1789 proibira Bernardo José de Lorena que os habitantes de S. Sebastião e Ubatuba negociassem livremente seus produtos, obrigando-os a vendê-los ùnicamente em Santos, na esperança de assim animar o comércio direto com a metrópole. Mitigado e afinal tornado sem efeito, oito anos mais tarde, pelo sucessor imediato de Lorena, o monopólio santista vê-se restaurado e revigorado em 1803 pelo nôvo governador Franco e Horta, que estendeu a tôdas as demais vilas da marinha a proibição do comércio de cabotagem. A medida, que produziu efeitos devastadores sôbre a economia dessas regiões, aproveitando no entanto aos negociantes da praça de Santos e em particular — assim diziam os detratores de Horta — aos contrabandistas que iam vender gêneros na América espanhola, foi uma das causas principais do descrédito em que logo caiu êsse capitão-general.

O apreciável aumento que tinham alcançado, já nos últimos anos do século anterior, o comércio e a lavoura da Capitania, não impedia, contudo, que os gêneros produzidos nos lugares de serra acima, em particular os açúcares de Itu, Pôrto Feliz, São Carlos (Campinas), Jundiaí e Parnaíba continuassem a ter má reputação em Lisboa e mesmo no Rio de Janeiro, comparando-se desfavoràvelmente ao produto do litoral e das outras partes do Brasil. Para corrigir êsse inconveniente, que atribuía à deterioração resultante das chuvas durante o longo trajeto, determinara o Capitão-General Melo Castro e Mendonça (1797-1802) a construção ao longo das estradas, de ranchos onde pudessem abrigar-se as cargas da umidade.

Um inglês a caminho de S. Paulo

Foi êsse o último progresso importante que se introduziu nos meios de comunicação e transporte entre o litoral e o sertão antes de fazer-se o longo atêrro já projetado e até começado da vila de Santos para terra firme. Ainda no tempo de John Mawe, os que quisessem subir a São Paulo e outros lugares de cima da serra tinham de atravessar em barcos a distância de quatro léguas que separava da ilha o Cubatão. Aqui era forçoso descarregarem-se as tropas do interior, que deviam esperar a maré, imobilizando-se quatro, seis e mais horas antes de prosseguir viagem, muitas vêzes com sérios transtornos e prejuízos para os comerciantes.

Os incômodos que podiam padecer os que enfrentavam êsses e outros trechos do caminho não se refletem vivamente na descrição que deixou o viajante inglês. Impossibilitado de encontrar em Santos sequer um leito onde dormisse, teve de tratar uma canoa que o levasse ao Cubatão, onde,

tendo chegado às duas da madrugada, pôde afinal descansar até ao nascer do sol. Agora, depois de retemperar-se das atribulações padecidas na vila marítima, é quase com encantamento que contempla a cena "tumultuosa e extraordinária" de centenas de bêstas que bem defronte da casa da guarda vão recebendo arreios e bruacas. Não sabe o que mais admirar, se a graça e docilidade daquela mulada de flor ou a perícia dos camaradas no aparelhá-las para a marcha.

Contrastando com suas experiências santistas, assinala ainda a boa vontade do comandante do pôsto, que, depois de lhe proporcionar bom almôço, forneceu a preço módico os animais para a subida. Concluídos os aprestos, seguiu viagem em direção ao sopé da montanha abrupta, distante cêrca de meia milha. Daí por diante a estrada, que lhe parece boa, ainda que estreita, vai ziguezagueando até ao alto da serra. De outra forma seriam quase insuportáveis as asperezas de uma jornada que, mesmo assim, não se pode chamar amena. O que a faz mais desagradável e por vêzes cheias de riscos, são as muitas tropas de bêstas que descem carregadas. Em alguns pontos o caminho foi aberto na rocha sôbre uma extensão de vários pés, em outras margeia a rampa escabrosa e quase perpendicular, levando até à beira de enormes precipícios. Nesses lugares perigorosos é protegida por parapeitos.

Não obstante tôdas essas agruras, admira o viajante o notável esfôrço empreendido pelos construtores da estrada, que lhe parece eloqüente atestado de ânimo empreendedor da gente da terra. Mesmo na Europa, raras obras públicas lhe serão superiores, e tendo em conta a escassez de habitantes nestes lugares, difìcilmente se encontraria em outro país caminho de tão boa aparência construído em condições tão adversas.

Ao cabo de três horas, incluídos os vinte minutos para descanso num pouso situado no meio da subida, chega-se até ao cimo. O resto da estrada, bordada em muitas partes de arvoredos, tinha sido um tanto prejudicado pelas chuvas de dezembro, a ponto de alguns muares, embora mais resistentes do que os cavalos, caírem mortos de cansaço. Turmas de trabalhadores negros ou indígenas eram vistas, aqui e acolá, ora a consertar o caminho, ora a abrir desvios ou ramais. Vários dêsses homens ostentavam ao pescoço a protuberância característica dos habitantes de certas regiões montanhosas como o Derbyshire e partes da Suíça. No caso particular de alguns índios não se acham apenas dessas inflamações, mas ainda um tipo especial de bócio que sobressai à maneira de bagos de duas e três polegadas de diâmetro.

Depois de atravessar diversos arroios e avistar uma ou outra casa, chega-se a sofrível estalagem, propriedade de um oficial de milícias. Aqui é servida uma parca refeição aos viajantes: aves, boa porção de leite, café, Situa-se o estabelecimento cêrca de seis léguas de S. Paulo e acha-se ao meio do caminho entre Santos e esta cidade. Agora vão principiar os

campos limpos, que ainda mostram vestígios, contudo, de uma antiga lavoura abandonada. À medida em que se chega mais perto da cidade, melhoram as condições do caminho que se anima com o número cada vez maior de habitações de um e outro lado. Já na vizinhança de S. Paulo passa o rio a correr paralelamente à estrada, transbordando não raro sôbre esta e deixando-a recoberta de areia.

A cidade de S. Paulo em 1808

São Paulo corresponde mal, em 1808, à idéia que se tenderia a fazer de uma capital e sede de govêrno. Contudo, impressionam bem o asseio das ruas e a decência das casas de côres várias, algumas com dois pavimentos, e que só no ano seguinte começarão a ser numeradas. Há diversos largos e cêrca de treze casas de oração, compreendendo cinco conventos e oito igrejas. Pode-se precisar: nove largos e justamente treze templos, treze sem o de Nossa Senhora da Consolação, recentemente erigido (completara-se em 1801) e que se acha na estrada de Pinheiros, arredado do miolo urbano, como pode verificar fàcilmente quem consulte o planta do Capitão de engenheiros Rufino José Felizardo e Costa, com data de 1810.

A maioria das igrejas, como aliás as outras construções, é de taipa, material rústico mas resistente; prédios há, com efeito, que duram incólumes há mais de duzentos anos. Para a proteção das paredes externas, os telhados têm aba muito saliente, avançando até cinqüenta centímetros e um metro sôbre a rua. A iluminação das casas faz-se em geral com azeite de mamona, de onde resulta que o mamoeiro, planta pouco exigente, e que frutifica já no primeiro ano, é infalível nos quintais. Em São Paulo, quase sem exceção, os jardins revelam bom gôsto e são dotados, não raro, de singular elegância. O jasmineiro é planta dileta dos moradores e, dada a qualidade do clima, floresce permanentemente, o mesmo acontecendo com a roseira. Cravos, cravinas, flor-da-paixão, cristas-de-galo, acham-se também representadas em grande número e por tôda parte.

Trajes

Fora de casa e especialmente nas igrejas, o trajo feminino consta de um vestido prêto de sêda, com longo véu rendado ou mantilha, que na estação do frio se substitui por uma peça de casimira negra ou baeta. A semelhante indumentária, que é todavia a mais usual, não falta quem prefira aqui um fato comprido, barrado de veludo, renda côr de ouro, fustão ou pelúcia, segundo a classe social ou as posses de cada qual. Serve como roupa de todo dia, no interior das habitações, em passeio, nas viagens, e tem como complemento invariável um chapéu redondo.

Ao menos na Capital já seriam menos usados a êsse tempo os rebuços, senão mal se explica o terem sido omitidos na descrição de Mawe. Que continuariam a persistir, no entanto, por algum tempo, ainda, apesar de sucessivas ordens em contrário de diversos capitães-generais, mostra-o claramente a correspondência oficial de Franca e Horta, o qual voltará a proibi-los passados três anos ou pouco menos.

Os rebuços Entre outras resoluções, o assunto determinará um bando dêsse mesmo governador, com data de 22 de setembro de 1810, aprovado expressamente por Sua Alteza Real e comunicado a todos os capitães-mores para que fizessem executar a interdição inviolàvelmente nas diferentes vilas da Capitania. Das pessoas que incorressem na nova proibição ha-eriam de ser cobradas multas em benefício dos lázaros, em se tratando de pessoas livres e, sendo escravas, sujeitavam-se estas ao castigo público de cinqüenta palmatoadas: "esteja certo", reza ainda a circular aos capitães, "esteja certo que hei de mandar inquirir ocultamente sôbre o seu comportamento nesta parte".

Tão arraigado andaria o costume em lugares do interior, que em algumas vilas, ao menos nos primeiros tempos, poi descumprida a ordem, ao passo que em outras entenderam-na mal as autoridades incumbidas de as fazer cumprir. Em Itu, em Bragança, até em algumas freguesias da Capital, continuariam nos meses seguintes a aparecer pelas ruas mulheres rebuçadas, o que fêz o governador mandar reprimendas e ameaças aos respectivos capitães-mores ou a outras autoridades. Em Taubaté, Guaratinguetá, Curitiba, os comandantes excederam-se aparentemente na interpretação das ordens, de sorte que passaram a proibir até mantilhas e xales de baeta. Alertado pelas queixas de moradores apressou-se Horta em explicar que o bando não se referia a tais peças: andassem as senhoras como quisessem, desde que não saíssem de cara tapada e irreconhecível à maneira de mouras. Em Parnaíba foi prêsa certa mulher que infringira a ordem e não houve como cobrar-lhe a multa, porque lhe faleciam recursos. Nesse caso particular mostrou-se clemente o governador, perdoando a dívida por atender à pobreza da dita senhora. Ficasse-lhe por castigo, dessa vez, o tempo passado na prisão, mas se acautelasse para não reincidir na culpa.

Costumes Frugais à mesa, amigas de danças, que formam seu recreio querido, despreocupam-se as paulistas de trabalhos caseiros, deixando tudo entregue a cozinheiros negros e outros criados. Não é de espantar, assim, que ignorem as vantagens da ordem, do asseio exterior e do confôrto. Passam o tempo a costurar, bordar e fazer rendas. A compleição delas, mimosas muitas vêzes e frágil, deve atribuir-se, até certo ponto, à sua frugalidade, à falta de exercícios físicos e ainda ao abuso dos banhos quentes.

Os homens, especialmente nas classes altas, vestem-se com garbo, são polidos, atenciosos, obsequiosos ao extremo. As camadas humildes, comparadas às das demais colônias, revelam por sua vez grau maior de civilização. Menos louvável é o tipo de educação a que se vêem sujeitos, convivendo na infância com os filhos dos escravos em condições de perfeita igualdade e familiaridade, até chegar o momento em que se torne forçosa uma radical separação entre aquêles que nasceram para mandar e descansar e os outros, que foram feitos para labutar e obedecer.

Bairrismo É proverbial entre gente de S. Paulo o amor à terra de origem e o orgulho de pertencer-lhe. Mawe, como tantos outros escritores da época, chama atenção para êsse localismo dos naturais da Capitania e salienta que não é mais vivo aqui no elemento masculino do que nas mulheres. Entre estas, com efeito, o nome de paulista é tido por sumamente honroso. E em realidade são elas afamadas em todo o Brasil pelos atrativos físicos e pelo brio.

Seja como fôr, é certo que o estrangeiro se acostuma sem esfôrço ao sistema de vida dos moradores. O pão é de boa qualidade e a manteiga tolerável, ainda que pouco usada, salvo com o café matinal e o chá da noite. O jantar costuma servir-se ao meio-dia ou antes,e consiste em muita verdura preparada com alguma carne de porco ou de vaca, além de cará, batata-doce ou outro tubérculo, um frango assado e, para terminar, sobremesas em grande variedade. Nas refeições ordinárias bebe-se água e raras vêzes o vinho.

Nos jantares públicos ou por ocasião de festas aparecem no entanto mesas opulentas, onde ao mesmo tempo se apresentam trinta, quarenta, cinqüenta pratos diferentes. Circula o vinho então em abundância e fazem-se numerosos brindes, prolongando-se a refeição, às vêzes, por duas e três horas. Finalmente, após os doces e o café, entregam-se os comensais às danças, à música, ao baralho.

População A população da cidade, orçada pelo viajante em quinze a vinte mil almas, alcança, de fato, 24.163 habitantes, segundo as listas oficiais para 1808; nesse total estão incluídos 6.101 cativos (1). Não há doenças endêmicas; as bexigas, que pouco antes eram o pavor do paulistano, estão sendo prevenidas com a introdução da vacina. A operação é grátis: fazem-na cirurgiões em vasto salão especialmente cedido com êsse fito pelo Capitão-General Franca e Horta.

O depoimento de Mawe neste particular melhora a reputação de um governante maltratado, em regra, pelos historiadores. Sabe-se de outras fontes que, passados três anos, haverá em S. Paulo vacina bastante, não só para uso local como para mandar à Côrte. Pedindo-lhe o Conde de Aguiar que envie ao Rio de Janeiro uma porção de humor vacínico, resolve Horta determinar a ida de três soldados e um ajudante de cirurgia, sendo que, dos primeiros, um irá vacinado e dois deverão vacinar-se em viagem. Isto por seguir a opinião de que o mais seguro modo de passar-se mesmo pus vacínico estava em transmiti-lo de braço a braço, devendo os transmissores ser sucessivamente inoculados no caminho para que a matéria chegue ao destino em sua inteireza.

(1) Cf. Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo. Maços de População, 1807-1811. Lata 34 — T. C.

Quem venha de alguma colônia espanhola, e é o caso do visitante inglês, sempre inclinado a tais confrontos, de onde o Brasil surge inevitàvelmente favorecido, achará o clero paulistano bastante liberal e isento de superstições e beatices. Julgando pela própria experiência, cuida que nenhum estrangeiro há de ser incomodado aqui por motivo de crenças, desde, naturalmente, que saiba portar-se como cavalheiro e respeite a religião estabelecida.

Em compensação, a mesma experiência pessoal ensina-lhe como em lugar tão arredado de contatos com o resto do mundo, torna-se impossível ao forasteiro passar despercebido. Intensa é a curiosidade que suscita sua presença logo de início entre pessoas de tôda casta. Nem as crianças escondem o espanto que pode produzir um inglês em carne e osso, de sorte que umas tratam de fugir logo que o vêem, outras chegam-se a êle, examinam-no atentamente, e apalpam-no, contam-lhe os dedos das mãos e admiram-se de verificar que não difere nesse ponto das outras pessoas. Muita gente boa convida-o para visitá-las, e então chamam os amigos para que o contemplem de perto. A casa onde mora, que é de bom tamanho, enche-se constantemente de indivíduos de ambos os sexos, que se acotovelam para ver como êle come e bebe.

Passado o primeiro movimento de surprêsa, todos se mostram, porém, cordiais, estabelecendo-se as melhores relações. Nas reuniões sociais e festas em palácio sentem-se inteiramente à vontade. Primeiro porque os moradores são aqui muito mais afáveis do que os das possessões espanholas, e depois porque se encontra entre êles mais polidez e finura de maneiras.

Ocupações paulistanas: urbanas...

Como na maior parte das cidades coloniais, as casas de comércio vendem um pouco de tudo e os lojistas, classe singularmente numerosa na cidade, conseguem acumular algumas vêzes fortunas respeitáveis. Poucos, todavia, são os produtos à venda que procedem da indústria local. O algodão, fiado a mão e tecido de maneira rudimentar, dá para peças grosseiras de vestuário e roupas de cama. Não se podem, entretanto, deixar sem referência as belas varandas ou franjas de rêdes. Estas rêdes fazem boa figura no mobiliário e, dispostas a conveniente altura, substituem os sofás. Acha-se largamente difundida a arte das rendeiras e representa ocupação geral entre o elemento feminino.

Muitos são os boticários e poucos os médicos. Notável, por outro lado, é a quantidade de alfaiates e sapateiros, assim como de carpinteiros, os quais executam bons trabalhos, ainda que relativamente caros. Nos arredores acham-se numerosos índios domésticos ocupados em fazer louças de barro para cozinha, em particular grandes moringas e outros utensílios caprichosamente ornados(1).

(1) Segundo se deduz dos maços de população existentes no Arquivo do Estado de São Paulo, 93 pessoas vivem, em 1808, de fiar e 12 de tecer algodão. As rendeiras

... e rurais Nesses lugares a população é formada largamente de roceiros e sitiantes, que cultivam cada qual sua porção de terra, onde também se criam porcos e galinhas para negócio. Com isso é geralmente bem sortido o mercado, e nas estações próprias enche-se de pinhões, uvas, pêssegos, goiabas, bananas, algumas maçãs e muitos marmelos. Extraordinária é a diversidade e profusão de verduras e legumes. Basta lembrar a propósito o cará, comparado às melhores qualidades de batata, além de couves, alfaces, nabos, alcachôfras, batatas-doces e também milho, feijões e ervilhas.

Onde se mostra deficiente ao extremo a economia rural, ao menos nas proximidades da cidade, é na pecuária. Cenas tão familiares a olhos europeus, como o são as pastagens artificiais, os cercados, os feixes de forragem e feno, são totalmente ignoradas. Dir-se-ia mesmo que as vacas constituem por aqui muito mais um trambôlho do que uma riqueza que há de exigir o mais aturado tratamento. Os laticínios, se tal nome fizessem por merecer, são tratados com tamanha negligência que a manteiga se torna logo rançosa e o queijo é quase intragável.

O mesmo desleixo ocorre aliás no tocante a tôda atividade rural. Nisto o roceiro paulista é de um primitivismo incomparável. À falta de melhor lugar para armazenar seus produtos, deixa-os confusamente amontoados a qualquer canto de um rancho úmido, onde se misturam o algodão, o café, o feijão e o milho. Resultado: o bolor e a podridão acabam por estragar boa parte dêsses gêneros, e o que sobra é forçosamente de qualidade inferior.

As próprias moradas dos sitiantes não passam em geral de casebres miseráveis, com o chão de terra batida e as paredes de pau a pique. A cozinha é um compartimento sórdido, com água a escorrer de todos os lados, formando poças. Em lugar de fogão, vêem-se aqui e ali, pedras roliças a sustentar vasilhas de barro, onde se prepara a comida. Como a lenha verde é o combustível geralmete usado, e não existem chaminés, espalha-se livremente a fumaceira, que atravessando portas e frinchas vai sujar a casa tôda de fuligem. O mais triste é que, nesse particular, não diferem as pobres choças de muita vivenda abastada.

---

profissionais não passam de 5, mas 112 mulheres sustentam-se de suas costuras. Contam-se, além disso, 21 alfaiates, 15 sapateiros, 19 carpinteiros, 4 marceneiros, 1 entalhador, 3 violeiros, 11 seleiros e 16 louceiros. A afirmação de Mawe acêrca da desproporção numérica entre médicos e boticários só é admissível quando reportada ao fato de não se achar ainda muito desenvolvida a especialização nas profissões. Em realidade, as cifras oficiais não assinalam mais de dois boticários. O único médico é o Dr. Bernardo José de Sousa, capitão de milícias, natural da Colônia do Sacramento, e o único cirurgião especializado é Tomás Gonçalves Gomide, nascido em Minas Gerais. Os advogados são dois: Manuel Eufrásio de Azevedo, natural de Nova Colônia, com 55 anos de idade, e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, com 30 anos, natural de Braga, Portugal. Mencionam-se também um rábula e um solicitador de causas.

O despertar das virtualidades paulistas

Sem as circunstâncias que forçaram o viajante inglês a apressar sua ida para o Rio e, afinal, para os distritos do ouro e do diamante, teríamos hoje, provàvelmente, um conhecimento extenso e íntimo do que era a Capitania de São Paulo no momento da chegada da Côrte ao Brasil. Várias observações suas deixarão de ser válidas, segundo tôdas as aparências, dois ou três anos mais tarde, quando começaram a visitar-nos outros estrangeiros, curiosos e, em alguns casos, mais ilustres do que êle.

Baste-nos lembrar, para um exemplo, como já em 1810 o comércio inglês, êsse poderoso, talvez o mais poderoso, agente de "descolonização" do Brasil, descolonização, é claro, com referência ao passado português, começa a tomar pé em S. Paulo. De fato, em uma circular de 10 de novembro dêsse ano, endereçada aos capitães-mores das vilas mais importantes, o General Franca e Horta pode aludir aos diferentes negociantes britânicos que já montaram casas comerciais na cidade e anunciar que outros se acham prestes a chegar com o mesmo fito. E não é muito lembrar como o viajante que queira subir a serra não encontrará mais, daí a pouco, no cubatão de Santos, o amável comandante que tinha acolhido e hospedado ali John Mawe, e sim um agente da firma Coppendal, May e Warthrington, novos arrematadores do contrato das passagens.

Abrangendo assim parte mínima, se bem que das mais importantes, do território paulista, o flagrante que nos deixou êsse escritor constitui, em todo caso, um depoimento único e deveras insubstituível. É a partir da data de sua viagem, precisamente da data de sua viagem, que certas virtualidades ainda indecisas vão despertar a antiga capitania para uma vida nova, fazendo-a abandonar aquela posição fronteiriça que por longo tempo ocupara na América lusitana, e ir integrar-se cada vez mais no movimento de transformação econômica, social e política do Império, já em fase de gestação.

Uma capitania em desenvolvimento

Com uma população de 200.000 habitantes, encerra a Capitania, além de Santos e da capital, 33 vilas. A mais recente, com o nome de Princesa, fundara-a o Governador Franca e Horta em 1806 na ilha de S. Sebastião, em face de uma das áreas mais cultivadas e produtivas da costa. Daquele total, 8 vilas incluem-se na Comarca de Curitiba e Paranaguá, onde também entram, por ora, as de Iguape e Cananéia, que não se destacarão todavia de S. Paulo, quando se emancipar em 1853 a dita comarca para ir constituir a Província do Paraná.

Entre as estradas públicas que levam ao interior, é mister que se distingam as que servem as principais zonas açucareiras, tais como as de São Carlos e Itu. Para o consêrto dessas estradas empregou Franca e Horta o produto da chamada contribuição voluntária dos comerciantes de Santos, correspondente a 20 réis por arrôba das mercadorias que passas-

sem pelo pôrto. Destinara-se expressamente o tributo à construção do aterrado que iniciou o General Castro e Mendonça, visando a eliminar a necessidade do transporte em barcos entre Cubatão e a Ilha de S. Vicente. Suspensas as obras na administração de Horta, não duvidou êste em aplicar o dinheiro da contribuição no consêrto de estradas já existentes e na abertura de novas: assim, entre S. Paulo e Jundiaí, por onde se ia a S. Carlos e se ganhava o caminho de Goiás, mandou fazer outra passagem mais breve do que a antiga, das Sete Vilas.

Outro tributo "voluntário" assentaram de pagar os boiadeiros da estrada que ia para o Rio de Janeiro, a fim de se assegurar a conservação do caminho da Bocaina, que preferiam ao anterior, mandado abrir ao tempo do Governador Caldeira Pimentel (1727-1732): correspondia a uma taxa de 80 réis para cada cabeça de gado que ali passasse. Da estrada para o Rio faz parte ainda o aterrado de Moji das Cruzes, no lugar das várzeas que se formavam com as águas do Tietê e de alguns dos seus afluentes. Do bom estado dessa obra ocupa-se também o General Horta, que no entanto não impediu os estragos produzidos pelas bêstas bravas e bois destinados ao caminho de S. Miguel e Itaquaquecetuba: com isso padecem freqüentemente os viajantes que se destinam à sede do govêrno colonial.

Depois de ter forçado por todos os meios o monopólio santista do comércio exportador, o mesmo general ocupou-se paradoxalmente em desenvolver os caminhos que levam a outros portos de mar. Assim mandou refazer o de Caraguatatuba e abrir o de São Luís de Paraitinga e Ubatuba. Providenciou, além disso, o consêrto da estrada de Marretes, e a construção do caminho da Graciosa, ambos entre Curitiba e Paranaguá.

Ao lado dessas vias parece singularmente importante para o progresso econômico da Capitania, a que, através de Sorocaba, Itapetininga e Curitiba, vai alcançar as campinas do continente de São Pedro. Um dos trechos é formado pelo caminho "da Mata", que vem de Laguna para a vila de Lajes, sujeita durante longo tempo ao govêrno de S. Paulo, antes de ser anexada a Santa Catarina. Horta, que bem conhecia o valor dessa via, tanto que chegou a elaborar um plano visando a corrigir o mau estado em que se achava, pouco fará, no entanto, para melhorar-lhe as condições. A essa negligência atribui-se, em parte, o decréscimo verificado durante seu govêrno no rendimento do comércio de animais do sul.

Continua a ser considerável, de qualquer modo, e o será ainda mais para o futuro, êsse negócio do gado, que os moradores de S. Paulo vão buscar em São Pedro para vendê-lo em outras capitanias. Não admira se as vilas de mais consideração no interior, além das que pertencem pròpriamente à zona açucareira, são as que se beneficiam de modo direto com êsse comércio: o caso de Sorocaba, e também o de Curitiba.

Desde a criação, em 1750, do registro de Sorocaba — o de Curitiba precedera-o de quase vinte anos — tinham surgido condições favoráveis aos

encontros, ali, de vendedores e compradores de animais, que já são assinalados nos primeiros anos do século XIX. Não é ainda a vez das feiras famosas, que só depois da Independência irão adquirir seus traços distintivos, mas parece fora de dúvida que está criado o terreno para o estabelecimento delas.

Do pastoreio à grande lavoura

De modo geral pode dizer-se que a Capitania de São Paulo constitui, agora, uma espécie de zona intermediária, onde se esbatem os aspectos mais característicos da economia brasileira, largamente dominada pelo latifúndio agrário, em particular pela lavoura da cana, e se esboça já o tipo de atividade pastoril próprio dos campos sulinos. Melhor seria dizer que a grande lavoura começa a ocupar espaço crescente na vida econômica de uma região dedicada até pouco antes ao pastoreio, além das simples culturas de subsistência.

Mas seria ilusório cuidar que a grande lavoura representa nessa fase o que há de ser em dias mais tardios: o elemento dinamizador por excelência da economia local. Concentrando-se sobretudo nos lugares de serra acima, de onde, sem embargo dos progressos ùltimamente suscitados no sistema de comunicações, continua a ser lento, penoso e sujeito a numerosos transtornos o transporte da produção exportável para os portos de embarque, mal permite à Capitania competir vantajosamente nesse ponto com outras áreas produtoras do centro e norte do Brasil. É significativo que depois de percorrerem parte da Província, em princípios de 1818, observadores tão atilados como o são os naturalistas Spix e Martius ainda a julguem fadada muito menos à lavoura do que à pecuária. No seu entender, bastaria desenvolver-se o povoamento do interior para que se comprovasse de todo êsse juízo.

É que os gêneros tropicais de mais fácil saída não lhes pareciam encontrar aqui elementos propícios ao seu plantio em escala promissora: nestas terras, julgam êles, o algodão e o café dão-se mal, e a cana-de-açúcar não prospera senão mediocremente. A pecuária, no entanto, acharia, na maior parte da mesma Província, possibilidades ilimitadas para desenvolver-se.

A criação, principal atividade paulista

É presumível que sua visita aos campos reais de Sorocaba e às grandes fazendas ali existentes, onde um só vaqueiro e quatro a seis peões tomavam conta de rebanhos de três a quatro mil reses, alçadas em sua maioria, que só se juntavam nos rodeios, tivesse fortalecido nos dois viajantes essa crença. Referem-se ao gôsto e destreza com que os habitantes da capitania se devotavam a todos os exercícios associados à atividade pastoril, no que coincide seu testemunho com os da generalidade dos visitantes que estiveram na Província pela mesma época. O sueco Gustavo Beyer, que andou em São Paulo no ano de 1813, depois de enaltecer a qualidade dos animais de criação que encontrou, comparáveis, segundo afiança, aos

da Inglaterra, extasia-se ao descrever a habilidade extraordinária de que seriam dotados aqui os domadores de cavalgaduras de tôda espécie, principalmente de bêstas chucras.

"A grande quantidade de cavalos produzidos no país", observa, "é pròvàvelmente a causa de todos os paulistas serem bons cavaleiros, e é sabido que como tais os respeitam os vizinhos e inimigos". Passados mais de vinte anos, Nicolau Dreys, que bem conhece e pinta os gaúchos do Rio Grande, ainda poderá notar a propósito dêles e da "aliança que têm contraído com o cavalo", como "a mesma propensão se descobre em tôda a família paulista".

Se o comércio de animais procedentes da Capitania de São Paulo e das províncias platinas atravessa, nas duas primeiras décadas do século, uma fase de esmorecimento, deve-se isso não só à má conservação das estradas, como sobretudo ao declínio da produção aurífera e ao aumento da criação de muares nas Minas Gerais, que representara tradicionalmente a grande área importadora. É preciso frisar no entanto que o esmorecimento não passa de fenômeno passageiro. Com as exigências da lavoura fluminense na era do café e com a procura crescente na Bahia e nas províncias do Norte, aquêle ramo de atividade tende a recobrar dentro em breve e ultrapassar sua pujança antiga. Ao tempo da Independência, cêrca de 20.000 bêstas passam anualmente pelo registro sorocabano. Nos meados do século seu número vai subir a mais de 100.000 cabeças e principiará a decrescer, lentamente, com o aparecimento das ferrovias, só desaparecendo depois de 1897.

O comércio de animais

Seja como fôr, nos anos em que o Brasil passa a atrair visitantes curiosos de todos os pontos da Europa, a importância cada vez maior da produção do açúcar e café na capitana, logo depois Província, de S. Paulo, não se impusera ainda sem contraste. As classes abastadas recrutam-se de preferência, por ora, no meio dos tropeiros, mais do que entre lavradores e senhores de engenho. "Sòmente no comércio de animais, pela maior parte trazidos do Rio Grande do Sul", refere Francisco de Assis Vieira Bueno, "é que alguns paulistas da Capital tinham conseguido adquirir fortunas de algum vulto". O depoimento, que se reporta ao ano de 1830, seria válido com melhor razão para eras anteriores.

Paulistas nas guerras do Sul

Aquelas palavras de um viajante de 1813 sôbre o respeito que à cavalaria paulista tributam vizinhos e inimigos, acenam para outra atividade que favorece singularmente os contatos entre os povos da capitania e as terras sulinas. Vinha de longe, de quando êsses povos, ao menos os bandeirantes, ainda não se tinham afeiçoado ao uso de cavalos, tanto que só excepcionalmente se valiam dêles nas Entradas, aquêle respeito e mêdo que infundiram ao castelhano: assim se explicam os recrutamentos a que inúmeras vêzes os sujeitara a

11. *PAULISTAS: SOLDADOS DA BANDA ORIENTAL*

12. *CENA DA PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL*

política platina dos governos portuguêses. A sangria que por essa forma padece a população, pode-se dizer que foi quase contínua durante a intensificação, em meados do século XVIII, das lutas travadas em tôrno da Colônia do Sacramento e deve recomeçar no momento em que a vinda da Família Real dá nôvo alento à cobiça lusitana.

Não entra grande exagêro nas palavras de Eschwege, onde afirma que S. Paulo, pràticamente só, se vê forçado a dar os homens requeridos para tais campanhas, além de arcar com as despesas necessárias ao seu sustento. Saint-Hilaire, que repete a afirmação, não deixa de lembrar os sacrifícios a que se obrigam os soldados da Legião de S. Paulo. Quando os vê em 1820 às margens do Prata, nada haviam recebido nos últimos 27 meses, e no entanto parecem suportar com admirável constância os padecimentos da guerra. No laço não eram inferiores aos inimigos castelhanos ou aos companheiros rio-grandenses, e em vários combates, como o de Catalã, em 1817, sua atuação fôra decisiva para a vitória final das armas portuguêsas.

Falar em "espírito militar" a propósito dos moradores de S. Paulo, torna-se por essa época um estereótipo quase infalível. Gustavo Beyer especialmente, que os acha diversos dos restantes brasileiros — "julga-se", diz, "ver uma outra raça, mais parecida com os suíços" — considera-os soldados por natureza, aptos sempre a marchar para onde os mandam, até para fora do país. E é natural que o renome dessas virtudes bélicas ajude ainda mais a condimentar o pronunciado localismo que se costuma atribuir a essa gente. O Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, que em carta de 1820 endereçada a Tomás Antônio de Vilavona Portugal, agradece a notícia que lhe mandara o ministro sôbre as proezas praticadas nas guerras do Sul pela sua gente — "os meus Paulistas" —, compõe na mesma oportunidade uma ode "ao gôsto persiano" dedicada, por sua vez, ao Senhor Dom João VI, onde se lê:

"Da reluzente espada teus Paulistas
Irão sôbre os rebeldes sacudindo
Apinhoadas mortes" (1).

(1) Da carta de Tomás de Vilanova Portugal conserva-se rascunho na Coleção José Bonifácio, o Patriarca, existente nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sôbre as atividades dos paulistas no Sul, além das referências de Eschwege no *Journal von Brasilien*, de Saint-Hilaire em sua descrição da viagem ao Rio Grande do Sul, e do Brigadeiro J. J. Machado d'Oliveira no "Quadro Histórico da Província de São Paulo", existem estudos especializados, como o trabalho do Coronel Pedro Dias de Campos acêrca do "Espírito Militar Paulista", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, vol. XXII, S. Paulo, 1923, e principalmente o de Omar Simões Magro, "A Legião de São Paulo e o Regimento de Infantaria de Santos nas Campanhas do Sul. Esbôço de História Militar Paulista nos tempos coloniais", *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. XXIX, São Paulo, junho de 1936.

Condições do aliciamento

Errará, no entanto, quem acolha ao pé da letra a opinião que os habitantes da Capitania se deixassem sempre aliciar de bom grado para campanhas cujo objetivo final lhes escapava ou lhes era pouco menos do que indiferente. Por muito que pudessem lisonjear o pendor proverbial nessa gente para a aventura e o risco, a verdade é que os recrutamentos nunca chegaram a ser mais populares em São Paulo do que o eram na generalidade das outras partes do Brasil e, de fato, entre todos os portuguêses d'aquém e d'além mar. A noção tantas vêzes abraçada por historiadores de que o rigor abusivo com que agem as autoridades lusitanas no alistamento forçado seria uma das particularidades detestáveis de seu sistema colonial, encontra formal desmentido em numerosos documentos da época, referentes às condições dominantes na própria metrópole.

A êsse propósito há testemunho eloqüente nas palavras onde o alemão Link descreve o que lhe fôra dado observar por volta de 1798 entre Elvas e Lisboa.

> "Arrebatavam os homens", diz, "em pleno trabalho do campo, capturavam-nos onde quer que se achassem. Tendo o govêrno anunciado recompensas aos juízes-de--fora que apresentassem o maior número de recrutas, avistavam-se levas e levas dêsses homens a marchar em fila, as mãos algemadas, como se fôssem criminosos. Era uma lástima o espetáculo daquela gente, que podendo viver, talvez, cômodamente em seus lares, do produto do próprio trabalho, se via arrastada agora pelas ruas de cidades em que estariam fadados a ir padecer miséria e fome" (1).

Como os soldos fôssem invariàvelmente pagos, quando o eram, com enorme atraso, não poucos deviam recorrer por fôrça à mendicância: a cena degradante podia ser presenciada tôdas as noites em muitos lugares de Lisboa e às vêzes bem em frente ao quartel do Regimento Gomes Freire.

Não seria de esperar que, embotados pelo exemplo que vinha do próprio Reino, a sensibilidade e os escrúpulos das autoridades portuguêsas lhes deixassem aqui mais lugar para a tolerância e o desleixo em matéria que tocava tão de perto os interêsses da Coroa. Pode-se cuidar, ao contrário, que em terras tão dilatadas como estas, e tão distanciadas do poder central, se tornasse muito fácil às autoridades coloniais deixar de cumprir as ordens recebidas, e mais difícil de vencer eficazmente a afincada resistência dos régulos locais que timbrassem em resguardar seus apaniguados. Seja como fôr, se houve governador que, em S. Paulo, fêz por merecer, neste ponto, as acusações de despótico e sanhoso que lhe assacaram, foi sem dúvida o General Antônio José da Franca e Horta.

---

(1) Link, D. Heinrich Friedrich, *Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien und vorzüglich Portugal*, von..., vol. 1.º, Kiel, 1801, pág. 147.

Os rigores da conscrição

Tornou-se singularmente célebre o caso ocorrido na capital, sob sua administração, durante as celebrações do Corpus Christi de 1808: ao fim dos festejos realizados no Pátio do Colégio, defronte ao Palácio, contingentes armados tomaram de súbito as bôcas das ruas e as portas das casas, enquanto outros envolviam a considerável massa popular que fôra assistir à formatura da tropa —e seria pràticamente tôda a gente válida da cidade —, para conduzi-la afinal, em desordem, ao quartel, dentro de um grande círculo de soldados. Aqui, depois de permanecerem o resto do dia e a noite sem abrigo ou provimento, passaram a ser inscritos no alistamento dos recrutas da Legião, excetuados apenas aquêles que, por motivo de idade, estado ou profissão, estivessem isentos de serviço militar.

O mesmo sistema, e com igual êxito, foi simultâneamente praticado nas diferentes vilas do interior em tôdas as partes onde houvesse moradores. Do sentimento da geral revolta que a manobra logo suscitou em tôda a população, faz-se ainda eco, passados cinqüenta anos e mais, um autor que poderia ter sido testemunha do fato.

"Assim foi", escreve, com efeito. o Brigadeiro Machado d'Oliveira, "que para a Capitania de S. Paulo se esvaeceram as esperanças que concebera no intuito do seu bem-estar com a mudança do govêrno-geral para o Brasil. Sujeita-se uma grande parte da sua população, já bem reduzida, ao serviço militar, seqüestrando-se ao trabalho dos campos e das oficinas, tirando braços à lavoura e à indústria, para empregá-los improfìcuamente em fantásticas aspirações."

No entanto, a severidade com que êsses e outros atos do govêrno de Franca e Horta foram geralmente julgados, inclusive por parte de seus contemporâneos, em alguns casos contaminados pelas idéias liberais incipientes, pode admitir hoje alguma reserva. Achando-se no govêrno ao tempo em que se decidira a mobilização geral das tropas na fronteira do Sul, e acertado que à Capitania de S. Paulo cabia contribuir com o principal dêsse exército, não soube discrepar o general das ordens verbais e terminantes que recebera no Rio de alistar o maior número possível de homens na Legião Paulista e no batalhão de caçadores de Santos. Seguiu neste ponto a tradição que mandava sobrepor indefectìvelmente a vontade da Coroa a interêsses, direitos e comodidades particulares. Nem é de crer que, aqui ou no Reino, qualquer outro governante português, verdadeiramente cioso das obrigações assumidas, pudesse agir neste ponto com mais brandura.

A verdade é que, não obstante o rigor das ordens recebidas, e cumpridas, buscou êle por mais de uma vez junto à Côrte, e em dado momento com resultado, certa moderação na prática do alistamento, que além de inflamar os ânimos, tendia a esgotar as fôrças produtivas da capitania, frustrando assim aquêles bons propósitos que trouxera Sua Alteza Real, de fomentar por todos os meios o bem comum e o progresso da América lusi-

tana. Em muitos casos chegou a dar razão aos que se queixavam de certos excessos cometidos pelas pessoas que tinham a incumbência de aliciar tropas em vilas do interior.

Algumas destas vilas, que em épocas anteriores tinham ficado isentas de dar homens à milícia, ou por necessitarem de gente para a própria defesa ou porque produziam os gêneros consumidos na Capitania, e assim dificilmente podiam ficar desfalcadas dos lavradores, não foram poupadas dessa vez. Escrevendo ao capitão-mor da vila de Bragança, que se encontrava precisamente nesse caso, com as de Atibaia e Nazaré, lamentou Horta, em 1808, a necessidade em que se achava de executar a medida "que tanto pode influir na abundância e carestia dos comestíveis para os moradores da Cidade (de S. Paulo) e aumento do comércio e agricultura das ditas Vilas".

Acrescentava que se antecessores seus puderam isentá-las de recrutamentos foi por não governarem em condições tão críticas e não terem ordens tão estritas da Côrte. As isenções só se aplicariam doravante, a povoações novas e sujeitas a assaltos de bugres, como a vila de Lajes, no extremo sul da Capitania. Ou então a indivíduos que servissem em embarcações, nas terras da marinha, devido ao empenho que punha S. A. R. em ver desenvolvida a navegação.

Efeitos dêsse recrutamento

Nos lugares do interior, os que puderam furtar-se à primeira tentativa de alistamento forçado não duvidaram muitas vêzes em desamparar suas roças, metendo-se nos matos ou indo acolher-se nas capitanias vizinhas. Era êste um recurso freqüente e antigo, pois já em 1785 há notícia de pessoas naturais de S. Paulo que tinham ido estabelecer-se em Minas Gerais ou no Rio Grande do Sul, onde cuidavam livrar-se da conscrição. Agora, porém, as fugas tomavam um aspecto de êxodo alarmante, a ponto de se pretender que em algumas vilas, mormente as que se situavam junto às ruas da Capitania, era total a deserção dos povos.

E naturalmente não faltavam os que, fiados no prestígio próprio ou na fôrça dos seus motivos, tratavam por todos os meios de sonegar filhos, afilhados e protegidos. Ora a lei quisera, desta vez, limitar ao mínimo escusas tidas antes por legítimas ou toleráveis. Assim, o pertencer alguém à nobreza e poder aspirar aos postos da governança, longe de servir de escusa, obrigava-o com mais razão a empregar-se no Real Serviço. Nem ficava livre de um tal emprêgo o filho único de dona viúva, salvo se provado que de sua "agência lícita" sustentava mãe e irmãs. Ao capitão-mor de Taubaté foi preciso desenganar da curiosa crença em que se achava de que a obrigação de alistar-se não se estendia a filhos de clérigos.

Ponderáveis, sem dúvida, eram os temores daqueles que, em face de uma conscrição maciça e indiscriminada de lavradores, já se faziam arautos de um geral decréscimo na produção e no rápido desaparecimento dos gêneros de consumo que constituíam o sustento ordinário do povo. É certo

que não se impusera vivamente tal argumento quando o desamparo das roças das proximidades da Capital pareceu ameaçar os moradores desta com a iminente carência e carestia de comestíveis. Mas poderia o Govêrno sofrer em silêncio as queixas sôbre as perspectivas de uma sublevação geral de escravos na zona canavieira? O exemplo sinistro e sempre lembrado dos sucessos do Haiti não significava uma advertência no sentido de se proceder com as maiores cautelas no recrutamento de indivíduos que se achassem em situação de obviar um semelhante perigo na mesma área?

Aquêle exemplo chegaria, de fato, a ser invocado pelos oficiais da Câmara de Itu no ano de 1809, quer dizer ainda ao tempo de Franca e Horta. Em representação que dirigem ao governador, observam os ditos oficiais da Câmara que, retirados das vilas os homens brancos para o serviço militar, logo se veria executada ali a funesta catástrofe da Ilha de São Domingos. Ajuntava mesmo a representação que já se ouvira dizer, entre escravos, que saindo as Companhias, se haveriam êles de "levantar e arrastar tudo".

Não se mostrou muito convencido destas razões o capitão-general. Podia tratar-se de mero pretexto dos que desejavam furtar-se ao alistamento. Como explicar, de outra forma, que se não tivesse dado até ao momento nenhuma comunicação acêrca dos rumôres e ainda que não houvesse notícia de ter sido detido ou interrogado algum dos prêtos que difundiram o plano?

Em abono do general é preciso dizer que em sua correspondência com a Côrte não transparece a mesma tranqüilidade com relação aos possíveis efeitos do recrutamento, que manifesta a capitães-mores, comandantes e oficiais dos Conselhos. Em carta a Sua Alteza Real mostra-se mesmo alarmado com a "despovoação em que se vai achando esta Capitania", e ajunta que não lhe é mais possível fazer recrutas para a Legião de São Paulo. Em resultado dêsse parecer determina afinal o Príncipe Regente que por ora seja suspenso o arrolamento, mas alvitra que os governos das capitanias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina façam recrutar "todos os Paulistas que, sem serem casados, se achassem nas ditas Capitanias como desertores", e nesse sentido lhes expede ordens.

Novos modos...

Enquanto perdurassem as guerras no Sul não era lícito esperar, porém, que fôsse definitiva a supressão das conscrições numa terra já exausta de tolerá-las. Uma pausa relativa ocorre, sem dúvida, no resto da administração de Horta e no breve período de govêrno de seu sucessor, o Marquês de Alegrete, que toma posse a 1.º de novembro de 1811 e serve até 20 de agôsto de 1813. Mas êsse pouco tempo é justamente o necessário para deixar surgir tôda uma nova geração de meninos de mais de quatorze anos, idade considerada legal para o serviço das armas.

Dos 600 homens de refôrço que mandou levantar em S. Paulo, em 1814, a junta interina de govêrno constituída do bispo D. Mateus de Abreu Pe-

reira, do ouvidor D. Nuno Eugênio de Lossio e Seiblz e do intendente da marinha, Miguel José de Oliveira Pinto, e que se uniram no Sul à Legião comandados pelo Coronel Lázaro José Gonçalves, consta, de fato, que era tôda formada de moços imberbes. Três anos depois, em agôsto de 1818, outra leva, esta de 800 homens, distribuídos em dois regimentos de cavalaria, é mandada de S. Paulo a incorporar-se à divisão do Marquês de Sousa.

Agindo de modos mais brandos e fazendo apêlo ao brio dos paulistas, a sua "inabalável e experimentada coragem", o então governador, D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde da Palma (1814-1819), pode arrolar êsses homens sem arriscar-se à impopularidade que arrostaram seus antecessores, principalmente Franca e Horta. Prometera, além disso, aos novos milicianos, que deveriam servir na campanha "sòmente por dois anos, no fim dos quais, ou antes, se as circunstâncias o permitirem, voltarão aos seus lares, ficando para sempre isentos de servir em tropa de linha".

Os bons modos do Conde da Palma, que em 23 de abril de 1819 passará o govêrno a João Carlos Augusto de Oeynhausen Gravenburg, prenunciam aparentemente, quando já não o atestam, o advento de tempos novos. Com a administração de seu sucessor, e ainda mais com a da Junta Provisória de Govêrno, formada em resultado do movimento popular de 23 de junho de 1821 sob a presidência do mesmo Oeynhausen, tendem naturalmente a relaxar-se os métodos de recrutamento que se inscrevem entre os aspectos mais vituperados do sistema colonial em declínio. Mudada em Província a antiga Capitania, desde a conversão do Brasil em Reino, em fins de 1815, e adotadas posteriormente as normas constitucionais impostas pela revolução portuguêsa de 1820, tornava-se inevitável uma reorganização dos critérios administrativos no sentido apontado pelo liberalismo incipiente.

... prenúncio de novos tempos

Pode lembrar-se a êste propósito a proibição expressa de se algemarem os recrutas, baixada pela Junta: mesmo os desertores hão de conduzir-se doravante sob escoltas fortes, nunca, porém, "encorrentados". Dispõe igualmente que os capitães-mores e outras autoridades militares deixem de prender moradores por "crimes cíveis", salvo em casos de flagrante delito, e então deverão entregá-los imediatamente à Justiça. Vedam-se as tomadias indiscriminadas de animais para o serviço, de sorte que não se poderão mais exigir cavalgaduras de particulares, senão através de portarias do Govêrno, e ainda assim mediante pagamento de cem réis por légua de percurso.

Em certas circunstâncias, mas não obrigatòriamente, ajustam-se bem essas amenidades à pressão de uma economia em fase expansiva. É o que sucede, por exemplo, quando a Junta ordena o cumprimento escrupuloso do que determina a administração transata a respeito dos administradores

de engenhos de açúcar ou águas ardentes, e das grandes fazendas de escravatura, a saber, que não sejam chamados ao serviço das armas os ditos administradores e feitores, assim como os donos de terras que os não tivessem por governá-las diretamente.

Não se demorou além disso, a Junta interina, em recordar os danos que causava à Capitania a falta de tantos homens válidos empregados nas lutas do Sul, e muito especialmente os que tinham ido fiados nas promessas do Conde de Palma de que estariam de volta em dois anos ou menos. Em agôsto de 1821 oficiou-se nesse sentido a S. A. R., alegando não só ter passado o tempo do serviço como o grande prejuízo que causava à lavoura a ausência de tais homens. De nada valeu o apêlo: só oito anos depois há de voltar uma parte, menos de metade dos que tinham acreditado na palavra de Mascarenhas. Os outros, quando sobreviveram a lutas e padecimentos de tôda sorte, ficarão para sempre no Sul, atraídos pelas seduções da vida sôlta que lhes prometem e a que já se tinham afeiçoado.

Não é outra, em geral, a sorte dos paulistas engajados naquele serviço. Dos milhares de homens que saíram para o Sul desde 1809 (1), calcula-se que só três centenas serão recuperados, e êstes regressam justamente vinte anos depois de partida a primeira leva, isto é, em janeiro de 1829. Pelo decreto de 1.º de janeiro de 1824, que organiza o exército, a cavalaria da Legião de S. Paulo passara a formar o 3.º Regimento dessa arma, e não deixará mais o Sul. Assim também os dois batalhões de caçadores destacados para a Côrte ficarão sempre no Rio de Janeiro.

O desfalque assim impôsto, e por tanto tempo, à parte mais ativa de sua população, exerceu influência sem dúvida poderosa e provàvelmente duradoura sôbre a vida da Província. Não é talvez exagerado suspeitar que a presença aqui daqueles elementos, escolhidos de preferência entre pessoal robusto e aguerrido, teria dado rumos diferentes, mais radicais, ao próprio processo de transformação política a que se sujeitou ela nos anos da Independência. Sabe-se que mesmo os governos mais duros, e o de Franca e Horta bem pode servir de exemplo neste particular, nunca se tinham mostrado impenetráveis à corrupção, à lisonja, às solicitações do favoritismo, e quem escapava por essas malhas à tirania dos recrutamentos não é muito de crer que viesse fàcilmente a cultivar pensamentos sediciosos.

Se é verdade tudo isto, resultará que aos últimos governos coloniais a conscrição militar terá servido indiretamente para escoimar a Província de

(1) Em ofício da Câmara de S. Paulo, de julho de 1824, a S. M. I., diz-se que "na presente época", ou seja, naturalmente, desde 1809, "a Província de S. Paulo socorrera a fronteira sul com 12.000 homens, em 14 expedições, sem falar nos 1.300 homens que seguiram para a Côrte". Pretende-se no mesmo documento que em Minas Gerais havia 16.000 paulistas desertores e emigrados "pelos contínuos e anuais recrutamentos", *Registro Geral da Câmara de S. Paulo*, vol. XVII, S. Paulo, 1928, pág. 458.

elementos que poderiam perturbar até às raízes a ordem político-social no momento em que começasse a cambalear o antigo regime. Acresce que nesse momento tende casualmente a dissipar-se uma das causas de atrito mais capazes de precipitar soluções violentas. Com efeito, nenhum dos sucessores imediatos de Horta, nem Alegrete, nem Mascarenhas, nem Oeynhausen encarna perfeitamente o tipo do déspota colonial. O primeiro, talvez pela sua debilidade e quase invalidez física, os outros pela suavidade do gênio teriam poucas ocasiões de provocar perigosamente a pequeno número dos que se acham com fôrças para suscitar uma ruptura aberta com o passado.

Sim, porque o grande número, aqui como nas outras partes do Brasil, tende a aceitar passivamente, senão com hostilidade contida, o nôvo sistema, se êste nome lhe cabe. Aos desfavorecidos da fortuna é quando muito indiferente uma transformação que não os impede de continuar a carregar a albarda como o burro da fábula. Outros há — o testemunho ainda é de Saint-Hilaire — que se queixam, provàvelmente com alguma razão, da ineficácia dos novos governantes, comparados aos antigos capitães-generais. Como querer que funcionem com rigor os serviços públicos onde ninguém já se sente com fôrças para mandar, e como esperar que se atendam pressurosamente as petições, se já não há quem de bom grado obedeça?

Mesmo aquelas medidas que parecem orientadas pelos sentimentos mais generosos arriscam-se a desservir afinal o bem comum, fazendo-as logo impopulares, apesar das ótimas intenções que as ditaram. Assim, por exemplo, quando a Junta de govêrno provisório determina aos comandantes de vilas e freguesias próximas que não se mande mais "gente constrangida para o serviço do caminho de Santos, e sim voluntários", o menos que é lícito esperar de semelhante ordem há de ser uma total desorganização daquele serviço, que a todos interessa.

Os beati possidentes *uma voz articulada*

Em numerosos casos, porém, a súbita eliminação de abusos inveterados, que a fôrça do costume fazia menos evidentes, já não importava tanto à generalidade do povo quanto a camadas exíguas e contudo poderosas. O que é explicável quando se tenha em mente que aqui, como aliás no resto do Brasil, a emancipação política é principalmente obra daqueles poderosos e, a bem dizer, dos *beati possidentes*. Quando menos dos que, em virtude da própria formação e dos próprios interêsses, se encontram naturalmente alinhados no campo da facção privilegiada. É esta, com efeito, a única fôrça verdadeiramente ativa no país, e que falando por si, pode falar sem contraste, como se manifestasse a voz geral, pois que os demais não têm voz articulada.

Assim, a precedência da vila de Itu no juramento da futura Constituição portuguêsa, que ali se faz inopinadamente a 17 de maio de 1821, antes mesmo de expedidas as ordens competentes de S. M. aos capitães-generais,

explica-se principalmente pela presença de dois ou três homens decididos, que conseguem, de improviso, sobrepujar a timidez e recalcitrância da maioria. A explicação, quem a dá é Vergueiro, justamente um daqueles três homens — os outros são Paula Sousa e Álvares Machado —,quando passado um ano, se reporta perante as Côrtes de Lisboa, àquele notável sucesso: "obtivemos", diz, "por surprêsa que se prestasse juramento, não por todo o povo, mas pelos que se achavam na sala e que não chegavam a cem pessoas".

Entre constitucionais e absolutistas

A partir dêsse ato, que com certeza não é de agrado do govêrno provincial, segundo deixa supor a resposta de Oeynhausen, onde discretamente se alude ao gesto precipitado dos ituanos, está marcada a divisão entre constitucionais e absolutistas, que logo se imbrica, sem fundir-se, na outra, que separa brasileiros de reinóis. Esta, muito mais explosiva, talvez, e empolgante, pois avassala inclusive a arraia miúda, conservadora por natureza e alheia à simples contenda ideológica, não vem à tona, por ora, em sua expressão mais radical, que é, de parte dos brasileiros, o pensamento da emancipação política. Ou se sobe à tona é por meio de manifestações pouco menos do que isoladas: a de maior vulto surge talvez quando Paula Sousa, ainda em 1821 e ainda em Itu, teria proposto e obtido que em documento oficial se chegasse abertamente a falar em Independência.

Nada mais arriscado, no entanto, do que querer reduzir a uma traiçoeira limpidez a complexidade de opiniões que então se digladiam. É possível, é mesmo inevitável, que muito indivíduo, mormente se reinol, deixe de ser uma coisa e outra, opondo-se igualmente às duas idéias em marcha, à constituição e à secessão. Mas neste caso não é mais conveniente uma opção transitória e fingida, já que é forçoso optar, até que a tempestade amaine, os horizontes se aclarem e tudo volte ao antigo estado?

Em verdade a adesão ao Príncipe Regente, que vai contrariar as Côrtes, pode assumir, mesmo e sobretudo entre os absolutistas, tôda a aparência de uma adesão à causa do Brasil, já que ambas tendem momentâneamente a enlaçar-se. Pouco importa que assim seja. A grande ameaça vem agora dos constitucionais, os regeneradores, como gostam de intitular-se; o resto, bem ou mal, se resolverá com o tempo. Seria esta, em pouco, a posição do próprio Oeynhausen, com o que se torna mais compreensível a perplexidade em que se achou constantemente desde que soube do triunfo do movimento liberal do Pôrto: tamanha que, temeroso das suas possíveis conseqüências na Província, chega por três vêzes, segundo foi divulgado, a solicitar do Ministério sua demissão.

A Junta paulista e a ação dos Andradas

O levante a 3 de junho do batalhão de caçadores de São Paulo, onde o interêsse que revelam os sublevados no aumento dos seus soldos é reforçado pela ponta de despeito da tropa brasileira contra as vantagens de que continuam

a usufruir os militares europeus, é uma primeira confirmação dos temores do general. A segunda há de aparecer vinte dias depois com o movimento preparado pelos chefes liberais na praça de São Gonçalo. O que agora salva Oeynhausen da deposição é a presença de espírito e o prestígio do Conselheiro José Bonifácio, que, congregando logo as pessoas de mais eminência no eclesiástico, nas armas, no comércio, na instrução pública, na agricultura, consegue enfim ver aprovada a formação do govêrno provisório de 23 de junho, sob a presidência do mesmo governador.

Aclamado para a vice-presidência, o santista, que tem já um irmão, o Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, colocado no pôsto-chave do govêrno, o de secretário do Interior e Fazenda, não se limita a atuar, daí por diante, de conformidade com um título que a rigor só lhe dá papel ativo na eventual falta do presidente. Isso mesmo se deduz de um testemunho de Vergueiro:

> "O capitão-general da Província", são palavras dêste, "havia anteriormente perdido tôda a fôrça moral, e deu parabéns à sua fortuna ser nomeado presidente do govêrno provisório, emprêgo que serviu ostensivamente, deixando obrar o vice-presidente José Bonifácio."

A presença do Andrada, e não só nos atos do govêrno provisório como em tôda a atividade política da Província, faz-se logo absorvente. Para um exemplo, lembre-se como as *Lembranças* e *Apontamentos* aos deputados paulistas às Côrtes, que deviam representar trabalho coletivo, traem constantemente essa presença, às vêzes exclusiva, e isso fêz pensar que no essencial ela é de sua lavra. Predomina do comêço ao fim a idéia de que o Brasil deve permanecer unido e perfeitamente equiparado a Portugal como um todo, com seu centro próprio, idéia que mesmo entre os brasileiros mal principia a tomar consistência, havendo muitos, mormente nas províncias do Norte, que a julgam inexeqüível e menos necessária depois da partida do rei velho.

Claramente andradino é o interêsse em ver civilizados os índios bravos, objeto de uns apontamentos que o próprio José Bonifácio há de oferecer depois à Constituição brasileira, junto com o plano que visa a preparar progressivamente os escravos negros para a total liberdade, fazendo-os cidadãos ativos e virtuosos. Ambos os tópicos são abordados nestas instruções aos deputados, bem como dois outros notòriamente caros ao conselheiro, o da subdivisão da propriedade territorial e da transferência da sede do govêrno para o centro do país. Entre as matérias que recebem singular ênfase neste papel, ao lado do ensino universitário, está a reforma dos chamados estudos menores: êste é assunto de Martim Francisco, o "mano Martim", que dêle já se ocupara em trabalho largamente calcado sôbre escrito de Condorcet, referindo-o afinal em plano apresentado em 1823 à Assembléia Constituinte, de que existe texto publicado na mesma data pela Imprensa Nacional.

Os decretos das Côrtes e a "solução" paulista

Dêsse preparo prévio é difícil dissociar a vigorosa e memorável atuação dos deputados de São Paulo no Congresso de Lisboa. Mas na própria Província, o amadurecimento paulatino da opinião geral processa-se em consonância com essa atuação dos seus representantes e não raro ajuda a atiçá-la. Entre os caminhos possíveis e vários que são alvitrados para se resguardarem os direitos brasileiros, o que ao cabo prevalecerá é o da solução paulista — andradina? — favorável à união das diferentes províncias em volta do Príncipe Regente.

É de notar, por outro lado, que a impressionante coincidência entre os pontos de vista expressos pelo govêrno provisório e os que tratam de impor-se no Rio de Janeiro, empolgando afinal o próprio D. Pedro, não parece fruto de qualquer acôrdo prévio. Já a 6 de outubro de 1821 assenta-se na junta de govêrno que, remetendo a Sua Alteza cópia das instruções aos deputados, se oficie ao mesmo Augusto Senhor para que não se ausente do Brasil, por lhe parecer ao dito govêrno que êsse afastamento seria uma calamidade pública e que a permanência do Príncipe significaria, ao contrário, "hum laço de maior precisão para a conservação da integridade da categoria dêste Reino".

Passados pouco mais de três meses, quando afinal se conhecem os decretos das Côrtes suprimindo tribunais no Brasil e exigindo a volta de Sua Alteza, deliberam os patriotas fluminenses mandar emissário para alcançar a adesão dos paulistas a seu esfôrço em favor da continuada presença de D. Pedro. Antecipando-se porém a êsse apêlo, já os de S. Paulo se tinham manifestado em igual sentido, primeiro a 19, em sessão da Câmara da cidade, depois a 21 de dezembro, em reunião da junta de govêrno da Província.

O apêlo ao Príncipe

As expressões da representação da mesma Junta, datada de 24 de dezembro, não são provàvelmente, por sua violência extrema, as que desejara Oeynhausen. Pois ao próprio Antônio Carlos, então em Lisboa, não há de parecer ela, segundo escreve a Martim Francisco, "a mais áspera que podia ser" e seus têrmos difíceis de engolir? Das resistências opostas por Oeynhausen a êsses têrmos não ficou registro nas atas das sessões do govêrno provisório, mas a elas se refere Machado d'Oliveira que se achava em boa situação para conhecer os fatos. O que consta das atas é a súplica feita pelo mesmo Oeynhausen, justamente à véspera da reunião em que se redigiu o texto, insistindo para que lhe seja dado licenciar-se do lugar de presidente, do que é dissuadido por Martim.

Se a aspereza dêsse documento pôde logo parecer fruto de uma indignação arroubada, que não quer e nem pode conhecer conveniências, seu efeito é antes o de um ato calculado, tão bem calculado como, por exemplo, o que meses antes ditara as instruções aos deputados. A D. Pedro, a sua fácil e irrequieta suscetibilidade, fala na linguagem que convém, segundo

os fins visados, tocando em sua dignidade de homem e príncipe, ferido por "um pequeno número de desorganizadores" que o querem escravizar, e que ainda por cima se propõem levá-lo a correr a Europa como um "pupilo rodeado de aios e espias". Diz-lhe, em suma, o que lhe apraz e o que é mister dizer para incitá-lo a mais prontamente reagir.

A reação reinol e o argumento de imaturidade

Nos "regeneradores" de Lisboa deve o mesmo papel, por idênticas razões, suscitar reação bem diferente, batendo em cheio no alvo aparentemente visado. Êsses, os deputados portuguêses, terão de ouvir agora o que não desejaram, e forçosamente de falar o que calaram, porque até agora lhes conviera calar. Desde o momento em que se fêz conhecido o texto, as palavras com que passam a ser denunciados os homens da Junta e o seu destemperado ofício — "fátuo documento", "rebelde Junta", "infame e sediciosa Junta", "a furiosa Junta paulista", os "13 infames de S. Paulo", "excede a tôdas as medidas da insolência, da anarquia, da rebelião", "... proscritos sejam para sempre de sôbre a terra homens tão malvados e perversos..." — já bastam para deixar ver o abismo que divide dos portuguêses americanos os europeus. Verdade é que, tomados de surprêsa e contagiados pela indignada eloqüência da maioria, os próprios brasileiros, em geral, apressam-se a deplorar as expressões desabridas do govêrno de S. Paulo.

Provocados assim em seu enorme amor-próprio, resolvem os reinóis descobrir-se com franqueza pela bôca de um dos seus mais briosos representantes. Assim é que, ao explicar certa modificação introduzida num projeto anterior sôbre a subordinação dos comandantes militares às juntas de govêrno brasileiras, exclama Borges Carneiro:

> "As sucessivas notícias do Brasil têm levado as coisas a tal evidência, que já se não pode sustentar o que se escreveu quando se fêz o presente artigo. É necessário falar claro e tomar diversa marcha: no Brasil, geralmente falando, não há ainda aquela civilização que supõe o sistema constitucional."

Como se esperasse essa tirada, ergue-se imediatamente Antônio Carlos para revidar no mesmo pé:

> "Obre-se com franqueza conosco, declare-se embora a guerra generosamente, cesse de uma vez a burlesca farsa de uma ilusória representação." E dias depois, tomando de nôvo o fio: "Se se quer declarar guerra ao Brasil é preciso antes declarar-se que a representação dessas províncias dissidentes se acha vaga. Que quer dizer estarmos aqui ouvindo insultos a cada momento? Rasgou-se o véu; não podemos ser representantes."

Não se deixa esperar muito o resultado dessas palavras. Em indicação de 26 de agôsto, a propósito da convocação de uma Assembléia Constituinte no Rio de Janeiro, anuncia-se que tal medida, por si só, já implica em "soberania separada". E nomeiam-se logo as quatro províncias:

"S. Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outras... em perfeita união com o Príncipe Real e em dissidência com Portugal..."

Aquiescência do Príncipe

Envoltos na mesma argüição de imaturidade, que a um poderia tolher a Coroa, por falto de instrução, e a outros, por faltos de civilização, privar das franquias constitucionais, que se reservam a europeus, aquela perfeita união entre o Príncipe e algumas províncias brasileiras, de que trata a indicação de 26 de agôsto, deveria parecer muito possível se já não fôsse uma realidade. Logo se evidenciou, com efeito, que D. Pedro, como o notaram alguns deputados, se tinha deixado enlear, afinal, nos "insurretos projetos de S. Paulo e do Rio". Pois não servia para denunciar a existência do acôrdo a presteza com que atendera ao apêlo dos fluminenses, paulistas e mineiros para desobedecer às ordens de Lisboa, a nova composição que dera ao seu govêrno, e agora essa convocação de uma Constituinte independente das sacrossantas Côrtes portuguêsas?

Particularmente acintosa devia parecer a preponderância assumida por José Bonifácio no nôvo Ministério, onde o santista ingressara antes mesmo de entregar pessoalmente ao Regente uma segunda representação de São Paulo e menos de um mês depois de redigido o ofício do govêrno da Província que tamanha bulha vinha causando. Não era preciso mais para evidenciar-se a plena aquiescência e o apoio de D. Pedro às expressões pouco respeitosas da Junta.

A Junta expressa o sentimento público

Ainda que com isso tenda a perder muito de seu alcance, não desfalece contudo o debate surgido sôbre se o texto incriminado manifesta um sentimento geral no Brasil, especialmente na Província de S. Paulo, ou se exprime tão-sòmente o pensar de seus signatários, dos treze membros da Junta, que neste último caso poderiam sujeitar-se a exemplar punição. Apesar do cunho um tanto bizantino dessas polêmicas, que de ordinário não se fundam em conhecimento acurado dos fatos, dividem-se fàcilmente e exacerbam-se os pareceres. O de Antônio Carlos, que pelas ligações íntimas com membros do govêrno paulista é voz sem dúvida autorizada, mas não insuspeita, consta de resposta que dá a um dos deputados portuguêses, onde se admira de que seu contendor insista em imputar a facções o que representa "claramente a opinião geral de quatro províncias".

É possível, em todo caso, que depois dos meses de mal-estar e sobressaltos que vinha atravessando o Brasil e que exigiam algum bode expiatório identificável na política das Côrtes, fôssem essas palavras expressão da realidade. Mormente naquelas províncias onde a opinião geral parecia longamente trabalhada por homens seguros de seus propósitos. Como querer castigar sem perigo, de duas mil léguas de distância, sòmente a tais homens, quando ninguém era totalmente responsável por uma fermentação cada vez mais generalizada e avassaladora, e nem aos supostos culpados

se podia atribuir unidade de propósitos ou recursos com que sofrear ou orientar êsse propósito segundo seu capricho? Longe de ser os verdadeiros chefes, já não seriam êles, sem querer, simples instrumentos de opiniões indomáveis e naturalmene irresponsáveis?

São Paulo, foco de rebeliões

De S. Paulo, Província onde o elemento preponderante é militar, ameaça a inquietação tomar aspectos ameaçadores desde que contaminara a soldadesca, menos inclinada agora do que nunca a sofrer sossegada os maus tratos e as impontualidades crônicas no pagamento dos soldos. A perspectiva de vir a alastrar-se o espírito de insubordinação, sustando o curso natural dos negócios públicos e ameaçando mesmo a paz, a fortuna, a vida dos cidadãos, já se fizera presente desde 3 de junho de 1821 com o comêço do levante ocorrido no 2.º batalhão do Regimento de Caçadores em guarnição na Capital.

Não teve o caso, daquela vez, conseqüência ruidosa além do movimento popular que redundou, afinal, na formação da junta de govêrno provisório da Província. Incomparàvelmente mais sério é o motim do 1.º Batalhão de Caçadores, com sede em Santos, surgido na noite de 28 para 29 do mesmo mês e ano, apenas seis dias depois de instalar-se o nôvo govêrno. Levados por motivos idênticos aos que provocaram a agitação na Capital, principiam os soldados pela tomada da Casa do Trem, arrombamento da cadeia, libertação dos presos, ocupação dos pontos estratégicos nas ruas e largos da vila, com o que se sentem seguros para reclamar e alcançar pronto pagamento dos seus atrasados.

Êste primeiro resultado só momentâneamente parece deixar descansadas as paixões, porque logo ao outro dia saem os homens de nôvo à rua, atacam a morada do comandante e, achando resistência da parte de alguns corpos armados, entram a cometer desatinos de tôda ordem. Os mortos e feridos durante as rixas e os muitíssimos prejuízos padecidos, não só por estabelecimentos públicos, como pelas lojas de comércio saqueadas e pelos particulares ricos obrigados a contribuição pecuniária, determinam as autoridades, temerosas de que o funesto exemplo frutifique, a agir com suma violência.

Depois de estabelecer o pânico e afugentar os moradores, são os sediciosos finalmente dominados na madrugada de 6 de julho por uma tropa saída de S. Paulo sob o comando dos coronéis Lázaro José Gonçalves e Daniel Pedro Müller, respectivamente secretário da Guerra e vogal do govêrno pelas Armas. Tão impiedoso vai ser o castigo dêsses rebeldes, que a crueldade dos algôzes fará depressa com que se esqueça a iniqüidade dos delinqüentes.

O caso não deixará naturalmente de afetar a popularidade de uma administração que se iniciara sob os melhores auspícios. A atmosfera de simpatia de que ela precisava cercar-se foi comprometida sobretudo pelas circunstâncias patéticas que marcam a execução na Capital de um dos

cabeças do motim, o sentenciado Francisco José das Chagas, natural da própria cidade de S. Paulo. A história do suplício do *Chaguinhas*, em que, rompendo-se por mais de uma vez a corda na fôrca, se levantou um geral clamor entre os presentes, sem que os homens do govêrno se movessem a atender a instantes pedidos para a relevação da pena, há de excitar para sempre as imaginações paulistanas.

Na insistência em fazer com que se cumprisse irrevogàvelmente a sentença, cabe talvez a Martim Francisco a responsabilidade maior, não a única, pois a decisão tivera unânime apoio da Junta. Contudo o nome do secretário do Interior permanecerá constantemente associado ao drama, o que não deixará de influir sôbre vários sucessos assinalados em S. Paulo nos meses que antecedem e imediatamente sucedem à proclamação da Independência.

Dissensões na Junta: antiandradismo

A desarmonia íntima que deveu reinar entre os membros do govêrno só se fará pública a 23 de maio de 1822, quando "o povo e a tropa" da cidade, insuflados pelo Coronel Francisco Inácio de Sousa Queirós, vogal do govêrno pelo Comércio e comandante da fôrça armada, provoca uma sessão improvisada da Câmara, onde se solicita a permanência em S. Paulo do Presidente, segundo desejo dos amotinados e se reclama a deposição de dois membros da Junta. Êstes, o Coronel Martim Francisco, investido pela manhã na presidência interina, em resultado da ordem de S. A. R. mandando ir ao Rio de Janeiro Oeynhausen, "para objeto de serviço do Estado", e o Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, vogal do govêrno pelo Comércio — cargo que exercia conjuntamente com o Coronel Francisco Inácio — dão-se afinal por demitidos, encaminhando-se, mais tarde, o primeiro para o Rio, o segundo para Santos.

Até êsse momento nada faria suspeitar da existência de agudas dissensões entre os componentes da Junta. Todos, apesar das possíveis reservas de Oeynhausen, tinham firmado o veemente ofício de 24 de dezembro, incitando o Príncipe a desobedecer às ordens de Lisboa, deliberado que se escrevesse a Minas a fim de que os dois governos apoiassem no mesmo sentido a ação planejada pelos patriotas fluminenses, e concordado com a ida ao Rio, para reforçar os apelos, de uma deputação paulista onde haveria de figurar o próprio vice-presidente, José Bonifácio, que nomeado para o Ministério não voltará mais à sua Província. É de notar ainda que o Ouvidor interino Costa Carvalho, amigo do Coronel Francisco Inácio e seu comparsa na preparação da bernarda de maio, fôra o primeiro signatário da representação de 31 de dezembro da Câmara de S. Paulo, que reforça o ofício do Govêrno e será entregue ao Príncipe por José Bonifácio e seus companheiros de deputação. Poucos dias mais tarde organiza-se a coluna de 1.100 homens dos Leais Paulistanos, destinada a cooperar na defesa do Rio de Janeiro contra a ameaça lusitana, e é Francisco Inácio quem se incumbe de constituir sua infantaria miliciana.

Nada sugere, pois, que as causas da dissensão posteriormente manifestada se prendessem a antigas e arraigadas divergências de ordem ideológica. É plausível pensar que entre alguns dos principais "bernardistas", e seria o caso particularmente de Oeynhausen e o de Francisco Inácio, português um, outro de formação e inclinações lusitanas, lavrasse crescente inquietação em face dos rumos já abertamente secessionistas que vai ganhando a resistência à política de Lisboa. Mais do que isso, porém, há de ter contribuído de forma poderosa para o desfecho de 23 de maio, a absorvente preponderância política dos Andradas, somada ao feitio autoritário, ao desmarcado orgulho pessoal, à agressiva obstinação que sempre os distingue. Que distingue em particular a Martim Francisco, o menos tratável dos irmãos e sem dúvida o menos apto a aliciar simpatias populares.

Conquanto, se a distância no tempo e as numerosas controvérsias suscitadas até hoje pela famosa bernarda não deixem lugar a um juízo seguro acêrca do estado da opinião em São Paulo durante aquêles acontecimentos, nada sugere que o clamor exaltado de soldados e homens do povo contra a manutenção de Martim Francisco no govêrno provisório representasse obra exclusiva de um ambicioso grupo que precisava dêsses tumultos para mais fàcilmente descartar-se dos que lhes estorvavam os intentos. Que o sentimento antiandradino é então uma realidade, ao menos na Capital da Província, mostra-o o resultado das eleições para o nôvo govêrno, processadas a 29 de agôsto, presente em S. Paulo o Príncipe Real, que pouco depois proclamará a Independência e que se acha, por ora, sob a influência todo-poderosa de José Bonifácio. Nesse pleito pode dizer-se que cêrca de quatro quintos do eleitorado sufraga os nomes dos candidatos "bernardistas", isto é, adversos aos Andradas: êsse resultado só será mudado pelos sufrágios das outras partes da Província, principalmente da Comarca de Itu, que desde o início se mostrara contrária ao movimento de 23 de maio.

2. APÓS A INDEPENDÊNCIA

As dissensões e as bandeiras partidárias do Império

Nas eleições de 22 de setembro de 1822 para a Constituinte já vencem sem discrepância os adeptos tradicionais e mais resolutos do chamado partido brasileiro, o que serve para demonstrar como a Independência, proclamada quinze dias antes, respondera a uma solicitação generalizada. Ainda assim, nenhum dos Andradas, exceção feita a Antônio Carlos, receberá as preferências do eleitorado. José Bonifácio surge em penúltimo lugar no rol dos eleitos, logo antes de Fernando Pinheiro, e êste, o futuro Visconde de São Leopoldo, opta, apesar de paulista, pelo Rio Grande do Sul, que também o elegera. Quanto a Martim Francisco, só lhe caberá uma suplência e prefere ir integrar a bancada fluminense.

A exceção em favor de Antônio Carlos seria justificável em grande parte pelo fato de ter estado fora do Brasil durante os meses em que se acirrara o antagonismo entre membros do govêrno provisório. E mais do que isso, naturalmente, pela sua atividade quando deputado de São Paulo em Lisboa. Aliás, dos seis representantes paulistas às Côrtes, um apenas deixará de tomar assento na Constituinte brasileira, tendo sido eleito porém suplente: é Diogo Antônio Feijó, nome relativamente obscuro por enquanto, e que só mais tarde se projetará largamente no cenário provincial e imperial.

Da bernarda de Francisco Inácio, espécie de pronunciamento militar no estilo hispano-americano, pode-se pretender talvez, sem exagêro, que assinala o comêço de uma nova era na sociedade política provincial. Já se tem dito que nas dissensões então surgidas se acham prefiguradas as bandeiras partidárias que tomarão forma definitiva às vésperas do Segundo Reinado. O que é exato em parte, na medida em que se queira dizer que a vida longa dêsses antagonismos vai preparar terreno em S. Paulo para o surto e florescimento das organizações partidárias nascidas na Regência. Superado, com efeito, o absolutismo colonial, verifica-se agora como tais disputas se podem fazer atuantes, eficazes, até necessárias na nova ordem.

Menos certo é o querer que das divergências supostamente teóricas ou ideológicas que se afirmariam na sedição de Francisco Inácio haja prolongamento natural nas futuras divisões e denominações partidárias tais como se hão de implantar na Província. Parece ocioso, contudo, procurar insistir em demasia sôbre êste ponto, pois é resvalar num truísmo o dizer-se que os partidos políticos entre nós nunca se mostrarão efetivamente dependentes dos princípios teóricos que julgam professar os seus cabeças. A verdade é que os princípios e necessàriamente os programas, quando existem, não servem para lhes dar coerência íntima e consistência duradoura. Servem antes para colorir ostensivamente, querendo dignificá-los de algum modo, e justificá-los, certos antagonismos de grupo que de qualquer forma apareceriam, sem êles ou contra êles.

Como pensar diversamente quando se conhecem os itinerários seguidos por alguns dos mais ilustres homens públicos da época? Mesmo os Andradas, que se jactam em 1821 de avançados, irão passar em 1831 a retrógrados e caramurus; oito e nove anos depois, morto José Bonifácio, já se alinham entre os da facção liberal, menos por fidelidade e convicções entranhadas do que por efeito de contrariedades e ressentimentos. De outra parte, e para só lembrar êsse caso, José da Costa Carvalho, tido como o verdadeiro mentor da quartelada de maio de 1822, segue caminho oposto: retrógrado no comêço, depois radical, até suspeito de republicanismo, vai ser em 1842 o presidente conservador da Província, combatido pelos revolucionários de Sorocaba. Dessa vez, é bom notar, militam entre seus inimigos alguns daqueles mesmos que a bernarda combateu ou que dela

dissentiram mais ou menos abertamente. Efeito de rancores antigos e ainda não sopitados?

Reais motivos dos conflitos

Em todo caso, se rancores pessoais podem subsistir tanto tempo, já não subsistem com certeza as razões teóricas aparentes, nem têm conteúdo semelhante as motivações reais e profundas dos conflitos que agora, como há vinte anos, agitam a Província. Imaginar o contrário seria não ter em mente a transformação autênticamente revolucionária que, durante o intervalo, atingiu em tôdas as partes a economia e a sociedade locais, ajudando a refazê-las sôbre bases novas com uma rapidez que não encontra paralelo talvez no resto do Brasil.

Retrato de São Paulo

Para melhor atinar com o alcance de tal processo é necessário considerar que ao tempo da Independência a economia de São Paulo ainda não assenta de modo predominante sôbre a agricultura, como sucederá mais tarde, e por outro lado, que os mais enérgicos fazendeiros de açúcar ou café, no Segundo Reinado, não procedem, senão por exceção, da classe que dois ou três decênios antes se achara associada ao mister rural. Pode-se dizer que em 1822 andava quase em seu comêço a grande lavoura — seu comêço remonta pràticamente ao limiar do século —, de sorte que os grupos dirigentes têm de recrutar-se de preferência e geralmente se recrutam entre profissões urbanas.

Na sua maioria, os homens de mais poder e cabedal são europeus ou brasileiros de primeira geração que contraíram laços de família com a velha nobreza do lugar. Ao lado dêsses há os que, à falta aqui de base econômica satisfatória, tinham saído a ganhar a vida longe da Capitania, ora nas minas de ouro, ora no continente de São Pedro, ocasionalmente nas principais praças do litoral, e de volta à terra puderam galgar a situação eminente que os novos recursos lhes propiciaram.

Dêsses, alguns, é certo, principiavam a voltar-se para a exploração de engenhos de cana e fazendas de escravaria, mas contam-se nos dedos os que por êsse meio tenham chegado à atual prosperidade. A terra destinada à grande lavoura podia ser, como hoje se diz, um bom emprêgo de capital, não constituía porém, ou começava apenas a constituir, um meio de vida.

Prestígio das armas e do clericato

Tradicionalmente, a ocupação favorita da gente graúda, e uma das mais respeitáveis, fôra sempre em S. Paulo a carreira das armas, e a rigor ainda não deixara de sê-lo. Exercendo poderoso atrativo sôbre os filhos das famílias mais distintas pelo nascimento e pela fortuna, ou ainda sôbre aquêles que, com tal meio, contam ascender na escala social, equiparam-se de algum modo os empregados militares ao que, durante o fastígio da economia açucareira e cafeeira, vão ser as profissões liberais. E também há, ao lado delas e com iguais privilégios, as ordens sacras, que uns procuram por vocação e os mais talvez por uma espécie de obrigação. Os afoitos não deixam

de voltar-se para os negócios comerciais, que podem simultâneamente exercer com empregos mais ilustres, pois em geral não são incompatíveis com a milícia nem com o sacerdócio, e raramente derrogam a nobreza.

O prestígio social que tanto corresponde ao ofício das armas quanto ao estado clerical, além de assentar sôbre imemorial tradição, serve para definir bem uma comunidade onde não se proporcionam fàcilmente outros caminhos a quem deseje honestamente assegurar-se relativa estabilidade material. Uma vantagem que em nossos dias se associa aos empregos públicos, a de tornar seu ocupante menos sujeito a azares e caprichos, elas as possuem em grau superior e quase como apanágio exclusivo num ambiente que ainda não desenvolveu uma estrutura burocrática moderna, de cunho permanente.

Se é isto verdadeiro a propósito dos militares, que em todo caso se expõem a perigos, adversidades e injustiças, não o é menos no caso dos clérigos. Na prática, aliás, a posição do clero no Brasil colonial e até certo ponto durante o Império, equivalia sem grande diferença à dos funcionários do Govêrno, desde que êste se obrigava a pagar-lhes as côngruas competentes derivadas dos rendimentos da Ordem de Cristo. Ao lado disso era costume perceberem os párocos suas "conhecenças" de taxa variável, segundo o tempo e o lugar, com o que supriam a deficiência das côngruas. Reminiscências dos primitivos dízimos pessoais, que deviam os paroquianos aos pastôres para a honesta subsistência dêstes (1), a cobrança das conhecenças foi causa de inúmeras polêmicas, onde não raro se envolviam os prelados e que motivaram as constantes desinteligências surgidas em S. Paulo entre o bispo D. Mateus de Abreu Pereira e vários governadores.

Não é êste o lugar para a abordagem do assunto, senão na medida em que esclarece o aspecto da atividade dos eclesiásticos que se tornara menos grata aos povos. Entendiam muitos, com efeito, que, já tendo os párocos suas côngruas satisfeitas pelo Govêrno, não lhe era lícito exigir a contribuição pessoal em paróquias coladas. Fundavam-se especialmente em antiga provisão de D. João V dirigida ao Senado de Itu, a qual, todavia, segundo inteligência que lhe dava D. Mateus, não proíbe aos clérigos receberem tributos já existentes, mas sim cobrarem novos.

De qualquer modo é fora de dúvida que muitos curas de almas incidam em abusos capazes de escandalizar até os mais devotos atraindo sôbre si a reprovação geral, em detrimento do conceito em que deve ser tido o estado clerical. A Câmara de Apiaí chegou a representar certa vez ao Govêrno contra a ganância dos párocos da mesma vila, e também de Paranapanema e Xiririca, os quais, além de obrigar os povos a quantias

---

(1) Sôbre o assunto ver especialmente Pe. Oscar de Oliveira, *Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da Colônia e do Império*. Tese de láurea em Direito Canônico na Pontifícia Universidade Gregoriana (Juiz de Fora), págs. 53 e 125-130.

exorbitantes para as suas posses, chegavam a pôr em praça, para se pagarem, até as palhoças e pequenas searas dos pobres. Um dêsses vigários deixava de conceder desobriga quaresmal a quem não levasse seiscentos réis por si e outro tanto por cada um dos criados. O resultado era despovoarem-se ali as minas, já que não havia quem pudesse pagar tais ordenados. Em Antonina tornaram-se tensas em certa ocasião as relações entre os moradores e seus párocos, que deixavam de confessar quem não tivesse satisfeito conhecenças do ano anterior, e já havia quem, por isso, se apartasse da Igreja, embrenhando-se no mato. A razão alegada neste e em outros casos por D. Mateus, para desculpar tamanhos desaforos, era a de que a côngrua de cem mil-réis não bastava para a sustentação dos vigários e respectivos coadjutores onde fôssem as freguesias muito extensas.

Ao mesmo bispo, que se encontra à testa da diocese nos dias em que se elabora e proclama a Independência, deve-se, até certo ponto, o exacerbamento da polêmica, desde que à sua chegada, e sem embargo de forte oposição da edilidade paulistana, restabelecera a obrigação para os diocesanos e forasteiros que quisessem casar de pagarem à Câmara Eclesiástica importâncias tidas como exageradas. Alegava a propósito ser êsse o costume antigo da terra, embora pretendessem seus opositores que a cobrança contrariava expresso acórdão do Juízo da Coroa. A respeitabilidade, porém, da condição prelatícia pairava acima dessas disputas, e por si só assegurava posição eminente a D. Mateus. Tanto que, destituídas por D. Pedro as autoridades envolvidas no motim de 23 de maio, foi êle muito naturalmente, e sem contraste, o escolhido para encabeçar o nôvo govêrno.

Se a cobiça dos clérigos não afeta a alta reputação em que geralmente é tido o estado eclesiástico, também não se pode esperar que a brutalidade e arbítrio freqüentes nos comandantes de tropa embaraçasse a situação realmente privilegiada que cabe à carreira das armas. A propósito não é sem interêsse notar como entre os quinze membros e vogais que inicialmente compuseram o govêrno provisório presidido por Oeynhausen (dez nos últimos tempos, com a saída de José Bonifácio, Lázaro José Gonçalves, Vergueiro — os primeiros para o Rio, o terceiro para Lisboa — e com a morte do arcipreste Felisberto Gomes Jardim), dez tinham patente militar e três eram religiosos. Havia militares não apenas nas três secretarias como entre os vogais do comércio, da agricultura, da instrução pública, sem falar naturalmente nos deputados pelas armas. E ainda que alguns devessem guardar apenas os títulos e honrarias do pôsto, essa mesma circunstância ainda é indicativa do persistente prestígio de sua corporação.

Não parece menos certo, por outro lado, que êsse prestígio se sustenta sôbretudo, em certos indivíduos, do fato de convergirem em seu favor fatôres totalmente estranhos à carreira das armas. O Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão e o Coronel Francisco Inácio de Sousa Queiroz, que se incluem como deputados e vogais na Junta interina, pertencem à gente

mais abonada da Província e ninguém supõe que devessem a posição preeminente que ocupam mais às suas patentes do que à sua abastança. Não há aqui um sintoma da transformação que se vai operando nos quadros sociais da Província, e que a crescente complexidade da economia local só servirá para precipitar? Pode quando muito dissimulá-la a fôrça de hábitos adquiridos, sempre que o costume e a tradição cheguem a predominar, o que não raro sucede, sôbre interêsses do momento.

Não é o caso de Jordão, que nunca exercera comando, e que, apesar de seu pôsto, parecia pouco afeito à milícia, mas é claramente o de Sousa Queiroz, em quem a opulência recente não amortecera o brio do oficial, orgulhoso de um passado guerreiro e cioso da progênie e parentela européias. Assim se compreende que enquanto militar, e militar colonial, procurasse resistir impetuosamente a fôrças que iam minando a ordem tradicional. Não está nisso, em suma, o sentido da reação antiandradina que encabeçara?

O antiandradismo e as condições emergentes

Por outro lado é difícil imaginar que os Andradas representassem muito melhor as condições emergentes, que iam romper a estrutura econômica e social do passado. Inovadores, mas conservadores ao mesmo tempo, hostis ao predomínio reinol, e no entanto comprometidos em muitos pontos com o adversário que condenam, sua oposição àquele passado é mais epidérmica do que fundamental, mais de forma do que de substância. Mesmo as reservas de José Bonifácio à escravatura apóiam-se por vêzes sôbre uma espécie de nostálgica idealização, até "idilização" do passado, o passado de sua Província natal, que deixara em 1783 meio adolescente, para ir estudar no Velho Mundo, e agora, de volta, após quase quarenta anos de ausência, vinha achar inteiramente mudada, e em vias de transformar-se mais ainda.

Contra os que julgavam necessários os escravos no Brasil, alegando a frouxidão e indolência dos naturais, lembraria o Andrada, em sua célebre *Representação* de 1823, que a Província de S. Paulo "antes da criação dos engenhos de açúcar, tinha poucos escravos, e todavia crescia anualmente em povoação e agricultura e sustentava de milho, feijão, farinha, arroz, toucinho, carne de porco etc., a muitas outras províncias marítimas e interiores" (1). Ainda que essa evocação não se ajuste ao que conhecemos das condições mofinas em que se encontrara a Capitania quatro décadas antes, a S. Paulo de Martim Lopes ou de Cunha Meneses é indubitável que servia para reforçar as sábias e generosas intenções de um espírito educado ao influxo do pensamento da Ilustração.

(1) D'Andrade e Silva, José Bonifácio, *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sôbre a Escravatura*, por... Paris, MDCCCXXV, pág. 14.

Novas tendências e novos homens

Realizáveis quando muito a longo prazo, essas idéias discrepavam fundamente, no entanto, das tendências de uma nova era que já principiara a surgir na Província, ou dos homens novos que a encarnavam. E muitos dêsses mesmos homens, que com o andradismo se tinham solidarizado em 1822, contra os retrógrados da Capital, gente de Itu, de Pôrto Feliz, de São Carlos, de Jundiaí, proprietários de grandes canaviais, senhores de numerosa escravaria, ficariam de certo alarmados se pudessem apreender em tôda a extensão, idéias tão avêssas aos seus supremos interêsses.

De fato nenhum traço comum os associa àqueles lavradores que em 1783 se encerravam ainda no círculo fechado de uma economia de subsistência, sem imediatas perspectivas de progresso, roceiros de milho, feijão, mandioca, arroz, cevadores de porcos, fabricantes de toucinho, que José Bonifácio quisera rever agora num quadro imaginário, que se tinge da côr de sua saudade. Êstes vão ceder lugar, cada vez mais, a uma raça ambiciosa, prática, adestrada na mercancia, na milícia, até na ronha forense, e que isenta de compromissos com o passado, disposta a enfrentar todos os riscos, apta a socorrer-se, onde possível, dos mil recursos que lhe ditou a familiaridade com a vida das cidades e mesmo de metrópoles, marcha para triunfar e ganhar o futuro.

As origens das dinastias açucareiras e cafeeiras

De fato, à origem das maiores dinastias canavieiras e cafeeiras do século XIX, o que se encontra em São Paulo é, com poucas exceções, um negociante ou um soldado, não raro uma coisa e outra ao mesmo tempo, às vêzes algum advogado ou magistrado, europeus de preferência ou então brasileiros da primeira geração, que firmaram sua posição casando com filha da terra e aplicando a renda em bens fundiários. Não pertence nìtidamente a tal raça o próprio Francisco Inácio de Sousa Queiroz, filho de uma paulista de Santo Amaro e de um reinol que tinha feito fortuna comerciando com Mato Grosso?

Pouco se sabe de Francisco Antônio de Sousa, pai do comandante "bernardista", além do que consta de sua fé de ofício, requerida para o hábito da Ordem de Cristo, e que só se detém nas etapas da carreira militar. Num atestado da Câmara diz-se, entretanto, que concorrera para as rendas reais com o fruto dos seus negócios e dos cargos que exercera. Em 1817 já tirava de engenhos que tinha em S. Carlos de Campinas, uma produção média orçada em dez a doze mil arrôbas de açúcar. De outro "capitalista", um dos maiores do tempo em S. Paulo, o Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, sabe-se que enriquecera com o pai homônimo, português êste, e também militar, no comércio de tecidos e ainda na compra de ouro em Mato Grosso, fazendo-se ao cabo grande latifundiário. Seu sobrinho Antônio da Silva Prado, futuro Barão de Iguape, neto do velho Jordão e um dos campeões, em 1822, da facção andradina, começou a vida de co-

merciante com minguada soma que logo dissiparia numa desastrosa operação financeira em Goiás. Passando a Caitité, na Bahia, consegue, porém, recuperar o perdido, em negócios de algodão, de sorte que, ao longo de onze anos de esfôrço obstinado, acumula o opulento capital com que, de volta a S. Paulo nos fins de 1816, já em 1817 consegue abrir engenho de açúcar em Jundiaí.

De exemplos tais, que se poderiam resenhar até à monotonia, o mais impressionante é o do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, tio e sogro de Francisco Inácio, apontado por Louis d'Alincourt, em 1817, como "homem ajudado pela fortuna de hum modo espantoso, e que possui uma das mais sólidas casas do Brasil". Depois de se dedicar, com o irmão Francisco Antônio, a especulações mercantis em Mato Grosso, e de exercer cargos públicos, como o de Guarda-mor da Casa de Fundição, que ocupava em 1765, arriscara-se a arrematar seguidamente vários contratos, como o do Subsídio Literário, o dos Novos Impostos, o dos Dízimos, com o que, em dez anos, deve ter multiplicado os seus bens. Simultâneamente desenvolvia largamente seu negócio de fazendas sêcas, nêle empregando navios que giravam para diversos portos marítimos.

Em 1816, com terras que alcançara de sesmarias e outras que passara a comprar, associou-se ao advogado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro numa vasta emprêsa para a criação de gado e o fabrico de açúcar e aguardente. Vergueiro entrava, por sua vez, com o engenho do Limoeiro, no distrito de Piracicaba, e uma fazenda de criar nos campos de Araraquara, sujeitos então ao mesmo distrito, um e outro em terras de sesmaria. Não se incluíam aparentemente nos bens da sociedade, diretamente administrada por Vergueiro, enquanto o sócio ingressava com o capital necessário à exploração, as propriedades de Luís Antônio existentes fora da área piracicabana, entre elas os dezesseis (?) engenhos de açúcar de Campinas, cuja renda se orçava, no ano de 1817, em cêrca de 80.000 cruzados.

Após o falecimento, em 1819, do Brigadeiro Luís Antônio continuará Vergueiro a dirigi-la até 1825. Nesse mesmo ano, o antigo Ouvidor José da Costa Carvalho, natural da Bahia, que casara pouco antes com a viúva de Luís Antônio de Sousa, ajustou a dissolução da sociedade. Em nove anos de eficaz administração, os bens da firma, que se avaliavam à sua fundação em 23:996$100, tinham passado a valer 58:413$800, cabendo agora 42:781$969 aos herdeiros de Sousa. Nas propriedades que se dividiram entre êsses herdeiros, origem de muitas fazendas e fortunas do século XIX, incluía-se o engenho cujo nome se vai incorporar aos títulos com que, desde 1841, será agraciado Costa Carvalho, sucessivamente barão, visconde, marquês de Monte Alegre. Do quinhão de seu sócio há de sair, entre outras, a fazenda de Ibicaba, onde o futuro Senador Vergueiro, português de nascimento, mas brasileiro adotivo, tentará seu plano de colonização de parceria.

São êsses homens de uma espécie nova, sensíveis ao apêlo da grande lavoura, apesar de nascidos e crescidos geralmente fora do meio rural, às vêzes fora de S. Paulo e do Brasil, que, desatados de uma tradição esmagadora, animados de vigoroso espírito de independência e iniciativa, passam agora, e por longo tempo, a empolgar o cenário econômico, social e político da Província. A ela acrescentam-se sem esfôrço alguns paulistas de antiga cêpa ou sem mescla recente, que fora da Capital, em Itu principalmente, tinham começado a trilhar caminhos idênticos. Mas êsses mesmos — e logo ocorre lembrar nomes como o de Antônio Pais de Barros, quase um *self-made man*, e naturalmente o do patriarca Antônio de Barros Penteado, enriquecido na mineração — parecem tão estranhos quanto os primeiros ao pêso da rotina agrícola.

Itu, pioneira da lavoura comercial e da emancipação nacional

Não é talvez por acaso que Itu, pioneira da lavoura comercial, também se apresenta desde cedo como pioneira do liberalismo e da emancipação nacional. Embora o triunfo das novas idéias encontrasse também ali opositores famosos como o célebre Capitão-mor Vicente da Costa Taques Góis e Aranha, que leva até à caricatura seu papel de *laudator temporis acti*, não seriam tão poderosas essas resistências, ou tão recalcitrantes, como as que se podem exercer na capital da Província. Menos dependentes do influxo de burocratas e militares reinóis, mais ultrajados, sem comparação, pelos rigores do velho regime, que ali se exerce por meio de opressões fiscais e recrutamentos incompatíveis com a índole de uma lavoura expansiva, não lhes custava, aos de Itu, identificar as exigências dessa economia com as reivindicações do liberalismo.

Acresce que tais reivindicações, se tinham um solo já amanhado para acolhê-las, também acharam, no momento oportuno, os homens que as poderiam encarnar com teimosia e denôdo. E é significativo que, entre êstes, se algum, como o próprio Vergueiro, é de formação e origem européias, os mais não precisavam ter deixado o país e nem alcançar grau acadêmico para assimilarem e representarem ativamente a mesma causa. Assim sucede, por exemplo, com Paula Sousa, ligado até por laços de família à aristocracia territorial em embrião, pois que é genro do Capitão Antônio de Barros Penteado, tio do Coronel Francisco Inácio, cunhado de Antônio Pais de Barros — futuro Barão de Piracicaba —, concunhado do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, mais tarde de José da Costa Carvalho, e ao mesmo tempo um intransigente advogado de princípios jacobinos. Sucede o mesmo com Diogo Antônio Feijó, o qual, apesar da sotaina e das afinidades com o rigor quase jansenista dos padres do Patrocínio, não deixa de tornar-se, segundo a expressão de um Vicente da Costa Taques, "homem perigoso e cheio das idéias criminosas de liberdade".

Foi talvez uma coincidência fortuita o que chegou a reunir êsses homens possuídos de um mesmo fervor, num mesmo lugar e ao mesmo

tempo. Não parece menos certo, porém, que sua voz e sua ação fàcilmente se haveriam de perder se não encontrasse meio predisposto a acolhê-las e animá-las. Foi assim que a presença da vila de Itu se pôde fazer admiràvelmente atuante em alguns instantes verdadeiramente decisivos para a vida, não só da Província, mas do Brasil: em 1821, quando, sem esperar precedentes, jurou a carta constitucional que se ia elaborar; em 1822, quando ergueu sua voz contra os "facciosos" da Capital, que tinham deposto dois membros da junta interina, e ainda em 1824, quando, exemplo quase isolado em todo o Império, após notáveis reservas ao projeto de Constituição, que S. M. I. ia outorgar à nação.

Receptividade às manifestações ituanas

É importante ter em mente que tais atitudes não permanecem sem eco. A maioria da Província logo acolheu com simpatia as sucessivas manifestações ituanas que interpretavam ousadamente sua consciência liberal, e ao menos numa ocasião, exprimiu essa solidariedade com alarde. Com efeito, durante a bernarda de Francisco Inácio, tôdas as vilas do interior, salvo aparentemente as da Comarca de Curitiba, tinham acompanhado pressurosas o desafio oposto aos "facciosos" da Capital e a recusa de qualquer inteligência com êles.

Não custaria tentar explicar a exceção, ou antes a omissão, curitibana pela circunstância de ser essa parte da Província justamente das mais fiéis à antiga estrutura econômico-social e, talvez por isso, menos exposta à sedução das reformas de natureza política. Muito mais simples e exato seria explicá-las, porém, pela demora com que deveram chegar àquela lonjura as informações sôbre o levante, tornando intempestiva qualquer reação. Essa mesma distância em que se achavam os curitibanos da sede do govêrno paulista, e a dificuldade crônica nas comunicações, eram causa, aliás, de permanecerem êles forçosamente alheados a muitos sucessos e correntes de opinião que abalavam a Província. E eram também a origem de manifestações autonomistas que, surgidas ali desde 1811, se tinham reiterado mais vivamente dez anos depois, quando se tratava do juramento das bases da Constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A fisionomia política de São Paulo e seu papel nacional

Seja como fôr, a Província de S. Paulo guardará durante todo o Primeiro Reinado e parte da Regência uma fisionomia política apreciàvelmente unitária. Podiam sobreviver as diferenças pessoais, que mal perturbariam a coerência fundamental do pensamento político. Pollticamente a maré liberal conhece poucas cambiantes e não parece sofrer refluxo. Assim a tentativa de proclamação do regime absolutista ocorrida no ano de 1825 em Taubaté, com a anuência ou a tolerância do próprio Imperador, vê-se logo afogada em uma onda de ridículo, e o assassínio do liberal italiano Líbero Badaró em 1830 suscita uma comoção intensa, que vai repercutir no país todo e precipitar de algum modo a queda de Pedro I.

Mesmo os antigos "bernardistas" deixam-se contaminar pela pressão geral: não falta, entre êles, quem chegue a dizer-se republicano. José da Costa Carvalho funda, em 1827, uma fôlha de oposição, o primeiro jornal impresso de S. Paulo, e torna-se o protetor de Badaró. Os descendentes ou parentes mais chegados do Coronel Francisco Inácio gravitam agora, e cada vez mais, para o liberalismo, a que se acharão filiados em 1842. Em verdade êsse liberalismo dos paulistas natos ou adotivos, fruto de um espírito de independência que impressionara vivamente Armitage e que, segundo depoimento de Francisco Gomes da Silva, o valido do Imperador, não tem igual em todo o Brasil, continuará a ser fôrça ativa na política nacional. Não deixará de sê-lo mesmo depois do advento do "regresso" ou, por algum tempo, depois das derrotas de Venda Grande e Silveiras. Mal poderia suceder o contrário, aliás, enquanto vivessem os seus primeiros e mais ilustres campeões: Feijó, Paula Sousa, Vergueiro, os Andradas, Álvares Penteado...

É isso o que favorece acima de tudo o papel importante ocupado por S. Paulo na vida nacional durante o Primeiro Reinado, e que ainda não se apóia no poder econômico nem na população. Papel êsse que provocará logo suscetibilidades entre representantes de regiões mais adiantadas e prósperas. É bem sabida a oposição que se levantou já na Assembléia Constituinte contra o projeto, originado em indicação de Fernandes Pinheiro, no sentido de instalar-se uma Universidade em S. Paulo, primeiro passo para a criação ali dos cursos jurídicos, que só se efetuaria em 1827. Às ponderações do futuro Visconde de S. Leopoldo, para quem "o Tietê vale bem o Mondego", contrapõe o baiano Montezuma êste desabafo expressivo: "Não sei porque a cidade de S. Paulo deve merecer semelhante preferência. Não sei porque aqui sempre se anda com S. Paulo para cá e S. Paulo para lá; em nada aqui se fala que não venha S. Paulo..."

Durante os anos que imediatamente se seguem à Independência não é sensível ainda na Província a modificação operada nos quadros dirigentes. A côr dominante é e continua a ser militar. Entre os sete conselheiros de govêrno eleitos sob a presidência de Lucas Antônio Monteiro de Barros (1824-1827) e que hão de servir na vice-presidência até 1829, há um brigadeiro, um tenente-general, um coronel, um tenente-coronel. A transformação, contudo, opera-se com rapidez. Para a segunda legislatura e a terceira, só se escolhe uma patente. E entre os eleitos para a primeira Assembléia Legislativa provincial (1835-37) os títulos militares já se tornam insignificantes, quase perdidos que se acham entre os correspondentes da guarda nacional recém-criada. Em compensação principiam a aparecer alunos e bacharéis da turma inicial da Academia de Direito: um dêles chega ao primeiro lugar na votação.

Desenvolvimento das vias de comunicação

Em todo êsse período o desenvolvimento das vias de comunicação interna e externa figura com realce entre as cogitações dos governos da Província, o que seria de esperar dado o interêsse que apresenta para a grande lavoura.

A principal dificuldade estava em que se todos queriam estradas, poucos toleravam que passassem estas em suas terras. Judiciosamente nota em 1830 um parecer do Conselho da Presidência:

"Que não se arruinem frutos pendentes he de summa Justiça; mas que deva dar volta huma Estrada por que encontra hum Canaveal, seria outra injustiça ao Publico. pois todos sabemos que na maior parte desta Provincia os Lavradores de cana tem necessidade de mais extensos terrenos por que onde este anno se colheo cana, hé precizo deixar o terreno de pouzo para poder n'elle plantar d'ahi a 6 ou mais annos."

Daí não se infira, contudo, que os bons pensamentos e as boas palavras tenham sempre correspondência nas obras dos responsáveis pelo bem comum. Quando naquele mesmo ano de 1830, passados menos de dez meses, o Padre João Albertino de Seixas, administrador-geral dos engenhos do Coronel Francisco Inácio de Sousa Queiroz, alega que a nova estrada entre Jundiaí e S. Carlos de Campinas irá prejudicar um dos ditos engenhos, apressa-se o mesmo conselho em atender ao suplicante, contanto, acrescenta o despacho, que o requerente se obrigue, já que assim o promete, a abrir picada para o caminho geral com a possível brevidade, obrigação que, diga-se de passagem, só pode favorecer o suplicante.

De tôdas as obras projetadas ou concluídas nesse setor, o mais importante, durante o mesmo período, foi certamente a do aterrado do Cubatão que permitiu, a contar de 1826, fazer-se inteiramente por terra a condução de gêneros agrícolas até Santos. Realizava-se, por essa forma, um velho plano projetado e iniciado, mas logo interrompido, no começo do século. Contudo, as dificuldades de transporte no interior da Província continuam a estorvar o aumento das lavouras e a maior extensão da área cultivada e povoada nos lugares de serra acima. Para uma noção daquelas dificuldades basta observar que segundo tabela de 1836 a arrôba de açúcar (ou café), que pagava 400 réis entre São Paulo e Santos, subia a 720 quando se fazia o transporte a partir de Itu, 800 de S. Carlos (Campinas) ou Pôrto Feliz, 960 de Constituição (Piracicaba). A oeste de Constituição tornava-se antieconômico e inviável qualquer estabelecimento agrícola destinado a produzir gêneros exportáveis.

Foi para corrigir tais inconvenientes que Vergueiro chegou a propor a suspensão de quaisquer obras na estrada de Santos até que se fizessem mais praticáveis, e melhor se carroçáveis, as que facilitassem as comunicações com as zonas produtoras. Os inconvenientes, a rigor, só se consertariam, se possível, com o início da era ferroviária, mais necessária nesta Província do que em muitas outras, já que tôda a fôrça da produção se achava aqui a grande distância do embarcadouro marítimo.

Com efeito, nos primeiros dias de 1836, apenas dois meses depois de promulgada no Rio de Janeiro pelo Regente Feijó uma resolução que autorizava o govêrno do Império a conceder privilégio para a construção de

estradas de ferro entre a Côrte e as províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, oferecia-se à consideração da Assembléia Provincial um requerimento da firma Aguiar, Viúva, Filhos & Cia., Platt e Reid, pedindo carta de privilégio exclusivo para a fatura de uma estrada de ferro desde a vila de Santos até às de S. Carlos, Constituição, Itu e Pôrto Feliz, como também de outra entre Santos e Moji das Cruzes. Aprovado, embora, o plano pela Assembléia, de acôrdo com a lei de março do mesmo ano, não chegaria a realizar-se. Só vinte anos mais tarde começa a concretizar-se projeto semelhante, se bem que mais modesto, com a ligação ferroviária entre Santos e Jundiaí pela São Paulo Railway.

Trabalho escravo e trabalho livre: os primeiros "colonos"

É interessante, de passagem, notar que na terceira discussão do primitivo projeto na Assembléia apresentou-se emenda de autoria de Vergueiro e Dias de Toledo proibindo que a companhia empregasse escravos. A proposta, que podia obedecer às intenções mais humanitárias, não desatendia contudo ao interêsse dos fazendeiros que, precisados cada vez mais de braços, não encarariam com entusiasmo a perspectiva de se desviarem os escravos entrados para serviço tão vultoso e, sem dúvida, exigente de numerosa mão-de-obra.

Êsse problema do trabalhador rural foi outro que constituiu objeto de freqüentes especulações. Seguindo as reflexões de Veloso de Oliveira e José Bonifácio, muitos chegaram a julgar inevitável e até desejável em futuro próximo a abolição da escravatura. A idéia ganha mesmo certa popularidade, como conseqüência natural da queda do absolutismo, ao menos enquanto não toma grande incremento na Província a lavoura cafeeira. Assim, o recurso à colonização estrangeira como supletivo e até como substituto do que mais tarde se chamaria eufemìsticamente "elemento servil" pôde ser considerado. Uma primeira experiência nesse sentido tentara-se antes mesmo da Independência com a introdução de portuguêses ilhéus que, depois de algumas hesitações, foram localizados em Casa Branca. A tentativa não teve grandes conseqüências devido à distância em que se achava o lugar escolhido, de sorte que muitos colonos se dispersaram, dirigindo-se a outras partes da Província.

Novas experiências, agora com famílias de alemães, efetuaram-se nos anos de 28 e 29, distribuindo-se parte dos imigrantes para Rio Negro, em território do atual Estado do Paraná, e algumas centenas para Santo Amaro e Itapecerica, nas vizinhanças da cidade de S. Paulo: os primeiros logo se espalharam por diferentes partes da Província e os outros criaram numerosos embaraços à administração. As despesas, incompatíveis com a situação do Tesouro e as dificuldades novamente suscitadas pelo problema da localização das famílias originaram certo ceticismo acêrca do meio empregado. De pouco serviam colonos tão caros, mostrava Vergueiro em parecer de outubro de 1828. Estabelecê-los no sertão seria impossível en-

quanto não se dessem a essa gente casas e caminhos, provendo-os também do necessário pelo menos durante um ano. Fixá-los em povoados existentes, seria outra impossibilidade, pois obrigava a comprar terras para lhes dar, ou dar-lhes as que se podiam vender bem, e a verdade é que nem a nação, nem a Província, se achavam em estado de "tomar tanto pêso sem utilidade correspondente".

Continuando, dizia ainda:

> "Todo o Brasil foi povoado com Colonos da Europa, sem que o Governo os socorresse, e eu fui hum delles, nem o homem de trabalho braçal tem necessidade de socorros do Governo depois de entranhado no Brasil para poder viver muito commodamente; e chamar Colonos para fazel-os proprietarios á custa de grandes despesas hé huma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apuro de nossas finanças."

O próprio Vergueiro levará avante, mais tarde, um projeto cuidadosamente engendrado, que tem em mira melhorar ou substituir os métodos de colonização postos em prática pelo govêrno imperial fora e dentro da Província. Para tanto recorrerá ao sistema das parcerias, utilizando de preferência famílias alemãs e suíças.

No entanto, apesar das grandes esperanças postas de início no projeto, que logo seduziu numerosos fazendeiros, e apesar dos primeiros resultados aparentemente favoráveis, a realidade não correspondeu, por fim, a tão lisonjeiras expectativas. Inaugurado no ano de 1847, o sistema, depois de empregar alguns milhares de colonos em diversas propriedades agrícolas, será de todo abandonado em 1860. Em lugar da parceria passa-se a adotar, então, a locação de serviços e, ao cabo, um regime próximo ao dos salários fixos.

A verdade é que o trabalho livre nas fazendas sempre suportou mal a coexistência do braço escravo, e a lavoura comercial, como se praticava no Brasil, parecia ainda inseparável do recurso ao escravo. Sobretudo quando a expansão cafeeira, ocupando áreas cada vez mais extensas, entrava a reclamar quantidades crescentes de trabalhadores sem insistir naturalmente no critério qualitativo, uma vez que importava produzir sempre mais sem maiores gastos.

Retrocesso açucareiro, expansão cafeeira

Essa expansão vinha de longe, aliás, mas chega à fase aguda só em meados do século, quando o café toma afinal o lugar do açúcar como principal gênero de exportação da Província. O processo desenvolvera-se a partir do chamado norte, ou seja, do Vale do Paraíba, extensão natural da área cafeeira fluminense e dependente, econômicamente, da Côrte, muito mais do que da capital paulista. Pouco tinha a ver, pois, com a evolução da lavoura comercial na Província de S. Paulo, que se efetuara de preferência na direção do Oeste, o Oeste da maior parte do século passado, que tem seu fulcro em Itu primeiramente, depois em Campinas.

Enquanto o produto dos engenhos encontrou saída fácil, nada compelira à sua substituição em escala notável pelos cafèzais. Diante do progresso que já nos anos de 20 começava a assinalar-se nas lavouras de café do Vale do Paraíba, aquêles fazendeiros de Campinas e Itu como que entraram em compasso de espera. A vantagem momentânea dos produtores do norte da Província desaparecia prontamente no dia em que melhorassem as condições de transporte para Santos. O remédio estava na construção de boas estradas. "Paz e boas estradas", dirá o Presidente Miranda Ribeiro em 1836, na abertura da primeira sessão ordinária da Assembléia Provincial, "nada por agora me parece mais conducente para a prosperidade desta Província do que estas duas coisas".

Em fala do ano antecedente já baterá nessa tecla o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, relacionando expressamente ao problema dos caminhos a queda geral nas exportações de açúcar, comparada à ascensão do café.

"Vós ignorais", dizia então, "que um dos objetos que toca mais de perto a prosperidade da Província é o melhoramento das estradas, porquanto sem meio fácil e barato de transporte, debalde a natureza nos mimoseou com as terras mais fecundas, e tôdas as produções equinociais, pois que estas virão a perecer nos celeiros, e o agricultor a abandonar sua fábrica com perda de utensílios, deslocação de capitais e um nôvo tirocínio em outro qualquer emprêgo, e sempre em prejuízo da prosperidade pública. Isto nota-se na produção do açúcar, porque tendo-se exportado em 1831, segundo os mapas da administração do Cubatão, 539.420 arrôbas, têm diminuído para mais de 80.000 arrôbas, quando o café, que naquele ano não chegava a 40.000 arrôbas, excedeu no ano passado de 75.000 arrôbas, e por isso espero que o reparo das existentes e abertura de novas estradas merecerão certamente vossa particular atenção."

De que adiantavam, porém, os novos melhoramentos quando os mesmos agricultores, que deveriam beneficiar-se dos caminhos, eram em geral os que bloqueavam sua boa execução, opondo embargos à passagem delas pelas terras de lavoura. Julgou-se possível obviar semelhante inconveniente com o recurso a uma razoável lei de desapropriação por utilidade pública, onde ficassem ao mesmo tempo prevenidos os caprichos dos indivíduos e suprimidos os abusos das autoridades. A lei promulgou-se em março de 1836 e foi geralmente saudada como progresso saudável e oportuno.

Não havia, entretanto, muito tempo a perder, e a nova solução, além de onerosa, pois requeria indenização prévia aos donos de terras, era naturalmente demorada, uma vez que comportava recursos à Assembléia por parte dos que se julgassem lesados com as decisões dos árbitros. O fato é que, passados três anos, tempo suficiente para se julgar de sua bondade, um presidente da Província, Venâncio José Lisboa, queixava-se ainda à Assembléia das dificuldades em que tropeçava a construção da estrada nova entre Sorocaba e Itapetininga, pela oposição dos donos das terras por onde devia passar. Êsse mesmo obstáculo, acrescentava, encontra o Govêrno na abertura de qualquer estrada ou atalho.

"Parece incrível, senhores", são palavras suas, "o ciúme (permita-me a expressão) que se tem de um palmo de terra em um país de tanta extensão e pela maior parte inculto; cegos pelo interêsse do momento, preocupados com prejuízos muitas vêzes quiméricos, os proprietários fazem em geral decidida e pertinaz oposição ao mais pequeno atalho que se pretenda abrir por suas terras, do qual o público e muitas vêzes êles mesmos têm de colhêr, senão imediatamente, ao menos para o futuro, interêsses certos e avultados."

À persistência dêsses impasses deve-se talvez, mais do que a outros motivos, a atenção maior que passa agora a merecer dos lavradores do Oeste um produto menos sujeito do que o açúcar a riscos que inevitàvelmente hão de padecer os gêneros nas más estradas. A substituição não é iminente mas é contínua e inapelável. Em 1836 Campinas produz apenas 8.801 arrôbas de café e ocupa o nono lugar entre os principais municípios cafeeiros: todos os outros pertencem ao "norte" da Província. Em 1854, com 335.550 arrôbas, quase quarenta vêzes mais, passa ao quarto lugar, logo depois de Bananal, Taubaté e Pindamonhangaba. Limeira, por sua vez, que não figurava em 1836 entre os produtores de café recenseados, situa-se, dezoito anos depois, com 121.800 arrôbas, em nono lugar, acima de Paraibuna, Vila Bela, Moji das Cruzes e Guaratinguetá.

A extinção do tráfico contribui poderosamente para precipitar a substituição forçando os fazendeiros a desviar para a produção mais rendosa, os braços que antes empregavam no plantio e benefício do açúcar. Em escrito em 1860 escreveu um estudioso de estatística e economia que, a contar de 1854, já se tinham desmontado no município de Campinas 44 engenhos de cana para serem aplicados os escravos nas novas lavouras do café (1). Embora muitos ainda procurassem enganar-se, êsses fatos assinalavam para São Paulo, e não apenas para o oeste da Província, o comêço de uma fase nova, de grandes conseqüências, que todavia escapam à órbita do presente volume.

Substituição paralela na política...

Essa substituição não é sem paralelo, aliás, em outras esferas de atividades. Basta lembrar aqui como, quase repentinamente, a primeira e notável geração dos liberais de S. Paulo, que tinham despertado para a vida pública num momento em que a conjuntura mundial ainda parecera favorecer o negócio do açúcar, propiciando o nascimento, na Província, e o crescimento, da grande lavoura, vai parecer cada vez mais desafinada com a sociedade política do tempo.

... os partidários do regresso...

Com efeito, uma placidez paciente e tanto quanto possível contemporizadora, incompatível, em todo caso, com essa espécie de teimosia que Antônio Carlos julgou o vício —

(1) Soares, Sebastião Ferreira, *Notas Estatísticas sôbre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1860, pág. 43.

ou a virtude? — capital entre os seus paulistas, é no Segundo Reinado qualidade ideal para os que hão de ascender aos postos de direção e influir decisivamente na coisa pública. Depois de 1837, com a renúncia de Feijó, incapaz de capitular ante a nova realidade representada pelos partidários do "regresso", e depois, principalmente, da revolução sorocabana, que já é um protesto desesperado e sem perspectivas de triunfo, a presença daqueles homens seria quase um anacronismo no cenário político.

...e os antecedentes da revolução sorocabana

Tentativa mal pensada contra o gabinete de 3 de março, o movimento de Sorocaba tinha sido ostensivamente provocado por três medidas julgadas inconstitucionais, a saber, a lei de 3 de dezembro de 1841, que reformou o Código de Processo, a nova criação do Conselho de Estado e, enfim, a dissolução prévia da Câmara eleita sob o patrocínio do Ministério da Maioridade. Completando a obra inaugurada pela lei interpretativa do Ato Adicional, inserem-se elas na vasta trama da reação monárquica a que deviam ser naturalmente infensos os liberais mais ortodoxos.

Os primeiros passos para a sedição deram-se aparentemente no Rio de Janeiro, entre os membros da sociedade chamada dos Patriarcas Invisíveis, fundada por inspiração de José Martiniano de Alencar. A escolha de S. Paulo para núcleo do movimento, que, todavia, segundo aquêles planos iniciais, deveria explodir simultâneamente em Minas, dividindo, assim, e desorganizando, as fôrças que se destacassem para reprimi-lo, explicava-se, em parte, pela repercussão negativa que logo suscitara nessa Província a ação do gabinete conservador e pela tradicional popularidade de que desfrutavam ali alguns chefes da facção decaída.

Mais poderosa do que êsses motivos era, no entanto, a circunstância de confinar S. Paulo com a Província rebelde do Rio Grande do Sul. Assegurada a aliança entre rio-grandenses, paulistas e mineiros, não seria difícil alcançar o apoio da Província fluminense, onde a grande lavoura cafeeira ainda não começara a identificar seus interêsses mais vitais com os do incipiente partido conservador, que recrutara sua primeira e mais fiel clientela no meio citadino, entre magistrados e comerciantes *corcundas*.

Representação da Assembléia Provincial

Tratava-se, nem mais nem menos, do restabelecimento daquele feixe de quatro províncias que tanto se distinguira em 1822 na resistência à política das Côrtes. Nem faltara, para reforçar essa coincidência, uma réplica da famosa representação paulista de dezembro de 21, que tamanho alarido causara em Lisboa. Agora, passados vinte anos, a 29 de janeiro de 1842, voltava-se por sua vez a Assembléia Provincial, e em têrmos igualmente desabridos, contra o Ministério responsável pelas leis reacionárias: "... regime ainda inferior ao dos tempos coloniais...", "ominoso ministério", "...nunca abutres tão esfaimados prearam as entranhas do Brasil", "... imundas harpias...", "... medonha vida do ministério..."

Não se esquecia, sequer, de evocar orgulhosamente a parte decisiva que caberá à Província nos sucessos que tinha preparado a ruptura com a metrópole européia:

"A Assembléia Provincial", diz a representação, "jubila ao lembrar-se que no Congresso Português foi dentre os deputados paulistas, honra lhes seja feita, que partiu pela primeira vez o trovão da enérgica indignação contra os vilipêndios, e partilha leonina da liberdade, que ao Brasil queria impor êsse injusto e indiscreto Congresso. Exulta ainda hoje a Assembléia Provincial quando aponta para o Ipiranga, aonde se proclamou a Independência do Brasil em aliança com a liberdade."

Recusando a receber a comissão mandada à Côrte para fazer entrega da mensagem, Sua Majestade Imperial — a representação acrescentava "e Constitucional", numa espécie de insinuação que a muitos há de parecer capciosa, senão afrontosa — consagraria, por assim dizer, o fundo dissídio que afastava dos partidários da "Ordem" aquêles que porfiavam ainda em não deixar parar o carro da Revolução. Era como se o Govêrno, protegido pelo manto augusto, não duvidasse, desde já, segundo as palavras do Conselheiro Paulino, em "pôr o Atlântico de permeio entre o país e aquêles que quisessem perturbar a sua tranqüilidade".

De pouco serviriam, neste caso, os protestos de fidelidade e respeito ao Imperador que se encerravam no documento. De palavras em tudo semelhantes já se tinham valido os farrapos do Sul antes de enveredarem pelo caminho da secessão e da república.

"Se logo que rebentou a rebelião no Rio Grande do Sul se tivessem aplicado meios eficazes e fortes para a sufocar", dirá também o futuro Visconde de Uruguai — e a flechas, entre apoiados de seus pares, aponta aqui para Feijó, um dos inimigos novos da Ordem — "ter-se-iam evitado o derramamento de muito sangue, muitas desgraças, os deploráveis resultados que aquela rebelião trouxe consigo para o país, e as enormes despesas que tanto têm agravado a nossa posição financeira" (1).

Tobias de Aguiar, sua substituição

Ainda que a recusa do Imperador pudesse agravar as antigas desinteligências entre as facções, nada indica que antes de março fôssem bem conhecidos em S. Paulo os projetos urdidos na Capital do Império, entre homens que desconheciam em geral a situação da Província, para envolvê-la numa guerra civil de resultados mais que duvidosos. Do futuro chefe do movimento, o Coronel Rafael Tobias de Aguiar, e de alguns dos seus amigos mais devotados, como Paula Sousa, Vergueiro, Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, Gabriel Rodrigues dos Santos, consta com segurança que, de começo, se opuseram à

(1) Soares de Sousa, *Discursos pronunciados na Câmara dos Srs. Deputados, nas sessões de 23 de janeiro e 7 de fevereiro de 1843,* pelo Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Paulino José..., Rio de Janeiro, 1843, pág. 26.

perigosa aventura e que alguns dêles só aceitarão depois o fato consumado quando já não houver mais como contrariá-lo sem desdouro.

Por outro lado, a notícia da oposição geral que se levantou em S. Paulo contra o ministério conservador e suas medidas opressivas, leva o govêrno central, desde cedo, a agir com cautelosa energia. Para começar, quando o futuro Brigadeiro Tobias, o "reizinho", como o chamavam, se resolveu a deixar a presidência da Província, foi mandado a substituí-lo um homem que se notabilizava pela cordura e que levava, além disso, instruções expressas para agir com tolerância. Tão bem atenderá essas instruções o nôvo Presidente Miguel de Sousa Melo e Alvim, que logo granjeará a estima dos maiores adversários da situação conservadora, ao ponto de parecer comprometido com êles.

Costa Carvalho e a facção liberal

Mas Miguel de Sousa não há de ficar no govêrno senão o necessário para a aprovação tranqüila das leis de reformas. Vitoriosas estas, irá passar a presidência a 13 de janeiro ao Vice-presidente Vicente Pires da Mota, que por sua vez a transmite, uma semana depois, a José da Costa Carvalho, Barão de Monte Alegre. Para a execução das mesmas reformas necessitava-se de alguém que inspirasse a mais perfeita confiança ao gabinete. Além disso, a escolha de Monte Alegre, baiano de nascimento, mas identificado desde longa data com a sociedade e a política da Província, onde contava com numerosíssimo círculo de amizades e devoções, parecia significar o empenho do govêrno-geral em reduzir ao mínimo os atritos inevitáveis com o sentimento liberal e regional que distinguia as camadas influentes de São Paulo.

Seja como fôr, a própria intimidade que associava Costa Carvalho aos poderosos da Côrte já era o bastante, num momento de irreprimíveis paixões, para fazer sobressair, no nôvo presidente, sua condição de *arribado*, que agora, mais do que nunca, lhes é lançada em rosto. Marcada sua posse para 20 de janeiro, já à véspera estava redigido e era apresentado à Assembléia o projeto da famosa representação a Sua Majestade. Depois de receber muitas emendas, que visam em geral a amenizar os têrmos ainda mais virulentos da redação inicial, passa finalmente em terceira discussão. Não é talvez fortuita a data para ela escolhida, e que poderia fàcilmente ser antecipada: 25 de janeiro, dia de S. Paulo.

A partir dêsse momento não passa dia em que não se veja alvo, o presidente, das agressões e chacotas dos seus adversários. Discursando na Assembléia, alude Antônio Carlos ao jornal onde Costa Carvalho, em seus dias de oposicionista libertário — mas esquecia-se do "retrógrado" da bernarda? —, não se cansava de fustigar as "invasões dos lôbos do poder absoluto", e exclama: "Farol! foi a bandeira de alguém outrora denodado campeão das liberdades públicas". E parecendo chamar atenção, êle também, para o papel do adventício que assim se divorciava dos sentimentos de sua terra de adoção, mostra quão oposta é a sua — Paulo reconvertido em Saulo — da sina do grande apóstolo que deu o nome à

mesma terra. Igual indisposição contra o "procônsul" refletia-se na imprensa, onde era lamentável a sorte dos paulistas, agora "escravos de baianos".

Medidas preventivas Habilíssimo, precavido, seguro dos meios de que dispõe para garantir a ordem pública, cuida Monte Alegre de mobilizar, sem alarde, seus elementos na Província e na Côrte contra uma possível surprêsa. Andava já no ar a idéia do levante, propugnada pelos clubes que se iam fundando em diferentes partes e que, segundo certos denunciantes, deveriam agir agora em S. Paulo, Minas, Província do Rio, Município Neutro, Paraíba, Pernambuco e Ceará. Em S. Paulo, onde o "conselho invisível" estendia sua influência sôbre as vilas, a insurreição acharia o momento propício para se manifestar com a dissolução da Câmara eleita que, prenunciada há muito, se efetiva afinal a 1.° de maio.

Antes disso, a 14 de fevereiro, fêz-se constar que dois vasos de guerra chegados a Santos ficariam ali à disposição do presidente. Entre 2 e 9 de maio — a sedição fôra marcada para 11 dêsse mês — Costa Carvalho andou licenciado do govêrno, decerto para organizar melhor a resistência. No dia 9, ao reassumir o pôsto, que nesse ínterim fôra ocupado pelo vice-presidente Pires da Mota, conservador como êle, substitui o comandante da guarnição da Capital, suspeita de simpatias liberais e amigos de Rafael Tobias, que o nomeara para o lugar. Com isso torna impossível o assalto ao quartel que deveria assinalar, dois dias depois, o início da revolução. Ao mesmo tempo cuida de escolher, entre seus partidários dedicados, os comandantes de pontos vitais, como São Roque e Campinas.

Já em entendimentos com o juiz de direito de Curitiba, pessoa de sua estrita confiança, escreve no dia 10 ao comandante do Rio Negro, na 5.ª Comarca, anunciando a próxima remessa de tropas, num total de 600 homens, com o que se previne a possibilidade de contatos entre os liberais de S. Paulo e os farrapos rio-grandenses. Mesmo depois de irromper o movimento, não descuidará Monte Alegre de se acautelar contra uma ameaça dêsse setor, que poderia ser fatal para a sorte do govêrno e até do regime, tanto que se comunicará com o presidente de Santa Catarina, pedindo-lhe o envio de fôrças paulistas ali aquarteladas.

A promessa de erigir-se em Província separada de S. Paulo a mesma quinta comarca, segundo velha aspiração dos curitibanos, desde que se assegure sua neutralidade na luta, completará os esforços tendentes ao isolamento dos rebeldes paulistas. É de notar como essa promessa, atribuída geralmente a Caxias, dá origem a uma campanha que, logo após a chegada do general, faz-se sem resguardo na própria imprensa da capital (1).

---

(1) De uma publicação do jornal *O Governista*, n.º 5, de 28 de maio de 1842, impresso em São Paulo, são os seguintes trechos: "Voltando porém ao descontentamento dos Curitibanos, nasce êle da pertenção de formarem uma Província separada

O malôgro do levante e suas causas

Depois de tudo isso é lícito dizer que a sorte da revolução se achava selada. Frustradas as esperanças do golpe na Capital a 11 de maio, e divulgada a notícia de que se ordenara a prisão do Coronel Tobias, partiu êste à véspera para Sorocaba, através de Itu, onde por algum tempo se deteve. Ignorantes ainda do malôgro da sedição na Capital, e provàvelmente atendendo a plano já concertado na certeza de seu bom sucesso, os sorocabanos coniventes com o projeto começaram a sublevar-se na noite de 12 de maio. Já a 13 e 14, em sucessivos ofícios, Monte Alegre podia anunciar para a Côrte os graves acontecimentos que iam ocorrendo. A 16 chegava a Sorocaba o futuro Brigadeiro Tobias, já incapacitado, agora, para conter as exaltações dos conterrâneos: na manhã seguinte, às 10 horas, é festivamente aclamado presidente. A 21 chega Diogo Antônio Feijó, procedente de Campinas, e ainda pode assistir à partida da primeira coluna "libertadora" para a Capital.

Mal exercitados, com escassas armas de préstimo e muito menos munições, competia a êsses homens ir ocupar a ponte de Pinheiros, onde, já à vista da cidade de S. Paulo, aguardariam, se preciso, os contingentes das

---

desta de S. Paulo, pertenção muitíssimo legítima, e cujo deferimento não faria mais que reduzir a efeito uma promessa solene, feita logo no art. 2.º da Constituição do Império. A Comarca de Curitiba, com 50 mil habitantes disseminados em um vasto território, que cada dia mais se alonga pela descoberta de campos riquíssimos; com uma prosperidade sempre crescente, porque a doçura de seu clima semi-europeu, a abundância e variedade de produções de seu solo, a facilidade de achar ali amplas recompensas do trabalho ou indústria, chama contìnuamente novos colonos, sem jamais afugentar os que ali nascerão, com uma renda suficiente para sustentar os encargos da administração, dado que uma parte dos Direitos dos animais lhe ficasse, como seria de justiça, e na certeza de que tôdas as demais seriam melhor arrecadadas, e muito mais ùtilmente aplicadas do que tem acontecido até agora com um Govêrno e uma fiscalização a 90, 100, 120 e mais léguas de distância; a Comarca de Curitiba, com tantas vantagens naturais, merece bem formar uma Província, que já de seu princípio seria muito mais extensa, populosa e rica, e importante do que algumas outras do Império. A sua pertenção é portanto muito lícita, e a Assembléia Geral teria já criado ali uma nova Província se os estéreis pairadores que tem tido sempre em seu seio a não tivessem reduzido ao insignificante papel de dar algumas pensões a alguns dos muitos que as solicitam".

O artigo 27.º da Constituição, onde constava que as províncias "poderão ser subdivididas como pedir o bem do Estado", se estava longe de representar uma "promessa solene", serviria para justificar a lei de n.º 704, de 29 de agôsto de 1853, que elevará à categoria de Província, a comarca de Curitiba, com a denominação de Província do Paraná. Motivos semelhantes poderiam favorecer, aliás, pretensões como a das Câmaras de Areias e Bananal quando, logo após a derrota dos revolucionários de S. Paulo, chegaram a pleitear o desmembramento dessa Província e a incorporação ao Rio de Janeiro. Para fundamentar seu pedido alegavam que as transações comerciais das duas vilas eram nulas com a Capital paulista e faziam-se quase sòmente com o Rio. Aliás, por decreto de 18 de junho de 1842, já ao fim da revolução, não apenas êsses, mas ainda os municípios e têrmos de Cunha, Queluz, Silveiras, Lorena e Guaratinguetá foram provisòriamente anexados à Província do Rio de Janeiro, destacando-se então o chefe de polícia da Côrte, para dirigir o processo ali contra os culpados de rebelião.

vilas próximas para desferirem o assalto decisivo. Não deveriam faltar êsses reforços. Quase simultâneamente com Sorocaba, as vilas de Itapetininga e Faxina haviam reconhecido a chefia de Tobias. A 19 aderiram Itu, Pôrto Feliz e Capivari; a 20 Constituição.

Contudo, a própria dispersão dêsses elementos e ainda mais a precipitação com que deveram organizar-se, iriam facilitar um movimento rápido e invencível do Govêrno, já suficientemente advertido. Por coincidência, precisamente à mesma hora do mesmo dia 17 de maio em que os rebeldes aclamavam o Coronel Tobias seu presidente, embarcavam na Côrte, com destino a Santos, as primeiras tropas destinadas a reprimir a sedição, e a partida de fôrças suplementares, por terra e mar, era prevista para os dias imediatos. Ainda a 17 de maio saía a nomeação do comandante do chamado Exército Pacificador: Brigadeiro Luís Alves de Lima, Barão de Caxias. A 24, quando começou a surgir junto à ponte de Pinheiros a leva inicial de sorocabanos e ituanos para a concentração, já se achava êste senhor da cidade, onde chegara dois dias antes com os seus *periquitos*.

Prejudicada qualquer ação de monta nesse setor, podia-se ainda esperar alguma coisa dos homens acampados na Venda Grande, perto de Campinas, onde era poderoso o elemento conservador. Instruído por êsses elementos, Caxias fizera infletir dissimuladamente para a região, através de Jundiaí, um contingente de fuzileiros que, unidos aos amigos da situação, trataram de preparar o ataque às posições dos rebeldes ainda inscientes da ameaça e à espera de reforços prometidos de Sorocaba. Apoderando-se, na noite de 6 de junho, dos pontos estratégicos que se situavam ao redor do acampamento, os fuzileiros e legalistas puderam, pela madrugada, aproximar-se dos inimigos, que só despertaram com o tumulto da fuzilaria. Passada a surprêsa, ainda conseguiu o Comandante Boaventura do Amaral reunir uma pequena tropa, que opôs forte resistência aos do Govêrno.

Por alguns momentos chegaria a parecer indeciso o resultado do combate, mormente quando, em auxílio dos rebeldes, surgiram alguns reforços procedentes de Sorocaba. Reagiram, contudo, em tempo os fuzileiros e legais de Campinas e Jundiaí, até que, separado o Comandante Amaral do restante de sua gente, foi dos primeiros a tombar. Seguiu-se a caçada sem tréguas, em tôdas as direções, dos rebeldes dispersos e quase desarmados. Estimaram-se em 17 mortos e 15 feridos as suas baixas. Dos legais, sabe-se que morreram 2 e 10 ficaram feridos, inclusive um capitão. No dia seguinte ao desastre da Venda Grande dispersava-se o efetivo concentrado na cabeça-de-ponte do Pinheiros.

Finalmente, a 21 de junho, entra Caxias em Sorocaba à frente das tropas vitoriosas. Dos principais chefes rebeldes ficara na cidade o antigo regente do Império que, depois de ter mantido breve correspondência com o comandante do exército, entregava-se ao vencedor. Dias antes, vestindo

suas bombachas e o chiripá, atravessava o Campo Largo Rafael Tobias, rumo ao Sul, com a intenção de ir unir-se aos farroupilhas.

O revés da Venda Grande não foi, porém, o último, nem o mais sério, sofrido em 1842 pelos revolucionários de S. Paulo. Restava dominar a rebelião no Vale do Paraíba, onde independentemente de Sorocaba, ainda que estimulados pelo seu exemplo, se tinham erguido em armas os chefes liberais e aos poucos iam dominando ou inquietando tôda a área entre Taubaté e Areias. Como fôssem poucos os homens que poderia distrair Caxias, ocupado em exterminar os outros focos rebeldes da Província, mandaram-se diretamente da Côrte as tropas destinadas a operar nestas partes.

Não foram pequenas, no entanto, as dificuldades que deveram enfrentar de início. Em Areias, os permanentes vindos do Rio de Janeiro foram rudemente castigados entre 21 e 24 de junho pelos revoltosos, e só puderam ser salvos, no último dia, graças à chegada de um corpo de fuzileiros navais mandados igualmente do Rio. Julgou-se que a divulgação do fim da revolta de Sorocaba bastasse para acalmar essas paixões exacerbadas, sem necessidade de maior emprêgo de fôrça. O próprio Caxias, chegado a 11 de junho a Taubaté, pretendia que já não havia rebeldes na Província, ou que êstes fugiam e se entregavam. O certo é que logo no dia imediato ia ferir-se nas proximidades de Silveiras o mais sangrento combate da revolução paulista. O ataque aos liberais, que dominavam tôda a localidade, coube ao Capitão Manuel Antônio da Silva, vindo do Rio de Janeiro. Depois de algumas horas de peleja encarniçada, conseguiram os legais dominar um sítio estratégico sobranceiro à vila, de onde forçaram os rebeldes a abandonar sua trincheira. Ao cabo da luta jaziam mortos 8 soldados do govêrno e 14 feridos, acreditando-se que teriam tombado sem vida cêrca de 40 revolucionários.

Seguiu-se uma cena cruel de saques e devastações em que, na ânsia de vingar os soldados da lei mortos pelos liberais, não se distinguirão menos os homens do Capitão Manuel Antônio do que os fuzileiros navais, chegados ao local só ao dia seguinte. A tal cena, que iria repercutir na Côrte, forçando o ministro da Guerra, José Clemente Pereira, a dar explicações à Câmara dos Deputados sôbre as atrocidades e tropelias cometidas, estiveram totalmente alheias as fôrças do Exécito Pacificador. No dia 13, em que se consumava o saque de Silveiras, achava-se, com efeito, Caxias, seu comandante, em Taubaté, distante vinte léguas do lugar dos acontecimentos. A 15 tinha avançado até Pindamonhangaba, onde permanece ainda no dia imediato. Uma semana depois desembarca na Côrte, tendo deixado completamente apaziguada a terra paulista. Prepara-se agora para ir desempenhar sua nova missão na Província de Minas Gerais.

O caminho ulterior do velho liberalismo paulista

O desastre de 1842 ainda não representa o ponto final na trajetória histórica do velho liberalismo. Uma trégua de quatro anos, que se segue à queda, algum tempo depois, de nôvo gabinete saquarema, o de 20 de janeiro, deixa lugar a renascidas esperanças. Os liberais paulistas, que se sentem agora vinculados ao Govêrno, menos pela razão do que pela obrigação a que se julgam presos desde a anistia concedida aos rebeldes de Sorocaba e Santa Luzia, não deixam contudo de bater-se contra o mesmo govêrno, sempre que vislumbram alguma tibieza no repúdio a medidas que trazem o sêlo do "partido da Ordem": o caso, em particular, da malfadada lei de 3 de dezembro, que consagrara a intervenção da polícia nos pleitos eleitorais e contra a qual se haviam oposto de armas na mão.

Às vêzes, também, a coerência aparente com os princípios tradicionais em sua facção, mas que tinham perdido a antiga virtude, melhor, o velho préstimo, situa-os em posição incômoda, não apenas junto a um govêrno que querem sustentar, mas perante os próprios correligionários que podiam acusá-los de oportunismo. Assim, em face de um problema como o da nacionalização do comércio varejista, move-os ainda a mesma obstinação antilusitana que animara os patriotas dos dias da Independência ou da noite das garrafadas.

Uma tal atitude pode aproximá-los, entre outros, e de fato os aproxima, dos exaltados das ruas do Rio de Janeiro ou, ainda mais, dos "praieiros" de Pernambuco, mas acaba de separá-los do grosso dos "luzias" mineiros, que seriam seus aliados naturais. Com efeito, a questão da nacionalização do comércio por miúdo podia ser aguda no Recife ou na Côrte, mas tinha qualquer sentido em S. Paulo? Em S. Paulo, os dados para 1854-55 hão de revelar que o comércio estável da Província — outro tanto ocorre em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, na Bahia — se acha largamente nacionalizado, tanto que, de 3.893 estabelecimentos comerciais e fabris ali existentes, apenas 703 continuam em mãos de estrangeiros (1). Nada faz crer que fôsse muitíssimo diferente a situação dez anos antes.

Acontece, no entanto, que, em rápida seqüência, aquelas vozes, reduzidas, cada vez mais, a eco de um passado morto, vão sendo condenadas ao silêncio. Feijó já tinha desaparecido em 1843. Em 1844 será a vez de Martim Francisco, em 1845, a de Antônio Carlos, em 1846, a de Álvares Machado... Além de Nicolau Vergueiro, que ainda sobrevive para assistir ao malôgro de seu velho projeto de substituição do braço livre na lavoura, resta por algum tempo Francisco de Paula Sousa. Mais timorato do que verdadeiramente transigente, o campeão ituano de constitucionalismo

(1) Ferreira Soares, Sebastião, *Elementos de Estatística, comprehendendo a Theoria da Sciencia e a sua Applicação à Estatistica Commercial do Brasil*, 2.º vol., Rio de Janeiro, 1865, págs. 145 e segs.

ainda acede em formar um ministério a 31 de maio de 1848, único, ao menos, pelo seu presidente, que se pode dizer liberal, de tôda uma série de gabinetes que, durante quatro anos, se tinham escorado nos "luzias" sem pertencer a êles.

Todavia, o mesmo Paula Sousa, ainda que sem a caturrice do padre, acabará reproduzindo o gesto de Feijó, quando renuncia a um pôsto que já não pode sustentar contra a corrente indomável. Faz-se célebre na época aquela oração sua onde, ao deplorar a sorte do país, evoca a imagem do índio a lutar com as águas, até chegar o momento em que, exausto, desfaz-se dos remos, esperando o que não deseja e que não pode evitar. A "quebra dos remos" encerra uma época na história de S. Paulo e do Brasil.

CAPÍTULO II

RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA

Introdução

OS OBJETIVOS da conquista portuguêsa do Brasil Meridional e a forma de alcançá-los nos séculos heróicos da ocupação da terra e da preia do gado marcaram e definiram os delineamentos básicos da vida política, econômica e social das províncias meridionais. Com efeito, no período que será objeto dêste capítulo, compreendido entre o Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o fim da Guerra dos Farrapos (1845) — época que bem poderíamos chamar de os anos de indecisão — a problemática lançada pela aventura da conquista *manu militare* e pela tentativa não menos ousada da configuração de uma economia estável em condições precárias de utilização de recursos humanos e materiais deu a tônica que permite compreender as formas de dominação social e econômica que delinearam, finalmente, a história social no Rio Grande e em Santa Catarina. Já na provisão de 1783, em que Silva Pais deliberou subordinar ao Rio de Janeiro a administração do Sul, aparecem explícitos os motivos que levaram a Administração Colonial a interessar-se diretamente pela região meridional: "para servir de ponto de apoio à conquista e, principalmente, à fixação do português à margem esquerda do Prata".

Ora, a "conquista" a que se refere o Brigadeiro fôra mais a consolidação militar da obra pioneira e empreendedora das "razias" ousadas dos caçadores de gado "paulistas", "vicentinos" e lagunenses. Quando a metrópole formalizou a intenção expansionista criando a Colônia do Sacramento, já os campos do litoral e as planícies dos pampas serviam para os caçadores de gado como reserva onde buscar as prêsas.

Assim, desde os primórdios da conquista os dois fatôres fundamentais que levaram a Coroa a interessar-se pelo Brasil Meridional estavam presentes: o interêsse econômico pelo aproveitamento do gado e o interêsse político de expansão na direção do Prata. Êstes dois fatôres, ademais, eram faces solidárias do mesmo ato de conquista: ora se alegava direito à posse pela presença de povoadores, ora se assegurava com as tropas a posse dos campos para criar e prear o gado alçado.

No continente de São Pedro e em Santa Catarina a sociedade e a forma de ocupação da terra que lhe serviu de base refletiram os imperativos

do tipo de política que animava a ação portuguêsa no Sul. Latifúndio e pequena propriedade, no Brasil Meridional, tiveram a inspirá-los e a justificá-los a "posse e defesa" da terra disputada entre a Coroa portuguêsa e o império espanhol. Mesmo em áreas já recuadas da zona de litígio, como a Ilha de Santa Catarina, os movimentos estratégicos dos portuguêses no Sul condicionavam tôda a vida da região, desde a escolha dos sítios para povoamento, até a forma de ocupação do solo e o tipo de dominação política vigente nas vilas e povoados. Com efeito, a relação entre o empenho da administração colonial em ocupar Santa Catarina e a penetração na área mais meridional era tão grande quanto compreensível: já D. Manuel Lôbo, em 1680, fizera de Santa Catarina a retaguarda estratégica do avanço até a Colônia do Sacramento, e arrasada esta, abandonou-se aquela, pois a ocupação não tinha outro propósito que o de assegurar uma base de sustentação para o domínio da Colônia. Mais tarde, quando a Coroa tentou estruturar em bases mais sólidas a ocupação de Santa Catarina e de São Pedro, da mesma forma, orientou sua ação com o fito fundamental de garantir a posse e a defesa. A tal ponto ia o empenho que, graças a êle, tentou-se introduzir na Colônia um sistema de ocupação do solo completamente nôvo, como foi a colonização baseada em pequenos lotes de terra distribuídos a imigrantes açorianos. Que o objetivo desta tentativa era ainda a conquista transparece na correspondência do Brigadeiro Silva Pais com a metrópole. O Brigadeiro procura demonstrar

> "a conveniência de serem mandados casais das ilhas e alguns recrutas, o que seria utilíssimo, porque assim se aumentaria a cultura daquelas terras, que eram próprias não só para todos os frutos da América, senão também da Europa, e que dos filhos dos mesmos casais se recrutassem o têrço e as tropas que ali assistem e que seriam mais permanentes que as de fora".

Também os latifúndios eram reconhecidos pela Coroa, no Sul, com idênticos objetivos pelos quais se distribuía a pequena propriedade aos açorianos. Reconhecia-se a posse dos primeiros povoadores para garantir a estabilidade da colonização portuguêsa e outorgavam-se novas sesmarias para reconhecer os serviços prestados na defesa: poucos "foram os dragões que não receberam dessas úberes terras rio-grandenses, para nelas construírem os seus lares e organizarem suas estâncias pequenas ou grandes" (1).

Importa saber neste capítulo como foi possível passar de uma ocupação relativamente precária da região meridional, impulsionada quase só pela aventura da preia ao gado e da conquista militar para a formação de uma economia relativamente organizada que permitiu a formação de uma socie-

(1) Walter Spalding, "A Revolta dos Dragões do Rio Grande", *Anais do II Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*, Livraria Globo, Pôrto Alegre, 1937, pág. 160.

dade diferenciada e, até certo ponto, estável. No período que analisaremos criaram-se, justamente, os focos dinâmicos de integração e mudança social que reorganizaram a vida econômica, política e social do Brasil Meridional, dando-lhe a forma que o caracterizou durante todo o século XIX.

1. A ECONOMIA DO BRASIL MERIDIONAL

Prcsperidade e pobreza

A ocupação aventurosa das terras do Sul, na medida em que foi feita pelos proprietários de "currais" e por comerciantes de gado, obedeceu ao padrão conhecido de deslocamento dos empreendedores vicentinos: o patriarca que se transformava em "chefe" deslocava-se com a família e agregados. Entre êstes havia sempre alguma gente de serviço, senão escravos, que até meados do século XVIII, eram índios e não negros. A documentação sôbre a ocupação de Laguna — núcleo de onde partiram mais tarde os conquistadores do continente de São Pedro — revela que era êste o padrão organizatório dominante nos grupos dos primeiros povoadores. Os grupos de paulistas que sucederam os vicentinos, com mais forte razão, não deslocaram para o Sul fortes contingentes de escravos: deixavam o Planalto e o Litoral Paulista depois de terem sido desalojados na competição econômica das minas pelos "emboabas", êstes sim, proprietários de escravos negros.

O fornecimento de mulas e gados para São Paulo e para as Minas criou um liame regular entre a atividade preatória do Sul e a economia colonial. Depois da descoberta do caminho para escalar os contrafortes da Serra do Mar por Ararânguó, realizada em 1727 por Francisco de Sousa e Faria, o problema fundamental do aproveitamento da riqueza do Sul resolvera-se. Com isso, mesmo sem alterações no padrão quase familiar de trabalho da preia e da engorda do gado, foi possível estabelecer uma economia relativamente próspera no Brasil Meridional.

Entretanto, os efeitos da intensificação do aproveitamento do gado não se fizeram sentir de modo uniforme no Brasil Meridional. Provocaram um deslocamento maciço das populações do litoral catarinense para os campos da Vacaria do Mar, causando o empobrecimento daquela área. Em conseqüência, a economia criatória manteve-se no Sul graças à exploração de uma imensa área, realizada por grupos relativamente esparsos e pouco numerosos, deixando à margem "zonas pobres" nas quais a atividade econômica restringia-se à produção para o consumo próprio. A descrição que Saint-Hilaire faz da vida dos habitantes do interior rio-grandense e catarinense mostra como fora dos quadros do trabalho de criação muito poucas probabilidades de êxito tinham os que se dedicavam aos labôres rústicos. A pouco mais que a produção dos meios necessários à vida restringia-se a atividade dos homens do campo.

Dêste mundo sem esperanças — sobretudo nas áreas próximas das Missões mais distantes dos núcleos litorâneos —, o naturalista transcreve o testemunho de um paulista que revela quão acanhados eram os limites da vida econômica gaúcha no primeiro quartel do século XIX:

"Lamenta êsse homem que tanta gente de sua terra para aqui venha com o intuito de ganhar a vida, se entregar a tantos disparates pelos índios, não se enriquecendo nunca. Vários fogem para não se submeterem ao serviço do rei, o qual é aqui muito mais penoso que na Capitania de São Paulo; outros vêm na esperança de fazer fortunas e se empobrecem mais. A maior parte não tem, aliás, projeto de permanecer nesta Capitania; uns cometem maus negócios complicados e envelhecem fazendo cada ano a intenção de atravessar o deserto, em retôrno, no ano seguinte" (1).

Pequena propriedade

Escaparam dêste quadro apenas as regiões de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em que foi instaurado o regime de "pequena propriedade". Os colonos açorianos de Santa Catarina, na maioria agricultores pobres das ilhas, foram localizados em lotes pequenos e mal distribuídos:

"Nessa Capitania", relata o Marquês de Lavradio, "nunca os Governadores consideraram que deviam repartir terras e estabelecer famílias que ùnicamente na Ilha (de Santa Catarina), não fazendo caso nenhum da terra firme, sendo ela quanto a mim a mais importante. A Ilha a repartiam por tal modo que todos ficavam desacomodados, porque na exceção de alguns poucos, aos mais deram porções de terra muito pequenas, e muitos ficaram sem ter nenhuma."

No Rio Grande do Sul, houve melhor distribuição dos lotes e, como havia maiores disponibilidades de terra, os colonos puderam aumentar mais fàcilmente as propriedades.

De qualquer forma, no fim do século XVIII e início do século XIX, os imigrantes açorianos e seus descendentes haviam conseguido organizar uma pequena produção de mandioca, cana (Santa Catarina) e trigo (Rio Grande do Sul), graças à qual podiam não apenas atender ao consumo local como exportar. Aliás, o consumo local crescera consideràvelmente durante o século porque a tropa de linha portuguêsa, deslocada para o Sul por causa das guerras no Prata, supria as necessidades alimentares comprando produtos locais. A exportação era mais ocasional, sobretudo a da mandioca, cujo incremento no Sul dependia de colheitas ruins noutras áreas da Colônia, mas ainda assim a exportação de trigo pôde ter um pêso relativamente importante na economia do Brasil Meridional no início do século XIX. Basta referir que de 1793 a 1820 foram exportadas as seguintes quantidades de trigo:

---

(1) Saint-Hilaire, Auguste, *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1820-1821), tradução de Leonam Azevedo Pena. Ariel Editôra, Rio de Janeiro, 1935, págs. 235-236.

1793 —	8.040	alqueires	1809 —	154.038 ½	alqueires
1794 —	43.114	"	1810 —	190.545	"
1795 —	12.878	"	1811 —	205.534 ¼	"
1796 —	13.436	"	1812 —	213.928 ¼	"
1797 —	16.810	"	1813 —	342.087	"
1798 —	13.028	"	1814 —	270.349	"
1799 —	22.070	"	1815 —	288.447	"
1800 —	58.726	"	1816 —	279.621 ½	"
1805 —	136.825	"	1817 —	133.359	"
1806 —	87.755	"	1818 —	76.395	"
1807 —	140.338	"	1819 —	121.542	"
1808 —	257.308 ½	"	1820 —	109.608 ½	"

Portanto, as transformações acarretadas na economia do Sul pela introdução de pequenos proprietários agricultores, se não foram de molde a criar uma economia próspera, permitiram que, mesmo sem a introdução de um produto colonial de exportação, se constituíssem alguns núcleos dinâmicos de produção rural.

Agricultura e sistema colonial

Não se pode exagerar o êxito dos agricultores açorianos. Mesmo assim, em 1796, conforme dados de Ayres de Casal, havia em Santa Catarina:

3 engenhos de açúcar
192 engenhocas de moer cana
4 engenhos de pilar arroz
297 moinhos e atafonas
884 bolandeiras de mandioca
32 curtumes de couro

e no Rio Grande do Sul os dados transcritos acima sôbre a exportação de trigo dão conta de alguma vitalidade econômica.

Não obstante, a agricultura sulina, desenvolvida numa região militarmente estratégica para o Império Português, ilustra bem as inconsistências da ordem econômica no sistema colonial. Ao mesmo tempo que o aumento do consumo provocado pela presença das tropas portuguêsas permitiu expandir as plantações de mandioca e trigo, acarretou enorme desorganização na economia local. O sistema pôsto em prática pelas autoridades portuguêsas para a compra dos produtos locais era o dos "embargos". A venda compulsória da produção e a irregularidade do pagamento estimulavam os pequenos e médios produtores a procurar outro tipo de atividade econômica. O quadro descrito por Paulo José Miguel de Brito para Santa Catarina sôbre os abusos da administração colonial não deixa margem de dúvidas:

"aos lavradores não se pagavão as farinhas que lhes tomavão com violencia para municiamento do mesmo Regimento, e outros muitos generos, que por conta da Fazenda

Real se lhes compravão; e como não havia ainda commercio sufficiente para suprir esta falta de circulação interna do numerario, a pobreza se fez transcendente a muitas classes dos habitantes".

Também Sebastião Francisco Bettamio, no último quartel do século XVIII, apontava como possível solução para desorganização da produção agrária do Rio Grande a criação de armazéns reais, com a condição de que a Fazenda Real mudasse a política habitual, de fazer compras com o correspondente pagamento imediato:

"Tudo isto será de grande utilidade, mas para se executar é preciso que os lavradores lha achem, especialmente na verdade e promptidão com que lhes devem fazer as entregas dos produtos dos seus fructos, não se lhes tomando para a Fazenda Real sem se lhes pagarem; porque se suppozerem que é forma de lhes fazerem para este efeito ajuntar os seus fructos ficarão desconfiados, e os esconderão, ficando frustrado todo o trabalho, o qual deve ser só em os animar, e mostrar-lhes as utilidades que se lhes seguem, e que elles com effeito as perceberão para se lhes desvanecer a desconfiança em que vivem por causa das dividas que com elles se tem contrahido pela Fazenda Real, procedida de fructos que se lhes tem tomado, e estão por pagar."

Por outro lado, a política de recrutamento posta em prática pela Coroa para enfrentar as lutas do Sul era desastrosa para a economia agrária à base da pequena propriedade e do trabalho doméstico. Se a produção fôsse mantida através da utilização de escravos e recrutamento não acarretaria efeitos desarmônicos na ordem econômica. Como, no entanto, o trabalho agrícola na região de colonização açoriana organizara-se de forma a depender diretamente da fôrça de trabalho dos homens livres (mesmo quando êstes possuíam alguns escravos, como adiante se verá), o recrutamento afetou diretamente a capacidade de produção dessas regiões. Tanto assim que, para o Rio Grande, Manuel Antônio de Magalhães insistiu na necessidade de conceder-se férias aos recrutas na época das plantações e da colheita, pelo menos em tempo de paz:

"Parece acertado que no tempo de paz todos os soldados filhos de agricultor se devem licenciar no tempo das plantações e colheitas, não só para ajudar seus pais e parentes, mas ganharem com que possam melhor tratar, e o serviço de trezentos ou quatrocentos homens licenciados n'aquelle tempo, por força deve adiantar muito a agricultura da capitania."

Vê-se, portanto, que a ordem econômica, nas áreas em expansão do Império, assumia uma importância secundária diante dos interêsses da política colonial. Quando não havia a seleção de um produto tropical de exportação, a economia da Colônia era frágil para suportar o pêso das pressões extra-econômicas impostas pelo sistema colonial. Por isso, na região de ocupação açoriana, nunca foi possível atingir o ideal de Silva Pais que consistia em colonizar e produzir para garantir a conquista: a importância maior da conquista, aos olhos da Coroa, impedia que se ampa-

rasse a produção e a colonização. Entre suprir os exércitos de recrutas e de mantimentos havia uma contradição que se acentuava porque a Fazenda Real não pagava os agricultores, mas que se resolvia sempre pela insistência em atender os imperativos militares, ainda que a custo da desorganização da produção.

Prosperidade agrícola e escravidão

Não obstante, o fluxo de trocas, embora intermitente, entre o Rio Grande e os mercados internos (da Colônia) e externos (do Prata e esporàdicamente da Europa) proporcionado pela produção do trigo no Sul e pelo crescimento da exportação de mandioca em Santa Catarina permitiram, no início do século XIX, o crescimento da renda gerada pela economia agrária dessas regiões. Graças a isto houve a redefinição do padrão familiar de exploração da terra e intensificou-se o ritmo da produção para atender à expansão da procura, pois foi possível introduzir trabalhadores escravos. Os quadros da população do Rio Grande do Sul indicam não só a presença de negros nas áreas de plantio do trigo, como o aumento considerável da população cativa entre 1780 e 1814 (1).

1780		*1814*	
Brancos	9.433	Brancos	32.300
Índios	3.388	Índios	8.655
Prêtos	5.102	Libertos	5.399
		Escravos	20.611
		Recém-nascidos	3.691
Total	17.923	Total	70.656

É compreensível que nos períodos de prosperidade relativa os agricultores ilhéus tenham tentado utilizar escravos. A esta prática eram compelidos pelos padrões de avaliação social vigente na Colônia que faziam com que "o desejo de todos os lavradores (... fôsse) obter um número de escravos que satisfizesse simultâneamente a sua vaidade e a sua indolência", como escreveu Saint-Hilaire sôbre Santa Catarina, e porque, realmente, nos quadros da economia agrária colonial qualquer aumento da produção dependia da introdução do trabalho escravo. A razão que tornava a escravidão essencial para a prosperidade agrícola decorria das condições gerais da economia da Colônia: abundância de terras e escassez de mão-de-obra.

(1) Os dados de 1780 constam do levantamento do Tenente Córdova, publicado em Laytano, Dante, "O negro no Rio Grande do Sul", *Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1957, págs. 34-35; os dados de 1814 estão contidos no *Appenso ao Quadro Estatistico e Geographico da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul*, organizado por Antonio Eleutherio de Camargo, Typographia do Jornal do Commercio, Pôrto Alegre, 1868. A distribuição dos escravos por freguesias mostra que se concentravam nas áreas de triticultura.

Nestas circunstâncias era pràticamente impossível — salvo em escala restrita, como em Santa Catarina — expandir a produção com a utilização de mão-de-obra assalariada. Ou se limitava a produção às possibilidades de trabalho direto dos membros de uma parentela, ou era necessário importar mão-de-obra escrava. A ruína de alguns agricultores independentes e a importação de novos não eram suficientes para garantir aos agricultores mais próspera a fôrça de trabalho necessária, porque, dado o nível tecnológico elementar da agricultura, pràticamente qualquer homem livre que tivesse acesso à terra transformar-se-ia em pequeno produtor e não em assalariado.

A existência de trabalhadores assalariados ao lado de escravos na Ilha de Santa Catarina, que à primeira vista poderia invalidar esta observação de caráter geral, apenas a comprova. Naquela área, de fato, como nota Saint-Hilaire, até os soldados da guarnição local alugavam-se aos agricultores e houve sempre um número razoável de "jornaleiros" livres. Entretanto, em Santa Catarina a produção da mandioca não permitiu, por um lado, a acumulação de riqueza na mesma proporção das plantações de trigo, e, por outro lado, havia relativa escassez de terra: é sabido que os açorianos ocuparam pràticamente tôdas as áreas econômicamente disponíveis da ilha e que resistiam a deslocar-se para o continente (1). Nestas condições o agricultor arruinado podia transformar-se em assalariado. Como a distribuição de lotes de terras favoreceu a formação de propriedades muito pequenas, sobretudo depois da divisão das terras por herança, a ruína dos pequenos agricultores garantiu o aproveitamento regular de trabalhadores agrícolas na categoria de "jornaleiros". Porém, logo que a produção da cana encontrou mercado e condições para expandir-se, a partir mais ou menos de 1840, recolocou-se o problema da mão-de-obra. Depois dêste período a economia agrária catarinense reorganizou-se à base da escravidão. Por isso, enquanto em 1820 Saint-Hilaire escrevia que, "como os negros são raros, sobretudo no campo, e a população branca é pobre e numerosíssima, esta não acha que seja desonra cultivar a terra com suas próprias mãos", Aubé já dizia, em 1844, que em Santa Catarina havia "proprietários que possuem grandes plantações e um número considerável de escravos" (2).

Tecnologia rudimentar

Apesar dos efeitos favoráveis da agricultura do trigo, da mandioca e da cana para a acumulação de riquezas no Sul, a precariedade da base técnica e a estreiteza da base social

(1) Saint-Hilaire registrou que as emigrações da Ilha de Santa Catarina eram muito menores que em Minas. Tentou explicar o fato em têrmos pràticamente sociológicos: "como viviam muito perto uns dos outros e mantinham entre si estreitíssimas relações, uma família só se decide a deixar o lugar quando é acompanhada por outras, circunstância que tende a tornar as emigrações muito mais raras do que em Minas".

(2) Aubé, Leonce, *La Province de Sainte Catherine et la colonization au Brésil*, Imprimmerie Française de Frederic Alfredson, Rio de Janeiro, 1861, pág. 165.

da produção não permitiram a formação de uma economia com vitalidade suficiente para comportar os desmandos da administração colonial e as oscilações constantes do mercado interno. Com efeito, na economia colonial só era possível obter uma prosperidade relativamente contínua quando havia a seleção de um produto colonial de exportação. Neste caso, embora a tecnologia continuasse rudimentar, aproveitava-se ao máximo a base social da produção, isto é, a escravidão, e, enquanto havia o monopólio no mercado internacional da mercadoria colonial, era possível expandir a produção e obter resultados financeiros satisfatórios. Ora, nem a mandioca nem o trigo eram produtos coloniais típicos de exportação. Com relação ao trigo chegou mesmo a haver protestos em Portugal pela existência de plantações no Sul, tendo-se cogitado de proibir a importação do cereal gaúcho para evitar a concorrência com a produção lusitana. Nestas condições, a vitalidade da economia agrária era relativamente pequena: a comercialização do produto dependia do mercado interno de baixo poder aquisitivo, no qual o Estado exercia um papel muito grande, com efeitos desastrosos, como indicamos acima. Por isso, não havia incentivo para alargar a produção, isto é, para reinvestir os lucros na compra de escravos. Nesta situação os limites impostos à economia agrária pela tecnologia rudimentar apareciam como fundamentais. Com efeito, nos documentos da época e nas observações dos viajantes despertava sempre a atenção o baixo padrão tecnológico das plantações. Em 1816, Miguel de Brito dizia que em Santa Catarina, "na preparação da mandioca também há pouca perfeição, do que resulta ordinàriamente ser grossa, e pouco torrada", e quanto ao açúcar achava que "também no país não o preparão bem, hé pouco batido e mal barreado, e por isso humidece facilmente". Com estas observações concordam os depoimentos de Saint-Hilaire e os dados contidos nos relatórios dos Presidentes da Província. No Rio Grande do Sul, por sua vez, não era melhor a base técnica da produção do trigo:

> "Para bater o trigo", anotou Saint-Hilaire, "fazem-se dois currais tendo um uma forma qualquer e o outro a forma circular, em comunicação com o primeiro. Capina-se a erva dêste último curral, varrendo-o cuidadosamente, e aí espalham-se as espigas. Reúnem-se jumentos bravos no primeiro curral. Daí fazem passá-los a outro curral onde homens a cavalo fustigam-nos a chicotadas fazendo-os correr à volta várias vêzes, debulhando o trigo com as patas, enfim. É um processo precário de debulhar. Não só as espigas não se limpam de todo como também os grãos se enterram no chão, perdendo-se."

O plantio do trigo, como escreveu o mesmo viajante e confirmou-o, mais tarde, Dreys, era tão rudimentar quanto o tratamento para obter grãos.

Pastoreio e charque

Sòmente com a exploração do gado e com a produção do charque pôde a economia sulina encontrar condições para organizar-se em bases estáveis e prosperar. Nem o gado nem o charque eram pròpriamente produtos adequados à exploração colonial típica, isto é, ao setor exportador da economia brasileira. Contudo, indiretamente,

puderam inserir-se com regularidade no sistema econômico de produção do país, porque o charque tornou-se o alimento básico da escravaria das áreas de produção para exportação (açúcar e café) e o gado muar teve amplo mercado no Brasil, como peça essencial que era o sistema de transportes.

Assim, constituiu-se no Sul uma *economia subsidiária* da economia de exportação, que possuía importância vital para a produção do setor exportador. Com isto, ao lado das áreas marginais da economia sulina em que o setor de "economia de subsistência" era fundamental para a vida da população local, e das áreas agrícolas de prosperidade muito relativa em que havia sempre o risco de regressão à economia de subsistência, desenvolveu-se um amplo setor de exportação para as áreas de produção colonial, que, em última análise, tirava destas sua razão de existir.

A preparação da carne pela salga e o aproveitamento dos couros nas charqueadas provocou lentamente a reorganização da atividade criatória. Datando as primeiras charqueadas de Pelotas de 1780, só no decorrer do século XIX as "estâncias" se foram organizando como emprêsas. Em 1808, Manuel Antônio de Magalhães ainda comentava,

> "é preciso que o govêrno, munido de ordens superiores, obrigue todos os fazendeiros a fazerem nas suas fazendas os precisos rodeios nos seus gados, e apesar de grandes despesas que se precisam fazer, os façam amansar e chegar tôdas as semanas aos currais, porque há muitas fazendas tôdas alçadas, e a maior parte dos fazendeiros, ainda os mais ricos, apenas tem a quarta parte do gado manso, e ainda vem aos currais e rodeios, que se costumam fazer; todo o mais é tão bravo como os touros de Portugal que vêm aos curros".

Saint-Hilaire, em 1820, nas observações sôbre o processo de criação nas estâncias, confirma o depoimento de Magalhães que qualifica de "atividade predatória" a economia do gado. Porém, em 1834, Dreys já pôde notar modificações sensíveis na forma de proceder dos estancieiros: "Todos os seis meses dá-se hum rodeio, cujo fim hé reunir todos os animais n'hum centro commum, para os reconhecer e marcar os recem-nascidos". Da mesma forma, se no tempo das primeiras charqueadas Bettamio reclamava que "a irregularidade com que se tem morto o gado no Continente, ajuda muito à causa do diminuto numero que hoje tem; porque mata-se sem attenção a serem vacas, e ainda sem repararem se estão prenhes (...)". Cinqüenta anos depois, no depoimento de Dreys, a previsão econômica e a necessidade de contrôle dos rebanhos levara os estancieiros a redefinirem suas práticas: "são os novilhos que se vendem para as charqueadas, tendo de 5 annos para cima: poucos são os touros e as vacas que para lá se mandão".

A atividade de criação fazia parte já, portanto, da rotina de uma vida econômica organizada. Fundamentalmente refletia o progresso das charqueadas e o ritmo da exportação do couro e da carne salgada.

As charqueadas no regime escravocrata

O núcleo dinâmico básico que permitiu a transformação do quadro tradicional da economia rio-grandense, até então limitado entre a pequena agricultura, a economia de subsistência e a pilhagem de gado, foi, portanto, a industrialização da carne e dos couros para exportação.

A análise das estatísticas de exportação e dos depoimentos de charqueadores e viajantes mostra que na primeira metade do século XIX houve oscilações agudas no valor das exportações, embora nem sempre o volume das mercadorias produzidas tenha decaído tanto quanto o preço dos produtos e, muito menos, tenha havido, presumìvelmente, grandes oscilações no volume de mão-de-obra ocupada (1). Estas discrepâncias explicam-se pela situação peculiar da emprêsa charqueadora rio-grandense que, sendo um empreendimento escravocrata, organizou-se para concorrer com a produção capitalista assalariada dos *saladeros* do Prata.

Nestas condições, contràriamente ao que muitos supõem, os concorrentes platinos levaram vantagens econômicas consideráveis sôbre os produtores gaúchos. A produtividade do trabalho assalariado era maior que a do trabalho escravo, pois, neste, a própria organização social da produção impedia a divisão do trabalho e a especialização profissional. Além disso o caráter irracional do regime escravocrata numa economia inserida no mercado capitalista internacional tornou-se patente diante da concorrência platina por causa dos desperdícios que caracterizavam a produção das charqueadas. Os gastos iniciais para a compra da mão-de-obra eram grandes e não reduziam as despesas subseqüentes com a alimentação, o vestuário e o alojamento dos escravos, os quais, *grosso modo*, correspondiam aos salários pagos pelos produtores platinos. Como, ainda mais, o senhor de escravos, ao contrário dos empresários platinos, adquiria o trabalhador e não apenas sua fôrça de trabalho, via-se na contingência de ocupar permanentemente o escravo, mesmo quando não havia necessidade econômica de sua utilização. Por isso, obedecendo o abate dos animais a períodos de safra, na entressafra havia o problema de ocupar os escravos. Em conseqüência, havia menos interêsse ainda pela racionalização do trabalho e pela intensificação racional de seu ritmo.

Por todo êstes motivos (2), a produção sulina só pôde competir com a concorrente estrangeira nos períodos excepcionais em que as lutas internas no Prata ou as disputas da Cisplatina provocaram a desorganização da

(1) Ver a êsse respeito, os dados contidos em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, F. H. Cardoso, Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1962, esp. págs. 66-72 e cap. IV, item 2. "A produção escrava".

(2) Na verdade as condições sociais da produção escravista interferiram de forma mais complexa no ritmo da produção e nas possibilidades do lucro. Ver *op. cit.*, cap. IV, segunda parte.

exportação dos saladeiros. Por isto, o período de lutas e agitações reaberto na região platina com a campanha de 1801 foi altamente favorável à economia do charque. Os viajantes que percorreram o Rio Grande no início do século atestaram a relação direta entre o progresso do Brasil Meridional e as crises políticas do Prata:

"A procura de couros e de sebo encontrava oferta principalmente aqui (na cidade do Rio Grande) e em Buenos Aires e a admissão da navegação britânica no último dêstes lugares produzia efeitos imediatos e notáveis nesses artigos. Montevidéu, sua rival, achava-se em apuros e quanto à Espanha já não podia nem suprir as necessidades nem comprar os produtos do país. Por isso tudo, o comércio interior, e além das fronteiras, e mais lucrativo de que São Pedro gozava, achava-se em progresso", escreveu Luccok em 1808.

Em 1820 Saint-Hilaire registrava também efeitos semelhantes das guerras sôbre a prosperidade gaúcha:

"Como a barra (de Rio Grande) é muito pequena e a carne-sêca destas cercanias inferior à de Buenos Aires e Montevidéu, era nestes portos que mais a procuravam. Mas, depois da guerra, Rio Grande tornou-se o centro dêsse comércio e por isso um importante pôrto para o Brasil."

Sempre que a produção platina reorganizava-se, as possibilidades de concorrência das charqueadas diminuíam e os lucros decaíam. Nestas ocasiões os produtores gaúchos acusavam a política de tributos vigente no Brasil como responsável por seus malogros. Acreditavam que o alto preço do sal e a taxação baixa do charque importado impediam a concorrência do produto nacional com o estrangeiro, e julgavam que a manutenção desta política devia-se aos interêsses dos consumidores, das "Províncias do Norte", de importarem charque abundante e barato, ainda que isso custasse a ruína dos produtores nacionais. Muitas vêzes agregavam a êstes argumentos outros que procuravam mostrar as desvantagens naturais da produção gaúcha por causa da qualidade dos pastos e das condições precárias das charqueadas. Não eram capazes de ver claramente, entretanto, aquilo que, muitos anos depois do período que ora nos ocupa, já no fim do século, Couty pôde ver com lucidez: não era o "custo material" da produção brasileira do charque que a tornava incapaz de competir com a produção estrangeira, mas sim seu "custo social", isto é, o pêso da escravidão na produção de bens que deviam concorrer num mercado competitivo. Êste, não permitindo os altos lucros dos preços de monopólio, forçava a economia escravocrata a enfrentar, sem o resolver, o problema do aumento da produtividade, para tornar-se competitiva:

"No que diz respeito a pastos, meios de comunicação, preço da terra, qualidade e valor do gado e despesas para criá-lo", acrescentava, "tudo é a favor do Rio Grande do Sul; o custo *material*, em outros têrmos, é um pouco menor do que em Montevidéu

e na República Argentina. Nos últimos Estados, porém, há mais completa divisão de trabalho nos saladeiros (...)."

Não obstante, no primeiro lustro do século a desorganização da economia do Prata proporcionou lucros consideráveis aos produtores gaúchos. E, mesmo depois dêste período, o ritmo da produção e a qualidade da mão--de-obra utilizada mantiveram-se acima do que seria de esperar em face da situação do mercado. Esta situação explica-se, ainda uma vez, pelas peculiaridades da produção escravista: uma vez *adquiridos* os trabalhadores escravos, não era possível, a curto prazo, reagir às oscilações do mercado pela dispensa da mão-de-obra e diminuição imediata da produção. O mecanismo de ajustamento da economia escravista aos estímulos do mercado é mais lento e mais complexo: a venda dos escravos, que é a alternativa viável, implica em decisões que afetam o destino mesmo da emprêsa, pois implicam em descapitalização. Não havendo, como não havia, maleabilidade econômica para deslocar o capital — que, no caso, coincidia com a mão-de-obra — para outros ramos de atividade, se o produtor não quisesse transformar o capital em propriedade não produtiva ou em formas de entesouramento, via-se obrigado a manter a mão-de-obra e, até certo ponto, a produção, mesmo sem expectativas de transações favoráveis no mercado. Por isso, apesar da instabilidade do mercado para o charque, não houve diversificação da produção e a riqueza no Sul continuou sempre ligada às charqueadas e à criação de gado nas estâncias. A tal ponto que no Relatório de 1858 o presidente da Província do Rio Grande dizia sôbre a agricultura que:

"He êste um ramo quasi desconhecido na Província. Há lugares não interrompidos de terreno em que não existe uma só árvore plantada, e em que nenhuma semente tem sido lançada à terra; e o terreno presta a quase tudo."

Características da economia sulina

De qualquer forma, a organização da economia do Brasil Meridional, com a peculiaridade de não se ter baseado na produção de produtos de exportação para o mercado internacional, não diferiu, nos mecanismos básicos, da economia escravocrata vigente no resto do país. Ao contrário, padeceu das mesmas limitações da produção escravista, com o agravante de ter estado sempre mais exposta a crises porque, como vimos, era, por um lado, uma *economia subsidiária* do mercado da área de produção para exportação, e, por outro lado, não se baseou em produtos de monopólio.

O único produto na região sulina cuja exploração foi tentada em têrmos tìpicamente coloniais foi o azeite de baleia de Santa Catarina. Durante o século XVIII, os resultados desta atividade foram bastante satisfatórios. A partir de 1796, contudo, rompido o privilégio da pesca, até então concedida apenas aos portuguêses, a economia exportadora colonial baseada na mão-de-obra escrava não pôde, também neste caso, suportar a inexistência

de uma conjuntura monopolística. A competição dos armadores estrangeiros, principalmente norte-americanos, foi desastrosa para os armadores catarinenses: a superioridade técnica dos competidores estrangeiros e a impossibilidade das emprêsas catarinenses, organizadas em moldes tradicionais, reagir diante da nova situação do mercado levou-as à ruína. Em 1817, Miguel de Sousa Melo e Alvim registrou o fracasso completo das armações catarinenses:

> "Desde 1825 estava inteiramente paralisada a pesca, que fêz o único objeto dêstes estabelecimentos (as Armações), com as quais a Fazenda Pública despende cada mês a quantia de oitocentos mil-réis em pagamentos a empregados, e sustentação da escravatura, sem dela retirar um real de proveito."

A alternativa que restou aos empreendedores econômicos do Sul foi realmente a de aproveitar ao máximo as possibilidades de lucros abertas com a exportação do charque e dos couros. Isto no quadro da economia tìpicamente exportadora de produtos primários que caracterizou o Brasil no século XIX, equivale a dizer que a produção do Sul teve de explorar uma área marginal do mercado. Ainda assim, a produção do charque e dos couros exerceu com relação aos demais produtos sulinos função análoga a que o açúcar e o café exerceram em suas áreas de dominância: nas economias coloniais os produtos de exportação apresentam índices de lucro tão mais elevados que os produtos de consumo local que provocam concentrações maciças de capital. O resultado desta situação é conhecido: o mercado se divide em faixas de grande atividade e lucratividade e faixas estacionárias e deficitárias. As primeiras corresponderam no Sul ao que se pode chamar de formas de *economia subsidiária*, as segundas, às formas de *economia de subsistência*. Como, no entanto, a exportação no Sul fazia-se em função dos consumidores nacionais e em condições de concorrência, nem mesmo as atividades da "economia subsidiária", na primeira metade do século XIX, geraram massas de renda capazes de dinamizar a economia da região e levá-la a enfrentar os obstáculos econômicos que a ela se antepunham, quer no plano dos interêsses que se definiam na Nação, quer no plano da concorrência externa. Por outro lado, como as formas de "economia subsidiária" foram suficientemente dinâmicas para atrair os capitais gerados inicialmente na produção agrícola dos açorianos, resultou que se a produção do charque e dos couros não constituiu, no conjunto, uma economia estável, contribuiu para destruir as tentativas antes existentes de organização da pequena produção agrária. Assim, aos desmandos da administração colonial que, por si só foram suficientes para condenar ao marasmo, quando não à regressão, os núcleos de produção das regiões mais pobres, como as de Santa Catarina, somavam-se no Sul as pressões econômicas do êxito relativo do setor exportador da economia gaúcha, para desarticular todos os demais tipos de atividade produtiva e condenar amplas áreas do Brasil Meridional à economia de subsistência.

Em síntese, prosperidade intermitente, relativa e precária do setor exportador da economia local e pobreza constante do setor de economia de subsistência, caracterizaram na primeira metade do século XIX a atividade econômica do Brasil Meridional.

2. A VIDA SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL MERIDIONAL

Paralelamente às modificações ocorridas na organização econômica do Brasil Meridional durante o período de meio século que estamos analisando neste capítulo, transformaram-se também as condições da vida social e política no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Estas transformações, que foram sensíveis e profundas, decorreram das novas condições de existência criadas com a regularização da atividade econômica, com a estabilização das formas de ocupação do solo e com a rotinização das práticas políticas e administrativas que vigoravam na região. Pode-se dizer que, num sentido, a complexidade crescente da economia do Brasil Meridional acarretou diretamente alterações na estrutura da sociedade local, diversificando-a e tornando-a também mais complexa. Noutro sentido, o desenvolvimento social e político assumiu rumo inverso do desenvolvimento econômico: enquanto no plano econômico a lenta reorganização das atividades de produção encaminhou-se na direção de transformar a economia local em *economia subsidiária* do setor exportador e, portanto, tornou-a cada vez mais dependente dêste último, no plano social e político a própria prosperidade assegurada pela economia pastoril e pelo comércio serviu de base para a formação de uma camada social nova que passou a exigir, de forma crescente, participação na vida política e contrôle das decisões que afetavam a região.

Com efeito, no período anterior ao desenvolvimento das charqueadas, quando a atividade econômica básica da Região Meridional se circunscrevia ao aproveitamento do gado alçado e às tentativas frustras de organização da pequena agricultura, à heteronomia econômica somava-se a heteronomia política da região. Resultado de interêsses políticos portuguêses, a ocupação do Sul implicou durante quase um século no domínio direto da região pelos representantes da Coroa, que eram os próprios comandantes militares das tropas portuguêsas. Os colonos açorianos e seus descendentes, como bem exemplificam os embargos da produção postos em prática, relacionavam-se em têrmos de pura subordinação com os comandos militares, sem que, do lado dêstes, houvesse sequer a contrapartida do reconhecimento do valor da atividade econômica por aquêles desenvolvida. Percebiam apenas os interêsses militares da conquista e ocupação, para o dsempenho das quais, eventualmente, podiam servir-se dos habitantes locais como recrutas ou como fornecedores de produtos alimentares.

Diante da onipotência militar apenas os criadores de gado encontravam possibilidades de autonomia nos quadros da vida local. Entretanto, ainda neste caso, não havia o reconhecimento do prestígio de um tipo de atividade que possuía sentido econômico, mas o reconhecimento, pelas autoridades portuguêsas, de uma forma de vida que coincidia com os interêsses políticos da Metrópole. O reconhecimento, muitas vêzes por parte do próprio Vice-rei, dos méritos dos "gaúchos", isto é, dos chefes de bando que pilhavam o gado além fronteiras, e a aceitação dos serviços militares dêstes guerreiros independentes exprimia muito mais uma tática de ajustamento político da administração colonial às condições de existência e de luta vigentes nas fronteiras, do que a aceitação da influência de uma camada dominante local na esfera organizada da vida política e administrativa do Continente de São Pedro. Por certo, e não poucas vêzes, as autoridades portuguêsas apelaram para os chefes locais. Lavradio mesmo recomendou, em mais de uma ocasião, que as tropas de linha portuguêsas fôssem auxiliadas pelos corpos de tropa organizados na região. Mas, fundamentalmente, as relações entre a Administração e os caudilhos, até o fim do século XVIII, implicavam um acôrdo de interêsses momentâneos em que uma das partes — as autoridades coloniais — não tinha dúvidas quanto à impossibilidade de um convênio em têrmos de valôres e ideais comuns e, portanto, não podia reconhecer nenhuma legitimidade no poder exercido pela outra parte:

> "Não he o caprixo de honra q'os conduz aospirigos e as atrevidas acçoens, q'elles mtas vezes intentarão e puzerão em pratica: elles dão-lhe o nome de estimulos de honra, porem emquto, amim, não foynem ser nunca, q'hum spirito de ambição, ecreyo q'todas as vezes, q'se repartir com elles, com mão muito larga, doq'elles aprehenderem, q'ste será o unico modo, de os ter sempre contentes, ese conseguir delles algum bom serviço."

Os textos de Lavradio não deixam margem para dúvidas. Mesmo quando se referiam a um Pinto Bandeira (1), as autoridades portuguêsas faziam-no como, mais tarde, um estancieiro poderia referir-se a um capanga. A desqualificação social estava implícita nos têrmos por que se relacionavam os comandos militares com os chefes locais do Sul. E nem de outra forma poderia ser. De fato, que eram os chefes de bando do século XVIII se não pilhadores de gado cujos destinos se ligavam às "arriadas" e razias nos campos de posse indeterminada entre Portugal e Espanha e, por isso mesmo, bandoleiros úteis ao rei? Assim, só nesta medida, eram aceitos e utilizados pela Administração Colonial.

---

(1) Por exemplo: "o celebre Raphael Pinto, não se esqueceo das duas utilidades como costumava, porém como agora nos he necessario, não há outro remedio senão deixallo fartar". *Ibidem*, pág. 83.

Da mesma forma, até o início do século XIX as relações entre os representantes da Coroa e os agricultores açorianos marcavam-se por uma dissimetria social que denunciava a existência de dois mundos estanques: o estamento militar-aristocrático dominante e as camadas rurais plebéias, que àquela deviam obediência e tributos, tendo como recompensa garantias militares contra os invasores e, dentro de limites acanhados, reconhecimento de alguma ingerência na administração local. A famosa disputa entre o Governador José Marcelino de Figueiredo, que administrou o Rio Grande entre 1769 e 1780, e a Câmara de Vila de Pôrto Alegre, exemplifica bem os limites dentro dos quais o nobre português (1) acatava os interêsses locais. A energia e o desprêzo do governador militar pela autoridade civil se exprime sem rebuços no ultimato que fêz aos vereadores quando não quiseram deslocar-se de Viamão, onde tinham propriedades, para morar em Pôrto Alegre, vila que administravam:

> "parece querem se divertir, e multiplicar vans correspondencias, digo só que ou Vancês governarão bem a Republica, ou interrompo a sua governança. Vancês o estão vendo, e o Continente todo presenciando, o eu nem sei como Vancês podem governar bem a villa de Porto Alegre, conservando-se ausentes d'ella todo o anno, morando em Viamão, tendo-os eu advertido por ordem superior que vão residir á dita villa: a nada se tem movido, havendo mais de quatro annos que a dita villa está formada."

Fortalecimento dos chefes locais

Bem diferentes foram no século XIX as relações entre os estancieiros, os agricultores enriquecidos, os comerciantes, os membros e funcionários das Câmaras e da administração local, por um lado, e a administração colonial, por outro lado. O depoimento de Manuel Antônio de Magalhães, no início do século, ilustra as transformações ocorridas. À antiga arrogância dos representantes do rei diante da autoridade local e da fonte donde provinham as bases desta autoridade — os negócios —, expressa nos textos do Governador Marcelino, substituiu um tipo de atitude que exprime o aumento do poderio dos homens da região, poderio com que as autoridades metropolitanas passavam a compactuar com o fito de se servirem em têrmos pessoais, das vantagens que dêles poderiam advir. No século XVIII o Governador Marcelino afirmava com desprêzo que errara por haver tentado parlamentar com os "homens bons" da terra — os "homens de capote" — e, para penitenciar-se e obter o que desejava, mandava prendê-los, como se infere de uma Ata da Câmara de Pôrto Alegre onde está textualmente escrito que o governador dissera:

> "que elle tinha aculpa depedir favores ahomens de capote e retirando-se depois do referido, alguns dosditos Oficiais da Camara as suas cazas a Capella de Viaman,

(1) Marcelino de Figueiredo era nome utilizado por Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, nobre português que fôra obrigado a fugir para a América por ter-se envolvido em complicações políticas em Portugal.

aonde morão distantes desta Villa tres leguas nomesmo dia os mandou a chamar, eindologo asaberem delle que queria este lhes respondera queo Portamda Praça desta Villa não sahissem mais para fora e ficassem soprezados (...)".

Em 1808, ao contrário, Magalhães mostra que no Rio Grande do Sul a autoridade civil era exercida mais em benefício dos funcionários reais do que da Coroa. Os chefes locais aliavam-se aos representantes do Rei, unidos todos no usufruto dos cargos e regalias que lhes haviam sido patrimonialmente conferidos pela Coroa, usando o Poder, porém, muito mais em benefício pessoal do que a serviço do Estado português:

"Os dois juizes ordinarios que serviam o anno passado, um d'elles de pessimos costumes ignorantissimos e fatuado, cheio de dividas, eleito por empenhos; o outro homem cordato e dos bons da terra; o primeiro ficou nesta villa governando, e o fez á maneira dos bachás da Turquia, chegando a ter grossos guilhões nas suas escadas para atemorisar os povos, e os que vinham á sua casa com a barba mais crescida lh'as mandava fazer pelo barbeiro, tirar os capotes aos que entravam na sua casa de capote, fazendo pagar dividas com violencias e outras muitas coisas de que eu mesmo sou testemunha ocular."

Em Santa Catarina, onde a autoridade dos comandos militares fôra substituída, antes mesmo que no Rio Grande do Sul, pela autoridade civil dos representantes do Rei, a aliança entre êstes e os súditos enriquecidos fêz-se mais ràpidamente. Pouco a pouco, no fim do século XVIII e início do décimo nono, os comerciantes e agricultores enriquecidos passaram a comportar-se cada vez levando mais em conta o fortalecimento do patrimônio pessoal do que as obrigações que, como vereadores, almotacéis etc. deveriam ter para com a população e o Estado português. Os governadores, por sua vez, fomentaram e facilitaram as especulações, os "atravessamentos" e as fraudes, distanciando paulatinamente do padrão de funcionários reais que a condição de nobres e militares lhes impôs no passado, para tornarem-se comparsas dos "homens ricos" e chefes locais. Assim, se com relação ao século XVII escreve Oswaldo Cabral que:

"Não era fácil ser Vereador no Destêrro (...) Clero, governança, militares, enfim, tôda a gente de prosápia e importância timbrava em demonstrar, sempre que podia, o desprêzo em que tinham a municipalidade — e tôda aquela gente, cheia de prerrogativas, de direitos, de honrarias, de concessões, de vaidade, achava fazer da Câmara apenas uma corporação destinada a receber tôdas as suas exigências, tôdas as suas diatribes, tôdas as suas malcriações."

Com relação ao primeiro quartel do século XIX, as dificuldades que o juiz-de-fora nomeado para Destêrro por D. João em 1817, o Desembargador Francisco Lourenço de Almeida, teve de enfrentar para conter os abusos da administração local, que contava com o apoio do governador, indicam que a situação mudara. É que nas Câmaras opinavam agora homens que já tinham cabedais e influências. Graças a êstes cabedais e influências po-

diam trocar uma série de favores com a Administração Colonial. Esta troca de favores e benefícios, se não enriquecia e fazia prosperar Santa Catarina ou os cofres reais, consolidava as fortunas dos mercadores, dos homens bons, dos representantes do rei, dos áulicos e de seus parentes:

"Todos êles (os ricaços que faziam a aristocracia local) pertenciam ou tinham influência na Câmara, eram os importantes do lugar, os Irmãos graduados das confrarias religiosas da terra, ocupantes de cargos honoríficos, detentores da consideração dos Governadores e autoridades aos quais cortejavam sempre que se apresentava a ocasião."

Formara-se, pois, graças à diversificação das atividades econômicas que mencionamos, um patriciado urbano nas cidades, prolongamento do patriciado rural, que cuidava em benefício próprio da coisa pública e que ganhava autonomia diante das autoridades portuguêsas. Estas, de forma crescente, passaram a integrar-se nos propósitos e nas práticas vigentes na administração local. Magalhães, funcionário real êle próprio, "administrador dos contratos do quinto e dízimo, e numerário da tropa de tôda a Capitania do Rio Grande", espantava-se, orientado ainda pelos valôres do Estado Patrimonial Português, com a tendência imperante de acrescimento da fortuna pessoal às custas da Fazenda Real e de fortalecimento das parentelas — bases para o desenvolvimento futuro do patrimonialismo patriarcal. A descrição que fêz da administração rio-grandense coincide com o quadro reinante em Santa Catarina ao tempo dos primeiros juízes-de-fora, e não deixa margem para dúvidas quanto às transformações operadas na esfera do poder, reflexo das transformações da estrutura da sociedade e da economia locais:

"O ouvidor que acabou o anno passado recebeu quando chegou perto de duzentos autos para despachar, e apenas despachou onze em todo o tempo que serviu, sem lhe importar os interesses de S. A. R. nem dos povos; cuidou em casar-se e estabelecer na casa mais rica da capitania, e ha pouco sahiu para essa côrte a pedir o lugar de juiz de fora d'esta, como uma cousa de bagatela (...). Vem um ministro d'estes para uma terra onde sua mulher se vê rodeada de immensos parentes pobres, e na sua casa mil dependencias que arrumar, e tratando d'estas e dos seus particulares interesses, vexam-se os povos e tudo se poem em desordem."

Às queixas de Magalhães, pode-se juntar o depoimento de Saint-Hilaire, em 1820, sôbre a administração do Rio Grande no período colonial:

"Entretanto, os abusos atingiram o cúmulo, ou melhor, tudo era abuso. Os diversos podêres confundiam-se e tudo era decidido pelo dinheiro e pelos favores. O clero era a vergonha da Igreja Católica. A magistratura, sem probidade e sem honra (...), os empregos multiplicavam-se ao infinito, as rendas do Estado eram dissipadas pelos empregados e pelos afilhados, as tropas não recebiam seus soldos; os impostos eram ridiculamente repartidos; todos os empregados desperdiçavam os bens públicos; o despotismo dos subalternos chegou ao cúmulo, em tudo o arbítrio e a fraqueza andando a par da violência."

Patrimonialismo patriarcal

As alterações indicadas até aqui na administração e no contrôle político do Brasil Meridional exprimem, a rigor, um período de transição em que a ordem patrimonial estatal portuguêsa foi substituída, lentamente, por uma forma de dominação mais próxima do patriarcalismo, isto é, mais próxima de uma situação de existência social que depende do fortalecimento do poder das famílias e do crescimento das fortunas particulares que lhe servem de base. Esta transformação não obedeceu a desígnios do Estado Patrimonial, mas às condições concretas de existência imperantes no Sul, que obrigaram o Estado português a tomar medidas cujo objetivo restringia-se à garantia da conquista e posse dos domínios territoriais, mas cujos efeitos levaram a uma alteração mais ou menos profunda no mecanismo de dominação política e nas condições econômicas que passaram a ser seu sustentáculo.

Com efeito, a única estratégia possível no século XVIII para garantir para a metrópole o contrôle do Sul era a distribuição de terras entre os colonos e conquistadores e a distribuição de cargos entre os súditos, para que a arrecadação de impostos e a administração da justiça permitissem o fortalecimento do Real Erário e a manutenção da ordem estatal patrimonial.

Êste sistema pôde funcionar na fase da conquista sem afetar a administração colonial porque, então, não havia nenhuma atividade econômica de vulto que fôsse estável e regular. Sòmente a pilhagem de gado e a agricultura em bases familiares restritas asseguravam algum lucro. Não havia, pois, estímulos muito fortes para que os comandantes militares se dedicassem aos negócios. Por isso, os mecanismos de motivação e contrôle social da ordem burocrático-patrimonial portuguêsa foram suficientemente poderosos para orientar o comportamento social dos chefes militares e dos administradores coloniais, que àqueles se subordinavam de fato, impedindo que se transformassem em "empresários econômicos" autônomos. Ao contrário, como a ação do Governador Marcelino exemplifica, agiam conforme os padrões que deviam regular o comportamento dos funcionários patrimoniais da Coroa. Isto quer dizer que, naquela época, os interêsses da Fazenda Real se sobrepunham aos interêsses do patrimônio particular dos servidores reais e ao interêsse dos proprietários em geral.

Contudo, assim que a expansão da economia pastoril no extremo sul e a intensificação do comércio e das exportações, lá como em Santa Catarina, permitiram o fortalecimento das fortunas locais, as concessões reais de terras e de cargos, que visavam garantir a continuidade da dominação patrimonial-estatal acabaram por resultar no fortalecimento das parentelas ricas e poderosas da região, e, portanto, ensejaram o desenvolvimento do patrimonialismo patriarcal, muitas vêzes em oposição aos interêsses do Estado português.

Isto significa que, graças às nomeações e às concessões reais, os funcionários da Coroa, a partir do fim do século XVIII e durante o período

colonial do século XIX, passaram a cuidar de aumentar a fortuna pessoal e de expropriar os proprietários locais ou a êles aliar-se, dependendo das circunstâncias e do poderio econômico e militar de que os chefes de parentelas dispusessem. Coincidindo com a data de formação das primeiras charqueadas, o Governador José Marcelino foi substituído em 1780 pelo Tenente-General Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara, sob cuja administração (que durou até 1801) começou, segundo relata Gonçalves Chaves, o processo de expropriação em longa escala dos colonos e dos primeiros proprietários de terras, que as haviam obtido pelos feitos guerreiros nas lutas contra os espanhóis:

"Os Cartórios estão cheios de pleitos, sôbre posses, e limites de terras; e a origem dêstes males data do Govêrno do Tenente-General Sebastião Xavier. Êste homem cheio só de si, de suas fidalguias, e capricho militar, atropelou absolutamente os direitos mais sagrados de pacíficos e laboriosos Colonos, tomando-lhes muitas vêzes a terra, que êles com seu consenso tácito tinham povoado, e cultivado depois de a conquistarem aos Espanhóis, Bugres e Feras, para dar a seus validos, para o que muitas vêzes mandou lançar por terra Estabelecimento de bastante importância, e carregar de ferros a muitos proprietários, que se atreviam oferecer qualquer repugnância em perder os seus trabalhos, a ponto de que houve muitas famílias, que por casos semelhantes fugirão para os Espanhóis."

À medida que as charqueadas progrediam e aumentava a demanda de gado, havia a valorização das terras, intensificando-se, por isso mesmo, a pressão dos militares e administradores, bem como dos proprietários que conseguiram alguma influência política, sôbre os antigos ocupantes das terras conquistadas aos espanhóis. Perdiam as propriedades, portanto, os que haviam obtido as terras como reconhecimento de méritos na luta, de acôrdo com a política portuguêsa de assegurar com a posse a conquista. Apenas um capitão-general, D. Diogo de Sousa, tentou estabelecer regras para disciplinar formalmente a outorga e a validação de sesmarias. De seus esforços resultou, entretanto, o contrário. Seu sucessor, o Marquês de Alegrete, utilizou o Bando disciplinador sòmente na parte relativa à revalidação dos títulos, mas com o propósito de realizar novas expropriações, intensificando o regime de favoritismo:

"mal sabia Sua Excellencia (d. Diogo), que fazia hum Diploma, por via do qual o Marquês de Alegrete seu Sucessor constituiria um rico patrimonio, senão para si, ao menos para seus Ajudantes d'Ordens, e mui particularmente para hum seu Secretario particular (cousa nova) Boaventura (...)", escreveu Gonçalves Chaves.

Os militares, os de maior graduação e mais alta estirpe, como os de menor graduação e de origem popular, ao conquistar as novas terras — como nas Missões — passaram também a "afazendar-se". Saint-Hilaire percorreu estâncias enormes que haviam sido pràticamente tomadas à fôrça dos primeiros proprietários:

"Já passei por três estâncias pertencentes ao Marechal Chagas e, entre chácaras e estâncias possui êle oito na Província das Missões, calculando-se em 24 léguas a extensão do terreno que podem ocupar. Tôdas estas terras foram compradas, porém a preços baixos e, a acreditar-se na voz do povo, foi o mêdo que por mais de uma vez obrigou os proprietários a vendê-las."

Pode-se dizer, em resumo, que nos primeiros 25 anos do século XIX lançaram-se as bases da sociedade pastoril e "senhorial" do Brasil Meridional: a grande propriedade fundiária reorganizou-se e o suprimento de mão-de-obra escrava, já referido, tornou exeqüível a organização do trabalho para a fabricação do charque e dos couros. Nesta fase, porém, o predomínio dos estancieiros e charqueadores ainda não era absoluto. A complacência dos administradores e militares, quando não sua transformação direta em agentes do processo de produção, fazia-se necessária para expropriar os primeiros ocupantes das terras e para carrear para os cofres particulares as rendas que, de direito, deveriam caber ao Estado. O processo de dominação política não decorria, pois, da "propriedade", mas, ao contrário, as probabilidades de êxito "econômico" ligavam-se à estrutura de poder. Era preciso ser influente na administração para tornar-se proprietário e, quiçá, próspero.

Violência e propriedade

Não estranha, pois, que na sociedade pastoril a violência tivesse sido norma imperante. Antes do êxito das charqueadas, o próprio processo de ocupação das terras e as condições de manutenção da autoridade nos campos e nas fronteiras baseavam-se na fôrça das armas: quando não eram as tropas portuguêsas, eram os grupos de guerreiros e saqueadores de gado que asseguravam a posse da terra e a apropriação do gado. "Gaúchos" e "contrabandistas", no século XVIII, representavam tìpicamente os pioneiros da exploração do gado. Para sobreviverem nas fronteiras organizavam-se em grupos solidários pelo interêsse comum que tinham nas arriadas e pela necessidade de defenderem-se de outros grupos, principalmente dos "castelhanos". Os bandos eram hierarquizados à base da capacidade dos chefes disporem de fôrça e exercerem violência, por si ou através de "seus homens":

"Nada havia que não intentassem com à esperança d'algum benefício; quase estrangeiros, na sua vida excepcional, a tôda sociedade civilizada, verdadeiros hóspedes dos desertos que buscarão até com preferência para esconder suas operações, viviam os contrabandistas fora das leis gerais e sem leis peculiares, sujeitos sòmente às ordens de hum chefe electivo, cuja autoridade se limitava à duração da expedição para o qual tinha sido creado, e cujo poder não reconhecia, às vêzes, outro titulo senão o da força physica ou da dexteridade, mesmo durante o curso de seu reinado ephemero."

Depois do êxito das charqueadas, ainda uma vez o processo de redistribuição das terras, como vimos, baseou-se no esbulho e na violência. O Poder, sendo, como era, meio para riqueza, exercia-se despido da apa-

rência de legalidade, revelando seu fundamento último que é a fôrça. Enquanto foi possível exercer a dominação colonial pura, a legalidade do exercício do mando impedia o uso da fôrça para fins pessoais: a expansão do Império era o móvel e a racionalização legítima das razias e da ocupação de terras. Nesta época a distribuição das terras assumia a característica de reconhecimento pelo soberano ou por seus representantes do dever cumprido para com a Coroa; o saqueador não era "contrabandista", porque a ação de rapina exercia-se nas terras do inimigo. Terminada a fase heróica, assim que a conquista se estabilizou, os caudilhos que não se afazendaram, isto é, que não conseguiram desenvolver relações de subordinação e manter trocas de favores recíprocas com os representantes do Poder, transformaram-se em "bandidos", e os concessionários de terras que não dispunham de fôrça para resistir às investidas dos militares e funcionários reais foram expulsos à fôrça de suas terras. Nesta época, perdido o cometimento heróico da construção do império, desfez-se também o quadro legal de referência e contrôle dos poderosos. O acrescimento da fortuna pessoal, pelo exercício da fôrça que o Poder conferia, passou a ser móvel da ação de todos.

"Democracia sulina" e igualitarismo

Diante do que vimos esboçando, tornam-se insubsistentes as idéias da existência de uma "democracia pastoril" que teria servido de base, política e socialmente, para a formação da sociedade sulina. Os lagunistas e os preadores de gado vindos de São Paulo transferiram para o Sul no início da ocupação das terras, o mesmo sistema de organização do trabalho e da economia vigente no resto da colônia: a grande propriedade fundiária mantida e dirigida pela família patriarcal, à base do trabalho escravo, com o concurso de agregados. Se houve alguma transformação neste padrão ela não foi de molde a redefinir as bases concretas do sistema de estratificação social, isto é, a propriedade fundiária e a posse de escravos. Ao contrário, como vimos no tópico precedente, não foi possível manter a pequena propriedade como forma consistente de exploração econômica, e o trabalho doméstico das áreas de colonização açoriana desorganizou-se e foi incorporado, em maior ou menor grau, ao sistema escravista de organização do trabalho.

Apenas nos setores laterais da sociedade sulina o padrão geral de organização do trabalho e da propriedade que serviu de base para a estruturação dos grupos sociais pôde, em certas épocas, ser substituído por outras formas de diferenciação social. Mas nestes casos, isto é, nas atividades dos pilhadores e contrabandistas e nas atividades dos grupos que regrediram à condição de meros produtores de meios para a subsistência própria (como os "pescadores" das costas catarinenses e as famílias sem posse dispersas pelos campos no Rio Grande e em Santa Catarina), produziu-se uma situação social que só não era próxima da anomalia quando se organizavam bandos controlados despòticamente por chefes eventuais, como indica o texto de Dreys acima.

A idéia de que apesar de tudo houve uma "democracia pastoril" poderia basear-se apenas na alegação de que a concessão das sesmarias e das datas baseou-se nas virtudes guerreiras e na capacidade de trabalho dos primeiros ocupantes. Entretanto, como vimos, ainda que se queira admitir esta hipótese e não considerar a instituição da herança que assegurou desigualdades posteriores, passadas as incertezas iniciais da conquista e organizada uma atividade econômica estável, as qualidades requeridas para a confirmação da outorga inicial das terras e para a concessão de novas terras baseou-se mais na astúcia que na bravura, mais na condição de membro de uma parentela que na de membro de um pelotão de bravos, mais na proteção do capitão-general e seus validos do que na camaradagem entre militares, forjada nas campanhas:

"Um homem que tinha proteção do govêrno", escrevia Manuel Antônio de Magalhães, "tirava uma sesmaria em seu nome, outra em nome do filho mais velho, outras em nome da filha e filho, que ainda estavam na berço, e dêste modo há casa de quatro e mais sesmarias (...)."

Não tendo havido, portanto, bases econômicas e formas de organização do trabalho capazes de assegurar igualdade e oportunidades, a "organização democrática das estâncias" que teria, segundo muitos autores, servido de contrapêso, às tendências caudilhescas e militaristas que se desenvolveram no período inicial da formação do Rio Grande do Sul, parece ser um mito. Poder-se-ia, talvez, admitir que as condições de vida rústicas vigentes em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, na campanha e nas áreas de agricultura, nas grandes como nas pequenas propriedades, fêz com que as diferenças de posição social não se exprimissem em diferenças muito acentuadas no padrão de vida dos estancieiros e agricultores quando cotejado com o dos jornaleiros, agregados e peões. Isto é relativamente verdadeiro no que se refere ao estilo de vida rústico e medíocre dos campos sulinos e das áreas de pequena propriedade de Santa Catarina e do Rio Grande. Não são poucos os testemunhos, como o de Saint-Hilaire, que ressaltam a parcimônia da vida dos proprietários gaúchos:

"Várias vêzes tenho assinalado a existência de homens muito ricos nesta capitania. Inúmeros são os estancieiros que dispõem de renda de até 40.000 cruzados. Todavia, em suas casas nada existe que anuncie uma tal fortuna. O Major Felipe, por exemplo, é possuidor de 40.000 cruzados; entretanto, um campônio francês, com mil escudos de renda, vive com mais confôrto."

Da mesma forma, as descrições do naturalista sôbre a vida em Santa Catarina e na região de colonização açoriana do Rio Grande não deixam margem para dúvidas: no primeiro quartel do século XIX a rusticidade da vida no Brasil Meridional lembra mais um mundo rural inteiramente plebeu do que uma sociedade senhorial.

Por certo, os proprietários possuíam escravos e, nesta medida, pertenciam a um estamento que se diferenciava da casta dos escravos e da massa dos não-proprietários. Mas não tiveram o refinamento e os cabedais dos *senhores de escravos* do Nordeste ou das áreas fluminenses do Vale do Paraíba. Por isso, na paisagem do Brasil Meridional não ficaram implantadas as casas-grandes, nem restaram os vestígios das senzalas; a precariedade da economia sulina e a rusticidade da vida não permitiram que as diferenças de riqueza e de *status* se exprimissem em estalões de vida tão contrastantes quanto nas áreas da economia brasileira de exportação.

Mesmo nas cidades, como Oswaldo Cabral aponta para Destêrro em Santa Catarina, e os viajantes insistem quando se referem ao Rio Grande do Sul, o padrão de vida era modesto, no início do século XIX, ainda para os mais ricos: "Ninguém que possua alguma experiência do mundo, e ignore os hábitos dêste seu recanto especial, poderá fazer idéia de quão poucas são as necessidades que seu povo demonstra ter e quão generalizado é o seu pouco caso pelo luxo", escreveu Luccock.

Entretanto, não é certo que inexistissem diferenças no estilo de vida entre os proprietários e os não-proprietários, e, muito menos, que a relativa parcimônia da vida dos mais ricos tivesse gerado relações igualitárias entre senhores e escravos, estancieiros e peões, fazendeiros e agregados. As diferenças, menos contrastantes que nas áreas ricas do Brasil, mantiveram-se nos trajes, nos alimentos, na moradia e, sobretudo, no que era básico: na diversidade existente na "posição de mercado", que, como vimos, continuou a basear-se na propriedade da terra e na posse de escravos. A "camaradagem" vigente nas lides rústicas (sobretudo antes do processo de expropriação a que fizemos referência, pois, a partir de então, a camada de proprietários constituiu-se por "homens das cidades", cujo estilo de vida era diverso dos hábitos dos trabalhadores do campo e dos escravos) não é um índice de estratificação social, e, muito menos, um padrão de organização política. Reflete, isto sim, um tipo de ajustamento entre chefes e subordinados, condicionado pela proximidade física e pelo padrão paternalista que orientava os contatos humanos. Com efeito, havendo a participação direta dos proprietários na atividade produtiva organizada em pequenos grupos, como foi o caso da economia sulina antes da expansão da propriedade e da intensificação da exploração do charque, as formas de etiquêta e os processos de comando na atividade diária organizavam-se em têrmos de relações diretas e puramente pessoais. Mas isto exprime apenas o vigor do patrimonalismo patriarcal e não a inexistência de distância social. Ao contrário, em vez de igualitarismo nas relações entre chefes e subordinados, a militarização acentuada da população sulina e o autoritarismo a que já fizemos referência nas relações dos militares com os civis e da administração colonial com a população local, fizeram com que, ao padrão geral de organização do poder pautado nos moldes de uma

estrutura patrimonialista, superpusessem formas isoladas de comportamento de inspiração sultanística: o arbítrio dos dominadores tornava-se a única norma imperante porque a violência deixava de ser contida nos limites da tradição consagradora do exercício do poder conferido.

Crise da administração colonial e reorganização da política imperial

Às condições gerais de prosperidade do Rio Grande no início do século XIX, e depois de 1808, às transformações por que passou a colônia, não seguia, no mesmo ritmo, a reorganização da administração das capitanias e da política do govêrno central para com os estancieiros e exportadores sulinos. Ao lado dos segmentos das camadas dominantes do Império que se integraram, como proprietários, na economia e na sociedade locais, continuaram a existir representantes da Coroa que se obstinavam a manter a dominação de estilo colonial típico. A transferência da Côrte para o Rio de Janeiro agravou êste processo, em lugar de arrefecê-lo: mais próxima da colônia a Administração Imperial passou a exercer maior pressão política para controlá-la. Se, formalmente, a colônia foi elevada à categoria de Reino Unido, tornando-se a sede do Império, realmente, do ponto de vista das regiões coloniais, esta transformação significou a intensificação das ligações com o poder central:

"Enquanto o Soberano estava na Europa", escreve Saint-Hilaire, "podia adotar a política do sistema colonial, de favorecer o isolamento das províncias, meio fácil de oprimi-las (...). Era impossível continuar a considerar como colônia um país onde o Soberano tinha sua residência. Declararam-no, então, igual às províncias européias e abriram seus portos a tôdas as nações."

Mas esta modificação fêz-se correlatamente com o desejo de criar "um sistema de administração que se ligasse a um centro comum" através da antiga máquina colonial de administração:

"Mas pararam aí, e por singular contradição, deixaram uma administração colonial em um país que não era mais Colônia. Cada capitania ficou sendo uma espécie de *pachalick* onde o capitão-general continuava a gozar de um poder absoluto e onde podia, a seu talante, reunir em si todos os podêres."

Bàsicamente isto significa que, além de haver continuado a opressão política, "nada mudou no processo desigual de lançamento de impostos", como escreveu Saint-Hilaire, e portanto, mantiveram-se intensas formas de descontentamento, maiores que no passado, pois, no Sul, havia já uma camada local capaz de tentar fazer valer seus interêsses:

"Como os corpos (militares) dela dependentes (da Capitania), são quase inteiramente compostos de homens da região, tendo a guerra necessidade de grandes verbas

e dando lugar a grandes fortunas, formou-se, aqui, uma espécie de aristocracia de família, embaraçosa para os capitães-generais e perigosa para a paz dos cidadãos((1).

Até à Independência, portanto, as tensões entre a "aristocracia de família" e a política da Coroa foram contínuas. Depois da Independência persistiram as razões para que o Govêrno Central continuasse a tentar impor uma política econômica opressiva às regiões meridionais porque, como vimos, a alimentação dos escravos "do Norte" dependia do charque, os transportes no campo faziam-se em larga medida através do gado muar exportado do Sul e, por fim, boa parte dos utensílios de montaria e, mesmo, de utensílios rústicos dependiam dos couros sulinos. Para a conservação da política de preços relativamente moderados para êstes produtos o Govêrno Central mantinha baixos os direitos de importação dos produtos estrangeiros, não estabelecia normas eficazes para garantir a exportação para o exterior da produção brasileira e taxava-a nos portos nacionais, desagradando os produtores do Brasil Meridional.

A esta causa básica de atrito entre o Império e as províncias do Sul, depois da Independência, somava-se o sistema de dominação política ensejado pela estrutura administrativa imperial: a designação direta do presidente da Província e a "derrubada" dos funcionários locais conforme os interêsses dos novos Gabinetes.

Substituía-se, portanto, a burocracia colonial por uma burocracia imperial que, da mesma forma que a outra, contrariava os interêsses de autonomia local da "aristocracia de família". A afirmação no plano político da nova camada de estancieiros e exportadores dependia claramente da capacidade de resistir às medidas do Poder Central, contrariando as determinações de seus representantes no plano local.

A Guerra dos Farrapos e as reivindicações dos estancieiros

Vistas por êste prisma, as dissensões políticas que marcaram a história rio-grandense e, por extensão, a crônica catarinense, assumem uma significação diversa da que rotineiramente se lhe atribui.

Não basta, por certo, verificar que havia pressões do Govêrno Central contra a economia gaúcha para explicar a Guerra dos Farrapos, que assim ficaria reduzida a mero reflexo político de tensões econômicas. Mas não se pode, por outro lado, restringir a problemática da Revolução Farroupilhas às lutas entre tendências liberais e tendências conservantistas e entre as idéias federativas republicanas e o sistema monárquico. Sem minimizar o aspecto ideológico da revolução, é certo que havia de fato a instigá-la um anseio de reformulação da política tributária que o Império levara a cabo em detrimento, segundo pensavam os gaúchos, da economia da

(1) *As Memórias* de Gonçalves Chaves constituem um importante depoimento no mesmo sentido. Chaves condena a manutenção do antigo sistema colonial de govêrno através dos capitães-generais e faz críticas radicais ao antiquado sistema de tributação.

região. Os têrmos desfavoráveis da concorrência gaúcha aos produtores platinos não se explicavam, realmente, apenas pela política fiscal: fundamentalmente era a escravidão como sistema produtivo que se tornava menos eficaz que a produção assalariada do Prata. Entretanto, ainda que a solução para os males da situação proposta pelos charqueadores em têrmos de reformulação da política tributária fôsse errada, o diagnóstico era correto: a economia rio-grandense não podia continuar suportando sòzinha o pêso de uma conjuntura desfavorável. Êste ponto de vista aparece explícito no "Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus Constituintes":

"Uma Administração sabia e paternal nos teria indemnizado de sacrificios taes e de tão pezadas cargas pela abolição de alguns impostos e direitos; o Governo Imperial pelo contrário esmagou a nossa principal industria vexando-a ainda mais.

"A carne, o couro, o sebo, a graixa, alem de pagarem nas Alfandegas do Paiz o duplo do dizimo de que se propuserão aliviar-nos exibião quais quinze por cento em qualquer dos Portos do Imperio. Imprudentes Legisladores nos poserão desde esse momento na linha dos Povos estrangeiros, desnacionalizarão a nossa Provincia e de facto a separarão da Commonhão Brasileira.

"Pagavamos todavia oitenta reis de dizimo dos couros e mais vinte por cento sobre o preço corrente, nós que já iamos vencidos na venda destes generos, pela concurrencia dos nossos vizinhos, nos mercados geraes.

"Repetidas Representações de nossa parte sobre este assumpto forão constantemente desprezados pelo Governo Imperial.

"Tirou-nos o dizimo do gado muar e cavallar e substituio pelos direitos de introdoção as outras províncias" (1).

A idéia de que o Rio Grande sofria uma espécie de espoliação econômica por parte do Poder Central antecedeu de muito a revolução dos Farrapos. Gonçalves Chaves já a havia registrado:

"Não podemos deixar de ponderar quanto são onerosos nossos impostos, particularmente sobre nossos generos de Exportação. Os couros vaccuns navegados para Portos do Brasil (quando se destinão os Couros a Portos Estrangeiros, pagão mais impostos alem do Quinto) pagão de cinco hum: nada mais odioso, nada mais extraordinario neste genero."

Da mesma forma, parece que o pensamento político no Sul já havia formulado nìtidamente reivindicações de autonomia política como forma de conter os abusos do Poder Central bem antes da década de 30. Referindo-se às Câmaras por municipalidades, Gonçalves Chaves afirmava em 1822:

"No Brasil são corporações nullas, e aviltadas que só tem servido para os Capitães Generais, Governadores e Commandantes, exercerem sobre ellas suas oppressões, e zombarias, por isso todos fugimos de ter algum cargo nas Camaras, dispendendo para isso boa parte de nossa fazenda, de modo que parece não termos Patria."

---

(1) "Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus Constituintes", *O Povo*, Piratini, 5-9-1838, n.º 2, Vol. I, pág. 2.

Proclamada a Independência, as pressões que a economia sulina sofria não podiam mais ser atribuídas simplesmente à herança do sistema colonial. Não sendo possível aos charqueadores e exportadores alcançar consciência adequada dos limites que o sistema escravista de produção impunha à economia gaúcha, pois isto equivalia a assumir uma atitude radical contra a ordem na qual fundavam seus próprios privilégios, a causa de todos os males que as afligiam foi atribuída ao sistema tributário e ao Poder que a regulava. O sistema político-administrativo introduzido no Império transformara os presidentes da Província em delegados do Poder Central, trazendo com isto, no Rio Grande, a luta para dentro da própria Província. As facções locais passaram a identificar-se em têrmos de Govêrno e Oposição, assumindo a primeira, necessàriamente, a coloração política dominante na Côrte. Quando o rumo geral da política no Império assumia a conotação "conservantista", inspirados nos movimentos de origem "caramuru" e impulsionados pela Sociedade Militar, era natural que o presidente da Província, no Rio Grande, passasse também a perseguir os liberais que, por ser Oposição, canalizavam as insatisfações dos gaúchos contra a política tributária do Govêrno.

A reação do presidente da Província, em 1834, em que pese às vacilações conhecidas dêste, tiveram o condão de unir mais ainda os estancieiros e políticos contra o govêrno e contra os grupos locais que apoiavam a política geral, sobretudo os comerciantes. O caráter desta reação se evidencia pelas tentativas do presidente da Província de fazer passar leis que taxavam os campos e que permitiam a formação de um corpo militar subordinado à Presidência, que, além de custoso para os contribuintes, constituir-se-ia em arma contra os grupos militarizados dos estancieiros:

"Cabalou (o Presidente Braga), intrigou a propria Legislatura, seduzio alguns, suspehendeo a outros, e resultarão destes sacrilegios manejos as Leis insensatas e atrozes, que devião acender os brandões da guerra civil, por em combustão o Paiz todo, extinguir o ultimo vestigio da liberdade, e submeter-nos algemados a nossos tyranos.

"Tal era a Lei de creação de um corpo Policial que devia consumir annualmente a exorbitante quantia de duzentos contos de reis organizado, disciplinado, e comandado *ad libitum* do Presidente.

"Tal era a outra que estabeleceo o imposto de dez mil reis sobre legoa quadrada de campo e creou os direitos sobre os chapeados, as esporas e os estribos dos nossos cavalleiros (...)" (1).

A denúncia dos abusos do presidente da Província não deixa margem para dúvidas quanto à natureza dos interêsses em jôgo. Por certo, os

(1) "Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense", *O Povo*, Piratini, 12-9-1838, n.º 4, V, I, pág. 1.

Farrapos inspiravam-se em idéias liberais de cunho federativo e a insurreição fêz-se, também, contra o despotismo político do Govêrno Central. Entretanto, da mesma forma que na interpretação devemos ser precavidos quanto ao sentido das medidas do Govêrno Provincial que, às vêzes, parecem ter sido de atendimento de reivindicações populares contra a opinião dos chefes locais (1) quando eram, na verdade, meras manobras políticas, não é possível deixar de reconhecer que Liberalismo e Oposição tinham um fundamento muito particular, e justificado, na urgente necessidade de obrigar o Império a rever a política econômica para com o Sul.

Proclamada a República de Piratini em 1838, como recurso político para reconhecimento de uma situação de contrôle de fato pelos Farrapos de ampla região da Província, a política econômica da República respondeu em têrmos concretos aos anseios dos produtores e exportadores gaúchos. Apesar das lutas intensas, os Farrapos não descuidaram de introduzir as primeiras medidas para a melhoria dos rebanhos e das tropas e de propiciar a exportação graças à manipulação direta que agora podiam exercer sôbre os direitos alfandegários. Em 1823, o Rio Grande exportou 711.771 arrôbas de charque, em 1845 exportava 2.264.221, e o valor da exportação de couros atingiu cifras em 1843 e 1844 superiores a 4.000 contos, quantia não atingida nem no decênio que precedeu a Revolução nem no decênio posterior a ela.

Terminada a Guerra dos Farrapos, o impôsto de 25% sôbre o charque platino, que tinha sido aprovado durante o período revolucionário como uma tentativa de apaziguamento, então sem êxito, foi mantido. Esta conquista simboliza o sentido econômico que teve a Revolução. A ineficácia da medida, tantas vêzes posta à prova nas discussões e reclamações da imprensa e dos representantes do Rio Grande na segunda metade do século, demonstra o equívoco das soluções propugnadas para resolver a crise econômica do Brasil Meridional: durante todo o século os períodos de prosperidade daquela região continuaram a coincidir com os momentos de crise política do Prata. Em condições normais do concorrência os charqueadores não conseguiam suplantar os saladeiros, arrastando-se a economia pastoril gaúcha em crises crônicas.

Limites e alcance da dominação dos estancieiros e exportadores

É falaciosa, portanto, a análise da Revolução Farroupilha como um movimento separatista. Ao contrário, a revolta exprimiu uma tentativa extrema para reorientar, nos quadros da política imperial, as relações entre o Poder Central e a Província. Para con-

(1) "Augmenta de quatro por cento os soldos das Guardas Policiais, e o jornal dos operarios do nosso Arsenal de Guerra E deste modo recruta com os dinheiros de um Povo Livre, nossos proselitos, que engrossem seu partido, e algum dia consummem a inteira abolição da Liberdade em nosso Paiz", diz o "Manifesto", sôbre a ação do Presidente Braga.

firmar esta interpretação o fundamental não é a análise da posição isolada dos líderes farroupilhas. Por certo Bento Manuel não era republicano e Bento Gonçalves mantinha relações com os políticos liberais do Império e com a Maçonaria, que o ajudou na fuga da Bahia. Aspectos particulares da biografia dos farroupilhas comprovam as ligações que mantinham com o Império e as convicções monárquicas que os animavam. Da mesma forma, o episódio da rejeição do auxílio externo em momento embaraçoso para as fôrças imperiais simboliza a polarização política brasileira dos revolucionários. Entretanto, ainda que na exasperação das questiúnculas entre as facções e na luta pela afirmação da camada dos estancieiros e exportadores a ação política no Rio Grande tenha passado, pouco a pouco, de uma reação contra o govêrno provincial que se identificou com um dos partidos do Império à constituição de uma República autônoma, o ideal subjacente aos pronunciamentos de todos, porque coincide com as possibilidades concretas de desenvolvimento social do Rio Grande, era o de Federação (1). O equilíbrio difícil entre autonomia local e política nacional de favorecimento da expansão dos mercados consumidores do charque encontrava na idéia de Federação o arquétipo que parecia conciliar a contradição entre um desejo de autonomia política e uma dependência econômica indisfarçável.

O papel político dominante do delegado do Poder Central nas províncias de 1822 até o Ato Adicional, a pressão constante da presença no Sul de contingentes poderosos de tropas imperiais que serviam de suporte efetivo para as decisões políticas do presidente da Província, somados aos tateios e negaças da camada dominante local para integrar-se, através da Assembléia Legislativa, à máquina de poder do Império e ao descaso que às reivindicações dos representantes da Província votava-se nas assembléias da Côrte, desenhavam as condições de tensão política reinante na Província. Não há dúvida que o poderio local da "aristocracia de família" assentava já, na década de 30, em bases econômicas amplas. A própria resistência demonstrada pelos revolucionários e a capacidade de organização administrativa e política que evidenciaram no período da República, indicam a prosperidade da economia da região e o grau de preparação para o exercício do poder que a camada dominante local havia atingido. As medidas favoráveis à exportação e o cuidado que dispensaram para evitar que os imperativos revolucionários de aprovisionamento de gado, mesmo nos momentos de luta armada, ferissem os interêsses dos proprietários, mostram bem, por outro lado, a diferença essencial dos efeitos sôbre a prosperidade dos estancieiros entre os arbítrios do Poder exercidos em nome da Coroa e do Império contra a economia local e a utilização do

---

(1) Ver, a êste respeito, Jean Roche, *L'Administration de la Province de Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*, Universidade do Rio Grande do Sul, Pôrto Alegre, 1961, especialmente págs. 34-35.

Poder em favor dos grupos dominantes da região (1). Entretanto, as possibilidades de contrôle político total da Província pelos estancieiros, charqueadores e exportadores encontravam limites difíceis de transpor, na necessidade do Império contrapor-se, exatamente, aos anseios de autonomia, mormente quando esta autonomia, numa região como o Rio Grande, poderia embaraçar a política externa do país nas questões com o Uruguai e a Argentina por causa da teia complexa de interêsses dos estancieiros de aquém e além-fronteira. Por outro lado, os pruridos federalistas tinham no próprio objetivo latente que os animava, que era a revisão da política fiscal, um incentivo que, na mesma medida que entusiasmava os liberais gaúchos, produzia um efeito de reação simultânea e mais poderosa entre os defensores de uma política "realista" para com os interêsses da nação: era fundamental para os produtores de açúcar e de café contar com charque abundante e barato para alimentar a escravaria, ainda que à custa da economia sulina. Como, de qualquer forma, era êste o mercado fundamental para a produção gaúcha, não havia escolha para os estancieiros, charqueadores e exportadores: tentar exigir o máximo de autonomia local e de concessões fiscais, dentro dos quadros econômicos e políticos do Império.

Por isso, a paz de 1845 foi o resultado natural do processo revolucionário dos Farrapos. E com ela, dentro dos limites referidos, consolidou-se o predomínio dos estancieiros. O papel ativo exercido pela Assembléia provincial depois da presidência de Caxias e a mudança constante dos presidentes da Província acabaram por estabelecer — fora dos quadros ideais da Federação almejada, é certo — um nôvo equilíbrio de fôrças nas relações entre o Império e a Província, anunciando a aurora da dominação local dos estancieiros, charqueadores e exportadores. O preço desta dominação no plano do equilíbrio nacional dos interêsses econômicos foi a submissão das pretensões financeiras do Sul às imposições econômicas do "Norte".

Política e Sociedade nas áreas pobres do Brasil Meridional

Sem o brilho das proclamações revolucionárias e sem a ascensão marcada de uma classe ciosa de sua autonomia, a história política e social das áreas do Brasil Meridional que não se ligaram à economia criatória

(1) Sôbre as medidas econômicas da República de Piratini e sôbre o cuidado com as indenizações devidas aos criadores, ver Dante de Laytano, *História da República Rio-Grandense* (1835-1845), Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1936, cap. VI. A título de exemplo: "Mas a República cuidava a todo o instante de consolidar sua economia, não se comprometendo, com a falta de pagamento dos suprimentos de guerra e atendendo às classes conservadoras, que alimentavam o exército. A boa política impunha, pelo menos, medidas oficiais que satisfizessem os comerciantes e industrialistas. Os compromissos da República foram pagos embora, alguns, pelo próprio Império, como condição de paz...

Se houve algum retardamento, os interessados tiraram, como sempre, juros bem compensadores." (Págs. 175-177.)

repete no segundo quartel do século XIX, o mesmo movimento de consolidação da riqueza limitada e do prestígio de campanário dos chefes locais. Não havendo, como não havia em Santa Catarina, grandes interêsses econômicos a serem defendidos ou contrariados, a redefinição do padrão de equilíbrio entre o Poder Central e as parentelas locais fêz-se mais ao sabor das conveniências e interêsses pessoais que a partir de qualquer política econômica ou reivindicação de grupo. Nenhuma grande questão se levantou quanto ao açúcar ou à mandioca produzida na Província, e nenhum grande rumor se fêz para que os produtores catarinenses fôssem ouvidos no Império.

A pequena propriedade havia criado nas áreas catarinenses de povoação açoriana uma sociedade sem traços marcantes de comportamento senhorial, onde os muros da casa quase-aldeã limitavam a ambição de domínio dos chefes-de-família, e as valas divisórias dos terrenos, ao alcance da vista, impediam as grandes plantações.

Por isso, a camada dominante local constituiu-se pela burguesia urbana formada pelos comerciantes e armadores, de acanhada fortuna e escassas possibilidades de fazer-se presente na sociedade estamental do Império. Os presidentes de Província em Santa Catarina não só encontraram menos resistências locais, como alguns dêles — sobretudo na segunda metade do século — conseguiram transformar a Administração em meio eficaz para tentar introduzir novas técnicas de plantio e produção. Coube, pois, nestas áreas, ao Poder Central o papel dinamizador da economia que, no extremo sul, os proprietários locais exerceram.

O grande surto renovador da vida das áreas marginais à economia criatória, em Santa Catarina como no Rio Grande, só se verificou em período posterior ao que nos preocupa neste capítulo, na segunda metade do século XIX, com a prosperidade das zonas de imigração alemã e italiana. A partir desta época, ao ímpeto de ascensão da camada dos estancieiros e charqueadores e ao relativo marasmo social dos pequenos proprietários e comerciantes, há que acrescentar a história da ascensão dos imigrantes. Na primeira metade do século, contudo, parece que só os presidentes de Província, em Santa Catarina e no Rio Grande, entreviram, nos *Relatórios*, o êxito econômico e a redefinição no estilo de vida do Brasil Meridional que a imigração acarretaria: os grupos tradicionais custavam a crer na possibilidade de sofrer novos abalos no poder e prestígio, que com lutas e brilho ou com cumplicidade e rotina, acabavam de conquistar.

LIVRO SEXTO

A REAÇÃO MONÁRQUICA

CAPÍTULO I

POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DE 1840 A 1848

1. PALACIANOS E PARLAMENTARES

AFASTADOS do poder em 1840, com o término antecipado da Regência de Araújo Lima, os conservadores só voltarão a ocupá-lo novamente em caráter duradouro em fins de 1848, com a volta do mesmo Araújo Lima, agora Visconde de Olinda, e no caráter de Presidente do Conselho de Ministros. Um ensaio de recondução na fase que se seguiu imediatamente à declaração da maioridade encerrou-se dramàticamente em inícios de 1844 com considerável agravamento da crise de confiança que os havia afastado do Imperador em conseqüência do *movimento maiorista.*

Crise de sucessão

O intervalo de oito anos e pouco que separa as duas datas pode ser caracterizado como uma prolongada crise de sucessão. Normais as crises dêsse tipo em todo o regime pessoal em que as classes governantes se relacionam com o chefe do govêrno através de uma organização palaciana onde, quase inevitàvelmente, tendem as relações institucionais a ser suplantadas pelas relações domésticas, no caso preciso trata-se de uma crise duplamente grave porque complicada com a menoridade e o interregno. Do primeiro aspecto resultou a dominância dos elementos domésticos do Paço na determinação da política pessoal do Imperador. Resultou do segundo que as classes governantes tenderam a assumir iniciativa política própria estabelecendo os precedentes parlamentaristas do período regencial. As duas tendências foram caracterizadas na época como *palacianismo* e *parlamentarismo;* mas, na realidade, os conservadores que representavam a segunda, em nenhum momento, abriam mão de sua vocação e de suas aspirações palacianas. Suplantados inicialmente pelo grupo que se baseava na organização doméstica do Paço Imperial, não se desligaram dêste e foi principalmente através de um jôgo de influências palacianas que asseguraram a volta ao poder.

A primeira tentativa de entendimento entre o Imperador e os conservadores se encerra em crise, pouco depois de o Imperador ter completado os 18 anos (2 de dezembro de 1843) que a Constituição fixava para a sua maioridade legal. Inicia-se então o chamado *qüinqüênio liberal* que vai até 1848. Os liberais que haviam sido chamados ao poder uma primeira

vez, quando da antecipação da maioridade em 1840, voltam novamente com essa *segunda maioridade*. A quase coincidência pode ser fortuita — é pelo menos pouco notável por causa da freqüência da mudança dos ministérios. Ela se liga, entretanto, a outras coincidências que podem torná-la significativa. Havia dois precedentes no Parlamento para a idéia da maioridade. Um era o projeto Luís Cavalcanti de 1835 que antecipava a maioridade do Imperador para os 14 anos de idade e o outro era o projeto Vieira Souto de 1837 que estipulava a sua declaração imediata, ao mesmo tempo em que previa a criação de um *presidente do ministério* que deveria assistir o Imperador no despacho dos negócios até que êle completasse 18 anos de idade. O projeto Luís Cavalcanti veio a ser concretizado com ligeiro atraso em julho de 1840. O de Vieira Souto é também parcialmente realizado na fase que precede o *qüinqüênio*.

Pretendentes a ministro

Às vésperas da declaração da maioridade, Aureliano e Honório julgavam-se com títulos para serem escolhidos ministros pelo jovem Imperador. Aureliano segredara ao Barão de Daiser, ministro austríaco no Rio de Janeiro, que não desejava mais tomar parte em nenhum Ministério durante a Regência porque contava exercer importante papel quando o Imperador fôsse declarado maior. Quanto às esperanças de Honório, já foi citada em outra parte desta obra a anedota narrada por Teófilo Otoni.

A escolha imperial, na qual Aureliano e Honório confiavam, não seria òbviamente para uma simples pasta ministerial. Aspiravam certamente à posição de *ministros conselheiros* durante o aprendizado do Monarca, mais ou menos no mesmo caráter do *presidente do ministério* do projeto Vieira Souto. Realmente vieram a exercer um depois do outro êsse papel. Não se fala em *presidente do ministério*, mas sim em *organizador do gabinete*. A expressão é usada pela primeira vez em relação a Honório que foi chamado para substituir Aureliano. Tem-se tendido a atribuir a ela o sentido de uma inovação na organização governamental que prenunciaria a criação da Presidência do Conselho de Ministros em 1847. Na realidade, não se dá inovação alguma com a chamada de Honório. A referência especial à sua incumbência de formar gabinete deve significar apenas que se passava a Honório a incumbência que estava em mãos de Aureliano em relação aos dois gabinetes anteriores.

Maioridade nominal

Com efeito, após a declaração da maioridade, o Imperador continuava muito afastado da gestão dos negócios. Segundo o Barão Daiser, em fins de 1840, se reconhecia que "essa maioridade não era no fundo senão uma ficção e que nada do que se fazia de importante" poderia ser-lhe atribuído. Pouco tempo mais tarde o mesmo Daiser diria que "tudo se passava como dantes e que o Imperador não saíra duma tutela senão para cair noutra". Aureliano, segundo Daiser, "inventara" os dois primeiros ministérios, embora nem um nem outro lhe

tenha reconhecido a paternidade. Trata-se, portanto, de uma maioridade simplesmente nominal como fôra prevista no projeto Vieira Souto. Ao alcançar a *maioridade constitucional*, o Imperador usou do primeiro pretexto para afirmá-la e daí a ruptura com Honório e os conservadores. A partir de 1844, durante o *qüinqüênio liberal*, continuará a haver *organizadores de gabinete*, até a criação da Presidência do Conselho em 1847. O Imperador inicia, entretanto, uma participação mais direta na administração, embora continue ainda sob o influxo — cada vez mais indireto — de seus assessôres palacianos.

Entre os anos de 44 e 48, as influências palacianas procuram recompor os partidos a seu gôsto, tendendo para a fórmula de um partido oficial único. A expressão *Qüinqüênio Liberal* com que essa fase é impròpriamente designada origina-se de uma imputação polêmica, segundo a qual os liberais responderiam pela esterilidade do período, incapazes que teriam sido de realizar as reformas que reclamavam, embora com o poder em mãos. Na realidade, marcados ainda por uma anistia recente, conservaram-se os liberais por muito tempo em posição caudatária, embora indóceis em relação aos elementos do Paço e, tão logo tentaram assumir posição de combate, segundo a velha tradição tumultuária dos tempos regenciais, foram expulsos do poder, sendo chamados novamente os conservadores, disciplinados por um longo ostracismo.

A importância política da pasta dos Negócios Estrangeiros

Nos dois gabinetes que organizou, Aureliano ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros. É possível que tenha escolhido essa pasta na qualidade de cabeça do ministério, em parte por consideração ao exemplo do Conde de Metternich na Áustria, ou ainda da França de Luís Filipe, onde Thiers e Guizot ocupavam posição semelhante. Dependiam da pasta dos Negócios Estrangeiros questões vitais para o País — os tratados de comércio, os tratados financeiros e a questão das dívidas, assuntos vários relacionados ainda com a Independência, as questões do Prata, o tráfico africano, as questões de limites etc. — mas, em seu conjunto, era uma pasta de interêsse político restrito, que não correspondia à posição de chefia do gabinete. O motivo principal da escolha de Aureliano era a questão do casamento do Imperador e das duas princesas suas irmãs. Já Lopes Gama tomara para si a pasta, justamente quando, ainda sob a Regência, começava o Govêrno a interessar-se pelo assunto e, depois de Aureliano, Honório, que o sucedeu, a ocupou por algum tempo em interinidade, até concluírem-se os últimos preparativos para o casamento do Imperador. Havia, portanto, um interêsse circunstancial de grande alcance quanto à futura organização do Paço, para que a pasta fôsse considerada um apanágio da chefia. Suas reduzidas implicações políticas imediatas tornaram, entretanto, apagada a posição de Aureliano nos dois ministérios que organizou. Muito de indústria os ministros seus companheiros fingiram ignorar uma liderança que êle não sabia impor.

Aureliano e o gabinete da Maioridade

No *gabinete maiorista*, os liberais que ocuparam as demais pastas, permitiram-se uma liberdade de ação que talvez terá sido além do que seriam suas próprias expectativas. As Câmaras tenderam a ver em Antônio Carlos, que ocupava a pasta do Império, o responsável pelo gabinete e, interpelado por elas, foi a êle que coube definir-lhe as bases políticas. Essas bases eram, segundo Antônio Carlos, "unidade de vistas e solidariedade de atos", fórmula que pode ser traduzida como co-responsabilidade de cada ministro pelos atos de todo o Govêrno e que importa, lògicamente, no direito de cada ministro de levantar objeções em relação à gestão dos demais colegas. Êsse foi o ponto que assegurou para Aureliano uma posição particular. Contando como certo o apoio do Imperador, seu direito de interferência tinha um valor absoluto e tornava-o verdadeiro árbitro da situação. Por isso, Teófilo Otoni disse dêle que era no Ministério o "elemento dissolvente". Assim é que, entrando em conflito com os demais colegas a propósito da política governamental no Rio Grande do Sul — que certamente só de maneira muito indireta diria respeito à sua própria pasta — provoca a questão de gabinete, apelando para o Imperador e acarretando assim a demissão dos companheiros.

O gabinete palaciano

No gabinete seguinte — o gabinete palaciano, segundo Teófilo Otoni — a primazia de Aureliano torna-se mais patente. Não há mais nenhuma preocupação de apoio partidário. Organizado a 23 de março de 1841, êsse ministério passa por ter nascido de um acôrdo entre Aureliano, Paranaguá e Araújo Viana. Mas a iniciativa de Aureliano não sofreu, inicialmente, contestações e suas consultas com os dois cortesãos não terão passado de formalidades. É elucidativo quanto a isso o bilhete com que Paulino foi convocado para participar do govêrno: "S. M. o Imperador me ordena que diga a V. Exa. que venha já lhe falar no Paço de São Cristóvão e que V. Exa. avise para o mesmo fim aos Exmos. Srs. José Clemente Pereira e Miguel Calmon du Pin e Almeida".

Paulino, como já foi anteriormente mencionado, quando Aureliano era ministro da Justiça da Regência Trina Permanente, fôra por êste designado para participar de uma comissão encarregada de estudar a reforma da legislação do País, com instruções das quais constavam oito pontos que, em particular, a reforma deveria atender. Em alguns dos itens propostos por Aureliano se vislumbra a inspiração remota da reforma do *Código do Processo Criminal*, cuja aprovação em 1841 será a tarefa mais importante de Paulino no ministério. O projeto apresentado por Bernardo Pereira de Vasconcelos com a colaboração de Paulino, desde 1839, Aureliano como que o reivindica como obra sua, incumbindo de levá-lo à sanção o mesmo Paulino que desenvolvera os seus oito pontos no parecer que o originou. Aureliano parece ter acreditado, ao fazê-lo, que contaria com Paulino como auxiliar dócil, quase um subalterno, estimando talvez a cola-

boração dêste com Vasconcelos e com o grupo de Rodrigues Tôrres como mera solicitude profissional, sem nenhum comprometimento político. O bilhete com que o convoca para o ministério, a incumbência de transmitir o chamado imperial a Clemente Pereira e a Calmon implicam que êstes dois ocupariam uma posição de segundo plano em relação à confiança do Monarca e, ao mesmo tempo, pressupõe para Paulino a situação de elemento da confiança do chefe do gabinete e intermediário para o trato com os demais ministros, uma posição portanto mais íntima porém não mais elevada do que a dêles.

Ciúmes de Vasconcelos

O ministério de 23 de março de 1841 tem sido errôneamente classificado como um ministério conservador. Entretanto, Paulino terá mais tarde de defender-se da acusação de trair o partido, ao ter aceitado tomar parte dêle. A acusação é curiosamente assacada pela *Sentinela da Monarquia*, jornal de Vasconcelos, que parece ter guardado mágoa de ter Paulino acompanhado o mesmo projeto, indiferentemente com êle, Vasconcelos, e com Aureliano, seu confessado inimigo. Na realidade, Paulino, longe de prestar-se à condição de *imediato*, em relação a Aureliano, foi o primeiro a rebelar-se contra a supremacia dêste.

A rebelião de Paulino

Aureliano procurou afirmar sua ascendência desde a reunião inicial do Ministério para juramento e posse. Obteve do Imperador que recebesse ao lado dos ministros seu irmão Saturnino, a fim de receber instruções relativas ao cargo para o qual esperava que fôsse nomeado quando o Ministério iniciasse funções. O incidente provocou consternação entre os ministros. Paulino reuniu em sua casa Calmon e Clemente Pereira e, juntos, decidiram entender-se em segrêdo com Araújo Viana para que fôsse providenciado que o fato não mais se repetisse. Paulino, em vez de subordinar-se ao papel de intermediário entre Aureliano e seus colegas, reunia em sua casa êsses mesmos colegas para se oporem às veleidades de Aureliano de representar num grau especial a confiança da Coroa.

Deslocamento da chefia

Maior era o alcance do fato de que tenham escolhido a Araújo Viana como ponto de apoio, transferindo para êle a chefia efetiva do gabinete. Embora tenha sido secreta a decisão, Aureliano não poderia naturalmente deixar de perceber o isolamento em que caíra. Mas nada podia fazer em contrário. Os liberais não o perdoavam por terem sido alijados do *gabinete maiorista* e, confiantes de que tinham nas urnas a maioria para a próxima legislatura, negavam-se a tentar qualquer nova combinação. A intransigência liberal lançou cada vez mais o Ministério para o lado conservador.

Araújo Viana tivera ligações com Honório que datavam dos tempos da "maromba" de 1834. Elas se renovam agora. A dissolução prévia da Câmara de 1842 e a repressão à insurreição armada dos liberais foi em

grande parte comandada de fora do govêrno por Honório. Paulino, ao prestar-se a isso, ao lado de Araújo Viana, afastou-se do pensamento predominante em seu grupo. Rodrigues Tôrres pelo menos manifestou pùblicamente seu desacôrdo em relação às medidas de repressão contra os insurretos. Mas Honório, apesar dessas resistências, tornou-se a tal ponto o centro da situação que a passagem do govêrno para as suas mãos foi uma solução obrigatória. Quando Aureliano foi levado a renunciar, premido pela Câmara e por seus colegas de ministério, a convocação de Honório para reorganizar o govêrno parecia a solução natural. Mas o Imperador, inspirado certamente pelo próprio Aureliano, não quis aceitar isoladamente a renúncia dêste e exigiu de Honório um ministério completamente nôvo.

A chamada de Honório havia sido a consagração de uma vitória parlamentar. Parece entretanto que Aureliano procurou descaracterizá-la aos olhos do Monarca, conseguindo fazer com que fôsse dada como simples aplicação de um critério de revezamento na escolha da assessoria do Imperador enquanto menor de 18 anos.

Houve duas questões em relação às quais os *conservadores* puderam manobrar contra Aureliano: a guerra civil no Rio Grande do Sul e as negociações com a Inglaterra.

A política em relação ao Rio Grande do Sul

Em relação à primeira destas questões, a antinomia radical que havia era entre Aureliano e *conservadores*, de um lado, e os liberais, de outro lado. Aureliano havia formado com os atuais conservadores contra a política de tolerância e contemporização de Feijó em relação aos rebeldes e foi mais tarde apoiado pelos conservadores contra a renovação daquela política pelos liberais no *gabinete maiorista*. Nesse gabinete a antinomia era particularmente aguda entre as concepções políticas pessoais e naturalmente também entre as ligações políticas pessoais de Aureliano e de Limpo de Abreu. Antes mesmo da eleição de Feijó já estavam em rixa quanto ao tratamento dos partidos extremados, cada um inclinando-se a olhar favoràvelmente uma tendência oposta. As discussões sôbre a anistia e o indulto para os rebeldes de Ouro Prêto e sôbre a atitude a assumir em relação aos farrapos não foram mais do que o verso e o reverso daquela divergência. A relação entre as duas faces da questão pode ser estabelecida concretamente através das pessoas envolvidas nela, como é o caso do comandante rebelde de Ouro Prêto, o Coronel João Reinaldo de Verna e Bilstein. O indulto que Aureliano obtivera para êle e contra o qual Limpo de Abreu se opôs, chegando até a violência, devia ser sob a forma de comutação de pena em exílio para o Rio Grande do Sul, onde precisamente se procurava concentrar um partido de resistência aos federalistas e republicanos que já ameaçavam o recurso às armas.

Limpo de Abreu, a quem coube a execução da política de Feijó em relação ao Rio Grande do Sul, foi também, sem embargo da participação

ostensiva de Antônio Carlos, quem ditou as diretrizes do ministério maiorista nesse terreno. A *política do vinho* e *da marmelada* de Álvares Machado e a campanha do General João Paulo dos Santos Barreto que se limitava a procurar isolar os rebeldes de seus amigos da Cisplatina, são a nova versão da política de contemporização e tolerância de Feijó.

Aureliano desejava, como os conservadores, uma política drástica de repressão. Quando ocupou a Intendência-Geral de Polícia sob o ministério Feijó em 1831, teve em seu irmão Saturnino, na qualidade de juiz de paz da Paróquia de Sacramento, um eficaz instrumento na luta contra os farroupilhas daquela época. Possìvelmente tenha julgado que êsses precedentes indicavam-no também para dirigir a luta contra os farroupilhas do Rio Grande do Sul. Saturnino, de resto, traçara planos precisos de ação militar e parece que era bem aceito do oficialato regular desejoso de ajustar velhas contas com os rebeldes. Certamente de acôrdo com o oficialato, excluía qualquer entendimento com Bento Manuel. Pensava em preparar um alçapão que trancasse as tropas rebeldes num espaço limitado e as compelisse a uma batalha campal ou simplesmente que as obrigasse a passar um vau difícil, na expectativa talvez de repetir a magistral manobra do Fanfa. Foi por duas vêzes enviado para o Sul na qualidade de presidente da Província rebelada. Na primeira vez sua nomeação foi assegurada com a derrubada do ministério parlamentar em 1839. Afastado quando já em marcha a conspiração da maioridade, Aureliano tenta obter sua recondução pelo ministério maiorista. Parece que não se sentiu com fôrças para fazê-lo desde o início. Só após o malôgro das gestões de Álvares Machado que fôra incumbido de negociar uma solução pacífica e as dissensões dêste com o General João Paulo é que se abalançou a impor a nomeação do irmão. Foi para essa segunda nomeação de Saturnino que Aureliano suscitou a questão de confiança da qual resultou a destituição dos ministros liberais e deu lugar ao incidente que provocou a reação de Paulino, Clemente Pereira e Calmon.

Saturnino, com seus planos militares, requeria no comando de armas um general pouco atuante e que não lhe embargasse a ação junto ao oficialato mais jovem. Isso era possível porque os jovens oficiais nem sempre se harmonizavam com os generais que, em sua maior parte, eram marcados de lusitanismo mas, ao mesmo tempo, explica a aversão que era votada a Saturnino em alguns meios militares.

Os conservadores, ao contrário, insistiam em concentrar o comando e a administração civil na mão de generais e não viam óbice em que fôssem portuguêses.

A nomeação de Caxias foi feita dentro do critério seguido pelos conservadores, com a acumulação da presidência e do comando de armas. Sua nomeação, iniciativa de Clemente Pereira, certamente a conselho de Calmon, foi parte de um plano para tornar inapelável para Aureliano o

afastamento de Saturnino. O plano foi assim explicado por Justiniano José da Rocha em carta a um amigo:

> "Quanto a Caxias... a política manda por ora engrandecer êsse homem como manivela para derrocar uma influência perniciosa. Conto-te o que me é confiado sob segrêdo: o Imperador gosta muito do Caxias e quanto mais o elogiarem mais ficará dêle gostando. Ora o Caxias prometeu a alguém não ir para o Rio Grande com o Saturnino. O Aureliano que já lhe tem gana por ver que é um competidor oposto à glória militar de seu irmão não quererá ceder-lhe e anuir a uma demissão pouco honrosa, a menos que o Saturnino seja eleito deputado pelo Rio de Janeiro, o que é mais que muito problemático. Assim terão de lutar Caxias e o Ministério com Aureliano e o Paço. Já vês que nós que gostamos do govêrno de validos, cumpre ir fazendo o que fazemos."

Aureliano teve de concordar com o afastamento do irmão e preferiu não medir seu prestígio com o de Caxias. A eleição de Saturnino como deputado pelo Rio de Janeiro que, segundo Justiniano, Aureliano aceitaria com uma compensação, tornou-se "mais que muito problemática" quando os conservadores concentraram tôdas as suas fôrças em apoio da candidatura rival do General Soares Andréia.

A embaixada Ellis

As negociações com a Inglaterra se referiam à renovação do tratado de comércio de 1827. Em fins de 1842 chegara ao Brasil a Missão Ellis em aparatosa embaixada, com a finalidade ostensiva de cumprimentar o Imperador por sua ascensão ao trono. Trazia também a incumbência de negociar nôvo tratado.

Aureliano, como ministro dos Negócios Estrangeiros, incumbiu-se das negociações. Êle era entretanto acusado de favorecer os interêsses inglêses, talvez por sua atitude cooperativa em relação à repressão do tráfico negreiro de 1834. Sua posição já era delicada por causa dos problemas inerentes à própria matéria a discutir. A Inglaterra tudo faria para conservar as condições iníquas do tratado de 1827. A *Guerra do Ópio* era um exemplo recente do estilo que adotava em sua política comercial. Por isso difìcilmente se poderia esperar plena satisfação para tôdas as exigências do Govêrno brasileiro.

Outro aspecto delicado da situação é que o embaixador Ellis devia também apresentar ao Imperador as escusas da Rainha Vitória que não aceitava a Grã-Cruz do Cruzeiro que lhe fôra conferida, sugerindo, ao mesmo tempo, que seria mandada para o Imperador a *Ordem da Jarreteira*, caso fôsse dada ao Príncipe Alberto a Grã-Cruz que a Rainha recusava. A recusa e a sugestão, humilhantes para o Imperador, não poderão ter deixado de aparecer a seus olhos como um indisfarçável revés diplomático cujo responsável só poderia ser Aureliano.

Os traficantes negreiros manipulavam hàbilmente os sentimentos nacionalistas da população para conduzir a opinião pública em apoio de seus interêsses ameaçados pela repressão que a Inglaterra promovia do tráfico

de escravos. Uma propaganda bem dosada mantinha tensas as prevenções antibritânicas.

O golpe parlamentar contra Aureliano

Aos conservadores pareceu favorável o momento para um golpe final no prestígio de Aureliano e desfecharam uma crise ministerial a respeito das negociações diplomáticas. Justiniano explicava a seu correspondente: "A causa da crise é oculta mas tu a adivinharás. O Paulino estava cansado dos colegas, alguns de seus amigos tinham sêde do Ministério; aberta a Câmara, êsses amigos começaram um tiroteio contra Aureliano..."

O "tiroteio" não partiu aliás da estrita área oligárquica. Principiou-o a 1.º de janeiro de 1843 o deputado fluminense Barreto Pedroso, com um requerimento em têrmos pouco corteses de que o Govêrno comunicasse à Câmara a correspondência sôbre as negociações. O requerimento foi rejeitado por pequena maioria. Entretanto, a Comissão da Resposta à Fala do Trono, no projeto do Voto de Graças, incluíra uma expressão considerada restritiva ao Govêrno. Durante as discussões, coube ao próprio chefe da *oligarquia*, Rodrigues Tôrres, que era um dos membros da comissão, explicar o sentido da expressão, confirmando o seu sentido de desconfiança. Disse êle, a propósito, no dia 14 de janeiro: "Ora a expressão dêssa última cláusula inculca que a comissão teve, não direi uma dúvida, mas um tal ou qual receio de que as negociações com as nações estrangeiras não tinham sido dirigidas com todo o esmêro, com todo o desvêlo necessário aos interêsses do país". A manifestação de Rodrigues Tôrres motivou a renúncia de Aureliano que a apresentou a 16.

Já naqueles dias Justiniano, ao informar seu correspondente, julgou-se com razões para admitir que Aureliano se afastava "para fazer o jôgo por trás dos repcsteiros".

A reconstituição do gabinete oligárquico

Honório foi incumbido de organizar o nôvo gabinete e encontrou dificuldades sem precedentes para fazê-lo. Só no quinto dia de crise pôde ser apresentada a lista de nomes ainda incompleta. O Imperador exigira uma renovação geral em tôdas as pastas, o que certamente terá decepcionado a expectativa de alguns dos colegas de Aureliano que assistiram de braços cruzados ao ataque que a Câmara movera contra êste.

Honório deve ter encontrado, além disso, outras limitações à sua liberdade de escolha. Pouco tempo antes da crise, havia afirmado que um gabinete, para poder atravessar oito meses de sessão, devia ser composto de dois senadores e três deputados. Essa distribuição do apoio pelas duas casas do Parlamento não era senão uma formulação particular de sua exigência inalterável de que o Govêrno tivesse base parlamentar. Naturalmente pensava em si próprio como um dos senadores a compor o gabinete que tinha em vistas e limitara-se por isso a mencionar Alves Branco como o outro senador. No fim de cinco dias de exaustivas conferências, a lista

apresentada por Honório não incluía Alves Branco e tinha dois nomes extra-parlamentares. Os nomes parlamentares, além disso, só representavam a área da oligarquia fluminense. Pernambuco e Bahia estavam excluídos de sua combinação. Pereira da Silva explica êsse desvio do critério geográfico, habitual em Honório desde a organização da Regência Trina Permanente, pela preocupação de não optar entre os grupos dissidentes em que se dividira a situação em cada Província. Essa explicação pode ter sido usada como argumento para justificar a exclusão de aliados importantes, mas não satisfaz quanto às dificuldades na organização do gabinete. Os nomes apresentados por Honório, êle os tiraria a qualquer momento — como se diz — das algibeiras. Em junho, Paulino era chamado para completar o ministério, apesar das exigências prévias do Imperador de que os nomes fôssem todos renovados. Reconstituía-se com isso quase completamente a organização do último ministério da menoridade — em lugar de Lopes Gama, vinham Honório e Joaquim Francisco Viana.

O Clube da Joana

Aureliano realmente renunciara "para fazer o jôgo por trás dos reposteiros". Depois de sua renúncia começou-se a falar no *Clube da Joana*. A residência oficial dos mordomos do Paço era a Quinta da Joana, onde morava Paulo Barbosa da Silva. Aí se reuniam amigos dêste e de Aureliano para fazer oposição ao ministério Honório e a êsse círculo de amizades políticas dera-se aquêle nome. Paulo Barbosa era o coordenador da oposição palaciana, tanto por sua ascendência direta sôbre o Imperador quanto pela ascendência que tinha sôbre as pessoas que o atendiam. Já em 1842 era considerado capaz de fazer e desfazer ministérios. É o próprio ex-regente Francisco de Lima e Silva quem o procurou para êsse fim e Paulo Barbosa comenta o fato displicentemente em carta a Aureliano: "Pretendo mangá-lo e declinar para êle a comissão, por ter sido regente e ser senador..." Baseava sua influência no grupo de pessoas por êle escolhidas, depois do afastamento de José Bonifácio, para dirigir a educação dos príncipes, particularmente em Frei Pedro de Santa Mariana, o padre-mestre, e no antigo tutor, Marquês de Itanhaém, que para Justiniano José da Rocha era o "primeiro servo de Paulo Barbosa".

As relações de Honório no Paço Imperial

Honório tinha também um pé no Paço por seu primo, o Visconde de S. Salvador de Campos (José Alexandre Carneiro Leão), cuja sobrinha e cunhada era a Marquesa de Maceió que gozava de grande ascendência sôbre as princesas e que, a êsse título, era altamente recomendada pelas missões diplomáticas da França e da Áustria. Como o casamento imperial se realizou sob o ministério de Honório, a êle coubera organizar a embaixada que foi a Nápoles receber a Imperatriz, bem como cuidar de sua instalação na Côrte brasileira.

A vinda da Imperatriz implicaria naturalmente modificações na organização do Paço, com a criação de novos lugares que coube a Honório

preencher. Ao Visconde de São Salvador de Campos foi atribuída, naturalmente por sua determinação, a chefia da embaixada, quando já se tinha como certo que o lugar estava reservado para Aureliano. A Marquesa de Maceió foi escolhida como camareira da Imperatriz. A situação permitia que se esperasse uma reviravolta no Paço, com a formação do que se poderia designar como um partido da Imperatriz que seria naturalmente dedicado a Honório.

A perspectiva deu lugar a que se criasse ràpidamente um clima tenso de ódios e desconfianças recíprocas. Desde o tempo de D. Pedro I ciúmes e cizânias dividiam a Côrte, renascendo a cada crise política. Elas alcançaram na nova situação uma extraordinária gravidade.

Mas o casamento imperial não trouxe sòmente uma modificação na organização do Paço, o que por si só explicaria o reacender-se de velhas rivalidades.

A crise íntima do Imperador

O Imperador teve uma iniciação na vida conjugal particularmente traumática e suas dificuldades pessoais encontraram ampla repercussão nas intrigas que talavam o Paço, chegando-se quase a uma crise de regime. Como se sabe, o Imperador teve uma infância muito segregada, limitando-se seu círculo de relações às duas princesas suas irmãs, Januária e Francisca, mais velhas do que êle, e aos filhos de alguns poucos cortesãos mais ligados ao Paço. Falou-se que o Imperador deu mostras indisfarçáveis de profunda decepção ao receber no pôrto pela primeira vez a Imperatriz — havia dito querer que sua noiva "se parecesse em tudo com a mana Januária" — e que se queixou à sua ama D. Mariana de Verna — "Enganaram-me, Dadama!" — que a custo o dissuadiu da intenção de dar o casamento por nulo.

As articulações políticas da Joana

No meio dêsses problemas de ordem íntima e doméstica, a *Joana* caracteriza pòliticamente sua posição, abrindo entendimentos com os liberais. Certamente, com seu apoio, a idéia da decretação de uma anistia já vinha sendo propagada no Parlamento. No Senado, Olinda e Lopes Gama resistiam às pressões do Govêrno para apressar o julgamento de Feijó. Entre os descontentes na Câmara formara-se o *Partido da Liga* ou da *Conciliação* que queria a anistia por ocasião do casamento do Imperador. Dentro do próprio Paço a idéia da conciliação tinha quase universal adesão, mesmo entre os elementos não comprometidos com a *Joana*. Mas havia acima de tudo um pequeno grupo — o mesmo que se conluiara com os liberais no movimento maiorista — que se empenhava ativamente ao lado dos aliados da *Joana* e que era formado pelos aderentes do Marquês de Itanhaém. O sobrinho do antigo tutor fôra o presidente revolucionário de Minas Gerais em 1842. Os inconfidentes da Maioridade passaram a reunir-se novamente, agora sob a proteção de Paula Barbosa. O Imperador, segundo a Constituição, alcançaria a maioridade a 2 de dezembro de 1843

— seria então uma ocasião favorável para uma derrubada do ministério a título de uma quebra de tutela.

Honório com seu temperamento ríspido e pouco cortesão facilitou o jôgo de seus adversários. Na roda palaciana era referido como *el-rei Honório* e não é de supor que isso não tenha chegado aos ouvidos do Imperador. A demissão de Honório em fins de janeiro de 1844 resultou principalmente de uma necessidade de afirmação pessoal do Imperador, conforme êle mesmo explicou mais tarde: "senti que se cedesse me reputariam fraco..."

O caso de Saturnino

O motivo foi, como se sabe, a recusa de D. Pedro II em conceder a demissão de Saturnino, irmão de Aureliano, do cargo de Inspetor da Alfândega, demissão que era exigida por Honório. Era, sem dúvida, uma exigência inábil, pois visava a dar prosseguimento a uma enervante perseguição pessoal que não se explicava por um verdadeiro interêsse político e que deixava dessa forma Honório moralmente a descoberto ante os ataques da *Joana*. Procurou-se relacionar a exigência de Honório à publicação do folheto em que Saturnino, alguns meses antes, criticara a intransigência do Ministério nas negociações com a Inglaterra, intransigência que levara à suspensão das conversações e ao regresso da embaixada Ellis. Tratava-se de uma tentativa de evocar as *simpatias inglêsas* que haviam justificado a queda de Aureliano para alijar as simpatias que a situação de Saturnino deveria provocar.

O motivo real da exigência de Honório foi ter êle tomado, certamente com razão, como uma deliberada provocação da *Joana*, o lançamento da candidatura de Saturnino à vaga senatorial pelo Rio de Janeiro que se abrira com a morte de Feijó. O lançamento da candidatura foi comunicada pelo *Jornal do Comércio* de 5 de dezembro em aviso que insistia em afirmar que se tratava de uma candidatura lançada sem o patrocínio do Ministério. É provável que o grupo da *Joana* tivesse esperado por uma reação imediata do Govêrno que acarretasse sua queda antes das eleições. Honório preferiu, entretanto enfrentar a situação com as armas eleitorais de que dispunha. Sustentou como chapa governamental uma lista de três nomes: Rodrigues, Tôrres e Viana, do ministério, e o General Soares Andréia que era um indefectível rival de Saturnino — conseguindo fazer incluir os três na lista tríplice que subiu para a escolha imperial. Só depois dessa demonstração de fôrça é que pediu a demissão do adversário derrotado.

Vencem os palacianos

Ao que se conta, Honório teria infringido as regras de etiquêta no tratamento que um súdito deve a seu soberano ao insistir ante a recusa do Imperador. O conceito representa òbviamente uma expressão da doutrina palaciana segundo a qual o ministro deve curvar-se ante a vontade do monarca. Tratava-se, sem dúvida, de uma completa vitória palaciana. Ante a inflexibilidade do Imperador, Honório oferece sua demissão que é prontamente aceita. Desenvolvendo uma política pré-traçada pelo grupo da *Joana*, o Imperador mandou chamar a Costa Carvalho, agora Visconde de Monte Alegre, para incumbi-lo de

formar nôvo gabinete que viesse com o programa expresso de decretar a anistia para os liberais. Só depois da recusa de Monte Alegre é que o Imperador recorreu a José Carlos Pereira de Almeida Tôrres, que não tinha ligações com a *oligarquia*.

Crise de família A queda de Honório marca o início da fase de fastígio da influência de Paulo Barbosa.

Pouco depois da ruptura com Honório, a situação no Paço veio a complicar-se sèriamente com a crise familiar que se seguiu ao casamento de D. Januária, a Princesa Imperial, com o Conde d'Áquila, irmão da Imperatriz, em inícios de 1844. Januária, na qualidade de herdeira presuntiva do trono, devia continuar a residir no Brasil e só sob licença especial do Parlamento poderia ausentar-se provisòriamente.

D. Pedro II, quase que à primeira vista, passou a votar a mais completa desafeição pelo cunhado e suas dificuldades com êle estenderam-se também à irmã. Ia ao extremo de acusá-la e ao cunhado de conspirarem com Honório para arrebatar-lhe o trono. As pessoas da Côrte que atendiam à princesa foram postas sob suspeição como cúmplices de Honório, particularmente o Visconde e a Viscondessa de Santo Amaro e D. Joaquina de Verna Bilstein, camareira de Januária.

A correspondência de Rechberg, o representante austríaco, e a do Conde de Ney, representante francês, são concordantes em atribuir as suspeitas do Imperador às intrigas de Paulo Barbosa. Entretanto, o primeiro chegou a admitir a iminência de um golpe contra o Imperador, tendo proposto a Viana essa pergunta precisa: em caso de expulsão do Imperador, deveria acompanhá-lo no exílio ou guardar neutralidade para que Januária não ficasse inteiramente desamparada.

Nada se sabe sôbre quais teriam sido as bases das suspeitas de D. Pedro II. Teria atribuído significação especial ao fato de os conservadores durante a menoridade haverem sido favoráveis à regência de Januária e terem demonstrado má vontade em relação ao movimento que trouxe a antecipação da maioridade? Ou esperaria alguma conseqüência do separatismo nortista que por volta de 1841 agitou a idéia de oferecer o trono do *Norte* àquela princesa? É verdade que o Imperador se revelou mais de uma vez suscetível a impressionar-se com fatos mínimos. Solicitado uma vez pelo Conde d'Áquila a explicar-se sôbre o fundamento de suas acusações, disse que êle, Conde, havia conversado longamente num baile do Paço com Honório que era da oposição e como o Conde alegasse que também conversara com Aureliano que tinha uma situação de destaque na administração, o Imperador encerrou o assunto dizendo que êle conversara mais tempo com Honório do que com Aureliano!

O declínio da Joana A crise cede com o nascimento do príncipe herdeiro que permitiu a retirada de Januária e do Conde para a Europa em outubro de 1844.

Em 1845, uma considerável reação contra a influência de Paulo Barbosa começava a fazer-se sentir. Falou-se mesmo num atentado que teria sido tramado contra a sua vida. Nessas condições, êle preferiu afastar-se do Paço, voltando à carreira diplomática que havia ensaiado no Primeiro Reinado. Obteve sua nomeação para a representação diplomática do Brasil em São Petersburgo e deixou o país em junho de 1846.

O *partido da Imperatriz* começava a ganhar influência e Honório passara novamente a ser bem acolhido no Paço. Entretanto, ainda em fins de 1847, Araújo Pôrto-Alegre, antigo confidente da *Joana*, escrevia à espôsa de Paulo Barbosa, dando conta das intrigas do Paço. O Visconde de São Salvador de Campos e Saturnino disputavam a indicação imperial para uma vaga senatorial. Diz Pôrto-Alegre que "o mulherio todo assanhou-se e dividiu-se em dois partidos", mas que o Imperador escolheu o irmão de Aureliano para a grande decepção da cunhada e sobrinha do Visconde, a Marquesa de Maceió, a quem tinha a Imperatriz "por si e com grande afinco".

2. O QÜINQÜÊNIO LIBERAL

A solução interpartidária

Durante o qüinqüênio de 44 a 48, o Imperador recomendado pelo Paço tentará escapar às oscilações entre os partidos a que se permitira antes de 44. Nem se apressou naquele ano a passar o apoio político dos conservadores para os liberais, nem depois se apressará em agir em sentido oposto. Ao contrário, relutará em constatar que não lograria evitá-lo. A ruptura com Honório foi seguida das gestões junto a Monte Alegre e só depois da recusa dêste é que D. Pedro procurou um apoio fora da área conservadora. Ainda assim não vai diretamente ao partido oposto, mas é na área interpartidária dos fiéis palacianos da bancada da Bahia que procura basear o govêrno, chamando para organizá-lo a José Carlos Pereira de Almeida Tôrres.

As primeiras idéias de conciliação

Foi precisamente um deputado pela Bahia, João Maurício Wanderley, o futuro Cotegipe, quem traduziu o sentimento palaciano em relação às oscilações entre os partidos:

> "... os nossos negócios andam infelizmente em continuada ação e reação: quando predomina o sentimento democrático os nossos políticos levam-no até baterem nas portas da anarquia; quando predomina mais o sentimento monárquico, o de fortalecer o poder, vão, vão pelo arbitrário, até bem perto do absolutismo".

As palavras de Wanderley já refletem certamente a leitura dos publicistas franceses do tempo de Luís Filipe que preconizavam a *conciliação* como uma síntese entre a *ação* e a *reação*. Desde 1843, que se reclama por

uma conciliação e é em nome dela que é exigida a anistia para os rebeldes de 42. No âmbito nacional, a idéia corresponde à aguda necessidade social de se pôr têrmo às vinditas entre facções locais que, na Bahia e no Nordeste, assumiam a forma de devastadoras lutas de família. Para os meios palacianos, ela oferecia o prospecto de uma fixação de sua posição interpartidária, reunindo em seu proveito, num esquema monopartidário, as duas correntes adversas.

A condenação do exclusivismo partidário

O exclusivismo partidário é apresentado como o grande crime do ministério decaído e do grupo político que êle representava.* Pronunciou-se, nesse sentido, por exemplo, um Paula Sousa que era considerado como um dos grandes expoentes da tendência parlamentarista entre os liberais. Êle acusou os oligarcas de terem governado "com ministérios de partido e não com ministério da nação" e precisou depois seu pensamento, defendendo a criação de um *terceiro partido*, formado pelos elementos moderados dos dois partidos existentes.

A intenção punitiva do gabinete de 2 de fevereiro

De parte do Imperador e do Paço a atitude dos conservadores, ao esquivarem-se a uma recomposição comandada pela Coroa, foi interpretada como autêntica rebeldia e tratada com uma acrimônia, que estava em completa contradição com a idéia da conciliação. Houve, por isso, uma inequívoca intenção punitiva no gabinete de 2 de fevereiro, chefiado por Almeida Tôrres. Sua principal base política era a aliança entre Aureliano e Alves Branco. A êsse último se deve o enunciado da política do gabinete através de um verso de Virgílio — *Parcere subiectis, debellare superbos* — que define precisamente o caráter compulsório daquela conciliação. Alguns elementos conservadores do Norte acorreram à convocação governamental: Cansansão de Sinimbu, de Alagoas; Franco Sá, do Maranhão; Sousa Franco, do Pará. Juntamente com os liberais históricos de Pernambuco — Urbano Sabino e Nunes Machado — e mais um grupo de deputados baianos formaram a *Liga do Norte* em apoio ao ministério. No total, o Govêrno não chegou a reunir mais do que trinta votos.

Reduzido o Govêrno a recorrer aos liberais

A inflexibilidade das bancadas conservadoras levou o Ministério a inclinar-se mais decididamente para o lado liberal. A 14 de março de 1844, foi publicado o decreto de anistia, redigido por Alves Branco. Em sua exposição de motivos, atacava-se diretamente o Partido Conservador e indicava-se a necessidade de uma mudança geral de política. A nomeação de Aureliano para a presidência do Rio de Janeiro foi o primeiro grande passo nesse sentido. Aquela Província era a base eleitoral da *oligarquia* e uma das principais bases de Honório.

Em maio reúne-se o Parlamento. Os senadores liberais apóiam a política do Gabinete esperando de sua ação punitiva o que lhes parecia uma

reparação justa. Paula Sousa exorta o Govêrno a não recuar ante a dissolução de uma Câmara que fôra eleita ilegalmente, nem ante a demissão dos empregados da administração anterior.

A compreensão eleitoral

A dissolução veio realmente a 24 de maio. As eleições foram convocadas ainda para 1844. A compressão na fase pré-eleitoral atingiu especialmente a magistratura. Sòmente a 4 de julho foram removidos 52 juízes no total das 116 comarcas do País.

No Rio de Janeiro, como se poderia esperar, ela alcançou o máximo de violência. É conhecida a mensagem de Aureliano, citada por Teófilo Otoni, que dizia que "S. M. poderia ficar descansado quanto aos receios que manifestara pois que nenhum dos *lobatos* sairia eleito". Foram removidos 7 dos 9 juízes de direito da Província. Foram demitidos e substituídos todos os comandantes da Guarda Nacional. Nas eleições as violências foram generalizadas. Em Saquarema, onde Rodrigues Tôrres tinha sua fazenda, o Padre José Cêa e Almeida teria chegado ao extremo de autorizar em edital o assassínio dos eleitores que recusassem as listas do govêrno (Pereira da Silva).

"Maiorias artificiais" e "maiorias de amor"

Na constituição da nova Câmara, a *verificação de podêres* completou a obra da compressão e da violência na fase eleitoral. Os conservadores ficaram reduzidos ao pequeno grupo altamente combativo que ficou conhecido como a *patrulha*.

A manipulação eleitoral foi abertamente confirmada no Senado por dois dos ministros: Holanda, que falou nas *maiorias artificiais*, congregadas pelos favores governamentais, e Alves Branco, que falou nas *maiorias de amor*, reunidas pelo sentimento de gratidão ao Govêrno que lhes assegurou a eleição.

A iniciativa palaciana na reforma eleitoral

Entretanto, uma das principais críticas palacianas à legitimidade dos partidos se baseava exatamente no defraudamento do processo eleitoral. Wanderley, que parece ter sido um intérprete dêsse pensamento, afirmara em 43 que "sem uma boa lei de eleições não é possível existir puro o sistema representativo..." Na verdade, Aureliano, em sua ação prática na presidência do Rio de Janeiro, se havia divorciado completamente dêsses princípios. Isso não impediu que, no campo legislativo, seus dois amigos Paulo Barbosa e Odorico Mendes ligassem seus nomes ao projeto de reforma eleitoral que chamou a atenção da Câmara para a questão, muito embora a discussão final e aprovação tenha versado sôbre o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Podêres integrada por Antônio Carlos, Teófilo Otoni e Urbano Sabino e que se converteu na lei de 19 de agôsto de 1846, "o único padrão que a legislatura de 1845 a 1848 levantou às idéias liberais".

Empenhando-se na luta contra Honório e a oligarquia, Aureliano terminou por comprometer-se completamente nas posições partidárias e isso o incompatibilizou progressivamente em relação à sua antiga posição no Paço.

Caxias e sua versão da conciliação

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, Caxias preparava as bases para uma reconciliação duradoura e com reflexo futuro sôbre o equilíbrio dos partidos. Depois de contornar a resistência dos oficiais, passou a dar funções de comando a Bento Manuel, e, graças ao apoio do guerrilheiro, obteve a série de êxitos que reabilitou as fôrças imperiais, preparando o terreno para a pacificação. Esta se realizou nas bases generosas que os liberais requeriam e trouxe consigo o primeiro esbôço de uma nova política em face do Prata, ao ser celebrada como uma união das armas contra o inimigo comum que era a tirania de Rosas. Será nesses têrmos que, pela primeira vez, chegarão a colaborar e a entender-se liberais e conservadores.

A conciliação baiana

A intenção punitiva que havia estado presente na constituição do gabinete de 2 de fevereiro reduzira o âmbito da sua *conciliação* à Província da Bahia, o que quase corresponderia a dizer a uma certa área palaciana. Além de Alves Branco e Almeida Tôrres, a Bahia colocara ainda no ministério os nomes de Manuel Antônio Galvão e Ernesto Ferreira França. Calmon, agora Visconde de Abrantes, que era muito comprometido com a situação conservadora, foi neutralizado com a chefia de uma embaixada aparatosa à Europa e a presidência da Província foi confiada ao General Andréia, possìvelmente como um penhor contra uma inversão liberal.

Conflitos nas bases políticas do govêrno

O Ministério procurara inicialmente basear-se nos elementos conservadores dissidentes que o apoiavam, mas a insuficiência dessa base política compeliu-o cada vez mais para a área liberal. Essa foi uma das causas de discórdia entre seus partidários: de um lado os conservadores governistas e de outro lado os liberais. Em Alagoas o choque entre as duas correntes ministerialistas resultou numa verdadeira guerra civil: a luta entre *lisos* e *cabeludos.* No Pernambuco, a oposição entre os liberais históricos ou os *praieiros* e os *Cavalcanti* corresponde a um paralelo perfeito do caso de Alagoas, mas diferem as suas relações com os quadros da política geral. No caso pernambucano trata-se do choque entre duas linhas liberais: a de Holanda Cavalcanti que acompanha os liberais do Sul desde a definição do programa da defesa das *franquezas provinciais;* e a linha praieira que só divergiu dos conservadores a partir do ministério Honório. A oposição das duas linhas não se limita ao âmbito provincial. Os praieiros são um partido de magistrados como os conservadores do Sul e por isso não concordarão com a abolição da legislação reacionária que havia sido votada com seu apoio. A ascendência do Recife sôbre as demais provín-

cias do Norte explica que o movimento liberal se polarizasse aí, em oposição ao do Sul, absorvendo em parte as dissidências conservadoras. No caso de Alagoas é possível que os *lisos* — que eram os liberais liderados por Tavares Bastos — tenham sido estimulados pelos praieiros a resistir contra o domínio de Cansansão de Sinimbu. Vencidos militarmente, foram anistiados pelo presidente incumbido de restabelecer a ordem na Província, enquanto o partido legalista era deposto. Os praieiros tornaram-se dessa forma o núcleo de uma considerável bancada parlamentar.

Os liberais do Sul

Os liberais do Sul não tinham representação na Câmara quando da organização do gabinete de 2 de fevereiro. Seus senadores haviam opinado nas combinações que precederam a organização mas numa época em que não contavam como fôrça política. A completa abstenção dos conservadores em relação à *conciliação* governamental tornou forçoso confiar-se aos liberais a nova situação.

Aureliano procurara colocar seus amigos nas bancadas do Sul mas apenas no Rio de Janeiro conseguiu uma situação dominante. Em São Paulo pôde ainda lançar bases de uma aliança que seria sólida e de grande alcance político. Já em Minas Gerais, não obstante a presença de Odorico Mendes e Paulo Barbosa, a liderança de Limpo de Abreu lhe era manifestamente adversa.

Não obstante essas diferenças de estimativa em relação a Aureliano, os liberais do Sul formavam um bloco compacto interessado na abolição ou na revisão das leis reacionárias. É em grande parte como resultado da pressão parlamentar dêsse bloco que o gabinete de 2 de fevereiro passará por duas remodelações, uma a 26 de maio de 1845 e outra a 5 de maio de 1846. Elas afastarão completamente o Ministério de seus pontos de partida e provocarão, como reação, um reatamento da aliança entre Aureliano e Alves Branco, da qual resultou o gabinete de 22 de maio de 1847.

O ponto de acôrdo

As diferenças ideológicas entre os liberais do Norte e os liberais do Sul eram em parte compensadas pelo interêsse comum em conduzir o govêrno de tal forma que melhor se assegurasse ao predomínio de cada grupo em seu âmbito provincial. O primeiro resultado disso é a tendência para que as bancadas das grandes províncias passassem a constituir blocos autônomos interessados primordialmente nos seus interêsses provinciais. As alcunhas políticas são de certo modo oficializadas como designativos dêsses grupos. Originadas dos remoques dos adversários, recordam grandes reveses partidários. Os liberais de Minas Gerais, são *Santa Luzia* ou simplesmente *luzias* e os de São Paulo, *Venda Grande*. Sem ter ainda uma batalha que lhes desse nome, os praieiros foram designados pela Rua da Praia onde ficava o *Diário Nôvo*, o órgão partidário. A pequena representação conservadora — a *patrulha* — coesa em redor dos chefes da oligarquia fluminense foi designada pelo nome da cidade de *Saquarema*, onde não houve batalha e sim os desmandos do

Padre Cêa. Com o tempo os nomes de *Saquarema* e *Santa Luzia* passarão a valer para todo o país como o mesmo que conservadores e liberais.

A superação do programa de reformas

A ação independente das bancadas demonstrou que a *Lei de Interpretação do Ato Adicional* não era bàsicamente contraditória com as autonomias provinciais, pois a guarda dessa autonomia podia transferir-se para as bancadas provinciais na Câmara de Deputados. Se não foi formulada explìcitamente, essa constatação não deixa de estar implícita no estilo adotado para as atividades parlamentares, tendo correspondido a uma verdadeira reforma da lei através da praxe. Um regime de transação entre o poder central e os podêres provinciais que subsistirá mesmo sob a Constituição republicana, como uma forma típica do federalismo brasileiro teve assim sua origem na acomodação política que a tomada do poder pelos liberais exigiu.

A ação palaciana e as bancadas

A ação das bancadas raramente se processa em âmbito parlamentar. Através das *combinações de corredor,* como se usa dizer, é que as bancadas fixam suas posições. o sistema favorece sobremaneira a arbitrariedade do Poder Central que forma maiorias através de entendimentos bilaterais com os vários grupos ou mesmo através de compromissos individuais, de acôrdo com as teorizações um tanto burlescas das *maiorias de amor* de Alves Branco ou das *maiorias artificiais* de Holanda. Òbviamente a contrapartida do arbítrio do Poder Central é sua descaracterização política. Sua posição é o ponto-morto entre as correntes divergentes. A influência política dos meios palacianos tornou-se por isso irresistível e por isso dominam êles o período, anulando de tal forma a vida parlamentar que, na primeira remodelação do gabinete, os chefes das bancadas *luzia* e *praieira* ficaram completamente à margem das combinações políticas e só puderam obter confirmação dos rumores vagos que corriam quanto à nova composição ministerial através do comunicado a respeito publicado no *Jornal do Comércio.*

Os liberais do Sul e as "incompatibilidades"

Caindo em esquecimento as impugnações que antes haviam levantado contra a *Interpretação do Ato Adicional,* os liberais do Sul voltarão ainda a insistir na *Reforma Judiciária.* Mas na realidade, mesmo em relação a essa reforma, a atitude liberal era em grande parte teórica e correspondia mais a uma preocupação de coerência com os pronunciamentos anteriores do Partido. Como necessidade política, seu programa reformista poderia limitar-se a uma *declaração de incompatibilidades eleitorais* dos principais agentes do govêrno central nas províncias. A medida visaria particularmente os magistrados e isso tornava difícil sua viabilidade política. Os magistrados eram representados em grande número na Câmara — entre os conservadores governistas e principalmente nas bancadas liberais do Norte. A primeira proposta estabelecendo incompatibilidades eleitorais foi incluída

no projeto de reforma eleitoral. Foi provàvelmente a rejeição dessa parte do projeto que determinou que se insistisse numa reforma judiciária que a outros títulos não teria parecido essencial. Aliás, as incompatibilidades ou inelegibilidades foram por excelência o elemento constante nos vários projetos de reforma judiciária oferecidos pelos liberais, tendo sido finalmente objeto de projeto à parte.

A primeira crise

A rejeição do capítulo das inelegibilidades na reforma eleitoral pode ser considerada como a causa imediata da remodelação ministerial de 26 de maio de 1845. O primeiro deputado a manifestar-se contra essa parte do projeto foi Nunes Machado, um dos chefes da *Praia*. Votaram contra o projeto os ministros da Guerra (Jerônimo Francisco Coelho) e dos Negócios Estrangeiros (Ernesto Ferreira França). O ministro da Justiça, Manuel Antônio Galvão, recusou-se a adotar medidas que poderiam assegurar a anuência dos magistrados-deputados, como, por exemplo, a criação de novos lugares de desembargador através da criação de novas *Relações*, manifestando-se no Senado em oposição a um projeto nesse sentido.

A crise sobreveio com pormenores anedóticos. Em resposta ao Barão de São Lourenço (Gonçalves Martins), que denunciava o desencontro entre o Govêrno e sua base parlamentar, Jerônimo Francisco Coelho pronuncia o discurso, que ficou famoso, dos *Horácios*, dos *Curriácios*, no qual procurou justificar a política governamental como sendo a *política da inércia*. A infelicidade da figura provocou uma tempestade na Câmara. Debalde se tentou explicar o que era o "sentido matemático" da expressão. Melhor teria sido revelar à Câmara que Guizot também era partidário do *princípio da inércia*.

Os luzias no govêrno

A retirada de Coelho parecia marcar uma ruptura de Alves Branco com a situação, pois também êle se demitiu e com êle Galvão e Ernesto.

Posteriormente Alves Branco foi solicitado a permanecer enquanto os *luzias* que haviam sido os mais ardentes opositores do gabinete passaram a ser representados por Limpo de Abreu. A reacomodação era prevista como provisória e talvez por isso não foram ocupadas tôdas as pastas. Não é clara a posição de Limpo de Abreu na recomposição. Entrando como representante *luzia*, coube entretanto justamente a êle opor-se à aprovação do projeto de reforma judiciária. Anunciado pelo Ministério anterior o estudo da reforma, a Câmara chamou para si a incumbência e, quando já entrava em discussão o projeto, Limpo de Abreu pediu adiamento até que o Govêrno se manifestasse a respeito. A firmeza do ministro não encontrou senão uma fraca resistência por parte da Câmara. Até o fim da sessão legislativa nem o Govêrno se apressou em trazer à discussão um projeto seu nem a Câmara voltou a reclamá-lo.

A segunda crise

A longa viagem do Imperador acompanhado de Almeida Tôrres ao Rio Grande do Sul marcou uma pausa na atividade política. Constou que ela fôra inspirada pelo grupo palaciano ligado a Aureliano, apreensivo que estava ante a reabilitação de Honório na Côrte. Já se teria falado mesmo em sua chamada para o govêrno. Nesse caso, o recuo de Limpo de Abreu em relação à reforma judiciária seria explicado pela preocupação de evitar questões que dividissem a maioria, isto é, que separassem os liberais do Sul dos liberais do Norte. É possível que Limpo de Abreu, aliado a Almeida Tôrres, tenha pensado num entendimento com Alves Branco para afastar o Aureliano.

Com o regresso do Imperador, entretanto, o gabinete se esfacelava. Alves Branco rompera com Aureliano por causa das pretensões do irmão dêste, Saturnino, a desalojá-lo da pasta da Fazenda. Surgira um mesquinho conflito entre Almeida Tôrres, que se queixara de ter sido insultado por Grenfell, e Holanda, que elogiara oficialmente o comandante da esquadra.

Limpo de Abreu, Alves Branco e Almeida Tôrres renunciam. Restou Holanda com a incumbência da reorganização. Designado a 2 de maio, apresentou a 5 a lista ministerial. A recomposição passou a ser considerada como ministério à parte porque a polêmica política insistiu em apontá-lo como a antítese do de 2 de fevereiro. Pretendeu na expressão de seu organizador voltar aos princípios de conciliação originários de 2 de fevereiro:

> "O ministério provém de uma modificação, não de uma dissolução de administração: tem a mesma organização e os mesmos princípios do 2 de Fevereiro... Se a política do 2 de Fevereiro se desviou alguma coisa de seu princípio criador, estamos em tempo de entrar em bom caminho."

A pequena conciliação

O ministério de 5 de maio foi chamado a *pequena conciliação*. Afirmou-se que Aureliano se interessara na sua composição, como uma concessão ao pensamento conciliador da Coroa, para atalhar a possibilidade de uma recondução de Honório.

Holanda havia aprovado o programa conciliador de Paula Sousa desde 1845. O dito a êle atribuído quanto à semelhança de um *saquarema* com um *luzia* parece refletir sua experiência política pernambucana onde o partido dos Rêgo Barros e o seu próprio partido eram levados a fundir-se num partido único ante a investida *praieira*.

No âmbito nacional, Holanda consolidara progressivamente sua posição no ministério, à custa de sucessivas transações, em sacrifício de sua posição na Província e terminara por aceder na nomeação de Antônio Bento Chichorro da Gama que fôra companheiro de ministério de Aureliano sob a Regência Trina Permanente. É possível que fôsse plano de Aure-

liano ações paralelas nos dois principais redutos conservadores — Rio de Janeiro e Pernambuco — para estabelecer nessas bases nova dominação política no país. O assentimento de Aureliano, na organização do 5 de Maio, inscrever-se-ia nesse caso como parte do plano. Marcelino de Brito, que fôra demitido para ceder lugar a Chichorro, obteve na execução do plano uma certa forma de reparação no nôvo ministério, sendo chamado para ocupar a pasta do Império. As intenções de conciliação anunciadas pelo organizador do gabinete levaram a *patrulha*, composta então de 16 deputados, a dar-lhe apoio. Os liberais do Sul, representados no ministério por Fernandes Tôrres, de Minas, e pelo General João Paulo, do Rio de Janeiro, inclinavam-se naturalmente a apoiar Holanda, mas a idéia de uma conciliação que envolvesse favores políticos aos adversários no campo provincial, repugnava-lhes e estavam sempre prontos a defender com os *praieiros* a intocabilidade dos presidentes de Província. O gabinete teve a seu crédito a aprovação final da lei eleitoral mas em conjunto correspondeu a completo malôgro do programa de conciliação com que se justificara. Imobilizado pelas ameaças de rompimento das diversas bancadas, tornou-se cúmplice de todos os desmandos nas províncias. Seguindo de preferência a inspiração *luzia*, voltou a apresentar um projeto de reforma judiciária, mas teve de retirá-lo de discussão ao verificar que teria contra si ao mesmo tempo a *patrulha* e as bancadas do Norte.

A queda do gabinete foi explicada na época como tendo sido provocada por uma verdadeira conspiração palaciana. Na realidade, a sua instável sobrevivência através de tôda uma sessão parlamentar é mais difícil de explicar do que sua dissolução. O Imperador escolhera senadores pelo Pernambuco a Chichorro e Ernesto França e, por não concordar com a escolha, Holanda Cavalcanti pediu demissão. Entretanto, a escolha imperial era formalmente correta, pelo menos no que se refere a Chichorro, que, na qualidade de presidente de Província, deveria representar um elemento de confiança do govêrno ao qual pertencia Holanda.

O isolamento político dos luzias

À demissão de Holanda seguiu-se de perto a renúncia coletiva do Gabinete. Já havia de antemão um esquema montado para sucedê-lo. Alves Branco e Aureliano renovam em 1847 a aliança que fôra a base do ministério de 2 de fevereiro mas agora em têrmos de franco predomínio do segundo. Aureliano conseguira reunir em sólida frente as representações do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Pernambuco, tornando-se independente do apoio da bancada *luzia*. A aliança isolava pròticamente a bancada, deixando-a reduzida pràticamente ao apoio eventual da *patrulha saquarema*. Ao percebê-lo, uma parte dela, capitaneada por Limpo de Abreu, tenta salvar a situação, primeiramente procurando atrair Alves Branco, com o oferecimento da reorganização do gabinete abandonado por Holanda e, depois, recorrendo a Lopes Gama. Alguns elementos da *patrulha* chegaram a con-

fiar em que seria possível manter o gabinete juntamente com os *luzias*. As defecções surgem porém, mesmo entre êsses últimos, quando os Otoni decidiram-se a acompanhar os *praieiros*, tornando a situação insustentável. Limpo de Abreu chegou a recomendar a dissolução da Câmara, mas Fernandes Tôrres, que estava fazendo as vêzes de chefe de gabinete, preferiu a renúncia.

A nova conjunção

A 22 de maio de 1847 anunciava-se o gabinete que consagrava a nova conjunção. Além de Alves Branco, o outro elemento ativo no esquema é Saturnino, o irmão de Aureliano. São Paulo está representado por Vergueiro que tem papel muito apagado e Paula Sousa que só se decide a aceitar a pasta do Império em julho, para retirar-se pouco depois, dando parte de doente. Os *praieiros* não aparecem na combinação, ao que constou, por veto do Paço.

Apesar da firmeza das bases parlamentares de Aureliano, o ponto fraco da combinação ministerial era a irreconciliabilidade dos pontos de vista dos irmãos Aureliano e Saturnino com os de Alves Branco. Por causa disso, o ministério não durou mais do que oito meses, a despeito de atravessar incólume a sessão parlamentar de 1847.

Saturnino se apressou em apresentar suas idéias como pontos de vista do gabinete e com isso parecia indicar que a êle é que caberia o exercício efetivo da chefia. Alguns itens de suas declarações coincidiam plenamente com as idéias de Alves Branco. Eram os que se referiam à atitude do Govêrno em relação a suas bases políticas e a seus adversários. Tratava-se pura e simplesmente de uma renovação da política do gabinete de 2 de fevereiro. Em relação, porém, à política externa e às questões tarifárias, a oposição entre Saturnino e Alves Branco era frontal. Saturnino estimava que as negociações com a Inglaterra de um acôrdo para a cessação do tráfico podiam ser entabuladas normalmente, sem nenhuma condição prévia, enquanto Alves Branco considerava obrigatória a prévia revogação do Bill Aberdeen. Em relação aos tratados de comércio, Saturnino se pronunciou abertamente por uma política livre-cambista, enquanto Alves Branco sustentava com tôdas as fôrças a tese dos direitos diferenciais de acôrdo com os interêsses da produção do país.

A presidência do Conselho

Alves Branco não chegara a manifestar-se em relação ao pronunciamento de Saturnino nem sôbre as pretensões de predomínio dêste, quando se deu a publicação, a 10 de junho, do folheto *A Facção Áulica*. Trata-se de uma denúncia da *influência áulica* manejada por Aureliano. O folheto, de inspiração *saquarema*, repercutiu desfavoràvelmente para Saturnino cuja posição dominante parecia confirmar as acusações contra o irmão.

Quando em julho Paula Sousa se decidiu a participar do govêrno com a condição de ser criada uma *Presidência do Conselho de Ministros*, sua proposta foi calorosamente aceita como capaz de neutralizar o mau efeito da publicação da *Facção Áulica* sôbre a opinião. A nova instituição foi

criada por decreto de 20 de julho de 1847 e foi nomeado Alves Branco como o primeiro *Presidente do Conselho.*

A confirmação da liderança de Alves Branco no gabinete protelou mas não evitou a crise que as suas diferenças de opinião com Saturnino já haviam prenunciado. Paulino insistiu na Câmara em salientar o caráter doutrinário da divergência. Havia, por outro lado, o aspecto político que era o choque de duas vocações dominadoras. A *Presidência do Conselho* foi, na realidade, uma criação inoperante pois nunca chegou a ser regulamentada. Alves Branco, entretanto, entendeu-a como válida e pretendeu mesmo, através dela, interferir nas gestões particulares das outras pastas. Assim é que tomou a iniciativa, passando por cima da pasta do Império que fôra confiada a Paula Sousa, de distribuir uma circular aos presidentes de Província e, sob o pretexto de comunicar-lhes a criação da *Presidência,* de dar-lhes instruções sôbre a maneira de se conduzirem em relação às eleições. O procedimento de Alves Branco foi que causou, sem dúvida, a retirada de Paula Sousa, não sòmente pela insólita exorbitância que representava, como também pelo próprio conteúdo da circular. Alves Branco voltava a insistir nas práticas de compreensão pré-eleitoral que haviam sido consagradas pelo gabinete de 2 de fevereiro, na esperança possìvelmente de que pudesse dessa forma recompor em seu proveito a maioria governamental. Recusou-se, por outro lado, a servir o jôgo político de Aureliano e Saturnino. Guardou imparcialidade em relação ao pleito senatorial de São Paulo, onde Saturnino apoiava a candidatura de Rafael Tobias de Aguiar, em oposição ao presidente da Província, o General Manuel da Fonseca Lima e Silva, e tomou posição firme contra o ato de Aureliano que aceitara a posse da Assembléia Provincial eleita e prorrogara o mandato da Assembléia anterior.

Mudam os ventos no Paço

Saturnino, que confiava ainda em sua estrêla no Paço, procurou solução numa questão de confiança ante o Imperador. A propósito da missão diplomática de Lorde Howden, que propunha a assinatura de um tratado de amizade e comércio e de uma nova convenção sôbre a extinção do tráfico, se haviam manifestado numa situação concreta suas divergências com Alves Branco. Saturnino dera início às negociações, embora condicionasse a assinatura do tratado à da convenção, devendo esta implicar na revogação *ipso facto* do Bill Aberdeen. Alves Branco recusou-se a oficializar os entendimentos, inabalável na exigência de que só se iniciassem depois de revogado o *Bill.* Saturnino levou o caso ao Imperador e êste, reunindo o ministério, decidiu-se a conceder-lhe a demissão e confiou a Alves Branco a reorganização do gabinete. Saturnino deixou o gabinete em fins de janeiro e Vergueiro o precedera no começo do mês. Pimenta Bueno foi chamado para responder pelas pastas vacantes e, depois de um mês de expectativa, Alves Branco decidiu também retirar-se. Quase certamente o motivo foi perceber que a decisão do Imperador contra Saturnino não havia sido de forma alguma uma decisão a seu

favor. Ignorando tanto o seu caráter de Presidente do Conselho, como a incumbência que pessoalmente lhe fizera de reorganizar o gabinete, o Imperador se adianta em iniciativa sôbre Alves Branco e convida Almeida Tôrres e Limpo de Abreu para participar do govêrno. A explicação da conduta ao Imperador está na curiosa carta a êle dirigida pelo médico do Paço, Dr. Jobim. A carta sugere ao Imperador a nomeação de Paula Sousa, Almeida Tôrres e Limpo de Abreu em substituição ao ministério em dissolução.

Volta ao esquema da conciliação

Não se sabe se D. Pedro II procurou naquela ocasião chamar Paula Sousa, conforme a recomendação da carta. Com a renúncia de Alves Branco, a incumbência de organizar o gabinete passou para Almeida Tôrres. Êle e Limpo de Abreu, unidos no ressentimento contra Aureliano, já tinham, ao que parece, um esquema político pronto desde a época da dissolução do 5 de Maio. Tratava-se de uma renovação da *conciliação* daquele gabinete que trouxesse a superação do isolamento político que as alianças de Aureliano haviam criado para a bancada *luzia*.

O ministério de 8 de março de 1848 foi a tentativa malograda de realização do esquema. Almeida Tôrres decide-se a definir-se com uma declaração de guerra a Aureliano, decretando sua demissão e a de Chichorro. Propôs depois à Câmara um projeto de lei de *incompatibilidades* e apresentou as demissões como medidas necessárias para conferir autoridade moral à apresentação do projeto. Vinculando as demissões ao projeto, conseguiu superar hàbilmente a solidariedade que unira a bancada *luzia* aos *praieiros* contra o 5 de maio. Foi possível atrair para o ministério dois nomes *luzias* de ampla aceitação nas demais bancadas: José Pedro Dias de Carvalho, que era presidente da Câmara, e Joaquim Antão Fernandes Leão. Entretanto os Otoni e alguns aderentes desfalcaram a bancada mineira, declarando-se em oposição. Apesar do apoio quase unânime da Bahia e de tôda a bancada saquarema, o Govêrno foi derrotado ao fazer questão de confiança da rejeição da resposta à Fala do Trono.

Concessões às tendências liberais

As notícias da Revolução de 1848 chegaram em abril ao Rio de Janeiro e suscitaram o receio de que o movimento revolucionário francês tivesse repercussões locais. Talvez tenha sido principalmente por isso que não se decidiu pela dissolução da Câmara.

Convidando Paula Sousa para formar o nôvo govêrno que foi o último do *qüinqüênio liberal*, o Imperador voltava ainda às recomendações do Dr. Jobim, mas, sem dúvida, tinha em vista agora acima de tudo prevenir com algumas concessões liberais o surto revolucionário.

A debandada luzia

O malôgro da tentativa de afirmação dos *luzias* como bancada líder levou-os a uma verdadeira debandada. Na maioria foram alistar-se na clientela da *Praia* que depois do afasta-

mento de Aureliano da presidência do Rio de aJneiro assumira a vanguarda no Parlamento.

Problemas com o Senado

As relações entre as duas casas do Parlamento durante o *qüinqüênio* foram perturbadas por uma série de conflitos que se referiam, de um lado, à questão do direito dos senadores à verificação de podêres na admissão de seus pares recém-eleitos e, de outro lado, à questão da interpretação do art. 61 da Constituição que previa a fusão das duas casas em Assembléia Geral. A primeira questão foi suscitada pela bancada *praieira* e em relação à segunda foram os *luzias* os principais interessados. No fim do *qüinqüênio*, as questões particulares de cada uma das duas bancadas aparecem subordinadas a uma linha política comum de oposição ao Senado, sob a liderança da *Praia*.

Senadores da Nação ou senadores de Província

O recrutamento do Senado era feito normalmente entre os membros dos ministérios em exercício e por isso êle reunia as grandes experiências administrativas que tendiam normalmente a libertar-se de vinculações locais, já por sua experiência em plano geral, já porque deviam suas cadeiras à máquina do govêrno central e não às ligações políticas provinciais. O senador escolhido por uma Província só eventualmente tinha ligações mais profundas com ela. Normalmente era o caso do aparecimento das vagas que regulava a distribuição das cadeiras do Senado entre os ministros ainda não providos. O costume tinha a respeito fôrça de lei. Os senadores se diziam enfàticamente *senadores da Nação* e repeliam como uma diminuição de dignidade o conceito de senador por uma Província.

Durante o *qüinqüênio* a regra se mantém em pleno vigor e não chega senão a esboçar-se a tendência para a sua anulação. Só no final do período é que surge e chega mesmo a ser aprovada a emenda do Cônego Marinho ao projeto de *lei de incompatibilidades*, segundo a qual os ministros de Estado só poderiam candidatar-se ao Senado pelas províncias de seu nascimento ou onde tivessem residência.

A tendência para a vinculação das candidaturas senatoriais às províncias surgiu inicialmente como simples elemento no sistema de transações pelo qual as bancadas provinciais negociavam seu apoio ao govêrno central.

Partindo do pressuposto de que representavam a situação política dominante nas respectivas províncias, as bancadas entravam em ajustes sôbre a adoção da candidatura senatorial e daí podiam chegar a vetar nomes de indicação ministerial e a levantar, em conseqüência, candidaturas de âmbito local. Na medida porém em que as bancadas foram tendendo a individualizar-se como corpos representativos de uma soberania provincial, foram também aumentando suas exigências quanto às escolhas dos nomes para o Senado e com isso surgiram os conflitos com aquela corporação.

Os praieiros e a jurisdição eleitoral

Na sua forma mais elementar, tais conflitos decorriam de simples desacordos quanto às jurisdições eleitorais. Por exemplo, na verificação de podêres de Antônio Carlos, eleito senador pelo Pernambuco, o Senado reconheceu colégios eleitorais que na Câmara haviam sido anulados por pressão da bancada praieira interessada nisso como um recurso para favorecer a eleição de três de seus membros. A decisão divergente do Senado provocou grande irritação entre os *praieiros* e, em seu apoio, a Câmara dos Deputados fêz inserir no projeto eleitoral a determinação que retirava ao Senado a verificação de podêres dos próprios membros. Nesse momento, ao que parece, não havia a menor oposição à idéia de que fôsse eleito por Pernambuco um deputado paulista simplesmente porque tinha o patrocínio ministerial. Tanto assim que, tendo Honório proposto, em substituição à determinação da Câmara, a emenda de que se criassem eleitores especiais para o Senado, evitando com isso o conflito de jurisdição, a emenda foi muito bem aceita pelos deputados.

A questão voltou mais tarde e com grande gravidade quando a *Praia* assumiu o patrocínio ostensivo das candidaturas Chichorro e Ernesto Ferreira França. O Senado anulou-lhes as eleições, alegando vício no pleito. A *Praia* não perdeu tempo em discutir sua competência nesse caso. Fêz logo novas eleições, mas o Senado as anulou pela segunda vez. Diante disso, as hostilidades irromperam com tôda a violência entre as duas casas e vieram a constituir uma das causas da queda da situação liberal em setembro de 1848, quando a essa questão somou-se outra que se desenvolvera paralelamente e que dizia respeito à interpretação do art. 61 da Constituição.

A interpretação do art. 61

O Senado defendia o direito de negar-se à fusão prevista naquele artigo e, como a Câmara não concordava com isso, criou-se uma crônica situação conflitiva entre as duas casas, suscetível de tornar-se aguda quando em trânsito algum projeto de especial interêsse político. Isso aconteceu em 1845 com a questão da qual resultou a crise ministerial e a recomposição do gabinete a 26 de maio daquele ano. Tratava-se de resolver o impasse criado pela divergência entre os liberais do Sul, partidários da decretação das *incompatibilidades*, e os do Norte, em cujas bancadas se contava grande número de magistrados para os quais a medida era desinteressante. Recorreu-se então à criação de novos cargos de desembargadores que constituíssem para o Govêrno meios de transação pessoal com alguns dos deputados-magistrados para que se tornasse viável o projeto. Para tanto, foi pôsto em movimento um antigo projeto de 1841 que previa a criação de *Relações* com 14 desembargadores cada uma nas Províncias de São Paulo e Minas Gerais. O Senado, sob o pretexto de realizar economias, reduziu para 9 o número dos desembargadores previstos, estabeleceu, ao mesmo tempo, a diminuição do número de desembargadores nas *Relações* já existentes e estipulou final-

mente que o provimento dos lugares de desembargadores seria limitado aos juízes com mais de 12 anos de serviço. Com isso o Senado retirava à medida todo seu alcance político. A requerimento do Cônego Marinho, o projeto foi declarado de *utilidade* e uma comissão foi enviada ao Senado para requerer a *fusão*. A recusa do Senado em aceder ao pedido criou então a situação de crise, pois a Câmara passou a considerar desde aí o recurso à fusão como dependente da solução do caso em aprêço. Ainda no mesmo ano, declarado de *utilidade*, o projeto de fixação das fôrças de mar para o exercício de 1846/47, após a rejeição pela Câmara das emendas feitas no Senado, embargou-se o recurso à fusão enquanto não se desse solução ao primeiro pedido. A decisão da Câmara teria criado a situação de ter de ser dissolvida a fôrça naval se, na última hora, em 1846, não se determinasse que continuaria em vigor pelos dois exercícios seguintes a lei orçamentária votada para 1845/46.

O conflito

Os desacordos quanto à fusão já haviam portanto formado uma animosidade bastante tensa entre as duas casas, quando surgiu a questão das senatorias por Pernambuco e da eleição de Chichorro e Ernesto.

Antes mesmo de divulgados os primeiros resultados do pleito, já se assinalava o início da disputa. Honório promoveu no Senado um requerimento de informação sôbre a entrega aos agentes eleitorais dos candidatos *praieiros* das verbas votadas pela Assembléia Provincial para socorrer as vítimas das sêcas, respondendo-lhe, na Câmara, Nunes Machado com as mais violentas invectivas.

Em junho de 1847, e depois em julho de 1848, o Senado declarou nulas as duas eleições que sucessivamente os *praieiros* tinham procedido em Pernambuco.

Antes do segundo pronunciamento do Senado, ressurgia na Câmara dos Deputados a questão relativa à interpretação do art. 61 da Constituição. A 19 de maio de 1848 havia sido apresentado por Moura Magalhães um projeto que autorizava o Govêrno a dar estatutos às Faculdades de Medicina para com isso resolver um impasse criado pela Câmara. Ela rejeitara as emendas do Senado ao projeto de reforma da lei orgânica de 1832 referente àquelas Faculdades e determinava que o recurso à *fusão* dependeria do assentimento do Senado em relação aos pedidos anteriores.

Vários oradores caracterizaram a proposição de Moura Magalhães, como uma capitulação da Câmara ante o Senado e uma transação com seus direitos constitucionais e deram apoio a um requerimento de adiamento da proposição até que a questão do artigo 61 fôsse resolvida.

A união de luzias e praieiros

Cristiano Otoni conduziu a discussão de forma a reunir numa única formulação teórica os dois grandes motivos de conflito entre a Câmara e o Senado — a tese *luzia* e a tese *praieira*.

"A vitaliciedade, afirmou êle, era um perigo público, modificado apenas por dois corretivos: a recomposição gradual trazida pela morte e pela admissão de novos senadores e a *fusão*. As anulações das eleições de Pernambuco revelavam a intenção de anular o primeiro e a teoria da fusão facultativa reiteradamente sustentada em decisões recentes implicava a destruição da segunda. Se os dois empenhos vingassem só restaria à Nação a reforma do Senado."

O Senado dispõe-se à reação

Repetia-se a situação de 1832.

Tôda a sorte de pressões foi empregada para tentar a redução da resistência senatorial e, como se sabe, mesmo o Imperador envolveu-se na questão. O Senado manteve-se inabalável na defesa do que pretendia serem suas prerrogativas constitucionais. Mesmo os elementos tradicionalmente moderados — *anestesiados*, segundo a expressão de Nunes Machado em relação ao Visconde de Olinda — saem a campo. É dêste último, logo após a primeira anulação, o pronunciamento que ficou célebre — "Os descendentes daqueles que souberam resistir ao Rei para melhor servir ao Rei, saberão também resistir à opressão dos ministros para melhor servirem ao Imperador" — que continha uma ameaça de recurso à fôrça e que não deixava de atingir mesmo à pessoa do Monarca.

Pouco depois da segunda anulação, sob o ministério Paula Sousa, tendo êste demonstrado o receio de dar causa para a renovação dos conflitos entre o Senado e a Câmara, Honório avançaria um pronunciamento ainda mais explícito dizendo que "se o Govêrno receasse uma usurpação violenta pela Câmara dos Deputados, à frente da fôrça pública acharia eficaz e unânime apoio na opinião de todo o país para cumprir seu rigoroso dever, mantendo a realidade da Constituição".

O declínio da situação liberal

Ao aceitar a incumbência de organizar o gabinete de 31 de maio de 1848, Paula Sousa não devia ter dúvidas quanto à precariedade da situação liberal. Já Almeida Tôrres, desistindo de prosseguir com o 8 de Março e dispondo-se a precipitar a questão de confiança que trouxe a queda daquele ministério, dissera ao Cônego Marinho num tom que o assustara: "vamo-nos embora e depois venha o que vier". O tom lamurioso da apresentação de Paula Sousa na Câmara, em que se prefigurava a situação de *largar o remo* e deixar o barco rolar para o abismo, significava no fundo a mesma coisa que o tom ríspido de Almeida Tôrres.

Como no ministério Alves Branco, também desta vez Paula Sousa não suportou por muito tempo a tumultuosa convivência de seus correligionários e a 18 de agôsto de nôvo dava parte de doente, porém não para demitir-se de imediato mas para manter-se numa expectativa que não durou muito mais de um mês.

A intolerância da Praia

Ante o Senado, fizera propósitos de conciliação que foram bem acolhidos de parte de Honório, enquanto Eusébio na Câmara Baixa manifestava disposição idêntica em nome da

bancada *saquarema*, acenando aos *luzias* com a possibilidade de um estudo conjunto da reforma judiciária. Mas Urbano Sabino, falando pela *Praia*, anunciava que em Pernambuco a neutralidade não seria tolerada e que "a autoridade entregue a seus próprios recursos tornar-se-ia espectadora impotente de grandes desgraças".

Os praieiros aliam-se à agitação social

A situação se precipitava em Pernambuco. A anulação das eleições foi recebida com tumulto no Recife. Os chefes *praieiros* começaram a agitar a população, reacendendo o ódio aos lusitanos e a oposição entre brasileiros natos e adotivos. Os Cavalcanti e os Rêgo Barros, identificados como *baronistas* ou *gabirus*, são apontados como cúmplices dos portuguêses.

Projetos de lei nascidos nas próprias agitações são levados à Câmara pelos *praieiros* — a proibição do comércio a retalho aos estrangeiros e a obrigatoriedade para qualquer comerciante de ter ao menos um caixeiro brasileiro — assinalava a união entre os *praieiros* e os movimentos sociais de vanguarda dos quais antes se isolavam e aos quais combatiam.

Ação da Praia na Côrte

Do Recife, a campanha xenófoba e antiportuguêsa passou ao Rio de Janeiro. Os liberais se haviam unido num bloco no combate à candidatura de Clemente Pereira à vereança, no município da Côrte. Como Clemente Pereira era português nato, julgaram oportuno jogar com os rancores da nacionalidade.

A "Joana dos saquaremas"

Neste momento iniciou-se o último ato do *qüinqüênio*. Foi então que Paula Sousa se retirou, deixando a chefia interina nas mãos de Sousa Franco.

A desabrida e ofensiva oposição dos liberais a Clemente Pereira favoreceu a causa dos conservadores no Paço Imperial. Caxias, que devia a Clemente Pereira sua escolha para o comando no Sul, era o comandante de armas na Côrte. Graças a êle, a bancada conservadora na Câmara em 1848 contava três deputados pelo Rio Grande do Sul. Um dêles era o Dr. Jobim, médico do Paço, que dava conselhos políticos ao Imperador e que a *Facção Áulica*, surpreendentemente mal informada nesse ponto, havia descrito como o "judeu errante da deputação", poucos meses antes de êle aparecer como deputado *saquarema*. Como o Dr. Jobim era diretor da Faculdade de Medicina, mantinha de velha data íntimas relações com Clemente Pereira, que dirigia a Santa Casa de Misericórdia. Na mesma qualidade, Jobim tinha freqüentes motivos de contato com a bancada baiana por causa dos problemas referentes aos cursos médicos que interessavam também à Bahia. Formou-se, assim, com tais elementos, em apoio da candidatura de Clemente Pereira, um círculo firmemente apoiado no Paço e no Parlamento, com tendências para o lado conservador, as quais se acentuavam na medida em que os liberais comprometiam com a causa *praieira* mesmo seus nomes de maior prestígio, como o de um Limpo de Abreu.

Ao Dr. Jobim, em particular, a maioria liberal havia causado um grave transtôrno ao relacionar com o conflito com o Senado a respeito do artigo 61, o projeto que autorizaria o Govêrno a dar estatutos às Faculdades de Medicina em substituição ao projeto de reforma da lei orgânica de 1832 que sofrera idêntico tratamento em 1847.

A acreditar na imprensa liberal, Jobim andou prometendo formar o que chama a *Joana dos saquaremas*. Por isso aquela imprensa atribuiu especial significado político às ligações do Dr. Jobim com a bancada baiana. Corriam rumôres de que Almeida Tôrres estava fazendo convites para o futuro ministério e Jobim declarara na Câmara que a bancada baiana era a parte mais respeitável daquela casa. Os liberais se basearam nesses elementos para denunciar uma conspiração palaciana e exigiram, com base na denúncia, a demissão do presidente da Bahia, o Barão de Monserrate, que havia sido nomeado por Almeida Tôrres e que tinha o apoio da maior parte da bancada baiana. Pedindo a demissão do presidente, os liberais devem ter pretendido provocar uma definição da Coroa. Entretanto, "segundo as melhores informações contemporâneas" referidas por Melo Matos, os *praieiros* não se davam por satisfeitos com uma demissão que excitara em vez de refrear a oposição baiana. Desejavam as demissões de Caxias do comando das armas, do Visconde de Camamu do comando do 1.º Batalhão de Fuzileiros, e de outros oficiais, decididos que estariam a intervir por qualquer forma no pleito municipal de 7 de setembro. Com o fito de compelir o Ministério a decretá-las é que Nunes Machado teria pronunciado o célebre discurso sôbre o *mexerico da Joana*. É digno de nota que a resposta ao discurso tenha sido dada exatamente por um dos três deputados conservadores que Caxias trouxera do Rio Grande do Sul — Pedro Chaves, o futuro Barão de Quaraim — muito embora nem o discurso nem a resposta tenham precisado a situação. Pedro Chaves limitou-se a acusar a inconveniência de uma manifestação que parecia pretender arrancar pela intimidação certas concessões a um dos podêres constitucionais.

O não atendimento das exigências da *Praia* quanto às demissões dos comandos militares é que explicaria então o mau humor crescente entre os elementos liberais mais extremados e o Govêrno a partir dos fins de agôsto. O *Correio Mercantil*, que era o órgão oficial do partido, passou a fazer freqüentes ataques aos ministros censurando nêles em geral a fraqueza e o abandono dos interêsses partidários.

Os praieiros nos tumultos de rua na Côrte

Independentemente mesmo de qualquer afastamento de comando, as eleições de 7 de setembro se realizaram sob o clima de terror, tomada que foi a cidade nos dias 7, 8 e 9 por bandos de "patriotas" a dar *morras aos chumbos* e aos protetores dos *chumbos*, a praticar depredações e agressões. Nunes Machado em pessoa foi identificado à frente dos "patriotas". Nas sessões da Câmara nos dias imediatos foi cortada à oposição a possibilidade de discutir os acontecimentos. Com o apoio da mesa e da maioria,

as galerias impediram o pronunciamento de Pereira da Silva. Assim, a 13 retomavam os trabalhos a ritmo costumeiro, desistindo a oposição de voltar ao assunto e firmando a maioria a palavra de ordem de que nada aconteceria de anormal.

A Praia contra o Ministério

Parece que os *praieiros* acreditaram ter chegado o momento favorável para provocar a queda do gabinete e tomar o poder. Votaram sistemàticamente contra o Govêrno na discussão do orçamento e, como o apoio da oposição deu a êste a vitória na mesma questão em que sem aquêle apoio fôra derrotado, apontam-no como no caso dos gabinetes de 5 de maio e de 18 de março, nas vésperas da queda. Sousa Franco conseguiu por um momento conciliar os ânimos, comparecendo pessoalmente ante a Câmara e explicando-se com os líderes da *Praia*. Entretanto, pouco depois entrava em discussão o projeto de abolição do tráfico de escravos em cuja rápida aprovação o Govêrno manifestara o maior empenho. Aprovado no dia 21 até o artigo 12, decidiu-se que o artigo 13 seria discutido em sessão secreta por causa das implicações da matéria no país e no estrangeiro. Encerrados os trabalhos secretos a 26, voltou-se à vontade em sessão pública. Entretanto, nesse ponto, por requerimento do Barão de Penedo, da oposição, a Câmara determinou o adiamento da discussão por 32 votos contra 29. Estimando-se desautorizado pela maioria, Sousa Franco e os demais ministros foram participar o resultado da votação a Paula Sousa. Êste decidiu-se então a dirigir-se a São Cristóvão, onde apresentou o pedido de demissão ao Imperador.

A volta dos conservadores

A votação da Câmara com um plenário desfalcado de cêrca de 40% de seus membros, não representara na realidade um revés particularmente grave. O Imperador, entretanto, estava, havia muito, inclinado a uma mudança radical na marcha política. Mandou chamar Monte Alegre e deu-lhe a incumbência de organizar o govêrno. Êste declinou a Presidência do Conselho, passando-a a Olinda a quem em outra época os liberais haviam consentido em entregar o poder. A 29 de setembro foi anunciada a formação do nôvo gabinete.

Por três dias a oposição evitou dar número para a realização das sessões na Câmara dos Deputados. No dia 2 de outubro reunia-se novamente aquela casa e até o dia 5 discutiu-se a mudança política. O nôvo Presidente do Conselho havia sido convidado a comparecer nesse dia ante a Câmara mas escusou-se, alegando afazeres do cargo.

Foi aprovada então a inscrição em ata do protesto contra a atitude do ministro, qualificada como inconstitucional e logo em seguida dava-se a leitura do decreto de adiamento da sessão legislativa para 23 de abril de 1849. O adiamento foi decretado como medida preparatória para a dissolução. A justificativa de que o Govêrno necessitava para recorrer a ela, trouxe-a logo em seguida a irrupção da Revolta Praieira no Pernambuco.

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

PRANCHA 9. — Vista da vila de Itu, Província de São Paulo. J. B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Aquarelas e Desenhos que não foram reproduzidos na edição de Firmin-Didot, 1834.* R. de Castro-Maya, editor, 1954. (Biblioteca do Instituto Brasileiro da Universidade de São Paulo. Coleção J. F. Almeida Prado.)

PRANCHA 10. — Homem do Rio Grande do Sul. Paulista. Homem de Santa Catarina. J. B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Aquarelas e Desenhos que não foram reproduzidos na edição de Firmin-Didot, 1834.* R. de Castro-Maya, editor, 1954. (Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Coleção J. F. Almeida Prado.)

PRANCHA 11. — Paulistas: Soldados da Banda Oriental. R. E. Vidal, Esq. *Picturesque Illustrations of Buenos Ayres and Monte Video,* Londres, 1820. (Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Coleção J. F. Almeida Prado.)

PRANCHA 12. — Cena da Província do Rio Grande do Sul. J. B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Aquarelas e Desenhos que não foram reproduzidos na edição de Firmin-Didot, 1834.* R. de Castro-Maya, editor, 1954. (Biblioteca do Institudo de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Coleção J. F. Almeida Prado.)

ÍNDICE

LIVRO PRIMEIRO

A REGÊNCIA

LIVRO SEGUNDO

AS PROVÍNCIAS DO NORTE E DO OESTE

LIVRO QUARTO

AS PROVÍNCIAS DO CENTRO

PÁGS.

LIVRO SEXTO

A REAÇÃO MONÁRQUICA